

# PORTUGALIA

NOVA SÉRIE, VOLUME XXXVI

HOMENAGEM A FERNANDO ACUÑA CASTROVIEJO



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

2015

# PORTVGALIA

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

2015

DIRECTOR/*EDITOR*:  
Mário Jorge BARROCA

COMISSÃO EDITORIAL/*EDITORIAL BOARD*:  
Mário Jorge BARROCA  
Rui MORAIS  
Sérgio Emanuel Monteiro RODRIGUES  
Maria de Jesus SANCHES  
Teresa SOEIRO

COMISSÃO CIENTÍFICA/*SCIENTIFIC BOARD*:  
Fernando ACUÑA CASTROVIEJO (Universidad de Santiago de Compostela)  
Jorge de ALARCÃO (Universidade de Coimbra)  
Martin ALMAGRO (Real Academia de la Historia, Madrid)  
Joaquim Pais de BRITO (Museu de Etnologia, Lisboa)  
Luis CABALLERO ZOREDA (CCHS-CSIC, Madrid)  
Domingos de Jesus da CRUZ (Universidade de Coimbra)  
João Pedro CUNHA-RIBEIRO (Universidade de Lisboa)  
Germán DELIBES DE CASTRO (Universidad de Valladolid)  
Carlos FABIÃO (Universidade de Lisboa)  
Maria Paz GARCÍA-BELLIDO (CEH-CSIC, Madrid)  
José Avelino GUTIERREZ GONZALEZ (Universidad de Oviedo)  
Wenceslas KRUTA (Université de Paris 4 – Sorbonne)  
Patrick LE ROUX (Université de Paris 13 – UFR LSHS)  
José Maria Amado MENDES (Universidade de Coimbra)  
Ángel MORILLO CERDÁN (Universidad Complutense de Madrid)  
Juan ZOZAYA STABEL-HANSEN (Asociación Española de Arqueología Medieval, Madrid).

TÍTULO/*TITLE*:  
*Portvgalia*

Revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
*Journal of Archaeology of the Department of Heritage Studies, Oporto University – Faculty of Arts*

LOCAL: Porto

EDITOR: Departamento de Ciências e Técnicas do Património - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ISSN: 0871-4290

ISSN DIGITAL: 2183-3516

DEPÓSITO LEGAL: 189069/02

PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Clássica, Artes Gráficas – Porto

ENDEREÇO/*ADDRESS*:  
PORTVGALIA  
A/C Mário Jorge BARROCA  
Via Panorâmica, s/nº  
4150-564 PORTO

INTERCÂMBIO/*EXCHANGE*:  
PORTVGALIA  
Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/nº  
4150-564 PORTO

**Revista com Arbitragem Científica / Journal with Peer Review**  
**A PORTVGALIA está registada no Latindex, no ERIH, no DOAJ e na DIALNET /**  
**PORTVGALIA is registered in Latindex, ERIH, DOAJ and DIALNET**

Solicita-se permuta – We would like exchange – On prie bien de vouloir établir l'échange  
Sollicitiamo scambio – Tauschverkehr erwünscht

PORTV<sup>g</sup>ALIA



# PORTUGALIA

NOVA SÉRIE, VOLUME XXXVI

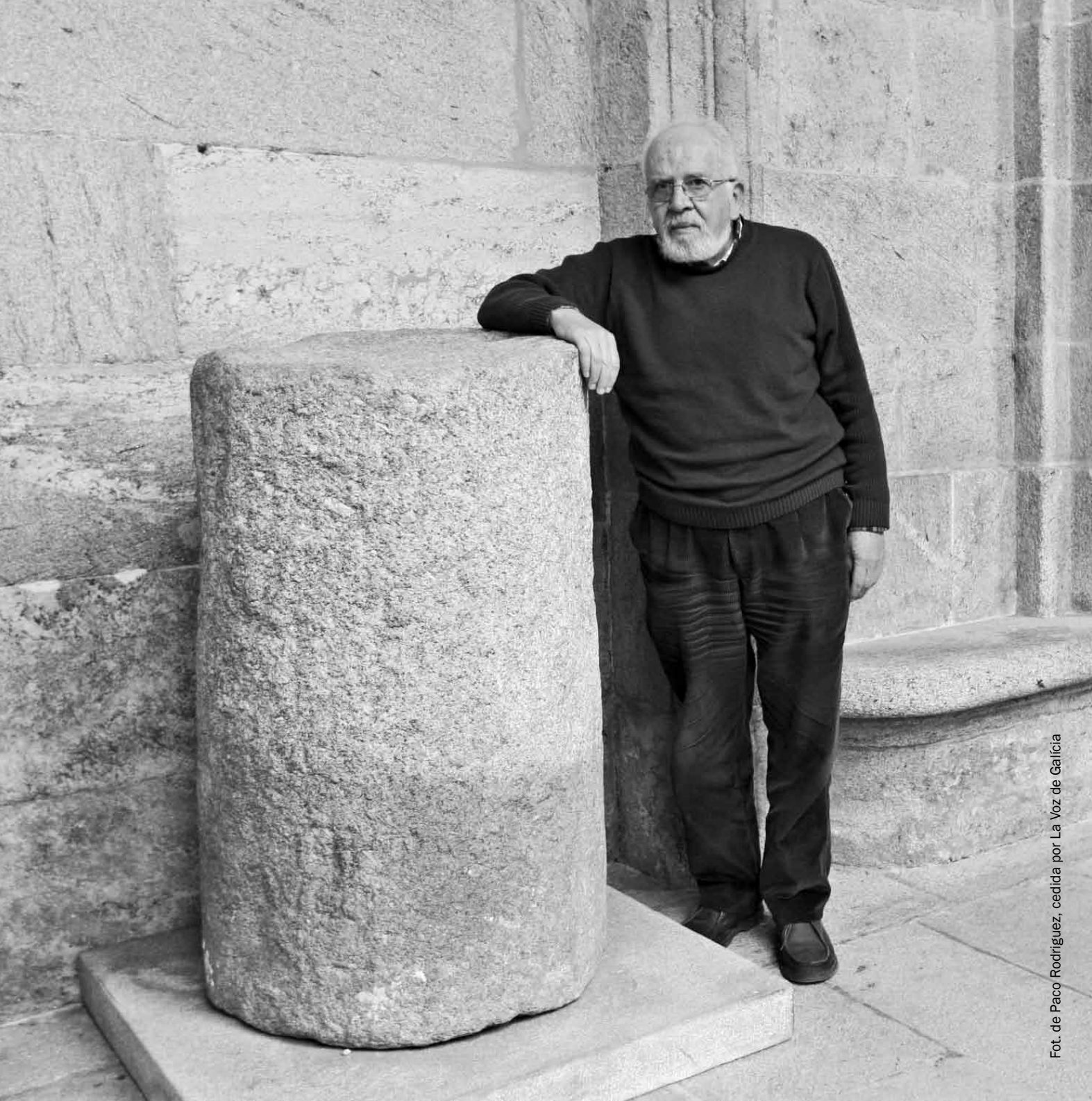
HOMENAGEM A FERNANDO ACUÑA CASTROVIEJO



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

2015





Fot. de Paco Rodríguez, cedida por La Voz de Galicia

## **VOLUME DE HOMENAGEM A FERNANDO ACUÑA CASTROVIEJO**





## FERNANDO ACUÑA CASTROVIEJO: MOSAICO BIOBIBLIOGRÁFICO

Teresa Soeiro

Fernando Acuña Castroviejo é natural de Santiago de Compostela, onde nasceu a 10 de Abril de 1945, sendo seus pais Dario Acuña Lagos, médico, e Ana Maria Castroviejo Blanco Cicerón.

Frequentou o ensino básico no Instituto de Pontevedra e o secundário e pré-universitário no Colégio Minerva de Santiago de Compostela. De seguida ingressa na universidade pública desta cidade. Depois de, por um ano, ter tentado a carreira de ciências, manifesto equívoco alimentado pela tradição paterna, assume a sua vocação e inscreve-se em 1963 na licenciatura em Filosofia e Letras, secção de História, curso que termina em 1968, com a apresentação da dissertação ***Yacimientos arqueológicos pre-romanos del Ayuntamiento de Santiago de Compostela***.

Lembremos porém que, em meados da década de sessenta do século XX, como o próprio e outros investigadores galegos da sua geração repetidamente testemunharam, o interesse e a formação em arqueologia, geral e sobretudo da Galiza, não se fazia tanto na Universidade, mas no Instituto de Estudos Galegos «Padre Sarmiento» (criado em 1943), onde pontificavam os membros do prestigiado Seminário de Estudos Galegos, anterior à guerra civil, que o franquismo extinguiu. Coube a Fermín Bouza Brey a tarefa de congregar jovens motivados para o estudo da arqueologia (Fernando Acuña, M. Carlos García Martínez, J. M. Gonzalez Reboredo e J. Carro Otero), que formaram, sob sua orientação, em 1967, a Sección de Prehistoria e Arqueología. Neste enquadramento vieram a ser realizados os primeiros projectos de investigação em que Fernando Acuña participou, precedidos por breve incursão, em 1966, no sítio medieval da Rocha Forte, em companhia de Manuel Carlos Garcia Martínez, Gerardo Pereira Menaut e Mauro Fernández Rodríguez:

- 1966-67 Excavación da necrópolis megalítica de Montouto (Teo, A Coruña) (em col. Manuel Carlos García Martínez e José Manuel González Reboredo);
- 1968 Prospeccións arqueológicas na comarca do Incio (Lugo) (integrado na equipa do Instituto Padre Sarmiento);
- 1968 Prospección no conselho de Santiago de Compostela, que serviu de base para a tese de licenciatura;
- 1969 Necrópolis megalítica de Bexo (Asados-Rianxo, A Coruña) (em col. Manuel Carlos García Martínez e uma equipa do Instituto Padre Sarmiento).

As publicações do final dos anos sessenta testemunham esta mesma cumplicidade.

Coincidiu o impulso antes referido com a chegada à Universidade de Santiago de Compostela de Alberto Balil, um especialista com sólida formação internacional, que ocupava, pela primeira vez, a vaga

expressamente dedicada ao ensino e investigação em arqueologia. Representando este novo docente uma diferenciadora mais-valia de modernidade científica, de imediato foi escolhido para orientador preferencial da tese de licenciatura do nosso homenageado.

Entre 1968 e 1975, Fernando Acuña desempenhou o cargo de professor interino da área de arqueologia da mesma Faculdade de Filosofia e Letras, onde obteve, em 1973, o doutoramento em História, com a tese **Galicia romana: artes plásticas**, também dirigida por Alberto Balil. Com este mestre inicia as escavações do Castro do Neixón, um projecto de longa duração, e a de Torres de Oeste, nem por isso deixando as iniciativas da Sección de Prehistoria e Arqueología do Instituto Padre Sarmiento, instituição a partir da qual se fez, então, a reprogramação da investigação em Arqueología na Galiza:

- 1970-1973, 75-76, 80-81 Excavaciones en el Castro de O Neixón (Cespón, Boiro, A Coruña), subvencionado pelo Ministério de Cultura;
- 1970-1972 Escavación no yacimiento romano y altomedieval de las Torres de Oeste. (Catoira, Pontevedra), subvencionado pelo Ministério de Cultura.
- 1973-75 Prospección na Terra de Montes, Pontevedra (em col. Manuel Carlos García Martínez e uma equipa do Instituto Padre Sarmiento)

Usufruiu das seguintes bolsas:

- 1969 Bolsa de iniciação à investigação, em Espanha (Fundación Barrié);
- 1970 Bolsa do Ministero degli Affari Esteri de Itália;
- 1972 Bolsa para estadia na Escuela Española de Historia y Arqueología em Roma (CSIC);
- 1976 Bolsa de média duração no Goethe-Institut de Prien (Baviera-Alemanha);
- 1977 Estadia em Bonn (Deutscher Akademischer Austauschdienst - Archäologisches Institut).

Estes anos de formação serão aqueles em que vai percorrer as difíceis estradas do norte de Portugal para conhecer os sítios arqueológicos e as colecções dos museus. Por então, Carlos Alberto Ferreira de Almeida já fazia o percurso simétrico, frequentava regularmente a Galiza, conhecia a anterior geração de arqueólogos e etnógrafos e firmou com Carlos García Martínez e Fernando Acuña uma amizade para sempre. Este estará presente, com comunicação, em companhia de Alberto Balil e outros colegas do Instituto Padre Sarmiento, no II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra 1970) e no III Congresso, que teve lugar no Porto, em 1973.

\*

Prosseguiu a carreira académica sempre na Universidade de Santiago de Compostela, que em 1975 desmembrara a Faculdade de Filosofia e Letras em três escolas, surgindo assim a Faculdade de Xeografía e Historia, onde passou a adjunto numerário de arqueologia, epigrafia e numismática, de 1976 a 1985, e a titular em 1986, ganhando a cátedra em 1987. É como Catedrático de Arqueología do Departamento de Historia I da Faculdade de Xeografía e Historia da Universidade de Santiago de Compostela que atinge a jubilação em 2015.

Foi docente de arqueología clássica, numismática e epigrafia, e ainda de história antiga na licenciatura em História e em Historia da Arte. Leccionou as mesmas áreas nos cursos de doutoramento e mais recentemente no Master de Arqueología e Ciências da Antiguidade.

Desempenhou o cargo de Director do Departamento de Historia I de 1986 a 1995, 2003 a 2007 e em 2014. Foi presidente da Comissão de Doutoramento (1994-95), membro do claustro universitário (1990 a 2010) e integrou as suas Comissões de Estatutos e de Normalização Linguística. Membro da Junta da Faculdade por inerência, fez parte da comissão permanente em diversos períodos, bem assim como da comissão de Biblioteca - onde prestou relevante serviço a toda a comunidade científica da especialidade pela permanente actualização do fundo de Arqueologia. Estudou e promoveu a

colecção de bens arqueológicos da Faculdade, para a qual chegou mesmo a adquirir, a um antiquário de Lugo, o marco miliário romano exposto no claustro. Em 2002/03 foi convidado para proferir a lição de abertura do ano lectivo.

Ao longo da carreira, orientou teses de licenciatura e doutoramento e tomou parte em diversos júris de provas académicas e de concursos, em Espanha e Portugal. Foi padrinho no Doutoramento *Honoris Causa* de Jorge de Alarcão na Universidade de Santiago de Compostela, em 1996.

Desde a década de oitenta obteve bolsas em:

- 1984 Bolsa no Deutsches Archaologische Institut de Berlim;
- 1987-89 Bolsas ao abrigo do convénio interuniversitário, em Lodz (Polónia);
- 1998 Bolsa de média duração em Roma, atribuída pela Xunta de Galicia.

Dirigiu ou colaborou nos seguintes projectos de investigação:

- 1981 Excavación, consolidación y reconstrucción del Dolmen de Argalo (Noia, A Coruña), Concello de Noia. (em col. Manuel Carlos García Martínez);
- 1982 Catálogo de Castros: Provincia de A Coruña, Diputación Provincial. (Equipa do USC);
- 1983 Escavación de urgência no Castro Real (Boimorto, A Coruña), Conselleria de Cultura, Xunta de Galicia;
- 1984-1985 Proyecto Interprovincial de Prospección e Catalogación de Galicia (Ajuntamento de Santiago), Conselleria de Cultura, Xunta de Galicia;
- 1984 Estudio Histórico-Arqueológico del sector central de la meridiana gallega, Autopistas del Atlántico;
- 1987 La ocupación del espacio en el Valle del rio Furelos (Toques, Terra de Melide) ss., Conselleria de Cultura, Xunta de Galicia. (em col. Gonzalo Mejide e uma equipa da Universidade de Lodz);
- 1994 Corpus Artis Gallaeciae (XUGA 21001B94);
- 1996 Poblamiento castreño en Galicia: Asentamientos e urbanismo (XUGA 21001B96);
- Proxecto de intervención arqueolóxica no xacemento de Sandiás (Ourense) (1996/CE190);
- 1999 Levantamento planimétrico do xacemento de Castromiñán (Fisterra). Consellería de Cultura;
- 2002 Proyecto Arqueológico de la Fortaleza de Rocha Forte, Concello de Santiago (CJI02A 2002/200-0) (em col. Raquel Casal García);
- 2002 Excavaciones na Cova do Rei Cintolo, Concello de Mondoñedo (em col. Rosa Villar);
- Excavaciones no Castro de Zoñán, Concello de Mondoñedo (em col. Abel Vigo);
- 2005 Proxecto de traballos de limpeza, topografía e prospección arqueolóxica intensiva e exhaustiva do castro de Moreira (Fonsagrada, Lugo) (CJ 102A 2005/568-0) (em col. Raquel Casal García)
- 2007 Estudio histórico-arqueolóxico do Concello de Valga (2007/CI541-1) (em col. Raquel Casal García)

Participou em outros projectos levados a cabo a partir da Faculdade, como o de O Caurel (Lugo), dirigido por José Maria Luzón (1978-79). Escavou no Castro de Henayo (Alegría, Álava), sob a direcção de Armando Llanos.

Foi também desde 1978 que tomou parte nas escavações arqueológicas de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, primeiro no Castro de Monte Mozinho (Penafiel), onde chegou nesse ano com Francisco Calo Lourido e, imediatamente depois, novamente em conjunto, no Castro de Santo Estevão da Facha (Ponte de Lima) e no Castelo de Faria (Barcelos). Esta *equipa galaico-portuguesa* (como lhe chamava

Jordá) seguiu em 1980 para as Astúrias, tendo participado nos trabalhos a decorrer no Castro de San Chuís (Pola de Allande), dirigidos por Francisco Jordá Cerdá.

O final da década de setenta e os anos oitenta foram também o tempo das viagens de estudo conjuntas e das reuniões científicas aquém e além Minho; sirvam de exemplo o I Seminário de Arqueologia do Noroeste (Guimarães 1979) e o II Seminário em Santiago de Compostela (1980), ou ainda o Colóquio Inter-universitário de Arqueologia do Noroeste, de 1983, no Porto, em homenagem a Rui de Serpa Pinto, um jovem e promissor cientista, sempre lembrado pela forma como, apesar da sua fugaz carreira, uniu várias gerações de investigadores da Galiza e do norte de Portugal.

Foi membro fundador do Instituto Cultural Galaico-Minhoto (1982), que realizou já diversos colóquios (Ponte do Lima 1981, Santiago de Compostela 1984, Viana do Castelo 1985, Lugo 1990, Braga 1994, Ourense 1996).

Porque os seus interesses científicos se centram na Galiza, mas não se confinam a esta, tanto presidiu ao *XX Congreso Nacional de Arqueología*, que teve lugar em Vigo (1993), foi membro do Comité Organizador do Colóquio *Castrexos e romanos no Noroeste* (Santiago 1997), de homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, e do Comité Científico do Colóquio Internacional de Arqueologia *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad* (Gijón 1995), como integrou o Comité Organizador do XIV CIAC - Congresso Internacional de Arqueologia Clássica (Tarragona 1994), a Comissão Científica do X Colóquio Internacional da AHEMA - Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo (Conímbriga 2005), o Comité Científico do *Primer Simposio Internacional sobre Málaga en la Antigüedad* (2006) e organizou a *VII Reunión de escultura romana en Hispania*. Santiago de Compostela/Lugo (2011), dedicado à memória de Alberto Balil, entre outras reuniões, bem patenteadas na bibliografia. Acorreu também a um número bem mais elevado de iniciativas científicas, um pouco por toda a *Hispania* e fora dela.

Exerceu regularmente como conferencista em cursos de Verão, nomeadamente da Universidade de Oviedo, em Navia (1982), e na Universidade Menendez Pelayo, da Coruña.

O estudo da história e defesa do património arqueológico da Galiza fê-lo merecer cedo a condição de académico correspondente da Real Academia Galega (1972). Já a dedicação às artes plásticas clássicas, área de eleição em todo o seu percurso de investigador, foi coroada pela mais recente admissão como académico numerário da Real Academia Galega de Belas Artes (2013). É membro do Comité Científico Espanhol do *Corpus Signorum Imperii Romani* (CSIR) e da Associação Internacional de Arqueologia Clássica (AIAC).

Tem (ou teve) assento na Consellería de Cultura da Xunta de Galicia (desde 1994), Comisión Superior de Valoración de Bens Culturais de Interese para Galicia, Comisión Técnica de Arqueoloxía (1985-1986, 1989-1995), Comisión Territorial do Patrimonio Histórico Galego (Consellería de Cultura - Lugo, 1992-2007), Comisión Asesora do Patronato de Museo de Pontevedra en Arqueoloxía e Antropoloxía Cultural (1988), Padroado do Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba e Comisión Asesora da Cidade Histórica (Santiago, até 2009).

Integra o comité redactorial das revistas *Gallaecia*, *Brigantium*, *Larouco* e *Sémata*; pertence ao conselho assessor do *Boletín Auriense* e *El Museo de Pontevedra*, ao conselho consultor da *Murguía*, *Revista Galega de Historia* e à comissão científica do *Boletín do Museo Provincial de Lugo, Férvedes*. *Portvgalia* (U. Porto) e *Revista de História da Arte* (U.N.Lisboa).

O empenho na transmissão do saber e a reconhecida dedicação à causa pública fazem-no ser solicitado para inúmeras conferências e pregões de festas, a escrita de artigos e entrevistas de opinião inseridos em periódicos ou outros meios de comunicação, bem como para a organização de eventos e júris de prémios como o *Premio de Investigación “Xesús Ferro Couselo”* (Concello de Valga, 1995-2011), *Premio Vicente Risco*, o *Premio Xesús Taboada Chivite* (Comarca de Verín) e as distinções atribuídas pelo patronato do *Pedrón de Ouro*.

Deixei propositadamente para o fim, pelo destaque que merece, o verdadeiro desígnio pátrio que é o projeto Museo do Pobo Galego, em prol do qual laboraram, desde início, os membros do velho

Seminário de Estudos Galegos, mais toda a geração de Fernando Acuña, que nos anos sessenta deles recebeu o legado, com a honra e a obrigação de o manter e alargar. Membro fundador do Patronato do Museo do Pobo, instituído em 1976, desempenhou diversos cargos da Junta Rectora, sendo actualmente vice-presidente do Patronato.

No Museo, dirigido pelo seu amigo de juventude - Carlos García Martínez - e onde se congregam vontades pela Galiza; entre os livros da sua considerável biblioteca ou as obras de arte contemporânea que foi juntando; a perscrutar os papéis dos seus maiores para estudar a grande colecção privada de arte e arqueologia que foi a do seu bisavô Ricardo Blanco-Cicerón ou as recolhas feitas pelos intelectuais do ramo Castroviejo; a viajar pelo império outrora romano ou a percorrer os caminhos da nossa terra que conhece como poucos; a apreciar o seu sangue feito vinho e as iguarias da gastronomia local, acompanhadas por um pouco de conversa amena, está sempre em casa, como também queremos que seja casa sua a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde vem em múltiplas ocasiões participar em júris, eventos ou trabalhos de investigação, e na qual soube, desde há quase meio século, construir amizades.

## BIBLIOGRAFIA

### 1968

El castro de San Lorenzo de Pastor y su nuevo torques áureo. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, vol. 23, p. 129-135 (em col. Manuel Carlos García Martínez e José Manuel González Reboredo).

Las mámoas del Montouto. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, vol. 23, p. 5-15 (em col. Manuel Carlos García Martínez e José Manuel González Reboredo).

O modorro de San Pedro (Incio, Lugo). *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, vol. 23, p. 270-276 (em col. Manuel Carlos García Martínez).

***Yacimientos arqueológicos pre-romanos del Ayuntamiento de Santiago de Compostela. Dissertação de licenciatura apresentada na Universidade de Santiago de Compostela (policopiado).***

### 1969

El petroglifo del monte do río de Angueira (Luou, Teo). *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, vol. 24, p. 23-26.

O petroglifo de Castelo (Cangas do Morrazo). *Boletín de la Real Academia Gallega*. La Coruña, vol. 60, p. 236-239.

Los petroglifos del Monte Pedroso (Santiago). *Cuadernos de Trabajos de la Escuela Española de Historia e Arqueología en Roma*. Tomo 13, Roma, p. 11-18.

### 1969-70

Nueva ara romana de Parga (Lugo). *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Lugo*. Lugo, vol. 8 p. 223-227.

### 1970

Carta prehistórica del término municipal de Santiago. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, vol. 25, p. 255-266 (em col. Fermín Bouza Brey e os membros da Sección de Arqueoloxía e Prehistoria do Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento).

Cista y ajuar funerario de Atios (Porriño). *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, vol. 25, p. 20-36 (em col. José María Álvarez Blázquez e Manuel Carlos García Martínez).

Esquema de la Prehistoria Gallega. In *Folleto de la 23 Exposición del Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, Prehistoria de Galicia. Homenaje a D. Federico Maciñeira Pardo de Lama en el centenario de su nacimiento*. Santiago de Compostela, p. 3-6.

## 1971

Ara, con texto métrico, de San Orente de Entines (Coruña). *Emerita*. Madrid, vol. 39, p. 345-361 (em col. Isidoro Millán).

Catro machados de bronce inéditos *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, vol. 26, p. 42-44.

Los Lares Viales en la Galicia romana. *Actas: II Congreso Nacional de Arqueología*. Coimbra: Junta Nacional de Educação, p. 353-357.

Noticias arqueológico-numismáticas del castro Lupario (Rois-Brión, La Coruña). *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, vol. 26, p. 265-277 (em col. Milagros Cavada Nieto).

## 1972

Los mosaicos de La Cigarrosa (Orense). *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid, vol. 38, p. 468-476.

Sobre tres Minervas encontradas en Galicia. *Compostellanum*. Santiago de Compostela, vol. 17, p. 17-22.

## 1973

Os balsamarios romans de Gallaecia. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, vol. 28, p. 181-187.

Los celtas en Galicia. *Conocer España. Geografía y guía*. Tomo 6 *Galicia-Asturias-Provincias Vascongadas*. Pamplona: Salvat S.A. de Editores, p. 43-44.

*Estudios sobre mosaicos romanos III*. *Studia Archaeologica* 25. Santiago de Compostela: Facultad de Filosofía y Letras / Valladolid: Facultad de Filosofía y Letras (em col. X. Barral).

**Galicia romana: artes plásticas. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (tese de doutoramento apresentada na Universidade de Santiago de Compostela, policopiado).**

*Galicia romana: Artes plásticas*. Extracto de tesis doctoral. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.

*Mosaicos romanos de Hispania Citerior II: conventus lucensis*. *Studia Archaeologica* 24. Santiago de Compostela: Facultad de Filosofía y Letras USC / Valladolid: Facultad de Filosofía y Letras UV.

Notas introductorias para el estudio de los mosaicos romanos en Galicia. *Crónica del XII Congreso Arqueológico Nacional*. Jaén, p. 709-718.

## 1974

Consideraciones sobre los mosaicos portugueses del convento bracarense. *III Congreso Nacional de Arqueología: Actas*. Porto: Junta Nacional de Educação, p. 201-210.

*Mosaicos romanos de Hispania Citerior III: conventus bracarenensis*. *Studia Archaeologica* 31. Santiago de Compostela: Facultad de Filosofía y Letras USC/ Valladolid: Facultad de Filosofía y Letras UV.

*Notas sobre la morfología y la decoración en las aras y estelas de Galicia en época romana*. *Studia Archaeologica* 32. Valladolid: Facultad de Filosofía y Letras, p. 17-31.

*Gran Enciclopedia Gallega*. Santiago de Compostela: Silverio Cañada Editor.

Entradas com identificación do autor:

Aixón - vol. 1, p. 186

Algara - vol. 1, p. 256

Alobre, Castro de - vol. 1, p. 264

Amboade, Castro de - vol. 2, p. 36

Amedo, Castro de - vol. 2, p. 37

Arqueología - vol. 2, p. 203-207 (em col. Manuel Carlos García Martínez)

Arxeriz, Castro de - vol. 2, p. 236

Cultura castrexa - vol. 8, p. 97-106 (em col. Francisco Calo Lourido)

Estela - vol. 10, p. 253-256 (em col. Francisco Fariña Busto)

Fenícios - vol. 12, p. 5-6

Fernández Guerra, Aureliano - vol. 12, p. 63

Fita Colomé, Fidel - vol. 13, p. 60

Hércules, Torre de - vol. 17, p. 90-92

Lares - vol. 18, p. 229

Lupa - vol. 20, p. 4

Pico Sacro - vol. 24, p. 237-238

## 1975

Divinidades romanas en bronce del convento bracarense. *Bracara Augusta*. Braga, vol. 29 (67/68), p. 145-154.

Mosaicos españoles del convento bracarense. *Crónica del XIII Congreso Arqueológico Nacional (1973)*. Huelva, p. 889-894.

## 1976

Catálogo monumental selectivo de la Galicia actual en época romana. In *La romanización de Galicia*. La Coruña: Edicións do Castro, p. 121-128 [2ª ed. 1992].

La escultura en la Galicia romana. In *La romanización de Galicia*. La Coruña: Edicións do Castro, p. 63-76 [2ª ed. 1992].

Excavaciones en el castro de «O Neixón»: campaña de 1973. *Noticuario Arqueológico Hispánico: Prehistoria*. Madrid, vol. 5, p. 325-330.

Las formas del arte provincial romano en Galicia. In *La romanización de Galicia*. La Coruña: Edicións do Castro, p. 85-92 [2ª ed. 1992].

Panorama actual de la cultura castreña en el NO. de la Península Ibérica. *IX Congreso de la UISPP*. Nice (13-18 sept.), Section VIII, Résumés des communications, p.558.

Pervivencia de las formas culturales indígenas. In *La romanización de Galicia*. La Coruña: Edicións do Castro, p. 77-84 [2ª ed. 1992] (em col. José Manuel Vázquez Varela).

Sobor da representación do tema «Ulises e as sireas» na estela de Vilar de Sarria (Lugo). *Boletín Auriense*. Ourense, vol. 6, p. 107-115.

## 1977

Bibliografía de Galicia romana. *Actas del Coloquio Internacional sobre el Bimilenario de Lugo*. Lugo: Patronato del Bimilenario de Lugo, p.175-191.

Panorama de la Cultura Castrexa en el NO de la Península Ibérica. *Bracara Augusta*. Braga, vol. 31, p. 235-253.

*XV Congreso Nacional de Arqueología. Segunda circular y Programa*. Lugo, 28 septiembre - 1 octubre 1977. (Textos elaborados pela Sección de Arqueoloxía e Prehistoria do Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento).

## 1977-78

O miliario de Seteigrexas (Monterroso.Lugo). *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Lugo*. Lugo, vol. 40, p. 29-33 (em col. José Manuel Caamaño Gesto).

Nota encol de dous xenios da época roman atopados na Galicia. *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 3-4, p. 287-289.

## 1979

*Prehistoria e Arqueoloxía de Galicia: estado da cuestión*. Lugo: Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento (em col. AA VV).

## 1980

Biobibliografía de Carlos Alonso del Real. *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 6, p.7-9

Lápidas funerarias de Bermes (Lalín, Pontevedra). *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 6, p. 265-271 (em col. José Manuel Caamaño Gesto).

Los mosaicos de la Cigarrosa, *Cadernos do Instituto de Estudos Valdeorrenses*. O Barco de Valdeorras, vol.1, p. 56-58.

A Prehistoria e a Edade Antiga. In *Historia de Galicia*. Barcelona, Cupsa editorial, Editorial Planeta, p. 31-106.

Vigo en la antigüedad. In CUNQUEIRO, Álvaro; ÁLVAREZ BLÁZQUEZ, José María (coord.) - *Vigo en su historia*. Vigo: Caja de Ahorros Municipal, p.13-59.

## 1981

Algúns aspectos da comarca da Limia na antiguidade. In *Programa de Festas de Xinzo*. Xinzo de Límia  
A Arqueoloxía na obra de López Ferreiro. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, vol. 32, p. 57-80.  
La estela funeraria de Antes. *Brigantium*. A Coruña, vol. 2, p. 273-280 (em col. Raquel Casal García).

## 1982

Arqueoloxía da Galicia romana In *Evolución cultural de Galicia*. Vigo: Obra Cultural da Caixa de Aforros Municipal, p. 1-15.  
*Cántabros, Astures y Galaicos. Bimilenario de la conquista del Norte de Hispania*. Madrid: Ministerio de Cultura (equipa técnica).

## 1983

As estatuas sedentes de Xinzo. In *Xinzo en Festas*, Xinzo de Límia.

## 1984

A romanización de Galicia. In *La Prehistoria y Arqueología en la actualidad*. Vigo: Museo Municipal «Quiñones de Leon», p. 59-69.

Industrias de encaixes e de palillos nos concellos de Noia e Dumbría a principios do século XX. *II Coloquio Galaico-Minhoto, Resumen de las comunicaciones presentadas*. Santiago de Compostela, p. 79.

## 1984-85

Un novo torques de aramios enrolados. *Brigantium*. A Coruña, vol. 5-6, p. 261-269 (em col. Raquel Casal García).

## 1985

Nuevas armas del bronce final halladas en Galicia. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid, vol. 51, p.174-187 (em col. Gonzalo Meijide Cameselle).

## 1987

*Catalogación de yacimientos prerromanos del Ayuntamiento de Santiago*. (dir.) Arqueoloxía/Investigación 3. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia-Consellería de Cultura e Bienestar Social.

Los Castros. In *Catalogación de yacimientos prerromanos del Ayuntamiento de Santiago*. Arqueoloxía/Investigación 3. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia-Consellería de Cultura e Bienestar Social, p. 107-142. (em col. Gonzalo Meijide Cameselle).

Presentación. In *Catalogación de yacimientos prerromanos del Ayuntamiento de Santiago*. Arqueoloxía/Investigación 3. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia-Consellería de Cultura e Bienestar Social, p. 13-16. (em col. Felipe Criado Boado).

Novas pezas campaniformes de Budiño (Porriño, Pontevedra). *Castrelos*. Vigo, vol. 0, p. 55-60.

## 1988

Excavación arqueolóxica no Castro de A Graña. *Boletín do Centro de Estudios Melidenses*. Melide, vol. 4, s/p (em col. Gonzalo Meijide Cameselle).

Sobre una figurita de Harpócrates hallada en Galicia. *Gestión*. Madrid, vol. anejos 1, p. 137-142.

Notas sobre o tesouriño numismático de Gundrei (Sobrado, A Coruña). *Boletín do Centro de Estudios Melidenses*. Melide, vol.4 s/p (em col. A. Ortíz Fernández).

## 1989

Actividades do Departamento de Historia I (1986-88). *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 11, p. 351-354.

Castro de A Graña (Toques, A Coruña). *Arqueoloxía. Informes 1, Campaña 1987*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p.50-52 (em col. Gonzalo Meijide Cameselle).



## 1990

- Actividades do Departamento de Historia I (1989). *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 12, p. 401-403.
- Arte castrexa. In GONZÁLEZ GARCIA, M. A. e outros - *Arte galega, estado da cuestión*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, p. 82-90.
- Arte romana. In GONZÁLEZ GARCIA, M. A. e outros - *Arte galega, estado da cuestión*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, p. 93-100.
- Catro campañas de excavacións no castro de A Graña (Toques, A Coruña). *IV Coloquio Galaico-Miñoto, resúmenes das comunicacións presentadas*. Lugo, vol. 2, p. 171 (em col. Gonzalo Meijide Cameselle).
- A comarca padronesa na antigüidade. *A Pascoa do Nobel*. Padrón.
- Sondeos arqueolóxicos no castro de San Xiao (Toques, A Coruña). *IV Coloquio Galaico-Miñoto, resúmenes das comunicacións presentadas*. Lugo, vol. 2, p. 129 (em col. Purificación Rodríguez García).

## 1991

- (dir.) *Galicia Historia: I Prehistoria e Historia Antiga*. A Coruña: Hércules de Edicións (em col Vázquez Varela, J.M.).
- Historia das investigacións. In *Galicia Historia: I Prehistoria e Historia Antiga*. A Coruña: Hércules de Edicións, p. 275-285.
- Algunhas cuestións previas sobre a cultura castrexa. In *Galicia Historia: I Prehistoria e Historia Antiga*. A Coruña: Hércules de Edicións, p. 287-293.
- Os asentamentos [mundo castrexo]. In *Galicia Historia: I Prehistoria e Historia Antiga*. A Coruña: Hércules de Edicións, p. 295-305.
- Aspectos artísticos [mundo castrexo]. In *Galicia Historia: I Prehistoria e Historia Antiga*. A Coruña: Hércules de Edicións, p. 307-313.
- Aspectos artísticos [mundo romano]. In *Galicia Historia: I Prehistoria e Historia Antiga*. A Coruña: Hércules de Edicións, p. 461-471.
- La cultura castrexa y galaico-romana. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de Arqueología*. Madrid, vol. 30-31, p. 203-207.
- Castro de A Graña (Toques, A Coruña). *Arqueoloxía. Informes 2. Campaña 1988.*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p.51-54 (em col. Gonzalo Meijide Cameselle).

## 1992

- Algunos aspectos de la onomástica romana en Galicia. In *Finis Terrae: estudos en lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Facultade de Xeografía e Historia USC, p. 53-57 (em col. Alberto Balil).
- El arte castreño del noroeste*. Cuadernos de Arte Español 38. Madrid: Historia 16.
- Biobibliografía de Alberto Balil. In *Finis Terrae: estudos en lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Facultade de Xeografía e Historia USC, p.11-51.
- Don Fermín Bouza Brey e a comarca padronesa. *Pascoa*. Padrón.
- D. Fermín Bouza Brey e os estudos sobre a Galicia antiga. In *Fermín Bouza- Brey: Día das Letras galegas 1992*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 97-109.
- (coord.) *Finis Terrae: estudos en lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Facultade de Xeografía e Historia USC.
- A obra arqueolóxica de Fermin Bouza Brey. In *Fermin Bouza-Brey (1901-1973): unha fotobiografía*. Vigo: Edicións Xerais p. 291-299.

## 1993

- Aportacións da arqueoloxía. Os castros de época romana. *Primeiras Xornadas históricas e arqueolóxicas da mariña lucense*. Foz, p. 8-20.
- Escultura galaico-romana. In NOGALES BASARRATE, Trinidad (coord.) - *Actas de la I Reunión sobre Escultura Romana en Hispania*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 195-206.
- (org.) *Galicia: da romanidade á xermanización: Problemas históricos e culturais*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego. (em col. Felipe Arias Vilas, Francisco Calo Lourido, María Xosé Fernández Cerviño e Carlos García Martínez).

## 1994

A plástica. In *El mundo romano en Galicia I*. Villalba: Monografías del Museo de Villalba, p. 21-29.

Urbanismo castrexo. In DUPRÉ REVENTÓS, Xavier - *La ciutat en el món romà. XIV Congreso Internacional de Archeología Classica*. Tarragona, p. 13-14.

Los estudios de numismática en Galicia: problemas y perspectivas. *VIII Congreso Nacional de Numismática*. (Avilés 1992). Madrid: Museo Casa de La Moneda, p. 551-560.

## 1995

Escavación arqueolóxica no Castro de A Graña (Toques, A Coruña). *Arqueoloxía. Informes 3, Campaña de 1989*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 23-24 (em col. Gonzalo Meijide Cameselle).

## 1996

Discurso de gabanza do doutorando Jorge de Alarcão. In *Discursos da investidura de D. Jorge de Alarcão, D. Ramón Valdés Costa como Doutores Honoris Causa*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 29-35.

Historiografía da investigación da cultura castrexa en Galicia. In HIDALGO CUÑARRO, José Manuel (coord.) - *A Cultura Castrexa galega a debate*. Tui: Instituto de Estudios Tudenses, p. 25-39.

Os sistemas de fortificacións nos castros de O Courel (Lugo). In RODRÍGUEZ CASAL, Antón A. (coord.) - *Humanitas: Estudos en homenaxe ó Prof. Dr. Carlos Alonso del Real*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 319-324.

Urbanismo castrexo en el Noroeste peninsular. In FERNÁNDEZ OCHOA, Cármen (coord.) - *Los finisterres atlánticos en la antigüedad: época prerromana y romana*. Madrid: Sociedad Editorial Electra España, p. 45-48.

Urbanismo castrexo no Noroeste peninsular. *Asociación Galega Historiadores*. Santiago de Compostela, p. 239-249.

## 1996-97

A cultura castreja. Ontem e hoje. *Portugalia*. Porto, nova série, vol. 17-18, p. 97-99 (em col. Carlos Alberto Ferreira de Almeida).

Notas sobre o castro de San Xiao (Toques, Terra de Melide), Galiza. *Portugalia*. Porto, nova série, vol. 17-18, p. 101-117 (em col. Purificación Rodríguez García).

## 1997

Dúas novas estelas romanas decoradas con roda solar. *El Museo de Pontevedra*. Pontevedra, vol. 51, p. 369-380. (em col. Purificación Rodríguez García).

A escultura da Gallaecia. *Galicia Terra única: Galicia castrexa e romana*. Xunta de Galicia, Consellería de Cultura e Comunicación social. p. 238-245.

Los mosaicos das cidades e das villae. *Galicia Terra Única: Galicia castrexa e romana*. Xunta de Galicia, Consellería de Cultura e Comunicación social, p. 211-216.

## 1998

Aras e estelas. In *Historia da Arte Galega I*. Vigo: Edicións A Nosa Terra, p.337-352 (em col. Purificación Rodríguez García).

Escultura en pedra e bronce. In *Historia da Arte Galega I*. Vigo: Edicións A Nosa Terra, p. 321-336 (em col. Purificación Rodríguez García).

A pintura e o mosaico. In *Historia da Arte Galega I*. Vigo: Edicións A Nosa Terra, p. 369-384.

Unha nova placa funeraria na Galicia romana. *Tui, Museo y Archivo Histórico Diocesano*. Tui, vol. 8, p. 91-92.

## 1999

As escavacións galego-portuguesas no mundo castrexo no contexto dos intercambios culturais e científicos neste século. *Cadernos do Museo*. Penafiel, vol. 2, p. 29-36.

Culto e imagen a Mercurio en Gallaecia. In BARROCA, Mário Jorge (coord.) - *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: In Memoriam*. Porto: Facultade de Letras UP, vol. 2, p. 325-333 (em col. Purificación Rodríguez García).

Unha árula de culto doméstico dedicada a Mercurio. *Boletín do Centro de Estudos Melidenses*. vol. 12, p. 35-38 (em col. Purificación Rodríguez García).

## 2000

La plástica funeraria de la Galicia romana. Actas de la *III Reunión sobre escultura romana en Hispania*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deportes, p. 197-209 (em col. Purificación Rodríguez García).

## 2001

Don Fermín Bouza Brey, estudioso do noso pasado. In *Xornadas sobre Fermín Bouza-Brey*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 143-149.

Limiar. In XUSTO RODRÍGUEZ, M. *O vidro provincial galaico-romano*. Vigo: Universidade de Vigo, p. 11-12.

## 2001-2002

Nuevas aportaciones a los mosaicos romanos de Galicia. *Anales de Prehistoria y Arqueología*. Murcia, vol.17-18, p. 365-374 (em col. María José Alles León).

## 2002

*Arredor da Arqueoloxía: discurso inaugural lido na solemne apertura do curso académico 2002-2003*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Áureos romanos de la colección numismática de la Universidade de Santiago. *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 21, p. 245-257 (em col. Purificación Rodríguez García).

## 2004

Escultura en bronce en Gallaecia. *IV Reunión sobre escultura romana en Hispania*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 255-271 (em col. Purificación Rodríguez García).

La Fortaleza de «La Rocha Forte» (Santiago de Compostela): Trabajos arqueológicos 2002-2003. *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 23, p. 195-204 (em col. Raquel Casal García, Lorena Vidal, Álvaro Rodríguez e Cristóbal Nodar).

## 2005

A Arqueoloxía na obra de Celestino García Romero. In *Celestino García Romero, un xesuíta de Boiro*. Boiro, Cadernos Culturais 5, p. 21-24.

Características morfológicas y decorativas de las aras, placas, relieves y estelas de la Gallaecia. *Preactas V Reunión sobre escultura romana en Hispania*. Murcia, p. 37-39 (em col. Raquel Casal García e Purificación Rodríguez García).

La Fortaleza de A Rocha Forte (Santiago de Compostela): Campaña de 2004. *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 24, p. 193-218 (em col. Raquel Casal García, Lorena Vidal, Cristóbal Nodar, Álvaro Rodríguez e Maria José Alles).

As relacións entre Galiza e Portugal: a Universidade de Santiago e a Câmara Municipal de Penafiel. *Cadernos do Museu*. Penafiel, vol. 11, p. 19-22.

## 2006

O castelo gótico da Rocha Forte. Santiago de Compostela. In *Os capítulos da Irmandade: Peregrinación e conflito social na Galicia do século XV*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 430-437 (em col. Raquel Casal García e G. González).

Fortaleza medieval de A Rocha Forte (Santiago de Compostela): Campaña de 2005. *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 25, p. 147-171 (em col. Raquel Casal García, Lorena Vidal, Cristóbal Nodar e Goretta González).

Limiar. In BELLO PLATAS, A.I.- *A Ceca de Xuvía. A derradeira fábrica de moeda de Galicia*. Ferrol: Edicións Embora, p. 7-8.

Pregón das festas de Santa Mariña en Xinzo de Limia. *Lethes*. Ourense, vol. 7, p. 8-13.

Unha nova inscrición dun militar da Legio X Gemina na Gallaecia: a estela de Mallón de Cícere, Sta. Comba (A Coruña). *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 25, p. 131-146 (em col. Lino Gorgoso López).

## 2007

- La arqueología de la fortaleza medieval de Rocha Forte (Santiago de Compostela). Del documento escrito a la evidencia material. *Actas del I Encuentro Compostelano de Arqueología Medieval*. Santiago de Compostela: Edicións Lóstrego, p.87-114 (em col. Raquel Casal García).
- As escavacións arqueolóxicas nos Castros de Neixón durante o século XX. *I Encontro Arqueolóxico do Barbanza*, Boiro: Concello de Boiro, Video (DVD).
- Limiar. In VIGO GARCÍA, A. - *O Castro de Zoñán (Mondoñedo, Lugo)*. *Escavacións 2002-2004*. Mondoñedo: Concello de Mondoñedo, p. 11-14.
- Reflexións sobre «A Escultura celto-romana» de D. Xesús Taboada Chivite. *Boletín Auriense*. Ourense, vol. 37, p. 153-162.
- V Campaña de intervención no Castelo da Rocha Forte (Santiago de Compostela): novas preliminares da actuación no ano 2006. *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 26, p. 163-183 (em col. Raquel Casal García, José Ramón Martínez Casal e Guillermo Santamarina Gámez).

## 2008

- A comarca de A Fonsagrada na Antigüidade, aproximación ao seu estudo: o Castro de Moreira (Lamas de Moreira, A Fonsagrada, Lugo). *Gallaecia* Santiago de Compostela, vol. 27, p. 179-194 (em col. Raquel Casal García, Sara Rodríguez Souto e Víctor M. Vázquez Domínguez).
- O petroglifo do Monte do Río Angueira. In *Os petróglifos do concello de Teo*. Teo: Concello de Teo p. 28-29.
- Revisitando la plástica galaico-romana. *Preactas de la VI Reunión sobre escultura romana en Hispania*. Cuenca, p. 63 (em col. Raquel Casal García).
- Xosé María Álvarez Blázquez e a arqueoloxía da resistencia. *Boletín da Real Academia Galega*. A Coruña, vol. 369, p. 133-144 (em col. Carlos García Martínez).
- Xosé María Álvarez Blázquez, home de ben, galego de pro, mestre e amigo. In *Homenaxe a X. M. Álvarez Blázquez: Escritos sobre arqueoloxía*. Vigo: Instituto de Estudios Miñoráns, p. 15-18.
- V campaña de actuación arqueolóxica na Rocha Forte, Santiago de Compostela (A Coruña). *Actuacións Arqueolóxicas Ano 2006*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 31-32 (em col. Raquel Casal García).

## 2009

- A evolución arquitectónica dun castelo baixomedieval: o caso da Rocha Forte (Santiago de Compostela). *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 28, p. 199-212 (em col. Raquel Casal García e Álvaro Rodríguez Resino).
- Luces e sombras na arqueoloxía galega: A arqueoloxía en Galicia no último decenio. *Galegos = Gallegos*. Santiago de Compostela, vol. 7, p. 184-187 (em col. Raquel Casal García).
- Ricardo Blanco-Cicerón: Apunte biográfico. In *Olladas duna época. Fotografías do Fondo Blanco-Cicerón*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, p. 15-23 (con Belén Saénz-Chas).
- Vinte anos de arqueoloxía galaico-romana e medieval. *Minius*. Ourense, vol. 17, p. 121-143 (em col. Raquel Casal García).

## 2010

- Limiar. In LÓPEZ FERREIRO, A. - As tradicións populares arredor de sepulcro do Apóstolo Santiago. *Alicerces 19*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, p. 5-8.
- Revisitando la plástica galaico-romana. *VI Reunión sobre escultura romana en Hispania*. [Segóbriga 2008]. Murcia, p. 385-401 (em col. Raquel Casal García).

## 2011

- Lvcvs Avgvsti* e a Universidade de Santiago de Compostela. In RODRÍGUEZ CAO, Celso (org.) - *A Domus do Mitreo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 14-19 (em col. Raquel Casal García).
- A plástica provincial romana en Galicia: notas introductorias a unha exposición. In *A plástica provincial romana no Museo de Lugo*. Lugo: Museo Provincial de Lugo/Deputación de Lugo, p. 9-21 (em col. Raquel Casal García).
- La Exposición Regional Gallega de 1909. R. Blanco-Cicerón y la plástica galaico-romana, *VII Reunión de Escultura Romana en Hispania, Preactas*. Santiago de Compostela, p. 127-129 (em col. Raquel Casal García).

## 2012

Fermín Bouza Brey. *Todas as Letras do Día das Letras Galegas. Cincuenta aniversario da maior festa cultural de Galicia 1963-2012*. A Coruña: Real Academia Galega, p. 69.

Mostras musivarias de época romana en Gallaecia. In *Gallaecia Pétreá*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 258-259.

XXV años de arqueología medieval en Galicia (1985-2010). *Boletín de Arqueología Medieval*. Madrid, vol. 16, p. 121-140 (em col. Raquel Casal García e Álvaro Rodríguez Resino).

## 2013

*Actas da VII Reunión de escultura romana en Hispania*. (org.). Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela (em col Raquel Casal Garcia e Sílvia González Soutelo).

*O coleccionismo en Galicia entre finais do século XIX e principios do XX: Ricardo Blanco-Cicerón e o seu legado: discurso de ingreso na Real Academia Galega de Belas Artes de Nosa Señora do Rosario*. Santiago de Compostela: ed. autor.

De novo sobre o mosaico de Panxón e outras novas sobre a musivaria na *Gallaecia*. *Revista da Facultade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Porto, vol. 12, p. 143-157.

La Exposición Regional Gallega de 1909: Ricardo Blanco-Cicerón y la arqueología galaica. *Actas da VII Reunión de escultura romana en Hispania*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, p. 37-50 (em col. Raquel Casal García).

Unha nova inscrición votiva do convento lucense en Vicinte (Outeiro de Rei, Lugo). *Croa*. Viladonga, vol. 23, p. 18-21.

## 2014

Noticias de arqueología en el Fondo del coleccionista R. Blanco-Cicerón (siglos XIX-XX). *IV Congreso Internacional de Historia de la Arqueología*. Dossier de resúmenes, de ponencias, comunicaciones y pósters. Madrid: Museo Arqueológico Nacional, p. 22-23 (em col. Raquel Casal García).

O ensino da Arqueoloxía na Galiza entre o franquismo e hoxe. *Revista da Facultade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Porto, vol. 13, p. 119-138.

## 2015

Achegas de Filgueira Valverde á arqueoloxía galega. *Día das Letras Galegas*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

## Recensões

### 1973

I Coloquio Luso- Espanhol de Cultura Castreja, Trabalhos de Antropologia e Etnologia XXII, fasc. 3, Porto 1973, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, Valladolid, vol. 39, p. 549-553.

BARBIERI G.; CAVVOTO, P.; GAROFALO ZAPPA; G.; GASPERINI, L.; LABUA, V.; RUSSI, A. - Terza miscellanea greca e romana. Studi pubblicati dall'Istituto Italiano per la Storia Antica, Fasc. XXXI, Roma 1971, XI + 348 pp., láminas y mapa. *Emerita*. Madrid, vol. 41, p. 547-549.

### 1977

Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas. I Prehistoria e Historia Antigua. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid, vol. 43, p. 538-541.

### 1990

LOPEZ CUEVILLAS, F. - La civilización céltica en Galicia. Colegio Universitario de Ediciones Istmo, Madrid 1989, 371páxs. *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 12, p.369-370.

## 1995

IV Congreso Internacional sobre las estelas funerarias, Donostia 1991, Eusko Ikaskontz, Donostia 643 págs, ilustr.,  
*Revista Internacional de los Estudios Vascos*. Donostia, vol. 40, p. 197-198.

## 1997

ARIAS VILAS, F.; DURÁN FUENTES, M<sup>a</sup> C. - Museo do Castro de Viladonga Castro de Rei.- Lugo. Xunta de Galicia, Con-  
selleira de Cultura e Comunicación Social, Dirección Xeral do Patrimonio Cultural, 1996, 252 p. ilustr., 1 plano  
desplegable. *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 16, p. 343-344.

MACIEL, M. Justino - Antiquidade tardia e paleocristianismo em Portugal. Edição do autor. Lisboa, 1996, 347 pág. 94  
figs. *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 16, p. 355-356.

VÁZQUEZ VARELA, J.M.; RODRÍGUEZ COLMENERO, A. - Galicia. Arte. Tomo IX. Arte Prehistórico e Romano. Hércules edi-  
cións, S.A., A Coruña 1993. 509 páxs., ilustr., *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 16, p. 367-369.

## 2006

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, E.- Domvs Oceani. Aproximación á arquitectura doméstica de Lucus Augusti. Traballos de  
Arqueoloxía 2, Concello de Lugo, Lugo 2005, 146 pp., 177 figs., 1 despl. *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol.  
25, p. 457-459.

## 2007

BERMEJO BARRERA, J. C. e LLINARES GARCÍA, M. - O valor da arqueoloxía, Ed. Lóstrego, Verín-Santiago 2006, 197 pp.,  
ills. *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 26, 385-387.

## 2008

PONTE, Salete da - Corpus Signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal, Coimbra 2006, 572 pp., ills.  
*Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 27, p. 331-332.

## Necrologías

### 1990

Alberto Balil Illana (1928-1989). *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 12, p. 395-396.

Casimiro Torres Rodriguez (1900-1989). *Gallaecia*. Santiago de Compostela, vol. 12, p. 396.

### No prelo:

Nuevas aportaciones a la glíptica romana encontrada en Galicia. *Homenaje a José María Luzón*. Madrid: Universidad  
Complutense (con Raquel Casal García).

Noticias de arqueología en el fondo del coleccionista R. Blanco-Cicerón (siglos XIX-XX). *IV Congreso de Historia de la  
Arqueología*. Madrid: Museu Arqueológico Nacional (con Raquel Casal García).

Villas y tardorromanidad en Gallaecia (conventos lucense y bracarense). In *El poblamiento rural en la Hispania bajoim-  
perial*. Palencia: Diputación de Palencia.

Revisitando a Galicia romana con Felipe Arias. *Croa. Vol 25*, Viladonga: Museo de Viladonga.

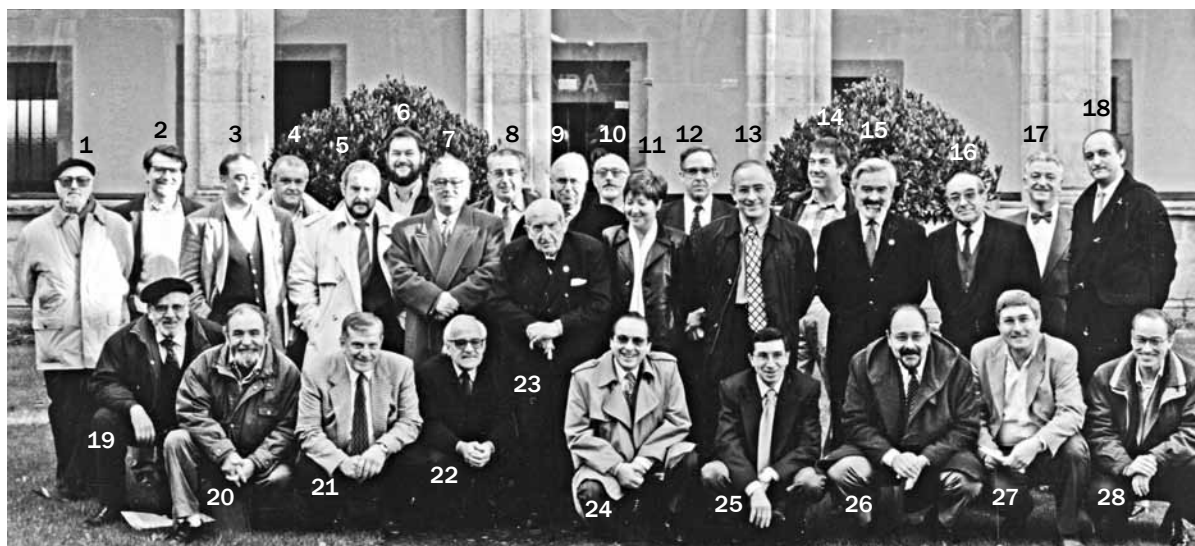
López Ferreiro as archaeologist: the excavations in Santiago Cathedral in the European context of the period. A 21st-cen-  
tury perspective. *8th International Colloquium Compostela, Nineteenth-Century European Pilgrimages: A New Golden  
Age*.



**Fig. 1** – Reunião da Sección de Prehistória e Arqueoloxía do Instituto Padre Sarmiento (Melide1979-80)  
(1) Xosé Broz Rei, (2) Manuel Carlos García Martínez, (3) Felipe Senén López Gómez, (4) Francisco Calo Lourido, (5) Xosé Carlos Sierra Rodríguez, (6) Felipe Arias Vilas, (7) Rafael Mejuto, (8) Francisco Fariña Busto, (9) Raquel Casal García, (10) Fernando Acuña Castroviejo e colaboradores do Museo Terra de Melide.



**Fig. 2** – Homenagem a Xaquín Lourenzo Fernandes, nos 25 anos do seu falecemento (2014)  
(1) Xosé Carlos Sierra Rodríguez, (2) Manuel Carlos García Martínez, (3) Julio Rodríguez, (4) María Xosé Fernández Cer-  
viño, (5) Francisco Fariña Busto (6) Fernando Acuña Castroviejo, (7) Justo Beramendi González, (8) Concha Rosada (9)  
Francisco Calo Lourido, (10) Francisco San Gíao, (11) María Xosé Sierra, (12) Clodio González Pérez, (13) Manuel Vilar  
Álvarez, (14) Manuel Caamaño Suárez, (15) Xosé Luis Quiñoa, (16) Gerardo Esteves Fernández



**Fig. 3** – Assembleia do Padroado do Museo do Pobo Galego (dezembro de 1997)

(1) Gustavo Santiago Valencia, (2) Juan José Molina Vázquez, (3) Manuel Carlos García Martínez, (4) Xosé Manuel González Reboredo, (5) Salvador García Bodaño, (6) Lino Lema Bouzas, (7) Justo Beramendi González, (8) Xosé Lino Vázquez Nonxardín, (9) Rafael Bartar Tojo, (10) Felipe Arias Vilas, (11) María Xosé Fernández Cerviño, (12) Perfecto Yebra Martul-Ortega, (13) Gerardo Esteves Fernández, (14) Manuel Vilar Álvarez, (15) Darío Villanueva Prieto, (16) Luciano García Alén, (17) Xosé A. Gómez Segade, (18) Eduardo Pardo de Guevara, (19) Fernando Acuña Castroviejo, (20) Clodio González Pérez, (21) José Fernández González, (22) Manuel Caamaño Suárez, (23) Antonio Fraguas Fraguas, (24) Amado Ricón Virulegio, (25) Xosé Fuentes Alende, (26) Francisco Fariña Busto, (27) Francisco Calo Lourido, (28) Xosé Carlos Sierra Rodríguez, (Fot. Museo do Pobo Galego)



**Fig. 4** – Homenagem a Otero Pedrayo, no Hostal dos Reis Católicos, a 3 de Março de 1968: na segunda fila, a partir da esquerda, Fermín Bouza-Brey, Manuel Carlos García Martínez, Fernando Acuña Castroviejo, António Martínez Puñal, Xosé Manuel González Reboredo; na primeira fila, Octavio San Martín, Rv.º Padre Morente, Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior e esposa





**Fig. 5** – Escavações arqueológicas no Castro de O Neixón, em 1969, com a presença de Alberto Balil e esposa, Fernando Acuña, Manuel Caamaño Gesto e colaboradores



**Fig. 6** – Escavações na fortaleza da Rocha Forte (2003). Equipa da Faculdade de Xeografía e Historia: docentes Fernando Acuña, Raquel Casal e Manuel Caamaño; equipa técnica Sara Rodrigues Souto, Lorena Vidal, Cristobal Nodar, Alvaro Rodrigues e Luis Cordeiro, junto com estudantes e colaboradores



**Fig. 7** – Fernando Acuña, com Alberto Balil e Carlos Alberto Ferreira de Almeida, no III Congresso Nacional de Arqueologia, realizado no Porto, em 1973



**Fig. 8** – Fernando Acuña com Francisco Jordá Cerdá, Carlos Alberto Ferreira de Almeida e José Luis Maya, em visita ao Castro de Coaña, organizada no âmbito do Curso Prático de Arqueología Protohistorica de Navia, 1982 (Arquivo F. Jordá Cerdá)



**Fig. 9** – Apresentação de Fernando Acuña na sessão de abertura do Painel de Estudos Monte Mozinho - 25 anos de Trabalhos Arqueológicos, homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que decorreu no Museu Municipal de Penafiel, em abril de 1998. Na mesa, da esq para a dir. Jorge Ginja (Delegado Regional da Cultura Norte - fora da fot.), António Queirós (pelo Gov. Civil do Porto), Agostinho Gonçalves (presidente C. M. Penafiel), Gerardo Pereira-Menaut (pela U. Santiago de Compostela), Armando Coelho Ferreira da Silva (DCTP - Faculdade de Letras U. P.) e José Portugal (pela CCRN) (Fot. Museu Municipal de Penafiel)



**Fig. 10** – V Centenário da Universidade de Santiago de Compostela - visita à Biblioteca Médica, 1995. Explicação prestada aos reis de Espanha Juan Carlos Bourbon e Sofia da Grécia, estando presente Manuel Fraga Iribarne, os vice-reitores Rosario Rodriguez e J. A. Segade e o director da Biblioteca Dario Vilariño



**Fig. 11** – Fernando Acuña a proferir a lição inaugural da Faculdade de Xeografía e Historia U.S.C., no ano de 2002/2003



**Fig. 12** – Sessão de admisión como académico numerário da Real Academia Galega de Belas Artes (2013)  
(Fot. Xurxo Lobato)

## PRE-HISTORIA DUN ARQUEÓLOGO

Carlos García Martínez<sup>1</sup>

### RESUMO:

O autor evoca os comezos do Prof. Dr. Acuña Castroviejo no mundo da Arqueoloxía a través da súa amizade, da aprendizaxe compartida e dos traballos realizados en común.

### ABSTRACT:

The author evokes the beginnings of Prof. Dr. Acuña Castroviejo in the world of Archaeology, through their friendship, shared learning, and works in common.

*Amigos, compañeiros, en pé estamos  
xa vai pra un ano, os corazóns en roda,  
as almas fumegantes como aras  
diante da terra nosa.*

Fermín Bouza Brey (1968)<sup>2</sup>

Pretende ser este texto un persoal achegamento aos comezos e primeiras experiencias no campo da arqueoloxía do Profesor Dr. Fernando Acuña Castroviejo, a personalidade que aquí se honra pola súa contribución ao coñecemento desta disciplina en xeral e particularmente polos seus estudos referidos ao noroeste da península ibérica. Unha particular e amical visión de quen compartiu con este vocacional arqueólogo, (xunto con outros máis), dende o xa lonxincuo ano de 1966, varias xeiras de traballo, que ocuparon non poucos anos, e nas que percorremos treitos abondo do territorio galego na busca de testemuños do primixenio pasado dos seus poboadores. Experiencia da que mantemos, os que naquelas participamos, duradeira lembranza, hoxe avivecida ao congratulármonos con este recoñecemento que se lle dispensa ao noso conmilitión polos seus colegas e amigos de aquí e alén do Miño.

O personaxe centro da nosa atención, ía para biólogo, mais a arqueoloxía venceu esta súa primeira vocación.

Souben de Fernando Acuña Castroviejo polo ano 1966, cando cursaba na Universidade de Santiago o terceiro ano da carreira de Filosofía e Letras, no vello caserón que alberga a Facultade, ergueito ao pé do antigo castro no que principiou a agromar a cidade de Compostela.

---

<sup>1</sup> Director do Museo do Pobo Galego.

<sup>2</sup> Estrofa inicial da poesía de F. Bouza Brey "Aos mozos arqueólogos de Galiza en Compostela", dedicada a Fernando Acuña Castroviejo, Xosé Carro Otero, Carlos García Martínez e Xosé M. González Reboredo.

Por aquel ano sería elixido delegado de curso na Asociación Profesional de Estudantes, delegación que conservaría até o ano 1968. Non eran momentos nada favorables para desempeñar os mandados aos que o tal posto obrigaba. Tempos nos que o compromiso político todo o nordeaba, nunha Compostela na que o movemento estudantil, adiantado na loita antifranquista, contribuiría dende abril do 68 e ao largo da década dos anos setenta do pasado século, a activar os ritmos da conquista das liberdades colectivas e mesmo o pulso dos círculos intelectuais. Comezaba a retomarse a andadura democrática violentada polo golpe militar de 1936, e xermolaba a semente deitada nos anos de preguerra, anos dos máis creativos e anovadores que houbo na historia recente de Galicia.

Era o entón aspirante a arqueólogo un mozote baril, de pelo negro ensortellado, pleno de vitalidade, un chisco adusto, mais só en aparencia, esforzado e tenaz no traballo de campo, o que lle acaía a medida para a práctica arqueolóxica, así como incansable andarego que non lle volvía as costas ás abas máis costentas, nin ás valgadas máis profundas. Tan animoso como terque, nel podía recoñecerse o padrón do arqueólogo vocacional. Tiña xa por entón un certo ar de fidalgo, que co pasar do tempo foise virando máis ostensible. De exercer como tal e precisar dunha divisa que o acreditase, seríanlle apropiados os versos (1972) de Fermín Bouza Brey, seu primeiro mestre, dos que el tanto gusta: *É por unha cultura que se loita./ por unha lingua en fror que se combate./ por ter o espírito ceibe é a nosa coita/ que ha ter o seu remate.*

Pero volvamos ao troco vocacional do noso amigo. Que foi o que o impeleu a transitar dende a bioloxía cara á arqueoloxía?. Poida que a súa contorna familiar tivera algo que ver, e en particular o seu avó materno, D. Ricardo Blanco Cicerón (1844-1926), arquetipo do coleccionista na súa acepción máis próxima á daqueles anticuarios, que foron sinónimo de arqueólogos, preocupados non só pola colectánea do obxecto, *recadalo*, senón tamén por *conservalo*, mesmo, en moitos casos, por *estudalo* e, ao fin *amosalo*. Espléndida colección a que logrou reunir, tanto no relativo a materiais arqueolóxicos –a salientar o soberbio fondo de xoiaría prerromana, certamente o mellor repertorio desta singular faciana da nosa pre e protohistoria– como artísticos, arquivísticos, documentais e fotográficos, así como unha gornecida biblioteca. Avezado e recoñecido coleccionista, Blanco Cicerón mantivo relacións con distinguidos colegas e eruditos europeos; relación reflectida na correspondencia que se conserva. Non sería, pois, estraño que a proximidade e a vista daquelas coleccións de arte e arqueoloxía axudasen a conformar, nalgunha medida, a vocación do noso autor.

Pronto tomaría contacto con algúns outros universitarios aos que unía unha común afección polo mundo antigo e a arqueoloxía. Afección que se habería afirmar cando a revolución de maio do 68, aquel grande abalo asembleario estudantil, insurxente e anovador, que supuxo un punto de inflexión fronte dos valores dunha sociedade apreixada por manidos convencionalismos, que precisaba de inminentes transformacións. Santiago e a súa universidade vivirían en abril do 68 o seu particular movemento, que propiciaría as primeiras mudanzas no ámbito universitario e por extensión na sociedade civil. En Galicia o movemento manifestouse, como non, en favor tamén das linguas e das identidades culturais, minoradas nos estados plurinacionais. Actitude que amparaba unha meirande atención ao coñecemento da realidade histórica e sociocultural do país, que levou a alentar o interese nalgúns sectores do alumnado universitario polo seu estudo. E a esta corrente nos sumamos algúns.

Aquel grupiño de apaixonados pola arqueoloxía realizáramos unha primeira incursión, ou máis apropiadamente intrusión, neste mundo do pasado no ano 1966. Nela estivemos, Gerardo Pereira Menaut, Fernando Acuña, Mauro Fernández Rodríguez (hoxe catedrático de Lingüística da Universidade de A Coruña) e quen isto escribe. Consistiu nunha pequena sondaxe nos restos dun castelo ergueito a mediados do século XIII, nomeado da Rocha Forte, nas inmediacións de Santiago, pertencente á Mitra compostelá, residencia en orixe dos seus bispos e que en 1466 fora asediado e derramado polos irmandiños. Pasados anos o Profesor Acuña –unha volta ás orixes– e a Profesora Casal García, acometerían nel sistemáticas escavacións que amosaron un relevante complexo defensivo, de cumprida fortificación e interesante arquitectura.

En novembro do mesmo ano emprendemos, un pouco ás toas, a escavación dun pequeno grupo de túmulos megalíticos, emprazados na periferia de Santiago nun lugar coñecido como Montouto, labor que continuou ao longo dos primeiros meses do ano 1967. Nesta primeira escavación arqueolóxica, participamos Xosé M. González Reboredo, Gerardo Pereira Menaut, Fernando Acuña Castroviejo, Blanca Caamaño, Basilio Deibe e o que subscribe.

Mais aqueles afáns e iniciais vocacións por saber da arqueoloxía e das culturas prehistóricas en Galicia, reclamaban coñecementos, método e rigor, para enfrontar o seu estudo.

Desafortunadamente á altura daqueles anos, 1966-1968, o estudo da Arqueoloxía na Universidade compostelá achábase abondo desasistido, figurando esta disciplina agregada á cátedra de “Historia Antigua y Media de España”, que tamén acumulaba “Historia Moderna e Contemporánea de España”. Como materia non diferenciada por entón da Historia, o seu ensino non pasaba mormente dun circunstancial coñecemento, sen actividade de seu. Tampouco era moito o amparo que se podía tirar da bibliografía arqueolóxica existente na biblioteca da Facultade de Filosofía e Letras. Situación que en liñas xerais manteríase até 1968.

O noso autor publicou non hai moito, *O ensino da Arqueoloxía na Galiza entre o franquismo e hoxe*, (Rev. da Facultade de Letras, da Universidade de Porto, 2014), no que se presenta nida a situación e evolución da súa ensinanza e investigación no tempo que enmarca o título. Un proceso temporal que nos debuxa un panorama, que o noso autor cualifica de desolador, no que a frustración non deixa de estar presente. Frustración por canto dos catedráticos, vinculados coa Arqueoloxía ou a Prehistoria, que solicitaron a praza á que estaba agregada a disciplina na Universidade compostelá, uns estarían pouco tempo, como Lluís Pericot (1926-1927) ou Alberto del Castillo Yurrita (1931-1932) –este profesor, discípulo de Bosch Gimpera, na súa curta estadía chegou a ingresar no Seminario de Estudos Galegos e apoiou as reivindicacións dos universitarios galeguistas, o que lle custou ser depurado polo franquismo–, e outros nin sequera chegaron a tomar posesión, así os casos de Martínez Santa Olalla ou Almagro Basch. Mesmo en 1945 quedaría deserta a convocatoria dunha praza de Prehistoria e Historia Universal de las Edades Antigua y Media.

En 1955 Carlos Alonso del Real accede á cátedra de Prehistoria e Historia Universal Antigua y Media y de Historia General de la Cultura –en 1967 a titulación quedará en Prehistoria e Etnografía–, cátedra que, como apunta o noso autor no artigo arriba citado, non se caracterizou polo seu traballo arqueolóxico, agás algunha intervención no castro de Fazouro, en Foz, ou a participación na escavación duns túmulos megalíticos no Morrazo con Ramón Sobrino Lorenzo-Ruza.

Con todo, houbo tamén momentos de especial relevo no que fai ao coñecemento da Prehistoria e da Arqueoloxía en Galicia. Así a viaxe que realiza en 1922 o Profesor Hugo Obermaier, Catedrático de Historia Primitiva del Hombre da Universidade de Madrid, na que impartirá unha serie de conferencias en diversas cidades galegas, cuxa publicación constitúe unha primeira, e necesaria, síntese da prehistoria galega; ou a estadía de Lluís Pericot en 1926-1927, rexentando a cátedra de Historia Antigua y Media de España da Universidade de Santiago, quen terá relación co Seminario de Estudos Galegos e moi especialmente con López Cuevillas; ambos os dous escavarán no Castro de Troña, publicando os resultados, e o primeiro dedicará unha monografía ao estudo dos vasos campaniformes da colección La Iglesia achados nas Pontes de García Rodríguez. O traslado de Pericot en 1927 e o de Castillo Yurrita en 1932, fai que a investigación arqueolóxica quede fundamentalmente nas mans do Seminario de Estudos Galegos (SEG), do que tamén forma parte Sebastián González García Paz, profesor da Facultade de Filosofía e Letras da USC, e que estaba chamado a desempeñar un especial papel no ensino e investigación da arqueoloxía en Galicia, que a guerra estragará ao ter que exiliarse o mencionado profesor.

Polos anos cincuenta e sesenta do pasado século o interese da Universidade de Compostela polo estudo da realidade galega era moi limitado e a dinámica sociocultural que se estaba a xerar en sectores intelectuais galeguistas, verbo da análise da nosa personalidade colectiva como pobo, da súa

identidade e da súa cultura apenas resoaba nos ambientes universitarios; e a arqueoloxía non era unha excepción, pois o seu estado seguía a ser do máis precario, ao menos até o ano 1968.

Ende ben contábase dende o ano 1943 co Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento”, adscrito ao Consejo Superior de Investigaciones Científicas, a través do seu Patronato de Humanidades Menéndez Pelayo, dirixido até a súa morte en 1971 polo Profesor Dr. Francisco Javier Sánchez Cantón. Fora creado polo CSIC como arremedo do histórico SEG, probablemente a institución cultural máis simbólica e transcendente da Galicia do século XX, que sería proscriba polo franquismo en 1936. O Instituto “Padre Sarmiento” aglutinaba o labor arqueolóxico, que realizaban os membros procedentes do extinto Seminario de Estudos Galegos e viña desenvolvendo dende a súa creación un silandeiro pero importante labor historiográfico, no que Fermín Bouza Brey, un dos fundadores do SEG, continuaba a tradición dos estudos arqueolóxicos na liña comezada nos anos vinte do pasado século con López Cuevillas, pai da prehistoria moderna en Galicia. A Sección de Arqueoloxía e Prehistoria do Instituto, continuadora do extraordinario labor realizado pola gobernada por Cuevillas na preguerra, levará a cabo un salientable papel no eido daquelas disciplinas, dende os anos corenta até os anos oitenta do século XX. E nesta institución encontraríamos o lugar apropiado onde encarrear as nosas arelas arqueolóxicas.

Nos primeiros meses de 1967 coñecemos a D. Fermín Bouza Brey, por mediación dun sobriño de seu. Acudimos á súa casa na Rúa do Vilar, en Santiago, o aquí homenaxeado, Xosé M. González Reboredo e quen isto firma. Daquela primeira entrevista, na que lle comentamos os nosos degaros, sairá unha encomenda: por en limpo as referencias e notas da escavación das mámoas do Montouto. Xurdiu presto o consello inequívoco, o enfoque axeitado do traballo, a análise dos datos e a bibliografía adecuada; non fallou nin sequera, a corrección da escrita e do estilo. E aquel inicial artigo apareceu, pola súa intercesión, na revista do Instituto Padre Sarmiento, *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Era a nosa primeira publicación.

A proposta de Bouza Brey creábase no seo do Instituto “Padre Sarmiento” en novembro de 1967 un Seminario de Prospeccións Antropolóxicas, Etnográficas e Arqueolóxicas, que logo se incorporará á Sección de Arqueoloxía e Prehistoria que dirixira até a súa morte en 1958, o seu grande amigo e compañeiro, Florentino López Cuevillas, e a partir dese ano o propio Bouza Brey. Sección que habería converterse nunha das máis dinámicas e anovadoras da institución.

Da man do noso valedor ingresamos na mencionada Sección cara a finais do ano 1967, Xosé Carro Otero –antropólogo físico e arqueólogo–, Fernando Acuña, Xosé Manuel González Reboredo e quen isto escribe. Novicios con ansia de penetrar no arcano das primeiras culturas do noroeste da península ibérica, tivemos a grande fortuna de coñecer a algúns daqueles intelectuais que conformaran o Seminario de Estudos Galegos, Otero Pedrayo, Xaquín Lorenzo, Fraguas Fraguas, Martínez López, Filgueira Valverde, Carballo Calero –Cuevillas e Risco tiñan xa falecido en 1959 e 1963– e outros máis, Chamoso Lamas, García Álvarez, Taboada Chivite...

Ao tempo que descubríamos por medio da súa palabra a recente memoria histórica do país, da que foran non poucos dos citados protagonistas directos, soubemos do inmenso labor levado a cabo polo Seminario de Estudos Galegos, dende a súa creación en 1923 até o seu imposto pechamento pola ditadura franquista en 1936. Significados mestres que nos faloron do importante papel que tivera aquela institución no estudo e comprensión, dende unha perspectiva integral, interdisciplinar e colectiva, da formación histórica de Galicia, deseñando por vez primeira un proxecto para o seu coñecemento científico. Unha tarefa que de par da pescuda da identidade galega, significouse polo compromiso cívico dos seus membros e o carácter militante da súa obra. E aínda nos fixeron comprender o porqué do seu sacrificio e da represión que moitos deles padeceron pola man irada dun réxime ditatorial, aturando uns o amargor do exilio, outros, o non menos acedo do exilio interior e non poucos a morte asañada.

O Dr. Bouza Brey porfiaba en manter a actividade da Sección no suco polo que a guiara López Cuevillas, procurando recuperar a súa acción, na que de par da atención aos contidos teóricos, impres-



cindibles para a actualización e avance no estudo daquelas disciplinas, fomentábase o labor de equipo e o traballo de campo.

Con esa directriz comezouse a preparar en reunións semanais un programa de actuación que se enceta coa recollida pormenorizada de bibliografía de prehistoria, arqueoloxía e antropoloxía, seguindo o patrón, actualizado, do publicado polos autores arriba citados, na revista *NÓS*, en 1927; a realización de catalogacións, prospeccións e escavacións do patrimonio arqueolóxico e preparación dalgún estudo interdisciplinario de comarcas coa intención de proseguir o modelo de tarefa colectiva de anteguerra que fixo posible singulares traballos de campo, uns como os do Ribeiro, Deza ou Fisterra, dos que só saíron do prelo algúns traballos parciais, ou as magníficas monografías como Parroquia de Velle, Vila de Calvos de Randín ou Terra de Melide, as tres editadas, constituíndo estudos pioneiros para os anos nos que se levaron a cabo (entre 1930 e 1933) e nos que salientan as achegas nos campos da prehistoria, arqueoloxía e etnografía, cuxo coñecemento era indispensable para alumar as orixes da formación histórica de Galicia.

Nos seguintes anos fóronse incorporando á Sección de Arqueoloxía e Prehistoria do Instituto Padre Sarmiento, Vázquez Varela, Arias Vilas, Fariña Busto, Romero Masiá, Ramil Soneira, Sierra Rodríguez, Calo Lourido, Caamaño Gesto, Rodríguez Casal, ...

Entendía Bouza Brey que o traballo arqueolóxico, tiña tamén que indagar no contexto, procurar o coñecemento do lugar e a contorna na que se radicaba o obxecto de estudo. Nos traballos de campo, nas xuntanzas semanais ou nos parladoiros que celebrabamos nas tascas do casco vello compostelán, esta análise estaba moi presente. Era unha regalía asistir a aquelas leccións maxistras, nas que a arqueoloxía se enfiaba na súa conversa enriquecedora, coa arte, a lingüística, a toponimia, a etnografía, a historia. A explicación dun xacemento ou unha xeira, era aproveitada para esculcar noutros aspectos culturais. Como nos ilustrados do XVIII, nada era alleo á súa atención. O entorno xeográfico, o lugar e a parroquia, a traza das igrexas rurais, a feitura e iconografía dos retablos, a orixinal e integrada arquitectura popular, a conversa demorada co campesiño na busca dun costume, lenda ou refrán, do cantar do pobo, o epígrafe dun cruceiro ou a escudriña no antigo arquivo parroquial, selado pola poeira do tempo. Nin sequera faltaba a análise precisa de plantas e árbores, da utilización da medicina popular: as propiedades da *digitalis purpurea*, das rutáceas ou da cortiza do bidueiro.

E así foi unha continua lección dende as terras de Compostela, deica as irtas penedías do Buriz, e no medio, Lampai, Bexo, O Grove, Roupar, Barbanza, Terra de Montes... O profesor Acuña, como membro da Sección de Arqueoloxía e Prehistoria do Instituto de Estudios Gallegos "Padre Sarmiento", habería participar en non poucas das prospeccións, catalogacións e escavacións realizadas. Entre elas podemos citar a catalogación arqueolóxica da comarca de Santiago (1968); o estudo monográfico das terras do Incio, Lugo, (1968), a escavación dos Modorros de San Pedro, Lugo (1968); a escavación da necrópole megalítica de Bexo, Rianxo (1969); a prospección da necrópole megalítica de Lampai, Teo, A Coruña (1970); a escavación da necrópole galaico-romana de Adro-Vello, O Grove, Pontevedra (1971); ou o estudo monográfico da Terra de Montes, Pontevedra (1973-1975).

Bouza Brey mantiña contactos con institucións e investigadores que traballaban no eido da prehistoria e arqueoloxía en España, Portugal e outros países europeos, Italia, Francia, Gran Bretaña ou Irlanda. Nas reunións periódicas que celebraba a Sección daba conta das novidades que se producían naquelas materias, que lle chegaban a través dos intercambios que tiña con colegas dos mencionados ou doutros países. Insistía na conveniencia de concorrer a congresos e encontros científicos e de establecer relacións con investigadores, aspectos que entendía convenientes para a formación e a investigación. O seu nome era referencia para os investigadores foráneos, a quen recorrían na procura de información encol da arqueoloxía galega. Por el coñecemos a significados arqueólogos dos que sabemos polas súas publicacións, o que deu pé para colaborar en programas de investigación que algúns daqueles realizaron en Galicia. Estas relacións, con prehistoriadores e arqueólogos, portugueses, españois e doutros países europeos, permitíronlle incorporar á súa biblioteca unha especializada bibliografía nos campos da antropoloxía, prehistoria e arqueoloxía, en momentos, como xa se indicou, nos que o estudo

e investigación destas materias na Universidade de Santiago tiñan escaso predicamento, e escasos eran os medios bibliográficos dispoñibles. A súa biblioteca persoal foi de especial utilidade polos anos centrais do século XX, estando a disposición dos investigadores nuns momentos nos que a penuria bibliográfica referente a aquelas materias era mais que manifesta.

O Profesor Acuña ten cualificado, con evidentes argumentos, ao ano 1968 como fundamental para o ensino e a investigación da arqueoloxía en Galicia. Até entón, como se deixou dito, o papel desenvolvido pola Universidade verbo desta disciplina foi máis ben cativo. Naquel ano chega a Santiago o Profesor Dr. Alberto Balil Illana para facerse cargo da primeira praza, que se dotaba na Universidade de Santiago dedicada a ela. Transcorreran nada menos que cincuenta anos dende a creación no seo da Facultade de Filosofía e Letras da sección de Historia. Será certamente unha data clave que inicia un período de plenitude para aquela especialidade. O Profesor Balil concibe e crea a máis o Seminario de Arqueoloxía, introducindo novas metodoloxías no ensino e na investigación. O resultado non se fai de agardar: configúrase unha escola que de inmediato comeza a ter presenza en distintos foros, con discípulos de sólida formación; prográmanse interesantes escavacións; edítanse publicacións que permiten os intercambios, que xunto cunha hábil política de relacións, irán constituíndo unha especializada biblioteca, etc. En todo este labor terá o noso homenaxeado transcendental papel.

Infelizmente o Prof. Balil deixa a Universidade de Santiago no ano 1972, trasladándose á de Valladolid; a causa, a negativa –inducida por algúns claustrais inmobiliarias– a dotar a anhelada e ben merecida cátedra de Arqueoloxía. Malográbase así, xa que logo, unha magnífica oportunidade para asentar dunha vez a investigación desta materia en Galicia. De novo prevalecía a frustración.

Por fin no ano 1980 créase a cátedra de Arqueoloxía na Universidade compostelá. Será o seu primeiro titular o Profesor Dr. José M<sup>a</sup> Luzón Nogué, que xa estivera en Santiago como Profesor Agregado de 1976 a 1979 –impulsor, entre outras accións, do interesante traballo de campo realizado no Caurel en 1977–, que rexenta a cátedra até 1983, ano no que se traslada a Madrid.

En 1987, e previas oposicións, faise cargo da cátedra o Profesor Dr. Fernando Acuña Castroviejo, que a desempeña até a súa xubilación neste ano 2015. Será o derradeiro catedrático de Arqueoloxía da Universidade de Santiago, por canto coa xubilación do seu titular, a cátedra amortízase. Non foron certamente moitos os anos que esta perdurou e, outra volta, a frustración acabará gañando a partida.

Pon fin o noso amigo coa súa *lubilatio* a unha transcendente etapa da súa vida, consagrada á investigación e docencia da Arqueoloxía e disciplinas afíns, na Universidade de Santiago. A fría normativa burocrática así o dispón. Incorporarase agora a esa categoría de Catedráticos *ad Honorem* que lle dan lustre a toda Universidade. Mais o Profesor Acuña, e creo que con todo merecemento, debe seguir a exercer o seu maxisterio; non calquera maxisterio, senón o que mellor lle acae e corresponde como un dos Petrucios da Arqueoloxía galega.

Sempre gustou de dicir que fora un home privilexiado. E isto en razón de ter coñecido e colaborado con distinguidos persoeiros que viviron por e para Galicia, reivindicando a súa personalidade colectiva de pobo; que estudaron con habelencia o seu país, as súas xentes, o seu decorrer histórico e defenderon a súa identidade comunal; e de por parte exerceron de mestres gratuítos, que con evidente satisfacción ensinaron e compartiron os seus saberes e experiencias cos que tivemos a ventura de coñecerlos. Honra ao noso homenaxeado esta súa gratitude.

Non quixera pasar por alto a dedicación e entrega a Galicia do Profesor Acuña Castroviejo, que vai máis alá do estritamente profesoral, do seu labor no eido da arqueoloxía e da investigación do pasado histórico de noso. Como cidadán consecuente é notorio o seu compromiso con Galicia como realidade sociopolítica e con toda manifestación no ámbito da cultura, participando nas iniciativas que teñan por obxecto un mellor coñecemento da súa definida personalidade colectiva e da súa singular cultura. Nesta dimensión compre citar a súa implicación en diversas institucións, como a creación do Museo do Pobo Galego, do que é Vicepresidente do seu Padroado, a súa pertenza ás Fundacións Castelao e Pedrón de Ouro, á Real Academia Galega ou á Real Academia de Belas Artes, etc.

É o noso homenaxeado un valedor das relacións entre os investigadores portugueses e galegos no eido da arqueoloxía. Unha relación que, nesta e outras materias, asenta nunha dilatada tradición, presente xa no século XIX e que acadou relevo na primeira metade do século XX en particular nos tempos do Seminario de Estudos Galegos (1923-1936), dunha maneira especial nas áreas da arqueoloxía e da etnografía. Da mencionada institución foron socios persoeiros como Leite de Vasconcelhos, Mendes Correia, Serpa Pinto, Alves Pereira, Castro Pires de Lima, Santos Júnior... O Seminario mantería intercambios con universidades, museos e institucións portuguesas como a Faculdade de Ciencias de Porto, Biblioteca Nacional de Lisboa, Sociedade Martíns Sarmiento, Sociedade de Antropología e Etnografía do Porto, Instituto Histórico do Minho... Relacións nas que os intercambios de publicacións e a asistencia a congresos e reunións científicas, cumprían un destacado papel, dando lugar a unha frutífera colaboración institucional, como se desprende da celebración da Semana Cultural Galega de Porto, entre os días 31 de marzo e 6 de abril de 1935, en cuxa organización tivo un importante papel o Seminario de Estudos Galegos e na que interviñeron diversos investigadores e profesores das universidades de Porto e Santiago; semana cultural que tería próxima continuidade nunha Semana Cultural Portuguesa en Galicia, no mes de xullo de 1936, que o alzamento militar de Franco imposibilitou.

Relacións e contactos que proseguiron até o momento actual, se ben con distinta intensidade e segundo épocas. Congresos e reunións científicas, participación en escavacións arqueolóxicas, conferencias, etc. É neste punto é preciso subliñar o importante cometido que desempeñaron no mantemento destas relacións no campo da arqueoloxía, entre o norte de Portugal e Galicia, os Profesores, xa desaparecidos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, quen foi un elo esencial nestas relacións, e Gerardo Pereira Menaut. Cometido que de seguro contará, como até agora, co concurso do Profesor Fernando Acuña Castroviejo.

Conclúo esta persoal e amical semblanza, evocando, con seña de, a dous homes preclaros, que xa son tempo, e con quen nos uniu fraterna amizade; ambos os dous foron personalidades relevantes e referentes incuestionables para a arqueoloxía e para a historia antiga, o Profesor Dr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida e o Profesor Dr. Gerardo Pereira Menaut, falecido este inesperadamente hai escasamente tres meses. Coñecín ao primeiro da man do Dr. Bouza Brey, arredor de 1969, nas terras de Maia; co segundo a amizade comezou xa nos estudos primarios, en Compostela. A pegada do saber profesional de ambos os dous persistirá a través do tempo e o baleiro que as súas mortes nos deixan, ha ser difícil de cubrir. Fica indeleble a súa lembranza. Na memoria perduran con forza os recordos de congresos e encontros ou das visitas a xacementos arqueolóxicos, que fixemos cos citados e con Teresa Soeiro, Fernando Acuña e Francisco Calo, gozando da hospitalidade do Portugal amigo, hoxe para algún de nós un Portugal de todas as nostalxias.



## OS LIMITES DAS DIOCESES SUEVAS DE *BRACARA* E DE *PORTUCALE*

Jorge de Alarcão<sup>1</sup>

### RESUMO:

O *Parochiale Suevum* terá resultado de uma decisão, tomada no concílio de Lugo de 569, de reorganizar o mapa eclesiástico do reino suevo. A nova divisão terá sido aprovada no II Concílio de Braga (572). As fronteiras dos bispados de Braga e do Porto constam de documentos apócrifos que, todavia, parecem ser substancialmente correctos: não temos razão para supor que não recordam os limites da época sueva mas os que as dioceses teriam tido em época posterior, eventualmente no tempo de Afonso III de Leão.

**Palavras-chave:** *Parochiale Suevum*; Dioceses de Braga e do Porto.

### ABSTRACT:

The text known as *Parochiale Suevum* gives us a list of dioceses and their parishes of the kingdom of the Suevi in Spain by 569-572 AD. In the council of Lugo (569) it was decided to reorganize the ecclesiastic divisions of the kingdom and the map seems to have been approved in the II Council of Braga (572). The boundaries of the dioceses of Bracara and Portucale are only known from forged documents dated to the end of the 11<sup>th</sup> century, but there are no reasons to suppose they do not correspond to those of the end of the 6<sup>th</sup> century.

**Keywords:** *Parochiale Suevum*; Dioceses of Braga and Oporto (Portugal).

O preâmbulo com que o *Parochiale Suevum* se apresenta (LF 10 e 551) é certamente apócrifo (DAVID,1947: 64-65). Nele se diz que os bispos do reino suevo, reunidos em Lugo em 569, leram uma carta que o rei Teodemiro lhes dirigira:

*Cupio sanctissimi patres ut providi utilitate decernatis in provinciis regni nostri quia in tota Gallecie regione spaciose satis dioceses a paucis episcopis tenentur ita ut aliquante ecclesie per singulis annis vix possunt a suo episcopo visitari. Insuper tanta provincia unus tantummodo metropolitanus episcopus est et de extremis quibusque parrociis longum est singulis annis ad concilium convenire.*

Desejo, Santíssimos Padres, que tomeis as necessárias providências tendo em atenção que em toda a Galiza as dioceses são muito vastas e os bispos são poucos, de modo que não podem visitar as suas igrejas senão uma vez por ano. Além disso, sendo tão extensa esta província, só tem um metropolitano — e é penoso vir todos os anos das paróquias mais distantes ao concílio.

---

<sup>1</sup> Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras de Coimbra. Membro do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património.

Continua o preâmbulo:

*Dum hanc epistolam episcopi legerant elegerunt in sinodo ut sedis Lucensis esset metropolitana sicut et Bracara quia ibi erat terminus de confinitimis episcopis et ad ipsum locum Lucensem grandis semper erat concilio Suevorum. Etiam in ipso concilio alias sedes elegerunt ubi epsicopi ordinarentur.*

Lida esta carta, os bispos decidiram, no concílio, promover a sé de Lugo a metropolitana, à semelhança da de Braga, porque o lugar era central para os bispos dos territórios confinantes e nesse lugar de Lugo, desde longa data, sempre se reunia a assembleia dos Suevos. Escolheram também no mesmo concílio outras sedes para as quais se deviam ordenar bispos.

O texto que acabámos de transcrever e de traduzir pode ter sido redigido para servir de preâmbulo às cópias que nos fins dos séc. XI e nos inícios do XII se fizeram do *Parochiale Suevum*. Nesta época, em que os bispos disputaram a delimitação das suas dioceses, o *Parochiale* (então chamado *Divisio Theodemiri*) foi muitas vezes copiado e invocado. Encontramo-lo mencionado, por exemplo, na sentença que D. Sesnando proferiu quando, em 1078, julgou o pleito ente os bispos D. Pedro de Braga e D. Ederónio de Orense sobre a posse do território de *Baroncelli* (LF 21 e 619; COSTA, 1959, II, docs. 25 e 25A), ou na bula de Pascoal II, datada de 24 de Março de 1101, que confirmou ao bispo de Coimbra, D. Maurício, as terras que vinham até *Castrum Antiquum*, isto é, até Vila Nova de Gaia (LF 5; LP 592 e 621; ERDMANN, 1927: 154-156, doc. 2).

O carácter apócrifo do preâmbulo do *Parochiale Suevum* não exclui a possibilidade (ou probabilidade) de ser substancialmente verdadeira a notícia que nele se contém: num concílio reunido em Lugo, em 569, por ordem ou com o apoio do rei Teodemiro, os bispos terão reconhecido a necessidade ou conveniência de procederem a uma reorganização administrativa eclesiástica, com criação de novas dioceses, sua delimitação e aprovação das paróquias de cada uma.

A preparação do novo mapa eclesiástico terá demorado algum tempo. Existiriam já então muitas igrejas, umas modestas ou mesmo pobres, outras mais abonadas de rendas e de alfaias, umas em cidades, outras em *vici* ou *castella*, algumas de fundação privada em *villae* ou *in domibus potentum*. Acresciam mosteiros ou *baselicae* que assumiam a *cura animarum* das populações da sua vizinhança. Algumas destas igrejas ou *baselicae* de fundação privada não eram instituídas com intuítos verdadeiramente piedosos, mas como um meio de seus proprietários tirarem proveito pessoal das contribuições ou dádivas dos fiéis. Isto foi condenado em vários concílios, designadamente no II de Braga (572), que também confirmou a obrigação, para quem fundasse igreja ou mosteiro, de dotá-lo de bens fundiários cujas rendas assegurassem devidamente as necessidades do culto.

Acresce que era preciso separar o trigo do joio e de privilegiar as igrejas cujos párocos garantissem a divulgação da fé cristã sem suspeitas de arianismo, sem contágio da *nefandissima Priscilliana secta*, ou sem aquelas práticas pagãs que S. Martinho de Dume denunciou no seu *De correctione rusticorum*.

Se no concílio de Lugo de 569 foi decidido reorganizar o mapa eclesiástico do reino suevo, a aprovação deste terá sido feita no II Concílio de Braga, em 572, já no reinado de Miro, sucessor de Teodemiro. Esta parece ser a data mais provável do *Parochiale Suevum* que Pierre David (1947: 67-68) atribuiu ao período de 572-589 e Avelino de Jesus da Costa (1997: 40) situou entre 572 e 582.

Se efectivamente os bispos pensaram, em 569, em criar novas dioceses, a concretização da ideia não terá ido muito longe. Pierre David (1947: 69) sugeriu que, entre o I e o II concílios de Braga, isto é, entre 561 e 572, foram instituídas as dioceses de *Magneto* (com sede em Meinedo, posteriormente transferida para o Porto), Idanha, Lamego, Tui e Orense. Meinedo e Tui teriam sido criadas por desmembramento da diocese de Braga; Idanha, Lamego e Orense teriam sido distraídas de Conimbriga, Viseu e Astorga, respectivamente. Pierre David não procurou distinguir as dioceses que terão sido instituídas entre 561 e 569 (se é que algumas o foram) das que terão sido criadas na sequência da deliberação do concílio de Lugo de 569.

Suscitam-se dúvidas sobre quantas dioceses existiriam no Noroeste aquando do I Concílio de Braga (561). Manuscritos dos séculos IX-XI falam, uns, de sete bispos presentes, outros, de oito, outros ainda, de nove (COSTA, 1967). Parece terem estado presentes, nesse concílio, oito bispos: *Lucretius*, *Andreas*, *Martinus*, *Cottus*, *Ildericus*, *Lucetius* (ou *Lucentius*), *Timotheus*, *Maliosus*. Foram estes que assinaram as actas. Não indicam estas, porém, para cada bispo, a respectiva diocese. *Lucretius* seria o bispo de Braga, *Andreas* o de Iria, *Martinus* o de Dume, *Maliosus* o de *Brittonia*. Mas de que dioceses procediam os outros bispos?

Se os bispos assinaram por ordem de antiguidade, como era comum, e atendendo ao facto de Martinho ter sido sagrado bispo de Dume em 556, os que foram seguidamente nomeados teriam tomado posse entre essa data e 561. A sequência das assinaturas, no final das actas, na edição de J. Vives (1963), não coincide, porém, com a do corpo do texto dessas mesmas actas. É a seguinte: *Lucretius*, *Martinus*, *Ildericus*, *Timotheus*, *Andreas*, *Cottus*, *Lucetius*, *Maliosus*.

Avelino de Jesus da Costa (1997: 41) admitiu a possibilidade (ou probabilidade) de *Ildericus* ser o *Adoric*, bispo de Idanha, que viria a subscrever as actas do posterior II Concílio de Braga (572) e de *Lucetius* ou *Lucentius* ser o bispo de Conimbriga que participou no mesmo concílio. Também Ana Maria Jorge (2002: 75) considerou *Adoricus* de Idanha e *Lucentius* de Conimbriga como presentes nos dois concílios de Braga de 561 e 572. José Marques (2002: 482), por seu turno, admitiu a eventualidade de *Cottus* ser, em 561, bispo de *Magneto* (Meinedo).

*Ildericus* e *Adoric* parecem, porém, nomes diferentes (PIEL e KREMER, 1976: 62 e 183). Por outro lado, *Conimbriga* e *Egitania* eram bispados da *Lusitania* e o concílio de 561 parece ter reunido apenas *Galleciae provinciae episcopi* (VIVES, 1963: 65).

Pode suscitar-se alguma dúvida sobre o que então se designava por *Gallecia*, tendo em atenção que, muito mais tarde, o nome se aplicou a uma área que vinha pelo menos até ao Mondego. Parece-nos que, nos finais do séc. VI, e ainda durante toda a época do domínio visigótico, a *Gallecia* não ultrapassava o rio Douro e se mantinha, para as terras a sul, a designação de *Lusitania*. Ora, se admitirmos que no concílio de Braga de 561 se reuniram oito bispos da Galiza *stricto sensu*, e dado que, no *Parochiale*, são nove as dioceses dessa mesma província (*Bracara*, *Portucale*, *Dumio*, *Lucus*, *Auria*, *Asturia*, *Iria*, *Tude* e *Brittonia*), teremos de concluir que, no concílio de Lugo de 569, só se terá decidido a criação, ainda na Galiza, de uma nova diocese. Terá sido a de *Magneto*?

Na igreja portuense de Cedofeita gravou-se, no séc. XVIII, uma lápide recordando a fundação do templo original por Lucrécio, bispo de Braga, em 559. A notícia teria sido tirada *ex perveta lapida* (REAL, 1984: 31). Sendo admissíveis reservas quanto à fidedignidade da informação, também não podemos recusá-la liminarmente. Ora se em 559 já houvesse bispo em *Magneto* não teria sido este a consagrar uma igreja que ficava no âmbito territorial da sua diocese? A sagração do templo pelo bispo de Braga não é testemunho indirecto da criação da diocese de *Magneto* posteriormente a 559? Mas estaria ela já instituída em 561 e seria *Cottus* o seu bispo? Ou a diocese de *Magneto* foi criada na sequência da deliberação do concílio de Lugo, entre 569 e 572? Neste último ano já estava instituída, visto seu bispo *Viator* ter participado no II Concílio de Braga.

Talvez no concílio de 561 não tenham participado bispos da *Lusitania*. Nem no de Lugo de 569. Pode ter sido logo a seguir a este último que os bispos de Viseu, Conimbriga e *Egitania*, ou espontaneamente, ou persuadidos, ou constrangidos, se desvincularam do seu metropolitano (o bispo de Mérida) para prestarem obediência ao bispo de Braga. Terão resolvido assim uma situação incómoda: a de, estando politicamente integrados no reino suevo, estarem sujeitos a um bispo (o de Mérida) do reino dos Visigodos. Acresce que os anos de 568-586 foram de perseguição do rei visigodo Leovigildo aos católicos e designadamente ao bispo Masona de Mérida (JORGE, 2002: 132-135).

Ainda quanto à criação dos bispados de Lamego e de *Egitania* por desmembramento dos de Viseu e de Conimbriga, podemos admiti-la para o de Lamego, e até aceitar a hipótese de esta diocese ter sido criada entre 569 e 572, isto é, entre o concílio de Lugo e o II de Braga. Dificilmente aceitaremos,

porém, que a diocese de *Egítania* tenha sido desmembrada da de Conimbriga. A linha montuosa das serras da Estrela, do Açor e da Lousã e o vale do Zêzere constituem uma barreira e um fosso que separa dois mundos. Não nos parece que de Conimbriga tenha partido a evangelização para a Beira Baixa; mais facilmente admitiremos que a introdução do Cristianismo na Idanha tenha partido de Mérida.

Abordaremos agora o tema principal deste nosso artigo: o dos limites das dioceses de *Bracara* e de *Portucale*.

Uma delimitação da diocese de Braga, atribuída a 572, encontra-se no documento 15 do *Liber Fidei*:

*Per flumina de Limia usque Limdoso ad illa Portella de Homine, per illa Portella de Larauco et inde per illa Portela de Cegulus et inde per Carracio et inde ad Petra Ficta et inde ad montem Miserum et inde ad Colinaria ad radice alpis Sispiatio, et inde per cacumina montium usque ad Bovia que dicitur de Vaccas et inde ad portum de Mirleus per illa aqua de Estole usque in Durio, usque in foze de Corrago et inde ad montem Maroni et inde ad Castro quod dicitur Villa Plana et inde ad illa ponte de Tamice et inde per illa aquam usque ad fluvio de Uteros et inde ad Lumba et inde Portum Purgaani per illam aquam de Ave usque in Castro.*

Pelo rio Lima até Lindoso, às portelas do Homem, de Larouco e de *Cegulus*, e daí, por *Carracio* e Perafita, ao monte *Miserum* (Mísero ou da Miséria?) e a *Colinaria*, ao (ou no) sopé do monte Suspiácio; daí, pela cumeada dos montes, até *Bovia* que chamam das Vacas e ao porto de Mirleus, e pelo Esla até ao Douro e à foz do Corgo; daí à serra do Marão e ao castro a que chamam Vila Chã; daí à ponte do Tâmega e por este rio até ao Odres; por Lomba e pelo porto de Burgães, (seguindo) pelo rio Ave até Castro.

As portelas do Lindoso e do Homem são perfeitamente identificáveis porque os nomes ainda se mantêm. A do Larouco ficaria na serra do mesmo nome. Seguem-se topónimos que não conseguimos localizar, até ao monte Suspiácio. Argote (1734: 657) ainda conheceu o nome, sob a forma *Sospacio*, e declarou-o a “poucas léguas de Bragança, e em cujas raízes está assentada a Puebla de Sanabria”. Também num documento de 1154 se refere o mosteiro de S. Martinho de Castanheira *quod est in Sanabria positum inter lacum et montem qui dicitur Sispacium* (FLÓREZ, ES, XVI: 485). Os topónimos que não conseguimos identificar devem situar-se, pois, entre a serra do Larouco e Puebla de Sanabria. Talvez a *Portela de Cegulus* ficasse numa das antigas estradas romanas que, partindo de Chaves, se dirigiam para norte (RODRÍGUEZ COLMENERO, FERRER SIERRA e ÁLVAREZ ASSOREY, 2004: 657-687).

O limite entre as dioceses de Braga e de Orense – pois era esta que confinava com a de Braga entre as serras do Larouco e de Montezinho – passaria algures entre Chaves e Verín. Ficava entre estas duas cidades o território de *Baronceli* (COSTA, 1959, I: 107; TEIXEIRA, 1996: 203-207; ANDRADE, 1995, com numerosas referências a *Baronceli* no *Tombo de Celanova*). Em 1078, o território era disputado pelos bispos de Braga e de Orense. Chamado a resolver o conflito, o alvazir de Coimbra, D. Sesnando, veio a Tróia (freg. de Mairós, conc. de Chaves) onde decidiu o pleito (COSTA, 1959, II, docs. 25 e 25A; LF 21 e 619). Tróia é hoje lugar deserto (ARGOTE, 1734: 497-498; AMARAL, 1993: 54).

É hipotético ou apenas aproximado o percurso que traçamos entre as serras do Larouco e de Montezinho (Fig. 1). Fazemos passar por esta última o limite da diocese sueva de Braga porque em Calabor ficaria a paróquia orensana de *Calapacios Majores* (MARTÍN VISO, 2002: 21 e 25).

A “cumeada dos montes” referir-se-á à serra de la Culebra. Também não sabemos situar exactamente *Bovia*. O nome é credível para povoação e “das Vacas” seria determinativo para distinguir este lugar de outros homónimos. O porto de Mirleus poderia ficar em (ou perto de) Dehesa de Misleo.

Seguia a fronteira pelo rio Esla até ao Douro e por este rio até à foz do Corgo. Subindo este rio ia depois à serra do Marão, a Vila Chã do Marão e a uma ponte que atravessaria o Tâmega em Amarante. Não temos vestígios arqueológicos de ponte romana neste lugar, mas poderia ser dessa época a que ainda existia no séc. XIII e foi reconstruída nos finais desse século ou nos inícios do seguinte (ALMEIDA, 1968: 175). Na bula de Pascoal II, datada de 1114 (LF 554), a ponte é dita *antiqua*. Descendo o Tâmega até ao rio Odres, a fronteira da diocese bracarense iria por este acima e depois por Lomba e Burgães. Acompanhava o Ave até ao mar, pois Castro deve identificar-se com Vila do Conde.



O documento 15 do *Liber Fidei* atribui ao concílio de Lugo e a 572 a delimitação que acabámos de analisar. É óbvio que faz confusão entre o concílio de Lugo (569) e o II Concílio de Braga (572). Tanto bastaria para suspeitarmos de que esta demarcação é apócrifa. Reforça-se a suspeita com o que no documento se diz: que a delimitação foi feita pelo bispo Martinho de Braga (isto é, por S. Martinho de Dume) e pelo bispo Nígídio de Lugo, que teriam, muito diligentemente, ouvido os mais antigos e consultado velhas escrituras. Não é credível que os bispos tenham consultado escrituras e ouvido anciãos para fazerem a demarcação. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de assinalar que, de acordo com o documento, teriam sido os bispos de Braga e de Lugo os autores da demarcação. Porquê o de Lugo, se esta diocese não tinha fronteira com a de Braga?

Não nos esqueçamos de que, em 569, o bispo de Lugo foi promovido a metropolita, criando-se assim dois sínodos, com sedes em Braga e Lugo, embora o bispo lucense não tivesse total autonomia e reconhecesse a maior autoridade do de Braga (COSTA, 1997: 42-43). Como autoridades eclesiásticas máximas, terão sido autores da demarcação das fronteiras de todas as dioceses da Galiza? O mapa eclesiástico aprovado em 572 não enunciaria apenas as paróquias de cada diocese, mas conteria, por escrito, os limites diocesanos? Apócrifo, o documento 15 do *Liber Fidei* ter-se-á inspirado num documento autêntico?

O documento 552 do *Liber Fidei* contem outra versão do documento 15. Na delimitação propriamente dita não há, porém, divergências. O documento 554 do mesmo livro é uma bula de Pascoal II, datada de 1114, confirmando ainda os mesmos limites.

Para Pierre David (1947: 56), Avelino de Jesus da Costa (1997, I: 29-30 e 367) e José Marques (1998-1999: 407), esta demarcação da diocese de Braga não seria a do tempo dos Suevos, mas teria sido efectuada por Afonso III (866-910), que teria ampliado o bispado.

O rei de Leão restaurou a diocese de Braga (bem como as do Porto, Viseu e Coimbra). A revitalização da vida cristã na diocese bracarense parece atestada por documentação relativa a várias igrejas e mosteiros nos séculos IX e X (COSTA, 1959, I, *passim*; COSTA, 1981: 149-157; AMARAL, 1999: 322-324). Por outro lado, a designação de *Castro* dada a Vila do Conde pode sugerir realmente uma demarcação redigida nos finais do séc. IX ou nos inícios do X. Um documento de 953 chama já *Villa de Comite* a Vila do Conde, mas, ao mesmo tempo, designa o lugar por *castro vocitato Sancto Johanne* (DC 67; COSTA, 1959, II: 1-2; *Vila do Conde. Tempo e território*: 82-84). Nos meados do séc. X usava-se ainda a antiga designação de *Castro*, mas com tendência a desaparecer; sendo assim, também não devemos datar o documento do *Liber Fidei* 15 posteriormente aos inícios do séc. X.

Os bispos das dioceses restauradas por Afonso III não vieram, porém, residir nas suas sedes. Isto acha-se confirmado para Flaviano, bispo de Braga, para Rosendo, bispo de Dume e para Nausto, bispo de Coimbra (COSTA, 1997, I: 196-197). Flaviano teve residência em Lugo e os seus sucessores mantiveram-se na mesma cidade por mais de um século (CARRIEDO TEJEDO, 1998-1999: 316-317 e 329-330).

Parece pouco credível, por isso, o alargamento territorial da diocese de Braga num tempo em que o respectivo bispo nem sequer residia na sua cidade. Mais facilmente admitiríamos a redução territorial do bispado a favor de Orense, Astorga ou Zamora. Afonso III repovoou Zamora em 893 e a cidade tornou-se sede de bispado (MARTÍN VISO, 2002: 68 e 90). Perto, a igreja de San Pedro de la Nave, no território zamorense, um dos bons exemplos da arte asturiana, data dos séculos IX-X (CABALLERO ZOREDA e ARCE, 1997). Era necessário dotar a diocese de um território e, olhando o nosso mapa, não custa a crer que Afonso III tenha podido pensar em levá-lo até ao rio Sabor ou até ao rio Maçãs. Nestas circunstâncias, afigura-se-nos pelo menos duvidoso que o rei de Leão tenha alargado, para oriente, as fronteiras do bispado de Braga.

Tentando aprofundar esta questão de saber se os limites da diocese bracarense, como se definem no documento 15 do *Liber Fidei*, podem remontar ao período suevo, examinaremos a localização dos

*pagi* que o *Parochiale Suevum* atribui a Braga e que se situavam na parte mais oriental da diocese. São eles:

Pannonias  
Laetera  
Brigantia  
*Aliste*  
Astiatico  
Tureco  
*Vallariza*  
Auneco

Mantemos os itálicos da edição crítica de Pierre David, que assim quis distinguir o que considerava interpolações tardias no texto original do *Parochiale*. Os nomes em redondo estariam contidos na versão original e corresponderiam, por isso, aos *pagi* que, em 572, fariam realmente parte da diocese de Braga.

No nosso Mapa 2 representamos o que poderá ter sido a localização desses *pagi*.

Não há dúvida de que *Pannonias* ficava imediatamente a oriente do rio Corgo. Aí, em Vale de Nogueiras (conc. Vila Real), o célebre santuário romano de Panóias mantém o nome do *pagus*. A vila de Constantim, à qual D. Henrique e D. Teresa deram foral em 1096 (*DR* 3), chamou-se de Panóias. São numerosos os documentos medievais que, referindo lugares ainda hoje facilmente identificáveis, os situam na área de *Panoyas* ou *Panonias* (SERRA, 1989: 222-224, citando apenas alguns documentos numa lista que sem esforço poderíamos multiplicar).

Na definição do âmbito geográfico do *pagus* suevo de *Pannonias* não demos, porém, demasiada atenção aos documentos medievais. É possível (ou mesmo provável) que os limites da “terra” medieval de Panóias não tenham coincidido exactamente com os do *pagus* suevo. Aqui, como nos demais *pagi*, guiámo-nos sobretudo pelas sub-regiões naturais de Trás-os-Montes, admitindo (mas isto é claramente um pressuposto) uma certa coincidência entre as regiões naturais e os *pagi*. Outros investigadores com mais directo conhecimento da geografia regional e da ocupação romana da província poderão corrigir as nossas fronteiras.

Cunharam moeda em *Pannonias* os reis visigodos Recaredo (586-601), Viterico (603-610) e Sisebuto (612-621) (VICO MONTEOLIVA, CORES COMENDIO e CORES URÍA, 2006).

O nome de *Laetera* está conservado em Fornos de Ledra, Vale de Prados de Ledra e Vilar de Ledra (COSTA, 1959, I: 136). O *pagus* pode ter correspondido, *grosso modo*, a uma *civitas* romana que terá tido sua sede em Vale de Telhas (conc. Mirandela) (LEMOS, 1993, IIa: 266 e Ib: 495; CRUZ, 2000: 221 e 421-422).

Viterico (603-610), Sisebuto (612-621), Suintila (621-631) e Tulga (639-642) cunharam moeda em *Laetera*.

O *pagus Brigantia* teria sede em Castro de Avelãs ou já no sítio da actual cidade de Bragança. Na época romana, Castro de Avelãs parece ter sido a capital da *civitas* dos *Zoelae*, integrada no *conventus Asturicensis* (TRANOY, 1981: 52). Esta seria, como muitas outras de zonas menos romanizadas, uma *civitas sine urbe*, isto é, o seu centro cívico ou administrativo seria diminuta povoação. Duas aras à divindade indígena *Aernus* recolhidas em Castro de Avelãs (CIL II 2606 e 2607; GARCIA, 1991: 281-282; REDENTOR, 2002: 46-50), uma delas consagrada pelo *ordo Zoelarum*, deixam-nos crer que ficava aí a capital da *civitas*. Por outro lado, a mesma divindade foi adorada em Malta (conc. Macedo de Cavaleiros), nas faldas da serra de Bornes (GARCIA, 1991: 282; REDENTOR, 2002: 47-48). *Aernus* parece ter sido a divindade tutelar dos *Zoelae*. Sendo assim, é legítimo admitir que a *civitas Zoelarum* vinha, a sudoeste, até à serra de Bornes. O *pagus Brigantia* parece ter tido menor área que a da *civitas* romana.

Os reis visigodos Recaredo (586-601), Viterico (603-610), Gondemaro (610-612) e Sisebuto (612-621) cunharam moeda em *Brigantia*.

*Aliste* surge como *pagus* da diocese sueva de Braga apenas na cópia do *Parochiale* inserta no *Liber Fidei* como doc. 10.

Para Avelino de Jesus da Costa (1959, I: 110), o território de *Aliste* terá feito parte da diocese bracarense desde a demarcação original (nisto discordando de Pierre David). O facto de apenas surgir numa das cópias do *Parochiale* e de esta ter sido feita no *scriptorium* da Sé de Braga obriga a muita ponderação.

Talvez em 572 não houvesse terra ou área chamada *Aliste*: o nome poderia ser tão só o de um rio. Temos alguma dúvida em levar o *pagus* de *Brigantia* até ao rio *Aliste*, embora este pudesse ser efectivamente a fronteira entre o *pagus* bracarense e a paróquia sueva de *Maurelos* do bispado de Astorga. Posteriormente, *Aliste* ter-se-á tornado também corónimo, isto é, nome de região – sem que isso queira dizer que se tornou *pagus* independente do de *Brigantia*. Inserindo o nome *Aliste* a seguir ao *pagus* *Brigantia*, o responsável por aquela cópia bracarense do *Parochiale* apenas terá querido assinalar que a área de *Aliste* pertencia, sem dúvida, à diocese de Braga. *Aliste* seria realmente uma interpolação, talvez de finais do séc. XI. Esta interpolação teria sido necessária ou útil numa época em que os bispos de Braga e de Astorga ambos reclamavam a posse do território.

Em 974, o bispo de Astorga teria reclamado, segundo documento publicado por Flórez (ES, XVI: 443), *ecclesiae quae sunt in Bregantia per illum rivulum qui dicitur Tuella et discurrit usque dum intrat in Durio contra Zamoram ad partem orientem, et intus Aliste et Senabria, Tibres, Caldellas, Caurielle et Carioga et Jurres*, “as igrejas que ficam em Bragança (a oriente) do rio que se chama Tuela e que corre para o Douro, e as igrejas a oriente (do mesmo rio) até Zamora, e as que ficam em *Aliste*, *Sanábria*, *Trives*, *Caldelas*, *Caurielle*, *Carioca* e *Jurres*”.

As pretensões do bispo de Astorga eram desmedidas: da diocese de Braga pretendia as terras a oriente dos rios Tuela e Tua; da diocese de Orense, queria incorporar *Trives*, *Senabria* e *Jurres* (a primeira e a última mencionadas no *Parochiale* sob os nomes *Teporos* e *Geurros*); da diocese de Lugo, *Carioca*.

O texto transcrito parece também uma interpolação, feita em data posterior a 974 (COSTA, 1959, I: 110), mas não há dúvida de que o bispo de Astorga em algum tempo fez ocupações abusivas, pois, em 1103, o bispo de Braga, D. Geraldo, recorreu ao Papa Pascoal II para obrigar o bispo de Astorga, D. Paio, a restituir-lhe *quosdam metropolis sue parrochias, Laedram videlicet et Alistam et Bragantiam, quas desolationis tempore perdidit* (LF 588; COSTA, 1959, I: 109), “algumas paróquias da sua metrópole, isto é, *Ledra*, *Aliste* e *Bragança*, que havia perdido em tempos de devastação”.

Não é muito fácil equacionar estes tempos de devastação com as campanhas de Almançor que, entre 979 e 994, por diversas vezes atacou Salamanca, Zamora, Astorga e Leão (MOLINA, 1981). Aquela data de 974 (a do documento interpolado) é anterior às campanhas do chefe muçulmano. Terá o bispo de Astorga ocupado indevidamente terras de Braga, Orense e Lugo antes dos ataques de Almançor? Ou imediatamente depois?

D. Geraldo, reclamando, em 1103, *Ledra*, *Aliste* e *Bragança*, invocaria o *Parochiale Suevum* para justificar o seu direito àquelas terras.

A contenda entre os bispos de Braga e de Astorga sobre a posse de *Aliste* e *Bragança* arrastou-se ainda por muitos anos (COSTA, 1959, I: 110-111; MARQUES, 1998-1999: 407-408).

Ficavam certamente na parte oriental de Trás-os-Montes também os *pagi* *Astiatico*, *Tureco* e *Auneco*, cuja localização levanta problemas.

A nossa anterior proposta de situar o *Astiatico* no planalto de Miranda do Douro/Mogadouro (ALARCÃO, 2001: 35) deve considerar-se como hipótese que carece de confirmação. Neste momento, porém, não a rejeitamos.

O *pagus* *Tureco*, cuja existência se confirma por moedas de Sisebuta (612-621) e de Suintila (621-631), ficaria talvez no planalto de Macedo de Cavaleiros, Izeda e Morais. Rejeitamos assim a nossa anterior ideia – apresentada, porém, com muitas dúvidas – de situar este *pagus* no Vale da Vilariça (ALARCÃO, 2004: 200-202).

Se esta proposta de localização dos *pagi Pannonias, Laetera, Brigantia, Astiatico* e *Tureco* se confirmasse, o *Parochiale* procederia, na sua enumeração, por contiguidade geográfica — neste caso, no sentido dos ponteiros do relógio. A ordem manter-se-ia situando o *pagus* de *Vallariza* na área de Torre de Moncorvo e do vale da ribeira da Vilariça e o *pagus Auneco* no planalto de Carrazeda de Ansiães.

Idácio, na sua *Crónica* 233, 239 e 249, refere os *Aunonnenses* e, no último daqueles parágrafos, informa que, tendo feito paz com eles, os Suevos invadiram e pilharam certas localidades da *Lusitania* e do *conventus Asturicensis*. Talvez de um topónimo *\*Aunium* se tenha derivado o nome *\*Aunieco* > *Auneco*. Do mesmo topónimo, na sua forma locativa *\*Aunione*, poderá ter-se formado o etnónimo *Aunonnenses*. Os sufixos *-ecus* e *-ensis* são equivalentes. Situando o *pagus Auneco* no planalto de Carrazeda de Ansiães, localizamo-lo simultaneamente na *Lusitania* e junto do *conventus Asturicensis*.

Esta proposta apresenta todavia algumas dificuldades.

Francisco Sande Lemos (1993, lb: 483), tendo examinado o limite ocidental do *conventus* de *Asturica Augusta*, coincidente com o oriental do de *Bracara Augusta*, traçou-o pelo planalto da Lomba, na confluência dos rios Mente e Rabaçal, pela cumeada da serra da Coroa e pela crista quartzítica das Penhas Juntas, depois pelas serras da Nogueira e de Bornes e, vindo ao Tua, fê-lo seguir pelo curso inferior deste rio, que aí corre num vale muito encaixado.

O rio Douro constituía a fronteira setentrional da *Lusitania* desde a foz até a confluência do Tua. Subindo por este rio, a fronteira da província acompanhava o rebordo norte do planalto de Carrazeda de Ansiães, cruzaria o curso superior da ribeira da Vilariça, seguiria o rebordo sul do planalto de Miranda do Douro/Mogadouro e regressaria ao Douro.

Este território da *Lusitania* a norte do Douro seria o da antiga *civitas* romana dos *Banienses*, que a inscrição da ponte de Alcântara CIL II 760 integra na lista dos *municipia* da *Lusitania* que contribuíram para as obras da ponte.

A integração desta área do extremo sudeste da nossa província de Trás-os-Montes na antiga província romana da *Lusitania* não põe particulares problemas, visto que era fácil a transposição do Douro em vários pontos a montante da confluência do Tua. Mas podemos perguntar-nos: o território dos *Banienses* incluía também o planalto de Carrazeda de Ansiães? Ou apenas a área que hoje é conhecida como Vale da Vilariça? E por onde é que os *Banienses* confrontavam, a norte, com os *Zoelae*?

Como atrás vimos, estes últimos, com capital provavelmente em Castro de Avelãs, poderiam descer até Malta (Macedo de Cavaleiros). Neste caso, deveríamos fazer subir até à serra de Bornes o limite setentrional dos *Banienses* e, conseqüentemente, da *Lusitania*? O limite retornaria ao Douro junto da confluência do rio Tormes, passando pelas alturas da Sr<sup>a</sup> da Assunção?

Admitindo a possibilidade de os *Banienses* terem integrado as áreas de Vilariça e de Carrazeda de Ansiães, o seu nome poderia estar esquecido ou já não ser usado no séc. VI e o *pagus* chamar-se-ia *Auneco*. Teríamos, a norte, um caso semelhante: o nome dos *Zoelae* estava esquecido e o *pagus* chamava-se agora *Brigantia*.

*Vallariza* surge como *pagus* da diocese de Braga apenas numa das cópias do *Parochiale*: a do *Liber Fidei* 10.

Pierre David (1947: 33), seguido por Avelino de Jesus da Costa (1959, I: 112), considerou que o *pagus Vallariza* correspondia ao *pagus Valle aritia* que o *Parochiale* inclui na diocese de *Portucale*. Tratar-se-ia, pois, de um *pagus* transferido, tardiamente, de uma a outra diocese.

Não nos parece admissível que a *Vallariza* do extremo sudeste de Trás-os-Montes tenha sido *pagus* da diocese do Porto. Olhando os nossos mapas, torna-se óbvio que *Vallariza* ficava muito distante da diocese de *Portucale*, separada dela pelo *pagus Pannonias* (e pelo *pagus Auneco* se acaso este ocupava realmente o planalto de Carrazeda de Ansiães).

Mas houve mesmo um *pagus Valle aritia* na diocese do Porto?

Diferentes cópias do *Parochiale* escrevem *Valle aritia, Vallericia, Valericia, Vallacia*. As três primeiras formas encontram-se em quatro cópias do *Parochiale*; noutras quatro, o nome é *Vallacia*. Parece-nos

discutível a opção de leitura feita por Pierre David: *Valle aritia*. O nome do *pagus* portucalense não seria *Vallacia*?

O topónimo *Valejas* parece ter existido sobre o rio Ferreira, perto de Luriz (ou Loriz), entre Paredes e Valongo. Em 1147, D. Afonso Henriques coutou ao bispo do Porto a vila de Luriz (ou Loriz) (*DR* 220). O documento é conhecido apenas através de uma tradução que dele publicou D. Rodrigo da Cunha (1742, 2ª Parte, cap. IV), mas Rui de Azevedo não viu razão para se duvidar da sua autenticidade. Neste documento fala-se da ponte de Valejas. É possível que D. Rodrigo da Cunha tenha traduzido por Valejas um nome que, no documento latino, seria *Vallacia* ou *Vallegia*. Talvez o nome Valejas persistisse no séc. XVIII. Hoje não se encontra no *Repertório Toponímico*; mas os lugares citados na carta de couto permitem situar o couto de Loriz (ou Luriz) na área das actuais freguesias de Astromil, Baltar, Vandoma e Vila Cova de Carros, do concelho de Paredes, e na de Campo, do concelho de Valongo. A ponte de Valejas, sobre o rio Ferreira, daria passagem a uma via (que não marcámos na nossa carta). Esta estrada medieval do Porto, por Valongo e Paredes, até Penafiel (ALMEIDA, 1968:174) já existiria na época romana?

Se acrescentarmos que há uma ceca de Recaredo (586-601) em *Vallegia* (VICO MONTEOLIVA, CORES GOMENDO e CORES URÍA, 2006: 198-199), parece-nos mais do que provável que este (o de *Vallegia*) tenha sido o nome correcto do *pagus* suevo portucalense. Nunca terá havido *pagus Valle aritia* na diocese do Porto – e nunca este território terá sido transferido para a diocese de Braga.

Também nos parece que a região do extremo sudeste transmontano hoje chamada de Vilariça ficou integrada, em 572, na diocese de *Bracara*. Moedas de Viterico (603-610), Gondemaro (610-612) e Sisebuto (612-621) cunhadas em *Valleritia* atestam a existência do nome pelo menos já nos inícios do séc. VII. Mas seria *Valleritia* uma povoação do *pagus Auneco*? Se, em 572, *Valleritia* já fosse *pagus*, devíamos encontrar o nome em todas as cópias do *Parochiale*. Ora só o encontramos numa única cópia, feita na Sé de Braga. Isso convence-nos de que se trata de uma interpolação tardia. Aceitando essa interpolação, não temos de concluir necessariamente que a área do *pagus Vallericia* só foi integrada na diocese de Braga muito tardiamente. No séc. XI já não se saberia localizar com exactidão a maior parte dos *pagi* e paróquias suevas. Os nomes antigos tinham, na maior parte, desaparecido. O nome *Auneco* já não existia. A sua área, porém, era de Braga. Por isso o copista, mantendo o nome *Auneco*, acrescentou o de *Vallariza*, sem consciência de que se tratava do mesmo *pagus*. Ou, se tinha consciência, a manutenção do nome *Auneco* e o acrescento de *Vallariza* era como que uma explicação: o antigo *pagus Auneco* correspondia ao que agora se chamava *Vallariza*.

A área do Vale da Vilariça pode ter sido subtraída a Braga na época visigótica para ser integrada na nova diocese de *Caliabria*.

O *Parochiale Suevum* regista *Caliabria* como paróquia de Viseu mas acrescenta: *quae apud Gotos postea sedes fuit*, “que depois, no tempo dos Visigodos, foi sede episcopal”. Conhecemos bispos de *Caliabria* entre 633 e 688 (GARCÍA MORENO, 1974: 174-175). A permanência do nome Castelo Calabre imediatamente a sul do rio Douro permite identificar a sede (CABRAL, 1963).

É possível que o bispado de *Caliabria* tenha recebido, quando foi criado, as terras da Vilariça. Pela extinção do bispado (aquando da invasão muçulmana?), e na incerteza e confusão dos tempos subsequentes, a área poderá ter ficado muito tempo sem adscrição eclesiástica. Nada nos deixa crer que Afonso III, nos fins do séc. IX, tenha integrado o território na nova diocese de Zamora – ainda que tal hipótese não pareça inteiramente destituída de senso.

Em algum momento, a área pode ter sido atribuída à (ou apropriada pela) diocese de Salamanca. Esta hipotética integração pode ter sido, porém, muito tardia. O Papa Pascoal II, entre 1109 e 1113, condenou o arcebispo de Toledo por ter retirado paróquias à diocese de Astorga para as dar ao bispo de Salamanca (*LP* 633; ERDMANN, 1927: 164-165, doc. 12; ERDMANN, 1935: 23). Será que *Vallariza* foi, em algum tempo, apropriada por Astorga e que o arcebispo de Toledo a retirou a esta diocese para a dar ao bispo de Salamanca?

A posse de Vilariça viria ser disputada entre os bispos de Braga e de Salamanca. A contenda entre os preladados resolveu-se provisoriamente quando o bispo D. Paio de Braga (1118-1137) cedeu ao de Salamanca, D. Jerónimo, mas a título de préstamo, metade do que pertencia à Sé de Braga entre os rios Tua e Esla, com excepção de Ansiães e Linhares (Carrazeda de Ansiães) (LF 582; DP IV 77; COSTA, 1959, I: 113; COSTA, 1997, I: 77).

Os limites da diocese do Porto, não estando expressamente mencionados nos documentos 15 e 552 do *Liber Fidei*, estão neles implícitos, visto que a diocese portugalense confrontava com a de Braga.

Numa bula de Pascoal II, datada de 1115 (*Censual*: 13; OLIVEIRA, 1956: 39), confirmam-se esses limites, com referência a outros pontos não constantes daqueles documentos do *Liber Fidei*. Vê-se, por essa bula, que o bispo do Porto pretendia anexar à sua diocese as terras a sul do rio Douro e até ao rio Antuã que o bispo de Coimbra, fundado no *Parochiale*, reclamava como suas. A norte do rio Douro, porém, a bula papal define assim o território da diocese portugalense:

*A fauce Auiae fluminis ubi cadit in mare Oceanum, per ipsum fluminem sursum usque in Auicellam fluuium, et per Auicella ad archus Palumbaris. Inde ad antam de Temone, inde ad montem Farinae, inde ad montem Marantis, inde ad Campeanam fluuiam et per ipsum fluuiam sicut defluit in Bandugium et per Bandugium sicut decurrit in Corregam et per Corregam in Dorium flumen.*

Da foz do rio Ave, onde este entra no mar, pelo dito rio acima até ao rio Vizela, pelo Vizela até ao arco de Pombeiro, depois à anta de Temone, ao monte Farinha e ao monte Marão, daí ao rio Campeã e por este até ao Banduge, e pelo Banduge até entrar no Corgo, e pelo Corgo até ao rio Douro.

O arco de Pombeiro ficaria em Pombeiro de Riba Vizela (Fig. 3). Não sabemos localizar a *anta de Temone* nem o monte Farinha. Atravessada a serra do Marão, a fronteira ia ao rio Campeã. Se não existe hoje rio com esse nome, devia correr pela área da actual freguesia de Campeã. O Banduge da bula de Pascoal II não seria a actual ribeira da Bandugem, mas o rio Sordo, que vem desaguar no Corgo.

Concluindo:

Sendo apócrifos os documentos do *Liber Fidei* que atribuem ao concílio de Lugo os limites da diocese de *Bracara*, parece-nos que estes correspondem efectivamente aos que terá tido a diocese sueva. Não pode excluir-se a hipótese de, no séc. IX ou nos finais do XI, ainda subsistir algum documento do séc. VI, posteriormente desaparecido, que traçaria esses limites. Em alternativa, podemos aceitar a ideia de que, através de muitas vicissitudes históricas, sempre se conservou memória dos limites suevos. Não temos razão séria para supor que os limites foram definidos por Afonso III.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (2001) – “As paróquias suélicas do território actualmente português”. In F. VILLAR e M. P. FERNÁNDEZ ÁLVAREZ (eds.), *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania*. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 29-59
- ALARCÃO, Jorge de (2004) – “Notas de Arqueología, Epigrafia e Toponímia—I”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7 (2), Lisboa, pp. 193-216
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968) – *Vias medievais. I. Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras (Tese de licenciatura, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras do Porto)
- AMARAL, Luís Carlos (1999) – “Organização eclesíastica de Entre Douro e Minho: o caso da diocese de Braga”. In J. A. GARCÍA DE CORTÁZAR (ed.), *Del Cantábrico al Duero: trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII al XIII*. Santander: Universidad de Cantabria, pp. 313-349
- AMARAL, Paulo (1993) – *O povoamento romano no vale superior do Tâmega. Permanência e mutações na humanização de uma paisagem*. Porto: Faculdade de Letras (Tese de mestrado, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras do Porto)
- ANDRADE, José M. (1995) – *O Tombo de Celanova*. 2 vols. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega

- ARGOTE, Jerónimo Contador de (1734) — *Memórias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas. Titulo I, Tomo II*. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva
- CABALLERO ZOREDA, Luis e ARCE, Fernando (1997) — “La iglesia de S. Pedro de la Nave (Zamora). Arqueología e Arquitectura”. *Archivo Español de Arqueología*, 70, Madrid, pp. 221-274
- CABRAL, A. A. Dinis (1963) — *História da cidade de Calábria, em Almendra. Subsídios*. Porto: Edição da Casa da Beira Alta
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel (1998-1999) — “Los episcopologios portugueses en los siglos IX e XI, a través de dos obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927) y su situación a comienzos del siglo XI”. *Bracara Augusta*, 48, Braga, pp. 311-401
- Censual* = *Censual do Cabido da Sé do Porto*. Porto: Biblioteca Municipal do Porto, 1924
- CIL II II = *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Vol II. Berlim: Academia das Ciências, 1869. Com *Supplementum* em 1892
- COSTA, Avelino de Jesus da Costa (1959) — *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. 2 vols. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos
- COSTA, Avelino de Jesus da (1967) — “A data do Concílio I de Braga: 1 de Maio de 561. Erros que originaram a diversidade de opiniões”. *Congresso de Estudos da Comemoração do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso, Braga, 1966*, Actas. Braga, pp. 166-198
- COSTA, Avelino de Jesus da (1981) — “Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI”. In *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Guimarães, pp. 135-196
- COSTA, Avelino de Jesus da (1997) — *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. 2ª edição refundida e ampliada. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta
- CRUZ, Carlos Manuel Simões (2000) — *A paisagem e o povoamento na longa duração. O Nordeste transmontano-Terra Quente*. Braga (Tese de mestrado, policopiada, apresentada à Universidade do Minho)
- CUNHA, D. Rodrigo da (1742) — *Catalogo e historia dos bispos do Porto*. Porto: Officina Prototypa Episcopal
- DAVID, Pierre (1947) — *Études historiques sur la Galice et le Portugal du Ve au XIIe siècle*. Lisboa: Livraria Portugália Editora; Paris: Les Belles-Lettres
- DC = *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1867
- DP IV = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares. IV*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980
- DR = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. 2 vols. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958-1962
- ERDMANN, Carl (1927) — *Papsturkunden in Portugal*. Berlim: Weidmannsche Buchhandlung
- ERDMANN, Carl (1935) — *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra
- ES = Henrique FLÓREZ, *España Sagrada*, vol. XVI. Madrid: Gabriel Ramírez, 1762
- GARCIA, José Manuel (1991) — *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda
- GARCÍA MORENO, L. A. (1974) — *Prosopografía del reino visigodo de Toledo*. Salamanca: Universidad de Salamanca
- IDÁCIO = HYDACE. *Chronique*. 2 vols, com introdução, texto crítico, tradução, comentário e índice por Alain TRANOY. Paris: Les Éditions du Cerf, 1974
- JORGE, Ana Maria C. M. (2002) — *L'épiscopat en Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (IIIe-VIIe siècles)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia
- LEMOS, Francisco Sande (1993) — *Povoamento romano de Trás-os-Montes oriental*. 5 vols. Braga (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Universidade do Minho)
- LF = *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição de Avelino de Jesus da COSTA. 3 vols. I, Braga: Junta Distrital, 1965; II, Braga: Assembleia Distrital, 1978; III, Braga: Junta Distrital, 1990
- LP = *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Edição crítica. Texto integral (com direcção e coordenação editorial de Manuel Augusto RODRIGUES e direcção científica de Avelino de Jesus da COSTA). Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999
- MARQUES, José (1998-1999) — “A Igreja e a religiosidade junto ao Douro, na época do Tratado de Alcanices”. *Bracara Augusta*, 48, Braga, pp. 403-440

- MARQUES, José (2002) – “As dioceses portuguesas até 1150”. In *Economia, Sociedade e Poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*. Coimbra: Comissão Científica do Grupo de História, Faculdade de Letras de Coimbra, pp. 459-509
- MARTÍN VISO, Iñaki (2002) – *Fragments del Leviatán. La articulación política del espacio zamorano en la Alta Edad Media*. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos “Florián del Campo”
- MOLINA, Luis (1981) – “Las campañas de Almanzor a la luz de un nuevo texto”. *Al Qantara*, 2, Alcântara, pp. 230-262
- OLIVEIRA, Miguel de (1956) – “Os territórios diocesanos”. *Lusitânia Sacra*, 1, Lisboa, pp. 29-50  
*Parochiale Suevum*. In DAVID, 1947
- PIEL, Joseph Maria e KREMER Dieter (1976) – *Hispano-Götisches Namenbuch*. Heidelberg: Carl-Winter-Universitäts Verlag
- REAL, Manuel Luís (1984) – “Inéditos de arqueología medieval portuense”. *Arqueología*, 10, Porto, pp. 30-43
- REDENTOR, Armando (2002) – *Epigrafia romana na região de Bragança*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia  
*Repertório Toponímico de Portugal*. Lisboa: Ministério do Exército/Serviço Cartográfico do Exército
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António; FERRER SIERRA, Santiago; ÁLVAREZ ASOREY, Rubén (2004) – *Miliários e outras inscrições viárias romanas do Noroeste hispânico (conventos Bracarense, Lucense e Asturicense)*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, Sección de Património Histórico
- SERRA, Pedro Cunha (1989) – “Breve consideração da tese do ermamento através de dois topónimos”. *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2ª série, 32 (2), Lisboa, pp. 217-227
- TEIXEIRA, Ricardo Jorge (1996) – *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média* (Tese de mestrado, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras do Porto)
- TRANOY, Alain (1974). *Vid. IDÁCIO*
- TRANOY, Alain (1981) – *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diffusion De Boccard
- VICO MONTEOLIVA, Jesús; CORES GOMENDIO, María Cruz; CORES URÍA, Gonzalo (2006) – *Corpus Nummorum Visigothorum. Ca. 575-714. Leovigildo-Achila*. Madrid: Edição dos Autores  
*Vila do Conde. Tempo e território*. Vila do Conde: Câmara Municipal



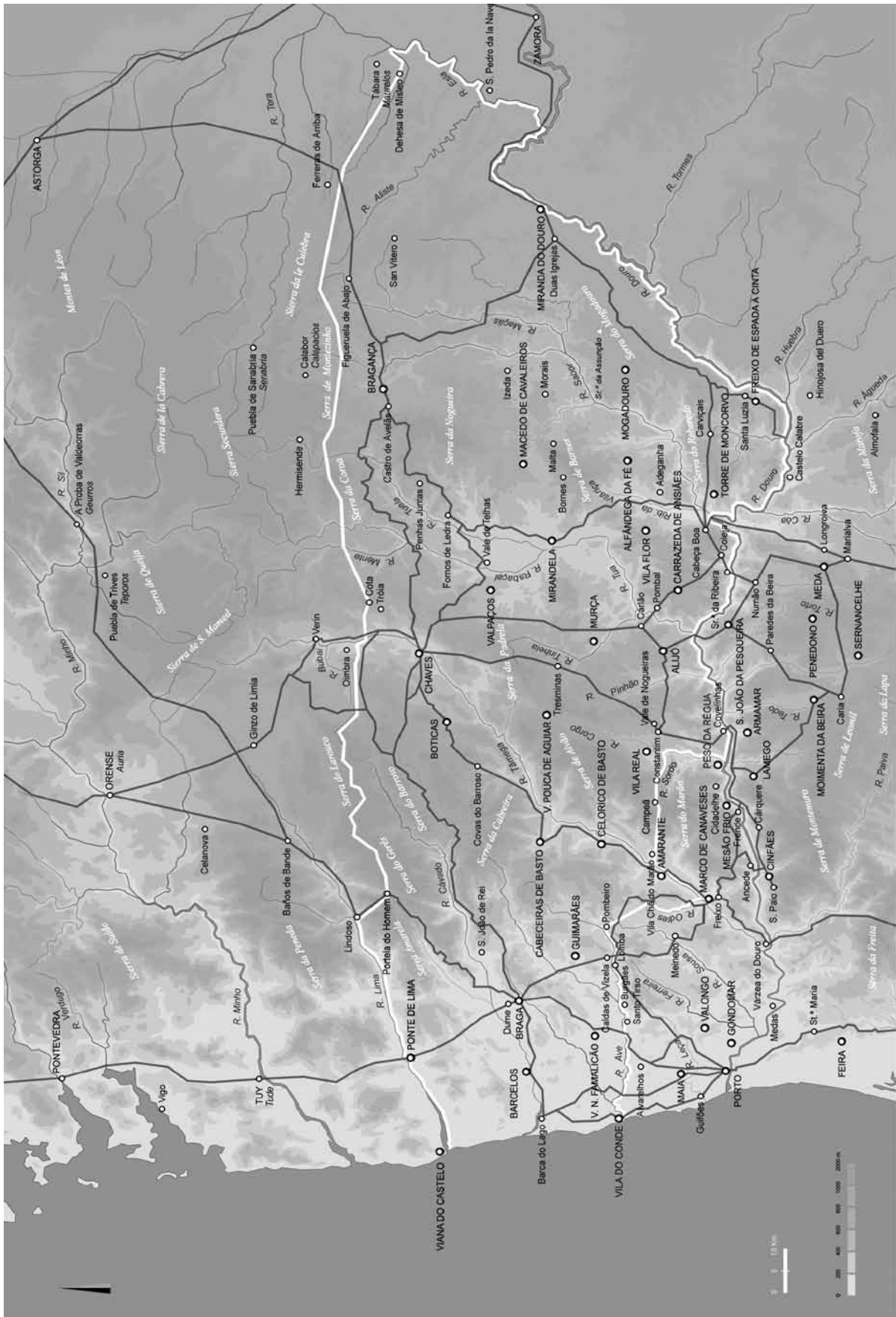


Fig. 1 - Mapa das dioceses de *Bracara* e de *Portucale*.

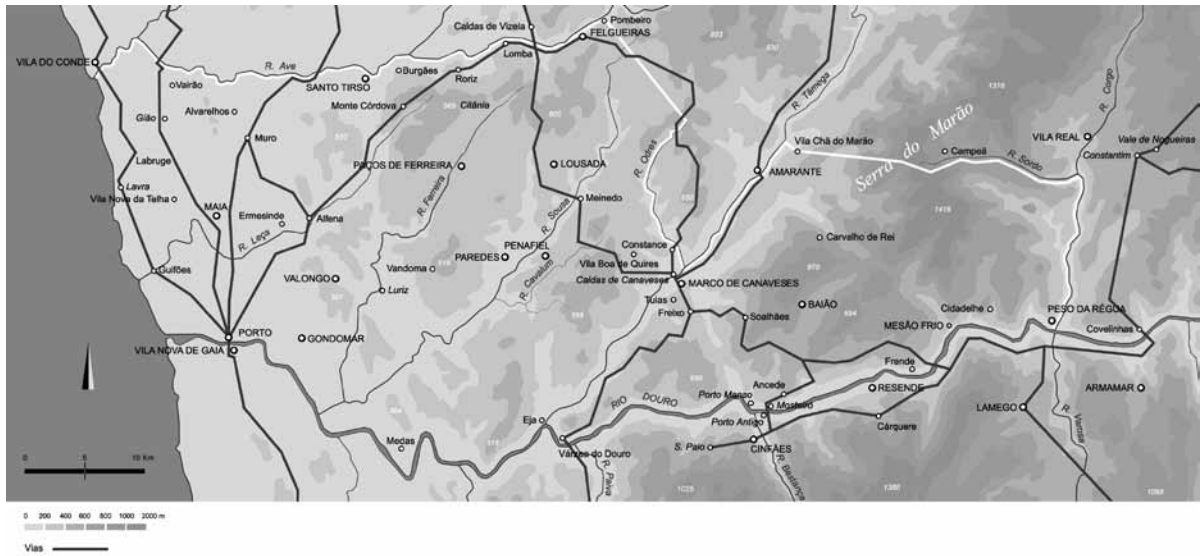


Fig. 2 – Mapa da diocese de *Portucale*.



Fig. 3 – Mapa dos *pagi* da parte oriental da diocese de *Bracara*.

# ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A CIDADE DE BAGUNTE – VILA DO CONDE

Carlos A. Brochado de Almeida<sup>1</sup>  
Pedro Brochado de Almeida<sup>2</sup>

## RESUMO:

A cidade de Bagunte é a mais divulgada estação arqueológica do concelho de Vila do Conde. Localizada num monte com ótima visibilidade para os territórios situados a norte e a sul do rio Ave, mereceu, já na ponta final do século XIX, o interesse de arqueólogos como Ricardo Severo e Martins Sarmiento e na década de 40 da centúria seguinte de F. Russel Cortez. Sobretudo este realizou, ali, algumas campanhas de escavações que puseram a descoberto um misto de construções castrejas e romanas, distribuídas por espaços ortogonais que têm já a chancela da influência romana na região. A reorganização urbana do povoado aconteceu na segunda metade do século I, com a dinastia Flávia. No espólio recolhido e conservado merece destaque o conjunto de cinco torques de prata e um razoável número de fragmentos cerâmicos de origem indígena (castreja) e romana.

**Palavras-chave:** Cidade; Cultura castreja; dinastia Flávia; Romanização; Urbanismo ortogonal; torques; Núcleos habitacionais; Quarteirões/bairros

## ABSTRACT:

The Cidade of Bagunte is the most publicized archaeological site of the municipality of Vila do Conde. Located on a mound with great visibility over the territories to the north and south of the Ave River it called the attention and interest of various archaeologists such as Ricardo Severo and Martins Sarmiento, in the end of the 19<sup>th</sup> century, and F. Russell Cortez in the 40's of the next century. F. Russell Cortez organized digging campaigns at the site that uncovered a mixture Castrejo and Roman type buildings and structures, distributed by orthogonal spaces that already have the seal of a Roman influence in the region. The urban reorganization of the town happened in the 2<sup>nd</sup> half of the century, with the Flavian dynasty. Many archaeological remains were uncovered such as a set of five silver torques and a reasonable number of ceramic fragments of indigenous (Castrejo) and Roman origin.

**Keywords:** City; Castro culture; Flavian dynasty; Romanization; Orthogonal urbanism; Torques; housing units; Blocks / neighborhoods

A cidade de Bagunte está situada na parte norte do concelho de Vila do Conde, numa elevação de terreno que ronda os 200m de altitude, num espaço geográfico que está delimitado pelo rio Este a norte, pelo rio Ave a sul e a oeste, só que mais distante, pelo oceano atlântico. Faz parte de um vasto leque de povoações da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular, algumas delas situadas na sua periferia – Cidade de Terroso, Laúndos, Castro de São João, Castro de Ferreiró, Castro Boi, Castro de S. Paio, Castro de Santa Marinha de Retorta e Castro de Alvarelhos – as quais, pelos mais diversos motivos, têm merecido a atenção dos investigadores desta área do conhecimento científico.

---

<sup>1</sup> Professor Aposentado da FLUP. ISMAI/CETRAD.

<sup>2</sup> Arqueólogo da CMVC.

À imagem doutras estações arqueológicas - nomeadamente Briteiros, Sabroso, Santa Luzia, Terroso, Alvarelhos - também esta captou a atenção dos arqueólogos na ponta final do século XIX, pois em todas elas foram feitas algumas das primeiras intervenções arqueológicas em estações da Idade do Ferro desta região. Foi delas que saíram as primeiras referências documentais, baseadas nos materiais recolhidos em sondagens, avulsas ou mais sistematizadas, que ajudaram a tipificar uma das mais pujantes culturas ibéricas à data da conquista romana, aquela que prontamente foi batizada de Cultura Castreja.

Que a cidade de Bagunte foi uma importantíssima povoação da Idade do Ferro desta parte da *Gallecia* meridional, que integrou o território dos *Bracari* e que desempenhou um papel preponderante nas ligações entre as diversas etnias que povoavam a região situada entre o Douro e o Cávado, é matéria que ninguém coloca em causa devido ao conhecimento que sobre este habitat existe. Aliás, o conhecimento da sua existência é muito anterior ao das primeiras pesquisas com chancela de pesquisa arqueológica sistemática.

A mais antiga referência bibliográfica de que há notícia sobre este castro data de 971 e faz parte de um documento pré-nacional inserido na coletânea dos *Diplomata et Chartae*. Neste diploma, a propósito de uma propriedade localizada na *villa Gacim*, toma-se como referência um “*subtus monte Bogonte*”<sup>3</sup>, que mais não é que a cidade de Bagunte<sup>4</sup>. Aliás, a menção a *civitas* só aparece mais tarde, num outro documento, este de 1028 e também onde há uma referência posicional à herdade de *Gacin*: “*de illa ereditate in villa Gacin ad radice civitas Bogonti*”<sup>5</sup>.

O interesse documental pelo monte da cidade não se esgota, todavia, no castro em si. É que, de um certo modo, ligado a ele está Argifonso, um pequeno castro, que também foi castelo, localizado na vertente norte do monte da cidade. Está situado no topo de um cabeço orientado para o vale do rio Este e foi de tal modo importante que a documentação o tomou como ponto de referência de uma forma bem explícita: “*subtus mons kastro Argifonsi*”<sup>6</sup>.

Também e à imagem de outros povoados, os séculos obscureceram um passado cheio de vida e de tradições e quando, esporadicamente, voltavam a ser recordados, nem sempre o foi pelos melhores motivos. Falava-se deles porque eram locais a evitar, porque davam guarida a toda a sorte de entidades malélicas, sem descurar mouros e mouras encantadas e que serviam até para guardar tesouros encantados. Ora como não podia deixar de ser, também o monte da cidade de Bagunte e o seu entorno não escaparam a esta sedução, bem típica, aliás, do imaginário minhoto.

Vários foram os autores que se referiram à crença popular de que havia um “*caminho coberto*” entre a cidade, o castro de Argifonso e o rio, já para não falar do “*penedo do gato*” e de um outro, localizado na vertente meridional do monte da cidade, na proximidade da antiga estrada da Póvoa de Varzim para Famalicão, todos eles com histórias para contar a aferrados discípulos de São Cipriano<sup>7</sup>.

Apesar da sua importância, esta povoação da Idade do Ferro esteve longe, mesmo na Idade Média, de ser a única entidade conhecida pelos moradores das terras situadas no entorno do monte. Uma leitura, mesmo que superficial, das Inquirições que D. Afonso III ordenou em 1258 à freguesia de Santa Maria de Bagunte, mostra que havia antas, pelo menos em dois sítios – Outeiro da Anta e Vilar da Anta -, *mormoriais* e que a travessia do rio se fazia em barco, já para não mencionar a ponte de D. Zameiro junto da qual havia uma ermida dedicada a Santa Cruz<sup>8</sup>.

Os séculos rodaram e o interesse pelas ruínas do monte da cidade, parcialmente visíveis, só voltou à ribalta documental no início do século XVIII, quando o P.e Carvalho da Costa escreveu a sua corografia. Sobre elas, o parágrafo que ele lhe dedicou é bem explícito e dispensa qualquer tipo de

<sup>3</sup> PMH, DC, doc. CIII.

<sup>4</sup> Desde 1978 que está provado que a palavra “monte” tem na documentação medieval portuguesa o sentido aparentado ao de “castro”. Cfr. ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*, trabalhos complementar de dissertação de provas de doutoramento, policopiado, Porto, 1978, pág. 7.

<sup>5</sup> PMH, DC, doc. CCLXV.

<sup>6</sup> ANTT, Junqueira, m. II, doc. 21 e 23.

<sup>7</sup> SEVERO, Ricardo; CARDOSO, Artur, *Notícia Arqueológica sobre o Monte da Cidade*, in Revista de Guimarães, Vol. III, Guimarães, 1886, pág. 137-141; SARMENTO, F. Martins, *Antiqua, Apontamentos de Arqueologia*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1999, pág. 290-291.

<sup>8</sup> PMH, Inquisitiones 1258, pág. 1420.

comentário, já que alia o aspeto lendário à realidade arqueológica existente à data. Por outras palavras, o autor refere-se ao castro/castelo de Argifonso, à cidade e às lendárias ligações subterrâneas que haveria entre si: “*junto do rio Deste acima da Ponte de Arcos estão vestígios de fortificação, que se comunicava por estradas encubertas com outra mayor no alto do monte, a que inda chamão a cidade, & as ruínas mostram qual seria sua fortaleza*”<sup>9</sup>.

Muito mais parco em referências ao sítio foi a abade Luís Ferreira Caldas, pároco de Santa Maria de Bagunte, relator das Memórias Paroquiais de 1758. Na sua dissertação sobre a freguesia limita-se simplesmente a dizer que o monte mais alto da terra “*se chama o da Cidade*”, que sobre o rio Ave havia uma ponte<sup>10</sup> “*na estrada que vai para Viana e mais terras do Norte*”, mas não faz qualquer alusão às tão propaladas ruínas<sup>11</sup>. Bastante mais elucidativo foi Pinho Leal quando abordou no seu dicionário corográfico o que de mais relevante havia na freguesia de Santa Maria de Bagunte. Segundo ele, ali havia “*um alto monte chamado da Cidade que é tradição antiquíssima ter sido cidade e fortaleza dos mouros*”<sup>12</sup>.

Coevo destas notícias é o interesse de Ricardo Severo e de Fonseca Cardoso pelo Monte da Cidade. Ambos eram membros da “*Sociedade Carlos Ribeiro*”, uma agremiação cultural fundada no Porto em 1887 e que se interessava pelo estudo da arqueologia. Desta sociedade faziam parte nomes do universo arqueológico nortenho de então, como Rocha Peixoto e com ela colaboraram homens como F. Martins Sarmiento.

O interesse de Ricardo Severo pelo estudo da cidade entende-se porque a sua família possuía uma quinta na base do monte, junto à estrada Porto-Rates-Barcelos, que ele naturalmente visitaria antes de iniciar as suas primeiras sondagens no topo do monte. É hoje uma propriedade que faz parte do espólio dos Padres Monfortinos em Portugal e que administrativamente pertence à freguesia de São Simão da Junqueira. Aliás, não foge à regra de então. Martins Sarmiento interessou-se pela Citânia de Briteiros devido à proximidade da sua casa de família, o solar da Ponte na freguesia de São Salvador de Briteiros. Rocha Peixoto era natural da Póvoa de Varzim, daí o seu interesse pela arqueologia envolvente, mormente pelo Castro de Terroso, cujas escavações dirigiu conjuntamente com José Fortes<sup>13</sup> que também tinha estado envolvido nas primeiras sondagens do Castro de Alvarelhos no ano de 1899<sup>14</sup>.

A atividade arqueológica desenvolvida pela dupla de investigadores na Cidade de Bagunte, devido ao seu entrosamento no meio científico, haveria de despertar o interesse de outros investigadores, como F. Martins Sarmiento, J. Leite de Vasconcelos e Mendes Corrêa. Não sabemos se a primeira intervenção feita no castro por Ricardo Severo é temporalmente afim à visita que ai fez Martins Sarmiento, mas é bem provável que uma das realidades esteja associada à outra.

Numa carta enviada a 16 de Agosto de 1883 por Martins Sarmiento a J. Leite de Vasconcelos, este informava que indo para a Póvoa de Varzim pretendia visitar o monte da Cidade de Bagunte onde lhe diziam haver vestígios arqueológicos melhor conservados que os que se viam em Terroso. Que a visita se fez não há qualquer dúvida, pois a carta que ele enviou com data de 19 de Setembro desse mesmo ano descreve o que ali viu, concluindo que, tanto Terroso como Bagunte, eram semelhantes a Laúndos<sup>15</sup>. Aliás, nos apontamentos que deixou e que mais tarde viriam a ser publicados pela Sociedade com o seu nome, Martins Sarmiento informa que no dia 6 de Agosto daquele ano estava junto a Bagunte, em Casal Pedro, onde pretendia recolher informações acerca das antiguidades que havia entre o Ave e Cávado<sup>16</sup>. Que este investigador subiu ao topo do monte, não restam dúvidas pois ele é bem claro quando informa que junto ao marco geodésico havia um moinho de vento arruinado e que junto dele

<sup>9</sup> COSTA, P.e Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, T. I, Lisboa, 1706, pág. 321-322.

<sup>10</sup> Ponte de D. Zameiro.

<sup>11</sup> CAPELA, José Viriato et alii, *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, 2009, pág. 711-713.

<sup>12</sup> LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol.1, Lisboa, 1873, pág. 307.

<sup>13</sup> GOMES, José Manuel Flores; CARNEIRO, Deolinda, *Subtus Montis Terroso*, Póvoa de Varzim, 2005, pág. 99.

<sup>14</sup> FORTES, José T. R., *A estação archeologica d'Alvarelhos*, Typografia Central, Porto, 1899.

<sup>15</sup> VASCONCELOS, J. Leite de, *Extractos da correspondência de F. Martins Sarmiento (1881-1883)*, in *O Archeólogo Português*, Vol. VI (1-2), Lisboa, 1885, pág. 46-47.

<sup>16</sup> SARMENTO, F. Martins, *Antiqua, Apontamentos de Arqueologia*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1999, pág. 254.

se estava “*no centro da cidade*”. Finalmente que o monte também recebia o nome de facho e que este talvez fosse a “*mamoã gorda*” de que falavam os pescadores poveiros<sup>17</sup>.

A visita de F. Martins Sarmiento ao cimo do monte da cidade data de meados de 1883 e fácil será de admitir que a relação que ele tinha com Ricardo Severo e demais membros da *Sociedade Carlos Ribeiro* os tenha juntado, na quinta do primeiro, antes da digressão arqueológica. Pode também não ter sido assim e Martins Sarmiento ter-se socorrido de outros companheiros de aventura, mas o certo é que, três anos depois, em 1886, Ricardo Severo e Artur Cardoso assinavam a notícia da primeira intervenção arqueológica que ali tinham feito um ano antes, enviada precisamente para a Revista de Guimarães fundada e dirigida por aquele investigador vimanarense, o mesmo que acrescentou um pequeno comentário sobre o potencial arqueológico que havia nem torno da cidade.

O pequeno artigo começa por localizar a cidade, precisando que esta se situa a uma altitude de 197m e que o cimo é uma espécie de pequeno planalto “*enrugado por montículos*”. Foi precisamente num destes montículos que eles abriram uma vala, sem definição de comprimento, mas com 50cm de profundidade. Foi dela que extraíram cerâmica que eles consideraram ser igual à do castro de Sabroso, portanto castreja e que muitos destes fragmentos haviam sido fabricados com a roda de oleiro e que muitos dos bocados, incluindo fundos planos, apresentavam sinais de utilização ao fogo. Entre todo o material individualizavam, pela raridade, um cossoiro<sup>18</sup>.

Terá sido esta investigação que contribuiu de forma decisiva para a classificação, em 16 de Junho de 1910<sup>19</sup>, da Cidade de Bagunte com Monumento Nacional. Facto meramente curioso é o desta classificação ter sido decretada ainda durante o período da monarquia que viria a ser deposta a 5 de outubro do mesmo ano.

Seguiu-se a visita de Mendes Corrêa. Este antropólogo, que foi fundador do museu que leva o seu nome e se encontra no edifício da Reitoria da Universidade do Porto, menciona a sua passagem pela Cidade de Bagunte num relatório que tem a data de 18 de Fevereiro de 1950. Nele escreveu que tinha ali estado em 1915 e ali tinha realizado “*algumas sumárias sondagens e visitado as ruínas anteriormente exumadas por R. Severo e Fonseca Cardoso*”<sup>20</sup>.

À imagem de tantos outros sítios, também a Cidade de Bagunte resvalou para o esquecimento após esta primeira tentativa de reabilitação patrimonial. Assim aconteceu até ao começo da década de 40 do século XX, altura em que Fernando Russel Cortez, à data delegado da Junta Nacional da Educação em Vila do Conde, voltou a movimentar o interesse arqueológico pelo sítio. Para isso muito terá contribuído um mecenas local, então presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde e que vivia em Vilarinho, Macieira da Maia, praticamente às cavaleiras da ponte de D. Zameiro, sobre o rio Ave. Chamava-se Bento de Sousa Amorim, era senhor de uma vasta fortuna, o que lhe permitiu contribuir com importância de 14.000\$00 para que as escavações se realizassem<sup>21</sup>.

Não sabemos, verdadeiramente, quando a intenção de retomar a investigação na Cidade de Bagunte foi equacionado, mas a ajuizar pelas missivas trocadas, este deverá ter sido retomado em 1943, já que, a 28 de Fevereiro de 1944, tinha havido um despacho ministerial favorável a tal intenção. Foi no seguimento deste despacho que Russel Cortez informou a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que “*a exploração metódica da Cidade de Bagunte*” tinha começado no dia 17 de Julho de 1944<sup>22</sup>. Antes, em 21 de Junho, por altura da preparação dos trabalhos, o arqueólogo

<sup>17</sup> SARMENTO, F. Martins, *Antiqua, Apontamentos de Arqueologia*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1999, pág. 263.

<sup>18</sup> SEVERO, Ricardo; CARDOSO, Artur, *Notícia Arqueológica sobre o Monte da Cidade*, in Revista de Guimarães, Vol. III, Guimarães, 1886, pág. 137-141.

<sup>19</sup> Decreto de 16.6.1910.

<sup>20</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>21</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>22</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte. A campanha deste ano está devidamente assinalada numa das plantas que posteriormente o arqueólogo enviou à DGEMN.

responsável informava a DGEMN que o proprietário da parcela onde as escavações se iriam realizar queria ser indemnizado dos prejuízos futuros, por força do local ficar improdutivo.

Os trabalhos desta primeira intervenção duraram pouco mais que um mês, porque no dia 21 de Agosto, Russel Cortez informava a DGEMN que o subsídio atribuído por Bento de Amorim se havia esgotado e ele desconhecia o montante que o Ministério das Obras Públicas iria atribuir aos trabalhos. Lamentava ainda não poder estar presente quando os proprietários das bouças procedessem à venda da madeira, porque temia pela conservação das ruínas<sup>23</sup>. Os trabalhos realizados nesse ano mereceram honra de notícia num dos jornais diários de maior expansão nacional, pois o *O Século* de 22 de Agosto desse mesmo ano escrevia que a intervenção arqueológica na cidade tinha sido um sucesso, porque “*aturadas escavações*” tinham revelado “*a existência de uma antiquíssima povoação*”<sup>24</sup>.

Embora não haja uma publicação oficial dos resultados desta campanha, tudo indica que Russel Cortez elaborou um relatório que foi enviado à entidade que então tutelava a investigação arqueológica em Portugal. No dia 4 de Janeiro de 1945 a 2ª Sub-Secção da 6ª Secção da Junta Nacional da Educação incumbia o seu delegado em Vila do Conde, Russel Cortez, a prosseguir com os trabalhos na Cidade de Bagunte, sob a orientação do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, visto que “*os resultados obtidos nesta primeira campanha podem qualificar-se de notáveis*”<sup>25</sup>. Rematava este relatório com uma chamada de atenção para o facto da primeira campanha ter tido somente o apoio pecuniário de Bento de Amorim, pelo que se propunha que a DGEMN solicitasse os bons ofícios do Comissariado do Desemprego na atribuição de um subsídio que permitisse a continuidade dos trabalhos.

A dinâmica empregue no primeiro ano da campanha de Russel Cortez não encontrou a necessária correspondência em 1945, segundo se depreende de uma exposição que o mesmo enviou à DGEMN no dia 8 de Fevereiro de 1946. De acordo com o citado texto, no ano de 1945 não havia sido possível imprimir “*o ritmo aconselhável aos trabalhos em curso*” por motivo de não ter chegado atempadamente a comparticipação pecuniária<sup>26</sup>. Por isso, naquele ano, havia-se limitado a fazer pequenas obras de limpeza e de arrumo de materiais saídos da área escavada e que impediam uma leitura do sítio. Aproveitava o ensejo para expor algumas das preocupações mais prementes e evidentes, aquelas que mais atentavam contra a integridade da estação arqueológica.

Referia, em primeiro lugar, o facto de se continuar a “*confeccionar carvão na área melhor conservada das ruínas*” e como se isso não bastasse continuava-se, sem qualquer critério, a abater árvores, a rachar lenha, a arrancar trêpos e a circular com carros de bois. Tudo isto somado causava irreparáveis danos nas ruínas, tanto mais que os prevaricadores disfarçavam as covas com “*terriço e musgo*”. Por isso e para evitar males maiores propunha que se procedesse à expropriação dos terrenos<sup>27</sup> de uma área circunscrita a 250m de raio a partir do “*buraco na rocha que serviu para segurar a antiga vara do telégrafo*” e que se abrisse um caminho de acesso às ruínas<sup>28</sup>.

O apoio estatal às escavações na cidade previsto para 1945 só chegou no ano seguinte, pois a 8 de Março de 1946, o Comissariado do Desemprego informava a DGEMN que, por portaria, havia sido concedida uma comparticipação de 18.000\$00 destinada ao “*prosseguimento das escavações na Cidade de Bagunte, em Vila do Conde*”, razão pela qual os responsáveis teriam de proceder ao recrutamento do pessoal, a estabelecer um caderno de encargos e a comunicar, com 15 dias de antecedência, a data do começo dos trabalhos<sup>29</sup>. Estes começaram a 7 de Agosto daquele ano, mas antes, a 4 de Junho, Russel Cortez enviou o solicitado caderno de encargos no qual se comprometia a escavar

<sup>23</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>24</sup> *O Século*, 22/8/1944.

<sup>25</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte

<sup>26</sup> Previa-se uma verba entre 15 e 20.000\$00. Cfr. Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>27</sup> Naquela data eram proprietários das parcelas afetadas os senhores António Capela, do lugar dos Corvos, freguesia de Bagunte; António Torres, do lugar do Castelo, freguesia de Arcos; Manuel Ferreira Lopes Marafona, de Casal Pedro, freguesia de São Simão da Junqueira; Amadeu Faria, de Casal Pedro, freguesia de São Simão da Junqueira e Dr. Gonçalves Costa, freguesia de Balazar, concelho da Póvoa de Varzim.

<sup>28</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>29</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

cuidadosamente todas as terras, recolhendo todos os materiais à razão de 100\$00 o metro cúbico, a consolidar as paredes pelo valor de 150\$00 o metro cúbico e a fornecer todos os materiais de escavação e de conservação, bem como o seguro dos operários, sem outros encargos mais para o Estado<sup>30</sup>.

Até ao início de 1948 não voltamos a encontrar notícias sobre esta estação arqueológica, razão que leva a presumir que durante o ano de 1947 não tenha havido trabalho de monta no castro, não por falta de vontade do arqueólogo em continuar os trabalhos, mas porque, nem privados, nem o Estado, disponibilizaram verbas para o efeito. Essa ideia só voltou a ser equacionada a 20 de Setembro de 1949, quando o arquiteto Raul Lino, à altura diretor dos Serviços da DGEMN, enviou uma lista de monumentos de Vila do Conde que necessitavam de obras de restauro. Nela estava a Cividade de Bagunte. De acordo com esta diretiva ali deveriam ser gastos 18.000\$00 nos seguintes itens: escavação e arrumação de terras; consolidação de estruturas dentro da muralha; consolidação dos vários troços de muralha e transporte dos entulhos para fora da área de proteção<sup>31</sup>.

A intenção de Raul Lino não passou disso mesmo, talvez porque a DGEMN não deveria ter fundos suficientes e uma nova comparticipação do Fundo do Desemprego não parecia ser viável, como posteriormente se veio a comprovar, porque, como o reconhecia Russel Cortez, havia o espartilho da lei. Por seu lado a Câmara Municipal, através do seu presidente Bento de Amorim, em ofício de 11 de Novembro de 1950, mostrava-se disponível para construir uma estrada de acesso à cidade desde que o Estado expropriasse os terrenos e promovesse a investigação. Estariam também na disposição de auxiliar financeiramente os trabalhos arqueológicos, na condição do poder central também o fazer e de nomear um guarda permanente para sítio. Caso contrário não estava “*disposto a colaborar, por considerar inútil gastar-se dinheiro sem possibilidade de defeza das obras realizadas*”<sup>32</sup>. Desde o começo da campanha de Russel Cortez, em prol da Cividade de Bagunte, que ele lutou contra a falta e a intermitência do financiamento, contra a inconsciência de certos agentes para com as ruínas e pela definição de uma área de protegesse juridicamente a área do antigo habitat.

A luta contra as tropelias praticadas, consciente e inconscientemente, no povoado começaram no preciso momento em que as escavações arqueológicas se iniciaram. Já nessa altura Russel Cortez se queixava do arranque e corte de árvores, do fabrico de carvão, no trânsito de carros de bois na área já escavada e depois da replantação de eucaliptos. Por exemplo a 8 de Junho de 1949 ele queixava-se, num relatório enviado ao Ministério da Educação, que na gleba pertencente a Manuel Gonçalves Costa os estragos eram elevados, pois o corte de um grande eucalipto tinha destruído uma das casas circulares feitas “*de barro ou adobe*”. Ainda e segundo o referido relatório, o mesmo proprietário havia “*recoberto de terra certos elementos do interior das casas, dos restos de fornos, pilares e colunas de sustentação de telhados, pavimentos barro endurecido*”. Como se não bastasse foi retirado do lugar “*um pilar decorado com rosetas exifólias*”<sup>33</sup>, *mós de moinho que estavam encastradas em paredes e, muita pedra*”. Foram estes os motivos que estão na base de uma comunicação da Repartição do Património do Ministério das Finanças à DGEMN, datada de 12 de Dezembro de 1949 e na qual esta informava que havia solicitado à Câmara Municipal, na sua qualidade de autoridade policial naquele concelho, que “*tomasse as providências para que os proprietários e outros não danifiquem as ruínas a descoberto*”<sup>34</sup>.

No ano seguinte, em 1950, a destruição da cidade continuava na ordem do dia e de tal modo que a Câmara Municipal, na impossibilidade de contratar um guarda permanente, arranjou como solução alternativa encarregar um proprietário local para vigiar o local. Esta ideia não viria a dar resultados práticos, como aliás o viria a reconhecer, em Agosto de 1950, o diretor geral da DGEMN.

<sup>30</sup> Arquivo da DGEMN – Cividade de Bagunte.

<sup>31</sup> Arquivo da DGEMN – Cividade de Bagunte.

<sup>32</sup> Arquivo da DGEMN – Cividade de Bagunte.

<sup>33</sup> É certamente a pedra apresentada por Calo Lourido no seu estudo sobre a plástica castreja. Cfr. CALO LOURIDO, Francisco – *A Plástica da Cultura Castreja Galego-Portuguesa, Vol. I, Museo de Pontevedra, Pontevedra, 1994, pág. 112-114.*

<sup>34</sup> Arquivo da DGEMN – Cividade de Bagunte.



Sentindo-se manietado pela situação criada, Russel Cortez sugeria que caso a expropriação não avançasse com a necessária celeridade, que ao menos os proprietários fossem avisados das penalidades em que incorriam sempre que danificassem as ruínas arqueológicas postadas nos seus terrenos.

As escavações arqueológicas dirigidas por Ricardo Severo e posteriormente por Russel Cortez foram sempre feitas em terrenos privados, pois o Estado ou a Câmara Municipal nunca avançaram com um processo de compra amigável e muito menos com um processo de expropriação, embora tivesse havido pressões e indicações nesse sentido, por parte de algumas entidades.

Russel Cortez por mais que uma vez sugeriu a expropriação e chegou mesmo a indicar uma área, todavia nunca conseguiu que se passasse das intenções aos atos. Contudo, depois de tanta insistência, à qual a Câmara Municipal não foi alheia, a Repartição do Património do Ministério das Finanças ordenou que se estudasse uma área de proteção da Cidade de Bagunte e que se especificasse quais as parcelas que mais interessavam ao prosseguimento das escavações arqueológicas, com a finalidade do Estado as adquirir. Definidas e delimitadas, totalizavam uma área de 75.915m<sup>2</sup><sup>35</sup>. Como não podia haver uma área a expropriar e uma outra destinada à proteção do monumento sem haver uma planta topográfica credível, foi contratado o Agente Técnico de Engenharia Civil José Maria de Sousa, do Porto, para a elaborar na escala 1/500, pela quantia de 7.500\$00. Esta abrangia uma área de 23.274 hectares inscritos num círculo com 600m de diâmetro<sup>36</sup>.

Terão sido estes relatos de abandono e de constante destruição das ruínas arqueológicas que estarão na base da criação de uma Zona Especial de Proteção (ZEP) das mesmas, em 1950<sup>37</sup>. Procurava-se, desta forma, materializar em planta a área que deveria ser alvo de proteção legal acrescida, na esperança que tal travasse o ritmo de destruição.

Que os terrenos nunca foram expropriados pelo Estado Central é um facto comprovado. Mas também é sabido que, em 1986, a Secretaria de Estado da Cultura não exerceu o seu direito de preferência sobre uma das parcelas que então se encontrava à venda. A cedência dos direitos do Estado assentaram num parecer negativo da sua auditoria jurídica, que foi corroborado por um outro oriundo do Departamento de Arqueologia<sup>38</sup>.

As notícias posteriores à década de cinquenta sobre a Cidade de Bagunte continuaram e nem sempre pelos melhores motivos. Algumas das vezes foram agitadas pela imprensa diária. Por exemplo, em 1964, como reação a uma notícia saída num periódico, a secção norte da DGEMN admitia que a cidade se encontrava sem manutenção, repleta de vegetação que tinha crescido e desenvolvido após a paragem das escavações. Mais explicitamente informava que a limpeza podia fazer-se com uns meros 5.000\$00, só que havia o contratempo dos terrenos serem privados. Finalmente, em 1982, foi a vez do então Presidente da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Francisco Sande Lemos, informar o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) que a Cidade de Bagunte se encontrava sujeita a uma série de vandalizações, incluindo escavações clandestinas, de permeio com a destruição do património, aos quais urgia por cobro. Para o efeito sugeria que fosse estabelecido um protocolo de colaboração com o Ministério da Administração Interna para que a Guarda Nacional Republicana (GNR) pudesse deslocar-se ali em patrulhas de vigilância<sup>39</sup>.

Os anos andaram e só com a constituição do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal e da APPA-VC<sup>40</sup> é que se começaram a procurar soluções para a Cidade de Bagunte. Através de acordos pontuais com os proprietários conseguiu-se proceder à limpeza das ruínas postas a descoberto por Russel Cortez,

---

<sup>35</sup> De acordo com o arquivo d DGEMN elas eram dos seguintes proprietários: José Ferreira da Costa com 38.352m<sup>2</sup>; Amadeu Faria com 27.162m<sup>2</sup> e a António Capela com 10.400m<sup>2</sup>.

<sup>36</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>37</sup> D.G., 2ª Série, nº 69, de 24-3-1950.

<sup>38</sup> O terreno acabou por ser adquirido por João Ferreira Gonçalves da Costa.

<sup>39</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>40</sup> O Gabinete foi constituído em 1992. A APPA-VC é uma associação cultural vocacionada para a defesa e divulgação do património arqueológico concelhio.

travou-se a proliferação das árvores, mormente dos eucaliptos, cortaram-se aquelas que estavam a danificar seriamente as estruturas, valorizou-se o caminho de acesso para visitas pedonais e criou-se informação bilingue distribuída por placares colocados junto dos locais mais significativos. Mais recentemente, 2009, estabeleceu-se um programa de cooperação com a *University of Texas at Austin* (EUA) que resultou no reinício das intervenções arqueológicas, num espaço próximo àquele que foi escavado por Russel Cortez, mas ainda não tocado<sup>41</sup>. O trabalho desenvolvido pelo Município de Vila do Conde teve sucessos mais recentes, 2015, que se materializam na integração da Cidade de Bagunte na rede de Castros do Noroeste Peninsular e na aquisição de um conjunto muito significativo de terrenos, num total de quase 18ha. Entre os terrenos adquiridos encontra-se todo o espaço onde se incluem as ruínas escavadas nos séculos XIX, XX e XXI.

As escavações realizadas por Ricardo Severo e depois por Russel Cortez incidiram sobre o topo da colina. Puseram a descoberto uma série de estruturas, permitiram recolher uma série de materiais arqueológicos que foram depositados no Museu de Antropologia da Universidade do Porto e no antigo Museu do Douro Litoral<sup>42</sup>, mas não produziram qualquer estudo científico consistente, porque, salvo algumas informações dispersas e parcas, nunca os autores publicaram qualquer estudo monográfico sobre o sítio. Russel Cortez ainda prometeu escrever uma memória circunstanciada, mas que não passou da intenção<sup>43</sup>.

A falta de informação precisa sobre este sítio não impediu que a estação arqueológica fosse sucessivamente recordada, sobretudo, por causa dos materiais arqueológicos que as campanhas feitas por Russel Cortez depositaram no Museu de Antropologia da Universidade do Porto. Uma outra fonte de referências aos materiais arqueológicos da Cidade de Bagunte provém dos seus torques em prata<sup>44</sup>.

O conjunto é composto por cinco peças, sendo que um é uma bracelete e os restantes quatro são colares rígidos. O seu centro produtor levanta muitas dúvidas, não por força das suas tipologias, antes por causa da prata. Por esse motivo, há quem avenge a hipótese da sua origem ser mediterrânica, precisamente porque os torques de tradição castreja são fabricados em ouro e não em qualquer outro tipo de matéria-prima. Tal facto não invalida, obviamente, que eles tenham sido trazidos para Bagunte como parte integrante do espólio familiar de alguém que possa ter participado, por exemplo, nas campanhas militares que se desenrolaram no centro e sul da península durante os consulados de Décimo Júnio Bruto, Sertório e Júlio César<sup>45</sup>, à imagem de outras peças encontradas noutras estações arqueológicas nortenhas<sup>46</sup>.

A primeira notícia desta descoberta surgiu em 1948 pela mão do próprio Russel Cortez<sup>47</sup> para ser reafirmada, em 1951, pelo arqueólogo galego F. Lopez Cuevillas<sup>48</sup>. Posteriormente muitas outras referências se fizeram<sup>49</sup>, das quais a mais completa será a de Armando Coelho, quando os incluiu na lista da ourivesaria proto-histórica, na revisão que fez à sua 1ª edição da sua tese de doutoramento<sup>50</sup>.

Se nos abstrairmos dos materiais não cerâmicos – vidros, contas de pasta vítrea, um pequeno anel ou o cabo de uma faca que remata em cabeça de animal – há que destacar um vasto leque de fragmentos cerâmicos, na sua maioria de fabrico indígena, mas onde também há outros de importação, entre as quais avultam as ânforas e as sigillatas de fabrico sud-gálico e hispânico<sup>51</sup>. Algumas destas peças são interessantes do ponto de vista morfológico e até funcional, nomeadamente um pequeno recipiente, de corpo cilíndrico,

<sup>41</sup> O protocolo com esta universidade americana foi assinado em 10 de Julho de 2009 e renovado em 25 de Julho de 2013.

<sup>42</sup> Neste antigo museu encontrava-se depositada com o nº 5461 de inventário, a possível ombreira de porta descrita e publicada por Calo Lourido.

<sup>43</sup> CORTEZ, F. Russel, *Actividade Arqueológica em Portugal durante 1947*, in *Archivo Español de Arqueología*, Vol. XXI (72), Madrid, 1948, pág. 269-281.

<sup>44</sup> A Câmara Municipal de Vila do Conde comprou os torques, em 1995, ao Dr. João Rebelo de Carvalho pela quantia de 2000 contos.

<sup>45</sup> GONZÁLEZ GARCIA, Francisco Javier (Coord.), *Los Pueblos de la Galicia Céltica*, Editorial AKAL, Madrid, 2007, pág. 302.

<sup>46</sup> Pode ser também esse o caso dos capacetes e travessa com copos em bronze encontrados no castro de Castelo de Neiva.

<sup>47</sup> CORTEZ, F. Russel, *Actividade Arqueológica em Portugal durante 1947*, in *Archivo Español de Arqueología*, Vol. XXI (72), Madrid, 1948, nº 72.

<sup>48</sup> LÓPEZ CUEVILLAS, F., *Las Joyas Castreñas*, Madrid, 1951, pág. 38-40.

<sup>49</sup> LADRA, L., *Os torques de prata da Cidade de Bagunte*, in *Estudos Pré-históricos de Viseu*, Viseu, 2001, pág.111-112.

<sup>50</sup> SILVA, Armando Coelho Ferreira da, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2ª edição, Paços de Ferreira, 2007, pág. 355-356, Est. CXII.

<sup>51</sup> ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *A Romanização no Concelho de Vila do Conde*, in *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, 1995, pág. 52-53.

que remata em bico e tem sinal de uma asa. Esta peça tem sido considerada como um cadinho<sup>52</sup>, mas é provável que seja um recipiente onde se recolham as limalhas usadas depois na metalurgia<sup>53</sup>.

Na sua quase totalidade, o espólio desta estação arqueológica está por estudar, tal como o estão as estruturas defensivas e habitacionais postas a descoberto nas campanhas dos séculos XIX e XX. Não há registos estratigráficos, desconhecemos se há algum diário de campo das campanhas de Russel Cortez e lutamos contra as agressões que a natureza e a incúria humana têm vindo a lançar sobre um povoado que mostra sinais de ter tido uma interessantíssima organização urbana interna. Em linhas gerais, em território de Brácaros, só há paralelos, para já, na citânia de Sanfins, na cidade Velha de Santa Luzia, em Alvarelos e mais remotamente em Briteiros e no Monte Mozinho. Nos restantes povoados, com alguma atividade arqueológica já registada, nomeadamente nos castros de Terroso, de São Lourenço, de Âncora, de Castelo de Neiva, etc., raras são as manifestações próximas ou afins a este tipo de ortogonalidade.

Ideia mais generalizada coloca a Cidade de Bagunte no interior de uma malha defensiva formada por três ordens de muralhas. Não sabemos se será esse o número exato e tão pouco se, as que são mais ou menos visíveis, são coevas umas das outras, ou se são o produto das reformulações e acrescentos que a área habitacional teve ao longo de mais de meio milénio de vida.

Tanto a planta topográfica elaborada em tempo de Russel Cortez como a mais recente<sup>54</sup>, da responsabilidade dos técnicos da Câmara Municipal de Vila do Conde, levanta-nos um série de dúvidas quanto à orientação das muralhas e estas, a serem-no, arrastam atrás si outras tantas incertezas. Por exemplo, como é que elas se articulam tendo orientações por vezes bem divergentes e noutros casos como é que se explica a presença de uma muralha de pedra, precisamente ao lado, de uma outra em terra, precedida de um talude e um fosso, largo e fundo, à distância de uma escassa dezena de metros. Provavelmente não são estruturas cronologicamente coevas, mas isso só poderá ser explicado através de uma intervenção arqueológica que procure radiografar esta e outras situações, que felizmente abundam em todo o povoado. Uma outra dúvida que nos persegue é sabermos até que ponto, a muralha mais exterior deste povoado, que está servida de um fosso, bem visível no caminho de acesso à acrópole, é coeva da outra, caso não seja a mesma, que presumivelmente circunda o espaço habitacional no ponto mais alto do habitat.

Apesar de não haver registos estratigráficos, as escavações levadas a efeito por F. Russel Cortez puseram a descoberto uma série de estruturas que permitem, apesar de algumas indefinições, estabelecer alguns parâmetros e tirar certas ilações.

A primeira está relacionada com o facto da área escavada da acrópole se situar no interior de uma muralha em pedra observável a quem chega vindo do sul. A segunda procura perceber a organização interna, com uma malha um pouco à maneira da citânia de Sanfins, assente num arruamento central (parcialmente escavado) que se ramifica, provavelmente num outro postado a poente, sendo que os dois são servidos, pelo menos por cinco arruamentos transversais, os quais servem de baliza a uma série de espaços sub-retangulares, aos quais poderemos apelidar de quarteirões ou bairros. Esta organização interna sugere a existência de unidades intermédias, de tipo unidades familiares, as quais, por sua vez, estariam subdivididas em unidades menores ou seja em núcleos familiares.

Em linhas gerais é isto que se observa do levantamento topográfico das estruturas descobertas e agora recentemente limpas e que passamos a analisar mais em pormenor, apesar de sabermos que nem todas as unidades descobertas terão o mesmo enquadramento cronológico. A apoiar há ainda as plantas elaboradas em 1948 pelo arqueólogo e que foram enviadas à DGEMN<sup>55</sup>.

<sup>52</sup> ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Cerâmica Castreja*, in Revista de Guimarães, Vol. LXXXIV(1-4), Guimarães, 1974, pág. 171-197.

<sup>53</sup> SILVA, Armando Coelho Ferreira da, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2ª edição, Paços de Ferreira, 2007, pág. 200 e Est. LVII,3.

<sup>54</sup> Em 1948 foi encomendada uma planta topográfica que um ano depois a Repartição do Património do Ministério das Finanças esperava que lhe fosse entregue para avançar com a zona de proteção. Possivelmente ainda nesse ano recebeu-a conjuntamente com outras onde estão representadas as estruturas então descobertas.

<sup>55</sup> O arquivo da antiga DGEMN possui um total de seis plantas da cidade de Bagunte.

Tendo em atenção os arruamentos transversais assinalamos quatro possíveis quarteirões ou bairros assinaladas pelas letras A, B, C e D, sendo que cada um está subdividido em núcleos familiares, reconhecidos pela numeração romana, enquanto os componentes de cada um, também o são através da numeração arábica.

De acordo com os elementos disponíveis, pode-se aventar a hipótese de todos os arruamentos serem empedrados. Nesse sentido apontam os vestígios assinalados na planta de 1948 elaborada por Russel Cortez<sup>56</sup>, do mesmo modo que ainda são visíveis em certas partes dos outros arruamentos após as limpezas e desobstruções mais recentes feitas no sítio.

## **QUARTEIRÃO/BAIRRO A**

Este conjunto está delimitado por três arruamentos, XP, X1 e X2 e encosta, ou quase, provavelmente, à muralha de pedra mais interior<sup>57</sup>. É para estes arruamentos que estão orientadas as poucas entradas conhecidas, nomeadamente a do núcleo I. Para além deste, seguindo a orientação dos muros divisórios e morfologia das diversas estruturas, conclui-se que este espaço estava repartido por mais que cinco núcleos, porque o II, face à vasta área vasta, que ocupa, está muito mal definido em termos de estruturas, sejam elas habitacionais ou não.

## **NÚCLEO I**

Está bastante bem definido e compreende cinco estruturas, todas em conexão com um pátio central que está empedrado, tal como a sua ligação à rua X1<sup>58</sup>. A estrutura principal é uma casa circular, de fábrica castreja, com porta orientada para o centro do pátio. Esta bem pode ser o resquício arquitetónico de um ordenamento anterior. Os restantes edifícios, todos eles já com a chancela romana, têm formas retangulares ou próximas e com as portas também orientadas para o pátio. Como não há registos estratigráficos não é fácil deduzir qual a funcionalidade de cada um no interior do núcleo, mas tomando como exemplo outros casos conhecidos, é provável as construções 1 e 2 sejam anexos de animais, reservando para a 4 e 5, as funções de celeiro, arrumos e outras funcionalidades próprias de uma casa que vivia da lavoura, dos produtos da floresta e da criação de animais, nomeadamente os ovino-caprinos.

## **NÚCLEO II**

Deste núcleo só conhecemos verdadeiramente o que resta de uma casa circular castreja que foi parcialmente incorporada na parede divisória do núcleo I. É possível que dele, também fizesse parte a estrutura 2, só que esta tem a entrada orientada para a rua X1, o que faz dela uma estrutura irracional em função destes dois núcleos familiares. Outra certeza, é que este núcleo – será seguramente mais do que um – tinha ligação através de portas com o I e também com o V.

## **NÚCLEO III**

Trata-se de outro espaço também ainda muito mal definido, pois dele só está cartografada uma estrutura sub-retangular encostada à linha divisória com o núcleo IV. Sabemos que é um espaço fechado com entrada provável para o arruamento transversal mais meridional ou seja, para o X1.

---

<sup>56</sup> Tais elementos estão bem presentes, por exemplo, no arruamento que agora classificamos como X2

<sup>57</sup> Atendendo à planta elaborada por Russel Cortez é provável que a balizar pelo lado poente haja um outro arruamento, mas que nas atuais circunstâncias não está visível.

<sup>58</sup> Nem todo o empedrado, fora e dentro dos núcleos está representado no levantamento topográfico mais recente. Aliás a planta que agora se apresenta possui muitos lapsos porque toda a área escavada por Russel Cortez precisa de uma reinterpretação com a finalidade de estabelecer uma ligação entre os muros que se encontram, por diversos motivos, interrompidos e entre estes as ligações entre si e com os arruamentos.

## **NÚCLEO IV**

Apesar das estruturas também estarem mal definidas e imperfeitamente representadas na atual planta, é possível perceber que possuía uma casa circular castreja, a qual resta uma pequena parcela e duas estruturas retangulares, de fábrica romana, de dimensão e funcionalidade, provavelmente distintas. O acesso a este núcleo far-se-ia a partir do arruamento transversal X2, como acontece, aliás, ao vizinho núcleo V.

Nota interessante é que a base da casa circular é integralmente feita em barro, desconhecendo nós como seria a parte restante.

## **NÚCLEO V**

Este núcleo tinha entrada para a rua X2 e tinha ligações com II. Do conjunto de estruturas que possuía resta parte de uma casa circular de técnica castreja e parte de uma outra, possivelmente um anexo, de forma quadrangular que faceava com a rua X2 e com o acesso à mesma. No atual estado da situação é muito difícil avançar com qualquer outro tipo de análise.

## **QUARTEIRÃO/BAIRRO B**

Este espaço está delimitado pelo arruamento central XP e pelos transversais X2 e X3. É possível, tal como acontece com o anterior, que este também estivesse balizado a poente por um novo arruamento, do qual há indícios, mas não certezas.

É um espaço ainda muito mal definido, sobretudo na parte voltada ao arruamento X3. Esta parcela ou ainda não foi escavada integralmente, ou então sofreu das muitas constrangimentos por que o castro já passou. Na atual situação tem quatro núcleos habitacionais bem definidos, mas estes devem crescer para cinco ou mesmo seis.

## **NÚCLEO I**

Este é um dos conjuntos habitacionais mais completos e também dos mais complexos, porque apresenta as incongruências típicas de um espaço que sofreu uma profunda remodelação mas não eliminou totalmente os resquícios da realidade anterior.

Compreende entre cinco a seis estruturas estrategicamente distribuídas em torno de um pátio central e num espaço delimitado e fechado por muros. A única entrada está orientada para a rua X2.

O edifício principal deste conjunto é uma antiga casa circular provida de vestíbulo ou caranguejo que foi integrada na nova ordem urbana com a remodelação urbanística que forneceu o modelo que chegou até nós. A acompanhar esta habitação há uma série de estruturas de tipologia sub-retangular (2, 3 e 4) que se alinham em redor do pátio que era integralmente empedrado, tal como outros espaços mais mortos, como aquele que se situa entre a casa castreja e a estrutura retangular nº 2. É, aliás, para este pátio que todas as entradas das diversas casas se orientam. Difícil de entender é o espaço nº 6, que parece ser o que resta de uma antiga casa circular, mas que não joga com a realidade do edifício nº 3, porque impede a comunicação entre o pátio e o espaço que lhe está adjacente. Realidade distinta é a comunicação que havia entre o pátio e as traseiras das casas 3 e 4, pois que entre elas havia um pequeno espaço de circulação.

## **NÚCLEO II**

Este espaço, também com entrada garantida para o arruamento X2, compreende quatro estruturas habitacionais (1, 2, 3 e 4) todas elas de planta sub-retangular. Estão também todas orientadas para um espaço central o qual, de acordo com o levantamento de Russel Cortez, também estava empedrado<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> A manta morta que ali se criou posteriormente à intervenção dos anos 40 do século passado não foi retirada e impediu que tenha sido representada na planta atual.

### **NÚCLEO III**

Este núcleo, que tem como limites balizadores as ruas XP e a X2, é um dos mais difíceis de analisar porque só tem visíveis duas casas circulares e restos de uma construção que parece ser retangular. A parte restante ou não foi ainda escavada, ou foi uma das parcelas que foi fortemente violada no período pós-escavação. A esta realidade acresce ainda o facto de uma das casas, a nº 1, ter a base feita em barro, à imagem de uma outra que pertence ao Núcleo IV do Quarteirão A.

### **NÚCLEO IV**

Na sua presente composição este núcleo é formado por três estruturas, sendo que a 1 é uma casa circular, a 2 oblonga com restos de um caranguejo e a 3 um espaço retangular. A entrada do núcleo dá diretamente para o arruamento X3, enquanto a das estruturas convergia para um pátio comum.

### **QUARTEIRÃO/BAIRRO C**

Este é um dos espaços da acrópole que está manifestamente incompleto no que diz respeito à escavação. Situado entre as ruas X3, X4 e a XP, só o sector que tem por baliza o arruamento principal é que pode ser verdadeiramente analisado, percebendo-se que está dividido, pelo menos em três núcleos.

### **NÚCLEO I**

Ao invés do que é visível na área escavada deste povoado, este núcleo tinha a sua área coletiva logo na entrada da rua X3, estando por isso mesmo adjacente a ela. Em redor dele havia quatro compartimentos sub-retangulares, sendo duvidoso que o nº 5 fizesse parte dele, porque a planta que Russel Cortez fez, mostra que o espaço entre a construção 1 e a 5 era lajeado e que seria uma ligação entre a rua e um outro núcleo situada mais atrás e que é o III.

### **NÚCLEO II**

Ainda que imperfeitamente indefinido, este núcleo, que tinha entrada garantida pela rua X4, era constituído por duas casas de características castrejas e talvez por dois ou três compartimentos de tendência retangular romana. Uma das casas castrejas, a 1, de forma circular, tem restos de um caranguejo, tal como também o tem a 2, que possui uma forma oblonga imperfeita. Em qualquer dos casos, todas as estruturas estavam orientadas para um pátio central, também ele empedrado.

### **NÚCLEO III**

Este núcleo, como já vimos, tinha uma ligação direta com a rua X3 e estava balizado, pelo lado nascente, com um muro que o separava o II. Dele pouco sabemos à exceção de que tinha, pelo menos uma casa circular, a 1.

### **QUARTEIRÃO/BAIRRO D**

Entre as ruas X4 e X5, mais a XP como balizamento oriental, há um conjunto de estruturas de formato retangular<sup>60</sup>, dispostas lateralmente em função de uma larga rua, interna, lajeada, para a qual todas as construções têm as suas portas orientadas.

---

<sup>60</sup> Não estão representadas na planta de Russel Cortez. A remoção da enorme carga de detritos que se foram acumulando nos últimos anos sobre a área das antigas escavações não permitiu ainda que a limpeza fosse total de modo a permitir registar todas as estruturas aí existentes.

Não sabemos verdadeiramente qual a função destas estruturas, mas tudo aponta para que não seja uma área habitacional. Olhando para o seu perfil e para estruturas congéneres de outras estações, inclinamo-nos mais para que seja uma área de serviços, construída já no decorrer do baixo-império, quando alguns destes povoados adaptaram certas áreas, antes residenciais, em olarias, ferrarias, carpintarias, etc.

## CRONOLOGIA

Sem estratigrafias e sem materiais arqueológicos dispostos em camadas credíveis, torna-se muito difícil apontar uma cronologia aceitável para as populações que usaram durante séculos este sítio.

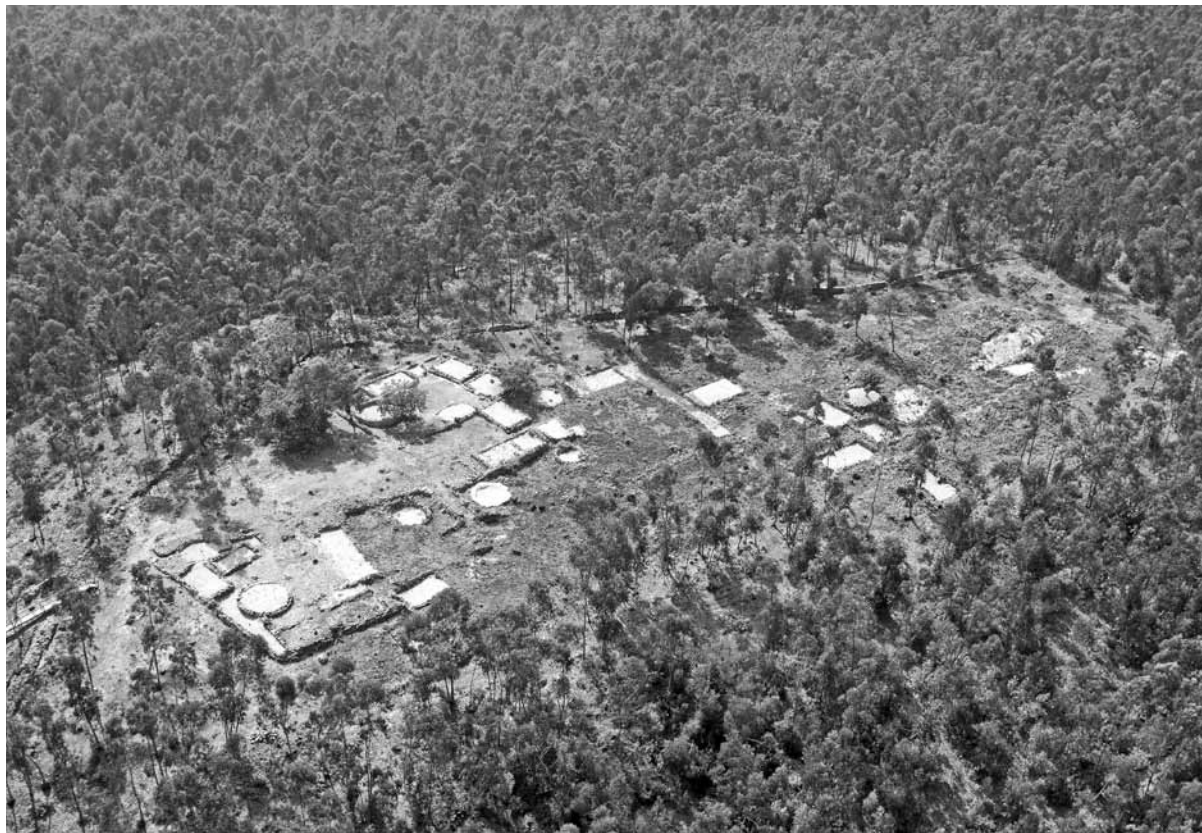
Os materiais arqueológicos, quase todos provenientes das camadas mais superficiais, apontam para uma cronologia que se situa entre o período La Tène e o fim do Império. O grosso do material situa-se entre o século I a.C. e o II, mas a reorganização urbanística do castro, essa deve ter ocorrido já no período imperial, provavelmente na segunda metade do século I, possivelmente já debaixo da liderança da dinastia Flávia. Esta situação, a ter acontecido assim, não invalida que a vida no castro tenha acontecido muito antes e que depois tenha perdurado muito para lá da falência da cultura Castreja. Não faltam exemplos de povoados, com o Monte Mozinho, o castro de São Lourenço e o castro de Castelo de Neiva à cabeça, onde no século IV se conhecem revitalizações da vida urbana, em muitos casos tornados prestadores de serviços daqueles que tinham optado por descer para a planície quando os efeitos da romanização se começaram a fazer sentir na *Gallaecia* meridional.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *A Romanização no Concelho de Vila do Conde*, in Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio, Guimarães, 1995.
- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Cerâmica Castreja*, in Revista de Guimarães, Vol. LXXXIV(1-4), Guimarães, 1974.
- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*, trabalhos complementar de dissertação de provas de doutoramento, policopiado, Porto, 1978.
- CALO LOURIDO, Francisco – *A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa, Vol. I, Museo de Pontevedra, Pontevedra, 1994.*
- CAPELA, José Viriato et alii, *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, 2009.
- CORTEZ, F. Russel, *Actividade Arqueológica em Portugal durante 1947*, in Archivo Español de Arqueologia, Vol. XXI (72), Madrid, 1948.
- COSTA, P.e Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, T. I, Lisboa, 1706.
- FORTES, José T. R - *A estação archeológica d'Alvarelos*, Typografia Central, Porto, 1899.
- GOMES, José Manuel Flores; CARNEIRO, Deolinda, *Subtus Montis Terroso*, Póvoa de Varzim, 2005.
- GONZÁLEZ GARCIA, Francisco Javier (Coord.), *Los Pueblos de la Galicia Céltica*, Editorial AKAL, Madrid, 2007.
- LADRA, L., *Os torques de prata da Cidade de Bagunte*, in Estudos Pré-históricos de Viseu, Viseu, 2001.
- LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol.1, Lisboa, 1873.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F., *Las Joyas Castreñas*, Madrid, 1951.
- SARMENTO, F. Martins, *Antiqua, Apontamentos de Arqueologia*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1999.
- SEVERO, Ricardo; CARDOSO, Artur, *Notícia Arqueológica sobre o Monte da Cidade*, in Revista de Guimarães, Vol. III, Guimarães, 1886.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2ª edição, Paços de Ferreira, 2007.
- VASCONCELOS, J. Leite de, *Extractos da correspondência de F. Martins Sarmento (1881-1883)*, in O Archeólogo Português, Vol. VI (1-2), Lisboa, 1885.



**Fig. 1** – Planta da Cividade de Bagunte.



**Fig. 2** – Imagem área da Cividade de Bagunte.



# GUARNIÇÕES DE FREIO DE EQUÍDEOS: PERSPECTIVAS SOBRE UM CONJUNTO DE MATERIAIS DA ANTIGUIDADE TARDIA NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Andreia Arezes<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo pretende inventariar e sistematizar as características de um conjunto de guarnições metálicas de freio conservadas em distintas instituições museológicas portuguesas. A análise morfológica desses materiais serve-nos de ponto de partida para a reflexão em torno de uma série de questões pertinentes que se colocam a seu respeito e que passam pelos mais diversos domínios. Neste sentido, a abordagem proposta incide sobre a iconografia privilegiada na concepção destes objectos, promove a discussão acerca da natureza simbólica e social de que se reveste a sua utilização e, necessariamente, empreende um esforço de afinação do respectivo enquadramento cronológico.

**Palavras-chave:** Guarnições de freio; Equídeos; Antiguidade Tardia.

## ABSTRACT

This article aims to inventory and systematize features of a set of metallic harness linings found in different Portuguese museums. The morphological analysis of these materials serve as a starting point of reflection on several pertinent issues related to multiple domains. In this regard, the approach focuses the iconography privileged during conception of these objects, promotes the discussion of the symbolic and social nature of its use and, necessarily, undertakes an attempt to improve its chronological framework.

**Keywords:** Harness lining; Horses; Late Antiquity.

## 1. INTRODUÇÃO

O cavalo assume-se como uma “figura” de prestígio, cuja importância surge inequivocamente reflectida nas fontes arqueológicas, históricas e iconográficas, e não apenas para o quadro da Antiguidade Tardia. Basta, pois, atentar na abundante produção científica que vem sendo dedicada aos equídeos, aos materiais ou aos contextos arqueológicos que com eles se relacionam, para desde logo se constatar o quanto, nas mais distintas cronologias, foi já aberto espaço e desbravado terreno para a concretização de um progressivo investimento neste campo de investigação<sup>2</sup>. Naturalmente, compreende-se o interesse granjeado por tais domínios, sobretudo em razão da valiosa utilização a que estes animais, celebrados

---

<sup>1</sup> Arqueóloga. Assistente Convidada da FLUP.

<sup>2</sup> Veja-se, como exemplo, o volume 11 da série *Archaeologia Baltica*, intitulado “The Horse and Man in European Antiquity (Worldview, Burial Rites and Military and Everyday life” (Klaipėda University, 2009).

entre os autores antigos, poderiam ser votados: elementos fulcrais no trabalho do campo, na caça, no transporte ou em combate, percebe-se o quão significativo poderia revelar-se o seu uso. E se a relevância do cavalo enquanto recurso “utilitário” é eloquente e inequívoca, o mesmo se pode afirmar relativamente à carga simbólica passível de lhe ser imputada. Com efeito, participava de cenários lúdicos, integrando jogos públicos, “encenações” de aparato (Aurrecoechea Fernández 2007: 321-322) ou, inclusive, a ambiência funerária. Na verdade, os enterramentos de cavalos parecem encontrar-se imbuídos de conotações mágicas, suscetíveis de transmitir uma mensagem vital de força, poder e fertilidade (Karczewska *et al.* 2009: 62), e de criar aproximações com a dimensão religiosa e mitológica (Aurrecoechea Fernández 2007: 321). A articulação entre tais esferas surge plasmada, por exemplo, nos sepultamentos de cavalos sacrificados, como os descobertos num núcleo mortuário localizado a norte do Sena. Neste cenário, atestado arqueologicamente, o equídeo foi identificado com Sleipnir, ser mítico consagrado a Odin, cuja função primordial seria a de assegurar, uma vez por ano, o retorno dos defuntos ao universo terrestre (Rouche 1989: 488), interpretação sugestiva, até pelo facto de ilustrar claramente o vigor das concepções que pressupunham uma inevitável fluidez e interpenetração entre mundos, o dos vivos e o dos mortos. De qualquer modo, os vestígios que vêm sendo coligidos parecem suficientes para garantir que os enterramentos de cavalos ou de materiais a eles associados enformam uma prática constante ao longo do primeiro milénio, e um pouco por toda a geografia europeia, independentemente de se correlacionarem com a implementação do ritual de incineração ou de inumação (Cross 2011: 190).

Mas, direcionando-nos para um outro patamar, vejamos também como a posse do equídeo é, por inerência, sinal de um certo estatuto económico e indício da pertença do detentor a um patamar social elevado. Pedro Palol Salellas, uma referência incontornável no estudo das guarnições de freio, chamou a atenção para o facto de tais objectos configurarem reflexo evidente do gosto pessoal e da mentalidade que norteava os proprietários. E entre estes, haverá naturalmente que fazer menção aos que controlavam os espaços fundiários. Com efeito, as escavações que levou a cabo na *villa* de Pedrosa de la Vega, em Valencia, parecem ter dado um contributo de vulto para que se estabelecesse uma associação clara entre os hábitos de uso dos grandes *potentiores* e a utilização deste tipo de peça. Além do mais, e no seu entender, permitiram firmar algumas das características basilares da cavalaria hispano-romana dos séculos IV e V (Palol Salellas 1972: 140; Ripoll López; Darder Lisson 1994: 278). Contudo, importa ressaltar que a possibilidade de os equídeos vinculados a esses vastos domínios participarem de um propósito militar continua a merecer algumas reservas. Efectivamente, e apesar de a hipótese se afigurar plausível, não foi ainda plenamente demonstrada a existência de pequenas unidades de soldados de cavalaria vocacionados para a defesa e proteção dessa terras (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 279), pelo que a questão continua em aberto.

## 2. GUARNIÇÕES DE FREIO

No universo dos chamados *instrumenta equorum*, há um conjunto específico de artefactos a merecer particular atenção: as guarnições de freio, também chamadas de camas, à semelhança do que se verifica nas línguas galega e castelhana. Não raro, surgem isoladas nas reservas dos museus e sem proveniência conhecida; todavia, é sabido que uma das ambiências possíveis para a sua deposição seria a funerária (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 295-296). Mas, convém reafirmá-lo, tal realidade não se circunscreve à Antiguidade Tardia, recuando aos tempos imperiais. Veja-se o expressivo caso enformado pelo conjunto conservado numa das sepulturas de inumação da Vega Baja, em Toledo<sup>3</sup>, revelada em meados da década de sessenta do século XX (Palol Salellas 1972: 133). A cama em causa, atribuída aos finais do século II ou alvares do III, apresenta um desenho peltiforme, fruto do

---

<sup>3</sup> Além das guarnições, ainda na posse do bridão de ligação, o sepulcro abarcava dois passadores, vários instrumentos cirúrgicos e uma moeda de Marco Aurélio, cunhada entre os 161 e 180 d.C. (Palol Salellas 1972: 136; lám. III).

recorte promovido sobre a lâmina metálica, não sendo de excluir que constitua uma espécie de modelo “inaugural” para uma série de objectos (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 290) que, em cronologia mais avançada, acabarão por reproduzir idêntico esquema funcional, ainda que em obediência a uma renovada concepção decorativa.

Ainda no quadro das considerações introdutórias alusivas a estes materiais, afigura-se-nos igualmente pertinente evocar o debate travado acerca da suposta relação entre a sua ocorrência e a existência de uma linha de fronteira na região do Douro, um *limes* de âmbito peninsular. Contudo, tal hipótese de trabalho, defendida por alguns investigadores, encerra um problema intrínseco: o de pugnar pelo confinamento espacial dos achados, quando, na verdade, um mapeamento relativamente recente dos artefactos demonstrou uma amplitude vasta de distribuição que, efectivamente, não só extravasa tais limites territoriais (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 278; 280) como, em paralelo, abarca uma geografia bem mais ampla<sup>4</sup>.

De qualquer modo e, segundo Palol Salellas, a origem destes materiais radicar-se-á precisamente na *Hispania* (Palol Salellas 1952: 297). É também esta a opinião defendida por G. Ripoll López e M. Darder Lisson, autoras que relacionam os fabricos em causa com produções específicas de oficinas locais ao longo dos séculos IV e VI (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 282; 292). É inegável, porém, a variabilidade das hipóteses formuladas a respeito da filiação destes artefactos, denunciando o peso das dúvidas e incertezas que gravitam em torno da referida temática. Palol Salellas começou por chamar a atenção para o facto de estas peças surgirem reiteradamente classificados em obras de síntese como “visigóticas”, muito embora sem fundamentação científica válida. De tal resultou um duplo problema que se funda, por um lado, na errónea imputação de uma ascendência “germânica” a estes objectos e, por outro, nos consequentes erros de enquadramento cultural e cronológico advindos de tal classificação (Palol Salellas 1952: 298). Num outro artigo, posterior, e ao debruçar-se mais detalhadamente sobre alguns destes elementos, em concreto, sobre os que patenteiam representações de zoomorfos alógenos ao território peninsular, o autor aventou-se não só a sublinhar o seu cunho oriental mas, igualmente, a apontar as linhas estilísticas por eles reproduzidas. Com ascendentes na antiga Mesopotâmia, teriam persistido no tempo e circulado até outras paragens, nomeadamente através dos contactos tecidos com citas e sármatas, acabando por penetrar nos territórios do sul da Rússia (Palol Salellas 1953-54: 291). Contudo, esta perspectiva está longe de ser consensual, daí que venha a ser discutida e inevitavelmente contrariada nos artigos trazidos a lume nos últimos anos<sup>5</sup> (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 348), até porque deixa por responder uma interrogação de fundo, constatada pelo próprio autor, e que se prende com a dificuldade em perceber de que modo esses influxos acabaram por se tornar perceptíveis na realidade hispânica tardo-romana e hispano-visigótica (Palol Salellas 1953-54: 291-292). De acordo com Ripoll López e Darder Lisson a tal não será alheio, por um lado, o comércio de animais exóticos, distribuídos por diferentes pontos da bacia do Mediterrâneo e, por outro, o conhecimento da iconografia auferido pelos artífices hispânicos que se dedicavam a laborar nestas produções (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 347).

E a propósito das produções, note-se que há duas modalidades de fabrico a equacionar: a primeira, atestada no período alto-imperial, concerne ao recorte da chapa ou lâmina metálica, posteriormente retocada com buril ou cinzel; a segunda, por seu turno, à fundição total das peças, com recurso a molde (Palol Salellas 1952: 306; 1972: 141-142). No caso das guarnições de *Conimbriga*, por exemplo, a fundição terá sido efectuada em moldes bivalves, nos quais se encontraria já delineada toda a decoração; o trabalho da lima ficaria assim restrito a aplicação posterior, servindo somente para anular rebarbas

---

<sup>4</sup> No mapa de distribuição elaborado por G. Ripoll López e M. Darder Lisson (1994: 353), há um único sítio cartografado em território português: *Conimbriga*. Acrescentamos, no presente artigo, materiais procedentes de outros locais; todavia, estamos cientes de que haverá certamente muitos mais, parte dos quais ainda por classificar e publicar.

<sup>5</sup> A este respeito, confrontemos a opinião veiculada por Palol Salellas com a defendida por Ripoll López e Darder Lisson: “[...] No creemos que debamos remontarnos a piezas de la Grecia arcaica o de la cultura escito-sármata, para buscar el origen de las representaciones de animales afrontados con la cabeza vuelta pues, como decíamos, estas figuras son habituales en los repertorios iconográficos romanos. [...]” (cf. Ripoll López; Darder Lisson 1994: 348).

ou realçar pormenores ornamentais (Pereira 1970: 12). De qualquer modo e independentemente da natureza dos moldes, o que é certo é que a fundição corresponde ao processo produtivo de eleição das guarnições mais tardias na *Hispania*, sendo, além do mais, aplicado no fabrico de outra classe de objectos, designadamente, das placas de cinturão datáveis dos séculos VI e VII (Palol Salellas 1952: 306; 1972: 141-142), sejam elas de tipologia rígida ou liriforme.

### 3. OS MATERIAIS EM ANÁLISE

Os artefactos que reunimos no presente artigo têm origens diversas. O conjunto quantitativamente mais significativo procede de *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha), sítio especialmente conhecido pela ocupação ali sedimentada em época romana, mas cuja diacronia, afinal bem mais longa e fecunda, tem vindo a ser progressivamente melhor documentada no quadro de renovadas publicações recentemente dadas à estampa (Alarcão 2012: 122-124; López Quiroga 2013: 319-341). Às guarnições de *Conimbriga*<sup>6</sup>, recuperadas nas chamadas “Escavações Antigas”, anteriores a 1962 (Pereira 1970: 13-14) e actualmente conservadas no Museu Monográfico, acrescem outros materiais, entre os quais dois de proveniência desconhecida<sup>7</sup>; os dois restantes, por seu turno, remetem para lugares distintos, sendo um oriundo de São Torcato (Guimarães)<sup>8</sup> e outro<sup>9</sup>, de local indeterminado dos arredores de Leiria (Almeida 1962: 247; 256). Há, porém, um denominador comum a aproximar indelevelmente a maior parte deles: as lacunas de informação que lhes são inerentes, decorrentes da carência de dados precisos e contextualizados<sup>10</sup>, circunstância que redundava em incontornáveis problemas e limites interpretativos.

#### 3.1. As morfologias

A opção dominante entre os autores que se vêm dedicando ao estudo das guarnições de freio tem sido a de propor a classificação destas peças em função da sua morfologia e das temáticas decorativas nelas plasmadas (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 288). Na perspectiva de Isabel Pereira, sustentada na natureza dos achados de *Conimbriga*, as guarnições de freio dividem-se, fundamentalmente, em dois grupos: o dos artefactos decorados e o dos que se apresentam isentos de ornatos<sup>11</sup> (Pereira 1970: 3). No conjunto que aqui nos propusemos abordar avultam três elementos simples (dois dos quais enformam um par), que não só se diferenciam dos demais pelo facto de serem destituídos de qualquer motivo de adorno como, em paralelo, em razão do material utilizado e da técnica empregue na sua elaboração: o ferro forjado. Em termos genéricos, podem considerar-se bastante idênticos, até pelo seu carácter filiforme e secção rectangular (Ripoll López; Darder Lisson: 295). Não obstante, há algumas nuances morfológicas a registar. Um dos objectos (n.º de inv. A.914, fig. 1 e 2), denota configuração próxima a um 8, algo deformado, e não possui qualquer tipo de separação entre o estribo e a aselha<sup>12</sup>. Já os que compõem o par (n.º de inv. A.915, fig. 3 a 6), melhor conservados, assemelham-se antes a um bolbo de contorno contracurvado, que se fecha na parte superior, de modo a marcar a divisória face à aselha.

<sup>6</sup> Perfazem um total de seis peças: A.914, A.915 (designação de inventário aplicado a dois objetos, que compõem um par), A.301, A.511 e A.512.

<sup>7</sup> Depositados no Museu Nacional de Arqueologia, encontram-se inventariados, respectivamente, com os n.º 2000.48.4 e 2005.116.1. Note-se que o segundo dos objectos, fragmentado, se encontra sinalizado com a indicação de pertença à “Coleção de Virgílio Correia”.

<sup>8</sup> Conservado no Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães (designação: MSA - 2641 [c]).

<sup>9</sup> Depositado no Museu Nacional de Arqueologia (n.º de inv. 2000.48.5).

<sup>10</sup> Veja-se, por exemplo, a informação sumária publicada por Leite de Vasconcelos a respeito da procedência do objeto de São Torcato: “[...] aparecido creio que no Minho [...]” (Vasconcelos 1932-34: 5). Ressalvamos, contudo, que há uma exceção a destacar neste panorama intrinsecamente vago, e que se firma numa das guarnições de *Conimbriga*. Trata-se da peça A.301, da qual se sabe ter sido recolhida no nível H6 e, concretamente, no ângulo nordeste do edifício das termas (cf. Pereira 1970: 14).

<sup>11</sup> Neste sentido, a autora recusa o entendimento de Palol Salellas, que fixa uma compartimentação exclusivamente fundada nas temáticas decorativas (Palol Salellas 1952: 301-314).

<sup>12</sup> Apesar de incompleto e fragmentado, são óbvias as semelhanças que aproximam esta peça do freio representado no mosaico da *villa* de Dueñas (Palência), onde é visível a cabeça de um equídeo acompanhado da inscrição *AMORIS* (cf. Ripoll López; Darder Lisson 1994: 280-281).

É possível que estas guarnições, por vezes coadjuvadas por passadores<sup>13</sup>, conforme observável no já mencionado mosaico de Dueñas, em Palência (Palol Salellas 1972: 143), tenham paulatinamente substituído as de contorno peltiforme, similares à exumada no sepulcro da Vega Baja, em Toledo. Relativamente à cronologia, refira-se que os dados coligidos parecem sugerir para estes artefactos um enquadramento balizado entre os inícios do século IV e os do V, daí a probabilidade de terem coexistido temporalmente com as camas circulares (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 281; 290-291).

Já para o conjunto dos exemplares decorados, todos produzidos em liga de cobre, apontaríamos dois grandes grupos: um primeiro, referente às guarnições providas de decoração vazada, que comporta a peça procedente de São Torcato (n.º de inv. MSA.2641 [c]), a par de um objecto recolhido em *Conimbriga* (n.º de inv. 70.281); e um segundo, que por seu turno concerne às guarnições de freio que exibem decoração zoomórfica. Contudo, devemos sublinhar que os artefactos que compõem este último não configuram uma realidade propriamente homogénea. Com efeito, enquanto alguns mantêm o contorno circular, concentrando as representações figurativas no campo central da peça, outros participam de uma morfologia mais livre, já não subordinada ao “encerramento” na roda, antes se abrindo a um esquema que aposta numa composição específica: os zoomorfos afrontados.

Mas atentemos mais detalhadamente nas características de cada um deles.

### 3.1.1. Peças com decoração vazada

Uma das particularidades dos objectos abarcados neste grupo prende-se precisamente com o formato circular que apresentam, muito embora prolongado, na parte superior, pelas aselhas destinadas ao suporte das correias da cabeçada, de configuração rectangular, trapezoidal ou triangular. O corpo da peça é vazado, ou seja, recortado, materializando a expressão técnica de uma tendência estética e ideológica que, primando pela rutura da linearidade, encontrou nos tempos finais do Império uma especial difusão (Aurrecochea Fernández 1994: 160). Entre os exemplares hispânicos vazados regista-se uma considerável variabilidade de modelos, que compreende recortes de tendência vegetalista, em forma de arco de ferradura ou até evocativos de uma simbologia especificamente pós-constantiniana, plasmados no traçado do *crismon*, isolado, ou acompanhado dos caracteres gregos *alfa* e *ómega* (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 291).

Nos dois casos que tivemos oportunidade de analisar<sup>14</sup>, a decoração é geométrica, radiada, com arranque a partir da moldura que ladeia o orifício aberto em posição central, reproduzindo um esquema que, na opinião de alguns autores, não só possui claros pontos de contacto com as chamadas *phalerae* romanas (Palol Salellas 1952: 298) como, além do mais, marca presença na composição de cenas de caça de pavimentos musivos atribuídos aos séculos IV e V (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 291). Um dos exemplares (fig. 7 e 8), oriundo de *Conimbriga*<sup>15</sup>, encontra paralelo razoavelmente próximo numa peça de proveniência desconhecida conservada no Museu Arqueológico Nacional, em Madrid (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 298, n.º 17; 303, fig. 9). Já o segundo, procedente de São Torcato (fig. 9 e 10), evidencia apreciáveis similitudes face ao par de guarnições do mesmo freio oriundo de Pollentia,

<sup>13</sup> Na opinião de Aurrecochea Fernández, a utilização destes passadores, documentada a partir do século II e, em especial, na fase final da centúria, poderá configurar uma das vertentes do particularismo a que se refere como “[...] localismo típicos de nuestra provincial [...]” (Aurrecochea Fernández 2007: 343). Note-se que são vários os museus portugueses a conservar este tipo de material, proveniente dos mais diversos sítios. Como exemplo, poderíamos indicar os passadores recuperados na Quinta do Fajal e na *villa* das Carvalheiras, em Braga (M.D.D.S.), os do Castro de Fiães, em Santa Maria da Feira (M.H.N.), os de *Conimbriga* (M.M.C.), os da *villa* de Torre de Palma, em Monforte (M.N.A.) ou os da de Milreu, em Estoi, Faro (M.N.A.).

<sup>14</sup> Acrescente-se que D. Fernando de Almeida publica ainda uma guarnição muito incompleta e mutilada recolhida em Idanha-a-Velha e conservada no museu local (Almeida 1962: 247; est. LXIX, fig. 374) que, certamente, se coadunaria com a morfologia e decoração patenteadas pelos dois artefactos em análise. Mas, além do mencionado objecto, D. Fernando classifica um outro (n.º de inv. 16.272, do M.N.A.), oriundo da *villa* de Santo André de Almoçageme (Sintra), igualmente como possível elemento de arreio, integrando-o, à semelhança do precedente, no volume intitulado *Arte Visigótica em Portugal* (Almeida 1962: 247-248). Posteriormente, também Élvio Melim de Sousa, em artigo relativo à *villa* de Almoçageme, veicula idêntica perspectiva, descrevendo a guarnição em causa como “[...] provável peça de arreio «visigótica» [...]” (Sousa 1989: 91). Todavia, e a apesar de, à primeira vista, a peça se assemelhar, efectivamente, a uma guarnição vazada, a ausência de perfuração destinada à passagem do bridão leva-nos a questionar esta classificação e a encará-la com as maiores reservas, pelo que optamos por não integrar a peça de Almoçageme no presente estudo.

<sup>15</sup> No volume VII das *Fouilles de Conimbriga*, regista-se que o referido elemento de freio foi exumado num estrato perturbado e revolvido (Alarcão et al. 1979: 103-104).

em Maiorca (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 301; 308, fig. 11), sendo que, comparativamente ao de *Conimbriga*, e apesar do esquema geral descrito, denota maior investimento a nível decorativo, patente nos ornatos sequenciais incisivos que ladeiam toda a superfície externa do contorno da roda e no traçado mais depurado das aberturas, que parecem imitar o desenho de pétalas ou de elemento vegetalista congénere.

### **3.1.2. Peças com decoração zoomórfica**

Os temas zoomórficos configuram, na sua versão clássica, um campo privilegiado pela arte romana. Todavia, e no universo das camas de freio, encontramos não só animais que perpetuam esse gosto mais puro e sóbrio, mas igualmente representações de seres estranhos à geografia peninsular, antes próprias de um outro contexto espacial, de matriz oriental. É certo, porém, que a questão da assimilação das influências orientais levanta uma série de interrogações (Palol Salellas 1953-54: 279; 290), decorrentes, nomeadamente, das dificuldades em explicar as respectivas modalidades de circulação. De qualquer modo, e segundo Isabel Pereira, os influxos colhidos nesse mundo, ainda que em combinação com a herança romana e as formas artísticas locais, são indissociáveis da criação das guarnições decoradas (Pereira 1970: 3). Já Ripoll López e Darder Lisson preferem sublinhar que a iconografia adoptada não constitui apanágio exclusivo da *Hispania*, antes um denominador comum à generalidade das províncias do Império entre os séculos IV e VI (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 292).

#### **3.1.2.1. Decoração com um só cavalo**

No universo das peças destinadas a servir como guarnição do freio de equídeos, não poderíamos equacionar uma escolha ornamental mais apropriada do que aquela que é mencionada: a apresentação de um cavalo como motivo central, solução caracteristicamente tardo-romana (Palol Salellas 1972: 141), que poderá pretender evocar a figura dos cavalos de circo, um tema caro ao Baixo Império, e reiteradamente reproduzido nalgumas das suas manifestações artísticas, designadamente, em pavimentos musivos, ou na produção torêutica (Palol Salellas 1952: 310-311; Ripoll López; Darder Lisson 1994: 279). Entre os objectos que tivemos oportunidade de analisar, encontrámos um único artefacto coadunável com a referida morfologia: o exemplar oriundo de Leiria<sup>16</sup> (fig. 11 e 12). Nele, o equídeo, ajazado, selado e em posição de marcha, surge ladeado pela estrutura da roda, à qual se sobrepõe parcialmente. Esta, tal como a aselha, de configuração sub-rectangular, exhibe círculos oculados, coadjuvados, na faixa metálica que encima o dorso do cavalo, por uma incisão com a forma de cruz.

À semelhança de uma outra peça exumada em local não identificado do território espanhol (Palol Salellas 1952: 311), também a de Leiria possui o orifício para a passagem do bridão no campo inferior, corporizando uma escolha provavelmente justificada em função da necessidade de conceder a maior visibilidade possível à composição iconográfica. Todavia, devemos ressaltar que, apesar das similitudes genéricas que discernimos entre o objecto em causa e outras guarnições, não encontrámos nenhuma suficientemente próxima: a morfologia e ornatos da roda, assim como a distribuição e particularidades da decoração, parecem evados de uma singularidade muito própria. Apenas talvez a de Monturque, Córdova (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 315, fig. 15, n.º 51) possa, ainda assim, ser sinalizada como razoavelmente análoga.

#### **3.1.2.2. Peças com zoomorfos afrontados**

A decoração à base de animais simétricos estilizados, supostamente, de feição oriental constitui uma das maiores originalidades das guarnições de freio. Palol Salellas realça o carácter heráldico das representações e o enorme interesse científico de que revestem, sobretudo em razão das incertezas

---

<sup>16</sup> Leite de Vasconcelos, que o adquiriu para o então chamado *Museu Etnológico*, actual Museu Nacional de Arqueologia, publicou-o em 1913 como provável [...] ornato de cinturão [...] (cf. Vasconcelos 1913: 578, nota 2). Só posteriormente, com D. Fernando de Almeida, viria a ser reclassificado (Almeida 1962: 247).

que, na sua perspectiva, se colocam a propósito das suas origens (Palol Salellas 1952: 313; 1953-54: 289). A tal acresce a própria natureza dos animais em causa, pois aos cavalos, ursos e golfinhos, somam-se os felinos, como as panteras e os leões, ou mesmo as criaturas híbridas, que conjugam especificidades próprias de diferentes seres. Na opinião de alguns investigadores, as temáticas exibidas configuram uma opção artística que, muito embora remontando a tempos recuados, e com ocorrências documentadas em toda a bacia mediterrânica e na Europa Central, perdurou no repertório iconográfico clássico e encontrou nas oficinas hispânicas da Antiguidade Tardia um meio para se perpetuar, ainda que sob formas evolucionadas (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 343-346) ou até, talvez, adaptadas a contextos muito concretos.

Ora, uma das curiosidades a destacar nos três exemplares de *Conimbriga* aqui abordados prende-se com o facto de as cabeças dos zoomorfos apresentarem uma disposição distinta da patenteada pela totalidade das peças peninsulares recentemente reanalisadas (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 319-324). Na realidade, a prática reiteradamente seguida pelos artífices rege-se pelo intento de mostrar as cabeças voltadas em sentidos opostos. No entanto, e contrariando esta solução, os artefactos de *Conimbriga* obedecem precisamente ao esquema contrário, circunstância que nos leva a questionar se a opção traduzida poderá refletir algum tipo de especificidade inerente à oficina responsável pelo fabrico<sup>17</sup>. Com efeito, e no que concerne, concretamente, aos objectos A.511 (fig. 17 e 18) e A.512 (fig. 19 e 20), onde avultam dois zoomorfos híbridos, não há dúvidas de que pertencem ao mesmo freio, originalmente unido através de um bridão de ferro<sup>18</sup>, em cujas extremidades se encontrariam suspensas as argolas para firmar as rédeas<sup>19</sup>. Porém, e ao invés do que à primeira vista se poderia supor, poderão não ter sido elaborados a partir de um só molde: o desajustamento observável através da justaposição de ambos assim o indicia (Pereira 1970: 12; 14). Tal não significa, contudo, que o recurso a um único molde não pudesse enformar uma prática recorrente. Ripoll López e Darder Lisson apontam essa possibilidade, não só para os objectos em causa, mas igualmente para a generalidade das guarnições providas de decoração geométrica ou de zoomorfos em posição heráldica (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 288; 324).

Relativamente às representações, registe-se que os dois seres, com pelagem ondulante incisa e garras bem marcadas, parecem, de facto participar de uma dupla natureza, marítima e telúrica, que agrega traços porventura resgatados a animais aquáticos (talvez golfinhos, com cauda em forma de tridente), em combinação com rasgos procurados entre os felinos. Note-se, contudo, que há outros motivos a relevar: as peltas e as conchas, recursos bastante vulgarizados na arte do Baixo Império (Pereira 1970: 11). Na verdade, as peltas foram sobejamente utilizadas na iconografia romana, e talvez por uma dupla ordem de razões: por um lado, pelo facto de se encontrarem impregnadas de significado mágico; por outro, devido à fácil adequação daquela forma à preparação de adereços, fossem eles direccionados para uso humano ou animal (Aurrecoechea Fernández 2007: 162). Já as conchas marcam presença em diversas composições mitológicas, nomeadamente entre as que evocam o nascimento de Vénus, deusa do amor, ou entre as que a mostram representada a navegar sobre um destes elementos marinhos. E apesar de o tema não constituir, naturalmente, um “exclusivo” da *Hispania*, alguns autores acentuam o considerável destaque imputado à concha em pavimentos musivos peninsulares

---

<sup>17</sup> Veja-se como, em contrapartida, a guarnição de proveniência desconhecida melhor preservada do M.N.A. (fig. 13 e 14) não parece coadunar-se plenamente com nenhuma das soluções evocadas. Com efeito, os dois zoomorfos afrontados, que António Pinto interpreta como representações de leões (Pinto 2002: 395), mostram a cabeça em posição frontal e os corpos lateralizados, no que configura uma escolha claramente diferenciada das demais.

<sup>18</sup> Note-se que parte dos restos ferruginosos do bridão são visíveis na mais completa das guarnições (A.511), onde se encontram a tapar a abertura central da roda, abocanhada pelos dois zoomorfos, que se colocam sensivelmente em posição simétrica. Já na cama truncada (A.512), o orifício apresenta-se desobstruído; todavia a tonalidade alaranjada das superfícies da roda denunciam o contacto com a haste férrea entretanto desaparecida.

<sup>19</sup> Entre os materiais metálicos avulsos recuperados nas “Escavações Antigas” e conservados em reserva no Museu Monográfico de *Conimbriga*, figuram duas argolas, inventariadas, respectivamente, com as designações A.511 e A.512, cada uma das quais se articularia com a correspondente cama de freio.

datáveis do período que se estende entre o século II e o IV, nomeadamente, se cotejado com o menor protagonismo de que auferem em conjuntos itálicos e africanos. Em paralelo, é interessante constatar que em certos mosaicos, caso do de Cártama, em Málaga, o campo inferior da concha, onde a figura de Vénus surge reclinada, é ornado com golfinhos (San Nicolas Pedraz 2004-2005: 303; 307-308), atestando, uma vez mais, que as combinações plasmadas nas guarnições podem adaptar e conceder novas roupagens a esquemas iconográficos clássicos.

Vejam agora o objecto inventariado com a designação A.301 (fig. 21 e 22). Sendo o tema dos felinos afrontados face a uma *cratera* ou *cantharus* igualmente recorrente na torêutica dos tempos finais do Império (Palol Salellas 1952: 316), afigura-se-nos interessante realçar que, apesar das evidentes influências romanas, esta peça emana um carácter mais frustre que o apresentado pelos materiais acima elencados (A.511 e A.512). Essa tendência é observável quer na estrutura assimétrica do objecto, quer mesmo na disposição dos ornatos exibidos pelas panteras, numa combinação densa e irregular de motivos pontilhados e profundas incisões. Neste sentido, e atendendo à sensibilidade distinta que a caracteriza, julgamos que se trata de uma produção marcada por um estilo que se queda um pouco à margem do “cânone”, ainda que imbuído dos esquemas próprios da romanidade, onde terá bebido a sua inspiração.

### 3.1.2.3. Representação de cenas

Para este ponto relegamos um único exemplar (fig. 15 e 16). Todavia, não poderíamos deixar de o ressaltar, a sua integração não surge isenta de reservas. Com efeito, o facto de a peça se encontrar fragmentada e, portanto, com parte do campo figurativo ausente, não só não nos autoriza a garantir categoricamente a sua inclusão neste campo como, em paralelo, nos leva a equacionar uma segunda hipótese: a de comportar, à semelhança de outras, previamente analisadas, felinos afrontados.

A nível morfológico, há que mencionar que na guarnição em causa o posicionamento do orifício destinado à passagem do bridão diverge do assumido na generalidade das camas. Efectivamente, e contrariando a opção mais vulgarizada, o referido orifício não ocupa o campo central do objecto, tendo sido remetido para a base do círculo, provavelmente no intuito de deixar livre área útil para a delineação da composição iconográfica. É o que sucede, a título de exemplo, com o par de rodas de procedência desconhecida conservada no Museu Lázaro Galdiano, em Madrid, cujos motivos evocam, supostamente, um dos trabalhos de Hércules, em concreto, a luta travada com o leão de Nemeia (Palol Salellas 1952: 309-310), tema clássico e reiteradamente reproduzido nos mais diferentes suportes (Ripoll López; Darder Lisson 1994: 352). Não podemos, é certo, propor tal paralelo decorativo para a peça que aqui tratamos, nem assegurar que comportaria uma cena mitológica ou, em alternativa, uma imagem alusiva à actividade venatória. Ainda assim, parece-nos pertinente apontar a viabilidade das hipóteses aventadas.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O breve estudo que nos propusemos realizar em torno de um pequeno conjunto de guarnições de freio de equídeo permitiu-nos aflorar um mundo complexo, feito da interessante articulação entre os ascendentes clássicos, os influxos orientais e os contributos gerados pelo próprio substrato peninsular. Assim o demonstra a evolução plasmada na forma e funcionalidade dos artefactos e no modo como estas se combinam com as soluções iconográficas adoptadas, num registo que faz eco de evidentes continuidades.

Neste sentido, não surpreende que o conjunto aqui analisado possua uma inegável coerência. Porém, e em conformidade com o que tivemos oportunidade de constatar, há diferenças morfológicas e decorativas a valorizar. A própria cronologia poderá não ser, em rigor, absolutamente uniforme. Com efeito, e ainda que possamos afirmar que a generalidade destas guarnições de freio de cavalo se inscreve



no intervalo que se estende entre os séculos IV e VI, carecemos de dados concretos e sustentados que nos ajudem a reduzir a amplitude proposta e a especificar, de modo mais objectivo, o enquadramento de cada um dos materiais abordados.

Seguramente que nas reservas dos museus, colecções particulares e acervos reunidos no quadro das intervenções de contrato, subsistem muitas outras peças idênticas às que aqui tivemos oportunidade de apresentar. Neste sentido, esperamos que este artigo possa assumir-se não só como um contributo para a aferição de algumas das características e interrogações suscitadas por estes artefactos, mas igualmente como um estímulo para que outros sejam trazidos à luz. Efectivamente, teria todo o interesse incrementar o conjunto de guarnições publicadas, especialmente se coadjuvadas de dados contextualizados. As problemáticas que se espraiam em torno das mais diversas vertentes do mundo da Antiguidade Tardia carecem de investigações firmadas em bases sólidas, que permitam não só prosseguir com o mapeamento destes e de outros materiais, mas igualmente relacioná-los com todas as dinâmicas que lhes são subjacentes, como as que se referem ao âmbito das respectivas teias de produção e circulação, ou às implicações de ordem económica e social a retirar do seu estudo.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (2012), *Conimbriga*, In ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário (Coord. de), *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, Porto, Figueirinhas, pp. 122-124.
- ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert; ALARCÃO, Adília Moutinho; PONTE, Salette da (1979), *Trouvailles diverses, conclusions générales, Fouilles de Conimbriga*, VII, Paris, Diffusion E. de Boccard.
- ALMEIDA, Fernando de (1962), *Arte Visigótica em Portugal, O Arqueólogo Português*, Nova Série, 4, Lisboa, Museu Etnográfico Português, pp. 5-278.
- AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, Joaquín (1994), *Los botones de bronce en la Hispania romana*, *Archivo Español de Arqueología*, 67 [169/170], CSIC, pp. 157-178.
- AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, Joaquín (2007), *Arneses equinos de época romana en Hispania*, *Sautuola*, XIII, Santander, Instituto de Prehistoria y Arqueología Sautuola, pp. 321-344.
- CROSS, Pamela J. (2011), *Horse burial in first millennium AD Britain: issues of interpretation*, *European Journal of Archaeology*, 14, European Association of Archaeologists, 190-209.
- KARCZEWSKA, M.; KARCZEWSKI, M.; GREZAK, A. (2009), *The role of horse burials in the Bogaczewo culture. The key studies of Paprotki kolonia site 1 cemetery, Northeast Poland*, in BLIUJENÉ, Audroné (Ed.), *Archaeologia Baltica*, 11, Klaipėda, Klaipėda University Press, pp. 56-88.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2013), *De Conimbriga a Condeixa: evolución y transformación de una ciuitas romana en una 'aldea' medieval*, In LÓPEZ QUIROGA, Jorge (Ed.) *Conimbriga tardo-antigua y medieval. Excavaciones arqueológicas en la domus tancinus (2004-2008) (Condeixa-a-Velha, Portugal)*, 2466, Oxford, BAR International Series, pp. 319-341.
- PALOL SALELLAS, Pedro (1952), *Algunas piezas de adorno de arnes de época tardorromana e hispano-visigoda*, *Archivo Español de Arqueología*, 25, CSIC, pp. 297-319.
- PALOL SALELLAS, Pedro (1953-1954), *Bronces de arnés con representaciones zoomórficas*, *Ampurias*, 15-16, Museu d'Arqueologia de Catalunya, pp. 279-292.
- PALOL SALELLAS, Pedro (1972), *Una tumba romana de Toledo y los frenos de caballo hispanorromanos del Bajo Imperio*, *Pyrenae*, 8, Barcelona, Universitat de Barcelona, 133-146.
- PEREIRA, Isabel (1970), *Elementos de freios tardo-romanos de Conimbriga*, *Conimbriga*, IX, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 7-14.
- PINTO, António José Nunes (2002), *Bronzes figurativos romanos de Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- RIPOLL LÓPEZ, Gisella; DARDER LISSON, Marta (1994), *Frena equorum*. *Guarniciones de frenos de caballos en la antigüedad tardía hispánica*, *Espacio, Tiempo y Forma. Serie I, Prehistoria y Arqueología*, 7, Universidad Nacional de Educación a Distancia, pp. 277-356.
- ROUCHE, Michel (1989), *Alta Idade Média ocidental*, in VEYNE, Paul (Dir. de), *História da vida privada. Do Império Romano ao ano mil*, 1, Edições Afrontamento, 398-529.

SAN NICOLAS PEDRAZ, M. Pilar (2004-2005), Seres mitológicos y figuras alegóricas en los mosaicos romanos de Hispania en relación com el água, *Espacio, Tiempo y Forma. Serie II, Historia Antigua*, 17-18, Universidad Nacional de Educación a Distancia, pp. 301-333.

SOUSA, Élvio Melim de (1989), Ruínas romanas de St.º André de Almoçageme (freguesia de Colares, Concelho de Sintra), in PONTE, S; VENTURA, A. M.; MIRANDA, J. (Coord. de), *Actas do Seminário: O Espaço Rural na Lusitania. Tomar e o seu território*, Tomar, Centro de Estudos da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, pp. 85-91.

VASCONCELOS, José Leite de (1913), *Religiões da Lusitânia*, III, Lisboa, Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, José Leite de (1932-34), Antigualhas do Museu Etnológico, *Revista de Arqueologia*, I, pp. 4-5.



**Fig. 1 e 2** – Fragmento de guarnição de freio filiforme, produzida em ferro forjado (n.º de inv. A.914, do Museu Monográfico de *Conimbriga*).



**Fig. 3 a 6** – Par de guarnições filiformes, pertencentes ao mesmo freio, e igualmente produzidas em ferro forjado (n.º de inv. A.915, do Museu Monográfico de *Conimbriga*).



**Fig. 7 e 8** – Guarnição de freio de liga de cobre, vazada, com decoração geométrica (n.º de inv. 70.281, do Museu Monográfico de *Conimbriga*).



**Fig. 9 e 10** – Guarnição de freio de liga de cobre, vazada, com decoração geométrica (n.º de inv. MSA - 2641 [c], do Museu da Sociedade Martins Sarmento).



**Fig. 11 e 12** – Guarnição de freio de liga de cobre, com decoração zoomórfica: um equídeo em posição de marcha (n.º de inv. 2000.48.5, do Museu Nacional de Arqueologia).



**Fig. 13 e 14** – Guarnição de freio de liga de cobre com dois felinos afrontados (n.º de inv. 2000.48.4, do Museu Nacional de Arqueologia).



**Fig. 15 e 16** – Fragmento de guarnição de freio de liga de cobre com representação de uma felino (n.º de inv. 2005.116.1, do Museu Nacional de Arqueologia).



**Fig. 17 e 18** – Guarnição de freio de liga de cobre decorada com dois zoomorfos híbridos afrontados (n.º de inv. A.511, do Museu Monográfico de *Conimbriga*).



**Fig. 19 e 20** – Fragmento de guarnição de liga de cobre pertencente ao mesmo freio que a peça precedente (n.º de inv. A.512, do Museu Monográfico de *Conimbriga*).



**Fig. 21 e 22** – Guarnição de freio decorada com dois zoomorfos afrontados frente a um *cantharus* (n.º de inv. A.301, do Museu Monográfico de *Conimbriga*).

# ASPECTOS ARQUEOLÓXICOS E PATRIMONIAIS DO CASTRO DE VILADONGA (LUGO): OS RETOS PARA O FUTURO

Felipe Arias Vilas<sup>1</sup>

## RESUMO:

Depois de um breve resumo dos 40 anos de trabalhos arqueolóxicos desenvolvidos no Castro Viladonga, torna-se uma caracterización deste sitio castrejo e galaico-romano perto de *Lucus Augusti* e examínam-se as cuestións não resolvidas mais importantes em futuras pesquisas sobre este sitio e, especificamente, que oportunidades ainda têm de ser desenvolvidas em relação aos seus aspectos patrimoniais, de educação, de turismo e, finalmente, sociais.

**Palavras-chave:** Arqueología, Património, Viladonga.

## ABSTRACT:

After a brief summary of the 40 years of archaeological works developed in the Castro of Viladonga, becomes a characterization of this site castrejo and galician-roman *Lucus Augusti* near and examines the most important unresolved issues in future research on this site and, specifically, that opportunities have yet to be developed in relation to its heritage, education, tourism and, finally, social aspects.

**Keywords:** Archeology, Heritage, Viladonga.

## PROEMIO

Sirvan estas liñas e os parágrafos que seguen para expresar a nosa lembranza persoal a Fernando Acuña. Coñecémolo, nós como alumno, no curso académico 1968-1969 na Facultade, entón, de Filosofía e Letras da Universidade de Santiago de Compostela, onde el axudaba e/ou substituía ao recordado profesor Alberto Balil tanto nas clases prácticas como nas teóricas. Desde entón trabamos unha boa amizade con el, e non só nas aulas senón tamén, e maiormente, en toda unha serie de andainas e roteiros culturais (e mesmo lúdico-gastronómicos) pola cidade e a contorna compostelá e logo por toda Galicia e boa parte de Portugal. O trato persoal e profesional fortaleceuse na Sección de Arqueoloxía do Instituto P. Sarmiento de Estudios Galegos, na que entramos pola súa proposta, e sobre todo na dita Facultade ao coincidirmos nela como docentes ata 1974, período que incluíu a asistencia a numerosos e moi diversos foros e reunións científicas e culturais (entre elas, unha impagable viaxe –por moitas circunstancias persoais– ao XII Congreso Nacional de Arqueología de 1971 en Jaén). Posteriormente

---

<sup>1</sup> Ex-director do Museo do Castro de Viladonga.

e pese á distancia, pois eu fiquei asentado na miña cidade natal lucense, mantivemos unha dilatada, continua e por veces intensa relación na comunicación persoal e no traballo profesional, fundamentalmente a través do Museo do Pobo Galego e, tamén, do mesmo Museo do Castro de Viladonga que é o tema deste artigo así como da súa Asociación de Amigos –da que foi membro fundador e temporalmente directivo-. Así pois, expresamos o noso desexo de que a *iubilatio* que aquí se conmemora lle sexa propicia e favorable para o seu devir persoal e, aínda, para o seu labor como arqueólogo.

## **CATRO DÉCADAS LONGAS DE TRABALLOS ARQUEOLÓXICOS EN VILADONGA**

Dedicamos persoalmente máis de 30 anos longos de vida profesional ao Castro de Viladonga, xacemento arqueolóxico castrexo e galaico-romano que xa se empezara a escavar en 1971 e do que se coñecía algún achado anterior (coma o torques de ouro de tipo ártabro aparecido en 1911, que pasou á Colección Blanco-Cicerón, hoxe Col. Álvaro Gil Varela, do Museo Provincial de Lugo). Cómpre lembrar brevemente o feito ata agora e, sobre todo, anotar neste artigo as “asignaturas pendentes” ou os temas que quedan para o futuro, tanto no Castro, como xacemento que aporta abundante información arqueolóxica e histórica, coma no seu Museo de sitio que conforma, xuntamente con aquel, un enclave patrimonial de notable importancia cultural, educativa, turística e social.

O Castro de Viladonga, situado no termo municipal de Castro de Rei, na provincia de Lugo, está enclavado sobre unha elevación de terreo no val inicial do río Miño e ao pé da Serra de Meira, dominando gran parte da penechaira central lucense que é a Terra Chá. A súa monumentalidade chamou sempre a atención e constitúe, coas súas murallas, fosos, croa e antecastros, un verdadeiro arquetipo formal de castro, moi representativo do tipo de poboados castrexos da zona interior de Galicia.

Cronoloxicamente enmárcase no período galaico-romano, pois o momento de apoxeo da súa ocupación corresponde sobre todo á época tardorromana ou baixo imperial, cando menos entre fins do século II ou comezos do III d.C. ata o s. V, se ben nas actuacións levadas a cabo nel na últimas décadas puido constatare a existencia dun nivel de ocupación anterior á conquista romana, moi derramado e localizado no espacio (ata agora só na zona NE do monte) e no tempo (no século I a. C.).

A comarca na que se inscribe o Castro é moi abundante en xacementos de tipo castrexo dos que algúns deles se atopan certamente moi preto daquel, incluso ao seu mesmo pé como é o caso da chamada Rodela de Balmonte ou o Castrelo de Viladonga. Trátase de asentamentos que abarcan todo o período cultural castrexo tanto na etapa prerromana como no momento galaico romano, aínda que faltan datos que corroboren a súa respectiva cronoloxía.

O Castro de Viladonga organizase ao redor dun recinto superior ou croa que se atopa rodeada dunha muralla principal formada por unha enorme morea de terra de entre 10 e 14 m. de altura sobre o foxo actual polo seu lado externo, mentres que o seu paramento interior está feito duns potentes muros de lousa e xisto. Ao pé desta muralla discorre un profundo foxo escavado orixinariamente no penedo rochoso, que rodea a croa salvo no lado O, no que se dispón un extenso aterraxamento ou antecastro. O sistema alternativo muralla-foxo repítese polos lados E. e NE. ate tres veces, mentres sobre todo polo lado S. e SE. aproveita o acusado desnivel do monte para estruturarse en sucesivos recintos, fosilizados no parcelario rural, cara ás terras baixas.

A extensión do xacemento é dunhas 4 hectáreas (uns 39.000 m<sup>2</sup>) entre as súas murallas máis exteriores, cunha croa ou acrópole central que ten forma aproximadamente cuadrangular pero cos ángulos curvos y que ten 95 x 100 m. nos seus eixes N-S e E-O.

O aspecto monumental do poboado coa súa forte presenza na paisaxe, así como o citado feito do achado casual dun torques áureo en 1911 induciron a que desde 1971 (en realidade os traballos arqueolóxicos comezaron no ano seguinte) se realizaran en Viladonga sucesivas escavacións que sacaron á luz a maior parte das construcións que hoxe están á vista, sempre feitas de lousa ou xisto e de moi diversos tipos e plantas, así coma numerosos elementos construtivos de moito interese (murallas,



escaleiras, pavimentos lousados, lareiras...). Desde moi cedo, chamou a atención a inxente cantidade de materiais e obxectos achados, en moitos casos de clara cronoloxía romana, todo o cal, unido á súa monumentalidade, fixeron do Castro de Viladonga un xacemento senlleiro e representativo da cultura castrexa, principalmente durante a súa evolución e transformación na etapa galaico-romana.

A aculturación material entre o mundo indíxena galaico e as numerosas achegas romanas está ben demostrada no poboado de Viladonga: moitas das construcións, ben articuladas sobre eixes viarios moi claros, cóbrense con tégulas e ímbrices de barro, e entre os moi numerosos e moi diversos artefactos documentados pola arqueoloxía (desde as ferramentas ós útiles domésticos e desde os adornos aos xogos...), hainos - moitas veces nos mesmos espazos habitados - de tradición propiamente castrexa, de clara adscrición romana e ás veces de procedencia ben distante coma o Mediterráneo oriental e, así mesmo, hai materiais onde a mestura de tradicións, orixes e influencias semella clara aos ollos da arqueoloxía. Os materiais atopados neste Castro constitúen unha serie moi ampla de vestixios que aportan innumerables datos sobre as formas de vida e as dinámicas socioeconómicas dun período histórico moi dilatado.

Viladonga é, pois, un dos exemplos máis sinalados destes castros ocupados na etapa galaico-romana e, neste caso, mesmo na fase máis tardía, ata o final do Imperio e mesmo coincidente coas primeiras décadas da implantación sueva, sendo ademais o paradigma do modelo de poboado rural fortificado dentro da área de influencia dunha cidade e capital romana de referencia, e influencia indubidable deste Castro, como é *Lucus Augusti*.

Hoxe en día, despois das escavacións feitas nos anos 70 do século XX por Chamoso Lamas e as realizadas por nós mesmos desde 1982 (ou proxectadas supervisadas desde o Museo desde 1996), a superficie do Castro atópase intensamente escavada o que permite a súa exhibición a todo tipo de público. O conxunto formado polos restos do poboado e a exhibición dos materiais no Museo monográfico configuran un conxunto de gran interese polas súas grandes posibilidades didácticas levadas a cabo con sinxeleza e eficacia. É precisamente este último punto, a utilización patrimonial, sociocultural, educativa, e mesmo de lecer e turística do conxunto de Viladonga, unha razón complementaria de peso para ser convertido nun espazo protexido.

Para completar esta función cultural, a maiores da puramente científica e histórica, xa nos anos 70 construíuse ao seu carón un edificio destinado a servir de Museo de sitio – idea certamente pioneira naquela altura- para gardar, exhibir, interpretar e explicar os seus materiais arqueolóxicos- aínda que a súa creación oficial demorouse ata maio de 1983 (por O.M. do Ministerio de. Cultura español) e foi aberto ao público en novembro 1986, como tal museo en canto ao desenvolvemento de todas as súas funcións, a conservadora, a investigadora e a de comunicación e difusión, atento ademais ao seu amplo contorno xeográfico e contexto histórico pois sempre se intentou integrar nunha comarca determinada e ben definida como a Terra Chá e, pola súa vinculación xeo-histórica, coa cidade de Lugo.

A creación e formación deste Museo do sitio permitiu que, ao lado dos traballos de escavación arqueolóxica, se desenvolvesen ata hoxe labores de conservación (tanto de estruturas como de materiais), e que se acometa a documentación, investigación e interpretación do descuberto, para logo devolvelo á sociedade a través da difusión e a comunicación a todo tipo de público, cumprindo así a dita función educativa e social á par que “turística”, e por tanto económica, a partir dun patrimonio arqueolóxico que, ademais e baseándose nas razóns anteriormente resumidas, foi declarado Ben de Interese Cultural polo Decreto 441/2009 do 11 de decembro (*Diario Oficial de Galicia* nº 251, de 28 de decembro de 2009, p. 19552) .

## **OS TEMAS PENDENTES PARA O FUTURO**

O Castro de Viladonga é un conxunto patrimonial vivo e dinámico, no sentido de que estivo e está sempre en continua evolución, tanto nos seus aspectos científicos como nos puramente patrimoniais. Todo o feito ata agora acumula unha serie moi diversa de valores e potencialidades que, poren, deben

estar en permanente revisión. Así, cómpre resumir aquí os aspectos e os temas que, dalgún xeito, son os retos para os futuro, de tal maneira que os logros conseguidos desde 1972 ata 2014 teñan continuidade e mellora nos anos vindeiros, coa conseguente evolución no persoal, técnico e auxiliar, que atende o Castro e o Museo e, por descontado, co correspondente reflexo nos medios e recursos que deben prover as administracións responsables, isto é, a estatal (Ministerio de Educación, Cultura e Deporte) como titular do Museo e, nomeadamente, a Xunta de Galicia (Consellería de Cultura, Educación e Ordenación Universitaria) como titular e xestora do Castro e responsable, a todos os efectos prácticos, da entidade museística.

Estes que se enumeran a continuación e referidos en primeiro lugar ao **Castro** como xacemento, serían, pois, os temas a realizar no futuro, máis próximo ou máis dilatado:

Aínda que non é a tarefa máis urxente, cómpre proseguir a realización de escavacións arqueolóxicas en varias áreas extensas do xacemento aínda non abertas pero lindadeiras doutras zonas xa descubertas como son: en todo o lado sur da croa central para comprobar, como é previsible, a existencia de máis construcións dispostas aproximadamente en paralelo á muralla principal por esta beira do acrópole; en case todo o antecastro ou aterraxamento existente no lado oeste do monte, por fóra da croa e, igualmente, no recinto ou antecastro situado ao sueste da croa, onde se atopa a cova (de posible prospección ou explotación mineira aurífera -?- antiga, tamén pendente aínda dunha investigación seria, demorada e profunda), se ben neste último caso este predio é unha das poucas zonas ou fincas que aínda non son de propiedade pública no xacemento de Viladonga.

De xeito máis limitado e puntual, tamén cómpren actuacións de escavación noutras áreas para coñecer, por exemplo, como é a ligazón entre a croa e o antecastro oeste, probablemente cunha entrada similar á xa descuberta na porta principal do lado leste; ou ben, como é obvio polo seu interese arqueolóxico e histórico, seguir afondando ou ampliando o que denominamos nivel prerromano detectado no ángulo NE. do Castro, moi atuado e derramado por baixo das construcións que hoxe están á vista.

Outro tema pendente é o da localización e, de ser así, a posterior escavación cando menos parcial, da necrópole que, suponse, debe de estar asociada a este xacemento pola súa cronoloxía galaico-romana e tardía, é dicir, probablemente de inhumación e situación indefinida pero fóra das áreas con restos de habitación e para a que aínda existen posibilidades diversas e aínda moi abertas por fóra da croa, se ben nalgunhas outras xa se desbotou a súa existencia por prospeccións ou informacións previas.

Neste sentido, e permítasenos aquí este breve excurso, hai que seguir concedéndolle a importancia que merece ao patrimonio intanxible ou inmaterial vinculado a este Castro (o que antes na bibliografía clásica se chamaba “folclore arqueolóxico”) – ao igual que ao patrimonio natural da contorna -, pois aquel xa é ben sabido que se vai perdendo con enorme celeridade, se ben no caso de Viladonga temos a inmensa sorte de estar xa documentado e recollido desde os anos 70 do século pasado, aínda sendo conscientes que sempre pode haber algunha nova información ou diferentes versións e interpretacións.

Por último, en canto á prosecución das escavacións, ábrese agora unha nova posibilidade de actuación en áreas da ladeira sueste do monte do Castro, por mor dunha recente e xenerosa cesión de terreos privados a favor do Museo (en realidade será para a Xunta autonómica de Galicia) e, aínda que non é, en principio, unha zona principal do xacemento, si pode ofrecer informacións sobre a ocupación dos recintos laterais vinculados ao Castro e mesmo sobre os antigos camiños de acceso a este, un deles xa documentado cara este lado cando se fixo a ampliación do edificio do Museo en 1992.

Con todo, e no referente ás estruturas arqueolóxicas de Viladonga, o prioritario e o fundamental nesta altura seguirá sendo a súa conservación para poder transmitir o xacemento ás futuras xeracións, o que esixe, como se veu facendo nos últimos dez anos, continuar cos traballos de consolidación e de restauración daquelas estruturas que, pola súa feitura en lousa e xisto do país, ás veces e nos casos de maior fragilidade e menor consistencia, dá lugar a exfoliacións que comprometen seriamente a estabilidade dos muros. Por tanto, os escasos medios e os poucos recursos económicos existentes

duns anos a esta parte, deben empregarse principalmente, e por veces con urxencia, na conservación e restauración do patrimonio arqueolóxico hoxe visible e visitable.

Como é lóxico, outro tema que sempre está aberto ao futuro é o da documentación, estudo e interpretación dos materiais arqueolóxicos deste Castro de Viladonga.

Existe, obviamente, a documentación imprescindible e obrigada dos fondos arqueolóxicos do Museo do sitio, que son máis de 80.000 fichas identificativas e descritivas dos materiais dentro da aplicación DOMUS que se usa nos museos de titularidade estatal (e xestión transferida á Comunidade Autónoma de Galicia neste caso). Moitas desas fichas de inventario teñen os datos mínimos de identificación dos achados, pero en moitas outras acompáñase de máis e maior información que, en calquera caso e como é habitual nestes centros, sempre está aberta a ampliacións, revisións e reinterpretacións, camiño este que precisará no futuro seguir dispoñendo de persoal técnico adecuado e suficiente para estes labores de documentación e estudo dos materiais procedentes do Castro.

Por outra parte, están xa feitos algúns estudos en forma de catálogos de diverso obxectivo e extensión sobre diferentes materiais, ou mellor grupos de materiais, publicados ás veces na revista *Croa* editada (impresa e agora tamén en edición dixital) pola Asociación de Amigos do Castro e logo –desde 2005- polo propio Museo, ou noutras publicacións similares e mesmo, nalgunhas ocasións, como monografías. Pódense citar, por exemplo, os estudos de materiais como a *terra sigillata* (Caamaño Gesto e López Rodríguez), as cerámicas de paredes finas (M. Vila), as marcas de fauna en téglulas (R. Gimeno e O. Castro), apliques e botóns de bronce (F. Arias, M<sup>a</sup>C. Durán e P. Fernández), os torques áureos (X.L. Ladra), as fíbulas galaico-romanas (M. Lage), as doas de colar (C. Pérez e Y. Porto) ou os achados numismáticos (J.J. Cepeda, M<sup>a</sup>C. Durán), sen mencionarmos aquí os traballos sobre pezas concretas, tanto procedentes do Castro como da comarca chairega que se gardan no Museo de Viladonga como é o caso dunha ara dedicada a Navia? publicada en tempos recentes precisamente por Fernando Acuña.

Pero para o futuro queda moito traballo por facer sobre materiais tan abundantes como definatorios como a inxente cantidade de cerámica de tradición castrexa e, sobre todo, de cerámica común romana; ou coma o instrumental de ferro, que é enormemente amplo e variado (moito máis que as armas –bélicas e de caza...- tamén necesitadas dun estudo monográfico) igual que os diversos instrumentos de bronce e moitos outros materiais que son, todos eles, temas abertos para posibles traballos, sexan académicos ou non, de distinto nivel, obxectivo e difusión. Neste sentido seguirá sendo fundamental a continuidade da devandita revista *Croa*, como órgano de expresión científica e de difusión cultural que desde 1991 é un complemento vital para o coñecemento e divulgación do Castro de Viladonga e o seu Museo.

Por último, debe continuarse co traballo e coa especial atención á contorna arqueolóxica do xacemento, traballo que se iniciara xa por Felipe Senén López nas campañas dos anos 70 e que se proseguiron, é certo que de xeito discontinuo, nas décadas posteriores. É importante esta atención ao contexto arqueolóxico de Viladonga pois as informacións existentes apuntan a unha contorna de gran interese e, sen dúbida, definatorio para a interpretación histórica deste Castro. Ademais da importancia deste contexto arqueolóxico e histórico máis próximo, hai temas nos que se debe seguir afondando, como é a posible relación deste e doutros castros coas *villae* tardías, especialmente neste caso coa veciña de Doncide (no lindeiro concello de Pol), a influencia e incidencia que ten a proximidade dunha capital conventual como *Lucus Augusti*, a existencia de posibles vías de comunicación entre Lugo e a súa costa cantábrica precisamente a través de comarca na que se insire Viladonga, etc.

Non estará tampouco de máis facer un comentario que, quizais, podería explicar algunhas cousas como a adopción de complexos sistemas defensivos en plena época galaico-romana máis ou menos tardía: é moi posible e ata probable que algúns castros viviran, e mesmo desempeñaran un certo protagonismo, na etapa de transición cara ó Reino Suevo: (os castella tutiora de Hidacio). Estaríamos diante da evolución dalgúns asentamentos, que xa non sabemos se denomínanos castrexos?, galaico-

-romanos?, xermánicos?, pero que acabarían converténdose algunhas veces en poboados ou enclaves estratéxicos. Velaí outro tema para a investigación a partir do caso de Viladonga.

No relativo ao **Museo** e aos diferentes aspectos do seu funcionamento e da súa xestión patrimonial, cumprirá apuntar aquí as seguintes consideracións:

É preciso continuar coas actualizacións museográficas necesarias con carácter periódico, tema este obrigado pero moi dependente dos recursos dispoñibles, que son escasos nestes tempos pois, ademais, entidades xa relativamente vedrañas coma este Museo teñen que loitar e sufrir fronte a outras instalacións “culturais” froito da desemesura e do gasto millionario que compromete o funcionamento estable daquelas outras entidades culturais e científicas que levan décadas, e nalgúns casos máis dun século, de traballo a prol da cultura galega.

Despois da importante ampliación e reforma do edificio do Museo feita pola Xunta de Galicia entre 1992 e 1994, que modificaba substancialmente a primeira construción ideada por Chamoso Lamas nos pasados anos 70, hai agora que barallar as posibilidades dunha nova ampliación, aínda que esta opción se poida ver agora como moi remota, en parte polas razóns citadas no parágrafo anterior. Ademais de ser de dubidosa execución, hai que ter en conta que toda reforma e ampliación ten que ser acompañada, se non se quere agravar os problemas no canto de resolvelos, dunha maior dotación de persoal tanto técnico como auxiliar, algo que semella impensable polo menos a curto e medio prazo.

Hai que ter en conta, ademais, o traballo engadido que desde hai poucos anos ten o Museo do Castro de Viladonga ao ser depositario dos achados arqueolóxicos que se producen na provincia de Lugo, ou en case toda ela e, moi especialmente, na cidade de Lugo, con todo o que iso supón para o funcionamento do centro. De feito, de Viladonga depende a organización e control técnico dun almacén arqueolóxico instalado precisamente en Lugo, que debe ser atendido nestes momentos en que o Museo do sitio ten menos persoal. Esta situación, pois, pode entorpecer no futuro, e moito, o funcionamento normal do Museo de Viladonga, polo menos en tanto non exista en Lugo aquí un Centro-Museo da Romanización que estaba previsto instalar no antigo Cuartel de San Fernando da cidade lucense (xa protexido legalmente desde 2008 para ser destinado a aquela función), pero que, por desacordos maiormente políticos, parece ser unha actuación só posible a moi longo prazo.

En definitiva, todos os temas aquí citados deben terse en conta para que o Castro de Viladonga siga sendo un referente arqueolóxico e patrimonial, e non só no Noroeste ibérico senón nun marco moito máis extenso como xa o é actualmente.

O Museo arqueolóxico do Castro de Viladonga, que naceu para complementar decisivamente unha función socio-cultural e educativa do propio xacemento castrexo e galaico-romano, trata de cumprir os seus fins como tal Museo (é dicir, conservador, científico e didáctico-comunicativo), do xeito máis cabal e completo posible. Os máis de 464.000 visitantes recibidos nos case 28 anos de vida do Museo cara ao público desde a súa apertura a finais de 1986 ata 2014 inclusive (mentres son unhas 575.000 visitas estimadas para o Castro no mesmo período e en ambos os dous casos cun público moi diversificado), permítenos inferir e mesmo dar fe de que se está no camiño correcto e adecuado, coas limitacións xerais e particulares que poida haber e das que somos conscientes, e coas melloras que sempre se poderían acometer. Con todo, cremos que hoxe constitúe practicamente o único exemplo en Galicia de conservación e posta en valor dun ben arqueolóxico por medio da integración e conxugación dun xacemento, presentado como ruína consolidada, e – e velaí está o matiz diferencial con outros conxuntos patrimoniais - un museo propiamente dito, que quere ofrecer un discurso rigoroso e ó propio tempo cunha clara orientación didáctica e comunicadora para toda a sociedade.

Desenvólvese así unha acción museal na cal, para a estratexia de interpretación e posterior difusión, tívose sempre en conta a súa localización no medio natural circundante, a certa distancia de entidades de poboación importantes pero á vez moi accesible desde estas, características que, por unha banda, contribúen á súa singularización fronte a outras alternativas culturais do seu contorno, e por outra, facilítalle o acceso a moitos grupos sociais e de moi diverso ámbito.

A este respecto, a actividade de difusión pasou sempre pola atención a diversos factores e aspectos, entre os que abonde lembrar aquí, a xeito de exemplo e corolario final e como retos a cumprir para o futuro, os seguintes:

- Unha adecuada sinalización na rede de estradas, que complemente a información dispoñible en oficinas de turismo, axencias de viaxes, establecementos hostaleiros máis ou menos próximos, etc.
- Unha presenza o máis constante posible nas “axendas” dos medios de comunicación, en publicacións moi variadas dentro do ámbito do Patrimonio Cultural, Turismo Rural e viaxes, así coma nos programas culturais, no seu máis amplo sentido, de televisión (incluídas as de carácter local se as houber).
- A potenciación da seus sitios Web, tanto a páxina [www.aaviladonga.es](http://www.aaviladonga.es) – moi completa e visitada – elaborada no seu día (1997) pola Asociación de Amigos do Castro, entidade creada en 1989 e que tivo e ten un papel moi activo e ata determinante no bo funcionamento global do Museo, como a páxina de carácter institucional incluída no portal Web de Cultura da Xunta de Galicia ([www.museosdegalicia.com](http://www.museosdegalicia.com)) e que ofrece, entre outras cousas a visita virtual ao Castro e ao Museo.
- O mantemento dun horario de apertura do Museo de, cando menos, nove horas ininterrompidas e de luns a domingo.
- A actualización periódica dos seus Programas de Acción Didáctica, iniciados xa en 1989 e adecuados para os diferentes niveis escolares ademais de dispoñibles en internet, que buscan motivar a visita destes colectivos e incrementar o seu rendemento educativo, cultural e mesmo lúdico.
- A produción de todo tipo de material divulgativo (e máis científico) en todos os formatos posibles, incluídas por suposto as novas tecnoloxías da información, sen desbotar nunca a cooperación con outras entidades e institucións (públicas ou privadas e, nomeadamente, coa citada Asociación de Amigos), poñendo como exemplo a continuidade do Boletín anual Croa.
- Unha atención constante á boa organización, funcionamento e actualización de todos os servizos do Museo (dentro das posibilidades que ofrece a súa dependencia administrativa, con titularidade estatal e xestión autonómica), como a Biblioteca (especializada no ámbito temático do Museo e o Castro), ou as áreas de Conservación, Documentación, Difusión, etc., promovendo tamén a participación do persoal técnico e auxiliar en todo tipo de proxectos e actividades relacionadas co Patrimonio Cultural.
- A realización de exposicións temporais cun decidido carácter divulgador e itinerante, para favorecer a presenza do Castro de Viladonga en ámbitos tanto urbanos como rurais (de Lugo e de toda Galicia), e en ambientes tanto académicos ou cultos (outros museos, entidades educativas e culturais...), como de tipo turístico, comercial, etc.
- A colaboración e intercambio constante con outras institucións culturais, facilitando a presenza dos seus fondos en exposicións de terceiros, prestando a súa cooperación a iniciativas de asociacións culturais moi diversas, tanto abrindo as súas instalacións para algunha das súas actividades como aproveitando o Museo e o Castro para o inicio e o desenvolvemento de itinerarios culturais: a Ruta de sendeirismo entre Viladonga e Castro de Rei, seguindo o val do río Azúmara ofrécenos un bo exemplo desta colaboración.

Este amplo abano de actuacións garantirá unha notable presenza do Museo no universo das comunicacións, co obxectivo de chegar a un espectro de público o máis numeroso e diversificado posible, pero incidindo de xeito especial en tres grandes bloques ou grupos: a poboación da comarca

na que se localiza o Museo - incluíndo a cidade de Lugo -, os estudantes de calquera nivel educativo e, en fin, un moi extenso colectivo de persoas interesadas nunha oferta cultural de calidade, grupo cada vez máis numeroso sobre todo se incluímos nel o chamado “turismo cultural” ou “turismo rural”. Para todos eles deseñouse un plan patrimonial, arqueolóxico e museolóxico, que se destaca a todos os niveis polo seu carácter didáctico e comunicativo, e pola creación dun ambiente agradable e ameno (sen caer nos modernos perigos do excesivamente lúdico, do “epatante” ou do doadamente “divertido” pero nada científico), de modo que convide e incite a coñecer e usar axeitadamente e con deleite físico e mental do Patrimonio arqueolóxico e natural do seu contorno e, por extensión, promova a estima (e a tan necesaria autoestima) e o interese pola protección do Patrimonio Cultural con carácter xeral.

En resumo, o Museo do Castro de Viladonga debe seguir esforzándose en contribuír á promoción e ao desenvolvemento cultural e integral da sociedade á que serve, a través da conservación, investigación, difusión e exhibición (con criterios científicos e didácticos pero tamén estéticos) das súas coleccións e, igualmente e de xeito inseparable, do xacemento anexo que o motiva e que lle dá a razón de existir. Con esta tarefa e cos medios e as accións brevemente expostas aquí, coadxuvarase así na recuperación e transmisión da nosa memoria histórica, como país diferenciado, para o resto dos cidadáns, sexan galegos ou non. Unha tarefa na cal a máis que notable proporción de “satisfeitos” e mesmo de “devotos” (os que volven e traen con eles a máis xente), axudarán sen dúbida a manter a ilusión por ofrecer un traballo que estea ben feito e, por un lado, a seguir dando o que moitos xa agardan ao chegaren a Viladonga, e por outro, a sorprenden aos que non se imaxinan o que un Castro e o seu Museo poden ofrecer á hora da promoción socio-cultural, da información educativa, da explotación turística e, tamén, da amenidade no lecer.

## BIBLIOGRAFIA

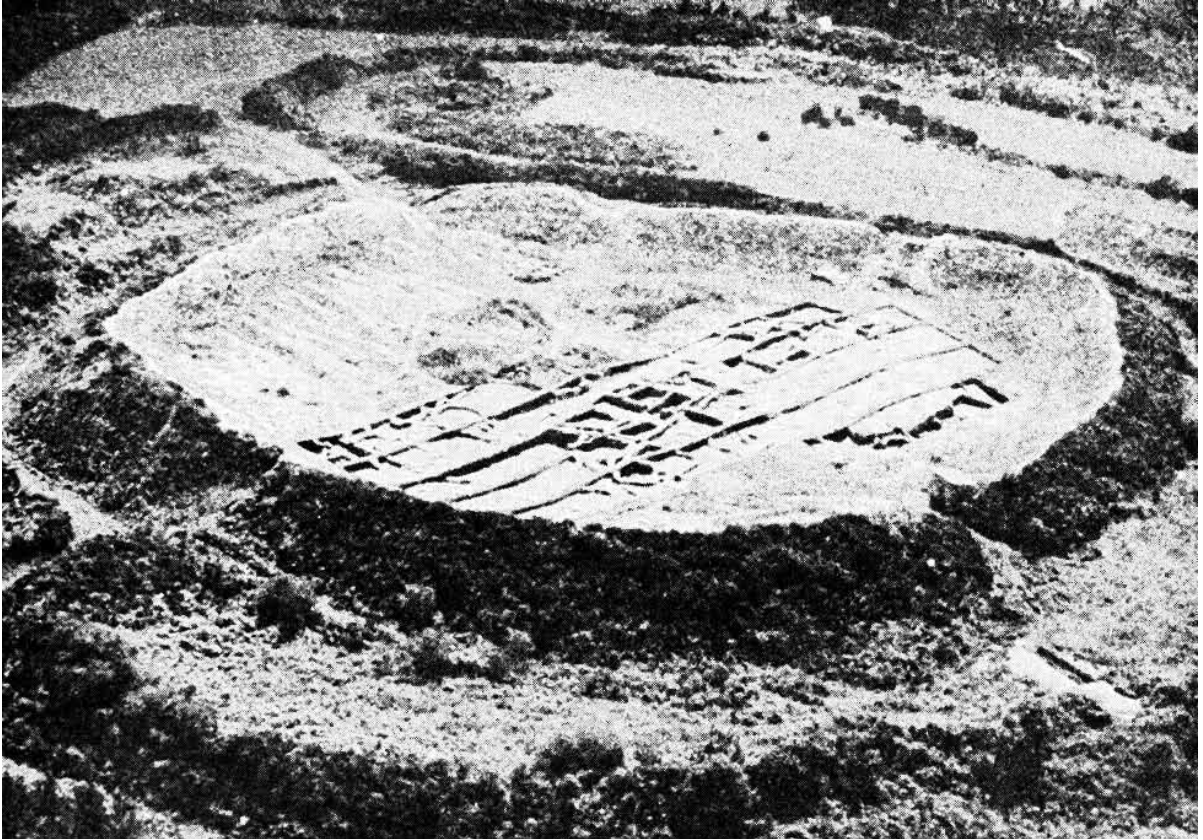
A bibliografía de referencia é numerosa e de moi diversa entidade, contido e obxectivos, pero aquí só se inclúe unha escolma selectiva dela. Moitas das referencias publicáronse periodicamente (desde 1991 ata 2005) nunha sección da revista ***Croa. Boletín da Asociación de Amigos do Castro de Viladonga***. Remitímonos aos índices desta publicación, hoxe asumida e editada pola Xunta de Galicia e tamén presente na web da Asociación de Amigos [www.aaviladonga.es](http://www.aaviladonga.es), onde se atoparán varios artigos e estudos sobre aspectos e materiais deste xacemento e do seu museo.

- ARIAS VILAS, Felipe, *Castro de Viladonga. Campaña 1983*, (Arqueoloxía. Memorias 2)(Xunta de Galicia), Santiago de Compostela, 1985.
- ARIAS VILAS, Felipe, “Castro de Viladonga”, *Arqueoloxía. Informes 2 (Campaña 1988)*, (Xunta de Galicia), Santiago de Compostela, 1991, p. 71-75 e 275-276.
- ARIAS VILAS, Felipe, “O proxecto de ampliación do Museo do Castro de Viladonga (Lugo)”, *Coloquios Galegos de Museos*, Ourense-Vigo, 1992, p. 43-54.
- ARIAS VILAS, Felipe, “El Castro de Viladonga (Lugo): 25 años de Investigación y Patrimonio Cultural”, *Estudios Bercianos* (Revista del Instituto de Estudios Bercianos, Ponferrada), nº 23, marzo 1997, p. 18-31.
- ARIAS VILAS, Felipe, “Materiales del Mediterráneo Oriental en el Castro de Viladonga (Lugo)”, *Actas del Congreso ‘La Hispania de Teodosio’*, (Universidad internacional SEK), Madrid-Segovia, 1996.
- ARIAS VILAS, Felipe, “Comunicación, difusión e didáctica. O caso do Museo do Castro de Viladonga”, *Administracións autonómicas e Museos. Cara a un modelo racional de xestión* (Actas das Xornadas, Santiago de Compostela 1996), (Xunta de Galicia), Santiago de Compostela, 1997, p. 225-253.
- ARIAS VILAS, Felipe, “Recursos humanos no Museo do Castro de Viladonga (Lugo): vellos milagres e novos problemas”, *V Coloquio Galego de Museos* (Melide 1997), Santiago de Compostela, 1998, p. 277-290.
- ARIAS VILAS, Felipe, “Os últimos traballos arqueolóxicos no Castro de Viladonga (Castro de Rei, Lugo): 1988-1998”, *Brigantium*, 12, 2000, p.187-198.

- ARIAS VILAS, Felipe, “Museo do Castro de Viladonga. Castro de Rei”, en *Arte e Cultura de Galicia e o Norte de Portugal. Museos*, vol. I, (Nova Galicia Ed.), Vigo, 2005, p. 147-166
- ARIAS VILAS, Felipe; MONTENEGRO RÚA, Enrique: “O Castro de Viladonga en Internet: obxectivos e resultados”, *Actas III Xornadas de ANABAD-Galicia* (Ferrol), (ed. Xunta de Galicia), Santiago de Compostela, 1999, p. 445-452.
- ARIAS VILAS, Felipe; DORREGO MARTÍNEZ, Filomena, “Museo y Castro de Viladonga (Lugo): ¿educación y cultura vs. turismo y ocio?”, *Actas de XII Jornadas DEAC* (Salamanca, octubre 2004), Salamanca, 2005, p. 111-116.
- ARIAS VILAS, Felipe; BASTOS BERNÁRDEZ, Dolores; DURÁN FUENTES, Consuelo; VARELA ARIAS, Elena, *Museo do Castro de Viladonga (Castro de Rei - Lugo)*, (Xunta de Galicia), Santiago de Compostela, 2013.
- CAAMAÑO GESTO, J. Manuel; LÓPEZ RODRÍGUEZ, José Ramón, “Sigillatas del Castro de Viladonga”, *Gallaecia*, 7-8, 1984, p. 138-178.
- CARBALLO ARCEO, Xulio, *Arqueoloxía de Galicia. Itinerarios polo pasado*, (Ed. Nigra-Trea), Vigo, 2006, p. 108-110.
- CEPEDA, Juan José, “El castro de Viladonga (Lugo). Los depósitos monetarios”, *Numisma*, XLV, 1995, nº 236, p. 29-63.
- CHAMOSO LAMAS, Manuel, “Las excavaciones del Castro de Viladonga y la problemática que plantean sus resultados”, *Actas del Coloquio sobre el Bimilenario de Lugo*, Lugo, 1977, p. 41-46.
- DURÁN FUENTES, Mª Consuelo, *Moedas do Museo do Castro de Viladonga*, (Xunta de Galicia), Santiago de Compostela, 2009.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Carlos, “Análisis de restos óseos de macromamíferos asociados a niveles romanos de yacimientos arqueológicos de Galicia: algunas consideraciones económicas”, *Galicia: da Romanidade á Xermanización* (Homenaxe a Fermín Bouza-Brey), Santiago de Compostela, 1993, p. 119-130.
- LAGE PILLADO, Manuel, *Fíbulas galaico-romanas do Castro de Viladonga*, (Col. Estudos de Museos 1, Xunta de Galicia), Santiago de Compostela, 2004.
- LÓPEZ GÓMEZ, Felipe Senén, “O folklore do Castro de Viladonga e da súa bisbarra”, *Actas del XV Congreso Arqueológico Nacional* (Lugo 1977), Zaragoza, 1979, p. 623-630.
- LÓPEZ POMBO, Luís, *Castro de Rei. Historia, Arte y Patrimonio*, (Deputación Provincial Lugo), Lugo, 1999, *passim*.
- MARTÍNEZ CORTIZAS, Antonio; RAMIL REGO, Pablo *et alii*: “Estudio edafológico y paleobotánico realizado en el Castro de Viladonga (Castro do Rei, Lugo). Campaña 1990”, *II Reunión Nacional de Geoarqueología*, Madrid, 1992, s.p.
- TOMÁS BOTELLA, Víctor, *Excavación arqueolóxica no castro de Viladonga, Castro de Rei-Lugo*. (Actuacións Arqueolóxicas. Ano 2006), (Xunta de Galicia), Santiago de Compostela, 2008.
- RAMIL GONZÁLEZ, Emilio, *Excavación arqueolóxica no castro de Viladonga, Castro de Rei-Lugo*. (Actuacións Arqueolóxicas. Ano 2007), (Xunta de Galicia), Santiago de Compostela, 2009.
- VARELA CAMPOS, Mª Paz, *Guía dos museos de Galicia*, (Ed. Nigra Trea), Vigo, 2000, p. 167-169.
- VARELA ARIAS, Elena; FERNÁNDEZ REQUEJO, Magdalena; LLANA RODRÍGUEZ, César, “La conservación preventiva en el Museo Arqueológico del Castro de Viladonga: experiencias y resultados”, *VI Coloquio Galego de Museos* (A Coruña 2000), A Coruña, 2001, p. 265-278.
- VV.AA., *Museo do Castro de Viladonga*, 3 fascículos en “Museos da provincia de Lugo”, coleccionable de *El Progreso* (Lugo), Lugo, 2001.



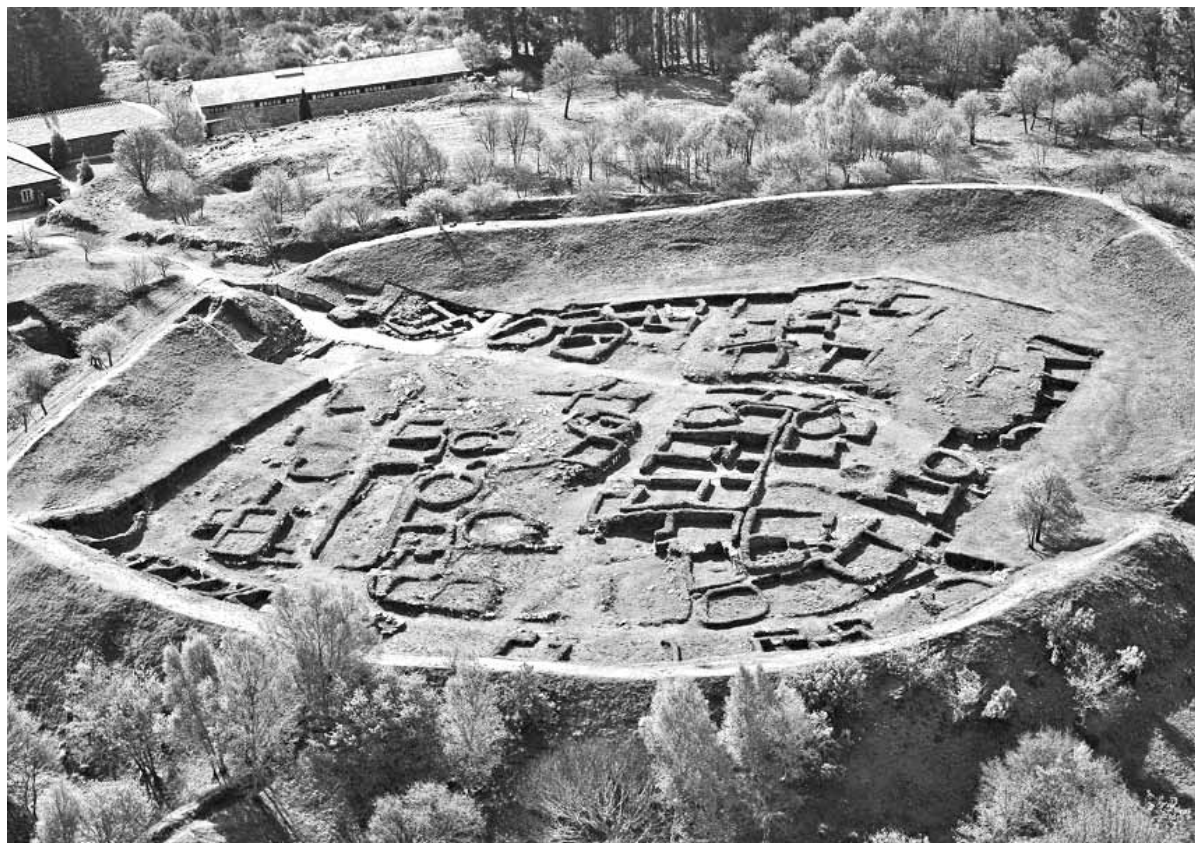




**Fig. 1.1.** – O Castro de Viladonga ao início das escavações nos anos 70.



**Fig. 1.2.** – O conxunto do Castro e o Museo á altura de 1986.



**Fig. 2.1.** – O xacemento e o Museo, ao fondo, a comezos do século XXI.



**Fig. 2.2.** – O Castro durante os traballos de consolidación en 2012.



**Fig. 3.1.** – A Sala 2 da exposición permanente no Museo.



**Fig. 3.2.** – Pormenor da Sala 3 do Museo.



**Fig. 4.1.** – Sala de Actos do Museo con exposición temporal.



**Fig. 4.2.** – A biblioteca auxiliar especializada do Museo.

## S. JORGE E O DRAGÃO: UMA ESCULTURA DA OFICINA DE MESTRE JOÃO AFONSO PROCEDENTE DE MARECOS (PENAFIEL)

Mário Jorge Barroca<sup>1</sup>

### RESUMO:

Estudo de uma escultura gótica quatrocentista representando S. Jorge a combater o Dragão, acompanhado pela Princesa, procedente da Ermida de S. Jorge de Marecos e hoje conservada no Museu Municipal de Penafiel. A escultura, provavelmente destinada a um retábulo, filia-se nas produções da oficina de Mestre João Afonso, um dos mais prolixos e importantes escultores do segundo Gótico de Coimbra, com actividade conhecida entre 1439 e 1469.

**Palavras-Chave:** S. Jorge e o Dragão; Escultura gótica; Mestre João Afonso; Marecos (Penafiel).

### ABSTRACT:

We present the study of a fifteenth century sculpture representing St. George fighting the dragon, accompanied by the Princess. The sculpture, founded in the Chapel of St. George of Marecos (Penafiel), is now exposed in the Municipal Museum of Penafiel. It was probably conceived for an altarpiece and it's affiliated to the production of the workshop of Master João Afonso, one of the most prolific and important sculptors of the gothic sculpture of Coimbra, with known activity between 1439 and 1469.

**Keywords:** Saint George and the Dragon; Gothic Sculpture; Master João Afonso; Marecos (Penafiel, North Portugal).

O Museu Municipal de Penafiel conserva, no seu acervo, uma escultura representando S. Jorge a combater o Dragão e a salvar a Princesa. Esta peça, oriunda da Ermida de S. Jorge, em Marecos, ingressou nas colecções do Museu Municipal de Penafiel em data não conhecida, mas anterior a 1953, e, apesar de ter estado sempre em exposição no Museu, conseguiu chegar até hoje praticamente inédita, sem conseguir cativar a atenção dos investigadores. Tendo ocupado lugar central na exposição dedicada à Procissão do Corpo de Deus, organizada em 2003<sup>2</sup>, viria a ganhar outra visibilidade no novo Museu Municipal de Penafiel, inaugurado a 24 de Março de 2009<sup>3</sup>. É sobre esta escultura, proveniente de um espaço geográfico que o Professor Doutor Fernando Acuña Castroviejo conhece bem, porque o percorreu muitas vezes, que nos iremos deter nesta pequena nótula que lhe dedicamos em singela homenagem.

---

<sup>1</sup> DCTP / FLUP; investigador do CITCEM.

<sup>2</sup> A Exposição «Dias Festivos», comissariada pela Doutora Teresa Soeiro, foi inaugurada a 17 de Maio de 2003 e esteve na origem de um volume monográfico dos *Cadernos do Museu* consagrado à festa do Corpo de Deus em Penafiel. Agradecemos à Doutora Teresa Soeiro as informações prestadas e a profícua troca de impressões em torno desta peça.

<sup>3</sup> A história do Museu Municipal de Penafiel foi traçada por Teresa Soeiro, "Um Museu Municipal para Penafiel 1884-1974", *Portvgalia*, Nova Série, vol. XV, Porto, 1994, pp. 83-134. A escultura estaria, muito provavelmente, na "Sala 4" (op. cit., p. 109).

## A PROVENIÊNCIA: MARECOS

A escultura em análise é, como referimos, oriunda de Marecos, uma povoação localizada a escassa distância de Penafiel, a velha Arrifana de Sousa. Começaremos por traçar o percurso desta povoação socorrendo-nos, para tanto, da documentação escrita conhecida.

As origens de Marecos são ancestrais. Para além de vestígios arqueológicos romanos detectados no seu aro<sup>4</sup>, a povoação encontra-se documentada desde 1043, quando é referida na dependência do *Mons Petroselo*, em pleno território da *Civitas Anegia*, unidade territorial instaurada em 875, no tempo de Afonso III das Astúrias. Com efeito, em 1043 Garcia Moniz e sua mulher, Gelvira ou Elvira, venderam a Gonçalo *Raupariz* e a sua mulher, Múnia, a herdade que possuíam em Marecos: “... *ereditate nostra probia que avemus in villa que vocidant Marecus subtus mons Petroselo discorente ribulo Cavaluno teredorio Anegia ...*”<sup>5</sup>. A figura de Garcia Moniz é bem conhecida: filho de Mónio Viegas, era um elemento dos Gascos, linhagem oriunda da Gasconha que se deslocou para o Douro Litoral onde participou no processo da *Reconquista* e adquiriu fortuna. Garcia Moniz era, portanto, um antepassado de Egas Moniz de Riba Douro. Segundo José Mattoso, foi governador de *Anegia* entre 1047 e 1061<sup>6</sup>. O diploma de 1043 é a primeira notícia documental conhecida para Marecos. Mas a partir de então as referências documentais, apesar de espaçadas, são regulares. No século XIII já nos surge com o orago de Santo André, que manteve até aos nossos dias. Assim aparece referida no «*Rol das Igrejas do Padroado Régio*», de 1220-1229<sup>7</sup>, e nas Inquirições Gerais organizadas por D. Afonso III, em 1258<sup>8</sup>. A paróquia é de novo mencionada no século XIV, no Censual do Cabido da Sé do Porto (taxada em uma libra de cera, três morabitanos e dois moios de milho miúdo)<sup>9</sup>, no Rol das Igrejas, do tempo de D. Dinis, datado de 1320 (onde é taxada em trinta libras)<sup>10</sup> e em 1371 (quando se menciona o pagamento de três libras e quinze soldos)<sup>11</sup>. Já no século XVI foi referida no *Numeramento Geral do Reino*, de 1527-31, onde nos surge inserida no Julgado de Penafiel de Sousa, no Termo da cidade do Porto, sendo-lhe atribuída uma população de 61 habitantes maiores<sup>12</sup>. E volta a ser referida em 1542, no *Censual da Mitra da Sé do Porto*<sup>13</sup>.

Chegamos, finalmente, ao Século XVII e nele encontramos a primeira referência documental à Ermida de S. Jorge. Com efeito, a 28 de Maio de 1680, D. António de S. Dionísio, que era natural de Marecos<sup>14</sup>, decidiu instituir uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade e do Desterro na sua quinta de St<sup>o</sup>. André<sup>15</sup>. O processo arrastou-se por quatro anos, entre 1680 e 1684, e no derradeiro documento relativo à instituição desta ermida, datado de 9 de Junho de 1684, D. António de S. Dionísio determinou que as alfaias litúrgicas da nova capela não deveriam ser emprestadas a outros templos,

<sup>4</sup> No espaço desta freguesia estão recenseados um castro e uma necrópole romana, tendo ainda aparecido, na Capela da Senhora do Desterro, uma ara romana conhecida como “Ara de Marecos” (datada de 9 de Abril de 147 d.C.) – cf. Teresa Soeiro, “Monte Mózinho – Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em Época Romana”, *Penafiel – Boletim Municipal de Cultura*, 3<sup>a</sup> Série, vol. 1, Penafiel, 1984, p. 96. Sobre a Ara de Marecos, e para além do estudo pioneiro de José de Pinho (“Ara de Marecos”, Penafiel, 1928), veja-se, ainda, P. Le Roux e A. Tranoy, “Contribution a l’etude des regions rurales du N.O. Hispanique au Haut-Empire: Deux inscriptions de Penafiel”, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. 1, Porto, 1974, pp. 252-255.

<sup>5</sup> PMH, DC 324. Vd. também Domingos A. Moreira, “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos altomedievais”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2<sup>a</sup> Série, vol. 3-4, Porto, 1985-86, p. 119; Maria José Ferreira dos Santos, “A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308)”, *Cadernos do Museu*, n<sup>o</sup> 10, Penafiel, Museu Municipal, 2004.

<sup>6</sup> Cf. José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Ed. Estampa, 1981, p. 183.

<sup>7</sup> Stéphane Boissellier, *La construction administrative d’un Royaume*, Lisboa, UCP, 2012, p. 85.

<sup>8</sup> PMH, Inq., p. 589.

<sup>9</sup> “De cera unam libram. De mortuarijs tres morabitanos. De millio duos modios.” - *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Ed. de João Grave, Porto, BPMP, 1923, p. 574.

<sup>10</sup> Stéphane Boissellier, *La construction administrative d’un Royaume*, Lisboa, UCP, 2012, p. 132.

<sup>11</sup> Stéphane Boissellier, *La construction administrative d’un Royaume*, Lisboa, UCP, 2012, p. 285.

<sup>12</sup> Anselmo Braamcamp Freire, “Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século”, *Arquivo Histórico Português*, vol. III, Lisboa, 1905, p. 261.

<sup>13</sup> *Censual da Mitra da Sé do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese do Porto nas vésperas do Concílio de Trento*, ed. de Cândido A. Dias dos Santos, Porto, CMP, 1973, pp. 218, 268, 307 e 535.

<sup>14</sup> Foi nomeado Bispo de Meliapor, sem no entanto ter sido sagrado, não tendo, por isso, exercido o cargo. Foi depois Bispo de Cabo Verde, cargo que exerceu entre 1675 e 1684.

<sup>15</sup> Vd. Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas, “D. Fr. António de S. Dionísio, Bispo de Cabo Verde (1613-1684)”, *Penafidel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura*, vol. V, Penafiel, 1951, pp. 10-15. O primeiro documento, de instituição da Ermida, remonta a 28 de Maio de 1680, acompanhado de Breve do Papa Inocêncio XI de 30 de Maio do mesmo ano. Mas há outros documentos, de 1681, 1682 e 1684, relativos ao processo de construção da capela.

abrindo apenas excepção para a Igreja Matriz de Marecos e para as Ermidas de Nossa Senhora da Póvoa e de S. Jorge<sup>16</sup>. O diploma de 1684 constitui, assim, a primeira referência documental directa que conhecemos para a Ermida de S. Jorge.

Nos inícios do Século XVIII, em 1706, o Pe. António Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*, registou que Marecos tinha 160 vizinhos e rendia 200.000 reis, mas não reteve elementos sobre os espaços de culto que existiam nesta paróquia<sup>17</sup>. Alguns anos volvidos, em 1742, António Cerqueira Pinto, na II Parte do *Catálogo dos Bispos do Porto*, de D. Rodrigo da Cunha, referiu apenas uma ermida na paróquia de Marecos: “S. André de Marecos. Ermida de Nossa Senhora da Póvoa. Tem de Comunhão 270 pessoas, menores 69. Rende cento e sessenta mil reis. Abbadia.”<sup>18</sup>.

Chegamos, finalmente, às *Memórias Paroquiais* de 1758. No inquérito pombalino a freguesia de Santo André de Marecos surge com 163 fogos e 463 habitantes “maiores”<sup>19</sup>. O pároco esclarece que a sede distava um quarto de légua de Arrifana de Sousa (Penafiel) e seis léguas da cidade do Porto. E, ao ser inquirido sobre as capelas existentes na freguesia, respondeu dizendo: “Item, tem esta freguesia de Marecos três hermidas, hua que está quasi ao pé da igreja, que hé da invocação de São Jorge, tem outra no lugar de Povia, a Senhora do Desterro, e tem outra no lugar de Marecos também do Desterro.”<sup>20</sup>. E acrescentou que “... não [há] nestas capellas concorrência de romarias, nem em dias certos...”<sup>21</sup>. A freguesia de Marecos possuía, portanto, duas capelas com a mesma invocação, dedicadas a Nossa Senhora do Desterro: uma, como vimos instituída por D. António de S. Dionísio, na sua quinta de St<sup>o</sup>. André; e outra localizada no lugar da Póvoa. Foi a esta Ermida de Nossa Senhora da Póvoa que se referiu António Cerqueira Pinto, em 1742. E tinha uma terceira capela, erguida próximo da Matriz, consagrada a S. Jorge, que é a que nos interessa. Devemos, no entanto, registar que, quando o inquérito pombalino foi lançado, na freguesia de St<sup>o</sup>. André de Marecos, existiam outras capelas: uma dedicada ao Bom Jesus de Bouças, instituída por João Gaspar de Marecos em 1730; outra, dedicada a St<sup>o</sup>. António, instituída por Bernardo de Almeida Pinto e Paulina Josefa em 1753; e uma terceira, consagrada a St<sup>a</sup>. Ana, instituída pelo Dr. Pedro Teixeira da Silva no mesmo ano de 1753<sup>22</sup>. E que, em menos de uma década, seriam erguidas mais duas ermidas<sup>23</sup>.

Não querendo prolongar excessivamente o rol de referências documentais a Marecos, apenas diremos que a freguesia de Santo André foi extinta com a reforma administrativa de 2013, passando o seu espaço a estar integrado na vizinha freguesia de Penafiel.

## A PEÇA

A escultura de S. Jorge é proveniente da fachada da Ermida de S. Jorge de Marecos que, como se esclarecia em 1758, se erguia (e ergue) a curta distância da Igreja de Santo André de Marecos. A ermida foi construída no alto de um pequeno monte, sobranceiro à igreja paroquial. Actualmente encontra-se no centro do Cemitério de Marecos, desempenhando as funções de capela funerária.

<sup>16</sup> Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas, “D. Fr. António de S. Dionísio, Bispo de Cabo Verde (1613-1684)”, *Penafidel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura*, vol. V, Penafiel, 1951, p. 15.

<sup>17</sup> António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa...*, tomo 1, Lisboa, 1706, p. 385.

<sup>18</sup> *Catálogo dos Bispos do Porto composto pelo Illustrissimo D. Rodrigo da Cunha: Nesta segunda impressam adicionado, e com suplementos de várias memórias eclesiásticas desta Diocesi, no discurso de onze séculos ilustrado, por António Cerqueira Pinto...*, Parte II, Porto, Na Officina Prototypa Episcopal, 1742, p. 167.

<sup>19</sup> José Viriato Capela, Henrique Matos e Rogério Borralheiro, *As Freguesias da Diocese do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, UM, 2009, p. 545 (ed. que aqui utilizamos). As Memórias Paroquiais de 1758 foram igualmente publicadas por Manuel Ferreira Coelho, “O Concelho de Penafiel nas «Memórias Paroquiais» de 1758”, *Penafiel – Boletim Municipal de Cultura*, 3<sup>a</sup> Série, vol. 4-5, Penafiel, 1987-88, encontrando-se esta passagem na p. 299.

<sup>20</sup> Idem, p. 545.

<sup>21</sup> Idem, p. 545.

<sup>22</sup> Cf. A. M. R. [António Moreira da Rocha], “Capelas no Concelho de Penafiel”, *Penafiel – Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, n<sup>o</sup> 1, Penafiel, 1972, p. 107.

<sup>23</sup> Em 1761 seria instituída outra capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, e em 1765 uma última, consagrada a Jesus, Maria e José (op. cit., p. 107).

O edifício, muito modesto, resulta de uma reforma moderna, provavelmente executada no século XX, que veio substituir um templo anterior. A placa encontrava-se embutida na empena principal do templo, sobre a porta de entrada, tendo sido removida e substituída por uma réplica, que ainda hoje ali se conserva. A escultura medieval, quatrocentista, deu entrada no Museu Municipal de Penafiel em data não apurada, mas seguramente anterior a 1953, altura em que Abílio Miranda já a refere como estando depositada no «Museu de Sobral Mendes», uma das primeiras designações do museu penafidense<sup>24</sup>. Como até 1948, data da fundação do Museu Municipal de Penafiel, as peças recolhidas no espaço concelhio eram encaminhadas para o Museu de Etnografia e História da Junta Distrital do Porto, podemos sugerir que o ingresso desta peça, já não no museu portuense mas no penafidense, ocorreu algures entre 1948 e 1953. Nesta instituição museológica acabaria por receber o número de inventário MMPNF/1993/001195<sup>25</sup>.

Trata-se de uma placa de calcário de Ançã-Portunhos que, no seu actual estado de conservação, apresenta como dimensões máximas, 68,5 cm de largura, 48,0 cm de altura e 19,5 cm de espessura<sup>26</sup>. A morfologia da placa e a forma como se apresenta rematada na base sugerem que se trata de um elemento de retábulo. Tal como a natureza do suporte nos revela, e as características estilísticas confirmam, trata-se de uma escultura gótica produzida nas prestigiadas oficinas dos escultores do aro de Coimbra. E, como veremos mais à frente, deve ter sido o resultado de uma encomenda realizada junto da oficina de Mestre João Afonso, nome maior dos escultores do “segundo gótico” de Coimbra.

Apesar da sua qualidade, a escultura de Marecos chegou quase inédita até aos nossos dias. Apenas conhecemos duas referências publicadas: uma breve alusão de Abílio Miranda, em 1953, e outra, não muito mais extensa, num pequeno texto de Joaquim José Mendes escrito para a Festa de *Corpus Christi* de 2002<sup>27</sup>.

## S. JORGE: CULTO E ICONOGRAFIA

Não é apenas a origem de Marecos que é remota. Também o culto a S. Jorge é muito antigo. Apesar de ele se ter popularizado e difundido sobretudo a partir do último quartel do século XIV, fruto da influência militar inglesa durante os conflitos fernandinos com Castela e durante a Crise de 1383-85, quando S. Jorge suplantou Santiago como patrono do exército português, o certo é que o seu culto entre nós é muito mais antigo.

*Jorge é de Capadócia*, canta Caetano... Natural de Nicodémia<sup>28</sup>, cidade da Capadócia, S. Jorge é tradicionalmente apontado como um dos mártires das perseguições de Diocleciano, nos inícios do século IV (c. 303 d.C.)<sup>29</sup>. O seu culto começou por se circunscrever ao Próximo Oriente – à Palestina, à Lídia e ao Egipto (onde foi cultivado pelos monges coptas)<sup>30</sup> –, mas no século VI já era conhecido na Gália<sup>31</sup>. E, apesar dos testemunhos do seu culto na Península serem quase todos mais tardios – do século X e seguintes –, Carmen García Rodríguez regista que S. Valério († 695) já o refere no seu tratado *De vana saeculi sapientia*<sup>32</sup>.

<sup>24</sup> Abílio Miranda, “A minha opinião”, Abril de 1953 (reed. na colectânea *Terras de Penafiel*, vol. IV).

<sup>25</sup> Agradecemos à Dr.ª Maria José Ferreira dos Santos, directora do Museu Municipal de Penafiel, a autorização concedida para estudar esta peça e o apoio dado.

<sup>26</sup> Estes dados foram retirados da respectiva ficha museológica, realizada pela Dr.ª Maria Helena Parrão Bernardo.

<sup>27</sup> Abílio Miranda, “A minha opinião”, Abril de 1953 (reed. na colectânea *Terras de Penafiel*, vol. IV); Joaquim José Mendes, “O Estado de S. Jorge”, reed. in Teresa Soeiro (Coord. de), “Dias Festivos. O Corpo de Deus em Penafiel”, *Cadernos do Museu*, vol. 6-7, Penafiel, Museu Municipal, 2000-2001, pp. 223-224.

<sup>28</sup> Hoje Izmit, cidade da Turquia.

<sup>29</sup> Cf. *Flos Sanctorum, História das vidas e obras insígnies dos Santos*, pelo M. R. P. Pedro de Ribadaneira, *Religioso da Companhia de Jesus, e de outros Autores, traduzida da língua castelhana em a nossa Portuguesa*, pelo Liceneado laom Franco Barreto, Lisboa, António Craesbeeck de Mello, 1674, pp. 497-500 (para o Martírio sobretudo pp. 499-500).

<sup>30</sup> Louis Réau, *Iconographie de l'Art Chrétien*, volume III, tomo 1, Paris, PUF, 1958, p. 572.

<sup>31</sup> Carmen García Rodríguez, *El Culto de los Santos en la España Romana y Visigoda*, Madrid, CSIC, 1966, p. 198.

<sup>32</sup> Carmen García Rodríguez, *El Culto de los Santos en la España Romana y Visigoda*, Madrid, CSIC, 1966, p. 198. Vd. Também Xosé Manuel González Reboredo, *Os Santos titulares de parroquia en Galiza*, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco Ediciones, 2012, pp. 72-74.



Depois dessa referência pioneira, do século VII, as primeiras menções que encontramos ascendem aos meados do século X. Em 946, numa doação ao mosteiro de Lorvão, é referida uma igreja dedicada a S. Jorge situada na região de Mucela (Vila Nova de Poiares, Coimbra)<sup>33</sup>. E, em 959, S. Jorge é mencionado entre a copiosa série de santos invocados por Mumadona Dias no seu testamento, figurando então como titular secundário do Mosteiro de Guimarães<sup>34</sup>. Logo de seguida, é de novo referido no *Calendário de Córdoba*, entre as festividades comemoradas pelas comunidades cristãs. O *Calendário de Córdoba* é um manuscrito árabe, bilingue, que Reinhart Dozy atribuiu ao ano de 961. Apesar da datação proposta por Dozy suscitar dúvidas junto de alguns autores, Pierre David defendia que, se não era um original de 961, seria, de qualquer forma, anterior a 967<sup>35</sup>. Nesse Calendário registava-se no dia 22 de Abril: “*Chez les Chrétiens, fête de l’apôtre Philippe [à Jérusalem]. Saint Georges.*”<sup>36</sup>. Esta passagem é tanto mais interessante quanto os restantes calendários conhecidos indicam outras datas para a festa de S. Jorge: segundo Marius Férotin e Ángel Fábrega Grau<sup>37</sup>, nos calendários visigóticos e moçárabes ibérios aparece referido a 24 de Abril; nos calendários mais tardios, a partir do século XII, regista-se a comemoração a 23 de Abril, data que se manteve nos nossos dias. Vejamos, sinteticamente, o panorama que detectamos da análise de vários calendários litúrgicos peninsulares:

Data	Calendário	Dia da Festa	Fonte
961	Calend. de Córdoba	22 de Abril	R. Dozy, <i>Le Calendrier de Cordoue</i> , 1961, p. 72
976	Calend. Vigiliano	24 de Abril	J. Vives e A. Fábregas, “Calendários Hispánicos anteriores al siglo XII”, <i>Hispania Sacra</i> , 2:3, 1949, p. 142
994	Calend. Emilianense	24 de Abril	J. Vives e A. Fábregas, “Calendários Hispánicos anteriores al siglo XII”, <i>Hispania Sacra</i> , 2:3, 1949, p. 142
Séc. X	Calend. de Léon	24 de Abril	J. Vives e A. Fábregas, “Calendários Hispánicos anteriores al siglo XIII”, <i>Hispania Sacra</i> , 2:4, 1949, p. 369
Fins Séc. X	1º Calend. de Silos	24 de Abril	J. Vives e A. Fábregas, “Calendários Hispánicos anteriores al siglo XIII”, <i>Hispania Sacra</i> , 2:4, 1949, p. 351
c. 1052	2º Calend. de Silos	24 de Abril	J. Vives e A. Fábregas, “Calendários Hispánicos anteriores al siglo XIII”, <i>Hispania Sacra</i> , 2:4, 1949, p. 357
1055	Calend. de Santiago de Compostela	24 de Abril	J. Vives e A. Fábregas, “Calendários Hispánicos anteriores al siglo XIII”, <i>Hispania Sacra</i> , 2:4, 1949, p. 363
1067	3º Calend. de Silos (B. N. Paris)	24 de Abril	J. Vives e A. Fábregas, “Calendários Hispánicos anteriores al siglo XIII”, <i>Hispania Sacra</i> , 2:4, 1949, p. 375
1072	4º Calend. de Silos (B. N. Paris)	24 de Abril	J. Vives e A. Fábregas, “Calendários Hispánicos anteriores al siglo XIII”, <i>Hispania Sacra</i> , 2:4, 1949, p. 375
Séc. X-XI	Calend. de Ripoll	23 de Abril	J. Vives e A. Fábregas, “Calendários Hispánicos anteriores al siglo XII”, <i>Hispania Sacra</i> , 2:3, 1949, p. 126
2º met. Séc. XI	Calend. de San Millán	23 de Abril	J. Janini, “Dos Calendários Emilianenses del siglo XI”, <i>Hispania Sacra</i> , 15:29, 1962, p. 186
Séc. XII	Calend. de Huesca	23 de Abril	J. Janini, “El Calendário de Huesca del siglo XII”, <i>Hispania Sacra</i> , 29:57/58, 1976, p. 432
[1130-1150]	Calend. do Missal de Mateus	23 de Abril	Joaquim O. Bragança, <i>O Missal de Mateus</i> , Lisboa, FCG, 1975

<sup>33</sup> PMH, DC 55.

<sup>34</sup> PMH, DC 76.

<sup>35</sup> Pierre David, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècles*, Lisboa, Liv. Portugália, 1947, p. 192.

<sup>36</sup> R. Dozy, *Le Calendrier de Cordoue*, Nouvelle Édition annotée par Ch. Pellat, Leiden, E. J. Brill, 1961, p. 72 (1ª ed., Leiden, 1873).

<sup>37</sup> Marius Férotin, *Le Liber Ordinum en usage dans l’Église Wisigothique et Mozarabe d’Espagne du Cinquième au Onzième Siècle*, 1904, p. 462 (reprint, Roma, Edizioni Liturgiche, 1996, p. 318); Ángel Fábrega Grau, *Pasionario Hispánico (Siglos VII-XI)*, Madrid-Barcelona, CSIC, 1953, p. 233.

Da análise deste quadro ressalta que, na tradição peninsular mais antiga, a festividade de S. Jorge se comemorava a 24 de Abril, mas que, com a influência europeia, acabou por se transferir para a véspera, para o dia 23 de Abril. A única fonte que apresenta uma data diferente é, portanto, o *Calendário de Córdoba*, que indica o dia 22 de Abril.

Entre nós, e para além das primeiras referências ao culto a S. Jorge – na doação ao Mosteiro de Lorvão, em 946, e no testamento de Mumadona, de 959 –, devemos acrescentar que, em 974, se encontra documentado um “*monasteriolo nomine Sancti Georgii*” na zona do Dão<sup>38</sup>. E que no *Censual do Bispo D. Pedro*, elaborado um século depois, por volta de 1075-1091, estão registados no âmbito da Diocese de Braga seis templos consagrados a esse santo<sup>39</sup>. Finalmente, mais ou menos pela mesma altura, D. Sesnando Davides, o Alvazil de Coimbra, fundou uma ermida dedicada a S. Jorge, em Ceira, com um mosteiro anexo, que teve comunidade monástica activa entre 1088 e o Século XVI<sup>40</sup>.

Há, por isso, suficientes testemunhos para podermos afirmar que o culto a S. Jorge, sendo conhecido no espaço peninsular desde o século VII, se intensificou sobretudo a partir do século X<sup>41</sup>.

Com as Cruzadas, a veneração por este santo militar alastrou pelo Ocidente. Tornou-se patrono da Ordem dos Cavaleiros Teutónicos e ganhou adeptos em Inglaterra, onde, por decisão de Ricardo Coração-de-Leão, se tornou protector do exército real inglês. Alguns anos mais tarde, no Sínodo de Oxford de 1222, tornar-se-ia patrono do próprio reino, passando a sua bandeira – a cruz vermelha colocada sobre fundo branco –, a constituir a bandeira real inglesa<sup>42</sup>. Entre nós, seria a partir dos finais do século XIV que ele se tornaria verdadeiramente popular. Com efeito, a generalização do seu culto, e sobretudo a sua associação às empresas militares, foi uma consequência da influência inglesa em Portugal, a partir do seu envolvimento nos acontecimentos ibéricos ao lado da coroa portuguesa: em 1381, junto de D. Fernando; a partir de 1383-85, ao lado de D. João I. Foi a partir de então que S. Jorge substituiu S. Tiago como patrono das actividades militares portuguesas. Na Batalha de Aljubarrota, travada a 14 de Agosto de 1385, o exército português e os seus aliados ingleses gritaram, em uníssono, por S. Jorge, enquanto as forças castelhanas se mantiveram fiéis ao velho patrono da *Reconquista* e apelaram por S. Tiago. Seria, de resto, complicado que os dois blocos opostos invocassem o mesmo protector nos momentos que antecederam o prélio...

É, portanto, a partir dos conflitos do último quartel do século XIV, fernandinos e joaninos, que o culto a S. Jorge ganha uma nova dimensão em Portugal. Para além do aspecto militar, a sua popularização ficou igualmente a dever-se ao facto de, a partir do século XV, a figura de S. Jorge ter passado a integrar a procissão de *Corpus Christi*, festa maior do mundo urbano cristão, onde lhe foi conferido um lugar de destaque. No Porto, a participação da imagem de S. Jorge, montado a cavalo, no *Corpus Christi* está documentada pelo menos desde os tempos de D. João II<sup>43</sup>. O seu protagonismo nestas procissões conheceu um grande incremento ao longo da Época Moderna, e conseguiu chegar até aos nossos dias, com direito a grande destaque na vanguarda do cortejo e a uma encenação da luta entre S. Jorge e o Dragão (a Coca), personificando a luta entre o Bem e o Mal<sup>44</sup>.

<sup>38</sup> PMH, DC 114.

<sup>39</sup> Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. I, Coimbra, 1959, p. 323.

<sup>40</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa et alii, *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 185.

<sup>41</sup> Foi, ainda assim, um culto sempre limitado, quer em Portugal, quer na Galiza – cf. Xosé Manuel González Reboredo, *Os Santos titulares de parroquia en Galiza*, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco Ediciones, 2012, pp. 148-149 e 169-170.

<sup>42</sup> Louis Réau, *Iconographie de l'Art Chrétien*, volume III, tomo 1, Paris, PUF, 1958, p. 573.

<sup>43</sup> Cf. Luís de Sousa Couto, *Origens das Procissões na Cidade do Porto*, 2ª ed., Porto, CMP, 1971, pp. 20-21. A Procissão de *Corpus Christi* é muito anterior, mas não encontramos, nas primeiras referências documentais, menção expressa a S. Jorge. Veja-se, por exemplo, Iria Gonçalves, “As festas de «Corpus Christi» do Porto na segunda metade do Século XV: a participação do Concelho”, *Estudos Medievais*, vol. 5/6, Porto, 1984/85, pp. 69-89 (especialmente pp. 75-76) e Iria Gonçalves, *As finanças municipais do Porto na segunda metade do Século XV*, Porto, CMP, 1987, pp. 94-105 (especialmente pp. 95-96). Sintoma de que a imagem de S. Jorge não entrava ainda no cortejo? Ou, simplesmente, que não era custeada pela Câmara mas sim pelas corporações que tinham o Santo como protector? Em 1621, quando se estabeleceu um regulamento para a procissão, S. Jorge aparecia em sétimo lugar, associado às corporações dos Douradores, Conteiros, Apavonadores e Cerieiros (Luís de Sousa Couto, op. cit., p. 98).

<sup>44</sup> Ainda assim acontece em Penafiel (cf. Teresa Soeiro, “Dias Festivos. O Corpo de Deus em Penafiel”, *Cadernos do Museu*, vol. 6-7, Penafiel, 2000-01; José Alberto Sardinha, *Danças Populares do Corpus Christi de Penafiel*, Penafiel, MMP, 2012) e em muitos lugares do Noroeste

Apesar de, como vimos, as origens do seu culto remontar a épocas muito recuadas, a iconografia de S. Jorge é substancialmente mais recente. O exemplo mais antigo que Louis Réau aponta, na sua clássica síntese dedicada à *Iconografia da Arte Cristã*, é o tímpano da Catedral de Ferrara<sup>45</sup>, obra do escultor *Nicholaus* atribuível a 1135-1155, onde se pode ver S. Jorge, a cavalo, de espada em riste, espezinhando e vencendo o Dragão, ferido de morte com a lança espetada na sua boca. As representações equestres de S. Jorge começaram por integrar apenas estes dois elementos: o Santo, montando o seu cavalo branco, e o Dragão. Mas, com a difusão da Lenda de S. Jorge, uniformizada pela *Legende Dorée*, o quadro completou-se com a representação da Princesa, filha do rei Silene, que estava na iminência de ser sacrificada ao Dragão para que este poupasse a cidade, quando S. Jorge apareceu e a salvou. As representações tornar-se-iam, aos olhos dos Cristãos, poderosas alegorias: “... *Les Chrétiens de Syrie firent de sa lutte contre le dragon le symbole de la conversion de la Cappadoce. Plus tard, la princesse sauvée du dragon fut interprétée comme le symbole de l'Église chrétienne tout entière, arrachée à ses persécuteurs par l'empereur Constantin.*”<sup>46</sup>. É esta iconografia – que foi magnificamente pintada, por duas vezes, por Paolo Uccello<sup>47</sup> –, que vemos na escultura procedente da fachada da Ermida de S. Jorge de Marecos.

## DUAS ESCULTURAS PORTUGUESAS DE S. JORGE E O DRAGÃO

Apesar de também existirem representações estantes de S. Jorge – como a célebre estátua que Donatello esculpiu para Capela de S. Miguel, em Florença, onde S. Jorge, de ar imberbe, foi retratado de pé – as representações de S. Jorge a cavalo tornaram-se mais usuais. Em Portugal contamos com duas peças tardo-medievais: o Retábulo de Eira Pedrinha e a placa de S. Jorge de Marecos.

O Retábulo da Capela de Nossa Senhora da Piedade de Eira Pedrinha, a Sul de Coimbra, é uma peça a todos os títulos notável. Foi concebido para ser colocado sobre a mesa do Altar e encontra-se, hoje, embutido na parede, a uma cota elevada. Nele vemos a cena clássica: S. Jorge, montado a cavalo, ajaezado com arnês, combatendo o Dragão e espetando a sua lança na boca do animal. Ao lado da cena, em pé, ligada ao Dragão por uma trela que prende a uma coleira, figurou-se a Princesa, resgatada por S. Jorge de uma morte certa. A representação deste combate sobrenatural é enquadrada por uma moldura urbana (que representa a cidade condenada ao Dragão), com a muralha coroada por ameias, de cujos espaços das *abertas* emergem pequenas cabeças de figurantes que assistem ao épico combate. Ladeando a figura da Princesa, num plano mais recatado e dignificada por arco, foi incluída, à esquerda, a representação de uma Santa, provavelmente St<sup>a</sup>. Bárbara (atendendo à sua iconografia, uma vez que segura uma torre). E, à direita, foi incluída a representação de S. Sebastião. O retábulo de Eira Pedrinha, realizado em calcário de Ançã-Portunhos, preserva amplos vestígios de policromia e tem, ainda, a particularidade de estar personalizado por uma inscrição, gravada na moldura inferior, que regista o nome do seu encomendador e a data da sua execução:

GONCALO : PALMEIRO : MANDOU : FAZER : ESTA : OBRA : ERA : MIL : CCCC : XXX : VI : ANOS<sup>48</sup>.

No caso da escultura de Marecos, que aqui nos ocupa, a cena é iconograficamente mais simples: apenas foi representado S. Jorge, a cavalo, combatendo o Dragão, ferido de morte pela lança do Cavaleiro de Capadócia, e, ao lado esquerdo, a representação da Princesa, ligada fisicamente por uma trela a uma coleira, pendente do pescoço do Dragão. Não temos, portanto, a muralha ameaçada, cenário

---

peninsular (cf. Clodio González Pérez, *A Coca e o Mito do Dragón*, Vigo, Ir Indo Ediciones, 1993, pp. 170-180). A imagem de S. Jorge, que integrava a procissão de *Corpus Christi* em Penafiel, colocada sobre o dorso de cavalo, está hoje exposta no Museu de Penafiel. A imagem portuense, que também era colocada a cavalo, com largo manto, integra hoje a coleção do Museu Nacional Soares dos Reis.

<sup>45</sup> Louis Réau, *Iconographie de l'Art Chrétien*, volume III, tomo 1, Paris, PUF, 1958, p. 575.

<sup>46</sup> Louis Réau, *Iconographie de l'Art Chrétien*, volume III, tomo 1, Paris, PUF, 1958, p. 572.

<sup>47</sup> *São Jorge e o Dragão*, pintado c. 1456, National Gallery, Londres; *São Jorge e o Dragão*, pintado c. 1458-60, Musée Jacquemart-André, Paris.

<sup>48</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epígrafa Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. n.º 680, pp. 1946-1949.

urbano do combate entre o Bem e o Mal, nem as figuras dos dois santos (St<sup>a</sup>. Bárbara e S. Sebastião) acolitando o embate, como vemos em Eira Pedrinha.

Apesar de se ressentir da exposição às intempéries, a que esteve sujeita durante muitos anos, a escultura de Marecos, realizada em calcário brando da zona das pedreiras de Ançã, Portunhos ou Outil, surpreende pelos seus pormenores. As mutilações atingem apenas duas zonas, que estão ausentes por fractura: o focinho do cavalo e a perna esquerda do cavaleiro. No resto, a qualidade da escultura e dos seus pormenores é ainda hoje surpreendente. Nela vemos, à esquerda, a Princesa em pé, coroada e envergando vestes compridas, segurando a trela com a mão esquerda. Esta liga-se ao pescoço do Dragão, animal mítico, alado, representado no solo, passante para a esquerda mas com o focinho voltado à direita, olhando na direcção de S. Jorge. O Cavaleiro, ajaezado com arnês integral e montado a cavalo, ostenta um escudo de tipo francês, com a cruz de S. Jorge ao centro, e espeta a lança na boca do animal. Assim como a condição social da Princesa é revelada pela coroa, também a condição sobrenatural de S. Jorge é sublinhada por um nimbo raiado. Mas, no mais, o Santo apresenta-se como um cavaleiro nobre de Quatrocentos. E este é um dos aspectos que torna esta escultura um documento ímpar. Com efeito, e depois do Retábulo de Eira Pedrinha, datado por inscrição da Era de 1436 (correspondente ao *Anno Domini* de 1398), a escultura de Marecos é um segundo grande documento iconográfico que possuímos em Portugal, fora do universo funerário da escultura jacente, para o estudo do arnês.

As características morfológicas da peça não deixam grande margem para dúvidas: tal como em Eira Pedrinha, também a escultura de Marecos pertencia, outrora, ao retábulo da pequena Ermida de S. Jorge. A moldura inferior, onde se apoia toda a cena, denuncia a sua primitiva função. Mas, infelizmente, e ao contrário de Eira Pedrinha, não temos vestígios de policromia nem temos inscrição revelando o doador e a data da sua execução.

## A AUTORIA: MESTRE JOÃO AFONSO

Perante uma obra de esta qualidade, a questão que se coloca é, obviamente, a da sua autoria. A resposta a esta questão encontramos na análise de alguns pormenores, nomeadamente no nimbo raiado que glorifica a cabeça de S. Jorge, na forma como a sua face foi representada (particularmente no que respeita à barba) e no tratamento “gráfico” dado às asas do Dragão. Com efeito, estes pormenores encontram paralelos estreitos em várias esculturas quatrocentistas:

- Na representação de S. Miguel pesando as Almas, no primeiro nicho do arcaz de Fernão Gomes de Góis (Igreja de Oliveira do Conde), datado por inscrição de 1439-1440<sup>49</sup>, onde vemos o mesmo nimbo raiado e as asas do Arcanjo com o mesmo tratamento gráfico que as asas do Dragão;
- No Retábulo do Corpo de Deus (MNM, Coimbra, Inv. 4023 E 51), datado por inscrição de 1443<sup>50</sup>, onde encontramos os mesmos nimbos raiados e as asas com um tratamento estético idêntico;
- No Arcanjo S. Miguel, proveniente da Colegiada de S. Salvador, em Coimbra (MNM, Coimbra, Inv. 645 E 37)<sup>51</sup>, com o mesmo tratamento de asas;
- No Arcanjo S. Miguel, de proveniência desconhecida (MNA, Lisboa, Inv. 977 Esc)<sup>52</sup>, que apresenta o mesmo tipo de tratamento das asas;

<sup>49</sup> Cf. António Nogueira Gonçalves, “Datas Gravadas em Esculturas Coimbrãs do Séc. XV”, *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, p. 281 e ss.; Pedro Dias, *O Gótico*, vol. 2 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, ALFA, 1986, p. 133-134; Maria José Goulão, *Expressões Artísticas do Universo Medieval*, Lisboa, 2009, pp. 35-36.

<sup>50</sup> Cf. Pedro Dias, *O Gótico*, vol. 2 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, ALFA, 1986, p. 134; *Ai Confini della Terra. Scultura e Arte in Portogallo 1300-1500*, Milano, Electa, 2000, N° 17; Maria José Goulão, *Expressões Artísticas do Universo Medieval*, Lisboa, 2009, p. 36.

<sup>51</sup> Cf. *Ai Confini della Terra. Scultura e Arte in Portogallo 1300-1500*, Milano, Electa, 2000, N° 56; Pedro Dias, *A Escultura de Coimbra do Gótico ao Maneirismo*, Coimbra, 2003, p. 177.

<sup>52</sup> Cf. *Ai Confini della Terra. Scultura e Arte in Portogallo 1300-1500*, Milano, Electa, 2000, N° 41.

- No Arcanjo S. Miguel, proveniente da Col. Vilhena (MNAA, Lisboa, Inv. 961 Esc)<sup>53</sup>, que ostenta também o mesmo tratamento das asas;
- E no Arcanjo S. Miguel, também de proveniência desconhecida e oriundo da col. Vilhena (MNAA, Lisboa, Inv. 1002 Esc)<sup>54</sup>, que apresenta, uma vez mais, o mesmo tipo de desenho nas asas.

O que une todos estes exemplos é o facto de serem obras saídas da oficina de Mestre João Afonso. É certo que alguns autores, na esteira de Reinaldo dos Santos<sup>55</sup>, continuam a atribuir parte destas peças ao designado «Mestre de Alhadas» ou «Mestre da Igreja de Nossa Senhora de Alhadas»<sup>56</sup>. No entanto, perfilhamos a opinião de Pedro Dias, que não vê motivos para estabelecer uma distinção entre o «Mestre de Alhadas» e o Mestre João Afonso<sup>57</sup>. Assim, o que une todas estas peças é o facto de pertencerem todas ao mesmo autor, Mestre João Afonso. A identidade do escultor encontra-se exarada numa das três inscrições da arca tumular de Fernão Gomes de Góis, onde se revela que ela tinha sido concebida por “*João Afonso, Mestre dos Sinos*”. A actividade deste prolixo escultor e da sua oficina consegue-se acompanhar entre o ano de 1439 (túmulo de Fernão Gomes de Góis) e 1469 (escultura da Virgem com o Menino, da Igreja de Medelim, também datada por inscrição)<sup>58</sup>.

A escultura de Marecos é, por isso, um novo testemunho das produções do mais influente escultor do “segundo gótico” de Coimbra e um espelho da importância da oficina de Mestre João Afonso que, localizada em Coimbra, conseguiu impor-se no reino, “exportando” peças para zonas bem arredadas do aro de Coimbra, desde o Alentejo até à Galiza<sup>59</sup>.

## O ARMAMENTO

Como referimos, um dos aspectos mais notáveis e significativos do retábulo de Marecos é a iconografia militar. S. Jorge foi representado montando o cavalo com “sela francesa”, de arções elevados. Os arções são visíveis na zona frontal (ao centro) e na zona anterior (acompanhando a cintura e as costas do cavaleiro). O santo segura rédeas longas, retidas na mão esquerda, que se apresenta protegida por manopla, e o braço direito empunha uma comprida lança, que atravessa a composição obliquamente, e que espeta na boca do dragão. O cavalo não ostenta protecções, sendo bem visíveis as crinas pendentes do pescoço. Este aspecto indica que, apesar do focinho do animal estar ausente por fractura, também não devia apresentar viseira ou outro tipo de protecção.

Para protecção de cabeça, S. Jorge ostenta um bacinete ao qual apenas falta a viseira, que não foi representada. No entanto, são bem visíveis, de ambos lados, os encaixes laterais para esta peça. Neste pormenor, a escultura de Marecos aproxima-se muito do Retábulo de Eira Pedrinha. A opção de não incluir a viseira do bacinete permitiu ao escultor representar a face do santo, com feições correc-tíssimas e com a barba magnificamente tratada. É particularmente significativa a forma como a barba foi tratada, sobretudo o bigode, comprido, terminando em pequena espiral, que tem paralelo noutras produções de Mestre João Afonso. O corpo do Santo encontra-se protegido por um arnés integral, peça de armamento defensivo que se difunde entre nós apenas nos finais do Séc. XIV, depois de 1385 e antes de 1398. A crer no relato de Fernão Lopes, D. João I e Nuno Álvares Pereira não se apresentaram

<sup>53</sup> Cf. *Ai Confini della Terra. Scultura e Arte in Portogallo 1300-1500*, Milano, Electa, 2000, N° 57.

<sup>54</sup> Cf. *Ai Confini della Terra. Scultura e Arte in Portogallo 1300-1500*, Milano, Electa, 2000, N° 93.

<sup>55</sup> Reinaldo dos Santos, *A Escultura em Portugal*, vol. 1, Lisboa, 1948, p. 47, que definiu a produção do “Mestre de Alhadas” a partir da Stª. Luzia da Igreja matriz de Nossa Senhora de Alhadas.

<sup>56</sup> É assim que algumas peças surgem atribuídas no catálogo *Ai Confini della Terra. Scultura e arte in Portogallo 1300-1500. Milano, Electa, 2000*.

<sup>57</sup> Pedro Dias, *A Escultura de Coimbra. Do Gótico ao Maneirismo*, Coimbra, CMC, 2003, p. 49; vd. tb. Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal*, vol. 2, *O Gótico*, Lisboa, Ed. Presença, 2002, p. 171; Maria José Goulão, *Expressões Artísticas do Universo Medieval*, Lisboa, 2009, p. 37.

<sup>58</sup> Sobre as produções de Mestre João Afonso veja-se o que escrevemos em Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal*, vol. 2, *O Gótico*, Lisboa, Ed. Presença, 2002, pp. 170-176.

<sup>59</sup> Cf. Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal*, vol. 2, *O Gótico*, Lisboa, Ed. Presença, 2002, p. 171.

em Aljubarrota envergando arnês integral porque este ainda não se usava entre nós<sup>60</sup>. Mas o referido Retábulo de Eira Pedrinha, datado por inscrição da Era de 1436 (A.D. 1398), já apresenta um arnês integral. E a partir de então não só as representações iconográficas se multiplicam (jacentes de D. João I (1415-1430), de D. Pedro de Meneses (c. 1437), de D. Duarte (c. 1438), de Fernão Gomes de Góis (1439-40), etc), como a própria documentação escrita passa a referir elementos que integravam o arnês. Infelizmente, no caso de Marecos, o escudo que S. Jorge segura impede-nos de conhecer melhor o seu arnês de corpo. Mas é perceptível o arnês de braços e a ombreira do lado direito, formada por lâminas sobrepostas, e o arnês de pernas, com a sua joelheira, de igual tipologia. Sobre a couraça<sup>61</sup> e o espaldar<sup>62</sup> foi representado o boldrié<sup>63</sup>, composto por uma tira (de couro ou de tecido) colocada à tiracolo, que remata, nas costas, em peça circular vazada. O escudo que o santo segura é, naturalmente, um escudo de tipo francês, recto em cima e levemente apontado em baixo. Esta tipologia de escudos tinha-se imposto ao velho escudo de tipo normando desde os anos trinta do século XIII. Apresenta, na sua face visível, uma cruz em relevo, que seria, por certo, pintada a vermelho e colocada sobre fundo branco. Era, portanto, a “Cruz de S. Jorge”, que o próprio D. João I usou bordada no seu loudel durante a Batalha de Aljubarrota<sup>64</sup>. A cruz da nossa escultura ostenta remates flordelizados antecidos por aneletes, e apresenta ao centro, na intercepção dos braços, um campo quadrado. Cópia, portanto, os modelos em voga na ourivesaria portuguesa de então. Nos pés do santo são visíveis duas magníficas representações de esporas de roldana (com dez puas representadas na espora do pé esquerdo). E, neste caso, até a espora do pé direito, que fica na “face oculta” do relevo, é visível. Estas representações de esporas de roldana contam-se entre as melhores que conhecemos na escultura gótica portuguesa não funerária. Por fim, registemos a presença da espada embainhada, parcialmente ocultada pelo escudo, mas onde ainda se consegue ver parte das guardas da arma: a guarda principal que se curva levemente sobre a lâmina, acompanhada de uma guarda subsidiária que se representou fechada, em forma de círculo, colocada junto da lâmina. Estamos, desta forma, perante uma das mais antigas representações iconográficas do sistema de empunhadura que haveria de originar as chamadas “*guardas portuguesas*”, circunstância que confere um interesse acrescido a esta peça.

O dragão, por seu turno, é um animal magnificamente modelado, com pormenores gráficos assinaláveis, como as escamas do corpo, a penugem das asas ou a cauda enrolada em espiral. A Princesa, filha do rei Silene, representada à esquerda da cena, apresenta-se, como usualmente, em pé, com vestes caindo em pregas bem modeladas, corpo dominado pela silhueta em S alongado, ostentando uma coroa na cabeça.

A cópia executada para a Ermida de S. Jorge, no Cemitério de Marecos, apesar de ter sido realizada à mesma escala que o original, e provavelmente à vista deste, revela uma qualidade que fica muito aquém da escultura medieval. O seu autor, que deve ter executado a cópia para substituir o original entretanto em vias de ser recolhido no museu penafidense, aproveitou a ocasião para corrigir as duas ausências por fractura. Com efeito, o relevo que se encontra na empena da capela mortuária do Cemitério de Marecos, a alguns metros da igreja paroquial, representa o cavalo com focinho e reconstituiu a perna fracturada de S. Jorge. Mas, apesar do esforço do seu autor, não consegue igualar a elegância do original mediévico.

Resta-nos abordar a datação do retábulo de Marecos. Como já deixamos entender pelos paralelos convocados, a escultura de S. Jorge combatendo o Dragão deve ser enquadrada nas produções da oficina de Mestre João Afonso. A sua execução situa-se, por isso, entre 1439 e 1469. Atendendo

<sup>60</sup> Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, Parte II, Ed. de William J. Entwistle, Lisboa, INCM, 1977, p. 85.

<sup>61</sup> Peça do arnês que protegia a parte frontal do tronco do cavaleiro.

<sup>62</sup> Peça do arnês que protegia as costas do cavaleiro.

<sup>63</sup> Do francês *baudrié*, designa o sistema de correias, de couro ou de tecido, usado para suspensão da bainha da espada.

<sup>64</sup> Cf. Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, Parte II, Ed. de William J. Entwistle, Lisboa, INCM, 1977, p. 85. Sobre o Loudel de D. João I, que se conserva no Museu Alberto Sampaio, em Guimarães, veja-se Maria José Mendonça, Maria José Taxinha e Maria Emília Amaral Teixeira, *O Loudel do Rei D. João I*, Lisboa, 1973.

à tipologia da espada, poderíamos ser levados a atribuir esta escultura aos meados do século ou até já à segunda metade da centúria, tendo em mente os paralelos que encontra nas pinturas de Nuno Gonçalves<sup>65</sup>. Mas devemos chamar a atenção para o facto de, no túmulo de Fernão Gomes de Góis, na Igreja Matriz de Oliveira do Conde, executado entre 1439 e 1440, já se representar uma espada desta tipologia. E de se conhecerem várias esculturas que, pese embora sem datação tão exacta, têm sido atribuídas ao terceiro quartel do século XV e que apresentam espadas deste modelo<sup>66</sup>.

Desconhecemos quem encomendou esta requintada peça para a Ermida de Marecos. Mas ela obedece bem à sensibilidade devocional do reino nestas décadas centrais de Quatrocentos, onde o culto a S. Jorge, patrocinado pela própria casa real portuguesa, ganhou muitos adeptos. Apesar do desgaste imposto pela prolongada exposição às agruras do clima, a escultura retabular de Marecos continua a ostentar uma enorme qualidade, bem merecendo que seja resgatada ao injusto esquecimento a que esteve votada.

---

<sup>65</sup> Nos Painéis de São Vicente e na tábua de S. Paulo, ambos do MNAA, encontramos espadas com guardas portuguesas que devem ser aproximadas da que aqui nos ocupa.

<sup>66</sup> Veja-se Henrique Seruca, *Os Painéis de Nuno Gonçalves. Religião e Política*, Lisboa, Scribe, 2013, pp. 82-92, sobretudo pp. 86-88.







**Fig. 1** – Ermida de S. Jorge (Marecos)



**Fig. 2** – Cópia do Retábulo, na Ermida de S. Jorge



**Fig. 3** – Retábulo de S. Jorge



**Fig. 4** – Pormenor de S. Jorge



**Fig. 5** – Pormenor de S. Jorge (Face)



**Fig. 6** – Pormenor da espada



**Fig. 7** – Pormenor de S. Jorge (espaldar)



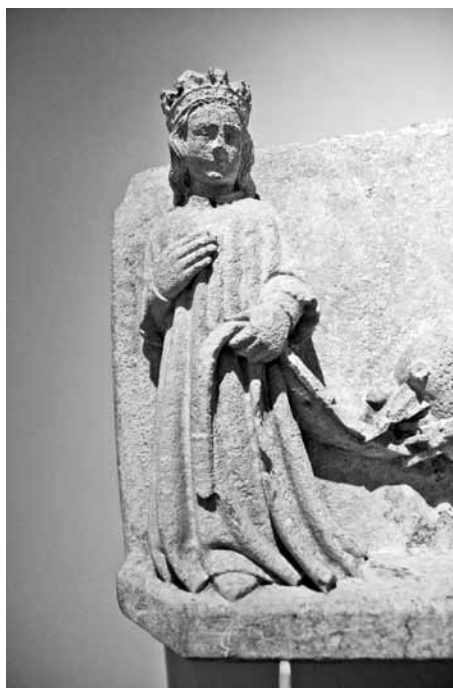
**Fig. 8** – Pormenor de S. Jorge (Escudo)



**Fig. 9** – Pormenor de S. Jorge (Esporas)



**Fig. 10** – Pormenor do Dragão



**Fig. 11** – Pormenor da Princesa



**Fig. 12** – Pormenor da Princesa (Face)

# MARCAS DE LA *COHORS I CELTIBERORVM* HALLADAS EN EL CAMPAMENTO ROMANO DE CIDADELA (SOBRADO DOS MONXES, A CORUÑA)

José Manuel Caamaño Gesto<sup>1</sup>  
Erik Carlsson-Brandt Fontán<sup>2</sup>

**A Fernando Acuña, compañero y amigo**

## RESUMO:

Com este traballo pretendemos sintetizar as diferentes tipoloxías de selos da *cohors I Celtiberorum*, unidade auxiliar estacionada no forte romano de Cidadela (Sobrado dos Monxes, A Coruña). Partindo dos grupos de legendas encontrados en materiais latericios, trataremos de definir as múltiples variantes de cunhos usados na marcação desses materiais, principalmente sobre tegulae e en menor cantidade en ladrillos. Para aléms disso, trataremos de analizar outras cuestións como o contexto arqueolóxico dos achados, cuestións relacionadas con o proceso produtivo e a función das marcas presentes neste sitio arqueolóxico.

**Palavras-chave:** selo, militar, material laterício, forte

## ABSTRACT:

In this paper, we summarize the different types of stamps belonging to the *cohors I Celtiberorum*, an auxiliary unit stationed in the Roman fort of Cidadela (Sobrado dos Monxes, A Coruña). Based on the types found organized in several groups, we will attempt to define the multiple variants of dies used to mark clay materials, predominantly on tiles and to a lesser extent on bricks. Also, we will try to analyze other issues such as the archaeological context of their finding and issues arising from the production process and the role that these marks had on this site.

**Keywords:** stamp, military, brick and tile, fort

## 1. INTRODUCCIÓN

El campamento romano de Cidadela se sitúa en el concello de Sobrado dos Monxes (A Coruña), en una altiplanicie a 480 m. s. n. m. limitado por la conjunción de los ríos Cabalar y Pequeno (Fig. 1, 1). Se inserta en un marco geográfico creado por los valles formados entre la Serra do Monte da

---

<sup>1</sup> Profesor Titular de Arqueología, Departamento de Historia I, Facultade de Xeografía e Historia de la Universidade de Santiago de Compostela (USC).

<sup>2</sup> Doctorando del Departamento de Historia I, Facultade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela (USC). erik.carlssonbrandt@gmail.com

Corda y las estribaciones de la vecina parroquia de Curtis. La filiación militar del yacimiento ya fue apuntada por Ángel del Castillo (1935), pero no sería hasta más tarde cuando se identificó como la *cohors prima Celtiberorum* gracias a los abundantes restos epigráficos (Caamaño Gesto 1984). Se trata, por tanto, de una unidad *equitata*, dependiente de la *legio VII gemina*, estacionada en León. A juzgar por las moderadas dimensiones (Fig. 1, 2), alrededor de 2,4 hectáreas, este espacio acogería con cierta seguridad a los efectivos de una unidad *quinguenaria*. Existen importantes lagunas respecto a los orígenes de la *cohors*, pues las primeras evidencias epigráficas con que contamos son varios diplomas de inicios del s. II d.C. hallados tanto en *Britannia* como en el Norte de África (Costa García 2009: 218). Sabemos que posiblemente se traslada a la región Galaica en un momento impreciso entre finales del reinado de Trajano y con mayor seguridad durante el de Adriano (Caamaño Gesto 1987: 75-76). El primer testimonio epigráfico de la presencia de este destacamento en Hispania viene dado por la *tabula hospitalis* de Castromao, datada con exactitud en el 132 d.C., entre el prefecto de la *cohors I Celtiberorum*, *C. Antonius Aquilus Nouaugustanus*, y el *populus* de los *Coelerni*. La presencia de un mando militar en este documento nos sugiere que dicha unidad estuviera en activo con cierta anterioridad en esta región. Permanecerá en el lugar de Cidadela desde inicios del siglo II d.C. hasta la baja romanidad cuando, según nos informa textualmente la *Not. Dign. Occ.* (XLII, 30) “*tribunus cohortis celtiberae brigantie, nunc iuliobriga*”, se traslada esta unidad a *Iuliobriga* en una fecha que no podemos precisar con seguridad. Considerando que este texto está escrito durante el s. IV d.C., indicaría que este hecho se produciría con anterioridad.

Geográficamente hablando, Cidadela se encuentra situada a una distancia equidistante de dos núcleos de importancia como son *Brigantium* y *Lucus Augusti*, la capital conventual. Esta unidad garantizaría, en gran medida, el control estratégico del paso entre la costa y el interior (Caamaño Gesto y Fernández Rodríguez 2000: 207), especialmente por la cercanía de la vía XX *per loca maritima*, extensión de la XIX (Braga-Lugo-Astorga) que conecta la zona litoral con esta vía en dirección al interior peninsular. Asimismo, la amplitud y flexibilidad del espacio en el que ejerce su actividad, manifestada una vez más gracias a la *tabula hospitalis* de Castromao, localizada a más de 100 km del campamento y en el vecino *conventus bracarenensis*. A menor escala, el campamento actuaría de centro administrativo de su propio territorio. En sus inmediaciones se encuentran no solo elementos militares dependientes como la torre de vigilancia localizada en A Medorra das Fanegas (Caamaño Gesto & Criado Boado 1992), sino también un hábitat civil en la actual aldea de Ínsua (*Insula*), posible *uicus* asociado al campamento y toda una serie de castros descubiertos en sus proximidades<sup>3</sup>.

La dilatada investigación en este yacimiento comienza a principios del siglo XX identificándose como una estación del Itinerario de Antonino (García Romero 1909), aunque contamos con referencias de la existencia de “exploraciones” puntuales con anterioridad, a finales del siglo XIX (Costa García 2013a: 111). Descartada ya esta interpretación, la primera intervención se realiza durante la década de los treinta, de mano de Ángel del Castillo, con limitados resultados. No es hasta el año 1981 cuando se inician las intervenciones sistemáticas bajo nuestra dirección, trabajos que se desarrollaron –con algunas interrupciones–, hasta la última campaña realizada en 2010<sup>4</sup>. Fruto de esta actividad a lo largo de los años, han salido a la luz diversas edificaciones como el *praetorium* y los *principia* del campamento. Han sido descubiertos, asimismo, parte del sistema defensivo (murallas, *interuallum* y foso). Con la partida de la unidad militar romana, el yacimiento es reocupado y presenta varias fases subsiguientes de ocupación civil hasta el siglo VII-VIII (Costa García, Rodríguez Álvarez, Varela Gómez, 2001).

<sup>3</sup> Ninguno de los castros han sido objeto de intervención por lo que no podemos asegurar su coexistencia con el fuerte de Cidadela.

<sup>4</sup> Se han realizado un total de 15 campañas dirigidas por José Manuel Caamaño Gesto en los años 1981, 1983, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993; codirigidas con Carlos Fernández Rodríguez en 1996 y 1997, y con Emilio Ramil González en 2006, 2007, 2008, 2009 y 2010.

## 2. MARCAS DE LA *COHORS I CELTIBERORUM*

En el campamento romano de Cidadela se han hallado un amplio abanico de materiales de construcción latericios, destacando la cuantiosa presencia de elementos de cubrición como *tegulae* e *imbrices* y, por otro lado, ladrillos o *lateres* (Caamaño Gesto y Fernández Rodríguez 2006; Carlsson-Brandt, 2011). Casi todas las marcas aparecen sobre *tegulae*, con la excepción de una minoría que está estampada en ladrillo (Fig. 3, 7). Este hecho no resulta sorprendente ya que este tipo de material aparece con poca frecuencia en el yacimiento y, en el caso de los *imbrices*, no se ha localizado marca alguna. Procedentes del fuerte, han sido catalogados 778 ejemplares, algunos muy fragmentados, por lo que no han podido ser correctamente identificados<sup>5</sup>. El número de marcas adscritas a alguno de los grandes grupos que describiremos a continuación suman un total de 479 (ver Fig. 4, 1).

Generalmente las tejas presentan una pasta de buena calidad y poco friable. La arcilla, de procedencia local, ha sido seleccionada cuidadosamente, con pocas impurezas, utilizándose en algunos casos desgrasantes de cuarzo. Fueron sometidas a una buena cocción que le ha conferido una gran dureza, hasta el punto que la característica acidez del suelo de Galicia que tanto afecta a otras producciones cerámicas, apenas las han alterado.

La morfología más abundante que adoptan las estampillas es la rectangular con las esquinas redondeadas, aunque en algunos casos las líneas no son totalmente rectas y las esquinas no siempre están bien redondeadas, si bien esto es achacable a defectos de impresión. Aparte de este tipo, aparecen con menos frecuencia otras también rectangulares, pero con las esquinas en chaflán o en ángulo recto.

Los sellos, cuyas letras aparecen en relieve, son muy variados. A lo largo de distintas campañas de excavación se han documentado al menos dieciocho modalidades distintas, diferenciadas en función de parámetros de forma y dimensiones del sello, de la grafía y tipo de letras. Todos los sellos se basan en fórmulas abreviadas del nombre de la unidad: *cohors prima celtiberorum* o en su variante utilizando el numeral, *cohors I celtiberorum*. No obstante, a partir de la fórmula utilizada se reduce a solo cinco grupos diferenciados (ver clasificación en Fig. 2) con las leyendas *CPC* y *COHIC*, las más abundantes, mientras que con menor frecuencia aparecen marcas con las letras *CIC*; *CHOIC* y *CHO[---]*.

La existencia de una variada tipología de sellos, nos lleva a pensar que casi la totalidad de improntas se realizaron con cuños de madera, que al deteriorarse fácilmente obliga a la fabricación de otros nuevos que no siempre respetaban las grafías y leyendas anteriores. Asimismo existe la posibilidad de que fueran realizadas con cuños de arcilla cocida (Brodridd 1987: 119). Por otro lado existen algunas marcas cuyo fondo presenta una gran nitidez (Tipo 8), sin presencia de rebabas, lo que nos lleva a pensar que la matriz utilizada, era de naturaleza distinta a la de otros sellos, posiblemente era de metal (Brodridd 1987: 118-120).

### 2.1. Grupo *CPC* – *C(ohors) P(rima) C(eltiberorum)*

- Tipo 1. Cartucho rectangular con las esquinas redondeadas con la leyenda *CPC* sin interpunción. Se caracteriza porque la letra *P*, cierra su parte curva con la vertical y las letras tienen un grosor de 1 cm. Que es mayor que el que presenta el tipo 2.
- Tipo 2. Cartucho idéntico al tipo 1, pero las letras presentan un menor grosor, en concreto, 0,5 cm, y tienen mayor altura. También el rasgo curvo de la *P* es más pequeño que el tipo 1 y se cierra más arriba (Fig. 3, 3).
- Tipo 3. Cartucho rectangular con las esquinas redondeadas, como los anteriores, pero con una altura mayor. Las letras son algo más anchas. La *P* no cierra el rasgo curvo y el trazo vertical de

---

<sup>5</sup> La primera vez que se identificaron estas marcas fue en la campaña de excavación de 1981 y dadas a conocer por Caamaño Gesto (1984: 248).

la misma en su parte superior, se prolonga con un apéndice horizontal. El grosor de las letras es algo más de 1 cm (Fig. 3, 4).

- Tipo 4. Cartucho igual que los anteriores, la variedad está en la leyenda C P C, en que la P está invertida y presenta en su parte central lo mismo que la segunda C un apéndice horizontal.
- Tipo 5. Cartucho similar a los anteriores. Las dos ces (C), llevan en su parte central interior un apéndice horizontal. La letra P es más ancha que la de otros sellos y su trazo curvo es de pequeñas dimensiones y casi circular. La anchura de su pie es de 1,5 cm.
- Tipo 6. Cartucho rectangular con esquinas redondeadas. Se trata de un sello más alto que los anteriores. La segunda C es muy cerrada y más gruesa que esta misma letra de otros ejemplares alcanzando los 2 cm.
- Tipo 7. Cartucho como los anteriores. Con letras de muy buena factura y la P presenta en su parte superior un apéndice horizontal. La anchura de las letras es de 0,6 cm.
- Tipo 8. Cartucho igual que los citados. Marca retrovertida. El trazo vertical de la P se remata en su parte superior en un apéndice horizontal y su pie se apoya en un apéndice o línea horizontal. Anchura de las letras 0,5 cm. El fondo de la estampilla presenta una gran nitidez, lo que nos lleva a pensar que la matriz utilizada era de naturaleza distinta a los otros sellos, posiblemente metálica.

## **2.2. Grupo COH I C – COH(ors) I C(eltiberorum)**

- Tipo 9. Cartucho rectangular con las esquinas redondeadas con la leyenda COH I C. Se caracteriza esta marca porque la O es de menores dimensiones que las otras letras y porque el ordinal I presenta en su parte superior un trazo horizontal (Fig. 3, 5).
- Tipo 10. Marca similar a la anterior, las diferencias están en que la O es de mayores dimensiones que la anterior y el ordinal I, a diferencia del anterior presenta también un trazo horizontal, pero en su parte inferior (Fig. 3, 1).
- Tipo 11. Cartucho como los anteriores, si bien la primera C presenta en su parte central exterior un apéndice horizontal que enlaza con la pared del sello. El ordinal I muestra un trazo horizontal en su parte inferior.
- Tipo 12. Sello rectangular con las esquinas redondeadas que se caracteriza por su estrechez de tan solo 3 cm., mientras que los demás excepto los tipos (13, 14 y 15), tienen anchuras que oscilan entre los 4 y los 6 cm. El ordinal I revela un trazo horizontal tanto en su parte superior como inferior.
- Tipo 13. Sello rectangular, pero con las esquinas en ángulo recto. Muy estrecho, de tan solo 2 cm, con la leyenda COH I C.
- Tipo 14. Cartucho muy similar al anterior, también con solo 2 cm de anchura, pero que a diferencia del citado anteriormente, se trata de un sello rectangular con las esquinas redondeadas.
- Tipo 15. Sello rectangular con las esquinas en chafán. El cartucho también estrecho con solo 2,7 cm. El numeral I, ofrece un rasgo horizontal en su parte superior. Existe otro tipo de sello similar a este, cuya anchura total no está definida, debido a su fragmentación, pero que la conservada es mayor que la de este sello, lo que nos hace pensar que se trata de otro sello distinto, si bien no podrá ser correctamente identificado hasta que se recupere algún ejemplar en mejor estado de conservación (Fig. 3, 2).

## **2.3. Grupo C I C – C(ohors) I C(eltiberorum)**

- Tipo 16. Cartucho rectangular con las esquinas redondeadas y leyenda C I C. Presenta interpunción de puntos, si bien no del todo circulares. El ordinal I está rematado en su parte superior



e inferior por un trazo horizontal. Este formulario C I C, es el que con más frecuencia aparece en las inscripciones en piedra de esta unidad militar.

#### **2.4. Grupo CHO I C – C(o)HO(rs) I C(eltiberorum)**

- Tipo 17. Sello rectangular con las esquinas redondeadas y una leyenda muy similar a la de COH I C, pero como puede observarse con el orden de letras alterado, quizás ello se debe a algún error del artífice que realizó el sello, como sucede con las marcas tipo 5, 8 y 18.
- Tipo 18. Sello rectangular con las esquinas en ángulo, que antes del inicio de la leyenda presenta una decoración a modo de peine, en relieve, con un grueso trazo horizontal del que salen hacia arriba y hacia abajo líneas verticales. No conocemos ningún sello completo y en todos ellos falta el remate. La leyenda conservada es CHO[–]. Hemos encontrado alguna marca con el numeral I, por lo que proponemos que la lectura total de la leyenda sería CHO[I C] (Fig. 3, 6).

### **3. PROCEDENCIA Y CONTEXTO ARQUEOLÓGICO**

Las distintas campañas de excavación no nos han permitido comprobar si existía alguna diferenciación entre niveles para establecer una secuencia cronológica de los varios tipos de marcas. Los resultados obtenidos hasta el momento no permiten realizar correspondencias entre las distintas marcas y determinados niveles estratigráficos dentro de alguna de las tres fases de ocupación romana en Ciudadela. Los datos no proporcionan el suficiente detalle como para asignar una cronología específica a cada marca, ya que por lo general, aparecen indistintamente en los diversos niveles estratigráficos. El horizonte cronológico de uso de estas marcas se situaría con seguridad entre fines del primer tercio de s. II d.C. hasta, al menos, mediados/finales del III d.C.

Las únicas consideraciones que podemos realizar se centran en la relación entre el inicio del uso marcas sobre material constructivo y las estructuras más antiguas del campamento (Fase I). Ejemplo de ello son un conjunto de canalizaciones correspondientes a esta temprana etapa que transcurren, por un lado, debajo de la edificación identificada como el *praetorium* (Fig. 1, 3, 3) y, por otro, actuando como desagües de los *principia* (Fig. 1, 3, 1). Ambas estructuras de evacuación de agua están dispuestas a partir de la utilización de *tegulae* para crear el canal, presentando la particularidad de que no ostentan marca alguna<sup>6</sup>. En la gran canalización del *praetorium*, con ocasión de la reforma del edificio (Fase II), se inhabilita parte de la canalización obligando a realizar una reforma para desviar su curso. Esta reparación se realiza mediante *tegulae* que presentan estampación. Esta “ausencia” inicial nos indica con probabilidad el hecho de que la unidad no se encontrase en el lugar cuando se erigieron las más antiguas edificaciones al norte de la *uia principalis* (Costa García 2013b: 223). Sin embargo, en la campaña de 2010 durante la intervención en la edificación (Fig. 1, 3, 5) paralela a la *uia principalis* y a escasos metros de la *porta principalis dextra*, se localizó un ejemplar del escaso tipo 18 en un nivel estratigráfico coetáneo al rebanco de cimentación de la edificación correspondiente con las primera fase de construcción del campamento (Fase I), lo que supone que podría corresponderse con uno de los ejemplares marcados más antiguos. Con todo, debe considerarse que las diferentes construcciones de las fortificaciones no se erigían a un tiempo, pudiéndose reconocer varias fases constructivas (Davinson, 1989: 213-214).

Tampoco existe una diferenciación a la hora de cubrir un edificio con un modelo de teja con un determinado tipo de marca, sino que encontramos tejas con distintos sellos. No obstante comprobamos que sí existe un predominio de un tipo de sellos, en comparación con otros, en determinados edificios

---

<sup>6</sup> Las canalizaciones de desagüe de los *principia* presentan reducidas dimensiones, alrededor de 3 m de largo y formadas por una alineación de cinco *tegulae*, frente a la gran canalización del *praetorium* que recorre de Norte a Sur con 32 m de recorrido formado por 61 *tegulae* alineadas.

como puede ser los *principia* situado en el centro del mismo, en el que la marca que más abunda es el grupo de *COH I C*, mientras que el otro edificio central que es el *praetorio* la marca más abundante es la *C P C*. No obstante y en función de los resultados hasta ahora obtenidos, pensamos que la gran variedad de sellos es más o menos coetánea, sin que se produjera una elaboración siguiendo un orden cronológico de fabricación o de moda.

### 3.1. Exterior del Fuerte

Las únicas tejas con marca del exterior del campamento proceden de la excavación de un puesto de vigilancia romano conocido por el nombre de “Medorra de Fanegas”. Se trata de un túmulo megalítico sobre el cual en época romana se establece un pequeño edificio rectangular utilizado como puesto de vigilancia y control (Caamaño Gesto; Criado Boado 1991-1992: 87). Las marcas son variadas y muestran textos *C P C* y *COH I C*.

También fuera del campamento se encontraron marcas en un basurero ubicado detrás de un posible *titulum* existente frente a la *porta principalis sinistra* (Fernández Rodríguez; Caamaño Gesto 1997: 19), si bien este, considerando tanto su ubicación como el tipo de materiales documentados, sería muy probablemente resultado de la acumulación de desechos procedentes del interior del campamento.

En la excavación de la parte interna del lienzo Oeste de la muralla, pudimos comprobar como con posterioridad al abandono campamental se realiza un relleno a modo de rampa interior con tierra y materiales arqueológicos. Estos con toda seguridad proceden de yacimientos extra campamentales o del *uicus*. No obstante entre los variados materiales catalogados no documentamos tejas con marca.

## 4. LA PRODUCCIÓN DE LAS *FIGLINAE* MILITARES

Paralelamente a la progresiva “petrificación” de los asentamientos de unidades militares durante el periodo julioclaudio, se produce el inicio del fenómeno de la marcación de los materiales, con los ejemplos más antiguos de inicios del reinado de Claudio, pertenecientes a la *legio IV macedonica* estacionada en Mainz (Peacock 1987: 137). Frente a la abundancia de materiales latericios sellados en las regiones septentrionales del imperio (in extenso del limes renano-danuviano), contrasta la moderada aparición de tejas y ladrillos sellados en el territorio hispano, motivada en gran parte por la reducida presencia militar partir de época flavia (Morillo Cerdán 2013: 289). En otros territorios como *Britannia*, debido a los ritmos de conquista, los ejemplares de *tegula* se detectan a partir de la segunda centuria (Peacock 1987: 137). En *Hispania*, con el advenimiento de la dinastía flavia, se estandariza la práctica de marcación de materiales. Hasta un total de cinco unidades militares han sido atestiguadas en la península a partir de sus diferentes producciones latericias, de diferentes periodos: la *legio X Gemina* en Rosinos de Vidriales (Martin Vals et alii 2002); la *legio VII gemina* con su sustancial producción en León y Rosinos de Vidriales (Morillo Cerdán 2013); el *ala Parthorum* en Herrera de Pisuerga (Pérez González 1996); el *ala II Flavia* en Rosinos Vidriales (Carretero, Romero Carnicero 1996: 34); y por último, la propia *cohors I Celtiberorum* en Ciudadela. La problemática a la hora de abordar el estudio de los hornos de producción cerámica, radica en la identificación de estas estructuras con una producción militar, puesto que es la propia aparición de materiales marcados la única evidencia que nos permite identificar estos centros Morfológicamente no existen distinciones aparentes entre los destinados a uso civil de aquellos para uso militar (MacWhirr 1979: 97; Le Roux 1999: 122). Por un lado, han sido identificados ejemplos de alguno de estos lugares de producción asociados en las cercanías de campamentos como Holt (MacWhirr 1979: 98), o aquellos hallados en la zona del limes germano en Holdeurn (Nijmegen), Abbach (Raetia) y Nied (Germania Superior) (Kurzmann 2006: 17). Por otro lado, pese a no ser frecuente, el transporte a larga distancia también se detecta a partir de la dispersión de ciertas producciones halladas en múltiples destacamentos, aprovechando el Rin como vía de transporte (Peacock 1987: 145; Kurzmann 2006: 83).

En ocasiones no es posible detectar alfares próximos a los propios campamentos, en este sentido, yacimientos como Candaneda de Fenar (León), un alfar compuesto por varios hornos que presentan restos de materiales con marcas de la *legio VII gemina*, e identificado como uno de los talleres que abastecen a esta unidad, está situado a más de 30 km de León (Morillo Cerdán 2008: 289). Por otro lado, la hipótesis por la cual las *figlinae militares* desplazan las producciones locales no siempre suele coincidir con la realidad arqueológica, como sucede en el caso del campamento de Baños de Bande (*Aquis Querquennis*), donde aparecen hasta cinco marcas diferentes sobre *tegula* que hacen referencia a *figlinarii* civiles (Rodríguez Colmenero 2006: 160-174). Las únicas evidencias que apuntan a la identidad de la unidad acantonada en Baños están representadas por cuatro dudosos ejemplos de marcas –una estampilla y tres marcas digitales–, sobre la arcilla y que reproducen una misma leyenda *C III* que podría leerse como *C(ohors) III* (Rodríguez Colmenero 2006: 629-630), un cuerpo militar auxiliar hasta la fecha no documentado (Costa García 2013b: 131-132). La posible convivencia de productos civiles y militares está atestiguada en Ciudadela por la aparición de la presencia de la un único sello también en teja que es rectangular con las esquinas redondeadas y que está fragmentado impidiendo ver las últimas letras de la inscripción *EX OF L[---]* (Fig. 4, 2), ignorando si corresponde a un alfarero militar del campamento o si se trata de un producto importado de una *officina* foránea.

Un alto volumen de marcas, plantea la posibilidad de una producción de tejas elaboradas en talleres dependientes del ejército, posiblemente con la finalidad principal de satisfacer las necesidades del campamento, pero también podían ser utilizadas en los establecimientos civiles del entorno. Sin embargo esta última hipótesis no podrá ser evaluada en Ciudadela hasta que se localicen las zonas de producción y se realicen excavaciones en el *uicus* y otros yacimientos cercanos, ya que las prospecciones en superficie han proporcionado datos limitados. No obstante pensamos como opina Le Roux (1999: 116), la producción de materiales latericios en los talleres militares tendría fundamentalmente una finalidad de autoabastecimiento, incluyendo también al menos las necesidades de los *uici* civiles. En el caso concreto de Ciudadela como indicamos con anterioridad, el *uicus* se ubicaría bajo la cercana población de Ínsua al Oeste del fuerte (Caamaño Gesto y Fernández Rodríguez 2006: 168). Durante la campaña de prospecciones realizada en 1996, se exploró intensivamente los alrededores del yacimiento así como diversos puntos del territorio circundante. En esta aldea de Ínsua se registran las mayores concentraciones de materiales, destacando un conjunto de ladrillos *bessales* hallados a 200 m de su actual centro y cercano al curso del río Cabalar. Pese a no ser localizados claros indicios de la presencia de estructuras, esta localización muestra un gran potencial para albergar una posible zona productiva, debido a la idónea disponibilidad de materias primas. La producción de material latericio se realizaría, por tanto, fuera del recinto ya que en su interior únicamente se instalarían hornos de tipo doméstico, como los localizados en el *intervallum* adosado al lienzo Oeste de la parte Norte de la muralla (Ramil González; Costa García; Caamaño Gesto 2011-2012: 276) (Fig. 1, 3, 9).

## 5. CONSIDERACIONES FINALES

Al igual que otras unidades militares asentadas en la *Hispania* romana, en Ciudadela la *cohors I Celtiberorum* marcará los materiales latericios presentes en muchas de sus estructuras. Las estampillas de origen y uso militar han pasado de ser una imagen estática, reducida al análisis epigráfico, a convertirse en elementos que no sólo nos permiten adentrarnos en la organización interna del propio campamento, sino que nos proporciona trazas de la interacción con el territorio en el que está inmerso. En nuestro caso, pese a no contar con el centro de producción, hemos intentado poner de relieve los datos extraídos de las abundantes campañas realizadas en este yacimiento de un material que con cierta frecuencia es desatendido.

La presencia de las marcas no es sino un elemento más dentro de un fenómeno más amplio, puesto que la utilización del *signum* o “firma” y/o de las “*tally marks*” (marcas de cómputo) nos proporcionan una

visión de cómo pudo desarrollarse el proceso productivo y la posible organización de las producciones. Las firmas y marcas de cómputo han sido identificadas frecuentemente en Cidadela (Carlsson-Brandt 2011: 170-171), cuya función no pasa de los límites de la *figlina*, mientras que las marcas o estampillas están hechas para que sean reconocidas fuera de este espacio (Charlier 1999: 189).

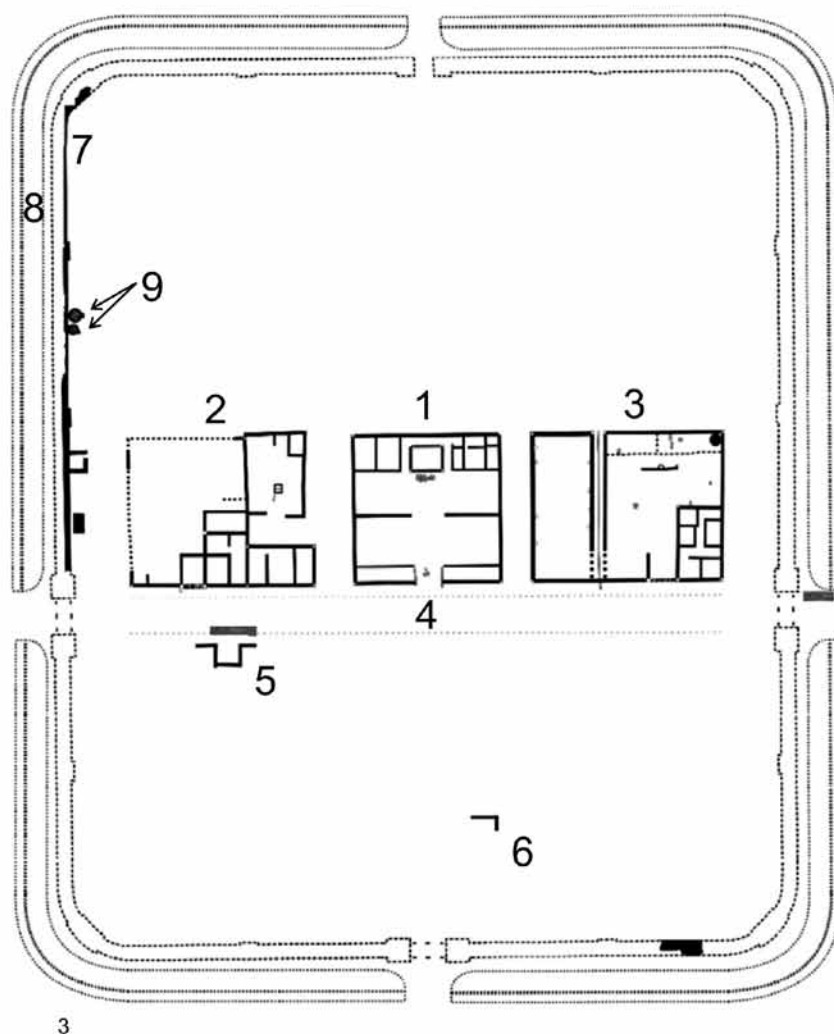
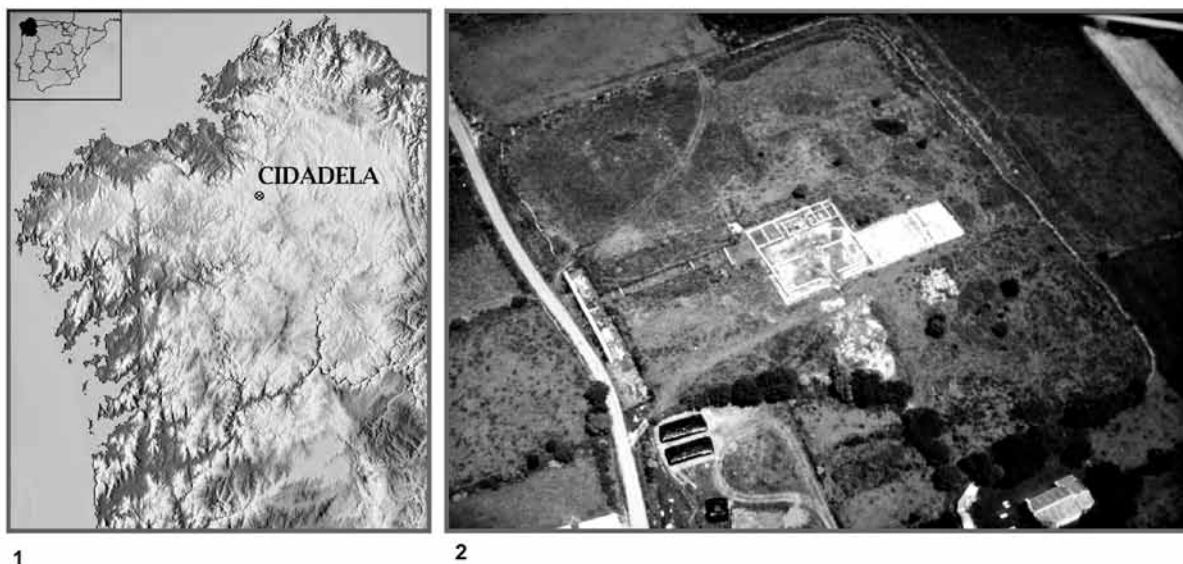
El debate acerca del propósito de la marcación de este tipo de materiales en contextos militares es copiosa (Szilagyi 1972; MacWhirr 1979; Brodribb 1987; Peacock 1987: 136-151; Kurzmann 2006, 201-208) y los argumentos esgrimidos varían desde el propósito de propiedad y autoridad jurídica –el empleado con más frecuencia–, a consideraciones derivadas del cómputo inherente al proceso productivo. Ante la dificultad de proporcionar nuevos argumentos a la, ya de por sí compleja cuestión, destacamos que, frente a realidades donde se produce una baja frecuencia de marcación como la *Galia*, en donde solo un 15% de los hornos hallados poseen materiales marcados (Charlier 1999: 185), o los centros del valle de Guadalquivir (Rico 1995: 182), el uso de marcas viene a responder a una necesidad específica. Esta necesidad, en el caso que nos compete, por un lado pretende demostrar el estatus jurídico del productor, puesto que se trata de una unidad militar; por otro destaca, asimismo, el posible intento de diferenciar sus materiales de otras producciones, justificado por la presencia de materiales marcados de una *figlina* civil o bien sencillamente respondiendo al aspecto más básico de propiedad y origen de las piezas.

## BIBLIOGRAFÍA

- CAAMAÑO GESTO, J. M. (1984), Excavaciones en el campamento romano de Cidadela (Sobrado dos Monxes, Coruña): memoria preliminar de la campaña de 1981, *Noticiario arqueológico hispánico*, 18, Madrid, Subdirección General de Arqueología pp. 233-254.
- CAAMAÑO GESTO, J. M. (1987), La cohors I Celtiberorum y su campamento de Cidadela (Sobrado dos Monxes - Coruña), *Cuaderno de Estudos Galegos*, XXXV, pp. 71-78.
- CAAMAÑO GESTO, J. M. (1989), Estampillas de la Cohors I Celtiberorum, halladas en el campamento romano de Cidadela, *Gallaecia*, 11, Universidad de Santiago de Compostela, pp. 209-228.
- CAAMAÑO GESTO, J. M.; CRIADO BOADO, F. (1991-1992), La medorra de Fanegas (Sobrado dos Monxes, Coruña) un monumento megalítico reutilizado en época Romana, *Brigantium*, 7, pp. 7-89.
- CAAMAÑO GESTO, J. M. y FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C. (2000), "Excavaciones en el Campamento romano de Cidadela (A Coruña)", *Brigantium*, 12, pp. 199-207.
- CAAMAÑO GESTO, J. M.; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C. (2006), Producción y comercialización en el campamento romano de Cidadela (sobrado dos Monxes, A Coruña). In MORILLO CERDÁN, A. (ed.), *Arqueología militar romana en Hispania II: producción y abastecimiento en el ámbito militar*, pp. 167-184.
- CARLSSON-BRANDT FONTÁN, E. (2011), El material constructivo latericio en el campamento romano de Cidadela (Sobrado dos Monxes, A Coruña), *Gallaecia*, 30, Universidad de Santiago de Compostela, pp. 167-180.
- CHARLIER, F. (1999), Les condition socio-juridiques du travail dans les tuileries d'après les marques sur les matériaux en Gaule et dans les autres provinces occidentales romaines. In ANNEQUIN, J.; GENY, E.; SMADJA, E. (Ed.), *Le travail. Recherches Historiques*, Paris, Institute de Sciences et Techniques de l'Antiquité, pp. 163-204.
- CARRETERO, S.; ROMERO CARNICERO, M<sup>a</sup> V. (1996), *Los campamentos romanos de Petavonium (Rosinos de Vidriales, Zamora)*, Zamora.
- COSTA GARCÍA, J. M. (2009), Tras los pasos de la *cohors I Celtiberorum*: evidencias arqueológicas. In *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología de Valladolid*, LXXV, pp. 201-222.
- COSTA GARCÍA, J. M. (2013a), Las primeras intervenciones arqueológicas en A Cidadela (Sobrado dos Monxes, A Coruña), *Gallaecia*, 32, Universidad de Santiago de Compostela, pp. 109-127.
- COSTA GARCÍA, J. M. (2013b), *Arqueología de los asentamientos militares romanos en la Hispania Altoimperial (27 a.C. – 280 d.C.)*. Tesis Doctoral Inédita. Santiago de Compostela.
- COSTA GARCÍA, J. M.; RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, E.; VARELA GÓMEZ, D. (2012), Del complejo militar romano al monacato altomedieval: aproximación a las transformaciones del espacio interior galaico entre los siglos I y X d. C. apartir

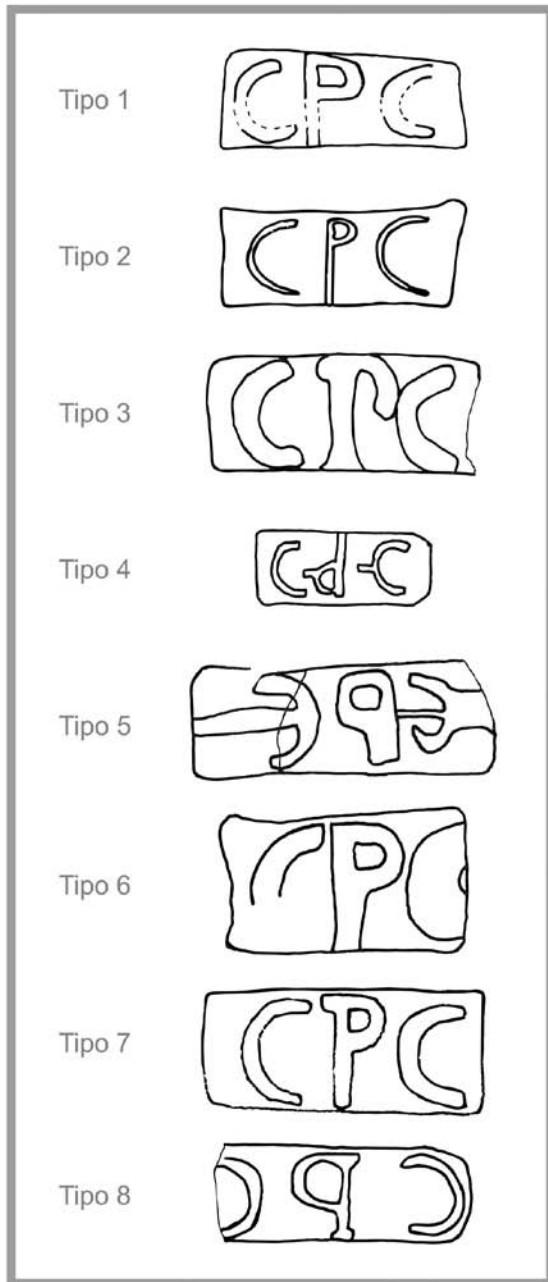
- de los asentamientos de A Cidadela (Sobrado dos Monxes, A Coruña). In Estrat Jove (Ed.), *Actas de las III Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. Vol. II, pp. 454-464.
- DAVISON, D. P. (1989), *The Barracks of the Roman Army from the 1st to the 3rd Centuries A. D. A comparative study of the barracks from fortresses, forts and fortlets with an analysis of building types and construction, stabling and garrisons* (3 Vols.), Oxford: Archaeopress. BAR International Series 472.
- DEL CASTILLO LÓPEZ, Á. (1931), Una Minerva de bronce, *BRAG*, XX, (231), pp. 55-58.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1970), Estudios sobre la Legio VII Gemina y su campamento en León. In *Legio VII Gemina*, León, pp. 569-599.
- GARCÍA ROMERO, C. (1909), Una estación romana desconocida, *BRAG*, III, (25), pp. 11-13.
- KURZMANN, R. (2006), *Roman military brick stamps: A comparison of Methodology*, BAR International Series 1543, Oxford.
- LE ROUX, P. (1999), Briques et tuiles militaires dans la Péninsule Ibérique: problemas de producción et de difusión. In BENDALA, M; RICO, C.; ROLDÁN, L. (Ed.), *El ladrillo y sus derivados en la época romana*, Monografías de Arquitectura romana, 4, Madrid, p. 111-123.
- LIZ GUIRAL, J; AMARÉ TAFALLA, M<sup>a</sup>. T. (1993), *Necrópolis tardorromana del Campus de Vegazana y las producciones latericias de la Legio VII Gemina*, León.
- MARTÍN VALLS, R.; ROMERO CARNICERO, M<sup>a</sup> V.; CARRETERO, S. (2002), Marcas militares en material de construcción de Petavonium. In MORILLO CERDÁN, A. (coord.), *Arqueología Militar Romana en Hispania*, Anejos de Gladius, 5, Madrid, pp. 137-154.
- MORILLO CERDÁN, A. (2008), Producciones cerámicas militares. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (Eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*, Editado con motivo del XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores, pp. 275-293.
- MORILLO CERDÁN, A. y SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2013), Marcas militares sobre producciones latericias en Hispania. Nuevas consideraciones sobre su origen y difusión, *Gerión*, 31, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, pp. 287-329.
- PEACOCK, D. P. S. (1982), *Pottery in the Roman world: an ethnoarchaeological approach*, London.
- PÉREZ GONZÁLEZ, C. (1996), Asentamientos militares en Herrera de Pisuerga. In FERNÁNDEZ OCHOA, C. (coord.), *Los Finisterres atlánticos en la Antigüedad (época prerromana y romana)*, Gijón, pp. 91-102.
- RAMIL GONZÁLEZ, E; COSTA GARCÍA, J. M; CAAMAÑO GESTO, J. M. (2011-2012), Hornos hallados en el campamento romano de Cidadela (Sobrado dos Monxes, A Coruña), *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología de Valladolid*, 77-78, pp.269-290.
- RICO, C. (1995), La production de briques et de tuiles en Bétique romaine. L'exemple de la vallée du Guadalquivir. In BOUCHERON, P; BROISE, H.; THEBERT, Y. (Ed.) *La brique antique et médiévale : production et commercialisation d'un matériau*. Pré-actes du colloque international à l'ÉNS de Fontenay/Saint-Cloud, pp. 177-192.
- SZILAGYI, J. (1972), "Ziegelstempel", *RE XA*, 2.19. In *Paulys Realencyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, pp. 433-446.



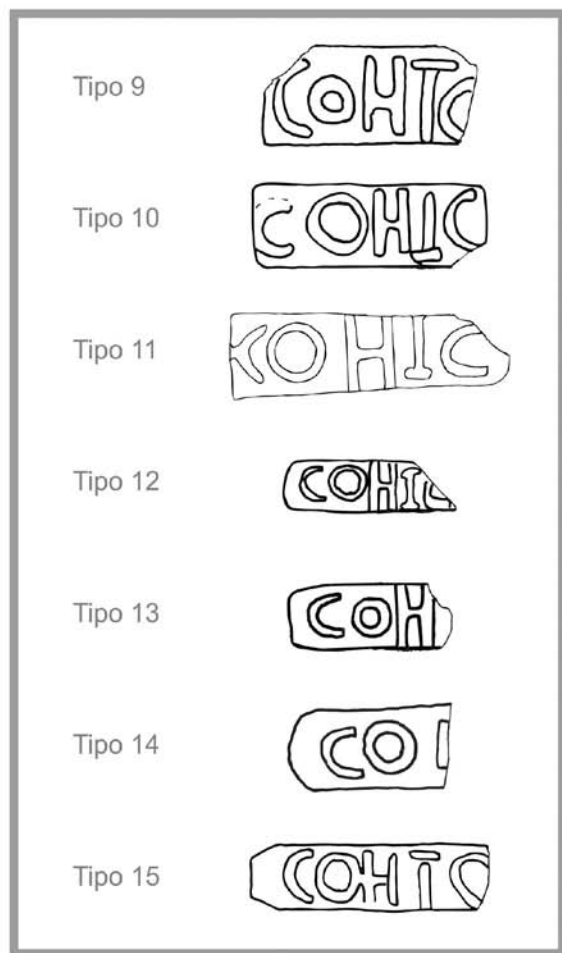


**Fig. 1 - 1:** Mapa de situación del yacimiento; **2:** Vista aérea del yacimiento de A Cidadela (1993); **3:** Croquis interpretativo de las estructuras halladas (a partir de Costa García 2013a: 245): 1) *Principia*; 2) Almacenes; 3) *Praetorium*; 4) *Via Principalis*; 5) Sector Praetentura I; 6) Sector Praetentura II; 7) Muralla; 8) Vallum; 9) Hornos.

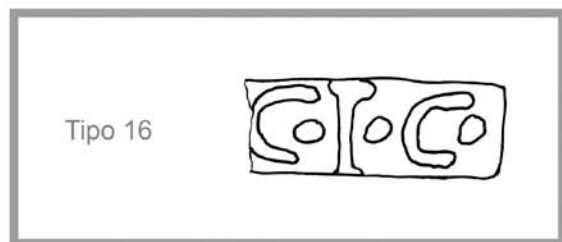
GRUPO C P C



GRUPO COH I C



GRUPO C I C



GRUPO CHO I C

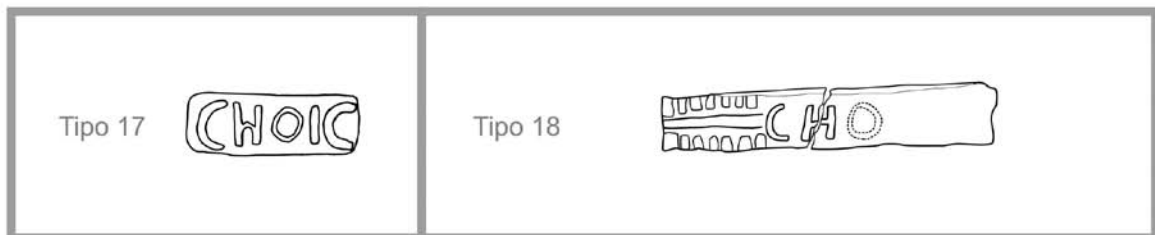
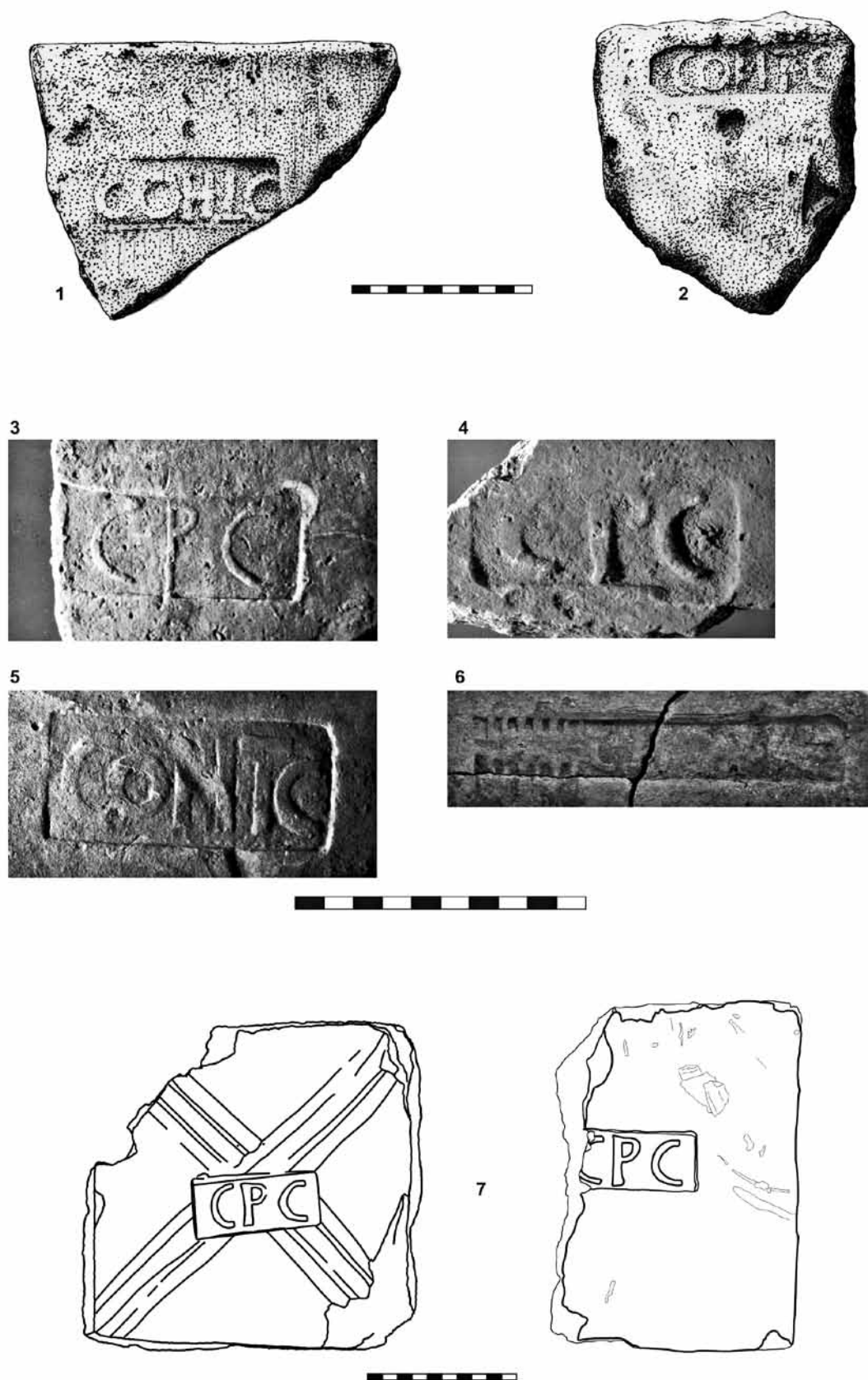


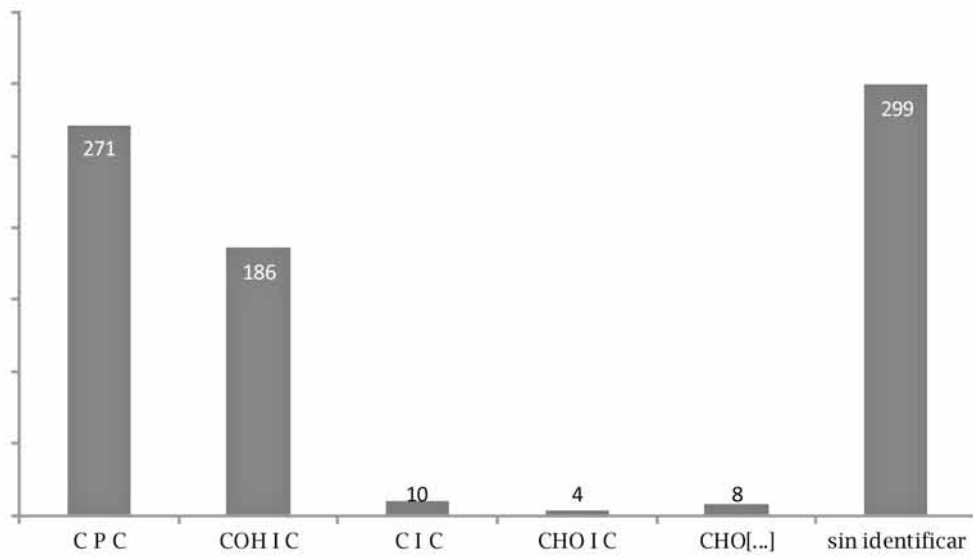
Fig. 2 - Tabla tipológica de marcas de la cohors I *Celtiberorum* halladas en Cidadela.





**Fig. 3.** – **1:** Marca *COH I C* tipo 10; **2:** ídem, tipo 15; **3:** Marca *C P C* tipo 2; **4:** ídem, tipo 3; **5:** Marca *COH I C* tipo; **6:** Marca *CHO*[...] tipo 18; **7:** Marcas *C P C* sobre ladrillo.

Marcas de la *cohors I Celtiberorum*



1



2

**Fig. 4 - 1:** Tabla del volumen de marcas de los 5 grupos principales; **2:** Marca aparecida sobre *tegulae* de una *oficina* posiblemente civil EX OF L[...].

# GUERREIROS E MURALLAS PARA UNHA CULTURA PACIFICADA

Francisco Calo Lourido<sup>1</sup>

**RESUMO:**

Os grandes castros foram rodeados de muralhas, e estátuas de guerreiros tutelavam as portas, porque Roma permitiu e até mesmo potenciou como un elemento da súa política de aculturação.

**Palavras.-chave:** Muralhas; Guerreiros; Aculturação.

**ABSTRACT:**

The large hill-forts were surrounded by walls, and statues of warriors were guarding the gates, because Roma allowed it and even fomented as an element of its policy of acculturation.

**Keywords:** Walls; Warriors; Acculturation.

Os castros tiñan “*por objeto principal la defensa de su gente y del territorio que ocupaba; su forma, su disposición en parapetos y fosos, formando verdaderas fortalezas y siempre ocupando puntos más o menos estratégicos que aún hoy hacen á muchos inexpugnables á un asalto de infantería, no les dan otro servicio*” (Castillo, 1908, 12).

Esta visión que Ángel del Castillo tiña dos poboados castrexos mantívose entre un bo número de divulgadores e mesmo de arqueólogos ata hai poucos anos e, para algúns, incluso ata os nosos días, nos que semella que foi necesaria unha recente tese de doutoramento que “descubrise” que a vida nos castros viña marcada polo traballo agrícola e non pola guerra. Algúns levamos defendendo isto, preferindo a verba agraria por englobar agricultura (mellor horticultura) con gandería, mesmo contra ataques cada vez máis apagados e, en moitos casos, transformados en aceptación vía plaxio, desde hai, cando menos, 30 anos.

A monumentalidade, máis aparatosa que efectiva, dos elementos considerados defensivos dos poboados, así como a aparición, xa desde o século XIX, de estatuas monumentais de guerreiros en pedra distorsionaron a realidade da Cultura Castrexa. Os traballos de López Cuevillas mostraron unha sociedade case homoxénea ao longo de varios centos de anos, concretamente un milleiro, entre o s. VI a. C. e o s. IV d. C., empregando para defender isto castros non só na súa meirande parte romanizados, senón mesmo erguidos *ab initio* baixo a *Pax Romana*. As escavacións dos últimos decenios afinaron cronoloxías e permitiron facer inventarios coherentes e homoxéneos, adscribindo os materiais exhumados a uns momentos moi concretos. É certo que os resultados destes traballos non sempre foron admitidos por investigadores que, pola razón que fose, mesmo ideolóxica, gustaban máis dun castrexo

---

<sup>1</sup> Museo do Pobo Galego.

antigo e belicoso, dentro do esquema de López Cuevillas, que do que testemuña o que se estaba e se está a sacar á luz escavación tras escavación. Guerreiros en pedra e murallas dos castros hai que tentar explicalos en función dos dados arqueolóxicos e estes falan máis de paz que de guerra.

Diante dunhas murallas, de calquera época, o pensamento primario leva a ver agresividade, loita, sociedade belicosa, necesidade de protección, etc. Os castros están amurallados. Dise que a Cultura Castrexa nace como resultado de invasións indoeuropeas, concretamente celtas, alá polo s. VI a. C. Os invasores conquistan o territorio do NO. da Península Ibérica e, pensa o ladrón que todos son da súa condición, teñen necesidade de se protexer, amurallando os seus asentamentos. Se a maioría dos investigadores razoaba deste xeito, o pai da arqueoloxía castrexa, o benemérito Martins Sarmiento, mudou de idea, estudando precisamente a plástica desta cultura, e arremeteu contra o celtismo acientífico dominante naquel século XIX (Sarmiento, 1879: 157; 1882: 1-2, 19-21 e 26-27; 1899: 1 ss.). Foi nefasto para a investigación que o seu pensamento fose arrombado no cabo das bibliotecas, pois, partindo da xénese celtista para a cultura castrexa, que el estaba principiando a descubrir e estudar cientificamente, ao comprobar que toda a gramática decorativa que estaba a atopar era idéntica á que, polas mesmas datas, se estaba a exhumar no Exeo, máis concretamente en Micenas (as escavacións de Evans en Cnossos aínda tardarán en se facer), e que perduraría ata despois de Roma, mudou de opinión, publicando varios artigos nos que renega do celtismo inicial, un deles mesmo co título “*A Arte Micénica no Noroeste de Espanha*”. “O problema que lle xurdiu foi o camiño seguido por esta gramática decorativa, o que lle fixo virar os ollos desde os celtas cara aos lígures” (Calo, 2010: 126-127).

A autoridade de Sarmiento, pero sobre todo os intereses políticos do estado portugués, fixeron que no país veciño máis que de celtas se falase de lusitanos, o que non impediu que a visión dunha cultura castrexa guerreira fose semellante nos dous territorios polos que estaba espallada.

Cando, en 1976, principiei a traballar na que, en 1991, sería a miña tese de doutoramento sobre esa plástica castrexa que fixo mudar de criterio a Sarmiento, todos os investigadores galegos (e españois) concordaban nas datas que, seguindo a López Cuevillas, citei arriba. Eran mil anos, cifra máxica para unha monumental e específica cultura peninsular. O noso grande arqueólogo, o mesmo que os restantes investigadores españois, compartía a idea invasionista de Pedro Bosch e os habitantes dos castros, celtas por suposto, eran xentes guerreiras que se protexían con murallas, foxos, pedras fincadas e que erguían estatuas de guerreiros. Toda a estatuaria era celta ou, trala conquista romana, de estirpe celta. Concordan nisto Cuevillas, Cardozo e, por non alongar o listado, Taboada (1965), cun libro chamado precisamente “*Escultura celto-romana*”. Principiei o traballo, sen dirección real, recollendo pezas e bibliografía ata chegar a unha situación de impase, na que o catálogo medraba e medraba, mentres eu era consciente de que o coñecemento científico permanecía estancado, sen avanzar nada, o que, por outra banda, é o habitual nas teses de doutoramento que se fan no eido da antiga Filosofía e Letras. Todo se reducía a un cada vez maior número de pezas inventariadas e de xacementos arqueolóxicos que engordaban o listado. Como isto a min non me satisfacía, decidín estudar todos e cada un dos xacementos que aportaron pedras decoradas e estatuas, sen saber moi ben a onde chegaría.

No verán de 1978, tiven a fortuna de participar nas escavacións de Monte Mozinho, coas que Carlos Alberto Ferreira de Almeida estaba a alicerzar o coñecemento preciso da Cultura Castrexa ao longo do século I d. C. Verán tras verán, durante moitos anos, logo xa baixo a dirección de Teresa Soeiro, escavei nel, verificando que, agás a necrópole do s. IV d. C., todo se reducía a dous momentos: Xulio-Claudio e Flavio. Nada, ata os máis recentes traballos, indica que este topos fose habitado antes de Augusto, pois, como dixo Soeiro (1998: 79): “*O primeiro Mozinho tería sido, portanto, aquele que se ergueu já sob tutela romana, embora habitado por indígenas, que o plasmaram de acordo com a sua cultura material própria, um castrejo recente bastante evoluido*”. Se este xacemento (fig. 1), cos seus douscentos mil metros cadrados, non mostraba, e segue sen mostrar neste 2015, nada anterior

a Augusto e a maioría das 92 pezas decoradas<sup>2</sup>, xunto con dous guerreiros, apareceron como material reaproveitado na etapa flavia, é preciso pensar que, necesariamente, a non ser que maxinemos un estraño traslado dun castro anterior para este, foron labradas *in situ* en época xulio-claudia.

Naquela altura, polos inicios da década dos oitenta, estaba a ser escavado o castro de Santa Trega (fig. 2), xacemento que proporcionou a maior cantidade de material plástico, concretamente 119 pezas. Os resultados das escavacións indicaron que este fértil xacemento ten todo el unha cronoloxía augústea (Cfr. Peña, 1986 e Id. 2001). O terceiro castro en número de pezas decoradas foi Briteiros, con 75, seguido de Armeá con 34, Sanfins con 26, etc. Só cos xacementos citados, todos eles exclusivamente de cambio de era ou tendo nela o seu *maximum*, temos xa 346 pezas do total contabilizado de 596. A partires destes dados, insistín no interese de precisar as cronoloxías da centena de castros que forneceran plástica en pedra, chegando á conclusión de que do total de 596 pezas recollidas en 102 xacementos, 536 procedían de castros non anteriores ao século I a. C. Con respecto ás 30 estatuas de guerreiros, podo asegurar o mesmo de 21, pois as dúbidas que puidese ter coas catro de Castro Lezenho (fig. 3) foron disipadas trala visita de estudo ao xacemento no decurso dunhas xornadas celebradas en Boticas, en 2008, nas que precisamente desenvolvín un relatorio co mesmo título que o desta colaboración. Todo o que vin naquela espléndida altura do Barroso fora, sen dúbida, construído cando Roma controlaba o territorio (fig. 4).

As restantes pezas ou ben apareceran totalmente descontextualizadas ou procedían de castros que, principiando a súa vida séculos antes de Cristo, tiveron o seu *floruit* entre a segunda metade do século I a. C. e a primeira do século I d. C.

A conclusión foi necesariamente que a plástica castrexa en pedra non era anterior a Roma. Foron moitos anos de esforzo para chegar a isto, pero a miña tese, despois deste cambio de cronoloxías, deixaba de ser un catálogo ao uso<sup>3</sup>. Custou e aínda segue custando a algúns arqueólogos aceptar esta nova visión da Cultura Castrexa, sen se querer decatarse de que é imposible que poida haber unha arte monumental sen que exista un desenvolvemento urbano, e este desenvolvemento só se produciu aquí baixo as aguas romanas. Escavación tras escavación, foise verificando que todos os grandes castros foron feitos *ex novo* despois da conquista romana, caso de San Cibrán de Las, “ocupado de xeito continuado entre os mediados do século I a. C. e os finais do século I e comezos do século II d. C.” (Rodríguez et al., 1993: 32) ou ben eclosionaron nesa etapa, como o Castro de San Lourenço, onde a total renovación a seguir a un incendio foi “*nos albores da Era actual*” (Almeida, 2008: 72).

Esta nova visión da Cultura Castrexa levoume a pensar que, se a súa conquista tivese lugar no transcurso das Guerras Cántabras, como tradicionalmente se repetía, sería de moi dubidosa lóxica matinar que Roma, aínda non ben rematadas estas, xa permitise ou obrigase reordenar o territorio, erguendo poboados, verdadeiras cidades, cando menos no senso xeográfico, como Monte Mozinho, Sanfins, Briteiros, Santa Trega, San Cibrán de Las, Santa Luzia Âncora, San Millán, Castromao, etc, sen citar máis que algunhas do que sería Convento Xurídico Bracarense, por ser nel onde se ornaron as vivendas con labras e as murallas con guerreiros. Por esta razón, máis o desenvolvemento das devanditas guerras, que demostraban que este territorio non foi escenario das mesmas, como, por outra banda o propio nome indica, etc., sostiven, xa hai máis de vinte anos, que a conquista efectiva da Cultura Castrexa non se debía a Augusto, senón a

---

<sup>2</sup> As mencións numéricas de pezas fan referencia ás recollidas na devandita tese de doutoramento (Calo, 1991), sendo consciente de que, desde 1990, en que rematei a súa longa e pesada redacción a máquina, nalgún xacemento ten aparecido algún outro exemplar que nada inflúe para o que aquí e agora me ocupa.

<sup>3</sup> Nun libro de 1998, leo que o único que os autores da xeración intermedia (disque a miña) fixemos foi engadir novas pezas aos repertorios: “Es el caso de Calo con la escultura...” e, falando de como se fixeron aquí os estudos sobre plástica “castreña” *descubre* que o que máis se asemella aos motivos decorativos castrexos “es el muy extenso arte provincial romano” (!); cando fala das estatuas de guerreiros, insiste na cronoloxía romana (!), etc. Este libro, publicado 7 anos despois da defensa da miña tese (1991) e catro despois da publicación da mesma en dous tomos (1994) non merece ser incluído no listado de obras de historia da investigación (por ignorar ou ocultar para plaxiar as precedentes). O relacionado coa Cultura Castrexa non é máis ca un panfeto tendencioso con algunhas verdades plaxiadas (a min, por ex., o referente á cronoloxía da plástica, a non función defensiva das murallas, etc). Non hai disculpa de tardanza na saída do libro, pois aparecen na bibliografía obras de 1997 e a min nin sequera me cita o traballo de 1983. Máis tendencioso, imposible (Fernández-Posse, 1998. pp. 81-87).

César, cando no 61-60 a. C. “atravesa, ou bordea por mar, o territorio, nunha incursión da que coñecemos moi pouco, pero da que todo fai sospeitar que esta zona debeu de recibir tal castigo que, cando Augusto enceta as Guerras Cántabras, as loitas teñen lugar en Asturias” (Calo, 1991, 782-783). Convencido disto, repetino en múltiples traballos e, recentemente, vexo que, sen citarme, outros autores principian a dicir o mesmo (Cfr. Calo, en prensa a, nota 13). César foi o verdadeiro *auctor*, no senso que os romanos daban ao xeneral que aumentaba o territorio de Roma.

A eclosión dos grandes castros tivo lugar trala conquista de César, desenvolvéndose conseguintemente entre a segunda metade do s. I a. C. e o S. I d. C., se ben a mudanza que se produciu tralo cambio de dinastía foi igualmente brutal, o mesmo na arquitectura (tendencia ao rectángulo, construción con esquinas, emprego da tégula, desaparición do vestíbulo, utilización de todas as labras decoradas e guerreiros como material de recheo, cambios na cerámica e moi posiblemente nos gustos culinarios, como podemos deducir da desaparición dos vasos con asas interiores e a aparición das trepias, polo que xa non se cociña pendurando os cacharros, desaparición do signo “)”) de castro ou castelo como indicativo de orixe, etc... O *Ius Latii* da paso a uns galaicos en avanzado estado de asimilación do romano, polo que xa podemos falar propiamente de mundo galaico-romano).

Pero a min agora interésame a etapa anterior, a que vai desde a conquista por parte de César ata a chegada dos Flavios. É a época dos grandes castros; a partires dos anos 70, a croa urbanizada de Monte Mozinho perde poboación e redúcese, o que pode ter relación cos emprazamentos que se multiplican extramuros, pero esta é outra historia. Non vou repetir o que outros autores e máis eu temos escrito sobre o urbanismo destes grandes castros<sup>4</sup>. Só me interesa facer notar que estes enormes poboados, algúns deles cunha extensión moito maior que a propia *Bracara Augusta* ou *Conimbriga*, foron cercados por unha multiplicación de murallas.

## MURALLAS

Entre 1980 e 1985, dirixín as escavacións do Castro de Baroña (Porto do Son) (fig. 5). Os resultados foron publicados en Calo e Soeiro (1986 e Id. 2004). Todas as escavacións nas que participei desde as reveladoras de Monte Mozinho me facían pensar na razón para que grandes poboados construídos baixo o poder Romano se fortificasen; para defenderse de que ou de quen? O feito infrecuente de ter que descender ata nivel do mar para chegar ao castro de Baroña levoume a pensar que os seus impresionantes peches non podían ter unha función de defensa. Unha soa catapulta emprazada na baixada tiña a tiro todo o casarío interior. Alí madurei a idea do non carácter defensivo das murallas dos castros e desenvolvina na publicación de 1986, anunciando que trataría o asunto máis polo miúdo nun posterior traballo. Fixen isto en Calo (1993) e insistín en moitas outras publicacións tanto na non belicosidade da Cultura Castrexa, como no carácter non defensivo (no senso tradicional) das murallas, sendo inicialmente atacado con dureza, logo plaxiado e, por suposto, nunca máis citado; pero os historiadores movémonos no terreo das cronoloxías e as publicacións levan datas. Noutros territorios, concretamente no dos *oppida* (aquí son castros), a muralla é tamén un elemento esencial, pero é máis “*une architecture destinée à être vue et à impressionner l’esprit du visiteur qu’une véritable structure défensive. La surface enclose était en effet trop vaste pour que la muraille soit parfaitement efficace...*” (Galliou, 1994: 85). As murallas dos *oppida* “*son en realidad construcciones de prestigio que delimitan y ornamentan las primeras ciudades de la Europa templada*” (Büchschütz, 1984: 209). As murallas, máis espectaculares que eficaces, destes grandes castros foron edificadas baixo a *Pax* ou *Impositio Romana*, polo que non é doado ver de que caste de inimigos se querían protexer e, con respecto á súa construción e a de todas as obras de urbanización dos poboados, Brochado de Almeida preguntouse se “*seriam tais obras possíveis numa sociedade prioritariamente orientada para a guerra, mormente para*

---

<sup>4</sup> Remito ao meu último traballo específico sobre a cuestión: Calo (en prensa b).

a defensa de um modelo de vida em vias de sujeitar-se a ordens vindas do poderoso inimigo romano? Muito convictamente achamos que não” (Almeida, 2003: 83).

Volvendo sobre os *oppida* centroeuropeos, nun libro sobre a paisaxe europea desde as glaciacións ata hoxe fábase das motivacións ecolóxicas na escolla dos emprazamentos. Cítanse varios asentamentos, rodeados das súas respectivas murallas, pero indícase que a función destas debeu de ser a salvagarda das inundacións que se producían na zona. É o caso de Manching, nas *Dreisamninger* (terras baixas) do Danubio, rodeado por unha muralla de 7 km de lonxitude, ou Tarodunum, no *Dreisamtal bei Freiburg*, zona moi rica en pastos, mais en perigo de inundación por varios regatos que baixan da Selva Negra. Engade o autor que os habitantes destes *oppida* non eran soldados nin cidadáns, senón agricultores que protexían o seu sustento das inundacións, e que talvez pretendían conseguir algúns excedentes que lles permitisen participar da riqueza do mundo civilizado das rexións mediterráneas (“*um teilzuhaben am Reichtum der zivilisierten Welt des Mittelmeerraumes*” (Küster, 2013: 138-139). Certamente, este biólogo e profesor de ecoloxía vexetal tampouco transita polas sendas das fazañas bélicas. Recoñece que a súa interpretación é unha especulación, pero non maior que a dos que defenden que cada *oppidum* fose un enclave militar, unha cidade.

As murallas dos grandes castros do convento de Braga son, en función da extensión do poboado, moi longas, pero estreitas (fig. 6) , con profusión de escaleiras para subir a elas (fig. 7) e con unha ou varias portas que permiten o acceso ao interior do recinto (8). Ryckwert escribe sobre as murallas romanas, subliñando a súa condición de “sacra” (sagradas), pero non así as portas (do latín *portare*, é dicir, levantar o arado que delimita a cidade), “*pues –añade Plutarco- a través de ellas había que transportar los cadáveres y toda suerte de mercancías*” (Ryckwert, 1985: 156). No prólogo que o arquitecto Rafael Moneo fai ao devandito autor lemos que “*una cerca, una muralla, al margen de su misión protectora, delimitaba el ámbito de lo sagrado*” (Moneo, 1985, ix). Un urbanista e profesor de xeografía na *London School of Economics*, falando das cidades chinesas dixo que “*las murallas simbolizaban las montañas, que fueron pensadas para cercar el mundo, pues la ciudad representaba un microcosmos del universo Chino*” (Jones, 1992, 63-64). Segue dicindo que a cidade ten que estar sempre dentro duns límites, tanto en construción como en persoas, e que a muralla está aí para establecelos con claridade. Na páxina 195 lemos: “*El círculo viene a representar la contención de la ciudad, la línea de demarcación entre lo que es y lo que no es ‘ciudad’, indicando que las actividades que tienen lugar dentro del mismo son muy diferentes de las que tienen lugar fuera. Históricamente el círculo era la muralla de la ciudad. Hoy día podría ser un cinturón verde*”; en p. 206: “*Las murallas antiguas, como vimos, no eran necesariamente defensivas*”, e engade que o que antes eran as murallas hoxe son os cintos verdes: “*El ejemplo relevante es el cinturón verde de Londres, que desempeñó un papel fundamental en la planificación de postguerra y es todavía celosamente defendido como concepto y como política*”. Por rematar coas moi interesantes citas de Jones, en 225 lemos: “*Muchas ciudades europeas reconstruyeron sus murallas para contener la expansión: París representa el caso clásico, siendo construida la última muralla en el siglo XIX*”.

Para non repetir toda a miña argumentación sobre a non función defensiva das murallas, remito aos meus traballos citados de 1986 (pax. 26) e, xa *in extenso*, 1993 (pp. 97-102). Posteriormente, insistindo no simbolismo das entradas e da súa protección, mesmo engadín o dito que se poñía enriba das portas alemás en época medieval: *Die Stadtluft macht frei* (“O ar da cidade fai libres”), frase prostituída na entrada de Auschwitz, Dachau e outros campos de exterminio, mudando *Stadtluft* por *Arbeit* (traballo).

## GUERREIROS

“Todo ten que pasar polas portas, mesmo as epidemias, e por iso serán salvagardadas tamén simbolicamente, xa sexa polos leóns micénicos ou venecianos, polas estatuas de guerreiros castrexos, caso de Sanfins (fig. 9), ou polos santos protectores propios da comunidade” (Calo, 1993: 102).

En 2002, a petición do Deutsches Archäologisches Institut de Madrid elaborei un catálogo exhaustivo dos guerreiros galaicos (Calo, 2003a: 6-32) sobre o que un nutrido número de investigadores europeos traballamos no Goethe-Institut e no Museo Nacional de Arqueología de Lisboa. Dos 30 exemplares de filiación segura, hoxe podemos asegurar que, cando menos, 21 proceden de castros non anteriores ao s. I a. C. Dos restantes, uns apareceron totalmente descontextualizados e os demais proceden de castros que, principiando a súa vida séculos antes de Cristo, tiveron o seu *floruit* no cambio de Era. Cando nalgún destes derradeiros xacementos atopamos fragmentos de cerámica bracarense non dicimos que poden ser ou, máis aínda, que sen dúbida son prerromanos. Isto é o que moitos investigadores fan coa plástica castrexa e, conseguintemente, cos guerreiros, se ben, nos últimos anos, semella que os arqueólogos, timidamente, veñen vindo ao rego, polo que, hoxe, é difícil atopar defensores dunha cronoloxía anterior ao s. II a. C. Desde 1991, veño defendendo para esta plástica unhas datas coincidente coas do urbanismo dos castros meridionais, entre a segunda metade do s. I a. C. (trala conquista de César) e a etapa flavia. É o intre no que xorden os grandes castros con murallas de miles de metros de lonxitude, ocupados con casas dissociadas, nas que se aprecian restos de recibado e de pintura e decoradas con labras en granito, onde temos saunas con “pedras formosas”, nas que se potenciaba todo o propio e os habitantes facían constar a súa orixe riscando un “)” co significado de castelo ou castro, e onde temos nun poboado como Briteiros un grande número de inscricións dedicadas a un tal Camalus, patrucio dunha familia de oleiros!

Este é o marco político e social no que se fan as estatuas de guerreiros; pero, por se os resultados das diferentes escavacións non chegasen para avalar que a plástica castrexa en pedra non é anterior á conquista por parte de Roma, talvez non sobre lembrar que, ata eses momentos, os habitantes dos castros, por falla de coñecementos técnicos, de ferro ou das dúas cousas, construían os paramentos de casas e murallas, empregando pedras unicamente cortadas polas diáclases ou como cadraxe. O emprego do picado para carear as pedras non se fai ata que Roma aporta materiais e técnicas. Se non eran quen de carear unha simple pedra, é difícil pensar que puidesen ter feito labras decoradas, “pedras formosas” e mesmo guerreiros monumentais de vulto redondo (Cfr. Calo, 2003b: 36). Ás veces hai que insistir no obvio.

Desde a aparición dos pés *in situ* dun dos guerreiros de Sanfins (fig. 10), non se discute que o emprazamento destas estatuas tiña que ser nas murallas, ou penedos veciños, presidindo os accesos ao recinto. Colocábanse aí para que fosen vistas e admiradas polos que se achegasen ao castro. No mundo dos *oppida*, como vimos arriba na cita de Galliou, a ideoloxía funcionaba do mesmo xeito, e igualmente en época medieval e moderna, cando a importancia dun lugar viña dada, entre outros elementos, pola altura da torre do sino da igrexa ou catedral, e as murallas eran imprescindibles para ser considerada cidade e non vila aberta.

En traballo moi anterior á tese de doutoramento de 1991, dixen que esta icona sería a representación plástica do heroe guerreiro, encarnando o poder do castro fronte aos outros e á plástica heroica ou heroizada romana (Calo, 1983: 182). Despois de coñecer a cronoloxía e, conseguintemente, o marco político-social no que foron labradas estas estatuas, tiven que concluír que estamos diante dunha ideoloxía, dunha propaganda refinada, sublimada, pero inconfesa e insincera, como diría Hauser (1975: 286). Escúlpense guerreiros porque Roma o consinte ou mesmo o propicia, pois sabemos que “*I romani rispettarono le particolarità etno-storiche dei popoli conquistati*” (Pereira-Menaut, 2007, 812). Xa en 1790, James Wilson, reflexionando sobre o futuro dos EE.UU. como unha nova Roma en occidente, concluíu: “*podría decirse que los romanos no se extendieron por el mundo, sino que fueron los habitantes del mundo los que se volcaron sobre los romanos*”, e remataba asegurando algo indiscutible: que este era “*el método más seguro de engrandecer un imperio*” (Cfr. Pagden, 2014: 51-52). Lembro esta cita de Wilson sempre que matino sobre o comportamento da Cultura Castrexa trala conquista de César. Se, baixo a dominación romana, se erguen os grandes castros, se rodean de murallas e se colocan guerreiros pétreos nas entradas, debemos pensar que o mesmo Camalus que Verotus, Dovilo



ou Adronus tiñan que ser individuos colaboracionistas aos que os ocupantes enaltecen para mellor controlar o territorio (Cfr. Wölfel, 1968: 309-310).

Dicía Hauser (1975: 27) que a arte serve para elaborar armas na loita pola existencia, mesmo como instrumento da maxia, do rito e da propaganda, e aquí están os guerreiros a testemuñalo, xunto con toda a decoración, a grandeza dos poboados e as obras defensivas. A función social de todo isto resulta evidente e podemos nós sintetizala, dicindo: “Baixo Roma vainos ben”. Os guerreiros son, xa que logo, unha sutil mensaxe ideolóxica; o que sucede é que, como dixo Grabar, as *imaxes-signo* só cumpren o seu propósito na medida en que son claras; pero o concepto de claridade está en función da preparación de quen as mira. Para os moradores dos castros poderían resultar diáfanas, mais non para nós que estamos a dous mil anos daquela situación política, social e cultural. Empreguei “poderían” porque é moi probable que, sendo froito dunha nova situación non todos captasen completamente o seu significado. Na arte romana pagá, un moscóforo ou crióforo era un símbolo de filantropía (*humanitas*); pero, cando os paleocristiáns, a partires do s. III d. C., deciden incorporar esta imaxe-signo á súa arte, mudan o seu significado, transformándoo na representación de Cristo máis usual dese século e do seguinte. Para un romano inculto non iniciado era un home cun animal ao lombo ou en brazos, para un romano culto, a representación da *humanitas*, e para os da expansiva seita oriental a representación de Cristo. Estamos diante dunha “*creación cristiana a partir de un símbolo de filosofía moral*” (Grabar, 1985: 21).

Sendo moi probable que nin todos os habitantes do castro comprendesen (e aceptasen) con idéntico criterio e intensidade a icona de guerreiro, pretender nós aprehender todas as súas notas, ou mesmo unicamente as pertinentes, resulta francamente inxenuo e ilusorio. Nós, diante dunha destas estatuas, somos bosquimáns ollando a Derradeira Cea de Leonardo (Cfr. Panofsky, 1972: 21). O guerreiro representa sen dúbida un individuo; as que levan inscrición están a testemuñalo e as que non, como teño defendido noutras ocasións, ou a perderon por abrasión ou o texto da mesma sería pintado e desapareceu. En teoría da arte, ata o século XX, é axiomático que o feito de poñer o nome do representado implica unha arte realista, independentemente do bo ou mal facer plástico do autor. O guerreiro é, xa que logo, un individuo concreto, pero posiblemente foi e, hoxe, segue a ser visto como un símbolo. Pensemos no que dixo Gombrich (1971: 51) sobre a *Estatua da Liberdade* de Bartholdi, na que só vemos o símbolo e non a nai do artista que, moi posiblemente, posou para ela. O guerreiro plasma un individuo coñecido (Malceinus, Adronus...), pero, como dixo Arnheim (1985: 178-179), representar non significa máis que poñer de relevo os “caracteres pertinentes”, e no guerreiro galaico isto fica moi claro: militar en parada con caetra, puñal, etc.

Xa na miña tese de doutoramento (1991) dixen que resultaría atractivo a un tipólogo evolucionista tentar ver unha secuencia dos guerreiros en distintas etapas desde Capeludos (fig. 11) ata talvez Refojos de Basto (12); pero realmente non hai nada que nos indique que teñan cronoloxías distintas, polo que a hipótese de que foron feitas por artistas que sabían interrogar ao medio de maneiras distintas é máis pura e científica. A outra ten, a priori, un grao de especulación maior. Xa, en 1908, un moi grande e nada recoñecido investigador, Alves Pereira, dixo que o artífice da plástica castrexa fixo o que a súa falla de formación lle permitiu. O cicel non lle foi dócil para revelar o sentimento artístico (Pereira, 1908: 233-234). Temos aquí a “teoría do medio” moito antes de que a formulase un investigador alemán. Os artistas interrogan o medio e moitas veces é o medio en bruto quen se impón. Por isto, como dixo Chamoux (1965: 350): “*Guardémonos bajo la influencia del gusto moderno por los primitivos, de confundir la torpeza con el estilo*”. Con esta estatuaría non só se fixo e se fai isto, senón que mesmo se chegou ao extremo de lexicalizar a obra mutilada, convertendo a mutilación en criterio estilístico.

A obra de arte é unha elección entre posibilidades e para facer os guerreiros optouse pola rixidez e o hieratismo; se ben quizais non sobre lembrar que, con moita probabilidade, esta estatuaría, o mesmo que as labras en pedra, das que apareceron exemplos con pintura, estaba policromada, o

mesmo que toda a escultura antiga<sup>5</sup>, medieval, etc. e non sobra lembrar que “*Las miradas fijas en el vacío que conocemos de los museos resultan de la desaparición de la pintura con el paso del tiempo*” (Woodford, 1985: 23), e que na propia Roma hai que agardar a Adriano para ver os ollos labrados no canto de pintados. As meniñas dos ollos pintadas mudarían espectacularmente o aspecto que hoxe coñecemos das estatuas.

Despois das citadas xornadas de Lisboa, para as que elaborei o catálogo de guerreiros e nas que todos os investigadores alemáns se mantiveron firmes na presunción de incardinar estas estatuas no mundo celta, sen aportar nada novo sobre elas e sen poder xustificar a distancia xeográfica e cronolóxica entre as pezas centroeuropeas e nordítlicas e as galaicas, o organizador publicou un artigo sobre estas, no que defende a coñecida idea colectiva de Lisboa. Fai un estudo dos guerreiros, seguindo un evolucionismo tipolóxico no máis puro da práctica xermánica; hai, segundo el, figuras estáticas (antigas) e en movemento (posteriores), chegando a ver nalgunha nada menos que “contraposto” (Schattner, 2004: 9-66). Acompaña o texto un comentario de Alarcão no que este se admira do “*notável poder de observação*” de Schattner, pois fíxonos ver o que “*ainda não tínhamos visto: que as estatuas de guerreiros lusitano-galaicos não são hieráticas quanto temos dito, mas têm movimento (ou têm-no algumas delas)*”. Propón Alarcão que, sendo así, máis que evolución, podería ser dexeneración e, conseguintemente, as máis antigas serían as que Schattner di que teñen movemento. Eu non vin nin vexo o movemento en ningunha e quizais non sobre lembrar que as estatuas exipcias tiñan a perna esquerda adiantada e os *kouroi* gregos tamén, pero nas primeiras o peso descansa sobre a perna dereita, polo que a figura está totalmente estática, a calma é absoluta, mentres que nas gregas o peso repártese entre as dúas pernas, polo que aí si hai movemento, está avanzando (Cfr. Harrt, 1989:158). Nada disto vexo nas estatuas de guerreiros dos nosos castros. Non vou repetir aquí o que xa deixei escrito en Calo (1991), insistindo só en que cada artista interrogou ao medio como a súa formación llo permitiu<sup>6</sup> e mesmo, baseándome na inscrición do guerreiro de Refojos de Basto, presumín a existencia de artífices itinerantes, e ata de parellas escultor-pintor, que percorrerían os castros ofrecendo a súa propia mestría; pero todas as labras foron feitas entre o s. I a. C. e o s. I d. C.

Murallas e guerreiros formaron parte esencial do proceso de aculturación da zona sur dos castros galaicos e foron feitos sen relación con actividades bélicas.

## BIBLIOGRAFÍA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (2003), Alterações no povoamento indígena no início da romanização. Ponto da situação no Conventus Bracaraugustanus. *Boletim Auriense*, XXXIII. Ourense, Museo Arqueolóxico Provincial, pp. 77-93.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (2008), O castro de São Lourenço Vila Chã (Esposende). *A Cultura Castrexa: Acciões e estratexias para o seu aproveitamento socio-cultural. Actas do Seminario Final*. Compostela, Xunta de Galicia, pp. 67-93.
- ARNHEIM, Rudolf (1985), *Arte y percepción visual*. Madrid, Alianza Forma. Alianza Editorial, S. A.
- BÜCHSENSCHÜTZ, Olivier (1984), El hábitat céltico in *Mundo Científico*, nº 33, Barcelona, Editorial Fontalva, pp. 200-210.

---

<sup>5</sup> Hai restos de pintura no Augusto de Prima Porta, nas cabezas de Calígula e Livia de Copenhague, no Xano de Roquepertuse, nas damas de Elche e Baza, en Osuna, na Porca de Murça, así como nunha roseta de São Miguel-o-Anjo, en casas de Âncora, Monte Mozinho, Trega, Troña, San Lourenço, Briteiros, etc.

<sup>6</sup> Na miña tese de doutoramento dediquei un capítulo a incardinar esta plástica nunha historia da arte e outro aos artífices da mesma cun razoable aparato teórico (1991: 797-821). Recoñezo que isto non interesa aos arqueólogos, que estudan as obras de arte como se se trata de calquera outro artefacto achado nas escavacións. Unha membro do tribunal chegou a me dicir que o apartado de arte sobrava, aínda que seguramente me viría ben para a miña formación. A realidade era que a miña formación en H<sup>º</sup> da Arte foi a que me levou a facer isto e, se utilicei as técnicas de estudo e análise arqueolóxicas, foi pola ausencia de fontes escritas, chegando a ser a icona guerreiro, así como as labras decoradas, monumento á par que documento, polo que se fixo necesario recorrer á “intuición sintética” que diría Panofski (1972:22-24). Pobre Winkelmann!

- CALO LOURIDO, Francisco (1983), Arte, decoración, simbolismo e outros elementos da cultura material castrexa. Ensaio de síntese. In Pereira-Menaut (ed.): *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago-IEGPS. do CSIC, pp. 159-185.
- CALO LOURIDO, Francisco (1991), *A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa*. Tese de doutoramento mecanografiada. Universidade de Santiago de Compostela.(= 1994).
- CALO LOURIDO, Francisco (1993), *A Cultura Castrexa*. Historia de Galicia, 3, Porto, Edicións A Nosa Terra.
- CALO LOURIDO, Francisco (1994), *A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa* (2 tomos). Pontevedra, Fundación “Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa”. Catalogación Arqueolóxica y Artística del Museo de Pontevedra.
- CALO LOURIDO, Francisco (2003a), Catálogo. In “Die lusitanisch-galläkischen Kriegerstatuen. Tagung des Deutschen Archäologischen Instituts, Abteilung Madrid, am 18./19. Januar 2002 in Lissabon”. *Madrider Mitteilungen*, 44. Mainz am Rhein, Verlag Philipp Von Zabern, pp. 6-32, máis 52 láminas.
- CALO LOURIDO, Francisco (2003b), El icono guerrero galaico en su ambiente cultural. In “Die lusitanisch-galläkischen Kriegerstatuen. Tagung des Deutschen Archäologischen Instituts, Abteilung Madrid, am 18./19. Januar 2002 in Lissabon”. *Madrider Mitteilungen*, 44. Mainz am Rhein, Verlag Philipp Von Zabern, pp. 33-40.
- CALO LOURIDO, Francisco (2010), *Os celtas. Unha (re)visión dende Galicia*. Vigo, Edicións Xerais de Galicia, S. A.
- CALO LOURIDO, Francisco (en prensa a), Roma potenciou a Cultura Castrexa ata diluíla. *Coloquio Internacional Clausus est Ianus. Augusto e a transformación do noroeste hispano*. Lugo. Universidade de Santiago de Compostela.
- CALO LOURIDO, Francisco (en prensa b), O urbanismo nos castros meridionais en época de Augusto. *Congreso Internacional A Callaecia meridional en época de Augusto*. Braga.
- CALO LOURIDO, Francisco e SOEIRO, Teresa (1986), *Castro de Baroña. Campañas 1980/84*. Pontedeume, Arqueoloxía/Memorias, 6, Xunta de Galicia.
- CALO LOURIDO, Francisco e SOEIRO, Teresa (2004), O castro marítimo de Baroña (Porto do Son – A Coruña). Póvoa de Varzim, *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, vol. XXXIX, pp. 25-52.
- CASTILLO LÓPEZ, Ángel del (1908), *Protohistoria. Los castros gallegos*. A Coruña, Tipografía “El Eco de Castilla”.
- CHAMOUX, François (1965), El mundo romano desde Sila a los Severos (del S. I a. d. C. a comienzos del siglo III d. d. C). In HUIGHE: *El Arte y el Hombre*. I. Barcelona, Ed. Planeta, S. A, pp. 345-360.
- FERNANDEZ-POSSE, M<sup>a</sup> Dolores (1998), *La investigación protohistórica en la Meseta y Galicia*. Arqueología Prehistórica, 1. Madrid, Editorial Síntesis, S. A.
- GALLIOU, Patrick (1994), *Le monde celtique*. Luçon, Les Universels Gisserot.
- GOMBRICH, Ernst Haus (1971), *Freud y la psicología del Arte. Estilo, forma y estructura a la luz del psicoanálisis*. Barcelona, Ediciones de Bolsillo, Barral Editores.
- GRABAR, André (1985), *Las vías de la creación en la iconografía cristiana*. Madrid, Alianza Forma. Alianza Editorial, S. A.
- HARRT, Frederick (1989), *Arte. Historia de la pintura, escultura y arquitectura*. Madrid, Ed. Akal, S. A.
- HAUSER, Arnold (1975), *Sociología del Arte*, vol. I. Madrid, Ediciones Guadarrama.
- JONES, Emrys (1992), *Metrópolis. Las grandes ciudades del mundo*. Madrid, Alianza Editorial, S. A.
- KÜSTER, Hansjörg (2013), *Geschichte der Landschaft in Mitteleuropa. Von der Eiszeit bis zur Gegenwart*. München, Verlag C. H. Beck.
- MONEO, Rafael (1985), Prólogo a la edición española. In RYCKWERT, *La idea de ciudad. Antropología de la forma urbana en el Mundo Antiguo*. Madrid, Biblioteca Básica de Arquitectura. Hermann Blume, pp. vii-x.
- PAGDEN, Anthony (2014), *Pueblos e Imperios*. Debate. Barcelona, Penguin Random House Grupo Editorial, S. A. U.
- PANOFSKY, Erwin (1972), *Estudios sobre iconología*. Madrid, Alianza Universidad. Alianza Editorial, S. A.
- PEÑA SANTOS, Antonio de la (1986), *Yacimiento Galaico-Romano de Santa Trega. Campaña 1983*. Arqueoloxía / Memorias, 5. Pontedeume, Xunta de Galicia.
- PEÑA SANTOS, Antonio de la (2001), *Santa Trega. Un poblado castrexo-romano*. Ourense, Abano Editores.
- PEREIRA, Félix Alves (1908), Novo material para o estudo da estatuaria e arquitectura dos castros do Alto Minho. *O Arqueólogo Português*, XIII, n<sup>o</sup> 7-12, Lisboa, pp. 202-244.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (2007), L’utopia (politica) sta nella cittadinanza (romana) – non nell’etnia. Per una quarta Roma. *Athenaeum*, XCII. Università – Pavia, pp. 803-814.
- RODRÍGUEZ CAO, C., XUSTO RODRÍGUEZ, M. e FARIÑA BUSTO, F. (1993), *A Cidade San Cibrán de Las*. Vigo, Grupo Marcelo Macías, Museo Arqueolóxico de Ourense.

- RYKWERT, Joseph. (1985), *La idea de ciudad. Antropología de la forma urbana en el Mundo Antiguo*. Biblioteca Básica de Arquitectura. Madrid, Hermann Blume.
- SARMENTO, Francisco Martins (1879, Arte preromana. *O Occidente*, II, nº 44. Lisboa, 15-X-1879.
- SARMENTO, Francisco Martins (1882), Se antes da invação dos romanos havia uma arte entre nós. *A Arte Portuguesa*, T. I (4). Porto.
- SARMENTO, Francisco Martins (1899), A Arte Micénica no Noroeste de Espanha. *Portugalia*, I. Porto.
- SCHATTNER, Thomas G. (2004), Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitano-galaicos”. *O arqueólogo Português*, Serie IV, 22, Lisboa, pp. 9-66.
- SOEIRO, Teresa (1998), Monte Mozinho: a excavação do sector D. *Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, I, Cadernos do Museu*, 2, Penafiel, Museu Municipal, pp. 79-114.
- TABOADA CHIVITE, Jesús (1965), *Escultura celto-romana*. Cuadernos de Arte Gallego, nº 3. Vigo, Ed. Castrelos.
- WÖLFEL, Dominik Josef (1968), Las religiones de la Europa preindogermánica. In KÖNIG, F.: *Cristo y las religiones de la Tierra. I. El mundo prehistórico y protohistórico*. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, pp. 151-529.
- WOODFORD, Susan (1985), *Grecia y Roma*. Col. “Introducción a la Historia del Arte”. Barcelona, Universidade de Cambridge, Ed. Gili S. A.



**Fig. 1** – Monte Mozinho.



**Fig. 2** – Santa Trega.



**Fig. 3** – Guerreiros de Castro Lezenho.



**Fig. 4** - Paramento escadrado dunha casa de Castro Lezenho.



**Fig. 5** - Castro de Baroña.



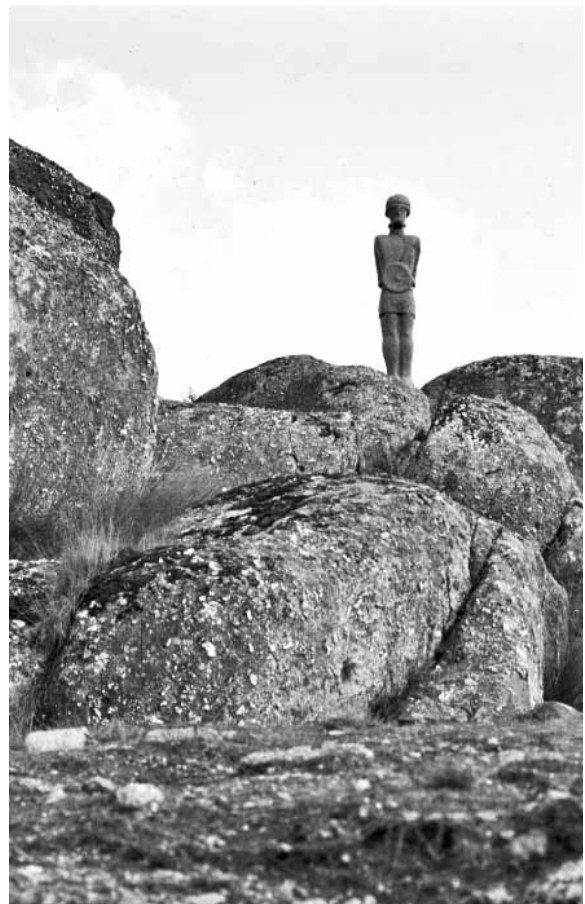
**Fig. 6** – Muralla de San Cibrán de Las.



**Fig. 7** – Escaleras de acceso ás murallas de Carvalhelhos.



**Fig. 8** – Porta escalonada do Castro de Baroña.



**Fig. 9** – Réplica dun guerreiro de Sanfins “in situ”.



**Fig. 10** – Pés dun guerreiro de Sanfins.



**Fig. 11** – Guerreiro de Capeludos.



**Fig. 12** – Guerreiro de Refojos de Basto.



## NOTE ON AN ATTIC HYDRIA ATTRIBUTED TO THE WORKSHOP OF THE MEIDIAS PAINTER

Rui M. S. Centeno<sup>1</sup>

### RESUMO:

Estudo de uma hýdria (kálpis) ática de figuras vermelhas, anteriormente atribuída ao pintor de Aquiles, onde se propõe ser uma obra do pintor de Meidias ou da sua oficina, da última década do século V a. C.

**Palavras-chave:** Vasos áticos; Vasos de figuras vermelhas; Pintor de Meidias; Pintor de Aquiles.

### ABSTRACT:

Study of an Attic red-figure hydria (kalpis), previously assigned to the Achilles Painter, which is proposed to be a work of Meidias painter or his workshop, perhaps in the last decade of the fifth century B. C.

**Keywords:** Attic vases; Red-figure vases; Meidias painter; Achilles painter.

Among the many collections, both public and private, of Greek vases found in Portugal, D. Manuel de Lancastre's (Lisbon) is particularly noteworthy. The collection comprises a remarkable set of Corinthian and Etrusco-Corinthian vases, Attic black- and red-figure vases as well as southern Italian red-figure pieces, which include productions from Apulia, Campania and Paestum. Considering the high quality of many of the pieces, this collection of Greek ceramics is perhaps the most important in Portugal, and has been the object of several studies in the last few years (Rocha Pereira 2007: 75-104; Morais & Centeno 2013 and 2015).

This brief essay analyses an interesting hydria (or kalpis)<sup>2</sup> (Fig. 1) bought at auction in London in 1996, whose catalogue attributed the piece to the Achilles painter.<sup>3</sup> The identification of this master as the vase's author, also corroborated later by Rocha Pereira (2007: 95), is not convincing, since the scene depicted is far from representative of the pictorial style of the works of the Achilles painter.<sup>4</sup>

The hydria studied here is small in size, 123 mm in height and 73 mm at its maximum diameter. It was restored from a number of fragments and bears a red-figure scene, limited above and below by a frieze of ovules and dots. The scene (Fig. 2), partially affected by the vase's state of conservation, depicts a female figure standing to the right, in a diagonal pose, represented at three quarters leaning

---

<sup>1</sup> Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Faculty of Arts and Humanities, University of Porto) – DCTP and CITCEM.

<sup>2</sup> On the form and labels, cf. Richter & Milne 1935, 11-12, where two passages from Antiphanes and Polybius are quoted, mentioning the use of the kalpis to keep perfume. Given the vase's small size, it is possible to admit a similar function. See also, Folsom 1976, 22.

<sup>3</sup> *A Private Collection of Greek Vases and Terracotas*, London, Christie's, 3 July 1996, Lot 68.

<sup>4</sup> Oakley's (1997) work remains essential to understanding the works of the Achilles painter. See also Oakley 2004, an appendix of new vases attributed to this artist.

to the left, whose head is in profile turning back, and she bears a chiton and himation that unfolds into multiple pleats; the young woman, who firmly holds the top part of the himation in her hands, keeping it thus stretched, seems to have been surprised by the “touch” of a floating Eros appearing to the right, naked,<sup>5</sup> whose legs are slightly bent and wearing some type of sandals.<sup>6</sup> Between the two figures, a sprigged acanthus leaf covers Eros, thus favouring the surprise effect of his appearing to the woman, who when touched on her left hand, gazes astonished and fearful at Eros. With this scene, the artist perhaps intended to gloss on the awakening of love in youth, in which Eros is depicted as a winged, naked young man, an image that becomes widespread from the end of the Archaic Period (Cohen 1997: 146), pursuing a woman, an image that becomes quite frequent from the mid-5<sup>th</sup> century B.C. (Mannack 2001: 73). Indeed, this motif would be highly appropriate to the vase’s probable function which, given its small size, would perhaps hold perfumed water, whose fragrance would be one more ingredient in concocting enchantment.<sup>7</sup>

As mentioned previously, attributing this vase authorship by the Achilles painter raises a number of issues and may even be highly improbable, given its style. The treatment of the clothing of impressionist traits, the profile of the faces (nose and eyes in particular), the drawing of the hands and the movement of the figures, reveals that it is a piece from the Late Classical period, (ARFV: 144-145), much more consistent with the pictorial style of the productions from the workshop of Meidias and his followers (ARV: 1312-29, 1690, 1704, 1708; *Paralipomena*: 477-79; *Beazley Addenda*: 180-82; *Beazley Addenda*<sup>2</sup>: 361-65). Meidias, one of the last great figures of Athenian vase painting (Richter 1946: 146), was one of the most important and influential painters of red-figure Attic vases at the end of the 5<sup>th</sup> century B.C. (Tugusheva 2009: 291). He was also considered the most interesting and original artist working in Athens at the time (Robertson 1992: 242) and the first vase painter to be described as Mannerist, whose style is said to be influenced by the works of Phidias (Mannack 2001: 4, 7 and 8). It is thus understandable that his work and that of his associates has been the object of numerous studies, amongst which most notably those by Hahland (1930), Becatti (1947) and, more recently, Burn (1987). About fifty vases have been attributed to Meidias but this number rises to 352, if we consider also pieces by his circle of painters.<sup>8</sup>

Apart from identifying the scene depicted as one of Meidias’ favourite themes (woman/Eros) (Burn 1987: 83-4), a closer look at the vase seems to confirm that it was a product of his workshop, particularly considering its composition and the manner in which the elements are placed, such as the female figure in a diagonal pose, typical of Meidias’ work (Robertson 1992: 234), inclining to the left and gazing to the right, a pose recorded on several vases attributed to this Master and his circle of artists. On the famous E224 hydria held at the British Museum (ARV: 1313.5 and 1690; *Paralipomena*: 477; *Beazley Addenda*<sup>2</sup>: 361-2; Burn 1987: M5), one of Meidias’ masterpieces, the representation of Peitho moving to the right and looking to the left, holding a veil with both hands (see photograph Burn 1987: Pl. 7a), is very revealing of the master’s influence on the artist of the vase here under study, both in terms of the female figure’s position and the technique of the drawing, visible, for example: in the accentuated curve of the leg, the prominence of the bosom, using short lines, drawn very close to each other, the two heavier strokes around the waist, as well as in the use of small, thicker semi-circular lines, set apart, to finish off some of the clothing’s pleats.<sup>9</sup> There are, nonetheless, slight differences in the quality of the two figures, particularly a more refined, steadier stroke on the London piece, evident in the drawing of the face and

---

<sup>5</sup> Part of Eros’ figure is damaged, affecting the area between his chin/nape and the top part of his legs, as well as his left arm and the better part of his wings, which cannot be seen.

<sup>6</sup> Although the black painting is faded, we can still see vestiges of the drawing of the sandal on Eros’ right foot. Rocha Pereira (2007: 95) noted that Eros is only wearing a sandal on his left foot.

<sup>7</sup> On the correlation between decorative motifs and the diversity of the vases’ forms, cf. Shapiro 1997 and Williams 2002 (particularly, pp. 347-49).

<sup>8</sup> According to the records of the *Beazley Archive* (last consulted on 29th August 2014).

<sup>9</sup> Meidias used this technique often, seen for example on some of the figures of the British Museum’s hydria E224, as on the already mentioned Peitho (Burn 1987: Pl. 7a) or Aphrodite sitting near an altar (Burn 1987: Pl. 4b).

hair, most certainly due to it being a larger vase, warranting greater care from the artist in its decoration. However, this difference is no longer perceptible when comparing the quality of the drawing of the head on the female figure on our vase with similar figures drawn by Meidias on smaller vases, such as the three dancers (especially the one on the left) on the bellied lekythos MNB 2110 at the Musée du Louvre (ARV: 1314.14; *Beazley Addenda*<sup>2</sup>: 362; Burn 1987: M16). In this piece, the manner in which the hair and face are depicted is very similar to the kalpis studied here (see photo, in Burn 1987: Pl. 16c).

The type of sandals Eros is wearing (Fig. 3) also finds echo in Meidias' work. The best example are the Erotes pulling Aphrodite's chariot (see photo, in Burn 1987: Pl. 29a; Richter 1946: Fig. 115), clearly depicted on the hydria 81947 held at Florence's Museo Archeologico Etrusco (ARV: 1312. 2 and 1690; *Paralipomena*: 477; *Beazley Addenda*<sup>2</sup>: 361; Burn 1987: M2).<sup>10</sup>

Finally, reference should be made to the vegetal element represented on the vase which separates the woman from Eros, a sprigged acanthus leaf (see Fig. 2), partially damaged, a motif that is rarely used by Meidias, particularly on large vases, appearing thriftily but with a refined, elegant stroke on small vases, such as in the case of two bellied lekythoi found at the Museo Jatta in Ruvo (ARV: 1314.16; *Paralipomena*: 477; *Beazley Addenda*<sup>2</sup>: 362; Burn 1987: M18 and Pl. 38a, 38c) and at the Cleveland County Museum of Art (Burn 1987: M20 and Pl. 12c). However, the most similar examples can be found on vases painted "in the manner of the Meidias Painter", such as the bellied lekythos E699 at the British Museum (ARV: 1324.46; Burn 1987: MM 75 and Pl. 26a, 26c) and the MNB 1330 at the Musée du Louvre (ARV: 1325.52bis; *Beazley Addenda*<sup>2</sup>: 364; Burn 1987: MM82 and Pl. 15a, 15c).<sup>11</sup>

Considering what has been said above, it seems that there could be a possible connection between the vase under study and the work of Meidias or, in more general terms, his workshop. Given the evident similarities with this artist's works and following an interesting observation by Robertson (1997: 239) when analysing his work, it may also be possible that the scene depicted on our kalpis may indeed be an extract from a much more complex composition, usually painted on larger vases, such as the hydriai. It was probably quite routine for artists to use "fragments" of scenes depicted on large vessels to decorate smaller ones, or even to "practice" drawing some figures on pieces of lesser importance. An example of this practice could be the small hydria (height: 195 mm), sold by the Bonhams auction house in London in 2010,<sup>12</sup> described as "in the manner of the Meidias painter". The scene depicts two dancing maenads, the one on the left holding a thyrsus and a flute, and the one on the right, a tambourine (Fig. 7). This vase, although slightly larger, shows some affinities with our kalpis in the friezes of ovules and dots that frame the scene, as well as in the strokes used to paint the figures. However, we believe that the pose of the two maenads and the manner in which their hair and faces are drawn is very similar to two dancers represented on the frontal part of the lower panel of the hydria 259 at the Badishes Landesmuseum in Karlsruhe (ARV: 1315.1 and 1690; *Paralipomena*: 477; *Beazley Addenda*<sup>2</sup>: 362; CVA Germany 7, Karlsruhe, Badisches Landesmuseum 1, 28-29, Pls. 22.4; Burn 1987: C1 and Pl. 39), attributed to the Karlsruhe Paris painter, very similar to Meidias but who, for many scholars, is by the Master himself (Burn 1987: 6). The similarities found on the two hydriai may contribute to reinforcing this hypothesis.

Although it is not certain that the kalpis studied here can be attributed to Meidias, it seems clear that the piece is very similar to the works by this Master and, for this reason, it can be considered as having been produced in his workshop at the end of the 5<sup>th</sup> century B.C., perhaps during the final decade.<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> For similar sandals, see Figs. 4-6 of the terracotta Eros (second half of 2nd century B.C.) found at Myrina, Dutuit Collection (Petit Palais of Paris, Dutuit Collection, Inv. ADUT01891).

<sup>11</sup> Very similar sprigged acanthus leaves were also used to decorate larger vases, such as the hydria in the Robinson collection, attributed to the Meidias workshop (CVA USA 7, Baltimore, Robinson Collection 3: 22 and Pl. XIII, 1a-c=Burn 1987: MM11?).

<sup>12</sup> Antiquities, (Auction 17822), London, Bonhams, 28 April 2010, Lot 182. See complete references to this piece in *Beazley Archive*, vase No. 45142.

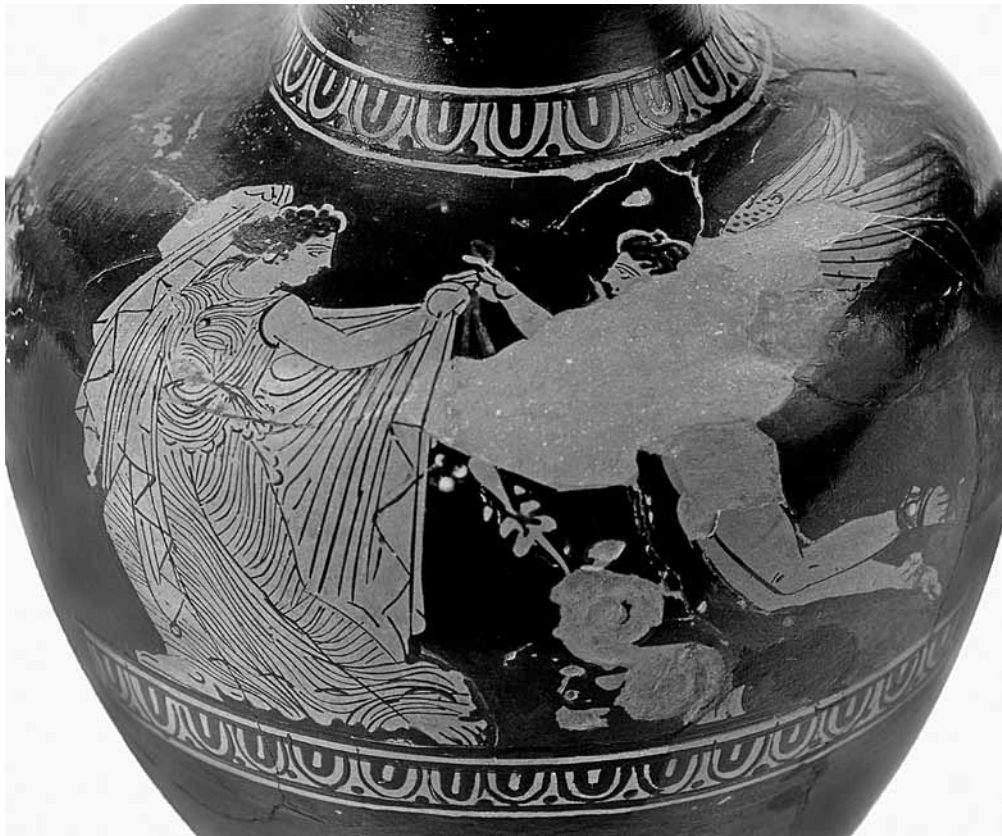
<sup>13</sup> On the chronology of Meidias' works, cf. Burn 1987: 7-8.

## BIBLIOGRAPHY

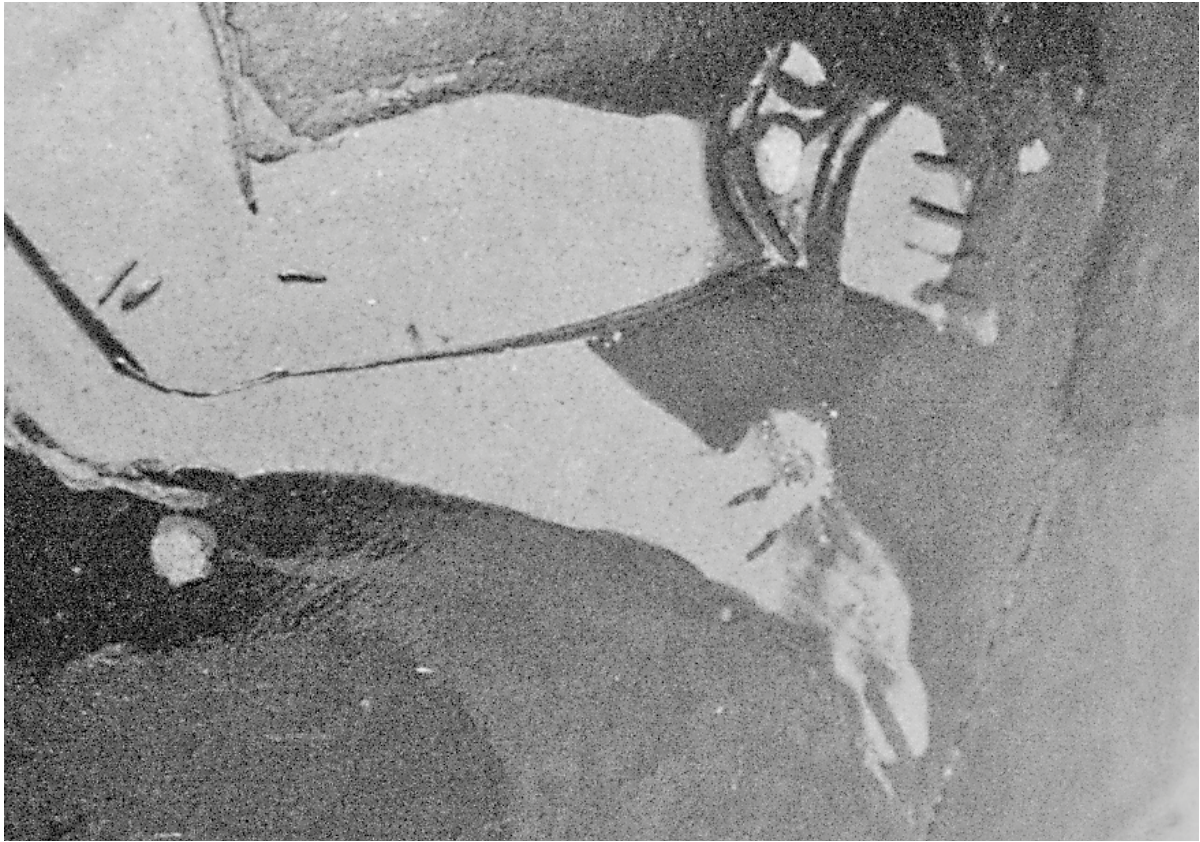
- BOARDMAN, J. 1989 (Reprint 2012): *Athenian Red-Figure Vases: The Classical Period*, London.
- BEAZLEY, J. 1963: *Attic Red-Figure Vase-Painters*. 3 vols, 2<sup>nd</sup> ed., Oxford.
- BEAZLEY, J. 1971: *Paralipomena: Additions to Attic Black-Figure Vase-Painters and to Attic Red-Figure Vase-Painters*, Oxford.
- BURN, L. and Glynn, R. 1982: *Beazley Addenda: Additional References to AVB, ARV<sup>2</sup> & Paralipomena*, Oxford.
- BECATTI, G. 1947: *Meidias: Un maneirista antico*, Firenze.
- BURN, L. 1987: *The Meidias Painter*, Oxford Monographs on Classical Archaeology, Oxford.
- CARPENTER, T. H., Mannack, T. and Mendonça, M. (1989): *Beazley Addenda. Additional References to AVB, ARV<sup>2</sup> & Paralipomena*, 2<sup>nd</sup> ed., Oxford. Available at: <http://www.beazley.ox.ac.uk>
- Corpus Vasorum Antiquorum*, Union Académique Internationale.
- FOLSOM, R. S. 1976: *Attic Red-Figured Pottery*, New Jersey.
- HAHLAND, H. 1930 (Reprint 1976): *Vasen um Meidias, Bilder griechischer Vasen*, 1, Mainz.
- MANNACK, T. 2001: *The Late Mannerists in Athenian Vase-Painting*, Oxford Monographs on Classical Archaeology, Oxford.
- MORAIS, R. and Centeno, R. 2013: "Notícia sobre quatro vasos áticos da coleção D. Manuel de Lancastre", *Portugalia* 34, 69-81.
- MORAIS, R. and Centeno, R. 2015 (in the press): *Vasos gregos da Coleção D. Manuel de Lancastre / Greek Vases from the D. Manuel De Lancastre Collection*, *Classica Instrumenta*, Coimbra.
- OAKLEY, J. H. 1997: *The Achilles Painter*, Mainz/Rhein.
- OAKLEY, J. H. 2004: "New Vases by the Achilles Painter and Some Further Thoughts on the Role of Attribution", S. Keay and S. Moser (Eds.), *Greek Art in View: Studies in Honour of Brian Sparkes*, Oxford, 63-77.
- RICHTER, G. M. A. 1946: *Attic Red-Figured Vases. A Survey*, New Haven.
- RICHTER, G. M. A. and Milne, M. J. 1935: *Shapes and Names of Athenian Vases*, New York.
- ROBERTSON, M. 1992: *The Art of Vase-painting in Classical Athens*, Cambridge.
- ROCHA PEREIRA, M. H. (Coord.) 2007: *Vasos gregos em Portugal. Aquém das colunas de Hércules*, Lisboa.
- SHAPIRO, H. A. 1997: "Correlating Shape and Subject: the Case of the Archaic Pelike", J. H. Oakley, W. D. E. Coulson and O. Palagia (Eds.), *Athenian Potters and Painters*, Oxford/Oakville, 63-70.
- TUGUSHEVA, O. V. 2009: "The Meidias Painter and the Jena Painter Revisited", J. H. Oakley and O. Palagia (Eds.), *Athenian Potters and Painters*, II, Oxford/Oakville, 291-296.
- WILLIAMS, D. 2002: "Perfume Pots, Painters, and a Puzzling Pursuit", A. J. Clark and J. Gaunt (Eds.), *Essays in Honor of Dietrich von Bothmer*, Amsterdam, 341-348.



**Fig. 1** (Photograph by José Pessoa)



**Fig. 2** (Photograph by José Pessoa)



**Fig. 3** (Photograph by José Pessoa)



**Fig. 4** (Photograph by Rui Centeno)



**Fig. 5** (Photograph by Rui Centeno)



**Fig. 6** (Photograph by Rui Centeno)



**Fig. 7** (Photograph: Bonhams Auction 17822, London, 28th April 2010, Lot 182)



# FOTOGRAFÍA AÉREA HISTÓRICA, SATELITAL MODERNA Y LIDAR AÉREO EN ALGUNOS RECINTOS MILITARES ROMANOS DE CASTILLA Y LEÓN

José Manuel Costa-García  
Raquel Casal García<sup>1</sup>

*Grazas Fernando,  
Pola túa extraordinaria humanidade  
como amigo, colega e profesor.*

## RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo avaliar o potencial de ferramentas tais como a fotografia histórica aérea, a prospecção aérea, as modernas fotografias por satélite, o LiDAR aéreo ou software GIS para o estudo de assentamentos militares romanos temporais. Cinco sítios localizados dentro dos limites da comunidade autónoma de Castela e Leão (Espanha) foram selecionados como amostra ilustrativa: La Chana, Valdemedea, Villalazán, El Burgo de Osma e Huerga de Frailes.

**Palavras-chave:** Arqueología romana militar; LiDAR; Fotografía aérea, por satélite e sensoriamento remoto.

## ABSTRACT:

Our aim in this paper is to gauge the potential of tools such as historical aerial photography, aerial survey, modern satellite photography, aerial LiDAR & GIS software for the study of Roman military temporary settlements. Five sites located within the boundaries of the autonomous community of Castile & León (Spain) have been selected as an illustrative sample: La Chana, Valdemedea, Villalazán, El Burgo de Osma & Huerga de Frailes.

**Keywords:** Roman military archaeology; LiDAR; Aerial & satellite photography, Remote Sensing.

## 1. INTRODUCCIÓN

La comunidad autónoma de Castilla y León cuenta con un notable conjunto de asentamientos militares romanos de época altoimperial. Así, es posible encontrarse tanto con recintos directamente relacionados con las guerras cántabro-ástures (Peralta 2006) como con algunas de las bases permanentes del *exercitus hispanicus* de las primeras centurias de nuestra era<sup>2</sup>. Para este estudio han sido

---

<sup>1</sup> Universidade de Santiago de Compostela

<sup>2</sup> Pensemos en León (García Marcos 2005), Astorga (González 1997), Rosinos de Vidriales (Carretero & Romero 2005) o Herrera de Pisuerga (Illarregui 2002).

seleccionados sin embargo cinco yacimientos que quizá han recibido una menor atención por parte de la historiografía y que se distinguen por el carácter perecedero de sus estructuras. Con todo, se trata en su mayoría de asentamientos conocidos de antiguo y que por tanto han pasado a formar parte de los distintos catálogos elaborados hasta el momento (Morillo 1991; Carretero 1993, 1999; Luik 1997; Morillo & Aurrecochea 2006; Costa 2013). Nos referimos a los yacimientos de Castroalbón, Valde-meda, Villalazán, El Burgo de Osma y Huerga de Frailes (Fig. 1) que, pese a lo dispar de su naturaleza, tienen en común el hecho de haber sido descubiertos mediante técnicas prospectivas no superficiales. En ninguno de ellos han tenido lugar tampoco excavaciones arqueológicas, de ahí la importancia de calibrar el potencial de nuevos métodos prospectivos en aras de su mejor conocimiento.

## 2. METODOLOGÍA DE ESTUDIO

El empleo de la fotografía aérea para la detección o estudio de asentamientos militares romanos no es ni mucho menos algo novedoso en la península ibérica (Almagro 1943; Loewinsohn 1965; Sánchez-Palencia 1986; Del Olmo 1995; García Merino 1996). En los últimos años, sin embargo, la fotografía por satélite o herramientas como los sistemas de información geográfica (SIG) han venido a sumarse a un esfuerzo que se ha cristalizado en desarrollo de metodologías *low cost* específicas (Menéndez, González *et al.* 2013). A ello debemos sumar la reciente irrupción de la tecnología LiDAR aérea, que se ha mostrado especialmente efectiva en la detección de estructuras en áreas boscosas o de tupida vegetación (Bödecker 2012; Bernardini, Sgambati *et al.* 2013; Opreanu, Lăzărescu *et al.* 2014). Sin embargo, su aplicación en este ámbito a nivel peninsular aún se halla en un estadio muy inicial (Gago & Fernández 2015).

Estos distintos instrumentos permiten que nos aproximemos a la realidad arqueológica de manera cualitativamente diferente pero cuentan también con unas particulares limitaciones técnicas (Denise 1987; Picarreta 1994; Opitz & Cowley 2012; Ceraudo 2013; Mlekuž 2013) que obligan a su articulación dentro de un marco metodológico preciso. Con todo, estas herramientas suponen un importante avance a la hora de conocer la morfología y entidad estructural de estos recintos así como en el estudio de sus particulares patrones de asentamiento. Por otro lado, el uso conjunto de documentación histórica y tecnología moderna permite analizar los yacimientos desde una dimensión diacrónica, lo que resulta de especial importancia no sólo desde el punto de vista de la investigación, sino también desde el patrimonial.

Es así que hemos recurrido al empleo de tres fuentes documentales básicas. En primer lugar se han revisado los vuelos fotogramétricos históricos actualmente disponibles tanto en la Fototeca Digital del CNIG-IGN<sup>3</sup> como en los repositorios de la Junta de Castilla y León<sup>4</sup>: las series A (1945-46) y B (1956-57) del vuelo americano<sup>5</sup>, el Vuelo Interministerial (1977-1983) y el Vuelo Nacional (1980-1986)<sup>6</sup>. Dado que se trata de fotografías no rectificadas carecen de validez cartográfica, por ello se ha procedido a su georreferenciación mediante la adición de varios puntos de control en aquellos casos en que lo hemos estimado oportuno<sup>7</sup>. A este conjunto habría que sumar las diversas fotografías aéreas publicadas por los investigadores de cada uno de los yacimientos.

En segundo término se ha examinado la ortofotografía más reciente del PNOA (2004-2011) y la fotografía por satélite perteneciente a Google Inc. (2005-2010)<sup>8</sup>. Por último, en el Centro de Descargas

<sup>3</sup> <http://fototeca.cnig.es/>

<sup>4</sup> [http://ftp.itacyl.es/cartografia/03\\_FotogramasAereos/](http://ftp.itacyl.es/cartografia/03_FotogramasAereos/)

<sup>5</sup> El Vuelo General de España Serie A cuenta con una escala aproximada es de 1/40000-1/45000 (Fernández & Quirós 1997; Pérez, Bascón *et al.* 2013); el de la serie B (USAF AST6 54-AM-78), tiene una escala de entre 1/32000 y 1/33000 (Fajardo 2008; Vales, Carpintero *et al.* 2010). Ambos pueden considerarse estereoscópicos.

<sup>6</sup> El primero, conocido también como vuelo IRYDA (Instituto de Reforma y Desarrollo Agrario), tiene una escala es de 1/18000; el segundo, cuenta con una escala 1/30000 (Pavo, Sánchez *et al.* 2014).

<sup>7</sup> Para ello se ha empleado la herramienta *Georreferenciador* del software libre QGIS 2.8.1.

<sup>8</sup> Bien mediante sus particulares servicios WMS, a través de la descarga directa de los productos (<http://centrodedescargas.cnig.es/CentroDescargas/>) o en los respectivos visores -Visor Iberpix (<http://www2.ign.es/iberpix/visoriberpix/visorign.html>); software gratuito Google Earth ([https://www.google.es/intl/es\\_es/earth/](https://www.google.es/intl/es_es/earth/)).

del CNIG-IGN pueden obtenerse las nubes de puntos LiDAR con una densidad media de 0,5 puntos por metro cuadrado para la casi totalidad del territorio estatal. Posteriormente este material ha debido procesarse informáticamente con el fin de obtener un modelo digital del terreno (MDT) de un metro de resolución sobre el que se han aplicado diversos modelos de visualización<sup>9</sup>.

### 3. ANÁLISIS DE LAS ESTRUCTURAS ARQUEOLÓGICAS

#### 3.1. La Chana (Castrocalbón, León)

El conjunto arqueológico de La Chana es el primer ejemplo de detección de asentamientos militares romanos de época altoimperial en *Hispania* a partir de la fotografía aérea. Fue descubierto por E. Loewinsohn (1965) mientras trataba de definir el trazado del antiguo itinerario XVII (It. Ant. Wess. 422,1-423,5) mediante los fotogramas del vuelo americano de 1956-7 (0231\_45094-6 y 0269\_17115-7). El yacimiento fue más tarde revisado por diversos investigadores (Jones 1976: 58-59; Le Roux 1982: 107-108) e incluso ha sido objeto de prospecciones aéreas en tiempos más recientes (Carretero 1993: 56-57; Del Olmo 1995: 110-113). El resultado de todos estos trabajos ha sido la detección de hasta cuatro recintos campamentales romanos y de una estructura circular que se ha identificado como torre de vigilancia relacionada con la mencionada vía. La revisión de la fotografía por satélite más reciente y del MDT-LiDAR permitiría sumar al menos un nuevo campamento al conjunto (Figs. 2-3).

Los recintos 1 y 2 son perfectamente reconocibles en todas las fuentes consultadas, pudiéndose identificar unos *aggeres* bien definidos y una única *fossa* exterior. El primero de ellos, el de mayores dimensiones de todo el yacimiento (3,72 ha), cuenta con una planta en forma de naipe aunque no es perfectamente rectangular. El segundo, de más modesta extensión, muestra una mayor regularidad en su disposición que permite reconocer un casi perfecto rectángulo. Además, en el MDT-LiDAR se aprecia la existencia de *clauiculae* interiores (Ps.-Hyg. *Met.* 55) guarneciendo sus accesos, elementos defensivos cuya antigüedad vendría asimismo avalada por los fotogramas de la serie A del vuelo americano (H0231\_104\_131-2).

Por el contrario, el estudio del recinto 3 presenta mayores dificultades. Las estructuras que lo integran solamente se aprecian con cierta nitidez en la fotografía satelital del PNOA (2004 y 2008). Se trata de varios alineamientos que por su tonalidad oscura podemos identificar como fosos. El problema reside en que, por su diferente orientación y disposición, parecen corresponderse con diferentes perímetros defensivos. Sólo los dos mayores pueden reconocerse en la totalidad de su trazado. Aunque puede suponerse un uso recurrente del espacio, carecemos de indicios arqueológicos suficientes como para ofrecer una seriación cronológica de los mismos.

Con mayor claridad se distingue el doble foso con que contaría el campamento 4 en su tramo sudoeste, dibujando dos perfectos esquinales rectangulares redondeados. Estas trincheras serían a su vez cortadas por el lienzo meridional del recinto 5, cuyo *agger* puede además intuirse en el MDT-LiDAR. Finalmente, al norte de esta posición se distingue a la perfección la ya aludida estructura circular que estaría integrada por una trinchera exterior unos 70-75 m de diámetro, un terraplén intermedio, otra pequeña depresión y un espacio central.

Una última apreciación cabe hacerse respecto a este conjunto arqueológico en relación con la vía 17. Tal y como permiten observar las visualizaciones del MDT-LiDAR, los recintos 1 y 5 se ven afectados por una serie de trincheras que se disponen a ambos lados del antiguo camino. Dichas zanjas han sido interpretadas como canteras de las que se extraerían materiales para la construcción del mismo (Moreno 2011: 4), de modo que podría considerarse que los campamentos fuesen anteriores en el

---

<sup>9</sup> Para ello hemos empleado las herramientas *FugroViewer* de FugroGeospatial, *LASTools* de RapidlassoGmbH y *ReliefVisualizationToolbox* del ZRC-SAZU, así como el software de código abierto *SAGA GIS 2.1.2* y *QGIS 2.6.1*.

tiempo a la fundación de un eje viario que podría datarse en los años finales del siglo I a. C. (*CIL* II 4776 y 6215; Rodríguez, Ferrer & Álvarez 2004: 105).

### **3.2. Valdemeda (Manzaneda, Truchas, León)**

Este campamento fue hallado también de forma casual en el transcurso de otra investigación (Sánchez-Palencia 1986) mientras se revisaban los fotogramas del vuelo de 1956-7 (0230\_41295-6; 230\_41390-2; 230\_52744-45) (Fig. 4). El recinto, que puede asimismo apreciarse en la serie fotográfica de 1946 (H230\_104\_017-8; H230\_179\_053-4), ha sufrido los efectos de una intensiva repoblación forestal, lo en buena medida anula el aporte de la fotografía aérea y satelital más reciente<sup>10</sup>. Sólo el empleo del LiDAR aéreo nos permite obtener una stampa moderna del yacimiento (Fig. 5). Con todo, su sector sudoeste se distingue con mayor dificultad debido a que en esta parcela se ha producido una reciente replantación que habría implicado quizá la roturación del terreno. Es por ello que no puede prescindirse del aporte sustancial que los vuelos históricos ofrecen para su estudio.

En las restantes áreas del perímetro defensivo se percibe con nitidez el relieve del parapeto interior (3,5 m) y puntualmente la suave depresión que anuncia la existencia de un foso (2,5 m) trazado de forma paralela a éste. En el centro del lienzo norte se aprecian los restos de una entrada que estaría guarnecida con una clavícula interior. En el lado oeste, podrían identificarse otros dos accesos con un similar dispositivo, mientras que al sur la *clavícula* es doble y ocupa también una posición centrada.

Aunque en planta evoca el inconfundible diseño en forma de naipes el recinto no es perfectamente rectangular, sino más bien romboide, pues sus ejes mayores en líneas generales se muestran regulares en cuanto a extensión. La adopción de esta solución probablemente se deba a la fuerte pendiente del terreno en que se ubica.

### **3.3. Villalazán (Villalazán – Madridanos, Zamora)**

Este campamento fue detectado mediante prospección aérea a inicios de la década de los 90 (Del Olmo & Rodríguez 1993; Del Olmo 1995: 115-118), siendo nuevamente sobrevolado durante la presente centuria (Del Olmo 2006: 333-335; Ariño, Didierjean *et al.* 2007; Didierjean 2008: 108). Aunque no cabe duda de que estamos ante un recinto con la característica planta en forma de naipes, el principal punto de disensión entre las diferentes aproximaciones surge a la hora de fijar la posición de su lienzo meridional, llegándose a considerar que el recinto no habría contado con el mismo (Didierjean, Morillo & Petit-Aupert 2014: 164). Esta eventualidad, que se manifiesta asimismo en la fotografía satelital moderna (Fig. 8), puede superarse en buena medida gracias al aporte de los vuelos históricos –fundamentalmente el Americano de la Serie B (0397\_29520-1) y el IRDYA (0397A0016)-. Con todo, en estos documentos únicamente puede distinguirse el trazado de un foso perimetral de unos 3,5 m de anchura en sus tramos más regulares. Las sucesivas parcelaciones y roturaciones del terreno habrían afectado a los antiguos parapetos pero la ausencia de cobertura LiDAR para esta región específica nos impide hacer mayores precisiones en este sentido.

Así las cosas, se reconoce un recinto rectangular de unas 22,75 ha de extensión total que sin embargo no se desarrolla en planta de forma totalmente regular. Los ejes mayores del campamento presentan sensibles variaciones en su longitud, condicionando a su vez el ángulo de apertura de los esquinales. Esta realidad parece responder a un ejercicio de adaptación local de un módulo castrametacional original, replanteándose el alineamiento de los lienzos y rectificándose la posición de uno de los esquinales.

### **3.4. Vegahoz – Los Llanos (El Burgo de Osma, Soria)**

En las inmediaciones de la antigua ciudad celtíbera de *Vxama Argaela* han sido hallados hasta la fecha tres recintos militares romanos. Los más cercanos a la misma, de menor tamaño, fueron detectados durante la década de 1990 mediante prospección aérea en el lugar de Vegahoz (García Merino

---

<sup>10</sup> Sólo en el vuelo Nacional (0230K0008) puede apreciarse ligeramente el trazado del lienzo oeste en su tramo meridional.

1996: 269, n. 2; Gillani 2007). Se trata, con todo, de elementos arqueológicos ciertamente esquivos, puesto que, de toda la documentación gráfica manejada, solamente en la fotografía satelital más reciente (PNOA 2006 y 2008; Google Inc. 13/09/2009 y 10/02/2011) se distingue de forma parcial el trazado de la *fossa duplex* perteneciente al ejemplar más septentrional. De acuerdo con Didierjean (2008: 112), quien recientemente ha sobrevolado el yacimiento, todavía es posible apreciar también en algunos puntos el doble foso que delimitaría el segundo de los campamentos. La revisión del MDT-LiDAR nos informa, sin embargo, de que en la actualidad ambos recintos se hallan completamente arrasados a nivel de superficie, por lo que no es posible apreciar resto alguno de sus parapetos originales.

Incluso en unas condiciones de observación óptimas resulta muy complicado reconstruir el trazado íntegro de ambos campamentos dado que sólo contamos con datos fragmentarios. El primero, mejor conocido, habría tenido una extensión total de algo más de 2 ha pero, al no mostrarse los lienzos conservados exactamente rectilíneos ni adoptar los esquinales una igual curvatura, no contamos con mediciones precisas. En cuanto al segundo ejemplar, de acuerdo con las escasas evidencias de que disponemos estaríamos ante un recinto de al menos 2,6 ha de superficie total.

El campamento de Los Llanos, por su parte, se sitúa a poco menos de 1 km de esta posición en dirección sudeste. Fue dado a conocer por el mismo Didierjean (2008: 110, 112-114; Didierjean, Morillo & Petit-Aupert 2014, 165) tras haber sobrevolado el lugar en verano de 2007 y, a juzgar por la nitidez y recurrencia con que se ve reflejado tanto en la fotografía aérea histórica como en la moderna satelital (Fig. 6)<sup>11</sup>, lo realmente sorprendente es que su descubrimiento se haya producido hace tan poco tiempo. Dos marcadas líneas de tonalidad oscura que se corresponderían con sendas trincheras (2,2-3 m de anchura cada una) delimitan su perímetro, situándose al interior de las mismas un *agger* que el MDT-LiDAR permite distinguir con claridad sobre el papel pero que en realidad se encuentra muy allanado (Fig. 7)<sup>12</sup>. En el centro de los lienzos norte y sur puede apreciarse una interrupción del dispositivo defensivo que podría indicar la presencia de sendos accesos. Asimismo, en el esquinal sudoeste se observa un pequeño terraplén que podría corresponderse con un *contra-agger*. Pese a que el curso del río Ucero ha afectado a buena parte del lienzo oeste del recinto, éste ofrece en planta una casi perfecta forma rectangular. Sus de notables dimensiones (16,6 ha) lo distancian de los campamentos situados en sus proximidades.

### 3.5. Huerga de Frailes (Villazala, León)

Este campamento fue descubierto muy recientemente gracias a la revisión del vuelo PNOA de 2006 en el visor Sigpac del MARM (Menéndez, González *et al.* 2011) (Fig. 9). Es también posible distinguir su perímetro en los fotogramas correspondientes a los vuelos americano de la serie B (0193\_13276-8) e Interministerial (0193E0101). Como sucedía en el caso anterior, únicamente se observa la existencia de un foso de unos 2,4-3 m de anchura, habiendo eliminado la intensa actividad agraria las trazas de los terraplenes. De hecho, el MDT-LiDAR sólo permite en este caso reconocer la trinchera gracias al crecimiento diferencial del cereal.

El recinto de Huerga de Frailes presenta también variaciones en lo que a la extensión de sus ejes se refiere. El trazado del lienzo meridional se proyecta suavemente hacia el exterior y la posición de uno de los esquinales parece anunciar una rectificación en la disposición del perímetro defensivo. Existe una alta probabilidad de que el campamento modificase su módulo original por motivos que desconocemos por completo. Se trata, con todo, de variaciones muy leves como para ser consideradas una verdadera anomalía.

<sup>11</sup> Vuelos americanos de las series A (H0377\_132\_015-6; H0377\_240\_161-3) y B (0377\_38915-7), Interministerial (037700E0007; 037700E0009), Nacional (0377L0007), PNOA (2004-2010) y Google Inc. (13/09/2009 y 10/02/2011).

<sup>12</sup> Los 7-8 m de anchura que se observan en las áreas en que se encuentra menos afectado se amplían hasta los 10-14 m en que se observa más deteriorado.

## 4. CONCLUSIONES DEL ESTUDIO

### 4.1. Potencial y limitaciones de la metodología empleada en recintos militares

No cabe duda de que el LiDAR aéreo es una herramienta con un enorme potencial en arqueología. Su barrido permite obtener un preciso modelado del terreno, pudiéndose detectar y visualizar estructuras antiguas incluso si estas apenas conservan una ínfima parte de su envergadura original. Así ocurre en el caso del campamento de Los Llanos, cuyo *agger* sólo se podía intuir en la fotografía aérea, o en el del recinto 2 de Castroalbón, donde se distinguen las *clauiculae* que guarnecen sus accesos. El problema reside en que a menudo la intensa roturación de los campos ha eliminado hasta las más mínimas trazas de los parapetos, como sucede en Huerga de Frailes y probablemente ocurrirá en Villalazán.

En áreas donde se ha producido una intensa reforestación los restos arqueológicos indudablemente han sentido los efectos de la misma. Con todo, para la obtención del MDT-LiDAR se han discriminado los puntos que correspondería a la cubierta boscosa, permitiendo identificar las antiguas estructuras que yacen bajo la misma. Por supuesto, la herramienta tiene sus limitaciones y en zonas de matorrales y/o árboles jóvenes a menudo el láser genera mucho ruido, de modo que la imagen resultante no será lo suficientemente nítida. Si el terreno ha sido removido además como paso previo a la plantación, la situación se complica notablemente. El recinto de Valdemedea es un buen ejemplo de todos estos extremos.

La detección de fosos o trincheras mediante el empleo del LiDAR resulta prácticamente imposible si estos se hallan colmatados y la tierra ha sido arada con medios mecánicos. En áreas destinadas a pastizales o a la producción del cereal cabría no obstante la posibilidad de servirse del crecimiento diferencial de la vegetación para su localización. Para ello sería preciso obtener un modelo digital de superficie (MDS) que refleje la cubierta vegetal en lugar de un MDT. Esta técnica ha dado resultado hasta cierto punto en el caso de Huerga de Frailes, pero se trata de una solución que depende de demasiadas variables como para poder considerarse verdaderamente efectiva.

El mejor modo de detectar estructuras negativas sigue siendo la observación de variaciones cromáticas en la fotografía. El caso del campamento de Los Llanos es especialmente ilustrativo en este sentido, pues tanto las imágenes aéreas –históricas y modernas- como las satelitales muestran a las claras la existencia de una *fossa duplex*. En el MDT-LiDAR, no obstante, se aprecia una única depresión con una anchura que abarca ambos trazados. Podría pensarse, mediante el empleo en solitario de esta última herramienta, que estamos ante una sola trinchera pero lo más probable es que los dos fosos originales fuesen colmatados y allanados conformando el mencionado hundimiento.

Las ortofotografías modernas tienen a su favor una alta frecuencia de actualización, lo que nos permite apreciar la evolución del paisaje en el transcurso de breves intervalos de tiempo. Sin embargo, estamos ante recursos que, independientemente del grado de precisión y definición que alcancen –que tampoco es siempre el mismo-, no han sido generados considerando las particulares necesidades de la disciplina arqueológica y representan el espacio de forma bidimensional. Estas limitaciones se agravan lógicamente a medida que retrocedemos en el tiempo y nos adentramos en el ámbito de la fotografía aérea histórica. Los antiguos fotogramas permiten, no obstante, reforzar la perspectiva diacrónica en el estudio de los recintos y en ellos es posible distinguir determinados indicios que el transcurrir de los años y la actividad antrópica han difuminado sino borrado. La estereoscopía logra resaltar algunas de las antiguas estructuras e incluso la serie con más baja resolución de cuantas hemos manejado, el vuelo americano de 1946, nos ha permitido ahondar en el conocimiento de un ejemplar como el recinto 2 de Castroalbón.

Algunos de los recintos estudiados han sido objeto de vuelos fotográficos específicos. Esta práctica paliaría en buena medida las limitaciones de los conjuntos documentales anteriormente señalados, pues se ajusta a un método arqueológico y tiene en cuenta la problemática concreta de cada yacimiento.

Campamentos como los de Castrocalbón, Villalazán o Vegahoz se conocen en gran medida gracias a estos vuelos, pero ello no significa que las prospecciones aéreas hayan resuelto todas las dudas existentes alrededor de los mismos. Debemos tener en cuenta, eso sí, el momento en que muchas de estas fotografías fueron efectuadas.

Hoy en día, el desarrollo de la fotogrametría permite obtener productos ortorrectificados de alta calidad sin un gran derroche de medios, ya sea a partir de los fotogramas de vuelos antiguos o bien de nuevas series fotográficas obtenidas para la ocasión (Verhoeven 2011; Verhoeven, Doneus *et al.* 2012; Verhoeven, Sevara *et al.* 2013). Indudablemente, estas herramientas resultarán sumamente provechosas a la hora de estudiar los recintos militares romanos pero exigen, como las restantes técnicas, su inserción dentro de un marco metodológico estricto que desarrolle sus potencialidades de cara a la obtención de información arqueológica e histórica significativa. Asimismo, en ningún caso debe prescindirse del fundamental respaldo que a la investigación proporciona la prospección superficial.

## 4.2. Resultados del estudio morfológico

Uno de los principales campos en los que la metodología empleada permite la obtención de óptimos resultados es en el estudio morfológico de las defensas campamentales, pues el uso de productos ortorrectificados garantiza una gran precisión en las mediciones. Este aspecto, que de por sí supone ya un notable avance en el estudio de los recintos, habilita asimismo la realización de forma precisa de otros análisis relacionados con la técnica castrametacional. Con todo, dado que estamos ante un conjunto de recintos seleccionados de forma artificial, los resultados ofrecidos en este somero estudio no tienen sino una finalidad ilustrativa y en ningún caso pretende responder a la problemática histórica particular de cada yacimiento. Con el objeto de agilizar el discurso, los diferentes cálculos y mediciones han sido recapitulados en la tabla 1.

En líneas generales, todos los recintos parecen ajustarse al modelo de planta en forma de naípe (Fig. 10). Algo similar ocurre con sus defensas, que presentan la más básica disposición castrametacional: la excavación de uno o más fosos *-agger/uallum ac fossa(e)* y el levantamiento de un sencillo parapeto terrero tras ellos (Gilliver 2001: 74-81). Solamente el campamento de Valdemedea y el recinto 2 de La Chana se diferencian de los demás al mostrar *clauiculae* en sus accesos.

Un análisis detenido revela, sin embargo, determinadas variaciones en cuanto a la extensión, modulación y orientación de los recintos. La primera variable se relaciona directamente con la envergadura del cuerpo destinado a guarnecer el campamento, pues la tropa debe encontrar holgado acomodo en su interior sin que ello implique fijar un perímetro tan extenso que su defensa se torne inviable (Veg. Epit. 1.22, 3.8). Los cálculos de ocupación pueden variar enormemente dependiendo del estudio que tomemos como referente, pero en este caso hemos optado por la hipótesis sostenida por Richardson (2004) para los recintos de marcha de época altoimperial. De acuerdo con este estudio los recintos pueden ordenarse en cinco rangos fundamentales: *castella* de pequeño tamaño destinados quizá a albergar unidades auxiliares o a un puñado de cohortes (Castrocalbón, Vegahoz); un campamento que podría haber servido a una *uexillatio* de modestas dimensiones (Valdemedea); otro que holgadamente cubriría las exigencias de una única legión (Huerga de Frailes); un recinto en el que podría acampar una legión completa con sus cuerpos auxiliares asociados (Los Llanos); y finalmente un asentamiento que serviría quizá a un cuerpo de ejército compuesto por al menos dos legiones (Villalazán).

Por lo que respecta a la modulación, la adopción de diferentes soluciones puede deberse tanto a los particulares usos y gustos de los *metatores* a la hora de ordenar el espacio interno del campamento como haberse visto supeditada por la configuración del terreno en que se sitúan los recintos (Welfare & Swan 1995: 6-17; Davies & Jones 2006: 14-16). Sea como fuere, las plantas de los campamentos habitualmente presentan variaciones que los alejan del módulo teórico original. En Valdemedea este hecho parece deberse a la escabrosidad del terreno pero en el caso de los recintos asentados en llano resulta más difícil aclarar este particular. Quizá el proceso de antropización que los diferentes territorios

han sufrido a lo largo de las centurias nos impide hallar las claves que explicarían este fenómeno. Algo similar ocurriría con la orientación de los campamentos, factor que podría verse condicionado tanto por entorno físico como relacionarse con el paisaje humano (Gilliver 2001: 69-74; Davies & Jones 2006: 11-14). Es por ello que resulta tan importante la contextualización histórica y arqueológica de esta clase de establecimientos.

### **4.3. Algunos apuntes acerca del estado de conservación de los yacimientos**

Tras la elección de varios asentamientos militares temporales ubicados en diversas áreas geográficas subyace también el interés por analizar el diferente grado en que sus estructuras se habrían visto afectadas por la acción antrópica. No cabe duda de que el laboreo agrícola ha sido históricamente uno de los principales factores de deterioro de los yacimientos arqueológicos, especialmente desde la introducción de la maquinaria pesada en estos trabajos. Deben considerarse, sin embargo, que factores como el tipo de propiedad y parcelación de la tierra o el nivel de exigencia productiva, que pueden haber variado notablemente a lo largo del tiempo. Las llanuras que albergan algunos de los recintos analizados habrían sufrido desde mediados del siglo XX un paulatino proceso de concentración parcelaria buscando un aprovechamiento más racional del terreno. A priori estas transformaciones habrían acelerado el desgaste de las estructuras, pero carecemos de datos específicos que nos permitan establecer su nivel de conservación en los momentos más antiguos. Por otra parte debemos considerar que, debido a las particularidades de la documentación manejada, no siempre existe una relación directa entre la visibilidad de los restos y su grado de conservación. Cabría plantearse entonces si en algunos casos la concentración parcelaria no habrá contribuido precisamente al mejor conocimiento de los recintos debido a que la agrupación de terrenos ofrece un lienzo uniforme sobre el que las estructuras, especialmente las negativas, destacan con mayor facilidad.

En el momento de tomarse las fotografías de 1946 y 1956-7 no parece que los campamentos de Vegahoz, Huerga de Frailes, Villalazán, 3 y 4 de Castrocalbón conservasen ya sus terraplenes o, al menos, estos tendrían una mínima entidad. En algunos sectores las trazas de los antiguos fosos se han ido difuminando gradualmente hasta el punto de que recintos como los de Vegahoz son prácticamente indetectables hoy en día. Ya hemos comentado la problemática detección del sector meridional del campamento de Villalazán, pero a ello debemos sumar el hecho de que su esquinal noroeste ha desaparecido casi completamente debido a la instalación en los años 2008-9 de un huerto solar en dos de las parcelas aquí situadas.

La situación de los *aggeres* del campamento de Los Llanos o de los recintos 1, 2 y 5 de La Chana tampoco invita al optimismo. Aun pudiéndose distinguir estos parapetos mediante técnicas informáticas de visualización o iluminación, lo cierto es que conservan apenas una altitud de entre 5 y 20 cm. Dado que la profundidad de los fosos se establece en valores semejantes, en muchos sectores las estructuras son prácticamente indistinguibles a nivel de superficie. En el caso de Castrocalbón sabemos que el deterioro de las estructuras se habría agudizado en la década de 1970 (Jones 1976: 58-59) pues apenas unos años antes se conservaban aceptablemente (Loewinsohn 1965). De todos modos, dado que las tierras de La Chana son menos fértiles que las de las próximas vegas del río Ería, tal vez aquí el impacto de la explotación agraria ha sido menos elevado del que cabría esperar.

Finalmente, el particular caso del yacimiento de Valdemeda ha sido apuntado ya con anterioridad. En esta ocasión el factor de deterioro de las estructuras es la reforestación de las parcelas en que se sitúa, viéndose afectado el recinto tanto por la roturación previa a la plantación como por el posterior proceso de enraizamiento de los árboles. Ello no sólo implica un notable desgaste de parapetos y trincheras, que apenas destacan en superficie entre 5 y 15 cm, sino también la adulteración puntual de su alineamiento original.

Estos datos permiten hacernos una idea del serio riesgo que estos yacimientos corren en la actualidad y de la necesidad de que existan adecuados protocolos para su protección. Dado que en



muchos casos las antiguas estructuras quedarán completamente arrasadas en el transcurso de pocas décadas sino años, tendría que considerarse la exigencia de una intervención arqueológica sensible a las particularidades de estos asentamientos temporales (Peralta 2002). Un completo estudio de los mismos debiera contemplar al menos la realización de un completo mapeado que permita reconstruir la planimetría de los recintos y la apertura de sondeos puntuales para conocer mejor sus defensas. Asimismo, la prospección magnética ha resultado de cierta utilidad en algunos casos a la hora de recuperar útiles que habrían formado parte de la impedimenta de los soldados.

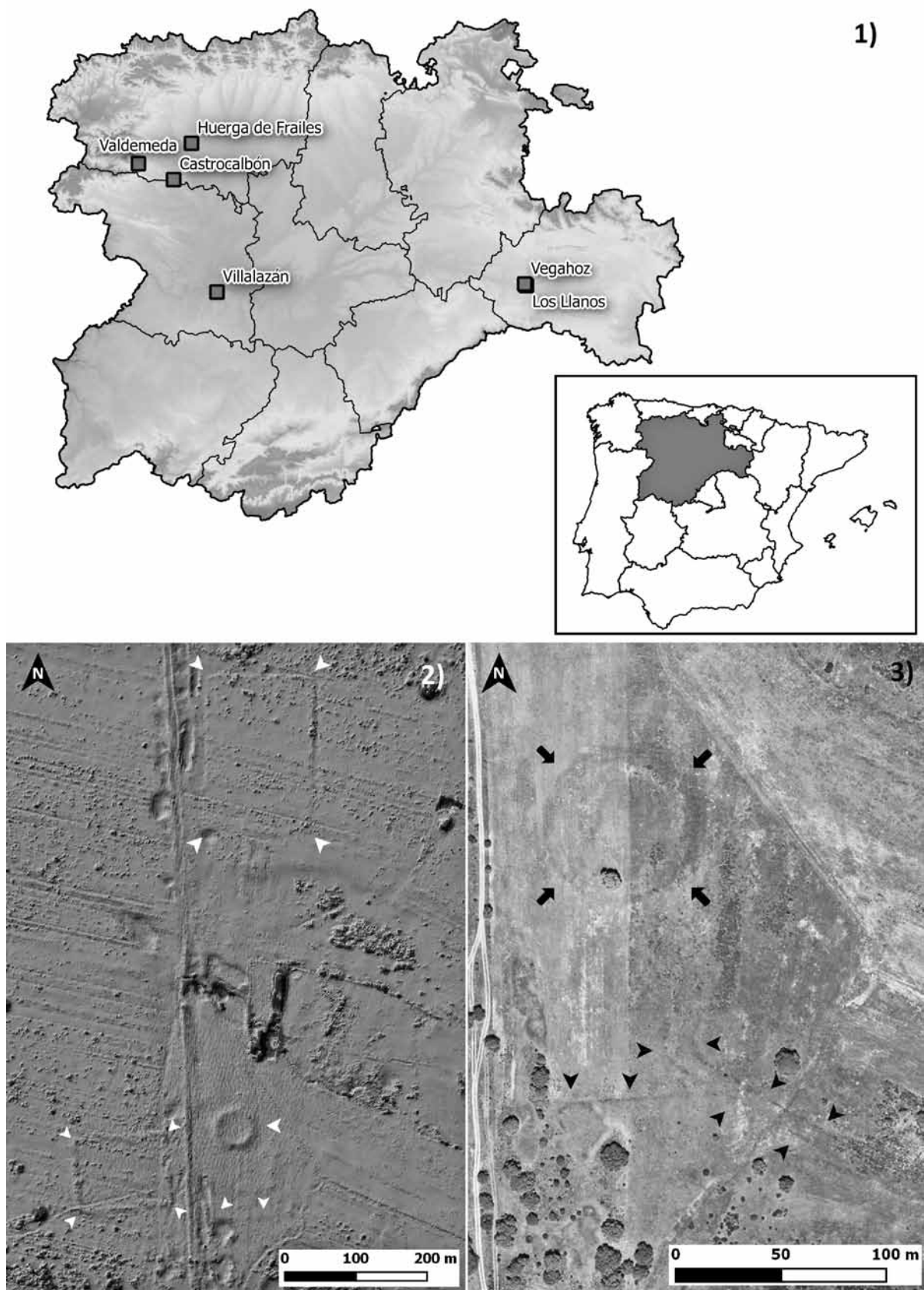
## BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO BASCH, M. (1943). "La colaboración de la aviación española en el campo de la arqueología". *Revista Ampurias*, 5, pp. 247-249.
- ARIÑO GIL, E.; DIDIERJEAN, F. et al. (2007), Albocela (Villalazán, Zamora). Interpretación de la ciudad romana a partir de la fotografía aérea y la prospección intensiva, in NAVARRO CABALLERO, M.; PALAO VICENTE, J. J. & MAGALLÓN BOTAYA, M. A. (Eds.), *Villes et territoires dans le bassin su Douro à l'époque romaine. Actes de la table-ronde internationale (Bordeaux, septembre 2004)*, París, Diffusion de Bocard, pp. 171-193.
- BERNARDINI, F.; SGAMBATI, A. et al. (2013), Airborne LiDAR application to karstic areas: the example of Trieste province (north-eastern Italy) from prehistoric sites to Roman forts, *Journal of Archaeological Science*, 40 (4), pp. 2152-2260.
- BÖDECKER, S. (2012), Römische Übungslager im Hinterland von Bonn, in Heinrich, P. (Ed.), *Der Limes vom Niederrhein bis an die Donau: 6. Kolloquium der Deutschen Limeskommission*, Stuttgart, Theiss, pp. 21-27.
- CARRETERO VAQUERO, S. (1993), El cuadrante noroeste peninsular en época romana: los efectivos militares y sus establecimientos, *Brigecio*, 3, pp. 47-72.
- CARRETERO VAQUERO, S. (1999), El ejército romano del noroeste peninsular, *Gladius*, 19, pp. 143-156.
- CARRETERO VAQUERO, S. & ROMERO CARNICERO, M. V. (2005), Castra Petavonium, in PÉREZ-GONZÁLEZ, C. & ILLARREGUI, E. (Eds.), *Arqueología Militar Romana en Europa. Actas del Congreso celebrado en Segovia del 3 al 14 de julio de 2001*, Salamanca, Junta de Castilla y León – Universidad SEK de Segovia, pp. 219-229.
- CERAUDO, G. (2013), Aerial Photography in Archaeology, in Corsi, C.; Slapšak, B. & Vermeulen, C. (Eds.), *Good Practice in Archaeological Diagnostics. Non-invasive Survey of Complex Archaeological Sites*, Cham, Springer, pp.11-30.
- COSTA GARCÍA, J. M. (2013), *Arqueología de los asentamientos militares romanos en la Hispania altoimperial (27 a. C. – ca. 280 d. C.)*, Santiago de Compostela, USC - Tesis Doctoral Inédita.
- DAVIES, J. L. & JONES, R. H. (2006), *Roman Camps in Wales & the Marches*, Cardiff, University of Wales Press.
- DEL OLMO MARTÍN, J. (1995), Arqueología aérea en tres núcleos campamentales romano de Zamora y León, *Brigecio*, 4-5, pp. 109-118.
- DEL OLMO MARTÍN, J. (2006), Arqueología Aérea de las Ciudades Romanas en la Meseta Norte. Algunos ejemplos de urbanismo de la primera Edad del Hierro, segunda Edad del Hierro y Romanización, in *Nuevos Elementos de Ingeniería Romana, III Congreso de las Obras Públicas Romanas*, Astorga, Junta de Castilla y León – CITOP, pp. 313-340.
- DEL OLMO MARTÍN, J. & Rodríguez Jiménez, J. (1993), Arqueología Aérea en Castilla y León", *Revista de Arqueología*, 142, pp. 6-7.
- DENISE, R. (1987), *Air photography & archaeology*, London, Gerald Duckworth.
- DIDIERJEAN, F. (2008), Camps militaires romains et archéologie aérienne: méthodologie et données nouvelles, *Saldvie*, 8, pp. 95-115.
- DIDIERJEAN, F.; Morillo Cerdán, Á. & Petit-Aupert, C. (2014), Traces des guerres, traces de paix armée: l'apport de quatre campagnes de prospection aérienne dans le nord de l'Espagne, in Cadiou F. & Caballero, M. N. (Eds.), *La guerre et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. a.C.)*, Bordeaux, Ausonius, pp.149-179.
- FAJARDO DE LA FUENTE, A. (2008), Osuna y su territorio a través de las fotografías del vuelo americano: (1956-57), *Cuadernos de los Amigos de los Museos de Osuna*, 10, pp. 26-29.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, F. & QUIRÓS LINARES, F. (1997), El vuelo fotográfico de la "Serie A", *Ería*, 43, pp. 190-198.
- GAGO MARIÑO, M. & FERNÁNDEZ MALDE, A. (2015), Un posible recinto campamental romano en O Cornado (Negreira, Galicia), *Nailos*, 2, pp. 229-251.

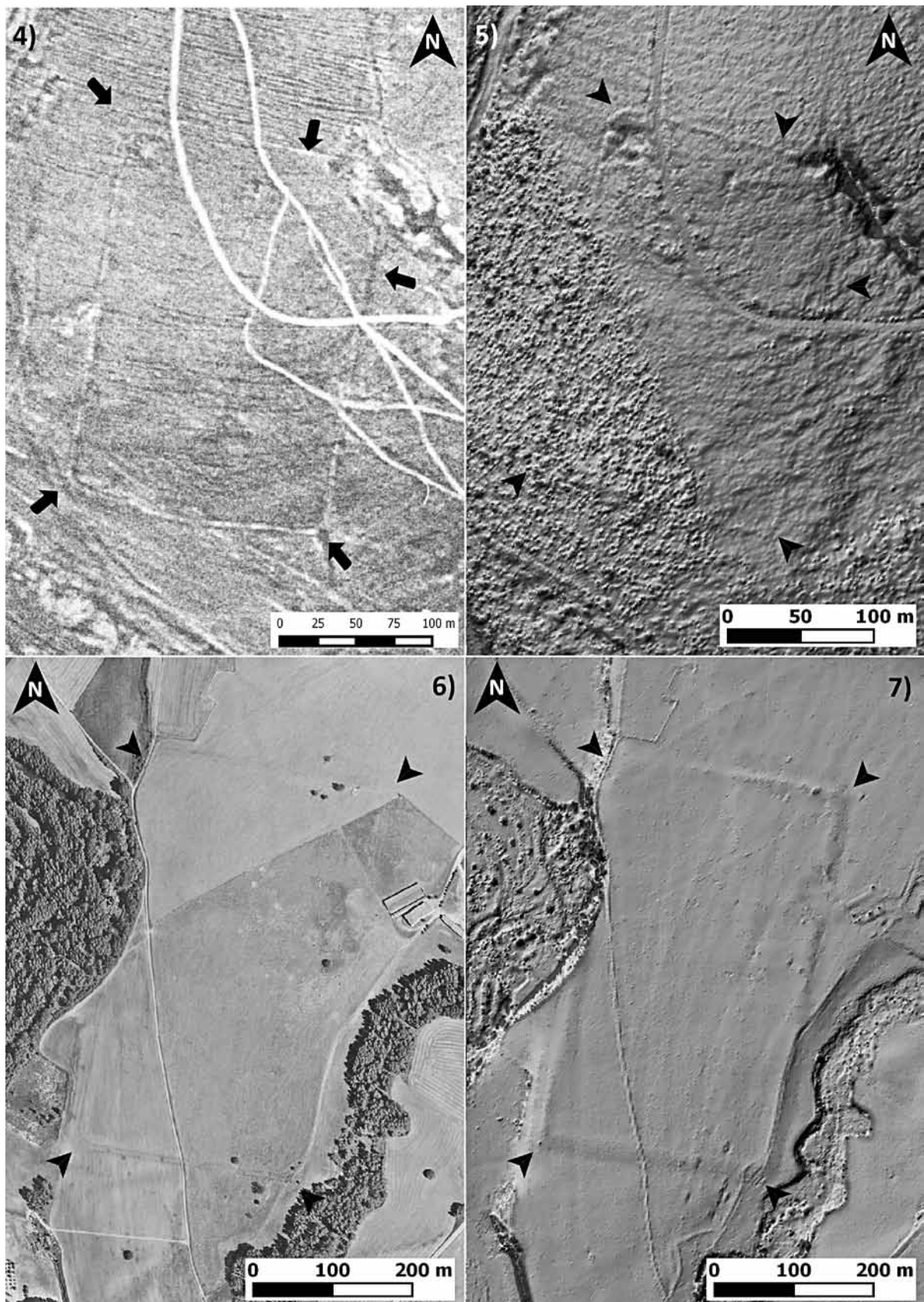
- GARCÍA MARCOS, V. (2005), Los campamentos de las legiones VI VICTRIX y VII GEMINA en León, in PÉREZ-GONZÁLEZ, C. & ILLARREGUI, E. (Eds.), *Arqueología Militar Romana en Europa. Actas del Congreso celebrado en Segovia del 3 al 14 de julio de 2001*, Salamanca, Junta de Castilla y León – Universidad SEK de Segovia, pp. 167-195.
- GARCÍA MERINO, C. (1996), Un nuevo campamento romano en la cuenca del Duero: El recinto campamental de Uxama (Soria), *Archivo Español de Arqueología*, 69, pp. 269-273.
- GILLANI, G. (2007), The Roman city of Uxama Argaela (Soria, Spain) & its study by means of remote sensing & digital cartography, in Georgopoulos, A. (Ed.), *Proceedings of the XXI International CIPA Symposium, 01-06 October 2007, Athens, Greece*, Atenas, The International Committee for Documentation of Cultural Heritage. Enlace permanente: <http://cipa.icomos.org/text%20files/ATHENS/FPO67.pdf>.
- GILLIVER, C. M. (2001), *The Roman Art of War*, Charleston, Tempus.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, M. L. (1997), *La fortificación campamental de Asturica Augusta*, Astorga, Ayuntamiento de Astorga (Cuadernos Municipales 2).
- ILLARREGUI GÓMEZ, E. (2002), Acerca de los campamentos altoimperiales de Herrera de Pisuerga y su entorno, in MORILLO CERDÁN, Á. (Ed.), *Arqueología Militar Romana en Hispania*, Madrid, CSIC - Ed. Polifemo (Anejos de Gladius 5), pp. 155-166.
- JONES, R. F. J. (1976), The Roman military occupation of North-West Spain, *Journal of Roman Studies*, 66, pp. 45-66.
- LE ROUX, P. (1982), *L'Armée Romaine et l'organisation des provinces ibériques. D'Auguste a l'invasion de 409*, Paris, Centre Pierre Paris (Publications du Centre Pierre Paris 8).
- LOEWINSOHN, E. (1965), Una calzada y dos campamentos romanos del conuentus asturum, *Archivo Español de Arqueología*, 38, pp. 26-43.
- LUIK, M. (1997), Die römischen Militärlagern der Iberischen Halbinsel von der Zeit des Republik bis zum Ausgang des Prinzipats: Ein Forschungsüberblick. *Jahrbuch des Römisch-Germanischen Zentralmuseums Mainz*, 44, pp. 213-275.
- MENÉNDEZ BLANCO, A.; GONZÁLEZ ÁLVAREZ, D. et al. (2011), Un nuevo campamento militar romano en el Páramo Leonés: Huerga de Frailes, *Argutorio*, 26 (1er Sem.), pp. 32-35.
- MENÉNDEZ BLANCO, A.; GONZÁLEZ ÁLVAREZ, D. et al. (2013), Propuestas de prospección de bajo coste para la detección de campamentos romanos de campaña. El área occidental de la Cordillera Cantábrica como caso de estudio, *Munibe*, 64, pp. 175-197.
- MLEKUŽ, D. (2013), Skin Deep: LiDAR & Good Practice of Landscape Archaeology, in Corsi, C.; Slapšak, B. & Vermeulen, C. (Eds.), *Good Practice in Archaeological Diagnostics. Non-invasive Survey of Complex Archaeological Sites*, Cham, Springer, pp. 113-129.
- MORENO GALLO, I. (2011), Identificación y descripción de la vía de Astorga a Braga por Chaves. De Asturica a Veniata, in *Vías romanas en Castilla y León*, Valladolid, Junta de Castilla y León, pp. 2-38.
- MORILLO CERDÁN, Á. (1991), Fortificaciones campamentales de época romana en España, *Archivo Español de Arqueología*, 64, pp. 135-190.
- MORILLO CERDÁN, Á. & AURRECOECHEA, J. (2006), Roman Military Sites in Hispania: An Archaeological Guide, in MORILLO CERDÁN, Á. & AURRECOECHEA, J. (Eds.), *The Roman Army in Hispania*, León, Universidad de León, pp. 211-282.
- OPITZ, R. & COWLEY, D. (2012), *Interpreting Archaeological Topography: Lasers, 3D Data, Observation, Visualisation & Applications*, Oxford, Oxbow.
- OPREANU, C. H.; LĂZĂRESCU, V.-A. et al. (2014), New light on a Roman fort based on a Lidar survey in the forested landscape from Porolissum, *Ephemeris Napocensis*, 25, pp. 71-86.
- PAVO LÓPEZ, M. F.; SÁNCHEZ ALONSO, M. et al. (2014), La Fototeca Virtual del CNIG: la evolución de un territorio mostrada mediante servicios interoperables, in *IV Jornadas Ibéricas de Infraestructuras de Datos Espaciales*, Toledo, UCLM, pp. 283-294.
- PERALTA LABRADOR, E. (2002), Los campamentos romanos de campaña (castra aestiva), evidencias científicas y carencias académicas, *Nivel Cero* 10, pp. 49-87.
- PERALTA LABRADOR, E. (2006), La revisión de las guerras cántabras: novedades arqueológicas en el norte de Castilla, in MORILLO CERDÁN, Á. (Ed.), *Arqueología militar romana en Hispania II: Producción y abastecimiento en el ámbito militar*, León, ULe, pp. 523-547.
- PÉREZ ÁLVAREZ, J. A.; BASCÓN ARROYO, F. M. et al. (2013), Project Casey Jones, 1945-46: El vuelo histórico "fotogramétrico" de la Serie A en España y sus aplicaciones cartográficas, *Mapping*, 22 (159), pp. 14-24.

- PICARRETA, F. (1994), *Manuale di fotografia aerea: uso archeologico*, Roma, L'Erma di Bretschneider (Studia Archaeologica 2).
- PSEUDO-HYGINIUS (1979), *Des fortifications du camp*, edición de M. Lenoir, Paris, Société d'édition 'Les Belles Lettres'.
- PSEUDO-HYGINIUS (1993), The de munitionibus castrorum: Text & Translation, edición de C. M. Gilliver, *Journal of Roman Military Equipment Studies*, 4, pp. 33-48.
- RICHARDSON, A. (2004), *Theoretical Aspects of Roman Camp & Fort Design*, Oxford, Archaeopress (BAR International Series 1321).
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S. & ÁLVAREZ ASOREY, R. D. (2004), *Miliarios e outras inscricións viarias romanas do Noroeste hispánico (Conventos bracarense, lucense e asturicense)*, Lugo, Consello da Cultura Galega.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. (1986), El campamento romano de Valdemeda, Manzaneda (León), *Numantia*, 2, pp. 227-234.
- VALES, J. J.; CARPINTERO, I. R. et al. (2010), Producción de ortofotos históricas para la generación de bases de datos temáticas. Cartografía de usos y coberturas del suelo. REDIAM, in Ojeda, J.; Pita, M. F. & I. Vallejo (Eds.), *Tecnologías de la Información Geográfica: La Información Geográfica al servicio de los ciudadanos*, Sevilla, Universidad de Sevilla, pp. 369-384.
- VEGETIUS RENATUS, F. (2006), *Compendio de técnica militar*, edición de D. Paniagua Aguilar, Madrid, Cátedra.
- VERHOEVEN, G. (2011), Taking Computer Vision Aloft - Archaeological Three dimensional Reconstructions from Aerial Photographs with PhotoScan, *Archaeological Prospection*, 18, pp. 67-73.
- VERHOEVEN, G.; DONEUS, M. et al. (2012), Mapping by matching: a computer vision-based approach to fast & accurate georeferencing of archaeological aerial photographs, *Journal of Archaeological Science*, 39, pp. 2060-2070.
- VERHOEVEN, G.; SEVARA, C. et al. (2013), Undistorting the Past: New Techniques for Orthorectification of Archaeological Aerial Frame Imagery, in Corsi, C.; Slapšak, B. & Vermeulen, C. (Eds.), *Good Practice in Archaeological Diagnostics. Non-invasive Survey of Complex Archaeological Sites*, Cham, Springer, pp. 31-67.
- WELFARE, H. & SWAN, V. G. (1995), *Roman Camps in England. The Field Archaeology*, London, RCHME.

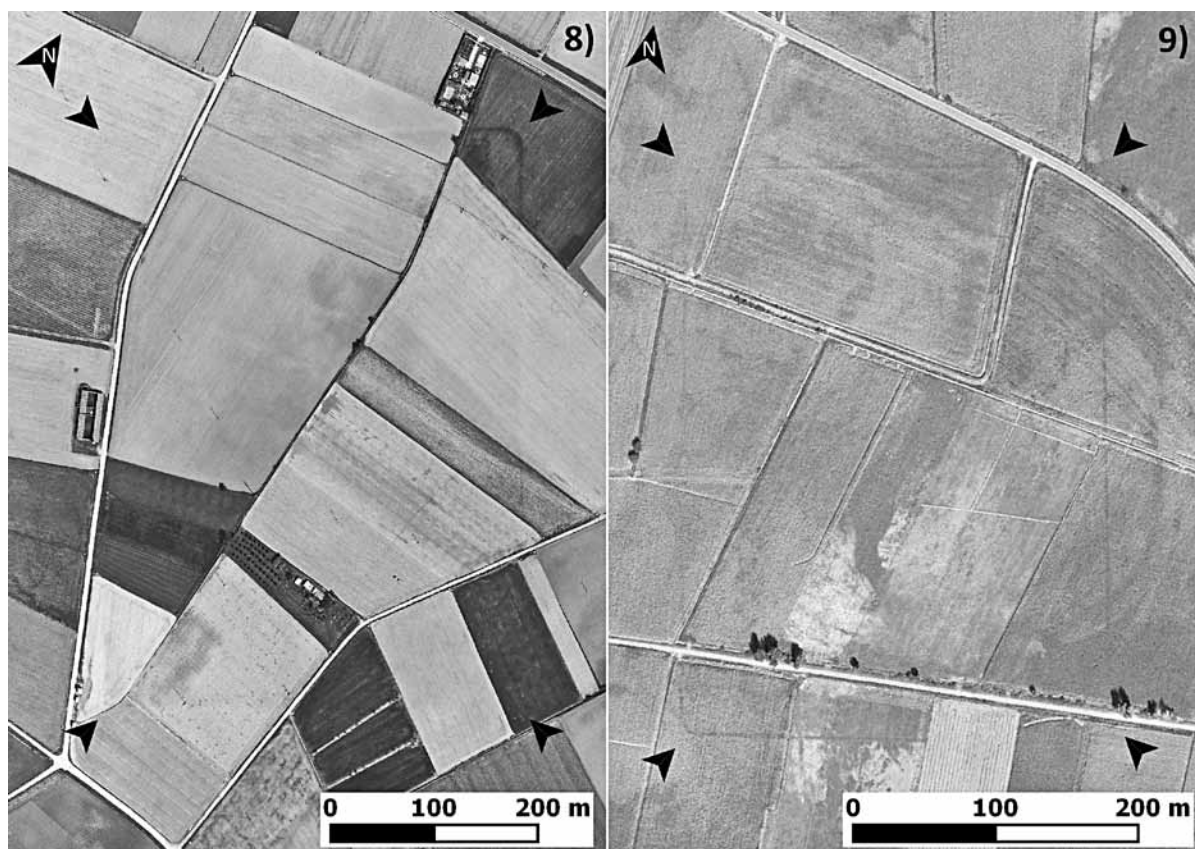




**Fig. 1 a 3** – Localización de los yacimientos (Arriba). Recintos 1, 2, 5 y estructura circular de La Chana tras aplicar técnicas de visualización al MDT-LiDAR (Izquierda). Recintos 4 y 5 de La Chana en el fotograma PNOA 2008\_ETRS89\_HU30\_H50\_231 (Derecha).



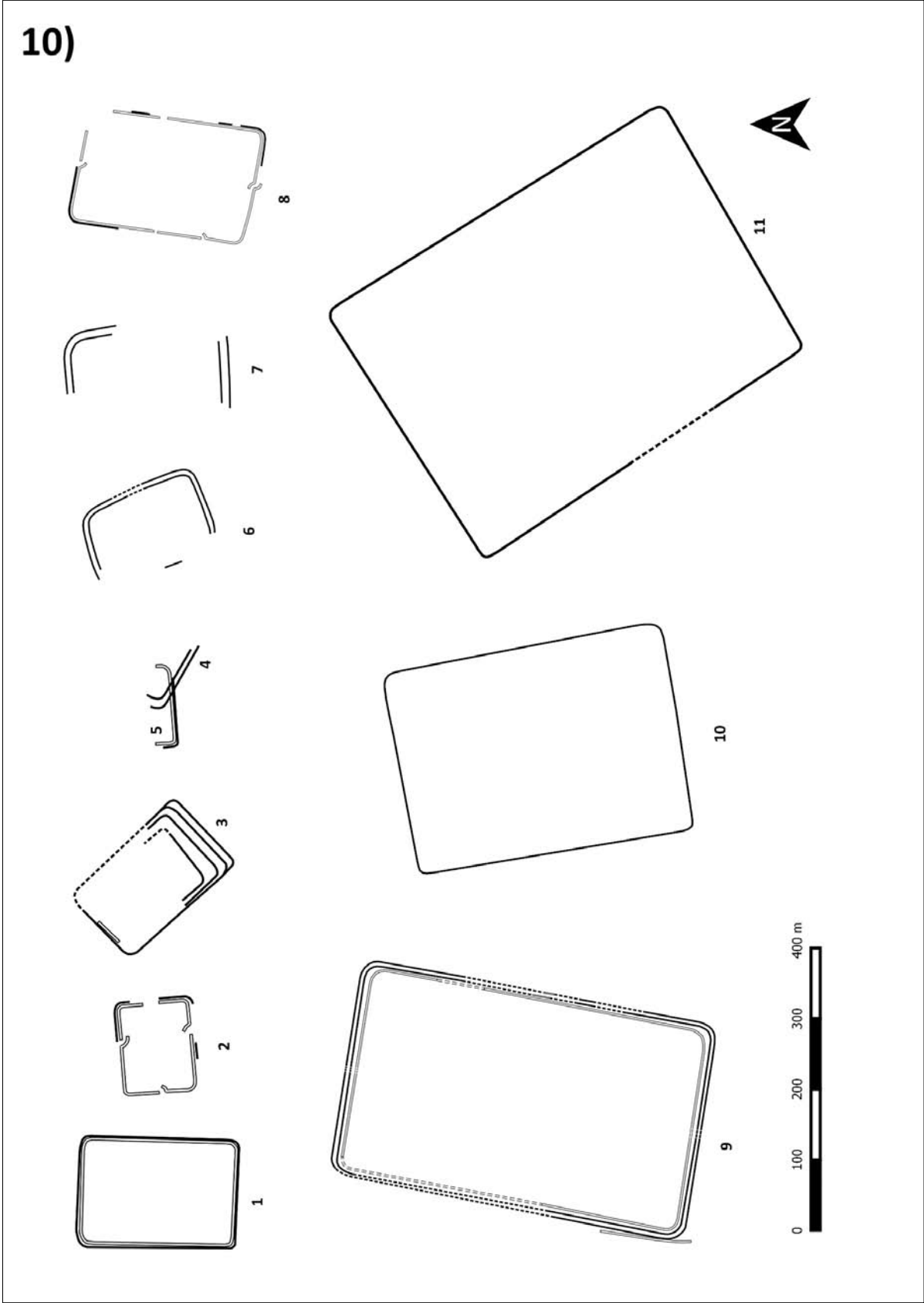
**Fig. 3 a 7** – Recinto de Valdemeda en el fotograma 0230\_41296 de la Serie B del Vuelo Americano (Arriba Izq.) y tras aplicar técnicas de visualización al MDT-LiDAR (Arriba Der.). Recinto de Los Llanos en el fotograma PNOA 2006\_ETRS89\_HU30\_H50\_0377 (Abajo Izq.) y tras aplicar técnicas de visualización al MDT-LiDAR (Abajo Der.).



Recinto	Dimensiones (m)		Área (ha)			Orientación	Modulación		Ocupación		
	Totales	Netas	Total	Neta	Útil		Pedes	Módulo	Efectivos	Cohortes	
La Chana	1	234x160	222x151	3,72	3,33	3,08	3º	750x500-525	7:5 o 3:2	1875	3,91
	2	-	133,5x106,5	-	1,41	1,13	85º	450x360	4:3	800	1,66
	3a	206,5x131	202,5x127	2,67	2,54	-	320º	-	8:5	1400	2,98
	3b	197x131	193x127	2,55	2,42	-	320º	-	3:2	1350	2,84
	3c	?x120	?x115	-	-	-	317º	-	-	-	-
	3d	?x96	?x92	-	-	-	321º	-	-	-	-
4	>45x >105	-	-	-	-	30º	-	-	-	-	
5	?x >120	?x >118	-	-	-	355º	-	-	-	-	
Valdemeda	269x176	264x171	4,78	4,44	4,09	189º	880x575	3:2	2500	5,21	
Villalazán	555,1x413,5	548,1x406,4	22,75	22,45 max.	-	327º	1850x1375	13:10, 4:3, 11:8 o 7:5	12660	26,37	
Vegahoz	1	ca. 184x125,7	ca. 162,6x103,5	2,16-2,31	-	-	341º	550x350	11:7	ca. 1250	2,54-2,71
	2	237x?	-	2,63 min.	2,05 min.	-	356º	-	-	1150 min.	2,41 min.
Los Llanos	516,1x312,5	494,1x294	16,6	14,5	13,3	12º	1666x1000	5:3	7500	15,63	
Huerga	404x298,2	398x292,2	12,1	11,7	-	350º	1340x990	4:3 o 11:8	6600	13,75	

**Fig. 8 a 9** – Recinto de Villalazán en el fotograma PNOA 2007\_ETRS89\_HU30\_H50\_0397 (Izquierda). Huega de Frailes en el fotograma PNOA 2006\_ETRS89\_HU30\_H50\_0193) (Derecha).

Tabla 1. Dimensiones, orientación, módulo y ocupación de los campamentos analizados (Abajo).



**Fig. 10** – Plantas de los recintos a escala.



## BANQUETEAR-SE EM VIDA E NO ALÉM: OS TESTEMUNHOS EPIGRÁFICOS

José d'Encarnação<sup>1</sup>

### RESUMO:

Procura analisar-se o significado político, social e económico dos banquetes (*epula, coenae*) referidos em monumentos epigráficos romanos, atendendo, inclusive, aos que neles eram convidados a participar. Alude-se às representações dos banquetes funerários, como indício claro da crença de que os defuntos careciam de alimento e... de companhia!

**Palavras-chave:** Banquetes funerários; *Epulum*; *Cupa*.

### ABSTRACT:

An essay about public banquets and their political, social and economical significance, in the Roman time, even if we know the people who was invited to participate on them. The representations of the banquet in a funerary context show also that Romans believed that the defunct needed food and company!

**Keywords:** *Epulum*, Funerary banquets, *Cupa*.

Da importância do banquete e da comida na vida quotidiana não podiam alhear-se os monumentos epigráficos romanos. Pela escrita e pela decoração.

A escrita assume, de modo particular, um cunho político-social. Tal como hoje, os *cocktails* de que as revistas 'society' se fazem eco: quem oferece, quem participa e porquê. O benemérito, que assim se evidencia, conquista votos, arrecada prestígio – *epulo dato, remissis cenis publicis...*

Com uma monumental feijoada à portuguesa se festejou a inauguração da Ponte Vasco da Gama, *super Tagum Olisipone; dato epulo, Annia Victorina aquam sua omni impensa perduxit factis pontibus et fistulis et lacubus cum suis ornamentis*, em Santisteban del Puerto, Jaén, como reza monumental dedicatória do tempo dos Romanos.

E Petrónio captou bem essa imagem, ao mostrar as magnificências de Trimalquião, um rol infundável de surpresas, e ali mesmo, chamando Habinas, a quem já encomendara a construção do túmulo, determina como quer o seu epitáfio:

«Aqui jaz Gaio Pompeio Trimalquião Mecenatiano. Foi eleito sêxviro na sua ausência. Embora pudesse pertencer a todas as decúrias, em Roma, não o quis. Escrupuloso, corajoso, fiel, partiu de pouco e deixou trinta milhões de sestércios. E nunca foi aluno dos filósofos. Descansa em paz – tu também».

---

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra.

Para a Última Ceia reservou Cristo a instituição da Eucaristia, completando assim um ciclo que noutra banquete iniciara – as bodas de Caná. Como que a sublinhar que o banquete se quer eterno – como os Romanos também pretendem dizer com as cenas do banquete fúnebre. Lá está o defunto reclinado, as iguarias, os vinhos, os servos dedicados...

A vida e a morte. Refeição para a vida que no Além se prolonga!

Interessará, pois, entrelaçar cada vez mais os dados dos textos literários com os do quotidiano lapidar:

- Que é, verdadeiramente, um epulum?
- Como se distingue de uma coena?
- Em que circunstâncias se dava um e outro?
- E a quem: amicis, civibus, populo, plebi, ordinibus...

Ah! E as copas? Representarão elas a bebida sagrada de que o morto eternamente se inebriará no Além? Talvez não!... Mas os cachos de uvas e as papoilas dormideiras não poderão querer significar outro alimento, outra... droga?

E as cenas de caçadas (*venationes*) que aparecem em sarcófagos são representações da realidade (por vezes se identificam os caçadores) ou o voto de que a carne fresca jamais falte ao defunto?

E se, na Península Ibérica, estudarmos as zonas em que aparecem as estelas epigrafadas com banquetes será que não chegaremos também a conclusões interessantes acerca de curiosas aculturações?

## 1. OS BANQUETES PÚBLICOS

Para comparar com o que se passara em Portugal, aquando da inauguração da Ponte Vasco da Gama, em 1998, aduzi atrás a epígrafe onde se perpetua o facto de a benemérita *Annia Victorina* haver querido assinalar *dato epulo*, ou seja, oferecendo um banquete, a inauguração do aqueduto (*aquam perduxit*) que mandara fazer totalmente a expensas suas (*sua omni impensa*), não se esquecendo de especificar que também fora de seu encargo a construção das respectivas pontes, saídas de água e tanques de decantação, com os respectivos ornatos: *factis pontibus et fistulis et lacubus cum suis ornamentis*<sup>2</sup>.

*Epulo dato*: traduziríamos por «oferecendo um banquete», conotando-se a palavra com 'uma lauta refeição', não tão abundante e variada, é bem de ver, como a que Petrónio imagina para o seu faustoso Trimalquião, mas algo que não deixasse por mãos alheias os créditos da benemérita, que do seu gesto esperava receber, obviamente, ainda maiores proventos, não apenas em prestígio pessoal mas também – e, naturalmente, sobretudo! – em termos de consolidação de uma clientela política que muito interessava manter. De resto, o objectivo fundamental da iniciativa vem expresso logo no começo da epígrafe: honrar a memória de seu marido e filho – *ob memoriam Marci Fulvi Moderati mariti et Marci Fulvi Victorini filii*. Os *Marci Fulvii* seriam, pois, família cujo renome importava reter.

Na sua análise acerca da utilização do termo *epulum* – que reconhece abundante e significativa na Bética –, Javier Del Hoyo começa por esclarecer que se considera *epulum* «o banquete público que – com carácter sagrado – se celebrava tendo como pano de fundo algum acontecimento importante», como é o caso, e dá uma ideia do que se sabe acerca destas iniciativas<sup>3</sup>. E poderá consultar-se com proveito a entrada «epula» do *DA*, da autoria de Fustel de Coulanges, que, no final, acentua o facto de os *epula* se terem transformado, para o vulgo, em mera «distribuição de carne, de pão e de vinho ou dinheiro», uma instituição que, como outras, não desapareceu mas se corrompeu, perdido o carácter sagrado d'outrora<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Veja-se em <http://eda-bea.es/>, registo n° 9380, a inúmera bibliografia acerca desta epígrafe.

<sup>3</sup> DEL HOYO 1993: p. 74.

<sup>4</sup> Tomo 2, volume 1, pp. 736-738.

Tal como na actualidade, haveria convidados para tais banquetes, que não a população em geral. Na inscrição de *Balsa* (Tavira), em que *Annius Primitivus* agradece à deusa Fortuna Augusta ter sido eleito sêxviro, há referência a que uma das iniciativas que tomou foi a de presentear a população: *sportulis etiam civibus datis*<sup>5</sup>. A frase é bem clara: foram os cidadãos os destinatários dessas ofertas. Compreende-se: foram eles que votaram, são eles que continuam a ter o direito de votar e é o seu voto a paga. Por conseguinte, os *epula* só em casos verdadeiramente excepcionais – que não deixarão de ser também lapidarmente assinalados – é que abrangerão elementos exteriores aos *cives*. De resto, quando, na mesma cidade de *Balsa*, *Manlia Faustina* celebra, com expressa autorização dos decuriões, a memória de seu irmão, *Titus Manlius Faustinus*, que fora duúnviro por duas vezes, *epulo dato*, «dando um banquete», certamente os participantes nesse banquete se terão recrutado de preferência entre os *amici* da conceituada e localmente marcante *gens Manlia*<sup>6</sup>.

Um outro exemplo peninsular, mui provavelmente de Linares – Cazlona, Jaén: os *municipes Castulonenses* honram *Quintus Torius Culleo*, governador da Bética, porque, entre outras muitas benemerências, *epulo populo remisit*<sup>7</sup>. Aqui, o destinatário da oferta é o *populus*, a população, os habitantes; serão, porém, os habitantes livres e no uso dos seus direitos civis. Traduzindo, à letra, «povo», acabar-se-ia por dar uma ideia susceptível de induzir em erro, tão cientes estamos hoje que «povo» é a população indiferenciada – conceito que se não adequa à época romana. Recorde-se, a título de exemplo, a frase consagrada *senatus populusque romanus*: o *populus* é, também aqui, apenas o conjunto dos cidadãos no gozo pleno dos seus direitos.

Numa epígrafe identificada em Rute (Córdoba), assinala-se que *Caius Valerius Valerianus forum aedes quinque signa deorum quinque statuas suas sua impensa dedit donavit*, isto é, foi Gaio Valério Valeriano quem, a expensas suas, deu e ofertou (repare-se no reforço veiculado pelo pleonasma, em que o significado de 'doação' é mais forte que o de singela dádiva) o fórum, um edifício (quicá um templo), cinco estátuas de divindades e – pasme-se! – cinco estátuas suas! Não deixou seus créditos por mãos alheias. Não é, contudo, esse o motivo por que se traz este testemunho à colação: é que competiu à sua neta e herdeira proceder à dedicação de todo esse acervo monumental, sublinhado com um banquete: *Flavia Valeriana neptis heres epulo dedicavit*<sup>8</sup>.

As razões, atrás enunciadas, de tais repastos não serem nem social nem politicamente inocentes encontram confirmação numa outra epígrafe, achada em Lucena (Córdoba), referente ao mesmo *municipium Cisimbrense*, segundo a qual, tendo a ordem dos municípes decretado a erecção de uma estátua a *Valeria Acte*, é a neta *Flavia Valeriana* que, aceite a honra e paga a despesa pela avó, se encarrega de a mandar fazer: *Valeriae Actes ordo municipum municipii Cisimbrensis ob merita eius statuam decrevit; Valeria Acte, honore accepto, impensam remisit. Flavia Valeriana neptis faciundam curavit*<sup>9</sup>. Facilmente se compreenderá, pois, quão significativos são tais gestos em termos sociopolíticos. No banquete se trocariam impressões, se gízariam negócios, se louvariam as benfeitorias de tão nobre e dedicada família!...

E se a expressão *epulo populo*, a consignar a organização de um banquete para o povo, amiúde se regista nos textos epigráficos, outras há também assaz significativas. Assim, do termo do município romano de *Iporca* (Sevilha) temos uma epígrafe a dar-nos conta de que *Cornelia Prisca* cumpriu, como herdeira, a ordem testamentária de seu irmão, *Quintus Cornelius Gallus*, de gratificar os decuriões (*testamento suo sportulis datis decurionibus poni iussit*), fazendo-a acompanhar de um banquete: *dato epulo plebi et ordini*.<sup>10</sup> Ou seja, o banquete foi oferecido não apenas ao conselho municipal mas

<sup>5</sup> IRCP 73.

<sup>6</sup> IRCP 79. Fig. 1.

<sup>7</sup> Cf. <http://eda-bea.es/>, registo n° 9410.

<sup>8</sup> Cf. <http://eda-bea.es/>, registo n° 2220.

<sup>9</sup> Cf. <http://eda-bea.es/>, registo n° 2222.

<sup>10</sup> Cf. <http://eda-bea.es/>, registo n° 866.

também à população, aqui identificada como *plebs*, o que nos dá a entender serem usufrutuários da benesse todos os habitantes. Fácil é depreender-se que se está perante a satisfação de (em sentido lato) uma dívida contraída...

Anote-se ainda a expressão *epulo annuo*, que vamos encontrar, por exemplo, numa epígrafe identificada em Caravaca de la Cruz (Múrcia), no termo do que foi, em tempo de Romanos, a *res publica Assotatorum: Lucius Aemilius Rectus*, conceituado *scriba* a quem várias cidades concederam a honra de ser seu cidadão honorário e que o imperador Adriano agraciou com a categoria de cavaleiro, determinou por testamento, na sua qualidade de *patronus* da referida *respublica*, que anualmente ali se fizesse um banquete, para cuja concretização certamente terá legado a necessária quantia, cujo respectivo montante – mui naturalmente – não vem expresso<sup>11</sup>.

A inscrição lavrada num pedestal de mármore, dado como procedente de Constantina (antiga *Iporca*, perto de Sevilha), informa que a *Ordo Iporcensium* honrou a sua sacerdotisa perpétua com uma estátua, homenagem acompanhada de *cenae publicae*, que, ao contrário do que seria habitual, a própria *ordo* pagou (diz o texto «*remissis cenis publicis*»), tendo os sêxviros, sacerdotes do culto imperial normalmente eleitos entre os libertos, contribuído também para as despesas, o que pressupõe terem também eles beneficiado do repasto. Em HEp 11 2001, sob o n° 453, dá-se conta das interpretações que o documento tem proporcionado, porquanto o original desapareceu e resta o texto num manuscrito; o que, todavia, nos interessa frisar é o hábito de se promoverem ceias, cuja realização a *Lex Irnitana* devidamente regulamentou; ceias, neste caso, «públicas», ou seja, se a interpretação à letra é válida, abertas a toda a população do aglomerado urbano.

Valerá a pena, a este propósito, recordar o artigo clássico de Charles Michel, que diz expressamente:

*Les occasions de grands repas publics ou, pour mieux dire, de repas donnés au peuple* (cenae populares) se représentaient assez fréquemment, soit dans les cérémonies religieuses, soit lorsque des candidats aux fonctions publiques, des triomphateurs, des héritiers de riches personnages, y invitaient tout le peuple [EPULA]. En outre, chaque corporation sacerdotale, chaque curie, chaque gens semble avoir eu des repas de corps à la suite des sacrifices qu'elle accomplissait régulièrement dans l'année<sup>12</sup>.

## 2. A VIDA PARA ALÉM DA... VIDA TERRENA

Escusado será acentuar a crença que, de um modo geral, todos os povos têm acerca de uma existência para além da vida terrena, independentemente da forma como essa vida é concebida. O mais fácil – dada a enorme espessura do mistério... – é imaginá-la como prolongamento desta. Por isso, os Romanos tratavam de a pensar em termos gastronómicos também.

Significativos são, nesse aspecto, alguns textos encontrados em contexto funerário. Lidia Storoni Mazzolani coligiu alguns bem significativos, de que cito dois:

*Vita brevis, spes fragilis, venite!*

*Accensus est. Dum lucet, bibamus, sodales!*<sup>13</sup>

«A vida é breve, frágil a esperança: entrai! A lareira está acesa; enquanto houver luz, vamos beber, companheiros!»

*Hoc ego sum in tumulo Primus notabilissimus ille vixi lucrinis, potabi saepe falernum balnia vina Venus mecum senuere per annos*<sup>14</sup>

<sup>11</sup> Cf. <http://eda-bea.es/>, registo n° 12 229.

<sup>12</sup> É a entrada «coena», no atrás citado *DA*, tomo 1, vol. 2, p. 1282.

<sup>13</sup> ILS 8607; Mazzolani, 1991: p. 119.

<sup>14</sup> CIL XIV 914; Mazzolani, 1991: p. 101.

«Neste túmulo estou, aquele notabilíssimo Primo! Comi ostras, amiúde bebi Falerno; banhos, vinho, amores foram minha companhia até à velhice».

Foi, a primeira, frase gravada num copo, encontrado em Klagenfurt (Áustria), e pressupõe, em contexto funerário, que seja o defunto a convidar os transeuntes, seus amigos, a que a ele se ajuntem, enquanto há vida, enquanto é dia, para que, no quente conforto da lareira, façam uma saúde à vida: à deles e à dele também. A bebida, um elixir, uma fonte de convívio – que, em companhia, a eternidade passa mais depressa!...

A segunda fala é colocada na boca de Gaio Domício Primo. Profundamente impregnada do espírito epicurista, põe a tônica no que foram os prazeres que teve a dita de a vida lhe proporcionar. Assim, as deliciosas ostras afrodisíacas acompanhadas de bem fresco e apetitoso Falerno, o vinho mais celebrado pelos escritores antigos!...<sup>15</sup>

E estas referências levam-nos de imediato às representações dos banquetes funerários, que sarcófagos e até singelas estelas funerárias ostentam. São eco, naturalmente, da necessidade real de os parentes do defunto prepararem viandas a fim de bem receberem familiares vindos de fora para as cerimónias fúnebres. Aliás, até mais tarde, ao lembrar-se o defunto aquando, por exemplo, do aniversário do seu passamento, a antecâmara do jazigo oferecerá viandas também para que, de copo em punho, de novo se brinde por este salutar convívio entre os mortos e os vivos<sup>16</sup> – e aí estão os monumentos funerários da Isola Sacra, perto de Roma, ou de Carmona, não longe de Sevilha, a demonstrá-lo, com uma arquitectura que integra essa antecâmara para o repasto. Elucidativa nesse âmbito é a epígrafe sobre que Francisco Marco se debruçou, pois que se refere a um túmulo que tinha uma *aediculam cum vinea et muris*, es decir, *una viña funerária rodeada de un recinto mural como espacio aislado en el que llevar a cabo los banquetes de aniversario en memoria del defunto*<sup>17</sup>; prescreve-se, de resto, no próprio texto a obrigação perpétua de oferecer seis vezes por ano uma *cena*, para cujo pagamento se legou uma quantia<sup>18</sup>!

Mostram as representações em baixo-relevo o defunto reclinado, em companhia daqueles que, durante a vida, lhe foram mais queridos. Diante dele, assim heroificado, a mesa posta. Celebra-se desta sorte uma continuidade em que o alimento, o banquete e os seus rituais desempenham papel preponderante, evocando, sem dúvida, os mistérios de Diónisos, como Franz Cumont bem diagnosticou,<sup>19</sup> porque também é verdade que, na ideologia dos Romanos, «os mortos precisam de alimento».<sup>20</sup> Uma representação como a dos dois peixes estilizados patente no topo de uma cupa de Alcáçovas<sup>21</sup> não se me afigura passível de interpretar-se nem como indicativo de eventual actividade piscatória do defunto (neste caso, uma defunta: *Ama*) nem como manifestação de um desejo de que tal alimento lhe não venha a faltar na eternidade; contudo, não será porventura despiendo supor-se que a ave debicando os frutos de uma árvore (a árvore da Vida?), esculpida em relevo na face lateral esquerda da ara IRCP 448 (Fig. 3), simbolize o defunto e a vontade de que nunca o alimento lhe falte.

No que à *Hispania* diz respeito, anote-se que houve em torno de León, na região de Lara de Los Infantes, oficinas epigráficas que escolheram o banquete funerário, mesmo que mui rudemente representado e esquematizado, para decoração primordial das estelas funerárias (Fig. 4 e 5).

Poderá relacionar-se esse hábito com a presença dos soldados da *Legio VII Gemina*, cujo acampamento esteve, como se sabe, na génese da actual cidade de León. Esses soldados provinham de ambientes mais cultos, portadores dessas antigas tradições.

<sup>15</sup> Pode ver-se, a este propósito, ENCARNACIÓN 1998: pp. 131-134.

<sup>16</sup> Iconograficamente, é essa a representação – cfr. DUNBABIN 2003. Ver também COLLING 2011.

<sup>17</sup> MARCO SIMÓN 2014: p. 502.

<sup>18</sup> MARCO SIMÓN 2014: pp. 502-503.

<sup>19</sup> CUMONT 1966: p. 419.

<sup>20</sup> CUMONT 1966: p. 352.

<sup>21</sup> IRCP 427. Fig. 2.

Ao fazer o *corpus* das inscrições de Lara de Los Infantes, José António Abásolo<sup>22</sup> preferiu, a propósito das representações de banquete, remeter para o trabalho de Luis Fernández Fuster<sup>23</sup> e limitou-se a dar, na p. 171, o rol das estelas com cenas de banquete, especificando se com uma figura indeterminada, com uma figura sentada, uma figura sentada e mesa, figuras afrontadas, com um serviçal, com dois serviçais. Contudo, em 1977, debruça-se largamente sobre estas representações, que assinala serem típicas da região de Lara de Los Infantes<sup>24</sup>, preconizando, para as representações do banquete, uma datação do último terço do século I d. C.<sup>25</sup>.

### 3. AS CUPAS

A referência aos banquetes leva-nos a pensar, de modo especial, queiramos ou não, nas bebidas que neles se consomem. O vinho, por exemplo. E, nesse aspecto, chamou, desde há muito, a atenção dos investigadores o facto de haver túmulos cuja cobertura era em forma de cupa, de barril para transporte de vinho (Fig. 6). Tal circunstância levou imediatamente à ideia de que se queria simbolizar a disponibilização, para o defunto, de uma considerável quantidade de vinho, precioso néctar de que se continuaria a inebriar na eternidade.

A ideia fora proposta por Waldemar Deonna: assim se simbolizaria *la boisson sacrée dont le défunt s'enivrera dans l'au-delà*, mais um testemunho, de resto, em seu entender, do culto à divindade indígena gaulesa *Sucellus*, de que o barril era atributo<sup>26</sup>.

Na mesma linha de pensamento seguiriam outros investigadores, nomeadamente José María Blázquez Martínez, que chegou a relacionar essa forma com o culto a Diónisos<sup>27</sup>.

Com efeito, pese muito embora essa convicção, retomada por Robert Étienne, na obra que assinou com Françoise Mayet a propósito do vinho hispânico<sup>28</sup>, estou em crer que, também neste caso, o túmulo pretende ser, simplesmente, a imagem do lar confortável em que muito nos aprazeria viver.

Remeto para as considerações que já tive ocasião de fazer a este propósito<sup>29</sup> e onde concluo, depois de evocar o tecto das casas meridionais e norte-africanas em abóbada, que as cupas, mais ou menos alindadas, em determinado momento por graça 'transformadas' em barricas, quando já se lhes perdera o significado inicial, nada mais são do que a recordação dos tempos idos, passados no Norte de África, daqueles que para aqui vieram viver<sup>30</sup>. Aliás, Dolorès Julia salientou, de facto, essa origem africana:

*Les cupae de Barcelone et de Tarragone nous offrent, donc, un exemple, assez unique en Espagne, d'un type de tombeau probablement venu d'Afrique, qui [...] se prêta, sans renier ses origines, aux variations plus ou moins personnelles des ateliers de sculpture locaux*<sup>31</sup>.

### CONCLUSÃO

Na vida privada e em actos públicos, a refeição sempre ocupou lugar preponderante.

Demorou tempo a que as entidades e também as pessoas se apercebessem de que se estava, na verdade, perante um «património»: as 'receitas' tradicionais procuravam manter-se, reflexo, como

---

<sup>22</sup> ABÁSULO 1974.

<sup>23</sup> FERNÁNDEZ FUSTER 1954.

<sup>24</sup> ABÁSULO 1977: p. 65.

<sup>25</sup> ABÁSULO 1977: p. 83.

<sup>26</sup> DEONNA 1946: p. 120.

<sup>27</sup> BLÁZQUEZ 1962: 163.

<sup>28</sup> ÉTIENNE & MAYET 2000: 54-58.

<sup>29</sup> ENCARNÇÃO 2009: p. 21.

<sup>30</sup> Cf. BLÁZQUEZ 2001: p. 214.

<sup>31</sup> JULIA 1965: p. 54.

eram, de hábitos adquiridos em contacto com um ambiente de que dependia a subsistência individual e colectiva, transmitidos de geração em geração.

Veja-se que, entre nós, só a 26 de Julho de 2000 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2000, a considerar «a gastronomia portuguesa como um bem imaterial integrante do património cultural de Portugal», preconizando, entre outras iniciativas, «a criação de uma base de dados de receitas e produtos tradicionais portugueses». Daí a elevar-se a «dieta mediterrânica» a património cultural imaterial sancionado pela UNESCO<sup>32</sup> foi um passo; e essa consciencialização determinou que, um pouco por toda a parte, cada vila ou cidade se comesse a intitular «capital» de determinada iguaria e passassem a multiplicar-se, ao longo do ano, as semanas ou quinzenas gastronómicas... Não deixa de ser elucidativo – apenas para se dar um exemplo – que uma cidade como Tudela de Navarra, de tão grandes tradições históricas e tão rica em significativos monumentos, se intitule «Capital da Verdura» e sejam os seus afamados legumes o chamariz da sua mais solene festividade anual<sup>33</sup>.

E não é, pois, de admirar que o n.º 28 (Abril de 2015) da revista *Visão História* esteja inteiramente dedicado ao tema «À mesa – Cinco mil anos através da alimentação»<sup>34</sup>! O tema é aliciante, convidativo – e apetece lembrar o convite lavrado naquele copo romano:

*Accensus est. Dum lucet, bibamus, sodales!*

«A lareira está acesa! Enquanto a noite não chega, vamos a mais um copo, companheiros!»<sup>35</sup>

## BIBLIOGRAFIA

- ABÁSULO, José A. (1974), *Epigrafía Romana de la Región de Lara de los Infantes*, Burgos, Diputación Provincial.
- ABÁSULO ÁLVAREZ, José Antonio (1977), Las estelas decoradas de la región de Lara de los Infantes: estudio iconográfico, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 43, Valladolid, Servicio de publicaciones de la Universidad de Valladolid, pp. 61-97.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José M. (1962), *Religiones Primitivas de Hispania*, vol. I – *Fuentes Literarias y Epigraficas*, Roma, C. S. I. C.
- BLÁZQUEZ, José M. (2001), *Religiones, Ritos y Creencias Funerarias de la Hispania Prerromana*, Madrid.
- COLLING, David (2011), Les scènes de banquet funéraire ou *Totenmahreliefs* originaires d'Arlon, *Bulletin Trimestriel de l'Institut Archéologique du Luxembourg*, 87, 4, 2011, pp. 155-176.
- CUMONT, Franz (1942), *Recherches sur le Symbolisme Funéraire des Romains*, Paris, [reimp. 1966].
- DA = DAREMBERG, Charles; SAGLIO, Edmond (1877-1919), *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, Paris, Hachette.
- DEL HOYO, Javier (1993), Un aspecto socioeconómico de la Bética: los epula, *Actas del I Coloquio de Historia Antigua de Andalucía*, vol. II, Córdoba, pp. 73-88.
- DEONNA, Waldemar (1946), Quand Dieu roule ses tonneaux, *Genava*, 24, pp. 118-124.
- DUNBABIN, Katherine M. D. (2003), *The Roman Banquet: Images of Conviviality*. Cambridge.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1998), *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra, Livraria Minerva.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2009), *Paisagens da Antiguidade*, Lisboa, Apenas Livros (Coleção Ofiúsa, n.º 15).
- ENCARNAÇÃO, José d' (2012), A propósito das *cupae* do *conventus Pacensis*, in ANDREU PINTADO, Javier (editor), *Las cupae hispanas: origen, difusión, uso, tipología*, Fundación Uncastillo e UNED Tudela, 2012, pp. 437-450. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/18439>.

<sup>32</sup> A classificação ocorreu em Baku, no Azerbaijão, a 4 de Dezembro de 2013, durante a 8.ª Sessão do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO.

<sup>33</sup> Cfr. ENCARNAÇÃO 2012.

<sup>34</sup> Dos textos aí exarados, salientem-se dois que dizem respeito à Antiguidade Clássica: «Pão com todos na Grécia Antiga», de Carmen Soares (p. 24-27); «Roma banquetes e frugalidade», de Carlos Fabião (p. 28-35), que também assina «Conservas de peixe 'made in Lusitania'» (p. 36-37).

<sup>35</sup> Este texto teve como ponto de partida a lição proferida, a 3 de Julho de 2002, em Mérida, no Museu Nacional de Arte Romano, integrada no Curso de Verão «Alimentos de Hombres, Manjares de Dioses – Productos, Comercio y Banquete en Roma».

- ENCARNAÇÃO, José d' (2012), Cidade, gastronomia e património, *Revista Memória em Rede*, v. 2, n. 7, Jul/Dez 2012.  
Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/20662>.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2013), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra, Instituto de Arqueologia (1ª edição: 1984). Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/578>. [=IRCP. Cita-se o nº da inscrição no *corpus*].
- ÉTIENNE, Robert; MAYET, Françoise (2000), *Le Vin Hispanique*, Paris, De Boccard.
- FERNÁNDEZ FUSTER, Luis (1954), La escena hispanorromana del banquete, *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, LX/1, Madrid, Ministerio de Cultura, pp. 245-259.
- ILS = DESSAU, Hermann (1974 - reed.), *Inscriptiones Latinae Selectae*, Dublin/Zurique.
- JULIA, Dolores (1965), Les monuments funéraires en forme de demi-cylindre dans la province romaine de Tarraconaise, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 1, Madrid, Casa de Velázquez, pp. 29-72.
- MARCO SIMÓN, Francisco (2014), Tricontis Petrudecameto. Un banquete funerario en memoria de un nauta galorromano, in CAPALVO LIESA, Álvaro [coord.], *Miscelánea de Estudios en Homenaje a Guillermo Fatás Cabeza*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, pp. 501-507.
- MAZZOLANI, Lidia Storoni (1991), *Iscrizioni Funerarie Romane*, Milão, Biblioteca Universale Rizzoli.
- PETRÓNIO, *O Satíricon*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1973.





**Fig. 2** – IRCP 79



**Fig. 2** – IRCP 427



**Fig. 3** – IRCP 448.



**Fig. 4** – Estela de Lara de Los Infantes. Foto de José A. Abásolo.



**Fig. 5** – Estela de Lara de Los Infantes. Foto de José A. Abásolo.



**Fig. 6** – IRCP 256.



## OS RESTOS ROMANOS EXISTENTES NO SOLAR DO PAZO DO BISPO DE OURENSE ANTES DA SÚA CONSTRUCIÓN

Francisco Fariña Busto  
Manuel Xusto Rodríguez<sup>1</sup>

### RESUMO:

Descríbense as evidencias construtivas relacionadas coa romanización previas á edificación do Pazo do Bispo de Ourense -actual sede do Museo Arqueolóxico de Ourense no século XX-, aparecidas nas intervencións realizadas como proceso previo á súa remodelación funcional. Procúrase unha aproximación cronolóxica e interpretación funcional dos diferentes restos descubertos e os vínculos coa inmediata igrexa de San María Nai.

**Palabras chave:** Ourense. Restos romanos. Necrópole tardorromana e altomedieval. Baptisterio.

### ABSTRACT:

In this article we describe the structural remains prior to the building of the palace of the Bishop of Ourense (current location of the Archeological Museum of Ourense) in the twelfth century, appeared during the interventions conducted as a previous process to its functional remodeling. We intend a chronological approach and a functional interpretation of the different remains discovered and the links with the adjacent church of Santa María Nai.

**Keywords:** Ourense. Roman remains. Late Roman and early medieval necropolis. Baptistry.

O edificio do Pazo do Bispo de Ourense comeza a ser construído no segundo cuarto do século XII a carón da igrexa de Santa María Nai e da Torre *Beati Martini* e dende esa época será unha das referencias urbanas da cidade (FARIÑA, 1994: p.14; FARIÑA, FERNANDEZ e XUSTO, 2009: p.160), pero o seu solar non estaba baldeiro. A tradición local falaba de construcións anteriores (LÓPEZ-CUEVILLAS, 1969) e algúns restos conservados nos seus muros denunciaban a existencia dun asentamento máis antigo (FERRO, 1955). As obras de reforma do Pazo do Bispo para a instalación do Museo e Arquivo nas décadas de 1950 e 1960 aportaron novas e incontestables evidencias (FERRO, 1974: p.201-202) que posteriores intervencións puntuais confirmaron (FARIÑA, 1994: p.24-29) e que coas intervencións arqueolóxicas programadas en relación coa gran reforma do edificio (pendente aínda de execución) son a base deste traballo, que completa así contribucións anteriores máis xerais e centradas na parte construída do edificio medieval e nas súas posteriores reformas e engadidos (XUSTO e FARIÑA, 2007: p.229-250 e FARIÑA, FERNÁNDEZ e XUSTO, 2009: p. 157-186).

O edificio actual ocupa unha mazá do centro urbano de 61 x 53 m. e está construído nunha pendente suave que baixa en socalcos dende as abas de Montealegre ao Barbaña, por riba da depresión

---

<sup>1</sup> Museo Arqueolóxico de Ourense.

das Burgas. A construción medieval asenta nalgúns puntos directamente no sábreo de base e noutros sobre elementos anteriores, que corta e modifica. Precisamente esa configuración natural do terreo, en pendente máis ou menos suave, sentido este a oeste, caendo cara o río Barbaña e as Burgas, de base granítica alterada (sábreo), mesturada con bolos graníticos, é o que favorece a disposición en terrazas a cotas diferentes das estruturas e a necesidade de recheos de nivelación nalgúns outros puntos, coa conseguinte complexidade estrutural das construcións resultantes que parecen feitas a diferente nivel. Nesas socalcos, a cotas variables e estendidos en sentido norte sur sobre una plataforma máis ou menos ampla, paralela ao Barbaña, e na que se introduce a depresión das Burgas, fóronse establecendo diferentes construcións de época romana, dende o século I d.C., configurando o que había de ser a cidade de Ourense; construcións romanas que no conxunto da actual cidade semellan organizarse en base a 3 áreas ben definidas: a primeira delas correspondería o grupo de estruturas documentadas nas propias Burgas e no Colexio das Xosefinas, cun eixo ortogonal norte-sur perfecto; un segundo grupo parece darse nas construcións documentadas en torno as actuais rúas Cervantes e Vilar nas que predomina o eixo NNE-SSO e finalmente, e a unha cota xa moito mais elevada, estarían as construcións documentadas como preexistencias no solar do museo, cun claro eixo NNO-SSE (FARIÑA E XUSTO, 2008: p.39).

## **AS PRIMEIRAS EVIDENCIAS**

Ademais dalgúns restos reutilizados na fábrica da obra románica, os elementos máis singulares de obras anteriores son as columnas e capiteis presentes na fachada barroca de Santa María Nai, que sustentaron durante tempo o debate sobre a súa procedencia, natureza e datación que resume Carrero (CARRERO, 2005: p.185-191). Nas obras de remodelación da década de 1960, no pórtico aberto ao xardín localizáronse un ara romana, e moitas tégulas así como un conxunto de moedas do século IV (FARIÑA, 1994: p.25-26). O sector removeuse e baleirouse na súa totalidade, como puidemos comprobar posteriormente (campana de 2003), ao seren cruzado polas tubarias de saneamento.

Posteriormente, en 1982, con motivo de obras de drenaxe e eliminación de humidade no interior do salón románico, evidenciáronse outros restos de cronoloxía romana tanto nas gabias perimetrais executadas no xardín –coa localización de moitos fragmentos de tégulas-, como no interior de propio salón, onde unha sondaxe transversal do espazo, ao pé das escadas de acceso á primeira planta, permitiunos descubrir logo dunha capa con material mesturado medieval e romano, unha capa inferior de cor escura, con restos carbonosos, moi revoltos, onde aparecían algúns fragmentos de sigillata –Hispánica 4, Hispánica 27-, tégulas, ladrillos, argamasa de construción e cerámicas comúns, unha delas con bandas pintadas, que, en conxunto ofrecían unha cronoloxía que nos situaba entre o último cuarto do século I d.C e o século IV d.C. (FARIÑA, 1994: p.29 ).

## **INTERVENCIÓN NO XARDÍN: DEPÓSITOS ROMANOS CON REVESTIMENTO DE MORTEIRO HIDRÁULICO**

No ano 2000 realizouse unha sondaxe no xardín do Museo para avaliar a posibilidade do seu uso como espazo útil para servizos do Museo. No sector oriental da gabiá de sondaxe -realizada na zona meridional do xardín- documentáronse, baixo un potente nivel de derrube de tégulas, os restos de dúas esquinas contiguas correspondentes a dous depósitos o pilas recubertas con morteiro hidráulico de *opus signinum*, separadas entre si por un muro de 45 cm de ancho, mentres que o muro que as delimita polo sur -quizá un muro exterior- sobrepasa lixeiramente o metro de grosor. Os muros de ambos depósitos presentan nas esquinas laterais e da base a característica moldura de cuarto de círculo vinculada a ámbitos de tipo hidráulico polo que a súa funcionalidade ben puidera estar relacionada con procesos de decantación. Os muros, ademais ter a mesma orientación cos relacionados co obradoiro

metalúrxico documentado posteriormente no interior do edificio, presentan tamén una alzada e unas cotas de piso similares, por exemplo, os documentados como preexistencias no corpo de Manrique de Lara: deste xeito mentres que os piso romano nas preexistencias de Manrique de Lara se sitúa entre as cotas 133.62 a 133.78 e o conservado dos seus muros en torno as cotas 134.09 a 134.19, no caso dos do xardín, os pavimentos hidráulicos localízanse entre as cotas 133.38 e 133.55, e o conservado dos seus muros en tornos as cotas 133.94 a 134.05. Estaríamos, polo tanto, ante cotas similares ás do ámbito metalúrxico e ante una superficie toda ela case chaira ou con escasa pendente cara o sur, o que nos leva a sospeitar a súa edificación nun mesmo momento construtivo altoimperial, se ben mentres as estruturas localizadas ao norte gardan relación coas artesanías do lume, pola contra as localizadas como preexistencias baixo o xardín parecen gardar relación coas artesanías da auga e/ou dos líquidos, por exemplo cortidurías. Os materiais asociados, depositados sobre o pavimento hidráulico, sitúan, sen embargo, o seu último momento de uso en época tardorromana e entre eles destaca un fragmento cerámico de fondo Terra Sigillata Bracarense Tardía vermella decorada con palmetas e cadrados reticulados, similar a outro fragmento procedente da Lanzada (Pontevedra), cuxo apoxeo de produción se sitúa nos decenios centrais do século V dC (FERNANDEZ, 2013: pp.. 140-141 e fig. 78)

## **INTERVENCIÓNS NO INTERIOR DO EDIFICIO**

Facemos seguidamente a descrición, por sectores, das actuacións realizadas nos anos 2002-2003 e 2007 no interior do edificio e que comprenden zonas construídas do mesmo en época diversa, se ben só nos referiremos a aquelas que gardan relación co mundo romano, prescindindo dos niveis de uso e ocupacionais posteriores, que poden verse detallados nos correspondentes informes dos traballos realizados

Así, comezamos polos restos aparecidos nas salas que conforman o “quarto dianteiro” mandado construír polo bispo Muñoz de la Cueva no primeiro terzo do século XVIII, para analizar seguidamente as estruturas documentadas no espazo que corresponde ao que se coñece na documentación como “adeга do bispo”. Finalmente abórdanse os restos descubertos ao carón do paramento sur da igrexa barroca de Santa María Nai onde se documentan evidencias de época tardorromana e altomedieval, fundamentalmente unha estrutura singular á que se asocian tumbas de téğulas de cabalete e que ten continuidade nunha necrópole de tumbas de laxes en arco de paréntese que semellan altomedievais

### **1. Estrutura maciza de perpiaños do “quarto dianteiro”**

Na esquina sueste da entrada barroca o pazo desde a Praza Maior, e no vértice da torre gótica de santa María que coincide co seu adosamento a bodega románica, localízanse, nun nivel de preexistencias ou anterior a construción do pazo románico, os restos dunha construción que cabe vincular ó mundo romano. Trátase do esquinal dunha estrutura de perpiaños dispostos a soga e tizón, que se conserva completa na fiada inferior e de xeito parcial nas fiadas segunda e terceira. Estrutura que, asentada sobre o sábreğo rebaixado, presenta o exterior unha labra con apicoado moi fino, moi similar ó doutra fábrica –incluso na cor gris e textura do granito, polo que puideran proceder da mesma canteira– documentada no sector de escavación D06, sobre a que asenta a cimentación barroca de igrexa de Santa María. Doutra banda, a nivel stratigráfico, prolongase cara o sur, introducíndose baixo a cimentación do paramento norte da bodega románica, mentres que cara o leste foi rota pola cimentación do paramento oeste da torre gótica de Santa María. As dimensións do conservado e a súa caracterización maciza puideran gardar relación cunha construción monumental, da que se conservan outros restos no interior da bodega románica, se ben fronte o asento directo sobre o sábreğo rebaixado que se da nesta estrutura, estaría o asento sobre un leito de argamasa de cal no caso da estrutura conservada no interior da bodega.

Esta construción monumental, sen embargo, non conserva asociado ningún resto de pavimento, xa que a zona na que se localiza foi especialmente alterada por un gran buraco destinado a extracción

de sábrego, quizá relacionado coa edificación da torre gótica de Santa María e recheo sobre todo con materiais dos séculos XIV e XV. Ao seu pe apareceron pequenos fragmentos de TSH, que tamén formaban parte do revolto que reenchía o buraco do que se sacou sábrego, xunto con cerámicas de uso común de época romana, así como grises de época medieval e outros produtos cerámicos.

## 2. Construción monumental na “adeга do bispo”

É nesta zona, incluída no que historicamente se coñece como bodega do obispo ou bodega románica, onde se localizan as estruturas romanas escavada a una cota máis baixa -cotas 130.98 a 131.34.- dentro do pazo, asociadas a un nivel de argamasa de cal que serviu de alicerce a unha construción con fábrica de grandes perpiaños de *opus rusticum*, anulada polo piso terreo, e moi compactado polo uso, da bodega románica.

A fabrica con dirección norte-sur, tomada con argamasa de cal e asentada sobre un leito da mesma argamasa conserva cara o seus lado leste –ou interior- e oeste –ou exterior- dous niveis de fiada, localizándose no nivel superior oeste un perpiaño con entalle para o seu izado con tesoiras. Nun terceiro nivel conservase ben visible a cachotería tomada tamén por argamasa de cal que conformaba a alma ou recheo do muro. Esta fábrica forma ángulo con outra tamén de perpiaños con dirección oeste-leste, que sen embargo non asenta sobre leito de argamasa senón sobre un rebaixe feito no sábrego, se ben a argamasa con cuñas está presente nas dúas fiadas inferiores, nas que o seu aspecto non demasiado coidado é similar ó do muro con dirección norte-sur. Unha terceira fiada con perpiaños de dimensión algo menor, labra mais coidada, tamén tomados con argamasa de cal e cuñas, e algo retranqueados cara o interior parecen corresponder a esta mesma fábrica, sobre a que xa, claramente asentan os perpiaños correspondentes o paramento norte da bodega románica, que presentan as características marcas de canteiro.

Estaríamos, pois, ante o esquinall dunha construción de grandes perpiaños que, polo exterior –ou cara o oeste-, recibiría o adosamento de perpiaños moi irregulares para completar a base da cimentación da bodega románica naquel punto onde non se documentaba un nivel de fabrica preexistente. Este vértice, pola súa banda, tería o seu correlato noutro oposto, localizado ó sur da fábrica asentada sobre ese leito de argamasa de cal, polo que de ser así, estaríamos ante as esquinas noroeste e suroeste dunha construción monumental, con 8,5 m. de amplitude interior no seu eixo norte-sur, que podería corresponder a unha torre.

No caso da fabrica con orientación norte-sur ou fábrica oeste, tomada con argamasa de cal, no seu sector norte, o seu grosor na base acadaría os 1,90/2 m, tendo en conta os perpiaños conservados e os negativos na argamasa do encaixe dos perpiaños; negativos da fábrica que son o único elemento conservado dela a partires de 1 m da fábrica románica e que van a continuar así ata preto do paramento sur da bodega románica, onde se conservaría de novo o esquinall SO da construción monumental. Caracterización esta que parece ser o resultado dunha dobre dinámica derivada da construción de dita bodega románica: dunha banda, os paramentos norte e sur desta construción monumental romana, onde se conservaban, serviron de asento dos paramentos norte e sur da bodega románica; por outra, no caso da maior parte da fábrica oeste da construción romana, ó quedar a súa fábrica amortizada por polo piso de la bodega románica, viu como os grandes perpiaños de *opus rusticum* foron levantados da súa posición orixinal, para a súa máis que probable reutilización noutras fábricas –como podería ser o caso dos perpiaños almofadados na barbacana que unía as torres románicas dos Brancos e *Beati Martini* que delimitaban o conxunto episcopal polo leste- de tal xeito que a meirande parte da preexistente fábrica romana oeste só chegou ata nós no seu nivel de argamasa de base, pero conservando os negativos de asento dos perpiaños. Unha parte, pois, dos grandes perpiaños da cimentación da estrutura romana asentada sobre argamasa ou morteiro de *opus caementicium*, reaproveitouse, onde era posible, como cimentación da bodega románica, mentres que a outra, que xa non ia a ter capacidade portante na posterior fábrica románica, amortizouse, quedando so as pegadas en negativo sobre a argamasa de cal, que a su vez podemos asociarlas a fragmentos rotos e soltos de pavimentos escasamente conservados, ós que igualmente habería que vincular materiais soltos, que



poderían enmarcarse entre os séculos II-V dC, se ben os mais antigos puideran vir rodados de estruturas altoimperiais localizadas no inmediato sector leste da bodega románica.

Se ben é certo que a escavación nesta zona parece vincular o paramento oeste e paramento norte –cara o leste e na súa base- a un mesmo momento construtivo –as argamasas de cal semellan reflectir esa contemporaneidade-, conformando así o esquinall dunha construción romana –o mesmo acontecería entre o paramento oeste e o paramento sur da bodega románica-, sen embargo a dúbida desta contemporaneidade –e polo tanto do mesmo esquinall da construción- ven dada polos resultados da intervención arqueolóxica feita en 2007 ó longo do paramento norte da bodega románica e cara o leste, que vimos considerando como correspondente a base dunha construción monumental romana. Neste caso a intervención arqueolóxica de 2007 ponnos de manifesto como os perpiaños de base da fábrica románica, que viñamos vinculando ó mundo romano, asentan sobre unha ampla gabia de cimentación que rompe un nivel de sábrago de base ó cal se asocian algúns restos cerámicos de época romana, fundamentalmente dos séculos II-III d.C., polo que os perpiaños de base cabría relacionalos xa mais ben coa construción do paramento románico norte da bodega; perpiaños que ademais teñen unha semellante caracterización os documentados en 2002 no sector A01, de xeito que o que considerábase terceira fiada desde a base en A01 parece ter continuidade aquí. De ser isto certo, só, pois, o paramento oeste de A01 tería a condición de monumental romano en base a esa amplitude de 1,90-2 m de grosor. Cabería, finalmente, outra interpretación para a base do muro románico da bodega: dado que a construción do muro rompe o nivel de uso romano con materiais dos séculos II-III dC, puidera ser que a base de dito muro tivese una cronoloxía mais tardía, de xeito que a construción monumental de 8,5 m de ancho no eixo norte-sur, fose una construción de cronoloxía baixoimperial ou tardorromana.

Entre os materiais documéntase a presenza de cerámicas comúns, TSH altoimperial, e mais abundantes, fragmentos de TSHT e de terra sigillata africana.

### **3. Obradoiro metalúrxico na “bodega románica” e baixo a escaleira monumental**

Ó leste do estrato romano altoimperial antes citado, coincidindo co sector oriental da bodega románica e baixo o seu pavimento documentáronse os restos dun forno de foxa de metal con escouras de bronce asociadas, do tipo, por exemplo, dos que coñecemos en *Barcino* (BELTRAN DE HEREDIA, 2013: p.57 e 58; fig 44). O forno, só escavado de xeito moi parcial –condicionado polos límites dunha cata no pavimento románico, nunha zona onde emerxía unha liña de tonalidade roxiña escura con dirección norte-sur-, no seu lado norte foi roto pola gabia de cimentación do paramento norte da bodega románica.

A foxa do forno aparece revestida, no lado oeste, por unha parede de barro cocido de cor vermella intensa debido a acción do lume e conserva unha altura de 60 cm desde o nivel de cinsa da súa base. No escavado da cata non foi posible localizar a parede oposta a conservada, probablemente caída xa dentro da foxa, posto que no seu interior, e sobre o nivel de cinsas, levantáronse numerosos fragmentos de barro cocido similares o da parede oeste, pero cunha clara orientación de caída procedente do leste. Dada a amplitude da foxa en sentido oeste –leste -135 cm-, sen que fose posible localizar aínda a base da parede de barro do lateral leste, como dicimos, maioritariamente caída sobre o nivel de cinsas, é polo que cabe sospeitar que estaríamos ante a cámara de lume da fosa e non ante o corredor ou embocadura de dito forno de fosa.

No recheo da foxa, ademais dos xa citados fragmentos de parede de barro cocido, documentáronse numerosas escouras de pequeno tamaño de bronce así como fragmentos de crisois manufacturados con barro refractario.

Todo isto sitúanos ante o que semella un obradoiro metalúrxico, cun característico forno metalúrxico de foxa, de cronoloxía altoimperial, posto que ó seu carón exterior documéntase TSH de cronoloxía altoimperial; obradoiro, que contextualizado no marco do antigo núcleo romano de Ourense, nos está poñendo de manifesto que dito núcleo, ademais de ter un claro carácter de receptor e consumidor de produtos xa ben documentado desde antigo pola arqueoloxía, tiña, igualmente, unha clara condición de núcleo produtor. Non menos importante é tamén a reflexión que debemos facer sobre a posición

que ditas artesanías do lume viñan tendo con respecto ós núcleos de poboación, localizándose nos contornos máis inmediatos. É por iso que este forno de fosa deste obradoiro metalúrxico probablemente se localizase no *suburbium* que se situaba no sector norte do núcleo romano altoimperial, que co paso do tempo recibiría tamén a presenza de estruturas de habitación.

Vimos falando non só de forno de foxa senón tamén de obradoiro metalúrxico, de probable cronoloxía altoimperial se temos en conta os fragmentos de TSH asociados, e facémolo sinalando ademais que a 7 m ó sueste do forno de foxa –no espazo coñecido como baixo a escaleira barroca ou monumental, e como preexistencia baixo o pavimento de cantos rodados que caracterizaría o andar baixo da panda oeste do pazo románico- detéctanse novas evidencias de actividade metalúrxica e da presenza de lume, como é o caso dun potente nivel de deposición de tégulas, ímbrices e de terra gris con abundante carbonización; nivel no que tamén se documentou un pequeno fragmento de crisol manufacturado con barro refractario que contén aínda no seu interior restos de ouro.

Este nivel con numerosa carbonización relacionase cun muro romano con orientación case norte-sur, cuxo nivel de uso, selado polo derrube de numerosas tégulas, se situaría, en termos xerais e con sentido descendente cara o oeste, entre as cotas 134.18 e 133.82. A ese muro con orientación norte-sur adósase outro con orientación oeste-este pero con lixeira curvatura no seu sector oriental que fai sospeitar da presenza dunha estrutura de deseño periforme, asociada a cal o nivel de carbonización faise máis intenso.

O muro con orientación norte-sur parece formar, a súa vez, ángulo de 90 graos co muro que se localiza, xa dentro da bodega románica, o sueste do forno de foxa, quizá delimitando o seu ámbito. Muro no que o seu nivel de uso, tanto polo seu lado norte como polo seu lado sur, se situaría en torno a cota 133.64 e que a súa vez neste lado sur, presenta desprazada –probablemente polas obras románicas- unha basa de columna que parece indicarnos un ámbito porticado próximo. Ámbito que puidera estruturarse non so en base ós muros xa citados –o do forno de foxa polo norte e o da área do crisol de ouro polo leste- senón tamén en base ó localizado como preexistencia baixo o corpo renacentista do bispo Manrique de Lara – antiga sala de epigrafía da cidade-, posto que este muro, que se asocia a un nivel de uso en torno as cotas 133.62/133.78 –no que, a nivel de cultura material, tamén se documentou imitación de sigillata africana con decoración brunida datable na segunda metade do século IV e no primeiro cuarto do século V-, discorre paralelo o situado ó sur do forno de foxa e perpendicular ó da zona de aparición do crisol con restos de ouro. Parece, en todo caso, que estamos nunha zona destinada a produción/transformación o igual que acontece, como xa vimos, no xardín do pazo onde se documentan tanques con pavimentos hidráulicos.

#### **4. A antigüidade tardía e o simbolismo dos seus restos ao carón da igrexa de Santa María Nai**

As actuacións arqueolóxicas no solar do vello bazo do bispo ademais de aportar datos sobre os primeiros séculos de vida do solar no que nacerá Ourense, e sobre actividades de produción ata agora descoñecidas, aportaron tamén singulares evidencias materiais que cabe enmarcar entre a antigüidade tardía e a alta idade media, un período para o que as informacións aínda hoxe están dominadas pola escuridade e, polo tanto, para o que a arqueoloxía ten a obriga de aportar novas percepcións e novas miradas.

A intervención arqueolóxica efectuada nos anos 2003 e 2007 baixo os aposentos barrocos mandados construír polo bispo Muñoz de la Cueva, o carón da igrexa barroca de Santa María e o pé mesmo da porta de acceso o pazo románico, permitiu documentar, como preexistencia anulada polo piso románico de acceso o pazo, o tempo que rota pola tamén fábrica románica da ala oeste do pazo edificado polo bispo Diego Velasco, unha estrutura con morfoloxía en “proa de barco” e con ángulo de 135° ó interior, cun grosor dos seus muros que oscila entre os 75-80 cm, e cun revoco exterior de cal ate a súa cota de piso; cota en relación coa cal se documenta un nivel de enterramento –en torno a cota 134.24- con sepulturas de tégulas dispostas a dobre vertente ou en cabalete, con orientación oeste-este e mesmo adosadas a dita estrutura en “proa de barco”. A cota de piso exterior desta construción polo leste –onde se cavan as tumbas- sitúase 42 cm por debaixo da altura máxima conservada, como ben nos sinala o límite e curvatura

do revoco de cal, mentres que ó interior da construción, o escavado sitúase 1,36 m –cota 133.96- con respecto a cota superior conservada, e 94 cm por baixo da cota do piso exterior –cota 134.90-.

A existencia dunha fábrica con dous laterais unidos en ángulo de 135 ° o interior, no contexto estratigráfico no que se documenta -preexistencia baixo a fábrica románica e asociado a sepulturas tardorromanas de tegulas e a un fragmento de TSHT-, semella corresponder a un elemento de alto valor simbólico para a historia da cidade, dado que, como dicimos, polo conservado, pola súa posición estratigráfica e cotas e polos paralelismos, probablemente debamos interpretar eses dous laterais murarios como os dous lados dun ámbito bautismal vinculado ao mundo tardoantigo. Probable carácter que, a partir do conservado no lado leste e tendo en conta a apertura de ángulo dos dous paramentos, se se fai a súa proxección, nos pon diante dunha planta hexagonal ou, mais probablemente, octogonal. E nese sentido resulta tamén significativo sinalar como se a piscina tivese planta octogonal, ó carón do seu lateral oeste localízanse os restos doutra sepultura de tegulas –en torno á cota 133.85- tan so delimitada no seu lateral sur, posto que a ela superponse nun nivel de enterramento altomedieval conformado por sepulturas en arco de paréntese, a súa vez parcialmente roto pola gabiá de cimentación dunha zapata de formigón correspondente a etapa de reformas de Pons Sorolla durante a década dos sesenta do século pasado. Sepultura de tégulas que, fronte a perfecta orientación oeste-leste que presenta a sepultura localizada no lateral leste deste espazo, neste caso –lateral oeste- a sepultura necesita desviarse lixeiramente cara o SE da canónica orientación oeste-leste precisamente para salvar o vértice dos dous laterais murarios que coincidirían nese punto.

A presenza dunha área bautismal vincúlase ademais a existencia dun bispo, posto que na antigüidade tardía a administración do bautismo estaba reservada de xeito exclusivo os bispos e so se facía unha vez o ano. Estaríamos, pois, ante un elemento singular –baptisterio- do primeiro grupo episcopal da cidade (baptisterio, basílica, aula...) en relación co cal se deberían contextualizar tamén os capiteis tardorromanos reaproveitados da actual igrexa de Santa María ou conservados no Museo Arqueolóxico e que, ata o momento actual e a falta de intervencións arqueolóxicas no interior desta igrexa, son un mais dos razoamentos utilizados para postular a orixe antiga desta igrexa. Igrexa que baixo a cimentación barroca da súa fábrica sur, como xa sinalabamos o comezo deste artigo, presenta o esquinall dunha fábrica de perpiaños conservada nunha única fiada e cunha labra moi fina similar a que se documenta no edificio do museo o pe da intersección entre a bodega románica e a torre gótica de Santa María. Un primeiro núcleo episcopal cristián a partires de evidencias arqueolóxicas que, en síntese, gardaría relación coa existencia real da diocese que parece reflectirse no ano 572 cando ó segundo Concilio de Braga asiste un bispo de Ourense chamado Witimer.

Os restos dunha terceira sepultura de tégulas, tamén con canónica orientación oeste-leste, foron localizados o pé do muro que pecha a bodega do bispo polo leste, sendo cortada pola gabiá de cimentación dese muro, de tal xeito que o proceso de delimitación da sepultura na zona cortada nos deixaba ver ademais como no interior da súa escasa superficie conservada era aínda perceptible a presenza de restos óseos. Foi por iso polo que, de acordo coa Dra Olalla López Costas, se procedeu a súa escavación, ofrecendo no seu interior unha calota craneana completa, pero co frontal moi agretado, e unha escápula esquerda correspondentes a un mesmo individuo de sexo masculino e maior de 20 anos no momento da morte –con case tódalas suturas craneais pechadas o que puidera ser signo de idade media avanzada ou maior de 40 anos- que foi deposto en posición primaria *decubito supino* ou *decubito lateral esquerdo* e polo tanto coa cabeza descansando sobre o lateral esquerdo (LÓPEZ COSTAS, 2007 e 2015). Finalmente debemos sinalar como neste caso a sepultura localizábase na cota 133.89, polo que, se temos en conta as cotas das sepulturas anteriores, estamos ante unha área de enterramento sobre unha superficie basicamente chaira e sen dúbida correspondente a algúns dos poucos privilexiados que poderían enterrarse xunto ou no interior –caso do baptisterio- dos edificios correspondentes o primeiro grupo episcopal da cidade. Superficie de enterramento na que ademais as inhumacións aparecen dispostas nun so nivel e con diferente espazo entre elas. No caso doutras necrópoles de sepulturas de tegulas que coñecemos na cidade, a súa presenza se ben puidera gardar relación coas vías de comunicación, sen embargo para aquelas, como a da Trindade-García Mosquera,

que tiveron unha clara continuidade na etapa altomedieval, tampouco podemos desbotar a hipótese que apareceran vinculadas a *martyria* ou basílicas –sobre as que logo se levantaría unha igrexa, e nese sentido descoñecemos se inicial igrexa gótica da Trindade puidera ter eses antecedentes- en canto polos de atracción para os cristiáns que buscaban a protección dos mártires a través das súas reliquias.

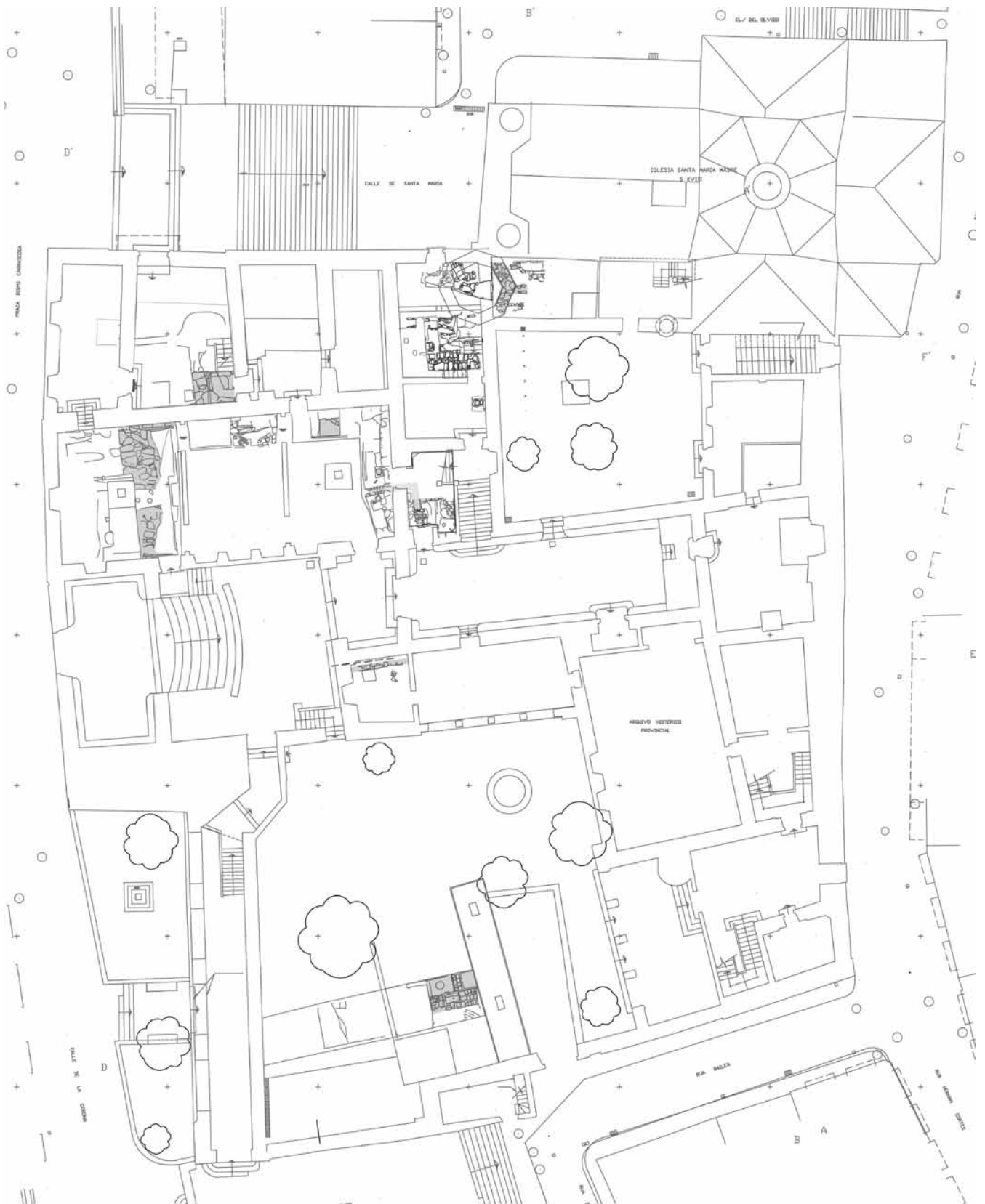
## A MODO DE CONCLUSIÓN

Logo deste percorrido descritivo dos restos atopados podemos establecer que as primeiras pegadas de habitación documentadas corresponden a época romana altoimperial, Asemade o núcleo romano, ademais de definirse pola súa amplitude temporal, presentaba, no caso do solar do pazo episcopal, trazas de construcións de certa entidade arquitectónica (así sucede cos negativos de base correspondentes a una construción monumental ou dos restos da construción en “proa de barco”), así como doutras vinculadas a infraestruturas industriais, como e o caso dos fornos metalúrxicos . Sen embargo desa ocupación romana no solar seguimos, en termos xerais, descoñecendo as súas características e é preciso completar os datos illados que ata o presente temos para darlle unha unidade interpretativa e establecer unha relación máis doada cos outros restos documentados noutros sectores do núcleo histórico de Ourense. E certamente, existe aínda a posibilidade de completar a exploración nalgúns dos espazos existentes; de todos xeitos a súa distribución coincide coas liñas xerais definidas para o conxunto do núcleo de poboación romano de Ourense.

Polo que respecta aos restos tardorromanos e altomedievais coidamos necesario proseguir nos traballos de escavación completando a definición dos mesmos no interior dos espazos do Museo e, tamén nun futuro, no solar de Santa María Nai, xa que as suxestións que abren os restos descubertos deberían ter confirmación ou desmentido, en relación co carácter e natureza do recinto descuberto, que propomos identificar como espazo baptisterial.

## BIBLIOGRAFIA

- BELTRAN DE HEREDIA BERCERO, J. (2013): *Barcino*, de colònia romana a *sede regia* visigoda, medina islámica i ciutat comtal: una urbs en transformació. *Quarhis. Quaderns d'arqueologia i història de la ciutat de Barcelona*. Època II, nº 9, 2013, pp 57 e 58; fig 44
- CARRERO SANTAMARIA, E. (2005): *Las catedrales de Galicia durante la Edad Media. Claustros y entorno urbano*. Fundación Pedro Barrie de la Maza. A Coruña
- FARIÑA BUSTO, F.: *Pazos, torres e curral do Bispo de Ourense*. Boletín Auriense. Anexo 19. Ourense 1994
- FARIÑA BUSTO, F. e XUSTO RODRÍGUEZ, M. (coord) (2008): *Ourense. A Cidade, da orixe ao século XVI. Catálogo*. Xunta de Galicia. Xunta de Galicia, 2008
- FARIÑA BUSTO, F., FERNÁNDEZ QUINTELA, X.M. e XUSTO RODRÍGUEZ, M. (2009) : Intervencións arqueolóxicas no edificio do Museo. *Ourense. A cidade, da orixe ao século XVI. Estudos*. Xunta de Galicia, pp. 157-186
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2013): *O comercio tardoantigo no noroeste peninsular*. Noia, Ed. Toxosoutos
- FERRO COUSELO, J. (1955): Visión urbanística del Ourense antiguo. *Diario La Región*, extra Fiestas de Orense, 6 junio 1955 (Reed. Museo 1988)
- FERRO COUSELO, J. (1974): Guía abreviada del Museo Arqueológico y de Bellas Artes de Ourense. *Boletín Auriense*. IV. p.199-238
- LÓPEZ COSTAS, O.(2017 e 2015).: *Necrópolis romana-medieval del Museo Provincial de Ourense. Ourense. Memoria antropológica de las excavaciones*. Santiago de Compostela 2007 y anexo Informe, Santiago de Compostela 2015. Inéditos
- LOPEZ-CUEVILLAS, F. (1969): *Cousas de Ourense* (artículos publicados en el diario La Región de Orense). Ed. Homenaje a D. Florentino L. Cuevillas. Excmo. Ayuntamiento de Orense, 1969.
- XUSTO RODRÍGUEZ, M. e FARIÑA BUSTO, F. (2007): Intervención nos Paaços, torres e Curral do Bispo d'Ourense, en LOPEZ-MAYÁN NAVARRETE, Mercedes e GALBÁN MALAGON, Carlos J. (coords): *Del documento escrito a la evidencia material. Actas del Ier Encuentro de Arqueología medieval (Santiago de Compostela, 22,23 y 24 de marzo de 2006)*. Eds. Lóstrego, pp. 229-250.



**Fig. 1** - Plano xeral do edificio coa distribución dos espazos e dos restos anteriores ao edificio.



**Fig. 2** – Depósitos do xardín.



**Fig. 3** – Estrutura maciza.



**Fig. 4** – Estrutura monumental.



**Fig. 5** - Detalle da mesma.



**Fig. 6** - Forno.



**Fig. 7** - Área metalúrxica.



**Fig. 8** – Muros do posible baptisterio e tumbas de tégulas.



**Fig. 9** – Necrópole tardorromana e altomedieval.



# LA ROMANIZACIÓN ATLÁNTICA: MODELO O MODELOS DE IMPLANTACIÓN ROMANA EN EL NOROESTE PENINSULAR<sup>1</sup>

Carmen Fernández Ochoa<sup>2</sup>  
Ángel Morillo Cerdán<sup>3</sup>

## RESUMEN:

A través de esta aportación se realizan algunas reflexiones teóricas del fenómeno de la romanización del noroeste peninsular, intentando determinar los rasgos propios de cada una de las áreas geográficas que componen este espacio: el territorio galaico, las tierras meseteñas de Asturias y Cantabria, la zona transmontana y los distritos mineros.

**Palabras Claves:** Romanización; Noroeste de Hispania; Castro; Poblamiento; Minería; Ejército.

## ABSTRACT:

We present here some theoretical reflections about the Romanization process in the Northwest of ancient Hispania. We try to determine the different features of each area of this geographical space: the Galician territory, the internal plains of Asturias and Cantabria, the inhabited lands of *cantabri* and *astures transmontani* and the mining districts.

**Keywords:** Romanisation; Northwest of Hispania; Hillfort; Settlement; Mining; Roman Army.

## UN PUNTO DE PARTIDA: LA RENOVACIÓN CONCEPTUAL SOBRE LA ROMANIZACIÓN DEL NOROESTE PENINSULAR

Visto desde la perspectiva global de la investigación sobre la implantación romana en la Península Ibérica, los territorios comprendidos entre el Atlántico y el arco definido por la Cordillera Cantábrica y los Montes de León se perciben como una región unitaria, sometida a un proceso de conquista más o menos sincrónico. En distintas ocasiones ya nos hemos referido a que esta región se considera un espacio diferenciado respecto al modelo clásico de romanización, percepción que se fundamenta, en buena medida, en una visión pesimista sobre esta cuestión en el Noroeste derivada de la escasez de documentación arqueológica, las particularidades antropológicas e idiomáticas y la información suministrada por los textos clásicos (Fernández Ochoa y Morillo 2002 y 2005). Planteada en origen por Sánchez Albornoz durante los años cuarenta del siglo XX (Sánchez Albornoz 1956), esta idea se ha mantenido en la historiografía con algunos matices hasta comienzos de los años ochenta. Sólo el avance de las

---

<sup>1</sup> El presente trabajo se ha elaborado en el marco del Proyecto de I+D HAR2011-24095: *Campamentos y territorios militares en Hispania (PRATA)*, dirigido por Ángel Morillo Cerdán. Igualmente, se enmarca en el Proyecto de I+D: *Paisajes de dominación y resistencia. Procesos de apropiación y control social y territorial en el Noroeste hispano (PADORE)* (I+D HAR 2012-33774), dirigido por A. Orejas Saco del Valle. Ambos proyectos han sido concedidos por el financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad (MINECO).

<sup>2</sup> Universidad Autónoma de Madrid.

<sup>3</sup> Universidad Complutense, Madrid/Universidade de Porto.

investigaciones arqueológicas que se verifica a partir de ese momento y que se ha prolongado hasta nuestros días ha permitido desterrar esta idea a partir de datos empíricos incuestionables.

La renovación del planteamiento conceptual sobre el alcance real de la acción de Roma en el conjunto de la Península Ibérica ha permitido reenfocar también la visión de la presencia de la potencia colonizadora en la región noroeste. La reivindicación del sustrato indígena posibilita contemplar la romanización no tanto como una imposición cultural, sino un proceso dialéctico de intercambio recíproco, a través del cual la sociedad indígena fue adaptando rasgos de la cultura romana, y ésta a su vez se vio influenciada por aquella (Keay 1996: 148; Bendala 2006). Teniendo en cuenta la variedad de tradiciones culturales existentes antes de la llegada de Roma entre los pueblos peninsulares, la romanización resultante no obedece a un modelo único, sino que revestirá una forma diferente en cada provincia e incluso, dentro de cada una de ellas, en las distintas regiones. En todas ellas, los rasgos culturales prerromanos siguen vivos en mayor o menor medida bajo el dominio romano (Fernández Ochoa y Morillo 2005). Por otra parte, los intereses romanos fueron muy diferentes de unos a otros territorios y variaron sustancialmente a lo largo del largo proceso de conquista peninsular.

Los nuevos presupuestos sobre la romanización de Hispania, fundamentados a partir de la información arqueológica, se imponen asimismo en las regiones del Noroeste peninsular. El fenómeno de la romanización del Norte no fue, por lo tanto, un fenómeno aislado y peculiar dentro del conjunto de Hispania, sino equiparable, dentro de sus propios parámetros, al de cualquier otra región peninsular. En este sentido, los territorios septentrionales no serían los menos romanizados, sino romanizados de modo diferente. Sin embargo, en los últimos años, la implantación romana, aceptada mayoritariamente a un nivel científico, choca en algunos lugares con un ambiente social más sesgado hacia una “celtomanía” al margen de la ciencia, en el marco de estudios históricos más míticos que científicos (Marín Suarez 2005: 21; Fernández Ochoa y Morillo 2005), en los que Roma vuelve a estar condenada a convertirse en una “edad oscura” en el *continuum* histórico.

## **PLURALIDAD DE MODELOS DE IMPLANTACIÓN ROMANA ENTRE EL ATLÁNTICO Y EL DUERO**

En su día planteamos una reflexión teórica sobre los rasgos distintivos de la romanización del cuadrante noroeste peninsular por contraposición a los característicos de otras regiones (Fernández Ochoa y Morillo 2002; 2005). Los componentes específicos de la misma serían, por una parte, la adaptación a un paisaje físico y humano muy diferente a los de las regiones mediterráneas e interiores, caracterizado por una forma de ocupación del territorio que encuentra su plasmación en la generalización del modelo “castro”, que ha llevado incluso a definir como “cultura castreña” al periodo correspondiente con la Edad de Hierro en estos territorios. Dichos patrones de poblamiento de origen prerromano se adaptarán cuidadosamente a los intereses la potencia colonizadora; en segundo lugar, el momento cronológico en que se produce el contacto con Roma y la conquista propiamente dicha de los distintos sectores de esta amplia zona, escalonado desde finales del siglo II a. C. hasta la conclusión de las guerras cántabras, ya en época de Augusto (19 a. C.), momento que es preciso valorar de una forma ajustada; en tercer lugar, el destacado papel desempeñado por el ejército durante toda la etapa romana en buena parte del Noroeste peninsular, que tendría su razón de ser no en la vigilancia del “indómito indígena”, sino en el interés de Roma por las explotaciones auríferas; finalmente, la importancia de dichas explotaciones auríferas en la transformación del paisaje de las tierras astures y, en menor medida, galaicas

Sin embargo, es posible ir un paso más allá en la definición de la acción de Roma en estos territorios, ya que no todos los elementos anteriores afectan de la misma manera y con la misma intensidad a cada uno de ellos. No cabe duda que estamos ante un fenómeno que presenta muchos matices. Será preciso analizarlos de una forma individualizada a fin de determinar las diferentes pautas de comportamiento y los “modelos” de romanización resultantes. Se trataría de establecer un cambio de escala

descendiendo del modelo de “romanización del Noroeste” a los modelos específicos de los territorios galaico, astur y cántabro, que se configuran a través de un proceso diacrónico (Fig. 1).

### **El territorio galaico: la fachada atlántica vs. el territorio interior**

Tradicionalmente, desde el punto de vista conceptual, se suele diferenciar el territorio habitado por los pueblos galaicos, comprendido entre el Duero, los Montes de León y el Cantábrico, en dos áreas geográficas diferenciadas, la meridional y la septentrional, coincidentes *grosso modo* con los antiguos conventos jurídicos bracarense y lucense. La división política entre Portugal y España ha contribuido poderosamente a la desestructuración de las tierras galaicas desde el punto de vista de la epistemología, ya que las respectivas tradiciones historiográficas han analizado por separado ambas regiones hasta fechas muy recientes.

Sin embargo, el crecimiento exponencial del conocimiento arqueológico durante las últimas décadas a ambos lados de la frontera hispano-portuguesa ha llevado a plantearse si no se debe contemplar bajo otro prisma el proceso de romanización del territorio galaico. Las áreas costeras atlánticas de la Galicia actual, al norte del Miño, particularmente las Rías Bajas, presentan una realidad arqueológica que las acerca de forma evidente a las del espacio comprendido entre el Duero y el Miño. Por otra parte, las áreas interiores de Galicia (Lugo, Orense) y el norte de Portugal (región de Tras-os-Montes), ya en zonas montañosas y con un notable alejamiento respecto al Atlántico y los cursos bajos de los ríos (Duero, Cávado, Limia, Miño), claras vías de penetración marítimo-fluviales, comparten numerosos rasgos, que se prolongarían asimismo, con matices, a las áreas montañosas colindantes de Asturias, León y Zamora, ya adscritas a los astures en la Antigüedad. Por lo tanto, más que ante una división cultural norte-sur, debemos plantearnos que en muchos aspectos resulta mucho más realista establecer notables diferencias entre las tierras más occidentales, próximas al Atlántico y a las influencias de origen mediterráneo y las áreas interiores, más periféricas y aisladas. Por lo que se refiere a las áreas costeras septentrionales de Galicia, parecen compartir rasgos más semejantes a los de la franja marítima astur.

El origen de esta dicotomía debemos rastrearlo en la estructura social y de poblamiento del final de la Edad de Hierro. Los investigadores sobre cultura castreña aceptan sin discusión que las formas de organización política, social y económica de las comunidades indígenas y su relación con el territorio experimentaron profundos cambios desde finales del siglo II a. C., acentuándose a lo largo de la siguiente centuria y especialmente a partir de Augusto. Pero sin embargo hay dos posturas conceptuales que difieren sobre el papel de Roma dentro de dicho proceso. Desde una perspectiva indigenista, el factor determinante de las transformaciones territoriales y sociales debe leerse a partir de la propia evolución interna de las sociedades castreñas (entre otros, Martins 1990: 216; González Ruibal 2007: 600; Parceros *et alii* 2007). En el extremo contrario, se considera la presencia romana, creciente desde el siglo II a. C., como el elemento determinante de los cambios (Almeida 1983; 1998; Silva, 1983-84; 1986; Lemos, 1993; Orejas 1996; Fernández-Posse 1998: 233-234; 2002; Peña Santos 2003: 147-152; Sastre 2004).

En realidad, como bien ha apuntado Currás (Currás 2014: 709), buena parte de la polémica radica en un enfoque obsoleto de la romanización, que la identifica con modelos itálicos metropolitanos en cuanto a tipos de asentamiento y cultura material. Como señalamos en su día, no es posible que las sociedades prerromanas peninsulares trataran de homologarse a un patrón de romanización determinado, sobre todo porque no existió dicho modelo con anterioridad a Augusto (Fernández Ochoa y Morillo 2002: 174). La sociedad romana tardorrepública estaba profundamente helenizada y seguía modelos culturales de corte mediterráneo. Por lo tanto, no debemos esperar que la presencia de Roma en la *Gallaecia* a partir del siglo II a. C. tenga como consecuencia la aparición de una gran estatuaria “clásica” o de núcleos de población en llano “a la romana”, que no existen tampoco en otras zonas de colonización romana coetánea. La actuación de la potencia colonial se limitará al control de las élites locales, sobre las que fundamentará su política fiscal de cara a la obtención de recursos. Éstas, poco

a poco, asumen e interiorizan como propio el mensaje de dominación de Roma y acaban apropiándose de la cultura “romana” como algo verdaderamente propio.

Los distintos enfoques historiográficos y conceptuales sobre la romanización son propios de una “arqueología de contacto”, siguiendo la afortunada definición de Fernández-Posse (1998: 234), en la que los registros muestran sincrónicamente una aculturación muy rápida e intensa en algunas zonas, frente a otras más retardatarias. De cualquier manera, en este campo es muy difícil sustraerse a las posiciones ideológicas y “emocionales” de cada investigador o escuela. En realidad, debería ser el análisis de las evidencias arqueológicas, no sólo de los materiales sino también de su reflejo en las estructuras sociales y de poblamiento, la guía de cualquiera de las interpretaciones posibles.

Una primera observación es que carecemos de testimonios arqueológicos directos del proceso de conquista, lo que sin duda dificulta la interpretación del agente de las transformaciones del modelo de poblamiento y la estructura territorial que tiene lugar desde el siglo II a. C.

Las fuentes indican que República romana impulsa diversas expediciones con fines claramente militares desde mediados del siglo II a. C. La más antigua fue la de Polibio quien, en esas fechas, realiza un periplo en dirección norte a partir del Estrecho de Gibraltar, siguiendo una ruta que contorneó las costas atlánticas peninsulares y alcanzó la Galla<sup>4</sup>. Desgraciadamente su relato no se conserva (Fernández Ochoa y Morillo 2013: 63). Lo mismo sucede con la *Geografía* de Artemiodoro, quien realizó diversos viajes por las costas hispanas a finales del siglo II a. C. (Kramer 2006: 98 y 102-105).

En el año 137 a. C. tiene lugar la campaña terrestre de D. Julio Bruto contra los galaicos<sup>5</sup>, que supuso la exploración de las áreas interiores meridionales entre el Duero y el Miño, alcanzando el Limia y la desembocadura del propio *Minius*. En el 96-94 a. C. se sitúa una nueva intervención militar en el Noroeste peninsular. Nos referimos a la de P. Licinio Craso, procónsul de la Hispania Ulterior, destinada a localizar las famosas islas del estaño, las *κασσιτερίδες*<sup>6</sup>. Craso obtuvo en el 93 a. C. un triunfo “sobre los lusitanos”, lo que indica, por una parte, que la expedición tuvo una finalidad militar indiscutible y, por otra, que la distinción entre lusitanos y galaicos aún no estaba muy clara.

Años más tarde, entre los años 61-60 a. C., César, propretor de la Ulterior, extiende el dominio político romano hasta el Golfo Ártabro. Tras acometer diversas campañas a ambos lados del Duero, la flota gaditana al mando de L. Cornelio Balbo le permite llegar a *Brigantium* (A Coruña)<sup>7</sup>. Seguramente dicha cita se refiera al desembarco al fondo de la rada coruñesa, al pie del castro prerromano de Elvira (Bello y González Afuera 2008), ya que la arqueología retrasa la fundación del asentamiento romano hasta varias décadas más tarde. Los conocimientos de los marinos de *Gades* respecto a la ruta atlántica debieron desempeñar un papel fundamental (Chic 1995: 62).

Por el momento ninguna de dichas expediciones, u otras sobre las que las fuentes guarden silencio, ha dejado evidencias arqueológicas de presencia de las tropas romanas. Carecemos de campamentos de campaña o destrucciones violentas de asentamientos indígenas (Morillo 2014b: e. p.), un hecho especialmente llamativo en el territorio comprendido entre el Duero y el Miño, muy bien conocido desde el punto de vista arqueológico.

Ante dichos vacíos en el registro arqueológico, debemos recurrir a testimonios indirectos del avance de Roma en tierras galaicas durante el periodo republicano. Entre dicha evidencias destacan los restos de cultura material.

Los hallazgos fenicios y púnicos en la fachada atlántica de la Península Ibérica, que se remontan al siglo VI y son especialmente abundantes a partir del siglo IV a. C., avalarían la existencia de un comercio mediterráneo hasta el territorio de los galaicos (Naveiro 1991: 130-131; González Ruibal 2006/07: 262-269, 512-523; Morais 2007). Dichos testimonios se rarifican hasta casi desaparecer al oriente

<sup>4</sup> Polibio, *Historiae* III, 16.

<sup>5</sup> Tito Livio, *Per. LV*; Apiano *Iber*, 72; Estrabón, *Geog.* III, 3, 1; Plinio, *Nat. Hist.* IV, 112; Floro, *Epit.* I, 33, 12; Orosio, *Hist.* V, 5, 12.

<sup>6</sup> Estrabón, *Geog.* III, 5, 11.

<sup>7</sup> Dión Cassio, *Historia Romana* XXXVII, 52-53.

del cabo Estaca de Bares, lo que descarta una continuación de dicha ruta en aguas cantábricas en época tan antigua. El castro de Campa Torres, en la parte central del litoral asturiano, constituiría el punto más oriental donde se documentan productos mediterráneos (Maya y Cuesta 2001b: 154-159; Carreras 2001; González Ruibal *et alii* 2010). En el 206 a. C., la entrada de *Gadir* (Cádiz) en la órbita romana va a convertir a esta nueva potencia en heredera directa de la política e intereses comerciales de la vieja ciudad fenicia en las costas oceánicas. Las costas atlánticas peninsulares entran de esta manera indirectamente en los intereses romanos, por lo que los pueblos costeros debieron irse familiarizando a partir de ese momento con Roma como potencia colonizadora, a pesar de que el agente directo fueran principalmente los navegantes gaditanos.

Sin embargo, el *foedus Gaditanum* del 206 a. C. no implica una sustitución radical de las mercancías tradicionalmente comercializadas desde *Gadir* hacia la costa atlántica peninsular, el llamado “ciclo púnico medio” de González Ruibal (2007: 512): ánforas de salazones neopúnicas como la Mañá-Pascual A4, imitaciones grecoitalicas de la bahía gaditana, cerámicas griegas de barniz negro, cerámicas comunes “púnicas”, cerámica ibérica, cuentas oculadas de pasta vítrea, etc. Desde comienzos del siglo II a. C. tan sólo detectamos la inclusión paulatina de productos itálicos como las ánforas vinarias de la costa tirrénica Dressel 1 o grecoitalicas, y las cerámicas romanas de barniz negro dentro de los cargamentos que se comercializaban hacia el norte desde el Estrecho de Gibraltar, donde siguen siendo muy habituales las ánforas béticas neopúnicas, como la Mañá C2b. En este sentido, el llamado “ciclo romano” de González Ruibal presenta una clara continuidad respecto al periodo anterior, sin duda debido a la propia incapacidad del propio comercio itálico, que carecía de la potencia imprescindible para una actuación agresiva de este tipo.

Paralelamente aumenta la presencia de moneda romana de plata en la región, en forma de tesorillos y ocultamientos, que implica su incorporación a los registros regionales indígenas como un elemento de prestigio más en función del valor del metal, aunque evidentemente no podemos hablar de una circulación monetaria. De nuevo en este caso, la zona meridional y costera concentra la inmensa mayoría de los hallazgos, indicio inequívoco de la presencia romana (Centeno 1987; 2013).

Algunos autores consideran que una evidencia indirecta más de la presencia romana la encontraríamos en las transformaciones territoriales y sociales que tienen lugar a partir del siglo II a. C. Uno de los elementos más novedosos sería la aparición de los grandes castros o citânias (Briteiros, Sanfins, Monte Mozinho, Santa Trega, Vigo), testimonio más significativo de los cambios que se están verificando en la estructura del territorio (abandono y refundación de poblados, construcción de nuevos sistemas defensivos, etc.) (Silva, 1986), debido a los movimientos de población derivados de las nuevas alianzas entre las élites indígenas y la potencia colonial. El territorio de los *bracari* sería el epicentro de este proceso, que se extiende entre el Duero y el Miño, región que presumiblemente primero cae bajo el control de Roma y que tuvo como escenario las campañas de Bruto y Craso. Ya hemos señalado más arriba que dicho fenómeno se ha leído tanto en clave endógena, consecuencia de la propia evolución de las comunidades indígenas, como exógena, debida a la presencia romana en la región. Este fenómeno, que según las últimas investigaciones arqueológicas se extiende hacia las Rías Altas, no es privativo del área galaica, sino que se verifica en zonas más al oriente, como las llanuras meseteñas habitadas por los astures (Orejas 1999).

Por lo que se refiere a las áreas interiores de Galicia y Portugal, más alejadas de la costa atlántica en dirección a las elevaciones montañosas de transición hacia León y Zamora, la continuidad del sistema de poblamiento prerromano nos habla de una presencia romana más tardía.

El periodo augusteo supone una intensificación de las transformaciones iniciadas siglos atrás como consecuencia de la imposición efectiva del dominio romano sobre el territorio. Las guerras cántabras no parecen tener repercusiones directas sobre la *Gallaecia*. Por el momento carecemos de asentamientos militares propiamente dichos tanto al norte de Portugal como en las planicies gallegas. Sin embargo, las excavaciones arqueológicas urbanas realizadas en las actuales ciudades de Braga (Morais *et alii* 2012, e. p.) y Lugo (Rodríguez Colmenero 2006: 45) han revelado un ambiente militarizado de época augustea

con un número creciente de materiales claramente vinculados al ejército romano, aunque no hayamos identificado estructuras constructivas propiamente dichas (Morillo 2002: 75-76). No cabe duda que su proximidad geográfica al territorio de los astures, debió al territorio de los galaicos de una especial relevancia estratégica. El ataque romano hacia los confines occidentales de la *Asturia Transmontana*, al mando del gobernador de la provincia Ulterior, P. Carisio, debió partir del territorio galaico. De nuevo la zona de los *bracari* parece haber desempeñado un papel especial como base logística de operaciones y aprovisionamiento, con el Cávado como vía fluvial de penetración hacia el interior y el lugar donde se asentó la futura *Bracara* como núcleo central del territorio y posible punto de ruptura de carga. Otra base militar debió encontrarse en Lugo o sus cercanías, en esta ocasión situada en el límite del territorio en el cual el dominio romano se encontraba perfectamente afianzado, para preparar el asalto al occidente astur, las *ulteriores Gallaecia partes* mencionadas por Orosio (Morillo 2014: 145; Morillo 2014: e. p.). La presencia de *moneta militaris* con reverso la caetra del tipo RPC1, RPC2 y RPC3 en todo el Noroeste, con especiales concentraciones en Braga y Lugo, confirmaría la presencia de un ejército en armas en época augustea (Centeno 1987; Pérez González *et alii* 1995: 204-205, fig. 4 y 5).

Con el final de las guerras cántabras se inicia un modelo radicalmente diferente al del periodo republicano en cuanto a implantación territorial. Comenzamos a contar con evidencias arqueológicas directas de la actuación del estado romano, como son los asentamientos *ex novo* de tipología mediterránea creados como centros políticos y administrativos de los pueblos galaicos: *Bracara Augusta*, en tierras meridionales, y *Lucus Augusti*, capital de los galaicos norteños. Si *Bracara* viene a consolidar un proceso de aculturación regional que había comenzado siglos atrás, *Lucus* significa la incorporación de la *Gallaecia* interior a un nuevo sistema, con escasos precedentes en época tardorrepublicana, ya que en este área no se había producido los cambios en la estructura del territorio que se verificaron entre el Duero y el Miño por influencia romana. La fundación de dichos centros supone el arranque del fenómeno urbano en una región carente hasta ese momento de ciudades en el sentido estricto del término. Asimismo las nuevas ciudades constituyen las bases de una política de articulación territorial basada en la creación de un sistema viario que une entre sí las tres capitales del noroeste, las dos galaicas y *Asturica Augusta*, en el convento astur.

En un segundo nivel, por debajo de estas fundaciones, subsiste la estructura del poblamiento anterior, aprovechada de forma selectiva por Roma que introduce en toda la región noroeste el modelo de la *civitas* para el control administrativo y fiscal. En época augustea se mantienen los grandes castros del área galaica meridional. Poco a poco, a lo largo de las primeras décadas del siglo I d. C., junto a ellos aparecen nuevas formas de ocupación en los valles y en la línea costera, como las aglomeraciones de tipo secundario o los establecimientos rústicos, en relación directa con la explotación de los recursos agropecuarios, marítimos o mineros. Estos asentamientos irán adquiriendo un mayor protagonismo en detrimento de los viejos poblados, que se mantienen hasta finales del siglo I o el primer tercio del siglo II d. C. (Fernández Ochoa y Morillo 2005).

En resumen, el territorio de los galaicos aparece como un espacio muy diversificado, en el que la presencia romana se manifiesta con una marcada dualidad derivada de la proximidad al Duero y a la costa atlántica. Las áreas más meridionales y occidentales, ya frecuentadas por los navegantes mediterráneos con anterioridad, entran en contacto con Roma desde mediados del siglo II a. C. Dicho contacto debió de suponer una aceleración de la evolución interna de las sociedades preexistentes. No cabe duda que esta situación deriva de un modelo de actuación por parte de la potencia colonial todavía escasamente estructurado, donde prima el interés de cada general o gobernador por el botín rápido y la rapiña a las comunidades indígenas dominadas frente a una explotación sistemática de los recursos disponibles. El papel de las élites locales como intermediarias entre las demandas de Roma y la resistencia por parte de la población local a los cambios inevitables que ello implicaba debió desencadenar profundas transformaciones sociopolíticas y territoriales, dentro de las cuales el ascenso de los grandes castros o *citánias* podría ser una de las más significativas.

Sin embargo, el hecho de que carezcamos hasta época augustea de asentamientos de raíz romana, aún cuando el dominio parece indiscutible un siglo antes, nos trasmite una imagen de un proceso de implantación romana relativamente lento y escasamente planificado, del que incluso regiones enteras, como las áreas montañosas más orientales y quizá la costa septentrional, quedaron casi al margen.

Otro de los rasgos determinantes de este modelo galaico parece ser el escaso papel desempeñado por el ejército romano. Las expediciones de conquista o exploración apenas han dejado huellas visibles sobre el terreno hasta la fecha, más allá de algunos materiales en los niveles fundacionales de Braga y Lugo de interpretación muy problemática, que definen únicamente un ambiente militarizado coincidiendo en el tiempo con las guerras cántabras y los años posteriores. Por otra parte no existen establecimientos militares permanentes tardorrepublicanos o altoimperiales en la *Gallaecia* meridional y son escasos en la actual Galicia, lo que reduce su impacto en la población. Seguramente debemos vincular este hecho al reducido papel que las explotaciones auríferas tuvieron en tierras galaicas, que se concentraron en zonas concretas como el valle del Miño (Currás 2014) y las áreas de los *iuga Asturum* colindantes con los astures.

### **Las tierras meseteñas de Asturia y Cantabria**

Desde el punto de vista geográfico, las tierras de cántabros y astures constituyen una realidad muy diferente al territorio galaico. Es una región muy diversa, que agruparía tanto la franja costera como las tierras interiores meseteñas. En realidad lo que unifica este espacio es la presencia las montañas cantábricas y los Montes de León, los *iuga Asturum*. Las corrientes comerciales mediterráneas, que alcanzaban el norte de la actual Galicia, sólo parecen penetrar esporádicamente en el ámbito cantábrico, lo que mantuvo a los pueblos ribereños de dicho mar en un ambiente mucho más retardatario antes de la llegada de Roma. En ese momento esta región presenta una gran heterogeneidad cultural, que se manifiesta asimismo en la complejidad de los sistemas de organización parental y sociopolítica, propia de un territorio de transición entre dos áreas geográficas y culturales muy distintas (Fernández Ochoa y Morillo 1999: 30).

Astures y Cántabros se encontraban en pleno proceso de celtiberización, más intenso y acelerado en las comunicades situadas cuanto más al sur y al este. En las llanuras meseteñas habitadas por los astures, en contacto con los vacceos y vetones, se verifica incluso la presencia de grandes castros del mismo tipo que los que aparecen al sur y oeste del territorio galaico, auténticos *oppida* como *Lancia*, *Brigaecium* (Fuentes de Ropel, Zamora) o *Baedunia* (San Martín de Torres, León), que ilustran el proceso de jerarquización y reagrupación poblacional derivado del desarrollo socioeconómico de estas regiones (Orejas 1999: 25-26). Posiblemente este mismo proceso se verifica en algunos castros cántabros de la vertiente meridional de la Cordillera Cantábrica como Monte Bernorio, Monte Cildá, Peña Amaya o La Ulaña, cuya facies prerromana todavía está en proceso de definición (Cisneros 2007: 63-81). En todos estos yacimientos de cierta envergadura, la presencia de materiales romanos importados es mucho más escasa que en la zona galaica, sin duda por las dificultades de comercialización por vía terrestre de bienes de consumo meridionales. Asimismo se hace presente la tesaurización de moneda de plata tanto de cecas indígenas, como de la propia Roma.

Esta amplia región permanece fuera del dominio romano hasta las guerras cántabras (29-19 a. C.), un siglo más tarde en relación a la presencia de Roma en tierras galaicas. La conquista de los pueblos septentrionales hispanos, además del componente geoestratégico que suponía rematar la conquista de la Península, tuvo una indiscutible finalidad política y propagandística, que se refleja incluso en la presencia del propio emperador en el escenario peninsular. No cabe duda que debieron existir otros factores económicos añadidos, como el interés por la explotación de los recursos auríferos regionales.

Las fuentes clásicas conservadas sobre la conquista de cántabros y astures, inspiradas sin duda en el perdido relato de T. Livio, ofrecen poco más que algunos datos inconexos y a menudo contradictorios sobre el desarrollo y los diferentes escenarios de las operaciones militares. Los relatos de

Estrabón, Dión Cassio, Floro y Orosio<sup>8</sup> guardan silencio sobre aspectos básicos para el conocimiento de la estrategia romana de conquista.

En los últimos años se han producido progresos arqueológicos muy significativos en este campo. En el año 1996, se identificaron arqueológicamente los primeros campamentos de campaña asociados directamente con las guerras cántabras (Peralta, 1999; 2000), a los que se han ido añadiendo un número creciente de recintos militares romanos y de asentamientos indígenas con evidencias de asedio. Gracias a estos testimonios, podemos ya aproximarnos de una forma más rigurosa a la estrategia de conquista del territorio cántabro en el año 26 a. C. (Morillo, 2014: 145), aunque subsisten todavía muchas incógnitas sobre el dominio del territorio astur (25 a. C.) y las campañas posteriores del 23 y 19 a. C.

La compartimentación espacial del territorio, y su más que probable falta de unidad en la respuesta ante la agresión de la potencia colonizadora, nos hace plantearnos que la estrategia militar aplicada por Roma fue muy diferente a la que la tradición historiográfica transmite habitualmente. Lejos de enfrentarse con un pueblo políticamente estructurado, debe hacer frente a diferentes grupos humanos que habitan en un medio natural que dificulta los contactos, con diferentes niveles de organización socioeconómica y cultural y, por lo tanto, con intereses muy diversos y, a menudo, divergentes. La actitud de las elites dirigentes de estos grupos frente a Roma fluctuará entre el enfrentamiento directo y el colaboracionismo. Algunos indicios apuntan que algunas comunidades optaron por esta vía, tanto entre los astures como entre los cántabros<sup>9</sup>. Con toda seguridad, Roma contó con aliados fiables también entre los pueblos cántabros (Morillo 2014: 141-142).

Los datos arqueológicos que se van conociendo confirman estas diferencias de comportamiento entre unas y otras comunidades. Tal y como apuntó Orejas para el territorio astur meridional, no podemos hablar de una respuesta única sino de múltiples resultados desde el punto de vista arqueológico, que van desde la reorganización coyuntural del poblamiento, destrucciones, abandonos forzados o pacíficos de castros, hasta la continuidad de la ocupación de algunos núcleos preexistentes (Sánchez-Palencia *et alii* 1990; Orejas 1999: 30-31). Todo ello debe ocultar las distintas respuestas políticas de estos grupos ante Roma: el choque frontal con algunas tribus que daría lugar a auténticos asedios o batallas campales (la Espina del Gallego, La Loma), la guerra de guerrillas y la retirada indígena hacia lugares menos accesibles en busca de refugio, el sometimiento pacífico por vía de pactos o por la simple fuerza de los acontecimientos, grupos que se mantendrán en los mismos *oppida*, etc. Por otra parte, en un momento tan temprano resulta muy difícil determinar si el abandono o la amortización de la facies prerromana en los castros, de lo que vamos conociendo numerosos ejemplos tanto al norte como al sur de la Cordillera, tiene como motivación inmediata el desarrollo de las campañas militares de conquista, o bien se produce como consecuencia de la paulatina transformación de estructuras en la que se ve inmerso el territorio tras su completa pacificación (Fernández Ochoa y Morillo, 1999: 37).

De cualquier forma, el impacto de la conquista no se traduce en signos de violencia generalizada en los asentamientos cántabros y astures. Por lo tanto, es lícito pensar en una ocupación en su mayor parte pacífica, que se traduce más en un control territorial que en una acción violenta destinada a someter por la fuerza a unos pueblos libres e imponer de raíz nuevas normas y modos de vida romanos.

El final de la guerra inaugura una etapa nueva en esta región de mucha mayor trascendencia para la implantación romana en el noroeste peninsular, periodo que hemos denominado “Paz Armada” (Morillo 2002: 77). Entre el 19 y el 15 a. C. la guarnición asignada a la provincia queda reducida a tres legiones. Un legado se encontraría al mando de dos legiones en el área astur, mientras un segundo

<sup>8</sup> Estrabón, *Geog.* III; Dion Cassio, *Hist. Rom.* LI-LIV, Floro, *Epit.* II, 33, 46-60; Orosio, *Hist.* VI, 21.

<sup>9</sup> En el ámbito astur, la comprobada existencia de pactos con las comunidades indígenas en un momento muy temprano, como el llamado Edicto del Bierzo, datado el 14 a. C. (Sánchez Palencia y Mangas 2000; Grau y Hoyas 2001), confirma la existencia de contactos políticos con los pueblos contendientes durante la guerra, y tal vez incluso con anterioridad. Asimismo es bien conocida la referencia de las fuentes a la traición de los *brigaecinos* durante la campaña astur. Dicha “traición” parece pivotar sobre algún arreglo pacífico con dicha comunidad con Roma frente al resto de los astures.



legado con una única legión estaba asentado en territorio cántabro<sup>10</sup>. Las evidencias arqueológicas han posibilitado la identificación de los cuerpos militares que componen dicha guarnición estable desde finales de las campañas augusteas. Hoy en día no cabe duda de que las legiones *VI victrix* y *X gemina* estuvieron asentadas en territorio astur, en León y Astorga-Rosinos respectivamente, mientras la *III Macedonica* se estableció en el límite meridional de Cantabria, en el campamento legionario de Herrera de Pisuerga (Palencia). Situados en emplazamientos estratégicamente elegidos desde el punto de vista geográfico y topográfico en relación con las vías naturales de comunicación, configuran un cordón protector de asentamientos militares permanentes al sur de la Cordillera Cantábrica y al este de los Montes de León (Morillo 2002).

Junto a las funciones estrictamente militares, el ejército adquiere un papel protagonista en la organización administrativa de este territorio, la dotación de infraestructuras y la explotación económica, constituyendo el agente empleado por la administración romana para introducir su poder en esta región periférica. Sin duda el trazado de vías fue uno de sus cometidos más destacados. En este periodo se articulan las conexiones entre *Bracara Augusta* y la zona astur a través de la región portuguesa de Tras-os-Montes (vía XVII del Itinerario de Antonino) y de *Lucus Augusti* (vía XIX), siguiendo posiblemente vías militares del periodo de la conquista. Asimismo se acometen las calzadas que conectan la Meseta con la costa cantábrica en el territorio cántabro y, posiblemente, en la zona astur.

Esta militarización del territorio meridional de astures y cántabros, que supone la presencia de un notable contingente de población, en su mayoría de origen itálico en varios campamentos, supuso sin duda un primer impacto romanizador en una región que había permanecido al margen de las redes de comercialización mediterráneas, que se vio refrendado algo más adelante por la aparición de las primeras fundaciones urbanas, de las cuales *Asturica Augusta*, sería el mejor ejemplo. A juzgar por el registro estratigráfico, en este lugar existió un campamento legionario creado entre el 15-10 a. C., que a comienzos del reinado de Tiberio se convierte en ciudad (Morillo y García Marcos 2000: 598-599). En comparación con las fundaciones urbanas del área galaica (*Lucus, Bracara*), supone un retraso de al menos 30 años en el proceso de implantación, lo que indica que estamos ante una casuística diferente. A lo largo de las décadas siguientes, siguiendo el proceso general de implantación romana regional veremos aparecer otro tipo de asentamientos, como aglomeraciones secundarias, establecimientos rústicos, etc, empleando el modelo de la *civitas* como eje vertebrador del territorio a nivel político y territorial (Fernández Ochoa y Morillo 2005).

A diferencia del territorio galaico, en este caso nos encontramos con un proceso de romanización mucho más acelerado y concentrado en el tiempo, que obedece sin duda a una planificación cuidadosamente meditada, en la que el ejército y la administración desempeñaron un papel trascendental en las transformaciones de las formas de ocupación y modos de vida.

### **Los distritos auríferos**

Más al oeste, en las zonas montañosas limítrofes entre Zamora-León, por una parte, y la región de Tras-os-Montes y Galicia, por otra, región correspondiente a la zona vertebrada por los Montes de León, las influencias meseteñas se rarifican y nos encontramos ante un panorama completamente diferente con anterioridad a la llegada de los romanos. En este sector el patrón de poblamiento no es muy distinto al de las regiones transmontanas y se fundamenta en pequeños poblados fortificados aislados con una economía de subsistencia. Los vestigios materiales no manifiestan signos de jerarquía social, y ningún asentamiento asume una centralidad geográfica supralocal, indicativo de la fragmentación política y social (Camino 2005: 101)

Las guerras cántabras, que seguramente encontraron en estas regiones montañosas los mayores obstáculos para el avance de la conquista, suponen su integración dentro de la autoridad romana, al

---

<sup>10</sup> Estrabón, *Geog.* III, 3, 8 y III, 4, 20. Tácito, *Ann.* IV, 5, 1.

igual que los territorios más orientales meseteños. Sin embargo, a diferencia de aquellos, las pendientes abruptas de los Montes de León y los valles interiores (Bierzo, Valdeorras), así como las cuencas mineras del occidente asturiano (valles de Navia y Porcía) no llegaron a desarrollar asentamientos urbanos a la manera clásica. Tampoco se verifica la presencia de asentamientos de tipología militar “canónica” con posterioridad a la conquista y los momentos inmediatamente posteriores, si bien se detecta un innegable ambiente militarizado, evidencia de una presencia del ejército activa en la zona, el modo en que se articula dicha presencia sigue siendo una de las incógnitas a despejar por la investigación en el futuro.

No obstante, la transformación de estos territorios periféricos fue si cabe más rápida y radical que la de las regiones circundantes. El interés de la administración romana por los recursos auríferos regionales motivó una reorganización en las formas de ocupación y explotación del territorio castreñas, en el que aparece un nuevo patrón de poblamiento. Los territorios autosuficientes del periodo anterior dejan paso a un sistema nuevo, basado en redes de poblamiento jerarquizadas, en función de las exigencias de productividad que impone el estado romano a cada uno de los asentamientos vinculados a la minería. En esta nueva estructura destaca la continuidad de algunos núcleos prerromanos que se convirtieron en “lugares centrales”, aglomeraciones secundarias como Las Pedreiras del Lago, Huerña o Chao Samartín, acompañados por otros de escala regional en relación directa con el papel vertebrador de las vías y del propio funcionamiento de la administración (*La Edrada-Bergidum Flavium*, Las Murielas de Almázcara-*Interaminium Flavium*) (Ruiz del Árbol *et alii* 2000: 236).

El patrón de implación en los distritos mineros presenta similitudes con los territorios meridionales de cántabros y astures, como son la planificación estatal y la presencia del ejército como uno de los agentes principales de la acción de Roma. Sin embargo, en este caso, la transformación respecto al sistema de poblamiento anterior, periférico y retardatario, fue mucho más radical y se orientó en un sentido muy diferente al de aquellas áreas. Esta actuación supuso la metamorfosis del paisaje de las comunidades prerromanas, pero no su adecuación a modelos cívicos clásicos de las zonas urbanizadas, sino a un patrón que sigue dando una imagen de territorio ruralizado. Se articulan entre sí espacios antes fragmentados e independientes, pero no en beneficio de las élites locales, como en otros territorios, sino del propio Estado, que creó una compleja infraestructura destinada al control y explotación de los recursos auríferos, interés prioritario del Estado durante al menos dos siglos.

### **La Asturia y Cantabria transmontanas**

Los territorios de los pueblos cántabros y astures comprendidos entre la divisoria de aguas de la Cordillera Cantábrica y el mar presentan también rasgos diferentes a los anteriores. Como ya hemos señalado, una de sus peculiaridades es su aislamiento, derivado de las dificultades de comunicación tanto por vía terrestre como a través del Cantábrico, que permanece prácticamente al margen de las corrientes comerciales mediterráneas en época prerromana.

El modelo de poblamiento de este territorio se caracteriza por los pequeños poblados o castros fortificados, que vivían de una economía próxima a la subsistencia en comunidades aisladas e independientes. Tan sólo el castro de la Campa Torres (Gijón) presenta algunos elementos que lo individualizan con respecto al entorno inmediato, como la presencia de importaciones púnicas y romanas tardorepublicanas (Fernández Ochoa y Zarzalejos 2014: e. p.). Las influencias celtibéricas, mucho más intensas al sur de la Cordillera Cantábrica, alcanzan de forma mucho más débil estas regiones cantábricas.

Las guerras cántabras suponen la incorporación de estos territorios al dominio romano, si bien la forma en que tiene lugar el proceso de conquista aún plantea numerosas incógnitas. Un aspecto que es preciso evaluar de forma adecuada es la ausencia de testimonios arqueológicos de carácter militar en la vertiente oceánica de la Cordillera Cantábrica. No podemos determinar si estamos ante un problema de documentación arqueológica o si este aparente vacío documental se debe, como se ha apuntado, a un poblamiento indígena más débil y disperso de esta región costera, provocado por las diferentes condiciones físicas y climatológicas (Morillo 2008: 120). No cabe duda que el paso desde la Meseta

fue imprescindible para el control del territorio cántabro y astur central, mientras que el empleo de los fáciles pasos naturales desde tierras de los galaicos pudo ser determinante en el extremo occidental.

A diferencia de lo que observábamos en los distritos auríferos, con los que este sector guarda innegables concomitancias, en este caso Roma no interviene de una manera tan directa, temprana y planificada en la transformación del modelo de poblamiento prerromano, manteniéndose los viejos castros ocupados hasta finales del siglo I d. C. o comienzos del siglo II (Fernández Ochoa 2006: 282). Se detecta un ritmo mucho más lento del proceso de implantación, que se articula desde las tierras interiores, al otro lado de la Cordillera, hacia la costa. La presencia militar parece concentrarse en las décadas inmediatamente posteriores a la conquista. No hay fundaciones urbanas propiamente dichas como en las zonas más meridionales y el Estado se limita a potenciar de forma selectiva viejos núcleos indígenas como Campa Torres, el probable enclave de *Noega*, para convertirlos en centros regionales. O crea otros de nuevo cuño, en relación directa con las vías de comunicación y las nuevas posibilidades generadas por la apertura de la ruta marítima cantábrica a lo largo del periodo julio-claudio. Aparecen así centros secundarios como *Lucus Asturum* (Lugo de Llanera, Asturias), Gijón, *Portus Victoriae* (Santander) o Santoña, por poner tan solo algunos ejemplos (Fernández Ochoa y Morillo 1994: 184-185; 2013: 81).

## ALGUNAS REFLEXIONES FINALES

A partir de estas reflexiones sobre la casuística de los diferentes territorios que integran el espacio geográfico comprendido entre el Duero, la vertiente meridional de las montañas cantábricas y las costas atlánticas, se perciben, a nuestro juicio, diferentes patrones de actuación de Roma. Su presencia impacta sobre un sustrato precedente también heterogéneo, lo que nos lleva a plantear la existencia de distintos “modelos” específicos dentro de la visión genérica de la romanización del noroeste.

El modelo galaico está determinado por una dualidad derivada de su mayor o menor proximidad al Duero y a las costas atlánticas, lo que determina la coexistencia de ámbitos más abiertos y evolucionados y otros más aislados y retardatarios. La llegada de Roma fue muy temprana en este sector, verificándose desde mediados del siglo II a. C., si bien no se plasma en asentamientos típicamente romanos, sino que se evidencia a través de la propia evolución de la sociedad castreña que se va transformando política y territorialmente. No será hasta época augustea cuando aparezcan las primeras fundaciones urbanas en un ambiente militarizado, aunque el papel del elemento militar romano en este ámbito será siempre mucho más reducido que en las áreas vecinas situadas más al Oriente, sin duda debido al menor peso de las explotaciones auríferas en tierras galaicas.

Frente a éste modelo, las tierras meseteñas de Asturias y Cantabria presentan una casuística muy diferente. La conquista de este espacio se retrasa más de un siglo, hasta las guerras cántabras, en época augustea. El impacto generado en el territorio por la considerable presencia de población itálica, miembros del ejército y la administración estacionados al sur del Cordillera Cantábrica en campamentos y ciudades como *Asturica* tras el final de la guerra, tiene como consecuencia un proceso de romanización mucho más acelerado en el tiempo, con resultados trascendentales sobre las formas de ocupación del territorio y los modos de vida. El peso de la maquinaria estatal (ejército y administración vinculada a la explotación minera) se mantendrá en este sector durante varios siglos.

A pesar de las similitudes que presenta respecto al modelo anterior, tanto por su proximidad geográfica como por su vinculación económica y funcional, se pueden segregar los distritos auríferos astures como un área diferenciada. Comparte con la anterior una presencia romana establecida a partir de Augusto y un impacto romanizador más acelerado, así como el peso de la planificación estatal a través de la administración y el ejército. Sin embargo, el resultado será distinto, en función de las exigencias derivadas de una explotación minera intensiva bajo estricto control estatal. El paisaje se transformó radicalmente respecto al mundo retardatario y aislado de las comunidades prerromanas, pero se

mantiene alejado tanto de los modelos precedentes como de los patrones habituales de implantación romana, lo que le confiere su especificidad.

Finalmente, los territorios transmontanos de cántabros y astures no afectados por las explotaciones auríferas presentan un panorama diferenciado respecto al resto del noroeste, aunque compartan muchos rasgos en común, como por ejemplo el momento de integración en la órbita romana tras la conquista. No obstante, el peso de la administración y el ejército apenas se dejan sentir en este sector, al igual que ocurría en el territorio galaico. Ni siquiera tienen lugar fundaciones urbanas propiamente dichas como en las áreas más meridionales, y sólo el desarrollo provocado por el progreso de la romanización (instauración del modelo de *civitas*, incorporación a las redes comerciales marítimas y terrestres) tendrá como consecuencia una transformación progresiva del paisaje hacia modelos de corte romano.

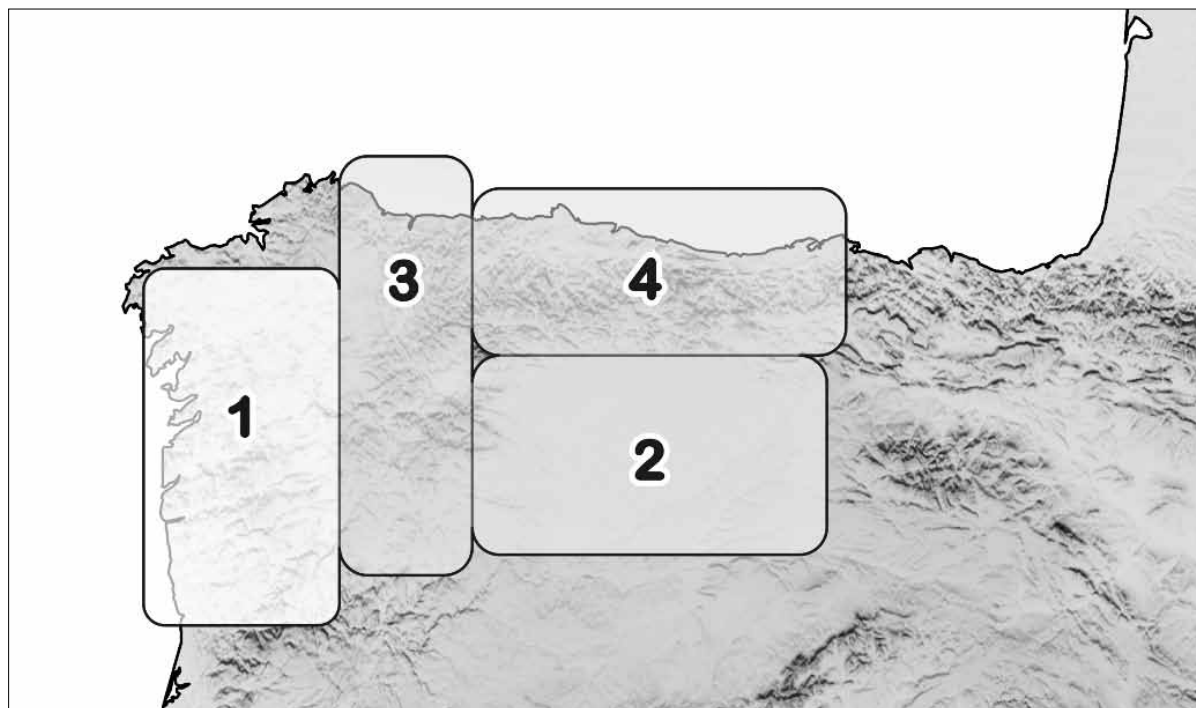
En definitiva, los elementos que consideramos rasgos distintivos de la romanización del norte y noroeste peninsulares (paisaje físico y humano diferentes a las tierras meridionales, el momento avanzado de conquista, la presencia del ejército y la importancia de las explotaciones auríferas) están presentes en todo este ámbito, pero una visión más detallada permite vislumbrar que el peso de cada uno de estos elementos tuvo notables oscilaciones entre unos y otros territorios, hecho que habría que tener en cuenta a la hora de aproximarse a los patrones regionales de implantación romana.

## BIBLIOGRAFÍA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1983a), *Cultura castreja. Evolução e problemática*, Arqueologia, 8, pp. 70-74.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1996), *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho. Vol. I-VI*, Tesis doctoral inédita, Universidade de Porto, Porto.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1998), *Esposende. Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho*, Boletim cultural de Esposende, 20, Esposende.
- BELLO, José María y GONZÁLEZ AFUERA, Begoña (2008), *Elvira, yacimiento abierto. Investigación e intervenciones arqueológicas en el castro de Elvira (A Coruña): estado de la cuestión*, *Fervedes*, 5, pp. 229-238.
- BENDALA, Manuel (2006), *Hispania y la Romanización. Una metáfora: crema o menestra de verduras*, *Zephyrus*, LIX, pp. 289-292.
- CAMINO, JORGE (2005), *El primer milenio antes de Cristo. La cultura prerromana*, en FERNÁNDEZ PÉREZ, Adolfo, FRIERA SUÁREZ, Florentino (coords.), *Historia de Asturias*, KRK, Oviedo, pp. 74-102.
- CALO LOURIDO, Francisco (1993), *A cultura castrexa*, A Nosa Terra, Vigo.
- CENTENO, Rui Manuel Sobral (1987), *Circulação monetária no noroeste de Hispânia até 192*, Anexos Nummus, 1, Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto.
- CENTENO, Rui Manuel Sobral (2013), *Augusto e a monetização do Noroeste Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários*, en MORAIS, Rui, GRANJA, Helena y MORILLO, Ángel (eds.), *O Irado Mar Atlântico. O naufragio bético augustano de Esposende (norte de Portugal)*, Braga, Universidade de Coimbra-Universidade de Porto pp. 211-219.
- CHIC, Genaro (1995), *Roma y el mar: del Mediterráneo al Atlántico*, en *Guerra, exploraciones y navegación: del mundo antiguo a la Edad Moderna*, UIMP-Universidade A Coruña, A Coruña, pp. 55-90.
- CISNEROS, M. (2007), *Arqueología: los inicios del proceso urbano y la cultura material*, en AJA SÁNCHEZ, José Ramón, CISNEROS, Miguel y RÁMIREZ SÁDABA, José Luis (eds.), *Los cántabros en la Antigüedad: La historia frente al mito*, Universidad de Cantabria, Santander, pp. 63-81.
- CURRÁS, Brais (2014), *Transformaciones sociales y territoriales en la cuenca del Baixo Miño entre la Edad del Hierro y la integración en el Imperio Romano*, Tesis Doctoral inédita, Santiago de Compostela.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen (2006), *Los castros y el inicio de la Romanización en Asturias. Historiografía y debate*, *Zephyrus*, LIX, pp. 275-288.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen y MORILLO, Ángel (1994), *De Brigantium a Oiasso. Una aproximación al estudio de los enclaves marítimos cantábricos en época romana*, Foro, Madrid.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen y MORILLO, Ángel (1999), *La Tierra de los Astures. Nuevas perspectivas sobre la implantación romana en la antigua Asturias*, TREA, Gijón.

- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen y MORILLO, Ángel (2002), Romanización y asimilación cultural en el norte peninsular. Algunas reflexiones sobre un *topos* historiográfico desde una perspectiva arqueológica, en DE BLAS, Miguel Ángel y VILLA, Ángel (eds.), *Coloquios de Arqueología en la cuenca del Navia: Formación y desarrollo de la cultura castreña*, Navia, pp. 261-277.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen y MORILLO, Ángel (2005), Ciudades y aglomeraciones secundarias en el norte y noroeste de Hispania en época julioclaudia, en *L'Aquitanie et l'Hispanie setentrionale à l'époque julioclaudienne. Organisation et exploitation des espaces provinciaux. IV Colloque Aquitania*, Ausonius, Bordeaux, pp. 157-167.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen y MORILLO, Ángel (2007), Astures y romanos. Claves para una interpretación historiográfica de la romanización en Asturias, FERNÁNDEZ TRESGUERRAS, Juan (coord.), *Astures y romanos: nuevas perspectivas*, IDEA, Oviedo, pp. 11-26.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen y MORILLO, Ángel (2013), Oceanus Hispanus. Navegación y comercio a orillas del Atlántico en época romana, en MORAIS, Rui, GRANJA, Helena y MORILLO, Ángel (eds.), *O Irado Mar Atlântico. O naufragio bético augustano de Esposende (norte de Portugal)*, Universidade de Coimbra-Universidade de Porto, Braga, pp. 57-97.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen y ZARZALEJOS, Mar (2014), La cerámica romana de época altoimperial en Asturias. Aportaciones desde los contextos del área de Gijón, en ESTEBAN, Milagros y SALCEDO, Ana (eds.), *Cerámicas de época romana en el norte de Hispania y en Aquitania: producción, comercio y consumo entre el Duero y el Garona*, *Revista Ex Officina Hispana*, 2 (en prensa).
- FERNÁNDEZ-POSSE, María Dolores (1998), *La investigación protohistórica en la Meseta y Galicia*, Síntesis, Madrid.
- FERNÁNDEZ-POSSE, María Dolores (2002), "Tiempos y espacios en la cultura castreña", en DE BLAS, Miguel Ángel y VILLA, Ángel (eds.), *Coloquios de Arqueología en la cuenca del Navia: Formación y desarrollo de la cultura castreña*, Ayuntamiento de Navia, Navia, pp. 81-95.
- GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo (2006/07), *Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a. C.-50 d. C.)*, Brigantium, 18, Museo Arqueológico e Histórico da Coruña, A Coruña.
- GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo, RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Rafael y AYÁN, Xusto (2010), Buscando a los púnicos en el Noroeste, *Mainake*, XXXII, 1, pp. 577-600.
- GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo, RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Rafael, ABOAL FERNÁNDEZ, Roberto y CASTRO HIERRO, Virginia (2007), Comercio mediterráneo en el castro de Montealegre (Pontevedra, Galicia): siglo II a. C.-inicios del siglo I d. C., *Archivo Español de Arqueología*, 80, pp. 43-74.
- GRAU, Luis y HOYAS, José Luis (eds.) (2001), *El Bronce de Bembibre. Un edicto del emperador Augusto del año 15 a. C.*, Fundación Las Médulas, Valladolid-León.
- KEAY, Simon (1996), La Romanización en el Sur y en el Levante de España hasta la época de Augusto, en BLÁZQUEZ, José María y ALVAR, Jaime (eds.), *La Romanización en Occidente*, Actas, Madrid, pp. 147-178.
- LEMOS, Francisco Sande (1993), Povoamento romano de Trás-os-Montes oriental, Tesis doctoral inédita presentada en la Universidade do Minho, Braga.
- MARÍN SUAREZ, Carlos (2005), *Astures y asturianos. Historiografía de la Edad de Hierro en Asturias*, Toxosoutos, A Coruña.
- MARTINS, Manuela (1990), *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueología, Monografías, 5, Universidade do Minho, Braga.
- MORAIS, Rui (2007), A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada noroeste da península, *Humanitas*, 58, pp. 99-132.
- MORAIS, Rui, GRANJA, Helena y MORILLO, Ángel (eds.) (2013), *O Irado Mar Atlântico. O naufragio bético augustano de Esposende (norte de Portugal)*, Universidade de Coimbra-Universidade de Porto, Braga.
- MORAIS, Rui, MORILLO, Ángel y SOUSA, Maria José (2012), "As origens militares de *Bracara Augusta*?", en *Rethinking Warfare*, Porto, en prensa.
- MORILLO, Ángel (2002), Conquista y estrategia: el ejército romano durante el periodo augusteo y julio-claudio en la región septentrional de la península ibérica, en MORILLO, Ángel (coord.), *Arqueología Militar Romana en Hispania*, Anejos de Gladius, 5, CSIC y Polifemo, Madrid, pp. 67-94.
- MORILLO, Ángel (2008), "De la imagen legendaria a la reconstrucción arqueológica: la conquista de los pueblos cántabros", en AJA SÁNCHEZ, José Ramón, CISNEROS, Miguel y RÁMIREZ SÁDABA, José Luis (eds.), *Los cántabros en la Antigüedad: La historia frente al mito*, Universidad de Cantabria, Santander, pp. 105-119.
- MORILLO, A. (2014): Arqueología de la conquista del norte peninsular. Nuevas interpretaciones sobre las campañas del 26-25 a. C., en CADIOU, F. y NAVARRO, M. (eds.), *La guerre et ses traces. Conflicts et Sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier siècle av. J. C.)*, Mémoires, 37, Ausonius, Bordeaux, pp. 133-148.

- MORILLO, Ángel (2014b), El territorio galaico durante las guerras cántabras: nuevas perspectivas, en MORAIS, Rui y DE SOUSA, María José (eds.), *Gallaecia meridional durante el periodo augusteo. Congreso Internacional del Bimilenario de Augusto*, Braga, en prensa.
- MORILLO, Ángel y GARCÍA MARCOS, Victorino (2000), Nuevos testimonios acerca de las legiones VI *Victrix* y X *Gemina* en la región septentrional de la Península Ibérica, en LE BOHEC, Yann y WOLFF, Catherine (eds.), *Ile Congrès de Lyon sur l'armée romaine: Les légions de Rome sous le Haut-Empire*, Lyon, De Boccard, pp. 589-607.
- NAVEIRO, José Luis (1991), *El comercio antiguo en el Noroeste peninsular*, Monografías Urxentes do Museo, 5, Museo Arqueolóxico e Histórico da Coruña, La Coruña.
- OREJAS, Almudena (1999), Arqueología de la conquista del noroeste de la Península Ibérica, en DE BALBIN, Rodrigo y Bueno Ramírez, Primitiva (eds.), *II Congreso de Arqueología Peninsular. IV. Arqueología romana y medieval*, Fundación Rei Henriques, Alcalá de Henares-Zamora, pp. 23-37.
- PARCERO OUBIÑA, César, AYÁN, Xusto, FÁBREGA ÁLVAREZ, Pastor y TEIRA BRIÓN, Andrés (2007), Arqueología, paisaje y sociedad, en GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco J. (Coord.), *Los pueblos de la Galicia céltica*, Universidade de A Coruña, Madrid. pp. 131-258.
- PEÑA SANTOS, Antonio de la (2003), *Galicia. Prehistoria, castrexo e primeira romanización*, A Nosa Terra, Vigo.
- PERALTA, Eduardo (1999), Los castros cántabros y los campamentos romanos de Toranzo y de Iguña. Prospecciones y sondeos (1996-97), *Las Guerras Cántabras*, Santander, Fundación M. Botín, pp. 201-276.
- PERALTA, Eduardo (2000), *Los cántabros antes de Roma*, RAH 5, Madrid.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Cesáreo, MORILLO, Ángel e ILLARREGUI, Emilio (1996), Reflexiones sobre las monedas de la caetra procedentes de Herrera de Pisuerga (Palencia), *I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua*, Anejos AEspA, XIV, CSIC, pp. 199-206.
- RUIZ DEL ÁRBOL, María, SASTRE, Inés y PLACIDO, Domingo (2000), El nuevo modelo de ocupación del territorio, en SÁNCHEZ-PALENCIA, Francisco Javier (ed.), *Las Médulas (León). Un paisaje cultural en la Asturia Augustana*, Instituto Leonés de Cultura, León, pp. 229-252.
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio (1956), Panorama general de la romanización de Hispania, *Revista de la Universidad de Buenos Aires* I, I, Buenos Aires (reed. *Misceláneas de Estudios Históricos*, León, 1979, pp. 149-187).
- SÁNCHEZ-PALENCIA, Francisco Javier, FERNÁNDEZ-POSSE, María Dolores, FERNÁNDEZ MANZANO, Julio, ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Yolanda y LÓPEZ GONZÁLEZ, Luis Francisco (1990): "La Zona Arqueológica de Las Medulas (1988/1989), *Archivo Español Arqueología*, 63, pp. 249-264.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, Francisco Javier y MANGAS, Julio (coords.) (2000), *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*, Fundación Las Médulas, Ponferrada.
- SASTRE PRATS, Inés (2004), Los procesos de la complejidad social en el Noroeste Peninsular: arqueología y fuentes literarias", *Trabajos de Prehistoria*, 61, 2, pp. 99-110.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1983-1984), A cultura castreja no noroeste de Portugal: habitat e cronologías, *Portugália*, 4/5. *Colóquio Inter-Universitário de Arqueología do Noroeste*, Porto, pp. 123-129.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986), *A cultura castreja no Noroeste de Portugal* (2ª ed. 2007), Museu Arqueológico da Citania de Sanfins, Paços de Ferreira.



**Fig. 1** – Zonificación aproximada de los diferentes modelos de romanización del cuadrante noroeste peninsular. 1. El territorio galaico; 2. Las tierras meseteñas de Asturia y Cantabria; 3. los distritos auríferos; 4. Asturia y Cantabria transmontanas.





# ARAS ROMANAS NA FREGUESIA DE SÁ (ARCOS DE VALDEVEZ) NOTÍCIA DO ACHADO E SEU CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA ROMANIZAÇÃO DO ALTO MINHO

José da Silva Ferreira<sup>1</sup>  
Armando Coelho Ferreira da Silva<sup>2</sup>

## RESUMO:

Notícia do achado, análise descritiva e estudo epigráfico de duas aras romanas, inéditas, na freguesia de Sá, Arcos de Valdevez, no Alto Minho, uma anepígrafa e outra com uma inscrição votiva dedicada ao *Sol Invictus* ou *Mitra*, interpretável como referência heliolátrica da tradição indígena das comunidades castrejas, cuja importância se releva no âmbito da penetração dos cultos orientais no noroeste peninsular no quadro da romanização.

**Palavras-chave:** Alto Minho, *Sol Invictus* / *Mithra*, heliolatria.

## ABSTRACT:

Information about the finding, descriptive analysis and epigraphic study of two roman altars, unpublished, from the parish of Sá, Arcos de Valdevez, in Alto Minho, one anepigraphic and another with a votive inscription dedicated to *Sol Invictus* or *Mithra*, interpretable as a reference to the indigenous tradition of the hill – forts communities, whose importance falls within the introduction of Eastern cults in the peninsular northwestern under the Romans.

**Keywords:** Alto Minho, *Sol Invictus* / *Mithra*, heliolatry.

O particular interesse pela Arqueologia e pela História do concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo, tem feito chegar ao conhecimento de um dos signatários deste texto informações que, depois de exploradas, com frequência se revelam de certa relevância, de algumas delas publicando o seu estudo (Ferreira 1985 -1986, 1987, 2012, 2015).

Foi o que aconteceu neste caso, em que se dá conta da existência de um monumento epigráfico romano na freguesia de Sá, deste concelho, que, associado à referência congénere de outra ara, ainda que anepígrafa, na mesma freguesia, poderá constituir um valioso contributo para o conhecimento da romanização regional, conforme queremos sublinhar, em simples homenagem, ao nosso

---

<sup>1</sup> Médico, arqueólogo e historiador.

<sup>2</sup> Professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Membro do CITCEM - Centro Interdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (FLUP/FCT).

querido amigo Fernando Acuña Castroviejo, pela sua investigação em território (geográfico, cultural e simbólico) historicamente comum.

Com efeito, tendo chegado recentemente até nós (J.S.F.) a notícia que na igreja paroquial de Sá, situada num dos pontos mais elevados da freguesia, a 13 quilómetros da sede do concelho, se encontrava desde há muitos anos “uma pedra com letras”, visitámos o local, acompanhados pelo pároco, Padre Nelson Barros, e por José Barreiro de Brito, ex-presidente da junta de freguesia, tendo sido confrontados com uma ara romana de consideráveis dimensões, parcialmente danificada no seu capitel e epigrafada numa das faces.

E, aquando dessa primeira visita a esta igreja, mais nos informou o Sr. José Barreiro que num monte vizinho, acerca de 400 metros, existia uma pedra parecida, que servia de limite desta freguesia com a de Vilela, conhecida por “Marco do Padrão”. Na visita ao local constatámos que era uma segunda ara, com um ar de família com a da igreja e certamente procedente do mesmo contexto, quer oficial quer litúrgico, cumprindo relevar a existência de duas aras romanas numa localidade que se insere numa região reconhecidamente pobre em tais monumentos.

## **DESCRIÇÃO DOS MONUMENTOS**

### **1. Ara da igreja paroquial (fig. 1 - 2)**

Esta ara, sob o aspecto simbólico, é pertença do património espiritual da população. A prová-lo está a histórica oposição da população quando pretenderam vendê-la. A partir daí, ficou a ara dentro da igreja, colocada num nicho já existente, que servira anteriormente de ossário.

Antes disso acontecer, ela esteve encostada à parede oeste da igreja, encimada por uma tosca mas muito bela cruz monolítica com Cristo crucificado. Para isso ser possível, foi o fóculo alargado para poder receber com segurança a haste do pequeno cruzeiro.

Esta ara é de granito local, de grão fino, de duas micas, muita moscovite e alguma biotite, e alguns grãos quartzíticos, e mostra a forma clássica: capitel, com dois toros laterais, duplo frontão, no anverso e no reverso, e fóculo. A transição do capitel para o corpo faz-se com molduras, que se repetem, vestigialmente erodidas, na transição para uma sapata, inesperadamente grosseira, mas que permitia uma colocação segura no solo. As quatro faces do corpo foram trabalhadas e, uma delas, a frontal, apresenta uma inscrição de quatro regras, gravadas sem especial cuidado, sem eixo de simetria nem paginação, preenchendo totalmente o campo epigráfico. Nesta face, onde se encontra a inscrição, o capitel está parcialmente mutilado.

As dimensões da ara são:

Altura máxima – 95 cm;

Largura Max. (capitel) – 40 m;

Espessura máx. (sapata) – 47 cm.

Capitel – Altura – 16cm;

Largura – 35 a 40 cm

Molduras – 6cm

Corpo– Altura – 25 cm;

Largura – 28 cm

Sapata – Altura – 42 cm;

Largura – 32 a 47 cm.

Campo epigráfico: Altura – 25 cm;

Largura – 22 cm.

Altura das letras:

Linha 1 - 1: 65 ; 2: 40 ; 3: 40 ; 4: 45 ; 5: 45 ; 6: 40 mm;

Linha 2 - 1: 45 ; 2: 55 ; 3: 48 ; 4: 50 ; 5: 40 ; 6: 40 ; 7: 40 ; 8: 40 mm;

Linha 3 - 1: 40 ; 2: 40 ; 3: 38 ; 4: 52 ; 5: 40 ; 6: 43 ; 7: 50 mm;

Linha 4 - 1: 40 ; 2: 48 ; 3: 40 ; 4: 42 ; 5: 49 ; 6: 38 ; 7: 40 mm.

Espaços interlineares: 1: 1/2; 2: 2/3; 3: 2/5 cm.

Transcrição e leitura da inscrição:

<b>SABINV</b>	<b>Sabinu-</b>
<b>S ALBINI F</b>	<b>s Albini f(ilius)</b>
<b>VOT . SOLI</b>	<b>vot(um) Soli</b>
4 <b>I . SOLVIT</b>	<b>I(nvicto) solvit</b>

Tradução: Sabino, filho de Albino, cumpriu um voto ao Sol Invicto.

Na linha 1 está gravado o cognome latino SABINV, em nominativo, indicador do dedicante, que se completa com a primeira letra, um S, da segunda linha. Começa por uma letra com 65mm, de maiores dimensões que as restantes, certamente por ser a inicial; a segunda letra é um A em posição oblíqua assente quase verticalmente sobre a haste esquerda, a terceira é um B ligeiramente inclinada à esquerda, a quarta um I simplesmente indicado por um traço vertical, e a seguinte um N, com ângulo aberto, com inclinação para a direita, aparecendo a última, com menor altura, já no canto da face anterior com a lateral direita bastante erodida por um desgaste polido ao longo da aresta, que terá servido em qualquer circunstância como amolador, traindo genericamente a regularidade das dimensões e da tipologia dos caracteres capitais.

Na linha 2 está o S final do nominativo SABINVS seguido do genitivo ALBINI, designativo da filiação, cuja presumível gravação não se vê com clareza no fim da linha, na forma de um F; as espiras do S estão quase fechadas, sugerindo a forma de um B, que designaria como alternativa a filiação de BALBINI, que preterimos. Pois, segundo parece a primeira letra do nome é a seguinte, um A, com 55mm, também de maiores dimensões, ainda que só ligeiramente, que as restantes. De resto, nota-se maior regularidade quanto ao traçado e morfologia, com exceção para o L, levemente inclinado para a esquerda.

A linha 3 está mais desnormalizada. Das três letras da expressão votiva, VO aproximam-se de um perfil esguio e o T em posição sobreelevada com o travessão mal definido, separadas por um ponto distinguente da palavra seguinte, onde se percebe um S, com 52 mm, também maior que as restantes letras, com a espira superior quase fechada, igualmente sobreelevada, um O ovalado na vertical, mais pequeno, seguido de um L com a base inclinada para baixo e como letra final o traço vertical de um I, dativo da palavra SOL, referência teonímica.

A linha 4 mostra o traço vertical de um I, interpretado como epíteto da divindade, seguido de um ponto distinguente bem visível, aparecendo a palavra final, como expressão de pagamento da promessa, SOLVIT, com o perfil esguio, o S, com espiras abertas, inclinado à direita, o O ovalado, de menores dimensões, o L com a haste da base vestigial e as letras finais muito regulares.

As considerações de teor paleográfico apontam para a atribuição de uma cronologia tardia, eventualmente, do século II /III.

## 2. A ara denominada Marco do Padrão (fig. 3)

Esta ara está implantada num monte, como marco divisório com a freguesia de Vilela. Usando um GPS Garmin, as coordenadas do local são N 41° 55.337' e O 008° 25.826' e a sua altitude é de 220m, sobre o vale do rio Cabreiro, afluente do rio Vez, já próximo da sua confluência, no Porto Cornedo.

No seu aspecto geral, esta ara é parecida com a anterior. O seu material é granito de grão fino e duas micas; as faces do corpo foram trabalhadas e apresentam uma superfície lisa; no capitel, danificado, não se identificam nem toros, nem frontões e, bem assim, o fóculo; mas, na sua face superior, uma ondulação suave sugere que aqueles componentes existiram mas foram quase apagados por uma erosão de muitos anos sobre um capitel que deve ter sofrido danos anteriores à erosão. A transição para o corpo apresenta uma moldura imperfeita, e a transição deste para a sapata não tem qualquer moldura. A sapata é robusta, tem uma forma paralelipipédica, onde o corpo da ara se continua numa posição um pouco excêntrica em relação a esta base.

Para identificarmos a base desta ara fizemos uma escavação à sua volta com 1m de raio e, em profundidade, até a expormos completamente. Na terra e pedra miúda, que retirámos e recolocámos, não se encontrou qualquer objeto que com a ara se pudesse relacionar. Também fizemos uma inspeção na superfície e muros daquela zona da montanha, sem acharmos qualquer dado que se pudesse relacionar com a presença da ara.

As dimensões desta ara são:

- Altura total – 92 cm
- Altura do capitel – 24 a 27 cm, divididos por um sulco profundo que percorre as quatro faces do capitel, em duas partes. A superior, de altura variável entre 13 e 16 cm; a inferior, com 11 cm
- Corpo: Altura – 48 cm; Largura, nas faces poente e nascente – 31 cm; nas faces norte e sul – 37 cm.
- Sapata – Altura – 20cm; na base, 41-42 x 51-56 cm.

## COMENTÁRIO

São, efetivamente, muito raros os registos epigráficos votivos do Alto Minho, podendo indicar-se apenas mais quatro achados na área do município de Arcos de Valdevez.

O primeiro, ocorrido já nos finais do século XIX, trata-se de uma ara referenciada na capela de S. Cipriano, da freguesia de Santa Vaia de Rio de Moinhos, pelo ilustre arqueólogo conterrâneo, Félix Alves Pereira (1923 – 1924, 257-260), que a depositou no Museu Nacional de Arqueologia (MNA, Inv<sup>o</sup> E - 6158), de que era prestigiado funcionário.

Dedicada a uma divindade indígena designada como *Caro*, a que se atribuem funções guerreiras (Silva 2007, 437, n<sup>o</sup> 674, epig. 89; Redentor 2011, 2, 18-19, n<sup>o</sup> 009) relacionáveis com o Castro de Anhó (Silva 2007, 118, n<sup>o</sup>187), conta com paralelos numa inscrição de Lisouros, Cunha, Paredes de Coura, declaradamente votada a *Marti Caro* (Silva 2007, 437, n<sup>o</sup> 673, epig. 88; Redentor 2011, 2, 107, n<sup>o</sup> 140) e também com *Marti Carieco*, de Santa Eulália, Refóios do Lima, Ponte de Lima (Silva 2007, n<sup>o</sup> 436, n<sup>o</sup> 672, epig. 87; Redentor, 2, 98, n<sup>o</sup>127).

Duas outras (Redentor 2011,2,103, n<sup>o</sup> 134; 103-104, n<sup>o</sup>155), que foram encontradas na freguesia de Giela, reportar-se-ão à Quinta do Real, classificada como uma *villa romana* (Carvalho 2008, 89), sendo dedicadas a uma entidade teonímica eventualmente identificável com os Lares, em consideração aos dois caracteres, LA, dessa designação.

Uma quarta, fragmentada, foi identificada, em 2000, na igreja paroquial de Miranda, do mesmo concelho, mas diz respeito a uma divindade desconhecida (Redentor 2011, 2, 109, n<sup>o</sup> 143).

Havidos os registos invocados como *interpretationes* de testemunhos de cultos de origem reconhecidamente pré-romana, ora com significado guerreiro ora como de tutela do território, com esta nova referência a uma invocação heliolátrica, poder-se-ão revelar novos dados sobre o processo aculturador do mundo indígena face ao domínio romano, tornando visível o crescente sincretismo do seu panteão.

A maior novidade deste monumento epigráfico dedicado ao *Sol I(nvictus)*, identificado com *Mithra*, consistirá justamente em tornar-se em raro testemunho da penetração dos cultos orientais no noroeste, que, a par de *Cybele*, *Isis* e *Serapis*, se reconhecem quase só como testemunhos culturais por parte de

personagens oficiais, de que são conhecidas (Tranoy 1981, 332, 334-335) as inscrições de Astorga oferecidas pelos procuradores a *Isis*, *Serapis* e *Mithra* (AE 1968, 230 e 232) e a inscrição do legado dedicada, como a ara de Sá, ao *Sol Invictus* (CIL II, 2634; ILER, 189), assim como a dedicação de *L. Cassius Alpinus* e *M. Cassius Alpinus*, em León (AE 1967, 223; ILER, 189), e ainda, e em maior proximidade, a dedicação de *Lucretia Fida*, em Braga, cujo caráter oficial está indicado pela qualificação de *Augusta* dada a *Isis* e pela qualidade da dedicante, sacerdotisa do *conventus* (CIL II, 246; ILER, 352).

Para além destas aras e de outros vestígios de cultos orientais reconhecidos no noroeste, apenas três inscrições fazem alusão ao culto a Mitra: a primeira, encontrada em Caldas de Reyes, e que se perdeu (CIL IIS, 5365; García y Bellido 1967, 112, nº 9), outra, que é um altar fragmentário dedicado ao *Deus Invictus Sol Mythra*, proveniente da região de Santiago de Compostela (IRG I, 5; ILER, 292; Le Roux - Tranoy 1973, 222), e uma terceira, encontrada em La Isla (Colunga, Oviedo), no *conventus Asturum*, que apresenta um texto mais completo, com fórmulas litúrgicas e referências hierárquicas (CIL II, 2704 e CIL IIS, 5728; García y Bellido 1967, 38, nº 26).

Apesar da sua localização na Lusitânia, conforme observou A. Tranoy (1981, 335), pode somar-se a estes altares oferecidos a Mitra, a oferenda feita a este deus pelos habitantes de Braga instalados em *Pax Iulia* (Beja), o que dá a entender que o culto devia existir também na sua cidade de origem, pois que se reúnem em torno desta divindade na capital do *conventus pacensis* (García y Bellido 1967, 34, nº 15), tornando-se, assim, no testemunho de maior proximidade relativamente à ara de Sá.

Mas o que relevará ainda a dedicação da ara de Arcos de Valdevez será a sua distinção deste enquadramento religioso oficial, havendo-a como manifestação mais pessoal de uma fé individual, que cremos ter enquadramento tradicional na religiosidade indígena.

Para este entendimento nos remeterá a onomástica do dedicante, que é indicado por um cognome latino, de origem étnica, *Sabinus*, frequentemente adotado, em substituição da denominação indígena, com o avanço da romanização na antroponímia peninsular, onde ocupa o 25º lugar no total de 72 *cognomina* identificados (Abascal Palazón 1994: 493).

Na região, parece registado numa inscrição votiva de Reiriz, freguesia de Troviscoso, concelho de Monção, por sinal, como dedicante de uma expressão de voto duplicada, V.S. V.S., *v(otum) s(olvit) v(otum) s(olvit)* (Redentor 2011, 2, 105, nº 137), e noutra ara votiva, da freguesia de Vilela, concelho de Amares, aparece como cognome de um *Lucretius* (Redentor 2011, 2, 89-90, nº 115).

Do mesmo modo, o nome do seu pai, *Albinus*, está bem testemunhado por toda a península ibérica, contando com cerca de meia centena de registos (Abascal Palazón 1994: 265). Por vezes meramente considerado como de origem latina, este antropónimo constituirá, antes, segundo sugestão de J. Untermann (1965, 23), um nome plenamente romano que substitui um nome indígena, devendo precisamente a popularidade das formas latinas a nomes de naturais de forma semelhante, certamente por serem derivadas do mesmo radical indo-europeu *\*Alp-*, bem testemunhado na área céltica peninsular (Untermann 1965, 23), em especial, na Calécia meridional, onde também aparece como referência étnica (Silva 1982-1983: 86-87, est.1). Quadrará bem esta referência, que se deduz com o significado de “altura, elevação, montanha”, com o ambiente castrejo do seu achado, com mais aproximação ao Castro das Necessidades, da freguesia de Cabreiro (Silva 2007, 117, nº 184) e ao de Álvora (Silva 2007, 117, nº 182), do outro lado do Vez.

E, sem outros dados arqueológicos e epigráficos disponíveis, não temos como certo que se trate do cumprimento de um voto por parte de um iniciado nos mistérios mitraicos, podendo a sua oferta ser dirigida à divindade tomando-a como nume do panteão romano e não necessariamente como divindade oriental, exótica, como observou A. Redentor (2011,1, 369) a propósito de ex votos congêneres à *Mater Deum / Cybele*. Supomos mesmo, nestas circunstâncias, que se tratará de uma *interpretatio* heliolátrica castreja bem simbolizada, na região, em numerosos petróglifos de santuários rupestres, em elementos arquitetónicos, nomeadamente, na ornamentação das “pedras formosas” ou estelas de entrada dos monumentos balneares, como o do Castro das Eiras (Silva 2006, 15-16 e 2007, 117, nº

179), ou na representação da estatuária de guerreiros, como o de Cendufe, que nos foi dado a conhecer por F. Alves Pereira (1908), considerando, em especial, a solarização do escudo e a decoração do cinto e dos terminais dos torques, entre outras jóias e adereços emblemáticos.

Mais, não estranhemos que este estudo de caso transmita ainda algo da sacralidade desta tradição que se percebe em vários registos herdados pelo Cristianismo por via dos cultos mitraicos.

## BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994) – *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia: Universidad de Murcia – Universidad Complutense de Madrid (Anejos de Antigüedad y Cristianismo, II).
- CARVALHO, H. P. A. (2008) – *O povoamento romano na fachada ocidental do conventus bracarenensis*. Braga: Universidade do Minho.
- ELIADE, M. (1974) – *Traité d'histoire des religions*. Paris: Payot.
- FERREIRA, J. S. (1985 – 1986) – A ponte medieval de Cabreiro (Arcos de Valdevez). *Portugalia*, 6-7. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 117 - 121, 4 est.
- FERREIRA, J. S. (1987) – Materiais romanos no Paço da Glória (Arcos de Valdevez). *Portugalia*, 8. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 67 - 67, 3 est.
- FERREIRA, J. S. (2012) – O tombo de Cabreiro de 1795, Arcos de Valdevez. *Terras de Val de Vez. Boletim Cultural*, 19. Arcos de Valdevez.
- FERREIRA, J. S. (2015) – Val - de - Vez: Lugares de memória. Morilhões, Quinta de Tarento e S. Bento. *Terras de Val de Vez. Boletim Cultural*. Arcos de Valdevez (prelo).
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1967) – *Les religions orientales dans l' Espagne romaine*. Leyde (EPRO, V).
- LE ROUX, P. – Tranoy, A. (1973) – Notes d'épigraphie romaine de Galice. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 28. Santiago de Compostela, p. 221 - 234.
- PEREIRA, F. A. (1908) – Novo material para o estudo da estatuária e arquiteturado Alto Minho. *O Arqueólogo Português*, 13. Lisboa, p. 202 - 244.
- PEREIRA, F. A. (1923 - 1924) - Rascunho de velharias de Entre-Lima-e-Minho, *O Arqueólogo Português*, 26. Lisboa, p. 251 - 282.
- RENTOR, A. J. M. (2011) – *A cultura epigráfica no conventus bracaravgustanus (pars occidentalis)*. *Percursos pela sociedade brácar da época romana*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SILVA, A. C. F. (1982 - 1983) – Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugalia*, 2-3. Porto. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 83 - 96.
- SILVA, A. C. F. ; MACHADO, J. (2006) – Banhos castrejos do Norte de Portugal: O monumento do Alto das Eiras. In Silva, A.C.F. (coord.), *Pedra Formosa – Arqueologia experimental*. Vila Nova de Famalicão – Museu Nacional de Arqueologia, p. 21 - 61.
- SILVA, A. C. F. (2007) – *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira - Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins (2ª ed.).
- TRANOY, A. (1981) – *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l' Antiquité*. Paris: Diffusion de Boccard.
- UNTERMANN, J. (1965) – *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania antigua*. Madrid: CSIC (Bibliotheca Praehistorica Hispana, 7).

## Abreviaturas

- AE: *L' Année Épigraphique*. Paris: CNRS; Université de Paris I.
- CIL II / CIL IIS: Hübner, E. (1869 / 1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berolini: Gergium Reimerum.
- ILER: VIVES, J. (1971 – 1972) – *Inscripciones Latinas de la España Romana*. Barcelona: Universidad d
- IRG: BOUZA-BREY, F. ; D'ORS, A. (1949) – *Inscripciones Romanas de Galicia*, I. Santiago de Compostela: Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos.



**Fig. 1** – Ara votiva de Sá, Arcos de Valdevez



**Fig. 2** – Ara votiva de Sá: Campo epigráfico



**Fig. 3** – Ara do Monte do Padrão (Sá, Arcos de Valdevez)



# O “CAMPANO” DOS ANCARES: ADORNO OU AMULETO?

Clodio González Pérez<sup>1</sup>

## RESUMO:

Desde a antiguidade, foram atribuídas ao texugo virtudes especiais: medicinais, apotropaicas e propiciatórias. As últimas manifestações registaram-se a meados do século XX, quando a sua pele e as suas garras passaram a ser usadas contra o mau olhado e a inveja, para pessoas e animais. Em Piornedo (Lugo), quando os bois eram levados à feira, punham-lhes um chocalho com pele de texugo, afirmando que era um enfeite, mas o mesmo se fazia nessa época em outros lugares fora de Galiza contra o mau olhado.

**Palavras-chave:** Texugo; Chocalho; Mau olhado; Superstição.

## ABSTRACT:

Special virtues are attributed to european badger (*Meles meles L.*): medicinal, apotropaic and propitiatory. Last shows are registered about the middle of the XX century, using skin and claws against evil eye and envy to protect people and animals. In Piornedo (Lugo), when they took oxen to fair used to put them a cowbell with badger skin, affirming it was an adornment, but at this time it was made the same in other places outside Galiza against evil eye.

**Keywords:** Badger; Cowbell; Evil eye; Superstition.

## 1. INTRODUCCIÓN

Na Palloza-Museo “Casa do Sesto” de Piornedo, na Serra dos Ancares, xusto onde confinan León, Asturias e Galiza, entre os múltiples apeiros e trebellos agropecuarios que se usaron nesta comarca ata hai uns cincuenta anos, sobresaen dúas chocas ou chocallos distintos dos demais, que pasan desapercibidos polos visitantes (Fig. 1).

Non son de chapa de ferro, senón de metal fundido nun molde como as campaiñas que se usan nas igrexas, de aí que se coñezan por “campanos” e non por chocas, e malia que sexan semellantes, entre ambos os dous existe unha diferenza notable á que xa se teñen referido algúns autores, pois mentres os primeiros ao seren de fundición os do mesmo grandor teñen igual son, o das segundas sempre varía, de xeito que o gandeiro sabe se se trata ou non do seu gando (Aranzadi: 1945, I, 491).

O uso destes trebellos non reviste nada especial, pero si os dous “campanos” da Palloza-Museo “Casa do Sesto” que contan cun elemento que os fai únicos agora entre os que coñecemos, aínda que se sabía da súa existencia nesta comarca montañosa dende hai moitos anos: a correa que vai ao pescozo está adornada con pel de teixo ou teixugo, que lle confire un gran valor apotropaico para afastar

---

<sup>1</sup> Museo do Pobo Galego. Deseños e fotografías: Xoán Ramón Martín Martínez.

o mal e propiciar o ben, a pesar de que actualmente se perdese esa crenza mesmo entre as persoas maiores que de nenos aínda andaron cos bois enfeitados co “campano”, pois -cando menos na última época- o seu uso restrinxíase a cando levaban estes animais á feira e, en particular, á do Espín, situada na vila da Veiga de Espiñareda, xa na provincia de León.

A partir da década dos anos sesenta do século pasado, os bois que se cebaban nos meses estivais nas brañas e alzadas das montañas, onde había herba dabondo durante todo o verán (a braña de Piornedo, coñecida tamén pola Mallada do Mostallar, está a 1.699 m de altitude), foron desaparecendo así como diminuía a poboación destas agrestes terras, quedando actualmente só algunhas vacas ceibas no monte, e non como antes que se organizaban quendas segundo o número de cabezas de cada veciño para coidar os animais de noite e de día.

## 2. UNHA CRENZA MOI ESTENDIDA

No traballo de campo que levamos a termo nestas terras da alta montaña galego-astur-leonesa con Xosé Manuel González Reboredo e outros investigadores, do ano 1984 en adiante, rexistramos a existencia desta choca especial, pero por máis que se pescudou non chegamos a ver ningún exemplar que aínda conservase o elemento que as distinguía das demais: a pel de teixo<sup>2</sup>.

Un dos primeiros que nos falou destes “campanos” ou chocallos foi José Barrero, veciño da aldea de Murias de Rao (Navia de Suarna) que agora pasaría dos 110 anos de idade, unha persoa moi amable, observadora e namorada da súa terra, que non só conservaba a memoria da súa época, senón que se lembraba do que contaban os vellos, de xeito que as súas acordanzas chegaban en moitos casos ata case mediados do século XIX.

Como daquela non logramos acadar ningún exemplar tivemos que cinguirnos á descrición do devandito Sr. Barrero, que resumimos así: *en vez de levar correa ou cadea ía pendurada dun colar feito de pel de teixo co pelo para fóra, para que fixese bonito. Unicamente se lles poñía aos bois cando se levaban a vender á feira. Na posguerra [a partir de 1940] foise abandonando, non se usando xa na década dos sesenta, que foi cando os campesiños empezaron a desprenderse destes animais* (González Pérez, 1991: 293).

Este gando (as xugadas) levábano case exclusivamente ás feiras do Espín e a Proba de Navia. A primeira xuntábase na vila leonesa da Veiga de Espiñareda, de grande renome en toda a contorna da Serra dos Ancares, que concedera a súa celebración en 1317 o rei Afonso XI ao mosteiro de Santo André de Espiñareda, e a segunda na vila do mesmo nome, capital dende a antigüidade do condado *Naviensis*, un dos pertencentes á diocese de Lugo que xa figura nas actas do segundo concilio de Braga (Portugal), celebrado baixo o goberno do rei suevo Miro o ano 572.

En moitos casos tiñan que facer noite para levar o gando, sobre todo á leonesa, que logo os trantes mandaban para diferentes puntos da Península, situación que mellorou notablemente así como o tren se ía aproximando a Galiza (Astorga, 1866; Ponferrada, 1882; Vilafranca do Bierzo, 1883), e xa a partir de mediados do século pasado coa apertura de estradas, podendo chegar os camións cos animais a calquera parte.

Os bois cebados no verán coa herba das brañas baixaban para as cortes en setembro ou outubro, segundo as condicións meteorolóxicas, celebrándose entón as feiras máis concorridas, ás que os levaban engalanados cos “campanos”, que traían os donos de novo para a casa ao remataren o trato da venda.

---

<sup>2</sup> Froito destas estadías foron, entre outras, as seguintes publicacións: GONZÁLEZ REBOREDO, X. M.; RODRÍGUEZ CAMPOS, J.; GONZÁLEZ PÉREZ, C.: *Antropología y Etnografía de las proximidades de la Sierra de Ancares*, Deputación Provincial de Lugo, Lugo I (1990), II (1991); GONZÁLEZ REBOREDO, X. M.; GONZÁLEZ PÉREZ, C.: *Sociedade e Tecnoloxía tradicionais do Val de Ancares*, Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, 1996; GONZÁLEZ REBOREDO, X. M.; COSTA VÁZQUEZ-MARIÑO, L.; GONZÁLEZ PÉREZ, C.: *Nos lindeiros da galeguidade. Estudio antropológico do Val de Fornela. Etnohistoria, Etnomusicoloxía, Etnografía*, Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, 2002.

As persoas que aínda andaron así cos bois, a única explicación que dan verbo deste costume é a de que se trataba dun adorno, pero con toda seguridade na orixe o motivo era moi outro, tendo en conta que se trata dun obxecto ao que dende a antigüidade se lle atribúe o poder de afastar o mal de ollo e a envexa (Figs. 2 e 3).

### 3. OS PODERES ESPECIAIS DO MELES MELES L.

Este mustélido coñécese en Galiza por varios nomes: teixo, porco teixo, teixugo e tamén tourón, malia que o último non sexa o mesmo animal (*Mustela putorius*).

O mesmo que noutras partes, non obstante que agora aquí se perdese a tradición, considerouse dende tempos inmemoriais un animalíño con moitas virtudes medicinais e apotropaicas, entre as primeiras contra a peste, a lepra e a sarna, e das segundas como antídoto eficaz para evitar o mal de ollo. Non se coñece a orixe destas crenzas, pero en particular as segundas para algúns estudosos puideran deberse á grande cantidade de pelo fino, que obrigaría á persoa que quere facer dano a contar antes os cabelos, e tamén a que as poutas teñan cinco uñas, número considerado máxico -cinco dedos das mans e dos pés dos humanos, cinco elementos (terra, aire, auga, lume e éter), o pentagrama de Pitágoras, etc- (Irigaray Soto, 2001, XXXIII: 56).

Plinio trata do teixo na *Historia Natural*, pero malia que el non o diga, os comentaristas da súa obra fixeron fincapé nestas crenzas. Así, por exemplo, Gerónimo Huerta escribía en 1624, que se ten *por cosa cierta, que huyen dellos los lobos, y otros animales ferozes: y por esto ponen a los cavallos y mulas, y a los jumentos collares, con copetes de su pelo para que nos les hagan daño, aunque algunos se los ponen, por entender que libran del mal de ojo: y por la misma causa ponen a los niños pequeños una mano deste animal*. E segue dicindo que se come en Italia, Xermania e Castela, e que as súas cinzas son boas para as *reiectiones de sangre*, como antídoto para a peste, o sangue seco para a lepra, a gordura ou unto eficaz para os tumores ou apostemas, *aprovecha contra las calenturas*, dor de riles, xunturas dos ósos, desencolle os nervios, o cerebro alivia todas as dores, e os testículos cocidos con mel *encienden mucho la Venus* (Plinio, 1624: 455).

Estas conviccións mantivéronse ao longo dos séculos: o Marqués de Villena, Enrique de Aragón (1384-1434), coñecido polo “Astrólogo” e o “Nigromante”, di no *Tratado de fascinación o de aojamiento*, escrito en 1425, que por *superstición* poñen a *las bestias cuero con pelo de tasugo en el collar e cabeçadas* para libralas do mal de ollo (Villena, 1994, I: 332). E no *Livro dos consellos de El-rei D. Duarte ou Livro da Cartuxa*, que gobernou Portugal entre os anos 1433 e 1438, figura a seguinte receita: *Carta do doutor Diogo Afonso para o rei sobre os pós de texugo que se tomam para a peste*, á que dedica dous capítulos: *Como se fazen os pos de teixugo* (f. CCLXXV) e *Regimento que ha ter o q’ tomar os pos do teixuguo* (CCLVIII) (*Livro dos consellos...*, 1982).

A finais do século XV na botica da Celestina non faltaban o unto e o *pié de texón*, é dicir as garras, para elaborar unturas e afastar o mal de ollo, respectivamente (Rojas, 1998: 122-123). Crenza que se mantivo, como amosa o seguinte texto de Luis Quiñones de Benavente (s. XVI-XVII), que na obra *Los Mariones*, Quiterio pregúntalle a Estefanio que levaba para o mal de ollo e este responde: *azabache, tejón, hierbas de San Juan...* (Timón Tiemblo, 2011: 2). Tamén se cría que os testículos eran un afrodisíaco eficazísimo (Garcí-Gómez, 1981, V: 32).

En Francia e nos Países Baixos, e o mesmo debía suceder en toda Europa, era un animal do que se aproveitaba todo, pois ademais de comelo, a gordura, *huile de blaireau*, era boa para as contracturas dos membros e as estrías dos seos das mulleres; o sangue seco como sudorífero, a lepra, a sarna e a peste; o cerebro para varias dores; o fígado evitaba o cheiro do alento; os dentes eran un amuleto para a perda da memoria; os testículos como afrodisíaco; as cinzas contra a hemoptise, etc. (Cloquet, 1822: X, 403; Mérat; Le Lens, 1838: IV, 434).

### 3.1. As persoas

Ademais dos casos que quedan vistos, os amuletos das patas e do pelo eran moi comúns contra o mal de ollo sobre todo por parte de nenos e mulleres. A proba constitúena algúns exemplares que se coñecen: no antigo Museo del Pueblo Español (agora Museo del Traje. Centro de Investigación del Patrimonio Etnológico, Madrid) custódiense cinco de garras con empuñaduras de prata: catro proceden de Salamanca (en particular unha de La Alberca) e outro de Astorga (León) (Alarcón Román, 1987: 33, 56, 61, 79, 84, 152). Un de feitura semellante tamén con engaste de prata pódese admirar no Museo Etnológico de Navarra “Julio Caro Baroja” en Estella (Irigaray Soto, 2001, XXXIII: 56); así como outros en Segovia, Museo Sorolla (Madrid), “Museo de las Alhajas de la Vía de la Plata” (La Bañeza - León), Museo de la Farmacia Hispana (Madrid), Museo Nacional de Artes Decorativas (Madrid), “Museo de la Indumentaria tradicional leonesa” -unha garra de *melandru*, denominación astur-leonesa- (Valencia de D. Juan), etc. (Fig. 4).

A época en que estivo máis estendido o costume en España foi durante a dinastía dos Austrias, entre os séculos XVI e XVII, como testemuñan algúns cadros de nenos con varios amuletos, sobre todo atados á cintura, entre os que non adoita faltar a pouta de teixo (Callejo, 2000: 282). En 1611 escribía Sebastián de Covarrubias na definición de *aojar*: que *los niños corren más peligro que los hombres por ser ternecitos, y tener la sangre tan delgada, y por este miedo les ponen algunos amuletos, ó defensivos, y algunos dices, ora sea creyendo tienen alguna virtud para evitar este daño, ora para divertir al que mira, porque no clave los ojos de hito en hito al mirar, ordinariamente les ponen mano de tasugo, ramillos de coral, cuentas de ámbar, piezas de cristal, y azabache, castaña marina, nuez de plata con azogue, raíz de peonía, y otras cosas* (Covarrubias y Orozco, 1611: 76). E poucos anos despois, en 1653, Juan Lázaro Gutiérrez de Sepúlveda no *Opúsculo sobre el aojamiento*, que había *la costumbre antigua y actual de colgar de los hombros de los bebés las manos del mele [tejón], medio con el cual opinan religiosamente las nodrizas que se previene el aojo de los niños* (Sanz, 2001: 360).

Verbo do mesmo, dicía no século XVIII un escribán de Mondragón (Gipuzkoa) nunha obriña de teatro para representar a noite de Nadal, que “traerei do monte unha poutiña de teixo e colgareicha do peitiño para que non che fagan o mal de ollo” (*Azkonarraren atzapartxo / ekarriko dot menditi, / begizkorik estegizuen / bulartxorean isegui*) (Azkue, 1989: I, 125). Tamén se rexistran os mesmos amuletos en Navarra (Lapuente Martínez, 1976: 405), e en Almería, confirmándose deste xeito a súa presenza en Andalucía (Saliillas, 2000:77).

Os anglosaxóns posuían amuletos de dentes de teixo dos que dicían que eran eficaces contra a peste, o mal de ollo, o graínzo, etc., así como as garras para os nenos (Azkue, 1989: I- 38). Era corrente nalgunhas rexións italianas (Basilicata, Alta Valle del Tevere, Abruzzo...), levar os nenos amuletos contra a envexa de *zampa* e *pelo del tasso* (Baronti, 2008: 104 ss.), e en particular nos Apeninos centrais cren que o seu cabelo é un óptimo protector para a envexa, pero se é roubado ou un agasallo dun cazador (Chavez Hualpa, 2008: 69).

### 3.2. Os animais

O Marqués de Villena, Enrique de Aragón (1384-1434), afirmaba, como queda visto, que había o costume de poñerlles ás bestas e aos cabalos coiro con pelo de *tasugo* en *el collar e cabeçadas* (Villena, 1994, I: 332). E en 1653 dicía Juan Lázaro Gutiérrez de Sepúlveda, que os labregos colgaban a pel do teixo sobre os “brutos”, *para que, como sospechan, no les cause prejuicio el ojo hechicero*, e tamén nos rabos dos cabalos, machos e burros, *unha buena parte del pellejo de ese animal como defensa contra las miradas de los fascinadores* (Sanz, 2001: 360).

En 1837 escribía un “Asnólogo” (pseudónimo de Manuel Lozano Pérez Ramajo) que *es verdad que el discurso humano hace poner al Asno, lo mismo que á la mula y caballo, collares ó copetes de tejón por preservativo contra el lobo, el oso y otras fieras que dicen huir del tejón, según tal es la tradición y costumbre antiquísima* (Asnólogo, 1837: 207). O que mostra que tamén este humilde animal adoitaba gozar da protección do teixo.

A tradición mantívose nalgúns lugares ata ben entrado o século XX, como en Ataun (Gipuzkoa), que lle puñan a pel no pescozo en particular aos bois se ían estar xunguidos onde houbese público, como na feira, constando que o facían para libralos do mal de ollo. Tamén se consideraba un luxo en varias comarcas de Euskadi levar o xugo dos bois nas celebracións -como as vodas- adornado con chocallos e pel deste animal (Barandiarán, 1972-1983, V: 292; Barandiarán, 1984: 219; Azkue, 1989: I, 271; Erkoreka, 1995: 138). Nos Abruzzos (Italia) acostumaban poñer nos xugos que transportaban o carro co dote da noiva unha guedella de pelo de teixo, un lazo vermello e unhas campaiñas penduradas do pescozo dos animais para afastar a envexa (Nino, 1988: 2-18); nalgunhas zonas da Umbria cando levaban os animais á feira ou a outros actos públicos, para defendelos do mal de ollo adornábanos con lazos vermellos con guedellas de pelo de teixo (Chavez Hualpa, 2008: 91-92) e noutras mantíñase o costume de poñerlles *pelo del tasso aos animali da tiro o da lavoro* (Baronti, 2008: 116). Manifestacións que tamén se rexistran en varios lugares de Alemaña (Breisgau) (Azkue, 1989: I-38).

Ademais do gando vacún, en Navarra andaban cunha choca adornada coa pel deste mustélido os carneiros coa mesma fin, conservándose actualmente no Museo del Traje. Centro de Investigación del Patrimonio Etnológico (Madrid), unha fermosa peza procedente de Izaba (Sangüesa) (Mingote Calderón, 2005).

Non faltaban tampouco as persoas que poñían garras nas cortes para afastar o mal de ollo (Alarcón Román, 1987: 33); que crían que a pel era boa para que non lles atacase o lupus aos animais (Azkue, 1989), ou para que a protección fose aínda máis segura, xuntar as crenzas cristiás coas supersticiosas levándoos a beicer o día de Santo Antón (o 17 de xaneiro) cubertos cunha pel de teixo, como se facía en Améscoa (Navarra) (Lapuente Martínez, 1976: 405).

#### 4. RECAPITULACIÓN

Na última época en que se usou o “campano” en Piornedo e, en xeral, nas terras da Serra dos Ancares (como queda dito, onde converxen Galiza, León e Asturias), xa se consideraba un adobío sen valor para defender o animal do mal de ollo e da envexa. Pero non se trataba dunha choca máis, pola pel de teixugo e porque unicamente o lucían os bois -os animais máis valiosos que había na casa- cando os levaban á feira fóra da aldea.

Tendo en conta a relevancia deste mustélido en xeral ao longo dos séculos como antídoto contra o mal de ollo, sen dúbida que aquí nos Ancares tamén a tivo, manténdose na última época como residuo unicamente a parte ornamental, quizais dende finais do século XIX (Fig. 5).

Ademais da pel tamén se cazaba pola carne, moi saborosa e semellante á do porco, que antes da expansión das armas de fogo pillábano correndo detrás del ou cavando nos tobos cando non eran moi fondos.

Non temos constancia polo de agora que se lles dese importancia ás poutas nesta zona, pero non se pode rexeitar que fose así antes, en particular para protexer os nenos, tendo en conta que un destes amuletos que se custodian no antigo Museo del Pueblo Español (Madrid) procede de Astorga, outro do “Museo de las Alhajas de la Vía de la Plata” de La Bañeza, e un terceiro do “Museo de la Indumentaria tradicional leonesa” de Valencia de D. Juan, as tres poboacións pertencentes á provincia de León, lindeira con Piornedo, e onde se celebraba unha das feiras de gando máis concorridas de toda a alta montaña astur-galega-leonesa, a do Espín na Veiga de Espiñareda.

Na última época os únicos amuletos coñecidos na bisbarra eran as pólas de *boíto* (*Sambucus nigra*, árbore tradicionalmente sempre relacionada coa maxia), a auga bendita, o loureiro do Domingo de Ramos, os cornos da vacaloura (*Lucanus cervus*) e o corno do *alicornio*<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Animal mítico que podía perder o único corno cando ía beber, considerado un talismán para o mal de ollo, envexa, doenzas, etc. Na realidade adoitaba ser a punta dun corno dalgún cérvido ou mesmo un dente (en particular de xabaril) (RÚA ALLER, J. ; RUBIO GAGO, M.: *La piedra celeste. Creencias populares leonesas*, León, 1986).

## BIBLIOGRAFÍA

- ALARCÓN ROMÁN, C. (1987), Catálogo del Museo del Pueblo Español, Madrid, Ministerio de Cultura - Dirección General de Bellas Artes y Archivos.
- ARANZADI, T. de (1945), Los cencerros, Revista de Dialectología y Tradiciones Populares, I, Madrid.
- ASNÓLOGO (pseudónimo de Manuel Lozano Pérez Ramajo) (1837), El Asno ilustrado, ó sea la Apología del asno, con notas y el elogio del rebuzno por un apéndice, por un Asnólogo, aprendiz de poeta, Madrid, Imprenta Nacional.
- AZKUE, R. M. de (1989), Euskaleriaren Yakintza / Literatura popular del País Vasco, Madrid, Euskaltzandia - Espasa Calpe.
- BARANDIARÁN, J. M. (1972-1983), Obras completas, V, Bilbao, La Gran Enciclopedia Vasca.
- BARANDIARÁN, J. M. (1984), Diccionario de mitología vasca, San Sebastián, Txertoa.
- BARONTI, G. (2008), Tra bambini e acque sporche. Immersioni nella collezione di amuleti di Giuseppe Bellucci, Perugia, Morlacchi Editore.
- CALLEJO, J. (2000), Bestiario mágico, Madrid, EDAF.
- CHAVEZ HUALPA, F. I. (2008), Envidia, mal de ojo y ‘paura’ en los Apeninos Centrales (Leonessa, Italia), Revista de Folklore, 335, Valladolid.
- CLOQUET, H. (1822), Faune des médecins, ou histoire des animaux et de leurs produits..., X, París, Chez Crochard Libraire - Éditeur
- COVARRUBIAS Y OROZCO, S. (1611), Tesoro de la Lengua Castellana o Española..., Madrid.
- ERKOREKA, A. (1995): Begizkoa. Mal de ojo, Bilbao, Ekain.
- GARCI - GÓMEZ, M. (1981): Huevos asados: Afrodisíaco para el marido de Celestina, Celestinesca, V, Departamento de Filología Española, Universitat de València.
- GONZÁLEZ PÉREZ, C. (1991), Aproximación etnográfica á cultura material da montaña lucense: Notas históricas e situación presente, *Antropología y Etnografía de las proximidades de la Sierra de Ancares*, II, Lugo, Deputación Provincial de Lugo.
- IRIGARAY SOTO, S. (2001), La colección de amuletos de la Casa Santesteban de Puente la Reina en el Museo Etnológico de Navarra “Julio Caro Baroja”, Pamplona, *Cuadernos de Etnología y Etnografía de Navarra*, 76.
- LAPUENTE MARTÍNEZ, L. (1976), Estudio etnográfico de Améscoa (IV), Pamplona, Cuadernos de Etnología y Etnografía de Navarra.
- Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte: Livro da Cartuxa (1982). Transcrição de João Jose Alves Dias; intrd. de A. H. Oliveira Marques e João Jose Alves Dias, Lisboa, Estampa.
- LOZANO PÉREZ RAMAJO, M., Véxase ASNÓLOGO.
- MÉRAT, F.- J.; DE LENS, A.-J. (1838), Dictionnaire universel de matière médicale et thérapeutique..., Bruxelles, Societé belge de Librairie, Hauman et Comp.
- MINGOTE CALDERÓN, J. L. (coord.) (2005), Animalario: Visiones humanas sobre mundos animales, Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.
- NINO, A. de (1988), Usi abruzzesi, L’Aquila.
- PLINIO (1624), Historia Natural de Cayo Plinio Segundo. Traducida por el licenciado Gerónimo de Huerta..., Madrid.
- ROJAS, F. de (1998), Celestina. Edición de Pedro M. Piñeiro, Madrid, Espasa Calpe.
- SALILLAS, R. (2000), La fascinación en España. Brujas, brujerías, amuletos, Barcelona, Ediciones S.L.
- SANZ HERMIDA, J. (2001), Cuatro tratados médicos sobre el mal de ojo, Valladolid, Junta de Castilla y León - Consejería de Educación y Cultura.
- TIMÓN TIEMBLO, M<sup>a</sup>. P. (2011), La infancia en época de El Quijote: males y elementos protectores, Escenas cervantinas, Museo Casa natal de Cervantes (internet).
- VILLENA, Marqués de (Enrique de Aragón) (1994), Obras completas: I, Tratado de fascinación o de ajojamiento, Madrid, Ed. Turner.



**Fig. 1** – Situación de Piornedo, entre Asturias, León e Galiza.



**Fig. 2** – Un dos “campanos” de Piornedo.



**Fig. 3** – Pormenor interior dun “campano” de Piornedo.



**Fig. 4** – Amuleto con garra de teixo (Museo del Traje. Centro de Investigación del Patrimonio Etnológico, Madrid, c. 1700).





**Fig. 5** – “Campano” ou choca de Piornedo con pel de teixo, xa fóra de uso.



## NOTAS SOBRE AS FEIRAS DE GALIZA. O CASO DA FEIRA DE SAN MARTIÑO EN FRANCOS (CALO-TEO)

Xosé Manuel González Reboredo<sup>1</sup>

### RESUMO:

Este texto trata da feiras tradicionais de Galiza dende o punto de vista etno-histórico e etnográfico. Lugares de intercambio económico, mais tamén cun claro aspecto festivo, nos últimos decenios están en decadencia a causa dos cambios producidos no antigo sistema agrario. Pero aínda sobreviven algunhas que manteñen características do pasado, do que é exemplo a de San Martiño en Francos, perto de Santiago de Compostela.

**Palabras-chave:** Galiza; Feira; Mercado; Gando; Froitos; Tratantes; Festa.

### ABSTRACT:

This text deals with the traditional agricultural/livestock fairs of Galiza from an ethno-historic and ethnographic point of view. Places of economic activity, but also with an important festive aspect, they have been in decline for the last decades due to changes in the old agrarian system. However some of them still keep features of the past, like the fair of *San Martiño in Francos (Teo)*, near the city of *Santiago de Compostela*.

**Keywords:** Galiza; Fair; Market; Livestock; Fruits; Traders; Feast.

### LIMIAR

O profesor Fernando Acuña Castroviejo e quen isto escribe nacemos para a investigación no curso académico 1966-67, cando eramos alumnos da Sección de Historia da Facultade de Filosofía e Letras da Universidade de Santiago e, xunto con Carlos García Martínez, actual director do Museo do Pobo Galego, e Xosé Carro Otero, comezamos a frecuentar o Instituto de Estudos Galegos <<Padre Sarmiento>> do CSIC, convertido deste xeito nunha especie de universidade paralela grazas ás sabias orientacións do destacado poeta, erudito, e mestre noso dende entón, Fermín Bouza-Brey.

Pouco despois, coa chegada á Universidade Compostelá do profesor Alberto Balil, un estimado especialista en Arqueoloxía Clásica, o amigo Fernando rematou por orientarse cara este tipo de estudos mentres que eu, despois duns anos de alternancia entre a Arqueoloxía pre- e proto-histórica e a Etnografía, optei por centrarme nesta última especialidade. E esa é a razón principal de que responda á amable invitación que se me fixo para participar nesta homenaxe acudindo a un tema, o das feiras, en principio alleo ás inquedanzas profesionais do profesor Acuña, aínda que a temática etnográfica non estea totalmente ausente das súas preocupacións intelectuais e de activista nos eidos da cultura

---

<sup>1</sup> Museo do Pobo Galego.

galega, como demostra o feito de ser Vicepresidente do Padroado do Museo do Pobo Galego, unha institución directamente relacionada coa Etnografía.

## **BREVES INDICACIÓNS SOBRE ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS ACTUAIS FEIRAS DE GALIZA**

Deixando de lado precedentes máis antigos, as características das feiras tradicionais galegas que chegaron ao século XX, e tamén a estes comezos do XXI, definíronse entre o s. XVIII e a primeira metade do XIX, momento histórico que coñeceu unha inusitada multiplicación de feiras. Segundo datos de 1788 recollidos nun escrito do Deputado Xeral do Reino en Galiza celebrábanse por estas datas un total de 43 mercados semanais, 264 feiras mensuais e 88 anuais, o que equivale para o profesor Pexerto Saavedra a un total de 5668 xornadas (Saavedra, 1993: 159; e 1994: 280). Con posterioridade continuou a súa proliferación, incrementándose entre un 25 e un 35 %, e mesmo houbo intentos de instauración de feiras na primeira metade do século XX, do que darei un exemplo frustrado en relación coa de Francos.

Esta complexa rede de feiras chamou a atención de analistas que se ocuparon do tema no mesmo século XVIII ou comezos do XIX, e ten unha xustificación en razóns de diferente orde que conxuntamente contribuíron ao seu nacemento e proliferación. En principio hai que ter en conta un factor básico, a enorme dispersión do poboamento en Galiza, xunto cun deficiente sistema de comunicacións ata hai poucos anos, o que pechaba á xente do agro en ámbitos limitados de relación económica e humana. Pero tamén influíron outros factores de orde diversa. Entre os primarios son de destacar os específicos da economía doméstica, como a mellora e incremento da cabana gandeira, especialmente nas terras do interior, ou a posibilidade de dispoñer de maior cantidade de produtos artesanais—tecidos por exemplo— para negociar nos mercados que adoitaban acompañar ás feiras de gando. Outro factor refírese aos intereses dos señores, do que é bo exemplo un crego de Cartelle (Ourense), quen creou unha feira no século XVIII para facilitar a venda do gando que tiña posto a medias, seguramente bastante numeroso (González Pérez, 1997: 334). Finalmente están os que podemos cualificar como de carácter externo, entre eles a demanda de gando mular para Castela, e de bois ou becerros para exportación xa no século XIX, a necesidade de incrementar a dispoñibilidade de numerario para pagar cargas forais e trabucos, ou a capacidade de xuntar pequenos excedentes en moeda para gastar, derivados de actividades como a sega en Castela ou os traballos nas terras vitícolas do norte de Portugal, labores estes que podían permitir, por exemplo, a adquisición dunha vaca, dunhas cantas ovellas ou duns porquiños para cebar, así como tecidos e outras mercadorías.

A feira como lugar de negocio deu lugar ao desenvolvemento dunha serie de oficios relacionados con ela. Entre eles destacaron sempre os *tratantes*, dedicados á compravenda de animais. Os especializados no gando vacún recibían nomes como o de *rifantes*, os centrados nas mulas eran os *mulateiros*, os que mercaban ovellas se chamaban *ovelleiros*, etc. , malia que estas especializacións non eran sempre tan rixidas como os nomes poden aparentar, pois o mesmo tratante cambiaba de obxectivos de compra en función do tipo de feira, da época do ano, ou a posible clientela a quen revenderlle os animais (Fidalgo Santamariña, 2001: 89 e ss.).

Son varias as descrições que coñecemos sobre a maneira de actuar destes tratantes, que sempre procuraban, como é lóxico nunha mentalidade de mercado, lograr unha compra o máis vantaxosa posible e unha venda co maior beneficio. Por non estenderme demasiado neste aspecto limitareime a reproducir un breve testemuño do ano 1912, época na que o sistema de feiras estaba en pleno auxe:

Quando el tratante interviene para la adquisición de una res, la examina, le da unos golpes con la vara, y después de preguntar el precio, ofrece. El ajuste es difícilísimo, porque el experto negociante busca el doble lucro, para sí como intermediario y para su comitente, y el labrador defiende su tipo con tesón; pequeñas diferencias de una o dos pesetas deshacen un convenio; cuando éste se perfecciona, el comprador da la señal o arras y marca con unas tijeras, ya figurando una letra, ya de otro modo más sencillo, la res; al final de la feria reúnen en lugar predeterminado todas las adquiridas y reciben los vendedores el precio (García Ramos, 1912: 92-93).

Polo menos nos últimos cen anos estes tratantes presentaron habitualmente un aspecto que os distinguía dos labregos e demais feirantes, pois levaban un amplo mandilón negro, un caxato e as tesoiras coas que lle facían a marca de propiedade aos animais que adquirían. En canto ao mercado complementario da feira, no que se comercializan produtos como ovos, queixos, manteiga, viño, tecidos, aveños de labranza, froitos diversos e outros variados produtos, tamén contaban con vendedores especializados, como as mulleres chamadas *rosquilleiras*, que ofrecen rosquillas, as *regateiras*, vendedoras de alimentos diversos, ou os *polbeiros*, que preparan sobre todo o típico prato de *polbo á feira* (Fidalgo Santamariña, 2001: 88 e ss.).

Un antropólogo que se ocupou das sociedades rurais, Teodor Shanin, sinala que as feiras e mercados forman parte do sistema campesiño de organización económica porque proporcionan un lugar onde se poden vender os excedentes da produción familiar e mercar produtos inexistentes, ou escasos, no ámbito local. Pero cumpren tamén “una serie de funciones <<no económicas>>, como centros de contacto inter-aldeano, información, vida social y esparcimiento” (Shanin, 1976: 30), é dicir, acaban tendo unha finalidade engadida semellante á que podemos atopar en romarías e outros tipos de festa.

Na nosa terra, o mesmo que noutras partes, arredor do negocio das feiras foise xuntando toda unha cohorte de pobres de pedir, xitanos, cegos que recitan romances, comerciantes ou charlatáns que ofrecen obxectos diversos, vendedores de alimentos ou de froitos, e tamén artistas ambulantes. No século XX as feiras complementáronse con bailes en salóns habilitados para este uso, e a partir dos anos 30 desa centuria fixo acto de presenza a novidade do cinematógrafo nas vilas con feira. Da mesma maneira que a festa é punto de encontro da mocidade, tamén a feira converteuse en lugar propicio para tecer amores entre mozos e mozas, segundo reflicte esta cantiga, publicada por Leandro Carré Alvarellos: *Fun á feira das Travesas; / non fun mercar nin vender; / fun pra falar cunha moza/ que me está a dar que facer* (Carré Alvarellos, 1964: 97). En definitiva, as feiras foron sempre ocasión de bo xantar e divertimento para quen desexase gozar do ocio unha vez rematado o negocio. Por iso o *tempo de feira* achégase ao *tempo de festa*, un período especial marcado pola ruptura coa monotonía cotiá, algo ben descrito polo periodista Alfredo Vicenti nun artigo que lle dedicou á feira do Foxo, en terras da Estrada, do que dou a seguinte mostra:

Ellos y ellas, todos sin excepción, vienen además con el firme propósito de pasar un buen día, regalándose con el coriáceo bacalao y el añejo pan de trigo, que al fin y al cabo valen algo más que el caldo de berzas y la arenisca brona (Vicenti, 1984[1875-79]: 86).

Moitas feiras de sona naceron asociadas a celebracións de carácter relixioso, con exemplos como a feira anual que arredor do 5 de outubro, festividade de San Froilán, santo natural de Lugo, se celebrou dende 1754 por Real Provisión de 20 de marzo dese ano (Cabana Outeiro/ Rodríguez Suárez/ Vázquez Bertomeu, 2004: 29 e ss.). Pero tamén o conxunto destes encontros contribuíu a desenvolver unha cultura festiva profana, afastada do dominio da relixión católica. Contra ese laicismo loitaron os representantes da Igrexa no século XVIII e comezos do XIX, cando o arcebispo de Santiago, Frei Rafael de Vélez, arremeteu contra as feiras mediante carta dirixida ao Capitán Xeral do Reino de Galiza. Esta presión da igrexa xerárquica logrou que, no ano 1829, se publicase unha Real Orde suprimindo as feiras en domingos e festas de gardar. Mais a prohibición foi axiña suspendida por mor das queixas dos máis diversos sectores, e as feiras seguiron a impoñer a súa lóxica ata que os cambios dos últimos decenios provocaron o seu ocaso ou transformación (Pérez Costanti, (1993[1925-27]): 85-86).

Retomando os datos tomados de P. Saavedra antes citados, podemos establecer diferenzas entre *mercado* e *feira*, caracterizándose aquel por negociar con produtos agrícolas, artesáns ou de importación, e gando miúdo, como pitas e coellos, pero non con gando equino, vacún, porcos, ovelas e cabras, a diferenza da segunda, que ten neste tipo de gandería o núcleo central da súa razón de ser.

Ademais os mercados adoitaron ser, polo menos nas cidades e vilas importantes, dunha regularidade semanal, mentres que as feiras, polo xeral con mercado asociado, son normalmente quincenais, mensuais ou anuais. As quincenais e mensuais teñen o carácter de ordinarias; pola contra as anuais son grandes concentracións de persoas atraídas polo seu carácter excepcional. Suxeitas estas últimas aos condicionantes dun medio natural e a unha cultura rural, as súas datas coinciden en liñas xerais con importantes momentos de cambio dos ciclos agrarios. Por iso as máis delas teñen lugar na primavera e no outono, é dicir, nos períodos que separan as dúas grandes épocas do ano campesiño: o verán, tempo de colleitas e de engorde do gando, e o inverno, período de menor actividade, antes do cal é bo negociar os froitos, ou os animais, da casa labrega. Dito doutra maneira, o inicio deses dous momentos é propicio para abastecerse de certos trebellos ou produtos necesarios, como sementes, froitos e aveños, ou para vender a mula ou o xato que, de quedar no inverno na casa, sería un dispendio inútil para a economía familiar. A iso habería que engadir a importancia das feiras no comezo do outono para o pago das rendas antigamente, pois os propietarios ou aforadores adoitaban aproveitar esa época para cobrar os seus dereitos. Así, sucedía, por exemplo, coa feira de San Miguel na Pobra de Navia (Navia de Suarna- Lugo), onde tamén a data, a finais de setembro, era aproveitada para mercar as varas que se usaban máis tarde para varexar os castiñeiros e facer así a colleita dos ourizos cheos de castañas xa maduras.

As feiras entraron en crise nos últimos cincuenta anos, a medida que foi esmorecendo a sociedade rural que as mantiña. Algunhas sobreviven grazas a inercias do pasado, combinadas con actualizacións como a promoción e venda de novos enxeños tecnolóxicos, ou de mercadorías de orixe industrial. Outras xurdiron *ex novo*, plenamente incorporadas a esas novas tecnoloxías agrarias ou aos actuais procesos de transformación e comercialización dos produtos do campo, do que pode ser boa mostra a *Semana Verde* de Silleda (Pontevedra). Con todo, aínda quedan varias que conservan importantes lembranzas do vello estilo, característico de Galiza e terras veciñas hai máis de medio século. Entre todas elas ocupareime hoxe dunha xa anunciada no título deste escrito, a de San Martiño en Francos (Teo-A Coruña), advertindo que toda a información etnográfica recollida por min, incluídas as ilustracións que acompañan a este texto, remite a hai dez anos, aínda que, por suposto, persiste hoxe con características semellantes ás por min observadas daquela.

## LOCALIZACIÓN

O lugar de Francos, ou Rúa de Francos, está situado na parte suroeste da provincia da Coruña, case a metade de camiño entre Santiago de Compostela e Padrón. Pertence á parroquia de San Xoán de Calo e ao concello de Teo, pasando polo seu ámbito a estrada nacional 550, substituída no século XX do antigo camiño real que unía Compostela con Pontevedra. Segundo o Nomenclátor do I.G.E. tiña en 2005 un total de 281 habitantes. Entre os monumentos locais destaca unha sinxela capela dedicada ao Espírito Santo, preto da que se ergue unha curiosa cruz sobre esteo con aparencia de ser medieval, aínda que xa Castelao deixou advertido que non se trata dun cruceiro en sentido rigoroso e que pode ser unha imitación popular serodia dos cruceiros góticos (Castelao, 1949: 110 e fig. 54).

Mais a aldea e os seus arredores cobran especial relevancia o día 11 de novembro, cando tiña, e ten, lugar unha feira famosa na comarca de Compostela, con centro nunha vella carballeira. O día coincide co dedicado pola Igrexa Católica a San Martiño de Tours, un santo difundido nas terras do noroeste peninsular dende o século VI grazas a figuras como o seu homónimo San Martiño de Braga (González Reboredo, 2012: 52-53). Porén, a razón de elixir este día non parece estar en relación co citado referente relixioso, que non ten culto na localidade, senón no feito xa anunciado de coincidir, como logo reiterarei, cun momento oportuno para negociar o gando equino e algúns froitos da época.

## DE NOVO ALGÚNS DATOS DO PASADO<sup>2</sup>

A feira de Francos aparece documentada moito antes de que chegase ao seu maior esplendor nos séculos XIX e XX. Concretamente os testemuños máis antigos sobre ela datan de mediados do século XVI e están en relación co cobro do imposto sobre as compravendas coñecido como alcabala. Aínda que nesa época semella ter importancia limitada, pois cada ano se vendían menos de 100 cabezas de gando – testemuño dos veciños sospeitoso de infravaloración por estar referido ao cobro de impostos–, debeu lograr unha certa notoriedade co tempo, como o demostra que acudisen a ela compradores de gando de localidades de Castela– Villacastín por exemplo– e mesmo dos reinos de Granada e Portugal (Gelabert González, 1982: 92; Dehistoria, 2015: 50-54). O evento logrou sobrevivir durante a centuria seguinte e chega ao s. XVIII. No ano 1752 aparece aludido nas respostas ao *Interrogatorio* do *Catastro del Marques de la Ensenada*, freguesía de San Simón de Cacheiras e outras, como feira a celebrar tres veces por ano, en Ramos, é dicir, ao comezo da Semana Santa, pola Pascua do Espírito Santo<sup>3</sup>, ou Pentecoste, e o día de San Martiño.

Esta tripla periodicidade anual viña dende a súa fundación e responde ao mencionado principio de lóxica campesiña, consistente en situar grandes feiras na primavera–Ramos e Pentecoste– e no outono–San Martiño–, momentos de cambio estacional importantes nunha economía agraria paleo-técnica. Por outra parte, a redacción da resposta insinúa que as dúas feiras de primavera tiñan como principal obxectivo o gando vacún, mentres que na de San Martiño estaba presente o equino sobre todo, especialización esta que medrou ao longo dos anos, pois os meses de outubro e novembro son os máis oportunos para negociar este tipo de animais<sup>4</sup>, o mesmo que sucedía nas feiras de San Froilán de Lugo, situada arredor do 5 de outubro (Rodríguez Vieito, 2002: 155), e As San Lucas de Mondoñedo, uns días despois da anterior (Villalba Barreira, 2001). Porén, ao longo do tempo as datas de primavera desapareceron pouco a pouco e soamente continuou a de novembro que chega aos nosos días (Dehistoria, 2015: 70)

A finais de o s. XVIII Eugenio Larruga inclúe a feira, ou feiras, de Francos entre as que se celebraban na xurisdición dos condes de Altamira, que posuían este enclave dentro dunha parroquia, San Xoán de Calo, pertencente ao arciprestado do Xiro da Rocha, en xeral señorío da Igrexa de Santiago. Por esa época o gando negociado consistía en equinos e a súa duración era de dous días. Poucos anos despois volve a ser mencionada por José Lucas Labrada, pero, segundo este analista da situación económica da Galiza do seu tempo, non era soamente de équidos, senón de “ganado caballar y vacuno” (Labrada, 1971[1804]: 92). En canto á continuidade no século XIX, está testemuñada por diversa documentación e por mencións nos *Diccionarios* de Miñano e Madoz, que a sitúan no 11 de novembro e xa non aluden ás vellas xornadas de primavera. Madoz límitase a citala e non di nada sobre a súas características (Madoz, 1846-50: entrada *Calo, San Juan*). Pero Miñano dedícalle unha liñas, nas que se destaca a especialización en gando equino e a súa exportación fóra do país galego, igual que seguiu sucedendo ata case os nosos días:

En el lugar de Francos, que pertenece a esta parroquia, se celebra el día 11 de noviembre de cada año la feria tan nombrada de San Martín, a la que concurre mucha gente de la provincia y de fuera de ella, y se vende mucho ganado mular y caballar para Castilla y Portugal (Miñano, 1826-29: entrada *Calo, San Juan*).

O feito de atoparse Francos a pouca distancia de Compostela fixo que á feira concorresen numerosos santiagueses, moitos deles por pasar un día de diversión e de delicias gastronómicas máis que

---

<sup>2</sup> Neste apartado utilizarei algunha información e documentos incluídos nun amplo e ben documentado *dossier* remitido polo Exmo. Concello de Teo ao Goberno Autónomo de Galiza coa finalidade de obter a declaración de Festa de Interese Turístico para a feira de Francos. Moito agradezo ao arquivista municipal, D. Pablo Sanmartín, que tivese a xentileza de facilitarme esta información, na que aparecen moitos outros datos interesantes que non menciono para non alargar moito este escrito.

<sup>3</sup> Esa data seguramente está en relación coa capela dedicada ao Espírito Santo antes aludida, a cal existe dende o século XVI.

<sup>4</sup> A información do Catastro pode consultarse en “Respuestas generales del Catastro del Marqués de la Ensenada”, dispoñible en <http://pares.mcu.es/Catastro>

por motivos estritamente comerciais. Un interesante testemuño do pasado, unha crónica publicada en *El Diario de Santiago* en 1873, indica que sucedía isto hai máis dun século. O medio de locomoción utilizado nese ano por moitos festeiros-feirantes foi o camiño de ferro, concretamente os trens especiais programados na liña Cornes-Carril, pioneira en Galiza e con estación en Osebe, moi preto do campo da feira, a cal fora inaugurada en setembro do mesmo ano e debeu espertar entre os composteláns o desexo de viaxar neste innovador medio de transporte. Considerando que a crónica desenvólvese nun estilo destinado a impresionar ao lector, pero recolle información singular sobre o evento, creo oportuno reproducir algúns parágrafos da mesma. Velaquí o seu contido<sup>5</sup>:

*La célebre o popular feria de San Martín estuvo ayer sumamente concurrida. Los trenes extraordinarios que la empresa estableció no bastaron para transportar a dicho sitio el inmenso número de viajeros que a todas horas acudían a la estación para trasladarse al campo donde aquella se celebra, habiendo tenido que quedarse en tierra infinidad de personas por no bastar los coches que cada tren llevaba, a pesar que iban como sardina en banasta.*

.....  
*El aspecto que presentaba el campo donde se celebra la feria de San Martín era sorprendente. Inmensas calderas de pulpo se encontraban a cada paso rodeadas de apasionados que, más que comer, devoraban plato tras plato tan suculento manjar.*

*Grandes cestas de ostras incitaban a los glotones a saciar su apetito. Enormes pellejos de vino llamaban a los discípulos de Baco a saciar su ardiente sed. La popular empanada ostentaba en su interior la sabrosa ave, la delicada anguila o el apetitoso trozo de lomo. La modesta tortilla enseñaba su consabido empedrado de patatas. Por todas partes no se veían más que incitantes provisiones de boca que desaparecían como por encanto. El jarro circulaba de mano en mano, de labio en labio, y cuando esto no bastaba se apelaba a la bota para hacer mejor el vacío....*

*...Hoy se viene observando la misma afluencia de gente en la estación, y los primeros trenes salen llenos de viajeros. Estos pueden dividirse en tres clases: feriantes o que solo van a su negocio, devotos de San Martín o de San Pulpo, y curiosos que llevan por único objeto estudiar a la humanidad en todas sus manifestaciones.*

*(El Diario de Santiago, 12 de novembro de 1873).*

En contraste con outras localidades galegas, nas que se celebran feiras mensuais e unha especial de carácter anual, a de San Martiño tivo lugar, como xa se dixo, soamente en tres datas do ano primeiro, e logo unicamente o 11 de novembro. Porén, as miñas pescudas no arquivo do concello de Teo no ano 2005 permitíronme atopar un abortado intento de engadir unha feira mensual xa entrado o século XX. Concretamente, na *Sesión ordinaria do consistorio* de 6-V-1923 o concelleiro D. Alejandro Torrado del Río presentou unha moción proponendo a instauración dunha con esa periodicidade. Pouco despois, noutra sesión consistorial de 3-VI-1923 acordouse, previo informe preceptivo da Comisión de Facenda e Fomento, aprobar por unanimidade a proposta, fixando a súa data no día 9, e autorizando á alcaldía a que levase a cabo as xestións oportunas para a súa difusión. O acordo ía acompañado tamén de autorización para destinar 200 pesetas do presuposto de festexos a premios, seguindo unha moda moi espallada na época e orientada a fomentar a mellora da cabana gandeira. Con todo, a decisión municipal nunca debeu executarse, pois non atopei constancia ningunha de que esta feira mensual se puxese en funcionamento, nin nas fontes documentais nin nos informes orais por min recollidos.

Nas sete primeiras décadas do século XX o desenvolvemento da feira conservou en xeral o seu aspecto e orientación tradicionais, malia incorporar algunhas novidades propias de cada momento, como o uso de vehículos a motor, altofalantes para divulgar as mercadorías e espectáculos, uso de recipientes de plástico, etc. Mediante informe oral recollido en 2005 de D. Antonio Castroagudín, natural do lugar

---

<sup>5</sup> Agradezo a Xesús Santos Suárez a información que me subministrou en relación con esta crónica de *El Diario de Santiago* dedicada á feira de San Martiño.



de Francos e nesa data tenente de alcalde do concello de Teo, puiden saber que duraba dous días e viñan a ela tratantes de distintos lugares de España para comprar, sobre todo, mulas. Permanecían na localidade os dous días, cargando os animais adquiridos na estación de Osebe, de onde saían cada ano ata cinco vagóns con este tipo de gando. O dito polo citado informante complétase con testemuños documentais como as denominadas *Guías para la circulación de ganado*. Citarei dous exemplos do ano 1919 entre os posibles: un deles autorizando a remitir por camiño de ferro 31 mulas a Calatayud, e outro permitindo o traslado de 16 cabezas de gando equino a Játiva<sup>6</sup>.

Don Antonio tamén lembrou a presenza de atraccións, entre elas o teatro de *Barriga Verde*, moi famoso na época e presente en todas as grandes feiras e celebracións festivas galegas, así como os cegos que cantaban historias de crimes famosos, ou o baile que se organizaba o día 12, ao final da feira. Segundo manifestei na primeira parte deste escrito, novidades como o cinematógrafo fixeron acto de presenza nas feiras para diversión dos asistentes, e no caso de Francos é de sinalar que chegou a contar cunha sala de cine estable, chamada *Carpeni*, con aforo situado entre 280 e 300 butacas. Na documentación reunida polo Concello de Teo nos últimos anos consta o expediente de creación desa sala, construída mediante proxecto do ano 1958 debido ao arquitecto Antonio Tenreiro Rodríguez e promovida por Antonio García Calvo e Ramón Penide Fraga.

Unha interesante fonte de testemuños sobre como era a feira nos anos 30,40 e 50 do século XX é a transcripción dunha mesa redonda celebrada no ano 2014, na que participaron dous veteranos veciños e unha veciña do lugar. Publicada no 2015, nela se sinalan detalles como a presenza de tratantes <<castellanos>>, das polbeiras, que eran do Carballiño e traían o polbo fresco e curado, non conxelado como nos nosos días, ou o feito de que nas casas do lugar se preparaba comida para venderlle aos feirantes, destacando pratos como os callos e o polo con arroz. En xeral o lugar de Francos tiña na feira, que comprendía dende o día anterior ao 11 de novembro ata o seguinte, unha importante fonte de ingresos porque se alugaban cortes para gardar o gando, se daba aloxamento, se subministraba leña para os lumes, se vendía viño e os alimentos antes citados, etc. (Calvo/Castro/Fariña/Iglesias, 2015: 12 e ss.)

Por último, dos anos setenta do pasado século temos datos que amosan a desaparición do negocio das mulas a causa da mecanización da agricultura, pero tamén unha pequena continuidade da exportación de bestas, poldros ou burros a León e Valencia. Unha mostra disto é a información recollida polo xornal *El Correo Gallego* de 12-XI-1978, na que constan estas reveladoras cifras:

Total de exemplares de gando equino vendidos nese ano: 907.

Bestas: 333

Poldros: 312

Asnos: 262

Lugares de destino:

Valencia: 143

Palencia e León: 91

Galicia: 673

## **O SAN MARTIÑO DE FRANCOS NO COMEZO DO TERCEIRO MILENIO**

A visita que realicei a Rúa de Francos hai dez anos permitíume facer unha valoración *in situ* da feira en tempos recentes. Tras dificultoso desprazamento dende a estrada nacional 550 a causa das obras no camiño de ferro do Eixo Atlántico, que cortaran a ponte para chegar ao lugar, puiden comprobar que o mercado se estendía por distintos puntos dos accesos á aldea. Neles asentábanse postos de carne

---

<sup>6</sup> Estes dous documentos, xunto con algún outro das mesmas características figura fotocopiado no antes aludido *dossier* preparado polo Exmo. Concello de Teo e que me facilitou o arquivista, D. Pablo Sanmartín.

salgada e embutidos de porco, outros con prendas de vestir, e mesmo había un vendedor de turrón. Xa á altura da ermida do Espírito Santo, e carón da interesante cruz de pedra antes aludida, principiaban a abundar os postos de venda de froitos e produtos do país, como castañas, noces, mel, patacas, e algúns con oferta tamén de viño e augardente. Como dato indicativo, direi que o prezo das castañas oscilaba entre 1,5 e 3 euros o quilo, dependendo da calidade e tamaño, mentres que as noces valían a 3 euros.

Entre a capela e a parte da carballeira onde se atopaba o gando medraba a densidade de churros, postos con prendas de vestir, pan e empanadas, rosquillas, xoguetes, ou os que ofrecían fouces, sachos, asadores de castañas, etc. A diferenza do pasado, notábase a presenza de magrebíes ofrecendo alfombras e paraugas, e algúns subsaharianos con lanternas, transistores, cintos, bolsos e outros obxectos. Algo máis adiante estaba presente a maquinaria agrícola e de xardinería, e tamén alambiques ou prensas para a confección de augardente e viño. Xa chegando á zona de gando, a ambos lados do camiño de acceso, erguíanse diversos postos de arreos, selas e complementos para as cabalerías.

A breve descrición anterior permite apreciar que o día de San Martiño en Francos concentra un variado mercado de produtos tradicionais xunto con outros propios dos nosos días. Pero o máis notorio enlace co pasado segue a estar alí onde se sitúan bestas, cabalos, poldros e algún que outro burro, se ben a presenza dos modernos camións dos tratantes introducía en 2005 unha nota de actualidade no medio das centenarias árbores. Compre sinalar que a maior parte dos terreos deste espazo son de propiedade particular, pois a súa superficie é de 12000 m<sup>2</sup> e só uns 4000 son de titularidade municipal. Aínda que os particulares poden cobrar por facer uso das súas propiedades, o concello non cobra taxa algunha, sendo polo tanto, e a diferenza do pasado, unha feira franca neste aspecto.

Con respecto ao número de equinos, resulta menor que hai décadas debido á decadencia deste tipo de gando e a conseguinte baixa na comercialización. Algúns datos recollidos pola prensa indican a presenza duns 800 animais en 2005, pero un reconto aproximado que fixen sobre as 12 horas deume unha cifra bastante inferior, de algo máis de 250, sen tomar en conta, por suposto, os que a esa hora xa estaban cargados en camións ou apartados da zona de transaccións. Se tomamos en consideración a súa caste, o predominio absoluto era dos cabalos, bestas e poldros, xa que só puiden ver 8 asnos e unha única mula, en contraste coa abundancia destes últimos équidos hai décadas, cando as mulas eran moi demandadas para revendelas en Castela e os asnos aínda conservaban a súa utilidade como axuda en diversas actividades agrícolas.

En relación cos cabalos presentes, estes eran de tres tipos: algún *poney*, variedade de recente presenza entre nós, bastantes exemplares galegos <<de monte>>, vendidos para carne, os que adoptaban a clásica actitude defensiva de formar un apertado conxunto coas cabezas cara o centro e as ancas para atrás, e, por último, os cruzados de monta ou algún puro sangue. Co obxectivo de coñecer o valor, falei cun tratante, quen me dixo que os animais para carne ese ano valían entre 90 e 120 euros. Maior prezo alcanzaban os cruzados de monta, e un rapaz aseguroume que pedía polo que tiña á venda 600 euros. Algo despois puiden asistir a un regateo entre vendedor e comprador, no que o primeiro trataba de convencer ao segundo de que mercase o seu cabalo por 500 euros, prometendo levarllo a casa sen gasto algún.

Ata aquí limíteime a destacar os compoñentes que conforman o mercado e a feira de gando. Mais hai que ter en conta que toda esta mostra de produtos e animais funciona como unha escenografía na que se moveron ao longo do día unhas 15.000 persoas, procedentes da comarca e mesmo de localidades bastante afastadas, incluso da distante cidade de Vigo. Centos de vehículos particulares, e algúns transportes colectivos, ocupaban os aparcadoiros habilitados nas inmediacións do campo da feira, e tamén as estradas de acceso ao lugar. Nas entradas ao centro da carballeira, onde están instalados os postos de obxectos relacionados cos cabalos, o xentío dificultaba a media mañá a circulación polo camiño central. Calquera membro do público pode ser comprador potencial, pero tamén un curioso que acode a gozar dunha xornada extraordinaria. Moitos acaban ocupando totalmente os bancos e mesas da ducia de establecementos de polbo, situados no lado sur do arboredo, nos que se ofrece, ademais deste prato típico, outros como churrasco e carne ao caldeiro. Ao cabo, o xantar de feira, hoxe coma onte, contribúe a crear unha atmosfera festiva na que os manxares, xunto co viño, se erixen en reis da celebración.

Non faltou no ano 2005 outro compoñente tradicional de feiras e festas. Refírome a un grupo de xitanos, dous homes e unha muller, que ofrecían o seu espectáculo, consistente nunha cadeliña ensinada a facer exercicios de salto e andar en dúas patas, así como unha cabra que subía a unha escaleira de man para amosar as súas dotes de equilibrista, cun acompañamento musical executado por un dos seus tres amos, mentres outro conducía os animais e a muller recollía os donativos dos espectadores. Tampouco deixaron de estar en Francos este día outros feirantes pouco aconsellables, pero habituais neste tipo de encontros, como algúns carteiristas, ou moicanos, que intentaban aproveitar despistes para facerse cos cartos ou bens alleos.

Un feito propio dos últimos tempos é a xeneralización do uso do automóbil polos asistentes, facilidade de locomoción que provocou que as feiras, o mesmo que as romarías, reducisen a súa duración. En efecto, se antano os feirantes permanecían no lugar todo o día, ou mesmo máis dun día, agora acoden durante unhas poucas horas e logo retornan á casa ou continúan a outros lugares. E isto foi evidente en Francos no ano 2005, pois a media tarde xa se desfixera a feira, e tampouco houbo actividades vespertinas moi propias de outrora, como as sesións de cinematógrafo ou os bailes

Finalmente indicarei que, o mesmo que sucede con outros eventos deste tipo ou coas festas, a feira de San Martiño ten un recoñecemento oficial por parte do concello de Teo, quen declara cada ano esta xornada como festa local, celebrando unha comida oficial nun dos postos de polbo, con autoridades invitadas dos municipios limítrofes. Tamén axudou nos últimos decenios a mellorar as condicións do campo da feira, dotándoo de auga corrente e iluminación pública ou de camiños urbanizados con cemento, así como de seguridade mediante vixilancia da policía local. Coa finalidade de incrementar o atractivo da feira, nos últimos anos tratouse de incorporar ao evento novas actividades, por exemplo unha mostra de gando autóctono galego no ano 2014. Todo este esforzo complementouse coa iniciativa municipal de solicitar do Goberno Autónomo de Galiza a declaración deste encontro como *Festa de Interese Turístico*, proposta que inicialmente foi desestimada, pero que, reiterada de novo, está á espera de lograr un merecido éxito.

## REMATE

A descrición que acabo de facer da feira de San Martiño pon en evidencia a súa dimensión non só de lugar de actividade económica, senón a súa crecente dimensión de lugar de divertimento. Reiterando o xa dito, móvese nun *continuum* que oscila entre un *tempo de feira*, relacionado co negocio, e un *tempo de festa*, de ocio, caracterizado pola implantación nun espazo determinado dun tempo especial no que os asistentes poden gozar dunha ruptura co cotián propicia para a diversión e o consumo de manxares propios dunha celebración festiva. Malia a antes citada redución do tempo de permanencia na feira e a desaparición de espectáculos de antano, os derradeiros tempos amosan que a faciana lúdica, connatural con este tipo de reunións dende as súas orixes, incrementouse a causa de dous factores de distinta orde: a decadencia evidente da actividade agraria tradicional, xunto coas súas connaturais formas de comercialización, e a xeneralización dunha economía monetaria que permite masivos desprazamentos por lecer, algo habitual na sociedade de arestora, na que o consumo non é só unha maneira de cubrir necesidades básicas, senón tamén unha actividade gratificante.

Algúns dos datos antes manexados deixan ben manifesta esta tendencia, pois a cifra de 800 animais á venda en 2005, aceptando unha cantidade moi optimista, e ademais reducida amplamente en edicións posteriores, non xustifica que pasen polo lugar miles de persoas ao longo do día. En definitiva, a asociación intensa entre lugar de feira e visitantes por consumismo festivo é unha constante *in crescendo* que non se pode evitar nin moito menos negar. Grazas a esta adaptación da súa funcionalidade a feira de San Martiño de Francos ten posibilidades de sobrevivir ao naufraxio do mundo campesiño que a veu nacer e medrar, polo menos mentres novas ameazas, entre elas a preocupante situación demográfica de Galiza, cunha poboación rural envellecida en drástico descenso xunto cunha baixísima natalidade xeral, non acaben por aniquilala sen remedio.

## BIBLIOGRAFÍA

**Advertencia previa:** Ademais da bibliografía citada no texto, considerei oportuno facilitar algúns títulos máis que me serviron para coñecer, xunto coas miñas experiencias <<de campo>>, o mundo das feiras de Galiza, e que poden ser de utilidade a quen queira seguir aprofundando nesta temática.

- CABANA OUTEIRO, María/ RODRÍGUEZ SUÁREZ, M<sup>a</sup> Pilar/ VÁZQUEZ BERTOMEU, Alexandra (2004), *250 anos das feiras de San Froilán*, Lugo, Ed. Exmo. Concello de Lugo.
- CALVO, María/CASTRO, Antonio/FARIÑA, José M./ IGLESIAS, Ignacio (2015), “Transcripción. San Martiño de Francos”. En *San Martiño de Francos*, Ed. Concello de Teo
- CARRÉ ALVARELLOS, Leandro (1964), “As feiras na Galiza”, *Revista de Etnografía*, nº 3, Porto.
- CASTELAO, Alfonso Rodríguez (1949), *As cruces de pedra na Galiza*, Buenos Aires, Ed. Nos.
- DE HISTORIA (2015), “As orixes da feira de san Martiño de Francos. Notas históricas”. En *San Martiño de Francos*, Ed. Concello de Teo
- FIDALGO SANTAMARIÑA, Xosé Antonio (2001), *Os saberes tradicionais dos galegos*, Vigo, Ed. Galaxia.
- FRAGUAS FRAGUAS, Antonio (1968), “Emplazamiento de ferias en Galicia a fines del siglo XVIII”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XXIII, fasc. 70, Santiago.
- GARCÍA RAMOS, Alfredo (1912), *Arqueología jurídico-consuetudinaria-económica de la región gallega*. Madrid, Establecimiento Tipográfico de Jaime Ratés. (Hai edición facsímil recente do Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela).
- GELABERT GONZÁLEZ, Juan E. (1982), *Santiago y la tierra de Santiago de 1500 a 1640*, Sada, Ed. O Castro.
- GONZÁLEZ PÉREZ, Clodio (1997), “Os centros de intercambio tradicionais: feiras e mercados”. En X. M. González Reboredo (coord.): *Galicia. Antropoloxía*, Tomo XXIV, A Coruña, Hércules de Ediciones.
- GONZÁLEZ REBOREDO, Xosé M. (2012), *Os santos titulares de parroquia en Galiza*, Santiago, Sotelo Blanco Edicións.
- LARRUGA, E. (1995 [1798]). *Memorias políticas y económicas sobre los frutos, comercio, fábricas y minas de España*. Ed. Facsímil. Vol XV, tomos XLIII, XLIV, XLV, memoria CLXXXII, Zaragoza, Gobierno de Aragón/ Institución Fernando el Católico.
- LUCAS LABRADA, José (1971[1804]), *Descripción económica del Reino de Galicia*, Vigo, Ed. Galaxia.
- MADOZ (1846-50), Pascual, *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar*, Madrid, Establecimiento Tipográfico de P. Madoz y L. Sagasti, et alii.
- MIÑANO, Sebastián de (1826-28), *Diccionario geográfico-estadístico de España y Portugal*, Madrid, Imprenta Pierart-Peralta.
- PÉREZ COSTANTI, Pablo (1993[1925-1927]), “Las ferias en días festivos”. En *Notas viejas galicianas*, Ed. Xunta de Galicia.
- MIRALBÉS BEDERA, María Rosario / CASAS TORRES, José M. (1974), *Mercados periódicos de Galicia. Distribución espacial, frecuencia, rango y área de influencia*, Madrid, Departamento de Geografía de la Universidad de Santiago/ Instituto de Antropología Aplicada del CSIC.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Ángel (1967-68), “Ferias del Partido de Santiago de Compostela en 1813”, *Boletín de la Universidad Compostelana*, nº 75-76/2, Santiago.
- RODRÍGUEZ SUÁREZ, M<sup>a</sup> Pilar/ VÁZQUEZ BERTOMEU, Mercedes (2004), *Documentos reais das feiras de San Froilán*, Lugo, Exmo. Concello de Lugo.
- RODRÍGUEZ VIEITO, Rosina (2002), *Las fiestas y ferias de San Froilán en Lugo*, Lugo, Ed. Exma. Diputación provincial.
- SAAVEDRA, Pegerto (1993), *A Facenda real na Galicia do antigo réxime*, Ed. Xunta de Galicia.
- SAAVEDRA, Pegerto (1994), “La consolidación de las ferias como fiestas profanas en la Galicia de los siglos XVIII y XIX”. En M. Núñez Rodríguez (ed.): *El rostro y el discurso de la fiesta*, Santiago, Universidade de Compostela
- SANTOS SOLLÁ, José M.(1994), “Fiestas, ferias y mercados de Galicia”. En M. Núñez Rodríguez (ed.), *El rostro y el discurso de la fiesta*, Santiago, Universidade de Compostela.
- SHANIN, Teodor (1976), *Naturaleza y lógica de la economía campesina*, Barcelona, Ed. Anagrama.
- VICENTI, Alfredo (1984 [1875-79]), “A orillas del Ulla. IX. La feria”. En J. A.Durán, *aldeas, aldeanos y labriegos en la Galicia tradicional*, Madrid, Ministerio de Agricultura /Xunta de Galicia.
- VILLALBA BARREIRA, Ana Aurora (2001), *As San Lucas. Feiras e festas (dende 1156)*, Lugo, Ed. Exma. Diputación provincial.
- A. YEBRA DE ARES, Antonio (1987), “La feria de Monterroso”. En *Monterroso. Pasado y Presente*, Lugo, Ed. Exma. Diputación provincial.



**Fig. 1** – Vista da zona onde estaban situados en 2005 os postos de prendas de vestir e complementos.



**Fig. 2** – Lugar de venda de froitos. Na dereita pode verse a curiosa cruz de pedra de Francos.



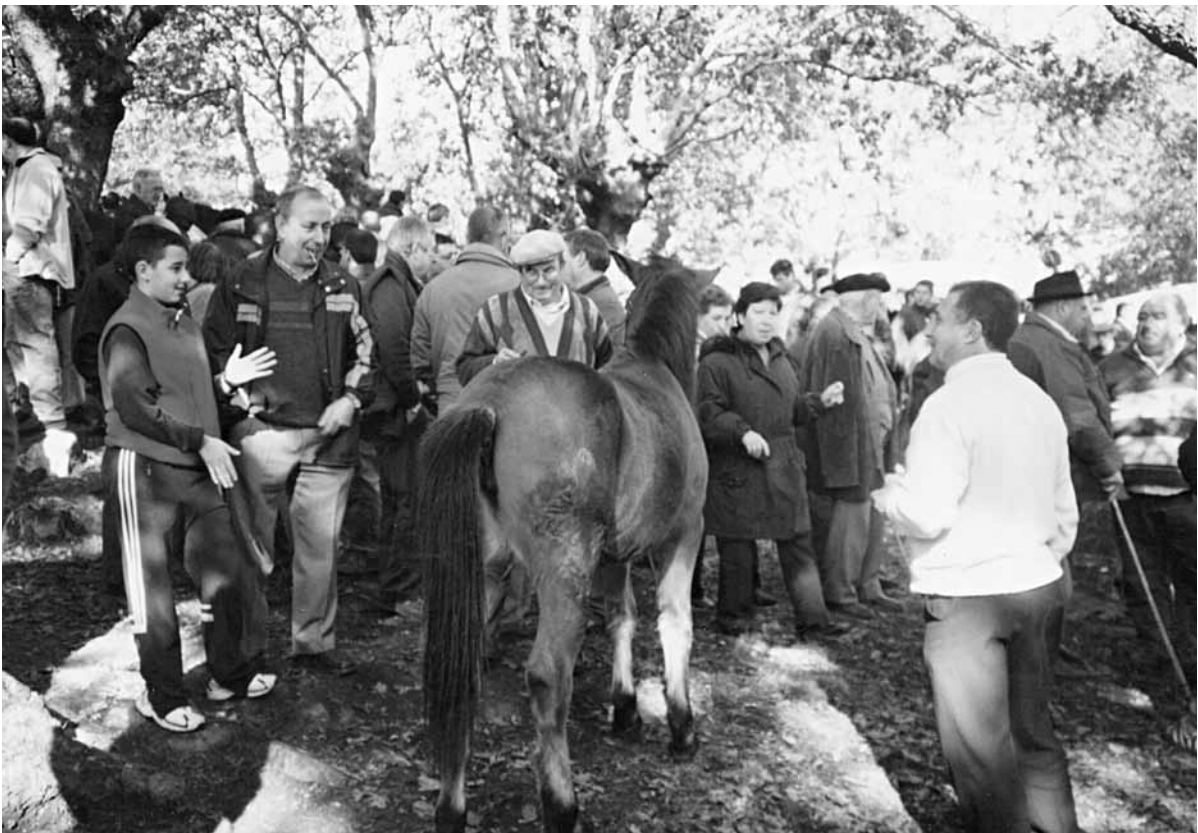
**Fig. 3** – A tecnoloxía actual faise presente nos lugares onde se exhibe maquinaria agrícola.



**Fig. 4** – Un posto de venda de arreos de cabalerías á entrada da carballeira.



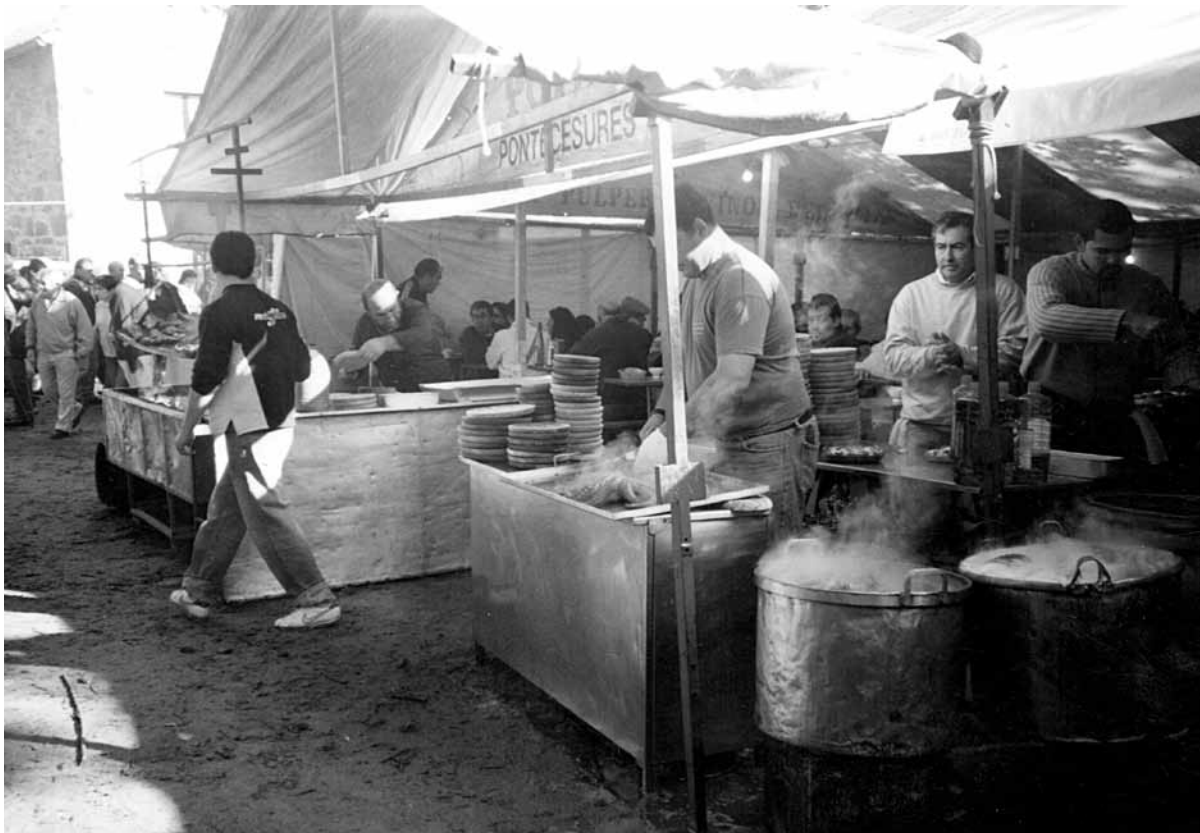
**Fig. 5** – Varios animais xa adquiridos e atados a un camión de tratantes.



**Fig. 6** – Un poldro en venda, rodeado dun numeroso público.



**Fig. 7** – O can amestrado dos xitanos en plena actuación.



**Fig. 8** – Un posto de polbo e carne grellada.



## OS MILIÁRIOS DE ADRIANO DA VIA *BRACARA-CALE*

Vasco Mantas<sup>1</sup>

### RESUMO:

Vulgarmente considerada como parte da estrada *Olisipo-Bracara*, a via *Bracara Augusta-Cale* pertencia ao reduzido grupo de estradas com características de autênticas vias, homogêneas na sua balizagem. Embora se possa atribuir a estrada à época de Augusto, os seus miliários mais antigos não são anteriores a Adriano, imperador a que corresponde uma operação de marcação geral da via, provavelmente em consequência de uma reforma do seu traçado inicial. Desta operação de balizagem conhece-se um total de seis miliários, dos quais sobreviveram três, incluindo neste número um monumento completamente desfigurado. A partir da análise dos dados conhecidos, é possível admitir uma renovação total da via nos últimos anos do governo de Adriano.

**Palavras-chave:** Miliários; Vias romanas; Adriano; *Bracara Augusta*.

### ABSTRACT:

Usually considered as a part of the *Olisipo-Bracara* road, the *Bracara Augusta-Cale* route belonged to a select group with true road characteristics, homogeneous in their signaletic. Although the road can be attributed to the time of Augustus, the older milestones do not predate Hadrian, emperor identified with a general route marking operation, probably as a consequence of a change in its course. Of this marking operation, a total of six milestones are known, of which three survived including a completely defaced monument. From the analysis of known data, it is possible to admit a complete renovation of the road in the final years of Hadrian's rule.

**Keywords:** Milestones; Roman roads; Hadrian; *Bracara Augusta*.

A importância de *Bracara Augusta* como centro viário é justamente conhecida, não faltando numerosos testemunhos das diversas estradas que irradiavam da cidade, uma das quais era a que se dirigia a *Cale*, nas proximidades da foz o Douro<sup>2</sup>. Não se tratando de uma estrada muito longa, pois o *Itinerário de Antonino* lhe atribui 35 milhas de extensão, valor correcto, o facto deste famoso roteiro a incluir, ainda que como troço final do grande itinerário *Olisipo-Bracara* (IA 420,8-422,1), e a circunstância pouco usual de se tratar de uma autêntica *via*, no sentido restrito e mais especializado do termo, uma vez que a contagem das milhas se fez sempre tendo *Bracara* como ponto único, conferem-lhe um destaque especial.

A estrada conta com um número avultado de miliários, sobre os quais existem diversos estudos, o último publicado recentemente no âmbito de um valioso *corpus* dos monumentos viários do Noroeste

---

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.

<sup>2</sup> Dos 34 itinerários hispânicos incluídos no *Itinerário de Antonino*, cinco têm *Bracara Augusta* como ponto inicial: Hervás 1975: 35-36; Mantas 2000: 53-87. Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das ilustrações deste artigo.

peninsular<sup>3</sup>, confirmando esta abundância de monumentos o indiscutível valor da estrada e a atenção que lhe foi concedida. Com efeito, o itinerário entre *Olisipo* e *Bracara* permite apreender rapidamente o que distingue a via *Bracara-Cale*, pois facultou até agora um total de 45 marcos, existentes ou confirmados por fontes escritas. A norte do rio Douro, no troço *Bracara-Cale*, conhecem-se 21 miliários para um traçado de apenas 35 milhas, enquanto para o percurso entre *Cale* e *Olisipo*, que ascende a 209 milhas, não se conhecem mais de 24 marcos, com uma distribuição muito típica. Aspectos administrativos e o facto de a Calécia corresponder a uma área militarizada, ou pelo menos, de forte presença militar, contribuem para explicar esta situação, sem esquecer o valor estratégico do eixo viário *Bracara-Cale*.

Os 21 miliários ainda existentes ou registados com alguma segurança no percurso entre *Bracara* e *Cale*, cujas 35 milhas correspondem muito bem à distância medida entre Braga e Porto, a que voltaremos oportunamente, apesar de numerosos, pois correspondem a uma média de 0,6 por cada milha, não muito vulgar<sup>4</sup>, não deixam de suscitar alguns problemas, desde logo o da cronologia da estrada. Com efeito, os miliários mais antigos que se conhecem datam do governo de Adriano, sem que possamos considerar atribuir a construção da via a este imperador, ainda que a sua intervenção na rede viária hispânica tenha sido particularmente relevante<sup>5</sup>. Tivemos já oportunidade de focar esta questão noutras ocasiões, mas cremos valer a pena retomá-la aqui, pois a interpretação dos miliários de Adriano registados na via *Bracara-Cale* não faria sentido se não tivéssemos em conta a história da estrada e da urbanização da região, iniciada afortunadamente por Augusto. A fundação de *Bracara Augusta* nos primeiros anos do Império exigiu, como é evidente, uma rede de comunicações terrestres à altura dos objectivos, ambiciosos, definidos para a cidade.

Como centro político e económico da região dos Brácaros, a necessidade de boas estradas era essencial, justificando a importância da cidade como nó viário de primeira grandeza (Fig.1). Numa região em processo de organização, que exigia o bom funcionamento do *cursus publicus*, instituído pelo imperador<sup>6</sup>, algumas estradas mereceram desde o início a atenção das autoridades, garantindo a sua operacionalidade em quaisquer condições climáticas, bem como a ligação do sistema interior, definido pela linha *Bracara-Lucus-Asturica-Bracara*, a portos situados na costa ou no curso inferior de rios, como *Tude* (Tui) ou *Cale* (Porto). Como é usual, são poucos os miliários de Augusto registados na região, e quase todos tardios<sup>7</sup>, sugerindo o desenvolvimento gradual dos trabalhos de viação, a partir dos estradões lançados para servir as necessidades militares iniciais, sobretudo de ordem logística.

A ligação aos portos do litoral tinha particular importância, tanto mais que a navegabilidade do Cávado levantava dificuldades a embarcações de algum porte, situando-se na zona da Furada, cerca de 5 quilómetros a jusante de Dume, o limite da navegação fluvial nos finais do século XVII<sup>8</sup>. Os portos de *Tude* e de *Cale* assumem, desta forma, o carácter de centros privilegiados das relações marítimas de *Bracara*, cidade que muito rapidamente ganhou relevo como grande polo comercial da região<sup>9</sup>. Não existem dúvidas quanto à antiguidade da estrada entre *Bracara* e *Tude*, que corresponde ao troço inicial de um longo itinerário, tal como sucede com a via *Bracara-Cale*<sup>10</sup>, neste caso troço final do caminho vindo de *Olisipo*. Mas, enquanto a estrada para *Tude* conta com miliários de Augusto<sup>11</sup>, estes estão ausentes da estrada para *Cale*, onde, como dissemos, os mais antigos remontam a Adriano, conhecendo-se de momento seis monumentos deste imperador, descontado duplicações.

Como explicar, então, esta ausência? Sem descurar a hipótese de que existam miliários anteriores a Adriano, uma vez que os achados arqueológicos dependem de factores arbitrários, devemos desde já

<sup>3</sup> Mantas 1996 I: 343-414; Colmenero, Sierra, Asorey 2004: 613-634.

<sup>4</sup> Por exemplo, no percurso bético da *Via Augusta*, a média é de apenas 0,13 por cada milha: Sillières 1990: 292-295

<sup>5</sup> Tranoy 1982: 200, 213-218; Torres 1995: 127-129.

<sup>6</sup> Suetónio: *Aug.* 49 5.

<sup>7</sup> Colmenero, Sierra, Asorey 2004: 767-768.

<sup>8</sup> Argote 1734: 867, 872; Matos 1980: 261.

<sup>9</sup> Morais 2005 I: 9-72.

<sup>10</sup> Mantas 1996 I: 138-141.

<sup>11</sup> Colmenero, Sierra, Asorey 2004: 767, 812.

atentar no facto de nenhum dos miliários de Adriano registados indicar que a via foi construída (*fecit*) ou reconstruída (*refecit-restituit*) por ele, contrariamente ao que se verifica com outros monumentos deste imperador em diversas estradas hispânicas. Como não é possível duvidar da existência anterior da via, devemos considerar a possibilidade de uma renovação completa da balizagem da mesma, efectuada maioritariamente entre 133 e 134, período correspondente ao décimo oitavo poder tribunício de Adriano<sup>12</sup>. Todavia, o facto de se proceder a uma nova colocação de miliários abrangendo a totalidade do percurso da estrada não justifica, no caso de Adriano, a eliminação total dos anteriores, admitindo que existiam, a exemplo do que se conhece na estrada *Bracara-Tude*, pois era habitual a manutenção dos existentes, a menos que se tratasse de uma espécie de *damnatio memoriae* radical, inadmissível.

Sem o podermos afirmar de forma conclusiva, cremos que a renovação da balizagem da via só pode explicar-se no cenário de uma alteração significativa do seu traçado com consequências na medida da distância total entre *Bracara* e *Cale*, inutilizando parte das indicações miliárias disponíveis. Se assim aconteceu, embora os novos miliários não considerem trata-se de uma obra nova, a envergadura dos trabalhos pode justificar uma balizagem completa da via, mesmo nos troços não alterados, onde teria sido possível conservar os miliários anteriores. Estamos convencidos de que essa alteração do percurso existiu, encurtando-o, e que teve lugar nos últimos anos do governo de Adriano, terminando com a colocação de uma série de miliários em granito de grão fino, com inscrições homogêneas, com o nome imperial em dativo, circunstância ainda não muito vulgar no século II, mostrando regularmente o topónimo indicativo da origem da via em ablativo. Também, de forma pouco habitual neste tipo de epigrafia, se utilizaram *hederae* como parte da pontuação (*CIL* II 4736; *CIL* II 4738), denotando um cuidado especial no aspecto formal dos textos

Admitindo que a iniciativa dos trabalhos coube à autoridade provincial<sup>13</sup>, a ocorrência da dedicatória ao imperador concorre para valorizar a hipótese de trabalhos de significativa envergadura envolvendo a estrada. Não podemos, de forma nenhuma, considerar os marcos como simples colunas honoríficas, uma vez que ostentam indicações miliárias. Como sucede normalmente, quase todos padrões viários posteriores receberam igualmente indicação de distâncias nos seus letreiros, transformando-os em monumentos mais ou menos honoríficos. Na origem desta evolução talvez se encontrem os miliários levantados para comemorar o início do governo de determinados imperadores, levando a um local frequentado uma prova de respeito pelo governante e que também servia para manter a população informada sobre quem regia os destinos do Império. Como é natural, à medida que o peso dos trabalhos viários recaiu sistematicamente sobre as cidades, os miliários tornam-se com frequência monumentos honoríficos, uma vez que esses mesmos trabalhos são dedicados ao imperador, que os impunha<sup>14</sup>.

Cremos que o traçado inicial da estrada era diferente, correspondendo à que de *Cale* conduzia à Barca do Lago por Rates, a *Karraria antiqua*, das referências na documentação medieval. O seu traçado, relativamente nítido anos atrás<sup>15</sup>, conta com alguns vestígios arqueológicos, embora sem miliários. Partiria de *Cale* talvez do local do *traiectus* do Douro, na Ribeira do Porto. Seguiria por Cedofeita, em direcção a Padrão da Légua, com um percurso idêntico ao da estrada referida nas *Inquirições* de 1220 como *Via Vetera*, salvo no troço inicial. Continuava por Gondivai, onde um documento de 1099 a refere como *Carreira*, atingindo o Leça na Ponte de Barreiros ou da Azenha. Esta ponte, com três arcos de volta inteira e talha-mares arruinados, a montante, tem 20 metros de comprimento e quatro metros de largura. O seu estado actual resulta de diversas reconstruções e reformas, porém, a sua origem romana é segura, contando o primeiro arco da margem direita com várias aduelas almofadadas. Provavelmente, os dois restantes corresponderão a obra posterior. A ponte pode incluir-se facilmente no modelo 1 definido por Durán Fuentes<sup>16</sup>.

<sup>12</sup> Cagnat 1914: 196. Uma balizagem semelhante, e do mesmo período, existe na *Via de la Plata*: Torres 1995: 127.

<sup>13</sup> Pekary 1968:113-115; Sillières 1990: 695-696.

<sup>14</sup> Pharr 1952: 194-205, 423, 431, 524; Mantas 2012: 97-100.

<sup>15</sup> Almeida 1980: 151-170.

<sup>16</sup> Fuentes 2005: 326

A simples existência de uma ponte de pedra neste itinerário é suficiente para lhe conferir uma importância especial, não se compreendendo de outra forma a sua presença a tão curta distância da Ponte da Pedra, também obra originariamente romana e da qual sobrevivem vestígios sugerindo uma tipologia construtiva do século II, particularmente alguma silharia sobrevivente e o muro de protecção do encoste da margem esquerda<sup>17</sup>. cremos que a Ponte de Barreiros servia o traçado inicial da estrada<sup>18</sup>, a qual continuava para Mosteiró, onde abandonava o caminho que seguia para norte, flectindo para ganhar as proximidades do grande castro de Alvarelos e o lugar de Muro, a partir do qual o trajecto coincidia com a via *Bracara-Cale* da balizagem de Adriano. Assim, julgamos que no início do Império a estrada tinha um traçado que foi rectificado no século II, encurtando-o e levando à construção de uma nova ponte sobre o Leça, a Ponte da Pedra, menos conhecida por Ponte de Santa Ana.

Na falta de miliários anteriores a Adriano e tendo em conta a intervenção de Augusto na região, podemos admitir que a estrada remonta ao início da época imperial, exactamente como a que ligava *Bracara* a *Tude*. cremos que o cipo funerário do militar olisiponense *L. Lavius Tuscus*, achado na encosta do morro do Castelo Velho de Gaia e vagamente parecido com um tosco miliário, pode, pelas suas características e pela forma como indica a origem e a tribo<sup>19</sup>, reflectir trabalhos viários na zona pelo final do principado de Augusto, a exemplo das indicações oferecidas pelos miliários da estrada que unia *Bracara* ao Rio Minho em Tui, do ano 11. Como a sul do Douro o miliário mais antigo da estrada *Olisipo-Bracara*, em Ul, remonta a Tibério, seguindo-se na zona de Coimbra os de Calígula<sup>20</sup>, parece possível aceitar a hipótese de que se verificou uma sucessão ordenada de trabalhos viários, iniciados em função do desenvolvimento de *Bracara Augusta*. A renovação da via, sob Adriano, terá começado a partir de *Cale*, o que também é lógico considerando que o tramo inicial, até ao Ave, terá sido o que necessitou de trabalhos mais complicados, incluindo pontes. Seja como for, o miliário de *Bracara* que indica a extensão total da via foi o último a ser colocado (*CIL* II 4748), pois a titulação de Adriano lhe atribui uma datação de 134-135, posterior a todos os restantes, situados, talvez com uma excepção (*CIL* II 4737 = *CIL* II 4739), no período 133-134, o que sugere ter a frente de trabalho avançado em direcção a *Bracara Augusta*. O levantamento sistemático dos materiais provenientes de sítios arqueológicos ao longo da via poderá contribuir decisivamente para precisar a cronologia e a história da mesma.

Do total de 21 miliários da via *Bracara-Cale* apenas seis pertencem a Adriano, ou seja 28,5%, a maioria dos quais se perdeu desde que foram registados. Ainda assim, trata-se de um núcleo relativamente importante, disperso ao longo do traçado da via (Fig.2). Um aspecto interessante que o estudo do conjunto de miliários que chegaram ao nosso conhecimento permite reconhecer é o que se relaciona com a manutenção de *Bracara* como ponto único de contagem das distâncias (*caput viae*) até ao ponto terminal, inclusive nos miliários do Baixo-Império, o mais recente dos quais contendo indicação miliária é o de Constante, datado de 337-338 (*CIL* II 4742 = *CIL* II 6209), achado na demolição da velha ponte da Ribeira de Sedões, na Trofa Velha<sup>21</sup>, miliário que indica a milha XXI. Verifica-se, desta forma, que a estrada manteve a sua condição de via homogénea, circunstância que não acontece noutras situações em que inicialmente a contagem de fazia ao longo de todo o traçado tendo sempre como referência o ponto inicial, como sucedeu, por exemplo, na via que unia *Emerita Augusta* à Serra da Estrela, seguindo para o Douro, construída no principado de Augusto, a qual teve os miliários posteriores com um sistema de contagem de distâncias parcelar<sup>22</sup>, baseado em entidades políticas entretanto criadas.

Este facto obriga a retomar a questão da organização administrativa do território dos *Bracari*, sobretudo na região a sul da sua capital. Nenhum dos roteiros viários antigos refere entre *Cale* e *Bracara*,

<sup>17</sup> Bidwell, Holbrook 1989: 1-49, 138-140.

<sup>18</sup> Almeida 1980: 160-161. Não é impossível que, a norte do Ave, a via tivesse inicialmente um traçado próximo do que foi depois seguido pela estrada para Braga, tal como ela existia no século XVI: Ferreira de Almeida 1968: 187; Matos 1980: 44-46, 188-190.

<sup>19</sup> Matos 1937: 670-673; Le Roux 1982: 119. Preferimos uma datação alta para este monumento.

<sup>20</sup> Mantas 1996 I: 324-342.

<sup>21</sup> Mantas 1996 I: 367-371

<sup>22</sup> Mantas 2012: 250-252; Curado 2013: 59-74.

qualquer outra estação, circunstância que, mesmo considerando as incongruências de que enfermam, parece significativa. Se existisse, entre os centros urbanos unidos pela estrada, outra *civitas*, dificilmente deixaria de se encontrar registada no *Itinerário* ou na *Cosmografia*. É certo que o estatuto urbano de *Cale* continua a ser uma incógnita, mas já não é possível considerar a povoação que se desenvolvia à volta do morro de Pena Ventosa como uma obscura aglomeração secundária. A reforma da via *Bracara-Cale* sob Adriano, que devemos situar no cenário de desenvolvimento verificado na região meridional do *Conventus Bracaraugustanus* nos inícios do século II, desenvolvimento que se reflecte claramente na melhoria das vias de comunicação<sup>23</sup>, leva-nos a recordar a epígrafe portuense consagrada aos *Lares Marini* por um tal *Q. Ulpus Flaus* (*AE*,1973,311), cujo gentílico nos situa perfeitamente na época em questão.

Não esqueçamos que a inexistência de um estatuto urbano privilegiado não significa, sobretudo quando se trata de povoações envolvidas em actividades económicas importantes, que estas fossem de modestas proporções e parca monumentalidade. O porto de *Cale* desempenhou um triplo papel a nível das comunicações da Calécia e da Lusitânia, como centro viário estratégico, porto fluvial e porto marítimo, o que lhe conferia um lugar especial entre as povoações dos *Callaeci*, de que seria na época romana a mais importante. Outra povoação, provável capital dos *Madequisenses*, o castro de Alvarelos, parece ter perdido capacidade de afirmação política, passando-lhe a estrada, depois da rectificação que propomos, alguns quilómetros a oriente, na zona do Muro, onde cremos dever situar-se uma estação viária. A alteração do traçado, considerando a distância indicada no miliário achado no Muro (*CIL* II 4743), rondará pelos seis quilómetros, razão que nos leva a admitir outras causas para a mesma e não apenas a limitação do percurso a percorrer. O facto de se tratar de uma estrada cujo traçado aparentemente englobava mais de metade da que já existia, umas 23 milhas, pode ter influenciado a falta de menção ao tipo de trabalhos desenvolvidos, o que, convenhamos, não é usual mesmo em renovações.

Do estudo do povoamento regional e da dispersão dos miliários existentes parece poder deduzir-se a presença de um limite territorial cerca do Rio Ave, possivelmente o limite entre *Callaeci* e *Bracari*. Embora não se tenha identificado nenhum ninho de miliários, como os que se conhecem na *Via Nova* ou na via *Emerita-Asturica*, devemos referir os quatro miliários achados na velha ponte da Ribeira de Sedões, tardios, pois se repartem por Tácito, Licínio, Constante e Magnêncio, miliários que se encontrariam todos no mesmo local<sup>24</sup>, provavelmente no ponto onde a estrada tocava o limite sul do território de *Bracara*. Seja como for, e a epigrafia não tem dado grande ajuda nesta questão, parece evidente que as duas grandes entidades políticas existentes na região foram a dos Brácaros e a dos Calaicos, alheando-se o testemunho dos miliários de qualquer outra referência, mesmo ocasional.

Quais são, então, os seis miliários de Adriano que se conhecem da via *Bracara-Cale* e onde se acharam? Em Braga um, com indicação da distância total da via (*CIL* II 4748); em S. Cosme do Vale ou Vale de S. Cosmado, outro (*CIL* II 4867); dois na área de Vila Nova de Famalicão (*CIL* II 4737 = *CIL* II 4739; *CIL* II 4738); um na Quinta o Paiço (*CIL* II 4736); um em S. Mamede de Infesta (*CIL* II 4735). Infelizmente, como veremos, deles apenas sobreviveram os marcos recolhidos em Braga (*CIL* II 4748) e na Quinta do Paiço (*CIL* II 4736). Procederemos à descrição dos monumentos de seguida, não pela ordem em que normalmente são apresentados, a partir do Porto, de acordo com a enumeração das estações da estrada *Olisipo-Bracara* (IA 420,8 -4 22,1), mas sim segundo a ordem da balizagem da via, a partir de *Bracara*, tal como ocorre numa obra recentemente publicada por investigadores do país vizinho<sup>25</sup>, metodologia que nos parece mais adequada ao estudo de uma estrada que foi lançada para unir *Bracara* a *Cale*, acabando por ser integrada num itinerário compósito (IA 421,8-422,1). Dispensamo-nos de citar uma bibliografia exaustiva dos monumentos, facilmente consultável a partir das obras que indicamos.

<sup>23</sup> Tranoy 1982:206-220;

<sup>24</sup> Capela 1895: 221-222, 226-227, 251; Mantas 1996 I: 359-375.

<sup>25</sup> Colmenero, Sierra, Asorey: 614.

## 1 – BRAGA: *CIL* II 4748; MANTAS 1996 43; COLMENERO 2004 536

IMP(eratori). CAESARI / TRAIANO. [H]ADRIANO / AVG(usto) / PONTIF(ici). MAX(imo) / TRIB(unicia). POTEST(ate). XIX / CO(n)S(uli). III. P(atri). P(atriciae) / A BRACARA. AVG(usta) / [A]D [C]ALEM. M(illia). P(assuum). XXXV

Este miliário encontrava-se na primeira metade do século XVII na cerca do Colégio de S. Paulo e dele nos deu notícia o arcebispo D. Rodrigo da Cunha<sup>26</sup>, prelado que reuniu nos jardins do paço arquiepiscopal várias inscrições romanas. Era um monumento com as mesmas características do que foi recolhido no Campo de Santana, para depois passar às Carvalheira e daí ao Museu D. Diogo de Sousa (*CIL* II 4752). Podemos presumir tratar-se de uma coluna viária de boa qualidade, ignorando-se o que lhe terá sucedido. A paginação repete a que se encontra nos restantes miliários de Adriano pertencentes a esta série (Fig.3), executada com particular cuidado, pelo que podemos supor o recurso a pontos circulares e *hederae*.

A epígrafe apresenta dois problemas, quanto a nós falsos problemas. Na l.5 encontramos a referência ao décimo nono poder tribunício, que Hübner sugeriu estar por XIX, de acordo com o que se verifica noutros miliários de Adriano, mas nunca na série da via *Bracara-Cale*, razão que nos leva a manter a lição de D. Rodrigo da Cunha. Como dissemos, os miliários terão sido colocados a partir de *Cale* pelo que este seria o último, levando a indicar o XIX poder tribunício, que correspondeu quase por completo ao ano de 135. O segundo problema, levantado por Hübner, refere-se à indicação do término da via, que segundo o epigrafista germânico poderia resultar de uma interpolação. Não só não vemos nenhum interesse por parte de D. Rodrigo da Cunha em inventar tal indicação, facilmente compreensível por se tratar de uma estrada com balizagem sistemática a partir de Braga. O melhor argumento a favor da autenticidade da referência consiste noutro miliário de Adriano (Fig.4), também achado na cidade e que se refere à estrada para *Asturica Augusta*<sup>27</sup>, miliário felizmente conservado e oportunamente integrado na colecção do Museu D. Diogo de Sousa (*CIL* II 4747; *EE* VIII 456). Transcrevemos a epígrafe tal como existe: [...] / [...]RINO / AVG / [...] MAX / TRIB. POTEST. [X]IIX / COS. III. P. P. / A BRACARAVG / ASTVR[...] E / M.P.C[...]. Assim, julgamos não haver razões para suspeitar do texto que nos foi transmitido para o miliário da via *Bracara-Cale*.

Esta coluna viária marcava a saída da estrada para *Cale*, muito provavelmente na extremidade da antiga Rua da Cruz da Pedra<sup>28</sup>, não muito distante da actual Rua do Caires. Funcionava como um autêntico indicador viário, ainda que sem pormenorizar as estações secundárias da estrada. Ambos os limites indicados nos miliários de Braga correspondem a locais importantes do ponto de vista administrativo: a fronteira da Tarraconense, no caso de *Cale* (*CIL* II 4748), e uma capital conventual, *Asturica Augusta*, no caso do miliário da *Via Nova* (*CIL* II 4747). Esta circunstância comprova a importância de Braga como centro viário e destaca o cuidado posto pela administração, na época de Adriano, na manutenção e aperfeiçoamento da rede viária hispânica, evidente na via *Bracara-Cale*.

## 2 – S. COSME DO VALE: *CIL* II 4867; MANTAS I 40; COLMENERO 539

Miliário desaparecido que, nos inícios do século XVI, segundo o Doutor João de Barros, se encontrava no Vale de S. Cosmado, freguesia dos Santos Cosme e Damião, concelho de Vila Nova de Famalicão. Não temos uma descrição formal desta coluna viária, que se encontrava *metida na terra*, mas o que foi transcrito da epígrafe permite incluí-la entre os miliários de Adriano da via *Bracara-Cale*. É

<sup>26</sup> Cunha 1634: 19.

<sup>27</sup> Este miliário foi durante muito tempo atribuído ao imperador Carino, apesar de uma precoce correcção: Capela 1895: 204.

<sup>28</sup> Mantas 1996 I: 850; 1996 II: 310-311.

possível que o local conhecido pelo microtopónimo Pedra, nome de um lugar junto ao Rio Pelhe, esteja relacionado com este miliário.

IMP(eratori). CAESARI / TRAIANO. HADRIANO / AVG(usto) / PONTIF(ici). MAX(imo) / [...]

A referência de João de Barros à localização deste miliário não permite dúvidas quanto a tratar-se do vale do Rio Pelhe. A sua atribuição à área de Barcelos ficou a dever-se ao facto de Vila Nova de Famalicão pertencer, no século XVI, à comarca de Barcelos: *Nesta terra de Barcelos há uns valles muy frescos assim como Vermoin e São Cosmado e outros. E neste valle, mais adiante, está outra columna...IMP. CAESARI... HADRIANO AVG... POTIF. MAX*<sup>29</sup>. Este miliário tem sido, por vezes, atribuído à via *Bracara-Asturica*, por Lugo, erro corrigido já há alguns anos por Brochado de Almeida<sup>30</sup>. O vale do Rio Pelhe condicionou claramente, na zona de S. Cosme, a directriz da estrada entre Santiago de Antas e Santa Marinha da Portela.

Não é possível averiguar nada quanto ao destino ou provável paradeiro deste monumento, que de balde tentámos localizar anos atrás. O seu estado de conservação não seria o melhor, ainda que a legenda incompleta se possa dever ao facto do miliário se encontrar semienterrado, impedindo uma leitura completa do texto. Nenhuma das transcrições anteriores a Hübner coincide na translineação, pelo que resolvemos reconstituí-la a partir da paginação dos miliários de Adriano da estrada *Bracara-Cale*. A presença na l.4 da abreviatura PONTIF parece-nos suficiente para o distinguirmos do miliário CIL II 4737, de Vila Nova de Famalicão, em cuja epígrafe o mesmo cargo foi grafado como PONT. Trata-se, seguramente, de um miliário da série do décimo oitavo poder tribunício de Adriano, de 133-134. Atendendo à topografia da estrada é provável que este padrão viário do Vale de S. Cosmado corresponda à milha IX, contada naturalmente a partir de Braga, representando o testemunho da balizagem sistemática da via por Adriano registado mais perto da cidade, exceptuando o miliário inicial (CIL II 4748), em *Bracara Augusta*.

### **3 – VILA NOVA DE FAMILICÃO: CAPELA 21; CIL II 4738 = CIL II 4752; MANTAS 1996 39; COLMENERO 2004 5 = 540**

Miliário de granito de grão fino, cilíndrico (245x65cm), com toda a probabilidade transportado para Braga no século XVI, para o Campo de Santana, passando depois às Carvalheiras, de onde acabou por seguir para o Museu D. Diogo de Sousa (Fig.5). É um dos dois únicos miliários da via que se conservaram. Julgamos tratar-se do miliário que Mariangelo Accursio registou em Vila Nova de Famalicão (CIL II 4738), levando à sua duplicação<sup>31</sup>. O marco encontra-se em bom estado, embora ostente uma fractura sob o campo epigráfico, do lado direito do mesmo. O letreiro foi renovado, como tantos outros recolhidos em Braga, pelo que é necessário contar com possíveis alterações no texto original.

IMP(eratori) CAESARI / TRAIANO HADRIA[NO] / AVG(usto) / PONTIF(ici) (hédera) MAX(imo) TRIB(unicia) (hédera) POTES(tate). XVIII / CO(n)S(uli) (hédera) III P(atri). P(atriciae) / A BRACARA AVG(usta) / M(illia). P(assuum). XII<I>

O miliário que Accursio situou na cidade de Braga, de forma algo imprecisa, não deve ser outro senão o que o mesmo humanista diz encontrar-se em Vila Nova de Famalicão<sup>32</sup>, na única referência directa ao mesmo. Embora divergindo da interpretação tradicional, já cautelosamente suspeitada por Alain Tranoy em 1983<sup>33</sup>, cremos que se trata realmente de uma duplicação. O miliário mostra o mesmo

<sup>29</sup> Barros 1919: 51.

<sup>30</sup> Almeida 1979: 105-106.

<sup>31</sup> Accursio 1525: 26, 1.

<sup>32</sup> Accursio 1525: 28, 2.

<sup>33</sup> Tranoy 1982: 207.

tipo de paginação e de texto dos miliários de Adriano da estrada Bracara-Cale, na qual encontraremos apenas uma excepção no monumento que analisaremos depois deste (CIL II 4737 = CIL II 4739). A inscrição foi renovada, pelo menos parcialmente, como sugere a falta das letras NO no antropónimo HADRIANO, na l.2. A pontuação, com noutros miliários desta série, conta com pontos circulares e *hederae*, em parte desaparecidas. Todas as letras numerais são encimadas por uma barra, como se verifica também no miliário da Quinta do Paiço (CIL II 4736).

Na l.5 encontramos uma divergência em relação aos restantes miliários deste conjunto, com excepção do que foi referido por Accursio em Famalicão (CIL II 4738), no qual corre igualmente a abreviatura POTES, tal como o miliário recolhido em Braga. Atendendo a este pormenor, que não podemos atribuir à renovação da inscrição, e ao facto da única referência ao miliário de Vila Nova da Famalicão ser a de Accursio, pois nem João de Barros, que alude pouco depois a dois miliários de Adriano da mesma zona (CIL II 4737; CIL II 4867), o refere. Assim, é muito provável que ao ser renovada na inscrição a indicação da distância, esta tenha sido modificada de XII para XIII milhas, tal como na l.7 terá sido regravada a abreviatura AVG(*usta*). Transcrevemos o texto transmitido por Accursio do miliário de Vila Nova de Famalicão: IMP (hédere) CAESARI / TRAIANO (hédere) HADRIANO / AVG / PONTIF (hédere) MAX / TRIB. POTES. XVIII / COS (hédere) III P.P. / A BRACARA / M.P. XII (CIL II 4738).

É difícil decidir definitivamente sobre a identificação que propomos, que nos parece viável, tanto mais que assim ficamos na zona de Vila Nova de Famalicão com os miliários de Adriano das milhas XII e XIII, seguindo-se-lhe os os marcos de Caracala das milhas XIII e XVI. Capela estranhou que um marco tão afastado de Braga tivesse sido deslocado para a cidade, argumento que não utiliza a propósito do miliário considerado da milha VIII, que julgamos corresponder à milha XIII, localizado em Vila Nova de Famalicão (CIL II 4737). Não é impossível, embora os miliários recolhidos em Braga apresentem distâncias mais reduzidas, que o miliário da milha XII tivesse sido deslocado para Braga devido ao seu estado de conservação e a encontrar-se num lugar público de onde a sua remoção não levantaria problemas, a mais tratando-se de iniciativa de um prelado bracarense. Accursio refere apenas que o monumento se encontrava em Vila Nova de Famalicão, *aldea ducis Braganzae*.

No caso de aceitarmos o ponto de vista de Martins Capela teríamos que considerar que a indicação de distância está gravemente alterada, devendo ser reduzida para III ou IIII milhas, o que não nos parece razoável de acordo com os dados disponíveis, tanto mais que o marco de Braga indica o XIX poder tribunício de Adriano (CIL II 4748), enquanto este indica o XVIII, integrando-o melhor no conjunto conhecido fora da cidade. Na verdade, embora nenhuma das circunstâncias favoráveis à hipótese da duplicação seja indiscutível e absolutamente conclusiva, no conjunto sugerem francamente a duplicação e a alteração da distância miliária por altura da regravagem do texto, concluindo-se que o miliário de Braga não é outro senão o de Vila Nova de Famalicão.

#### **4 – VILA NOVA DE FAMILIÇÃO: CIL II 4737 = CIL II 4739; MANTAS 1996 38; COLMENERO 2004 541**

No século XVI, João de Barros escreveu que este miliário se encontrava *na aldea chamada Villanova de Famelição, em huma casa do duque de Barcellos*<sup>34</sup>, casa situada em local indeterminado da actual sede concelhia. De acordo com a transcrição, o miliário encontrava-se em bom estado. Julgamos, como Martins Sarmiento, que este monumento (CIL II 4737) é o mesmo que Serra Craesbeck viu, em 1724, já praticamente destruído, na adegas de uma casa de Vila Nova de Famalicão (CIL II 4739).

IMP(eratori). CAESARI. TRAIANO. HA/DRIANO. AVG(usto). PONT(ifici). MAX(imo) / TRIB(unicia). POT(estate). CO(n)S(uli). III. IMP(eratori). V. A / BRACA[R]A AVG(usta) M(illia). P(assuum). XIII

---

<sup>34</sup> Barros 1549: c.14; 1919: 51.



Os miliários de Vila Nova de Famalicão revestem-se de particular importância<sup>35</sup>, apesar de terem sido deslocados, como todos os restantes, do seu local de implantação original, com toda a probabilidade em Santiago de Antas. As notícias mais antigas, como já vimos, remontam ao século XVI, só voltando a surgir novos dados no século XVIII, quando Craesbeck informou Argote da existência de um de miliário truncado em Vila Nova de Famalicão (*CIL* II 4739). O desaparecimento dos monumentos e a escassez de dados têm ocasionado, como é habitual, numerosas confusões em torno destes padrões viários de Adriano.

Em relação ao miliário que se encontrava na casa do duque de Barcelos e que foi referenciado pela primeira vez por João de Barros, cremos poder considerá-lo uma variante dos restantes miliários da mesma série da via *Bracara-Cale*. Basta atender à ausência do ordinal indicativo do exercício do poder tribunício e das siglas P.P. recordando o epíteto honorífico de Pai da Pátria, presentes em todos os outros monumentos da série, para confirmar que não se trata de um simples problema de transcrição. A diferente paginação da epígrafe também constitui prova, cremos, de que se trata de um monumento executado à margem dos restantes padrões viários de Adriano, nos quais se alterna, com finalidade estética, a extensão das linhas (Fig.6).

A indicação IMP. V tem que ser um lapso do lapidário, como se verifica noutras inscrições de Adriano na Hispânia<sup>36</sup>, ou de Barros, ao copiar o letreiro, tomando II por V. A ler-se IMP II devemos situá-lo em 135, nunca em 134, como pretendia Hübner. Mais complicado é o problema da distância indicada, VIII milhas. Uma análise do traçado da via, mesmo sumária, permite verificar a proximidade dos miliários das milhas XII e XIII, o que autoriza a correcção da leitura de Barros de VIII para XIII, lapso dos mais vulgares na cópia de textos antigos, e afasta a hipótese de uma grande deslocação do miliário do seu local original.

Quanto à identificação entre este marco e o que Craesbeck disse encontrar-se em 1724 na adega das casas de Domingos Tomé da Fonseca (*CIL* II 4739), proposta por Martins Sarmiento, estamos de acordo com ela, tanto mais que a paginação, segundo a transcrição de Craesbek, parece diferente da que caracteriza os restantes miliários de Adriano da via *Bracara-Cale*, com excepção deste referido por João de Barros em Vila Nova de Famalicão. Embora pouco haja a comentar na transcrição de Craesbeck, não duvidamos que a I.2, equivalente à I.3 da série de 133-134, era uma linha extensa, que só tem paralelo no miliário registado por João de Barros em Vila Nova de Famalicão. Como os outros marcos de Adriano não mostram, na I.3, mais que a abreviatura AVG, não podem corresponder à lição de Serra Craesbeck. Desta forma julgamos provada a identidade comum destes dois miliários de Vila Nova de Famalicão, na realidade um só, bem conservado no século XVI, quase destruído em 1724 e perdido definitivamente (?) em 1734, quando foi lançado nos alicerces de um muro, considerado como outros simples material de construção<sup>37</sup>.

Subsiste a questão de saber qual a causa que determinou o levantamento de um miliário com um texto diferente do usual, tanto mais que a datação não difere particularmente dos restantes marcos de Adriano desta via, a menos que neste tenha havido confusão entre T.P. V e IMP. V, o que permitiria recuar o monumento para 120, concordando com a ausência do título *Pater Patriae*, que não é anterior a 128<sup>38</sup>. Se assim fosse, poderíamos considerá-lo representante de uma balizagem anterior, contemporânea de outros miliários hispânicos do imperador. Todavia, não cremos que assim seja, considerando antes tratar-se de um miliário levantado já depois de terminada a balizagem completa da via e destinado a divulgar a segunda aclamação imperial de Adriano, que remonta a 135, num local de intensa circulação, considerando o cruzamento com estradas secundárias e a muito provável existência de uma estação viária na zona, ainda que o possível lapso entre V e II não nos satisfaça por completo.

<sup>35</sup> Vieira 1981: 15; Santos 1981: 55-56; Mantas 1996 I: 395-403.

<sup>36</sup> Cagnat 1914: 196.

<sup>37</sup> Argote 1732: 598.

<sup>38</sup> Rohden 1958: 500.

## 5 – QUINTA DO PAIÇO: *CIL* II 4736; CAPELA 28; MANTAS 1996 25; COLMENERO 2004 554

Miliário cilíndrico, em granito de grão fino (113x62), incompleto, conservado no jardim da Quinta do Paiço (Fig.7), na antiga freguesia de Alvarelhos, agora união de freguesias de Alvarelhos e Guidões, concelho de Santo Tirso. Não é possível localizar com precisão o local de achado do miliário, com toda a probabilidade transportado de um ponto não muito distante da quinta onde foi recolhido em data também ignorada, anterior a 1858. O estado do monumento é regular, com acentuado desgaste, tendo perdido a parte inferior com prejuízo para a epígrafe, a que falta a última linha respeitante à indicação da distância. No topo mostra uma cavidade circular, ligada a um pequeno entalho perpendicular, reflectindo alguma reutilização desconhecida.

IMP(eratorī) (hédéra) CAESARI / TRAIANO (hédéra) HADRIANO / AVG(usto) / PONTIF(ici) (hédéra) MAX(imo) / TRIB(unicia) (hédéra) POTEST(ate) XVIII / CO(n)S(uli) III P(atrī) P(atriciae) / A BRACARA AVG(usta) / [...]

A proveniência do miliário já no século XIX era desconhecida, não sendo possível mais do que atribuí-lo à freguesia de Santa Maria de Alvarelhos<sup>39</sup>. Perdida a indicação da distância torna-se difícil calcular o local exacto onde foi levantado, seguramente não muito longe da quinta, no troço da via entre Muro e S. Pedro de Avioso, zona onde os achados romanos são muito numerosos e que dista pouco do importante castro romanizado de Alvarelhos e do lugar de Palmazão, registado num documento do século X como *Villa Palmatianus*<sup>40</sup>.

O miliário da Quinta do Paiço, um dos dois que se conservaram de uma série de pelo menos 36, teria originalmente mais de dois metros de altura e, mesmo truncado, conserva ainda um aspecto imponente. A paginação é excelente, com um eixo de simetria bem definido, alternando harmoniosamente a extensão das linhas, respeitando com rigor a regra da integridade das palavras. O recurso a linhas auxiliares para traçar os caracteres, próprios da escrita capital quadrada do século II, reconhece-se na regularidade da epígrafe. A pontuação, bem marcada, é sóbria, combinando as *hederae* com pontos, muito difíceis de identificar. As letras numerais são todas encimadas por uma barra, que é agora o único vestígio da I.8. A inscrição não levanta problemas de leitura e felizmente não foi regravada. O ordinal referindo o exercício do poder tribunício não se vê com facilidade, mas consideramos, a exemplo dos restantes miliários da série, que seja XVIII. Teremos, assim, mais um marco levantado entre 10 de Dezembro de 133 e 9 de Dezembro de 134.

A epígrafe mostra uma grande sobriedade, clássica, presente na totalidade das inscrições miliárias de Adriano pertencentes às estradas que irradiavam de *Bracara Augusta*. Na I.8, a barra que encimava o numeral da distância tem uma extensão que sugere, considerando inclusive a topografia da via, tratar-se do marco da milha XXIII ou XXIII. Na verdade, os traços remanescentes não permitem qualquer leitura, mas o facto de se ter achado no Muro um fragmento de miliário de Maximiano com a indicação da milha XXIII autoriza a considerar este da Quinta do Paiço como transmitindo o mesmo valor, uma vez que estamos, senão perante a primeira balizagem da via, pelo menos perante uma balizagem sistemática e anterior à do miliário do Muro (*CIL* II 4743). Em alternativa, poderia indicar a milha XXIII, a situar para além do Muro, em direcção a S. Pedro de Avioso.

## 6 – S. MAMEDE DE INFESTA: SOROMENHO 20; *CIL* II 4735; MANTAS 1996 22; COLMENERO 2004 557

Este miliário representa um bom exemplo das vicissitudes sofridas pelas colunas viárias da via *Bracara-Cale*. Reutilizado inicialmente como pedestal de um cruzeiro junto à Quinta do Dourado ou Quinta de Santo António, na Igreja Velha, freguesia de S. Mamede de Infesta, concelho da Maia, de

<sup>39</sup> Barboza 1852: 79; Capela 1895: 132-133.

<sup>40</sup> Silva 1986: 277-278; Moreira 1992: 34-47; PMH 1867: 98-99.

onde foi transportado, cerca de 1894, para o cemitério paroquial onde, depois de algum tempo, foi desbastado para servir de novo como base de uma cruz, no centro do referido cemitério, exactamente no dia em que Martins Capela o foi procurar<sup>41</sup>. Nada sobreviveu de aproveitável a esta “requalificação” *avant la lettre*, salvando-se o conhecimento do texto por ter sido já copiado por vários antiquários, entre os quais Augusto Soromenho<sup>42</sup>, e como tal foi transcrito por Emil Hübner. Não podemos adiantar nada sobre o aspecto do marco, a não ser confirmar tratar-se de um monumento em granito de grão fino, decerto semelhante aos restantes miliários de Adriano levantados na via *Bracara-Cale*. Numa região tão rica em pedra é francamente lamentável esta estulta reutilização.

IMP(eratori). CAESARI / TRAIANO. ADRIANO / AVG(usto) / PONTIF(ici). MAX(imo) / TRIB(unicia). POTEST(ate). III / CO(n)S(uli). III. P(atri). P(atriciae). / [...] / [...]

A identificação do miliário que se encontrava junto à Quinta do Dourado com o que foi transportado e reutilizado da forma mais desastrosa no cemitério de S. Mamede de Infesta, onde permanece (Fig.8), não permite dúvidas e, para lá dos testemunhos escritos dos reverendos Farinhote e Castro da Cruz, transmitidos por Capela, é confirmada pelo facto de Pedro Ribeiro e Castro da Cruz aludirem apenas às três primeiras linhas, o último na carta que escreveu a Capela em 1894: *Na circunferência da pedra estavam gravadas certas letras, que já mal se liam, e que diziam Hadriano, Caesari, Augusto*<sup>43</sup>. Fica assim perfeitamente assegurada a existência de um único miliário em S. Mamede de Infesta.

Tendo em conta a localização do miliário em relação à área de Pena Ventosa, no Porto, onde se deve situar o núcleo principal de *Cale*, e a topografia possível da via, o marco de S. Mamede de Infesta corresponde muito provavelmente à milha XXXII, a partir de *Bracara*. Este é o único miliário de Adriano do troço da via a sul de Muro de que ficou registo, pertencendo, como a maioria dos restantes, à série do XVIII exercício do poder tribunicio, em 133-134. O papel de Adriano, aqui como noutros itinerários peninsulares, parece ter sido o de conservar as estradas em bom estado, introduzindo-lhes as alterações consideradas necessárias para o pleno exercício de funções progressivamente centradas em necessidades de tipo administrativo e económico. Os trabalhos efectuados, tardios no quadro cronológico da governação de Adriano, trabalhos que, no troço entre *Olisipo* e *Scallabis* da estrada que conduzia a *Emerita Augusta*<sup>44</sup>, estão bem testemunhados por uma epígrafe datada de 135 (*CIL* II 4633), permitem manter a identidade da via *Bracara-Cale* no itinerário *Olisipo-Bracara*, como obra distinta, destinada fundamentalmente a facilitar as comunicações de *Bracara*, capital conventual, com a fronteira da Lusitânia e, a partir de *Cale*, provável sede de *civitas*, com outra capital conventual e importante centro viário, *Scallabis* (Santarém).

\*\*\*

A via *Bracara-Cale* conta com numerosos vestígios, conservados ou simplesmente registados, permitindo uma reconstituição muito aproximada ou quase certa, pelo menos em determinados troços, do seu percurso. Se o estudo sistemático da estrada tivesse sido efectuado mais cedo, por volta dos anos cinquenta do século passado, decerto que se teriam descoberto outros vestígios e alguns dos problemas que subsistem poderiam, eventualmente, ter sido resolvidos. Ficou-nos, todavia, um importante manancial de informações e de dados diversos, graças sobretudo à dedicação dos muitos investigadores ou simples amadores das coisas antigas, que foram registando o que aparecia e aquilo que muito raramente tinham a possibilidade de estudar no terreno<sup>45</sup>. A rápida modificação da paisagem, do povoamento e das vias de comunicação na zona que nos interessa obliteraram muito do que poderia ter sido identificado e estudado.

---

<sup>41</sup> Capela 1895: 58

<sup>42</sup> Soromenho 1858: 20.

<sup>43</sup> Capela 1895: 58.

<sup>44</sup> Mantas 2012:174-179.

<sup>45</sup> Alarcão 1988: 1-38.

Uma das questões que periodicamente se renova é a do valor métrico da milha romana, a qual também tem sido evocada em relação à via *Bracara-Cale*<sup>46</sup>. Os itinerários e os padrões viários pressupõem, naturalmente, a existência de um módulo único e permanente para a medida dos percursos e respectiva balizagem das estradas. Esse módulo era a milha romana, equivalente a oito estádios alexandrinos, que correspondem em termos de sistema métrico a 1481,50 metros. Podemos desde já recordar duas exceções, que são, realmente, exceções: a medição dos trajectos marítimos em estádios e a utilização na Gália e na Germânia, a partir dos finais do século II, de medidas em léguas de 2222 metros, ou seja, milha e meia romana<sup>47</sup>.

Na Península Ibérica, desenvolveu-se, desde 1912, uma longa discussão entre os especialistas acerca da existência ou não existência de medidas regionais, a qual continua, e a que a recentíssima confirmação da autenticidade do famoso *Itinerário de Barro de Astorga* veio dar novo impulso<sup>48</sup>. Em relação às estradas do Noroeste hispânico devemos recordar, entre os defensores da tese favorável a existência de vários tipos de milha, Rodríguez Colmenero e Brochado de Almeida<sup>49</sup>, enquanto outros, como Roldán Hervás, Alain Tranoy e Pierre Sillières<sup>50</sup>, se declaram abertamente contrários. Pese o respeito que nos merece o trabalho dos colegas defensores da possibilidade do recurso a milhas de longitude diferente, entre os quais alguns há que nos honram com a sua amizade, parece-nos destinado a prevalecer o reconhecimento geral da utilização na Península Ibérica da milha romana normal, o que não exclui, naturalmente pequenas diferenças por excesso ou por defeito. Devemos recordar que o problema resulta em larga medida da falta de miliários *in situ*, pois quase sempre foram deslocados do seu local de implantação original, sugerindo prudência nas conclusões sempre que falem outros testemunhos da estrada.

Do nosso estudo sobre o itinerário *Olisipo-Bracara*, vulgo via XVI, concluímos que o valor da milha utilizada em todo o percurso é o da milha normal, cruzando as informações miliárias e a localização das *mansiones* incluídas no *Itinerário de Antonino*<sup>51</sup>. Para a via *Bracara-Cale*, privilegiada com um número maior de miliários com indicação de distância, vantajosamente computada a partir de um ponto único, o resultado é bastante claro quanto à medida utilizada, comprovando a uniformidade da milha romana. Incluímos neste cálculo todos os miliários com indicação da distância registados entre *Bracara* e *Cale*, independentemente do imperador a que pertencem.

- I – Miliário de Braga (*CIL* II 4748)  
Indicação de distância: XXXV (a *Cale*). *Caput viae: Bracara*  
Distância real: 52000 metros. Valor da milha: 1485 metros
- II – Miliário de Cruz (?), Vila Nova de Famalicão (*CIL* II 4738=4752)  
Indicação de distância: XII. *Caput viae: Bracara*  
Distância real: 17750 metros. Valor da milha: 1479 metros
- III – Miliário de Portela de Baixo, Antas (*CIL* II 4740)  
Indicação de distância: XIII. *Caput viae: Bracara*  
Distância real: 20750 metros. Valor da milha: 1482 metros
- IV – Miliário da Ponte de Sedões (*CIL* II 4742 = 6209)  
Indicação de distância: XXI. *Caput viae: Bracara*  
Distância real: 31000 metros. Valor da milha: 1476 metros

<sup>46</sup> Colmenero, Sierra, Asorey 2004: 614.

<sup>47</sup> Grenier 1934: 104-105; Chevallier 1972: 39-40.

<sup>48</sup> Ochoa, Cerdán, Sendino 2012: 151-179.

<sup>49</sup> Colmenero 1976: 32-43; Almeida 1979: 71.

<sup>50</sup> Hervás 1975: 32-33; Tranoy 1982: 206; Sillières 1990: 58-63.

<sup>51</sup> Hervás 1975: 67-68; Mantas 2012: 183-184.

Os resultados que indicamos, obtidos através de múltiplas medições com o curvímetro sobre cartas de diversas escalas, representam a média dos valores obtidos para cada situação. Naturalmente há que ter em conta uma certa margem de erro, quer em relação às medições quer, nalguns casos, a prováveis desvios dos miliários dos seus locais de implantação. Mesmo assim, e apesar de incluirmos um reduzido número de testemunhos, cremos ter demonstrado que o módulo da milha utilizada na estrada *Bracara - Cale* é o normal, dado que as medições efectuadas oscilam entre 1485 e 1476 metros, o que situa a média, que é de 1480,50 metros, quase coincidente com a longitude habitual de 1480 ou 1481,5 metros por cada milha. Estes valores são comprovados, por outro lado, através de medidas efectuadas sobre o traçado da estrada, entre pontos onde se conservaram miliários vizinhos ou tendo em conta locais de muito provável implantação. A via *Bracara-Cale*, relativamente curta e com um trajecto reconstituível, contribui significativamente, devido à sua balizagem homogénea durante o governo de Adriano, para a análise do problema da chamada milha ibérica.

Há vários anos sugerimos que se organizasse um Museu da Estrada<sup>52</sup>, no qual se recolheriam não só os miliários sobreviventes da via *Bracara-Cale*, todos já fora de contexto, como outros testemunhos da utilização deste importante eixo viário ao longo da história, nomeadamente fotografias, gravuras e bibliografia diversa, assim como objectos representativos da vida que animou a estrada durante séculos. Não aconteceu assim, em tempo de facilidades e facilitismos culturais, parecendo-nos agora uma ideia difícil de concretizar, embora a não consideremos absurda. Resta-nos recordar o Padre Martins Capela, que parece ter sido o primeiro investigador a constatar, em parte devido aos miliários de Adriano, que a via *Bracara-Cale* constituía uma unidade bem definida<sup>53</sup>, sem que tal verificação tenha sido valorizada de forma devida nos estudos posteriores, sempre com tendência a apresentarem os grandes itinerários como homogéneos. Deste grande investigador e da sua obra disse, num tempo de Humanidades agora preteridas, Emil Hübner: *Operam nondum absolutam esse Capella vir modestissimus ipse satis intellexit; sed tamen exemplum statuit investigatione pertinaci illustre, quod speramus fore ut imitandum sibi sumant rerum antiquarum studiosi Lusitani et Hispani*<sup>54</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

*L'Année Épigraphique*, Paris (= AE).

*Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim (= CIL).

*Ephemeris Epigraphica*, Berlim (= EE).

*Portugaliae Monumenta Historica*, Lisboa (= PMH).

ARGOTE, J. Contador de (1734), *Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga*, II, Lisboa.

ALMEIDA, C. A. Brochado de (1979), A rede viária do conventos Bracaraugustanus. A via Bracara Asturicam quarta, *Minia*, 3, pp. 61-163.

ALMEIDA, C. A. Brochado de (1980), Via Veteris. Antiga via romana?, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, III, Guimarães, pp. 151-170.

ALMEIDA, C. A. Ferreira de (1968), *Vias medievais de Entre Douro e Minho*, Porto (dissertação de licenciatura policopiada).

ACCURSIO, Mariangelo (1525), *Manuscrito da Biblioteca Ambrosiana* (O 125 sup.), Milão.

ALARCÃO, J. de (1988), *Roman Portugal*, II (1), Warminster.

BIDWELL, P. T., HOLBROOK, N. (1989), *Hadrian's Wall Bridges*, Londres.

BARROS, João de (1549), Livro das Antiguidades e cousas notáveis de Entre Douro e Minho e de outras muitas de Hespanha e Portugal, *Manuscrito da Biblioteca Nacional* (A4, 27), Lisboa.

BARROS, João de (1919), *Geografia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Porto.

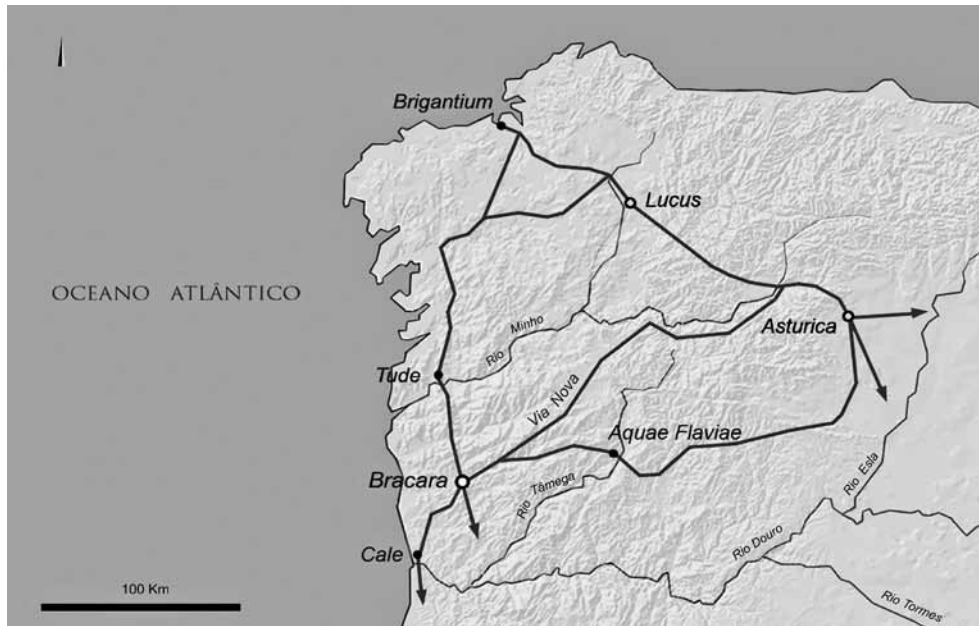
---

<sup>52</sup> A propósito do miliário de Caracala conservado na Quinta de Santa Catarina (EE VIII 206), cuja casa nos pareceu particularmente adequada para estabelecer o referido museu.

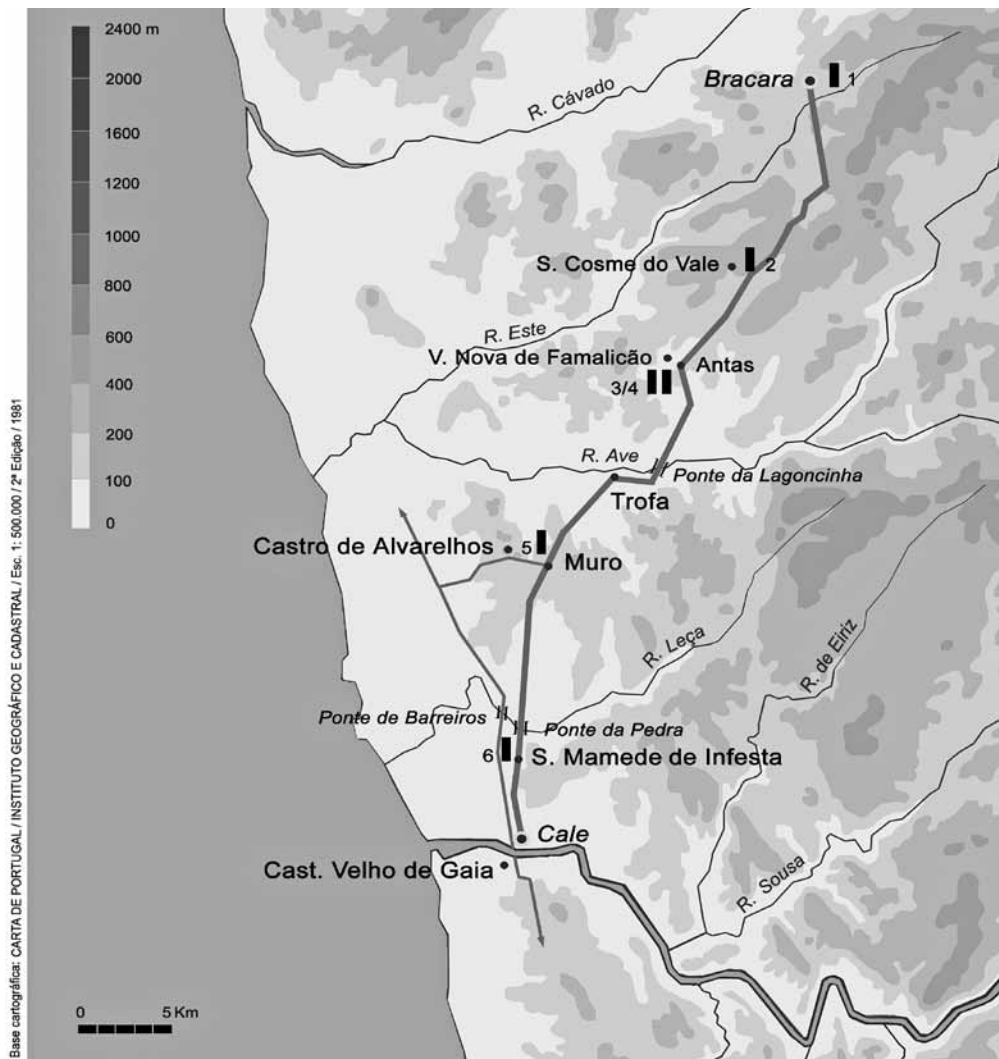
<sup>53</sup> Capela 1895: 53, 132-133.

<sup>54</sup> Hübner 1896: 453-454.

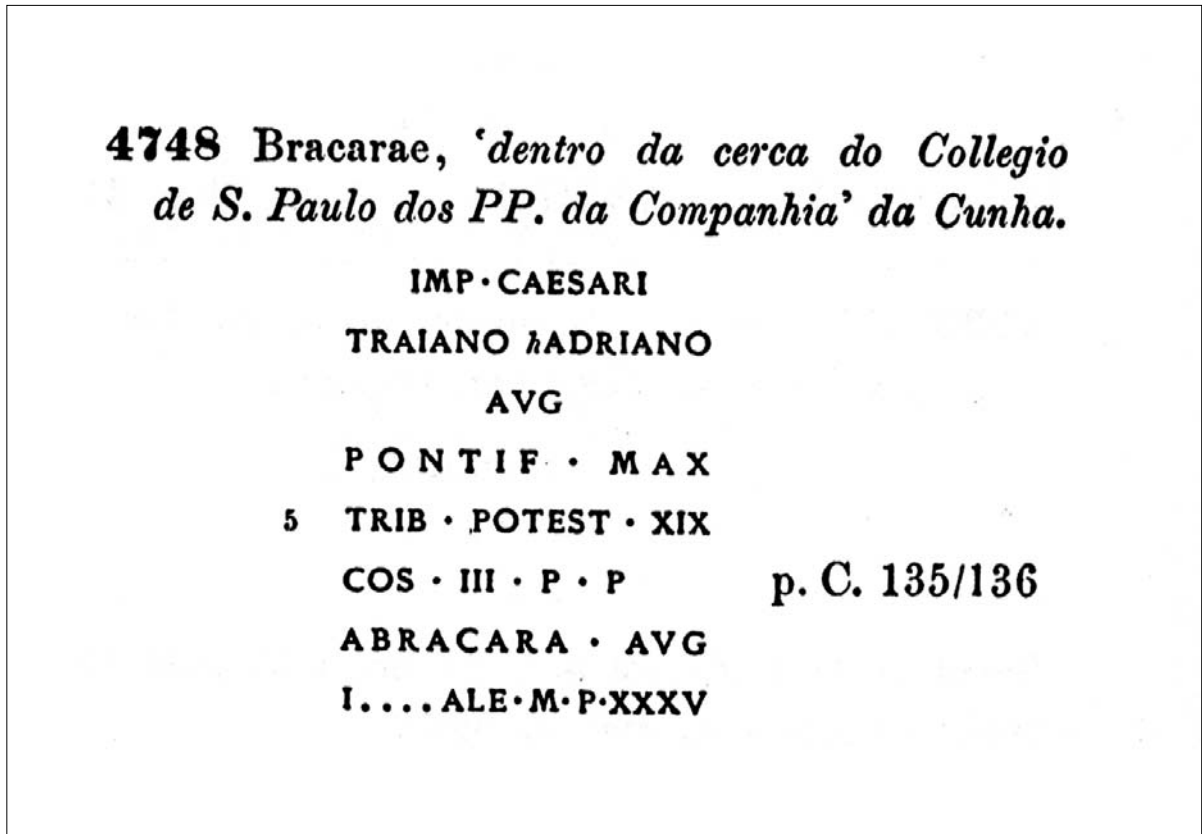
- BARBOZA, Velho de (1852), *Memória histórica da antiguidade do Mosteiro de Leça*, Porto.
- COLMENERO, A. Rodríguez (1976), *La red viaria del Sudeste de Galicia*, Valhadolid.
- COLMENERO, A. Rodríguez, SIERRA, S. Ferrer, ASOREY, R. Álvarez (2004), *Miliarios e outras inscrições viarias romanas do Noroeste Hispánico*, Santiago de Compostela.
- CAGNAT, R. (1914), *Cours d'épigraphie latine*, Paris.
- CURADO, F. Patrício (2013), Notas sobre dois marcos miliários prismáticos, de Augusto (23 a.C.) da região da Guarda, *Sabucale*, 5: p.59-74.
- CAPELA, M. Martins (1895), *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Porto.
- CUNHA, D. Rodrigo (1642), *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, I, Lisboa.
- CHEVALLIER, R. (1972), *Les voies romaines*, Paris.
- FUENTES, M. Durán (2005), *La construcción de puentes romanos en Hispania*, Santiago de Compostela.
- GRENIER, A. (1934), *Manuel d'archéologie romaine, II. Les routes*, Paris.
- HERCULANO, Alexandre (1867), *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, I, Lisboa.
- HERVÁS, J. M. Roldan (1975), *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*, Madrid.
- HUBNER, E. (1869, 1892), *Corpus Inscriptionum Latinarum II*, Berlim.
- HUBNER, E. (1896), *Ephemeris Epigraphica VIII. Additamenta Nova ao Corporis Volumen II*, Berlim.
- LE ROUX, P. (1982), *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*, Paris.
- MANTAS, Vasco (1996), *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, I-II, Coimbra (dissertação de doutoramento policopiada).
- MANTAS, Vasco (2000), A via romana Bracara Augusta-Cale. Traçado, funções e influência no povoamento regional, *Revista de Guimarães*, 110, pp.53-87.
- MANTAS, Vasco (2012), *As vias romanas da Lusitânia*, Mérida.
- MATOS, A. Teodoro de (1980), *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada.
- MATOS, Armando (1937), Estradas romanas no Concelho de Gaia, *Brotéria*, 24, pp.660-679.
- MOREIRA, A. Brito (1992), Elementos para uma carta arqueológica do Concelho de Santo Tirso. A estação arqueológica de Alvarelhos, *Santo Tirso Arqueológica*, 2, pp.34-47.
- MORAIS, Rui (2005), *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial. Contribuição para o estudo económico da cidade*, I-II, Braga.
- OCHOA, C. F., CERDÁN, A. M., SENDINO, F. G. (2012); El Itinerario de Barro. Cuestiones de autenticidad y lectura, *Zephyrus*, 70, pp.151-179.
- PEKARY, T. (1968), *Untersuchungen zu den römischen Reichsstrasse*, Bona.
- PHARR, C. (1952), *The Theodosian Code and the Sirmundian Constitution*, Princeton.
- ROHDEN, P. V. (1958), *Aelius*, Paulys Realencyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft, I (1), Estugarda, col.2334-2353.
- SILLIÈRES, P. (1990), *Les voies de communication de l'Hispanie méridionale*, Paris.
- SANTOS, J. Ribeiro dos (1981), Os marcos miliários do troço Cale-Bracara da via Olisipo-Bracara no espaço geográfico do Concelho de Vila Nova de Famalicão, *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 2, pp.49-58.
- SILVA, A. C. Ferreira da (1986), *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paço de Ferreira.
- SOROMENHO, Augusto (1858), *Inscrições romanas*, Braga.
- SUETÓNIO (1931), *Vie des douze Césars* (trad. H. Ailloud), Paris.
- TRANOY, A. (1982), *La Galice romaine*, Paris.
- TORRES, C. Puerta (1995): *Los miliarios de la Vía de la Plata*, Madrid.
- VIEIRA, J. Augusto (1981), Vila Nova de Famalicão, *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 2, pp.6-41.



**Fig. 1** – A cidade de *Bracara Augusta* como principal centro viário do Noroeste.



**Fig. 2** – Miliários do imperador Adriano achados sobre a via *Bracara Augusta-Cale*.



**Fig. 3** – O miliário inicial da via *Bracara Augusta-Cale*, segundo Hübner (*CIL* II 4748).



**Fig. 4** – O miliário inicial da via *Bracara Augusta-Asturica Augusta* (Museu D. Diogo de Sousa. Braga).





Fig. 5 – Miliário de Vila Nova de Famalicão (CIL II 4738 = CIL II 4752), regravado (Museu D. Diogo de Sousa, Braga).

**4737** *'Na aldeia chamada Villanova de Famelicão, em huma каза do duque de Barcellos' Barros.*

IMP·CAESARI·TRAIANO·HA  
DRIANO·AVG·PONT·MAX  
TRIB·POT·COS·III·IMP·V·A p. C. 134  
BRACARA AVg M·P·VIII

**4739** *Villanova de Famelicão, na adega das casas de Domingos Tome da Fonseca, columna.*

TRAIANO . .  
. . . . .  
. . . . .

Fig. 6 – Miliário de Vila Nova de Famalicão, duplicado (CIL II 4737 = CIL II 4739).



**Fig. 7** – O miliário conservado na Quinta do Paiço, Alvarelhos (*CIL* II 4736).



**Fig. 8** – Estado actual do miliário da Quinta do Dourado (*CIL* II 4735), agora em S. Mamede de Infesta.

## DE *LUCUS AUGUSTI* PARA O SUL DA *CALLAECIA*: CONSUMO DA CERÂMICA DE ENGOBE VERMELHO LUCENSE

Rui Morais<sup>1</sup>  
Teresa Soeiro<sup>2</sup>  
Maria José Sousa<sup>3</sup>

### RESUMO:

Estuda-se a recepção, no sul do *conventus bracaraugustano*, da cerâmica romana de uso comum com engobe vermelho não vitrificado fabricada em *Lucus Augusti* e discutem-se as condições técnicas, o gosto e as linhas de comercialização que facilitaram o seu sucesso.

**Palavras-chave:** *Callaecia* bracarense; Cerâmica de engobe vermelho de Lugo; Comercialização de cerâmica.

### ABSTRACT:

The reception, in the south of the *conventus bracaraugustano*, of Roman common ware with non vitrifiable red slip, produced in *Lucus Augusti*, is studied and the technical conditions, the taste and the trade lines that made its success possible are discussed.

**Keywords:** *Callaecia*; Non vitrifiable red slip ware from Lugo; Ceramic trade.

### GALIZA E ENTRE-DOURO-E-MINHO, CUMPLICIDADES DE SEMPRE

Ao pensarmos no tema a eleger para este pequeno estudo, que se integra na merecida homenagem dedicada pela Faculdade de Letras U.P. a Fernando Acuña Castroviejo, interrogamo-nos sobre a forma como poderíamos significar o seu permanente movimento pendular, físico e idiossincrático, entre as terras galaicas a norte e a sul do Minho, onde vem muitas vezes, como seria de esperar, exercer funções académicas na nossa escola e também participar em eventos científicos organizados por museus e centros de investigação, ou mesmo integrar equipas de trabalho arqueológico de campo, estaleiros propícios ao forjar de cumplidades intelectuais e amizadas. Mas igualmente revelador é o seu hábito de fazer, com assiduidade, estas deslocações discretamente, pelo simples e radical prazer de estar, de experienciar, de conhecer território e gente.

A escolha surgiu de modo inesperado, quando estávamos na reserva de arqueologia do Museu Municipal de Penafiel, instituição de seu particular apreço, e constatámos que alguns exemplares cerâmicos de engobe vermelho, recolhidos no Castro de Monte Mozinho, tinham grandes afinidades com aqueles produzidos na cidade romana de *Lucus Augusti*. Ali estava o mote para um possível diálogo

---

<sup>1</sup> Professor auxiliar com agregação da UP/FLUP e investigador UI&D-CEHCH

<sup>2</sup> Professor associado da UP/FLUP e investigador CITCEM

<sup>3</sup> Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa

sobre itinerância e partilha, que necessariamente envolvia terceiros, outras populações residentes no sul da *Callaecia*, as quais consumiram estas mesmas vasilhas, usando-as na preparação e serviço de alimentos, sobressaindo como maior centro recetor, se não mesmo redistribuidor, a cidade de *Bracara Augusta*.

## ENTRE CERÂMICAS CASTREJAS E IMPORTAÇÕES DE MESA E COZINHA

Em diferentes sítios arqueológicos, nomeadamente vários castros do Noroeste, ficou testemunhado este encontro entre produções cerâmicas de tradição castreja, que permaneceram maioritárias durante as primeiras décadas do Império, e as cerâmicas importadas, um diversificado conjunto de vasilhas com características físicas e funcionais muito diferentes, como eram as ânforas e outros grandes contentores e recipientes para preparar alimentos (p.e. almofarizes), face aos delicados vasos de *sigillata* itálica, às paredes finas ou às lucernas, quase todos oriundos da própria península itálica ou do sul da Hispânia. Em nenhum caso, porém, se confundiam com as cerâmicas de fabrico local/regional, pelo que a alteridade era característica marcante da sua presença.

O Castro de Monte Mozinho foi exemplo paradigmático e prístino para o estudo destes momentos iniciais da permanência romana no Noroeste e do seu impacto no quotidiano das populações locais (ALMEIDA 1977), que posteriormente seria reconhecido nas cidades augustanas, aonde afluiu certamente gente portadora do mesmo saber fazer tradicional (MORAIS, FERNÁNDEZ, MAGALHÃES 2012: 499-520).

Para a temática pertinente a este artigo, devemos evocar as alterações que parecem ter ocorrido nas práticas de cozinhar e de consumir alguns alimentos, e em particular o uso de formas baixas e abertas, os pratos (ALMEIDA 1974: Forma 16 e 17). Nas sínteses sobre vasilhame castrejo, esta forma quase não surge nas etapas mais antigas, sendo depois documentada como recipiente de levar ao lume, em utilização na futura *bracarense* a partir da fase II de Armando Coelho F. Silva (SILVA 1986: 123) ou de Manuela Martins (MARTINS 1990: 143), divulgando-se com o sistemático emprego do torno na fase III (SILVA 1986: 130 e MARTINS 1990: 157-158), quer se tratasse de vasos de asas interiores próprios para suspender sobre a lareira, quer dos destinados a estar pousados sobre/entre as brasas ou a ser cobertos por um forninho. Salvaguardamos que aqueles têm surgido em níveis mais antigos, totalmente feitos à mão, como se exemplificou em unidades estratigráficas bem datadas de Santo Estevão da Facha, a par de pratos baixos de madeira para servir, escudelas que, devido à matéria-prima, estarão fortemente sub-representadas no registo arqueológico das várias épocas (ALMEIDA *et alii* 1981: 68 e 70).

Estes recipientes de suspender, fabricados nas pastas arenosas da região, apresentam, no geral, o interior bem alisado, e assim o que quer que neles se cozinhasse não aderiria facilmente. O exterior, pelo contrário, é pouco apurado e está completamente coberto de fuligem. Nos destinados a serem pousados verifica-se o mesmo cuidado com a face interior.

Ora, quando as importações de cerâmicas romanas se tornam sistemáticas no Noroeste, vemos que, em conjunto com os produtos mais representados antes enumerados, raramente de cozinha, chegam também, ainda que em pequeno número, pratos próprios para esta atividade, caracterizados por apresentarem um forte engobe interior com propriedades antiaderentes, como as que já se tinham buscado com o bom alisamento do interior nas produções castrejas.

A historiografia, o contexto produtivo e a dispersão das cerâmicas de engobe vermelho de fabrico itálico na Península Ibérica foram exemplarmente apresentados por Carmen Aguero Ota, a propósito das produções importadas de cozinha na Tarraconense (1991). Entre nós, devem referir-se dois artigos dedicados a estes pratos de *engobe vermelho pompeiano* encontrados nas escavações da Alcáçova de Santarém (ARRUDA e VIEGAS 2002: 221-238) e do Teatro romano de Lisboa (2007: 229-253), para além de alguns estudos mais antigos, como o inserido nas *Fouilles de Conimbriga* (1976: 51-58; PL. XII) e outras menções pontuais. Ficamos cientes que na Península predominam as produções da Campânia,

em detrimento das oriundas da zona centro de Itália e da região etrusca. Aquelas vieram a substituir estas durante o século I a.C. e alcançaram particular difusão durante o reinado de Augusto, tendo perdurado até ao famoso desastre das cidades do Vesúvio, ocorrido em 79, quando perdem relevância.

Não surpreende, por isso, que as produções da Campânia estejam presentes na fachada atlântica já desde os finais do século I a.C. e, em número acrescido, com Augusto e nos primeiros decénios do Império. Numa primeira fase, tal presença deve certamente enquadrar-se no âmbito militar e no contexto da sua influência junto das populações. Mas, gradualmente, a aprendizagem do seu uso vai sendo assimilada, justificando a inclusão entre outros materiais importados de origem itálica e o posterior fabrico local de espécies similares.

Como se sabe, estas produções originais comercializaram-se a partir do sul, sendo naturalmente mais escassas a norte do Douro, onde apenas foram registadas algumas ocorrências como, por exemplo: cerca de uma vintena de fragmentos em Braga, entre os quais um bordo da forma Oberaden 22/Aguarod 4 (Fig. 1, 1) e Luni3/Aguarod 21 (Fig. 1, 2) e quatro bordos da forma Oberaden 21/Aguarod 6 (Fig. 1, 3); cinco no Castro de Monte Mozinho (Penafiel), também com pelo menos dois exemplares da forma Oberaden 21/Aguarod 6 (SOEIRO 1984: 139-140, Fig. LXIII 8), todos recolhidos em unidades estratigráficas de época flávia (Fig. 1, 4); um da forma Oberaden 21/Aguarod 6, do Castro das Ermidas (V. N. Famalicão), com a marca EOIR em cartela, ao centro, no interior (DELGADO 1993-94:116, Est. I 1), proveniente de contextos do séc. I d.C. com *sigillata* hispânica (PAUTREAU, QUEIROGA 1990), (Fig. 1, 5).

Esta presença pouco numerosa e tardia deve ser relacionada com a prevalência das tradições culinárias da população local, e correspondente olaria de lume castreja, até pelo menos os meados do século I d.C., tendência que se estenderia mesmo aos novos centros urbanos, como *Bracara Augusta* e seu aro, onde o fabrico de cerâmicas de uso comum e de qualidade, ao gosto romano, se está ainda então a afirmar (MORAIS, FERNÁNDEZ, MAGALHÃES 2012: 499-520). Outro tanto se poderia dizer de *Lucus Augusti* (ALCORTA 2001: 50-56), mas com uma especial chamada de atenção para as cerâmicas castrejas, mesmo formas fechadas de exterior enegrecido e com as tradicionais decorações brunidas/estampadas/aplicadas, que começam a receber um forte engobe interior vermelho, à maneira dos pratos de *engobe vermelho pompeiano* (ALCORTA 2001: 93), característica que perdurará nas bem-sucedidas e muito difundidas produções lucences, em que se incluem os exemplares objeto deste estudo.

Nas necrópoles com enterramentos datados até meados do século I d.C., os pratos estão ausentes, como vemos em *Bracara* (MORAIS, FERNÁNDEZ, MAGALHÃES 2012: 499-520; MORAIS, FERNÁNDEZ, BRAGA 2013: 313-326; MORAIS, SOEIRO, FERNÁNDEZ, no prelo) ou em Monteiras (Penafiel), aqui mesmo em conjuntos da época de Cláudio-Nero. Pelo contrário, as incinerações de cronologia flávia desta necrópole já mostram pratos de lume, com perfis curvilíneos, a lembrar a forma predominante entre os importados (SOEIRO 2009-10: 33-35).

## **CERÂMICAS COMUNS LOCAIS E REGIONAIS AO GOSTO ROMANO**

As designadas cerâmicas de uso comum, que abarcam uma diversificada panóplia de produções, assumem plenamente o modo romano nas últimas décadas do século I d.C.. A escala e as técnicas de fabrico distinguem-nas das precedentes, o mesmo se podendo dizer do aspeto final do produto, das formas e das funcionalidades. Se é certo que as panelas e potes, por exemplo, continuam numerosos, como já eram os correspondentes vasos fechados de perfil em S castrejos; o vaso de asas interiores, presença em todas as casas castrejas, encontra-se agora em muito menor número e fabricado com as novas características de pasta e cozedura. Teria cedido o lugar, como sugerimos antes, aos pratos, caçarolas e frigideiras de pousar sobre o fogo, cada vez mais abundantes e com diferentes tamanhos, que continuarão a ser os eleitos até ao final do Império. Muitos destes recipientes, mesmo os destinados ao lume, vão ser acabados com aguadas alaranjadas, a cor da moda, que predomina de maneira ainda mais constante na baixela de mesa, mesmo a mais grosseira, como pratos, taças, malgas, bilhas,

jarros, etc.. Na louça fina, que emula a *sigillata* ou as paredes finas, estes acabamentos são de muito melhor qualidade, como as pastas utilizadas e o empenho em copiar formas e decorações.

É deste contexto que se tem individualizado uma baixela de cozinha e mesa bem caracterizada pelo facto de possuir na face interna e bordo um revestimento argiloso avermelhado, com alto teor de ferro, vulgarmente designado *engobe vermelho não vitrificável*. De preferência espessos para não estalar sob a ação do calor, estes engobes eram adequados ao uso culinário, como cozer pão e outros alimentos à base de farinhas ou acabar os guisados espessos e com ovos, evitando que os preparados aderissem à superfície, o que sucederia facilmente se esta fosse porosa e rugosa. Embora sem a qualidade dos engobes vitrificados, «a sua espessura suportava polimentos mais ou menos fortes, conforme a intensidade do brilho que se pretendesse dar à superfície», como bem observou Manuela Delgado (DELGADO 1993-94: 116).

Encontrámo-los em vários tipos de assentamento a partir da época flávia, reconhecendo-se em observação macroscópica grandes grupos de produções: um deles com pastas mais arenosas, em tons do bege claro ao acastanhado, superfícies alisadas e cobertas por aguada laranja avermelhada, não muito espessa, os mais vulgares por todo o Entre-Douro-e-Minho; outro com pastas finas bem decantadas, que em *Bracara* atinge fabricos de apurada qualidade.

Neste mesmo momento, começam a chegar ao sul da bracarense outras produções, relativamente às quais hoje sabemos com segurança provirem da cidade de *Lucus*, onde têm vindo a ser estudadas por Enrique Alcorta e uma equipe que escava naquela cidade, onde nos deslocamos para com eles dirimir dúvidas. Seguiremos os seus trabalhos sobre esta temática, economizando, a partir daqui, a repetitiva aposição de referências (ALCORTA 1995; ALCORTA 2001; ALCORTA, BARTOLOMÉ 2012; ALCORTA, BARTOLOMÉ, FOLGUEIRA 2014; ALCORTA, BARTOLOMÉ, FOLGUEIRA no prelo).

Caracterizam-se por apresentarem um comum engobe vermelho polido, geralmente bem conservado, espesso e mate ou ligeiramente brilhante. A cor é variável, afim ao vermelho pompeiano, mas com tonalidades mais escuras. A superfície interior das peças fica totalmente engobada, acabamento que se prolonga sobre o bordo ou o lábio e por uma banda exterior. A restante parede, e mesmo o exterior do fundo, são alisados ou levemente polidos, tornando-se macios ao tato. Quanto a formas, as mais comercializadas, desde as últimas centúrias do século I, são o prato e a tigela.

Apesar das olarias locais, de onde saíam milhares de peças que se assemelhavam a estas, *Bracara*, destacado centro urbano regional, terá sido também aquele que recebeu primeiro vasos de engobe lucences, porém ainda longe das quantidades que atingiriam em séculos posteriores. O significado desta observação preliminar foi pertinentemente reforçado pela sumária revisão do espólio de Monte Mozinho onde, embora os primeiros níveis flávios mostrem grande capacidade aquisitiva da população, que recebe materiais importados de diferentes proveniências, não encontramos os produtos de *Lucus*, os quais, por outro lado, vão surgir em níveis posteriores, certamente já da primeira metade do século II, ambientes bem menos trabalhados neste sítio arqueológico.

## **A CERÂMICA DE ENGOBE VERMELHO QUE LUGO COMERCIALIZOU**

A caracterização da produção lucence aponta, além dos traços gerais antes referidas, que lhe dão identidade, para alguma variação nos fabricos, mesmo que todos pareçam sair das oficinas instaladas na própria cidade, bem localizadas pela quase meia centena de fornos já registados e escavados, distribuídos a par da veia de argila que constituiu a matéria-prima fundamental para as olarias.

Predomina o uso de pastas ocreas, micáceas e finas, com poucos e.n.p., relativamente duras, de aspeto laminado e que com frequência possuem um cerne acinzentado, com superfície uniforme e bem alisada, pronta a receber o engobe e, por vezes, certificada com o selo da oficina. Este fabrico estará já em uso nas últimas décadas da primeira centúria, a par do seguinte, e vai prevalecer até ao final,

tornando-se exclusivo nos séculos baixo-imperiais, sem se notar qualquer perda de qualidade tanto nas pastas como do acabamento engobado.

O segundo fabrico que nos interessa apenas corresponde ao Alto-Império, parecendo desaparecer nos finais do século II. Com ele se fizeram pratos e tigelas de boa qualidade, ostentando selos como os anteriores. Caracteriza-o o tom alaranjado da pasta, que tem um aspeto algo mais arenoso, com abundantes e.n.p. de fino calibre, alguns quartzos de tamanho médio e presença de ínfimos grãos de moscovite. Pode ter um cerne acinzentado, mas é compacta e apresenta superfície exterior uniforme e bem alisada.

As formas mais difundidas são, como dissemos antes, apenas duas, sendo que a tigela desaparecerá no final (se não antes) do Alto-Império. Trata-se de um vaso aberto, de fundo plano, espessado, alisado pelo exterior e por vezes com uma canelura, corpo troncocónico mais ou menos arqueado e bordo extrovertido em aba côncava ou aplanada, inclinada, com lábio engrossado. O tamanho maior teria cerca de 20 cm de diâmetro (ES1) e o menor ao redor de 15 cm (ES1A).

A forma mais numerosa no sul da bracarense é, sem dúvida, o prato de fundo plano (alisado e com ou sem caneluras no interior e exterior) e parede oblíqua terminada em lábio biselado introvertido (EP1). Na origem produziu-se nos dois fabricos, apresenta diversos diâmetros e pode levar selo se antigo. Em Lugo, é acompanhado nos níveis alto-imperiais por outras duas variantes, caracterizadas pelo lábio arredondado (EP2) e pela curvatura e abertura da parede oblíqua (EP3), estendendo-se este último pelo século III ou mesmo IV. Ambos existem em Braga, ainda que muito escassos.

Tanto as tigelas como os pratos parecem ter sido usados com carácter polivalente, na mesa e na preparação de alimentos ao lume, de que resulta a presença exterior de alguma fuligem. No entanto, se compararmos a quantidade destas concreções e a intensidade de calcinação das paredes dos recipientes com o que conhecemos bem da cerâmica comum, nomeadamente dos pratos ditos *de lume* ou das caçarolas, vemos como os vasos engobados foram poupados à exposição direta e persistente à chama. Por outro lado, manchas escuras e alterações, caso não resultem de problemas de fabrico, podem sugerir o uso de alguns destes pratos na cozinha mas para enforamento ou cozedura sob campânula, à maneira afinal dos pratos de engobe pompeiano (AGUAROD 1991: 54-55). O facto de mostrarem no exterior do fundo, quase sempre bem acabado, alguns sulcos concêntricos pode sugerir aplicações técnicas para difusão do calor, muito mais eficaz nos casos em que toda a superfície exterior está coberta por finas estrias. Já no interior, as incisões retilíneas, desordenadas, que atingiram a integridade da camada protetora, têm sido interpretadas como resultantes do corte do alimento cozinhado.

## **A RECEÇÃO DA CERÂMICA DE ENGOBE VERMELHO DE LUGO NO SUL DO CONVENTUS BRACARAUGUSTANO**

Nos mapas de difusão das produções engobadas de Lugo, apresentados por Alcorta, Bartolomé e Folgueira Castro (no prelo), constata-se uma dispersão considerável em toda a área abarcada pelos três *conventus* do Noroeste, que se alarga, em particular no período baixo-imperial, a locais bem mais distantes como Conímbriga (ALARCÃO 1976: 51-131, Pl. XII), La Vega Baja (Toledo) ou *Petavonium*, *Veleia*, etc.. Parece espectável, portanto, que as possamos encontrar na parte sul do *conventus bracaraugustano* e particularmente bem representadas na sua capital (Fig. 1, mapa).

Como pudemos observar numa análise sumária do espólio das escavações de *Bracara* guardado no Museu D. Diogo de Sousa, as cerâmicas engobadas de Lugo, tanto antigas como tardias, foram recolhidas em toda a área urbana (Anexo 1), parecendo mais abundantes em níveis de ocupação e zonas de revolvimentos do século IV-V. Quando ainda eram limitadamente conhecidas pelos arqueólogos, a análise química permitiu confirmar a proveniência (OLIVEIRA *et alii* 2005: 159-164; PRUDÊNCIO 2008: 72-77). A significativa presença desta baixela desde as décadas finais do século I pode denotar capacidade de compra e enquadrar-se no importante papel que a cidade já desempenharia como centro redistribuidor regional.

Neste conjunto, são maioritários os pratos/travessas que derivam da forma Oberaden 21/Aguarod 6 (tipo EP1), (Fig. 2, 1-9). Porém, a circunstância, já sublinhada pelos investigadores lucences, de o fabrico dominante (pasta fina micácea ocre e engobe vermelho espesso) manter as características ao longo dos séculos, dificulta muito a sua atribuição cronológica, que será mais delimitável quando se apresentam feitos na pasta arenosa alaranjada, duas dezenas de casos (Fig. 2, 1-2). Os pratos das formas EP2, para os quais se perspectiva menor diacronia (Fig. 3, 1), e EP3 parecem bastante raros (seis dos primeiros, dois dos segundos), (Fig. 3, 2-3) e são todos em pasta ocre. Procuramos ilustrar exemplares de diferentes tamanhos, já que há pratos com algo menos de 20 cm de diâmetro e outros com mais de 50 cm, variação que se constata igualmente na altura da parede, entre 2 e 8 cm.

Também se atribuem ao período alto-imperial, pela sua proximidade ao estabelecido para as *sigillatas*, os exemplares de prato que ostentam no exterior do fundo, em posição excêntrica, a marca da oficina impressa em cartela, com as letras em positivo: OF.LATI, de *Latius* (?), oleiro ainda não conhecido, que estampou a sua marca num prato de pasta avermelhada (Fig. 2, 11); O QV... é da oficina de *Quintus*, que laborou nas décadas finais do primeiro século e início do segundo, usando-se para o presente exemplar a pasta fina e ocre (ALCORTA 2001: 313-324 e ALCORTA, BARTOLOMÉ 2012: 714), (Fig. 2, 10).

A mesma dualidade de fabrico apresentam as duas dezenas de tigelas do tipo ES1 (Fig. 4, 1-6), tendo uma delas, de pasta fina ocre-acastanhada muito bem cozida, parte da marca da oficina, também em cartela, aplicada no exterior do fundo em posição excêntrica. Lê-se possivelmente... NI (Fig. 4, 6), remetendo talvez para *Rufianus*, cujas peças marcadas são conhecidas em Lugo, Astorga, Castromao (Ourense) e no acampamento de Rosinos de Vidriales (Zamora), aí datados de final do século I (ALCORTA 2001: 317-318; ALCORTA, BARTOLOMÉ, FOLGUEIRA no prelo).

Fora da capital conventual, estas tigelas foram recolhidas pelo menos em dois sítios próximos do Douro: no Castro de Monte Mozinho (Penafiel), um exemplar em unidade estratigráfica de final do século I ou primeira metade do II (sector b), que se guarda no Museu Municipal de Penafiel, fabricado na pasta avermelhada, bem cozida e com a superfície exterior muito bem alisada (Fig. 4, 7); no Monte Castelo (Guifões, Matosinhos), proveniente de escavações antigas, espólio de Joaquim Neves dos Santos entregue ao Gabinete Municipal de Arqueologia e História de Matosinhos, feito em pasta ocre (Fig. 4, 8), da qual existem mais dois fundos planos de prato indeterminado. Já sobre o Douro Internacional, as escavações no Castelhar de Picote (Miranda do Douro) brindaram-nos com outros exemplares de tigela, além de dois pratos.

Como sucede em Lugo, também em Braga são baixo-imperiais a maioria dos pratos EP1, no total cerca de três centenas, agora sempre em pasta ocre fina, mas indestrinçáveis dos anteriores; o mesmo se podendo dizer das prateiras ou travessas das formas EP6 e EP7, pouco mais de uma dezena repartida por igual.

À cronologia baixo-imperial pertencerá a forma EP4, que tem em comum, além do fabrico, o facto de ser uma prateira de fundo plano e parede oblíqua baixa, terminada por uma aba pouco desenvolvida, de tendência horizontal. Esta linha de grandes prateiras ou travessas redondas foi perseguida na bracarense, pelo menos desde o século II, mas sobretudo no III/IV, tanto pelos fabricantes de cerâmicas comuns arenosas, rematadas com aguada laranja (veja-se os inumeráveis exemplos recolhidos nas necrópoles), como pelos que desenvolveram produções mais cuidadas, certamente centradas em *Bracara*, o que justificaria a pouca representação de exemplares chegados do norte.

Também chegaram de Lugo pratos com cronologia claramente baixo-imperial. Trata-se daqueles de fundo plano, com interior soerguido e muitas vezes decorado por conjuntos de circunferências estriadas; possuem uma parede oblíqua que termina numa aba de tendência horizontal, lisa ou decorada com duas molduras (EP6), (Fig. 3, 4-5). Mais elaborados, os pratos e prateiras ou travessas EP7 desenvolvem o perfil dos anteriores, mas apresentando as paredes decoradas com profundas depressões feitas a partir do interior (se oblongas EP7, se circulares EP7A) e a aba mais alargada, lisa ou com duas ou três molduras, imagem de conjunto que vagamente recorda a forma Hayes 59 da *sigillata* africana (Fig. 3, 6-8).



Para além destes modelos perfeitamente tipificados, a *Bracara* parece terem chegado também algumas formas fechadas, fabricadas em idêntica pasta fina e ocre, exteriormente cobertas por espesso engobe vermelho. Ilustramos um pequeno púcaro (V2), (Fig. 4, 9), mas haveria também vasos sobre o globular, com reticulado brunido a decorar os ombros e bojo, e outros com o corpo subcilíndrico (Fig. 4, 10), todos pouco numerosos.

A par destes achados da capital bracarense, devemos colocar: um exemplar de prato EP1 da necrópole de Monte Mozinho, encontrado fora de sepultura mas em contexto tardio (SOEIRO 1984: 298), (Fig. 3, 9); um exemplar das escavações da Casa do Infante (Fig. 3, 10) e os de *Tongrobriga* (Marco de Canaveses), isolados pelo autor da publicação, que os designou Grupo 11 (formas 1 e 2), representando pratos/travessas EP1, recuperadas em contextos do século IV (DIAS 1997: 252-253, 278). A estes acresce-se ainda um fragmento de prato do tipo EP2 do Castro de Alvarelhos, proveniente da intervenção de 2008, recolhido com espólio do século IV (Fig. 3, 11).

A análise que efetuámos à cerâmica lucense de engobe vermelho que chegou a *Bracara* permitiu ainda revelar a presença de fragmentos de pratos reutilizados, uns simplesmente cortados em redondo para fichas de jogo e outros circulares perfurados ao centro para servirem como cossoiros.

Algumas peças mostram grafitos *pos-coturam*, muito provavelmente feitos já na cidade, pelos utilizadores. Leves e de mão insegura, quase riscados, ou profundos e bem planeados, no interior do fundo de pratos, são maioritariamente alfabéticos e em maiúsculas, mas também parece haver inscrições cursivas (Fig. 4, 11-16). Acompanham-nas desenhos, algum de carácter figurativo. Os das fichas de jogo (Fig. 4, 13-14) e cossoiros (Fig. 4, 15-16) parecem feitos antes mesmo de os cortar. Não são muito abundantes, mas alguns tornam-se verdadeiramente interessantes, reveladores do grau de literacia de alguns habitantes da cidade, como N/VRSI (= N(*aeivius*) Vrsus), (MORAIS 2005: 87; Est. XII, nº 20).

## PERSPETIVAS

Na discussão sobre o tema na Mesa Redonda celebrada em 2014 em Bilbao, intitulada “Cerâmicas de época romana en el norte de Hispania y Aquitania: producción, comercio y consumo entre el Duero y el Garona”, Carmen Aguarod sugeriu que uma das razões para o sucesso destas cerâmicas e a vasta difusão que se tem vindo a documentar pode estar relacionado com o final das produções de engobe vermelho pompeiano, logo após a destruição das cidades do Vesúvio em 79. Como consequência deste desastre, ter-se-iam criado oficinas provinciais que passaram a produzir cerâmicas idênticas àquelas, aproveitando o nicho de mercado e colmatando a falha de abastecimento sentida.

Como é bem conhecido, no noroeste peninsular podem identificar-se dois grandes focos produtores de cerâmicas comuns romanas, especialmente de vasilhame que pela sua aparência e qualidade lembra modelos de grande comercialização, são eles as cidades romanas de *Lucus Augusti* e *Bracara Augusta*.

A vasta difusão de algumas produções engobadas de Lugo, em particular os pratos/travessas EP1, insere-se assim neste comércio interprovincial, envolvendo, quem sabe, a elite municipal e uma complexa rede de distribuição através das vias marítimas, fluviais e terrestres, a cargo de *mercatores* e *negotiatores artis cretariae*, em que os bens seriam transacionados também como cargas complementares ou de retorno, facilitadas pela morfologia simples, que permitia fossem empilhados sem ocupar um espaço excessivo. *Bracara Augusta*, onde se encontram com maior quantidade, seria certamente, pela sua centralidade e supremacia regional, uma interessante escala intermédia de redistribuição.

O sucesso desta mercadoria, porém, não se explica apenas por questões de rede e logística comercial; a qualidade de fabrico das baixelas, em particular as revestidas por engobe de excelente aparência e propriedades funcionais, tornariam apelativo o seu uso pelo consumidor, tanto nas atividades culinárias como no serviço à mesa.

A formação, em época romana, de uma forte tradição de produções engobadas em ambas as cidades poderia pressupor um contexto de autarcia, em que se justificasse apenas uma presença pontual de

cerâmicas lucenses em Braga, da mesma forma que as desta cidade escassamente chegaram a Lugo. Como tal não se verifica, talvez devamos considerar que a capacidade produtiva instalada em Lugo, onde havia no subsolo um grande veio de argila de que perto de meia centena de oficinas desfrutaram, tenha permitido alguma especialização para venda, focada num produto de qualidade, multifuncional e com relativa facilidade para ser transportado mesmo a razoáveis distâncias, o que implicaria uma rede de distribuição, instalada a partir das últimas décadas do século I, que estaria ainda mais ativa no Baixo-Império, com pontos de redistribuição e, no sul da *Callaecia*, uma malha de extensa capilaridade para chegar a diversos povoados próximos do Douro, onde se apreciava viver e comer *à romana* como, entre outros argumentos, o gosto expresso na cultura material vem patenteando.

## AGRADECIMENTOS

Manifestamos a nossa gratidão ao Museu D. Diogo de Sousa, pela autorização para estudar cerâmicas romanas recolhidas nas escavações de *Bracara Augusta* e pelas facilidades de fotografia e desenho de materiais; ao Museu Municipal de Penafiel, pelo acesso ao espólio das escavações do Castro de Monte Mozinho, do casal da Bouça do Ouro e de diversas necrópoles; à Câmara Municipal de Matosinhos/Gabinete Municipal de Arqueologia e História, pela consulta do fundo de Joaquim Neves dos Santos e disponibilização de fotografias; à Câmara Municipal da Trofa, por apoiar a investigação do Castro de Alvarelos; à Casa do Infante, na pessoa do arqueólogo António Silva, pela possibilidade de ver alguns materiais das escavações realizadas nesta instituição e desenhar o que interessava. Devemos ainda uma palavra de apreço às instituições e colegas que nos permitiram visionar outras coleções e espólios, ainda que não tivéssemos encontrado o tipo de material em estudo: Museu da Sociedade Martins Sarmento, Solar Condes de Resende e Museu de Antropologia da Universidade do Porto.

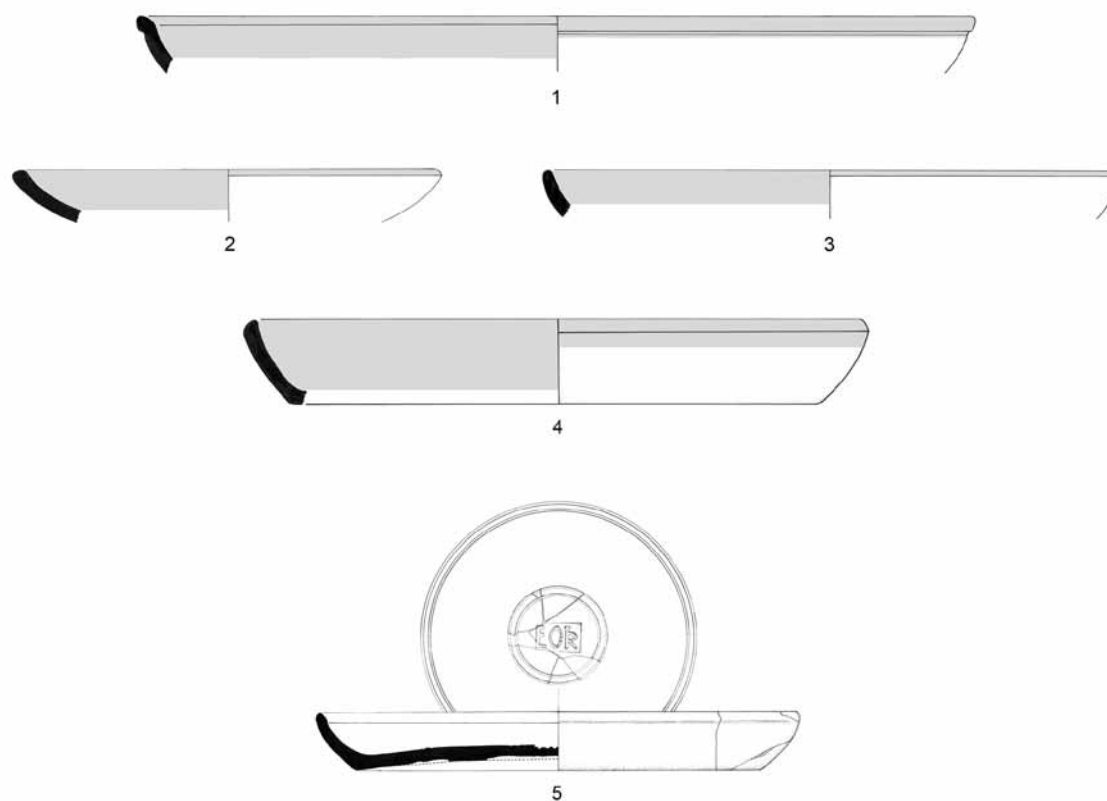
## BIBLIOGRAFIA

- ALCORTA IRASTORZA, E. J. (1995), Avance al estudio de la cerámica común romana de cocina y mesa de *Lucus Augusti*, in *Ceràmica comuna romana d'època Alto-Imperial a la Península Ibèrica. Estat de la qüestió, Monografies Emporitanes VIII*, Empuries, 201-226.
- ALCORTA IRASTORZA, E. J., BARTOLOMÉ ABRAIRA, R. (2012), Muestras de cerámica engobada romana de producción local de *Lucus Augusti* (Lugo), in D. Bernal Casasola e A. Ribera I Lacomba (eds.), *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*, Universidad de Cádiz, Cádiz, 699-724.
- ALCORTA IRASTORZA, E. J., BARTOLOMÉ ABRAIRA, R., FOLGUEIRA CASTRO, A. (2014), Acercamiento a los modelos arquitectónicos, funcionales y productivos generales y de imitación de una ínsula alfarera en *Lucus Augusti* (Lugo), in R. Morais, A. Fernández e M. J. Sousa (eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispania, Monografias EX OFFICINA HISPANA II* (Tomo I), Braga, 425-446.
- ALCORTA IRASTORZA, E. J., BARTOLOMÉ ABRAIRA, R., FOLGUEIRA CASTRO, A. (no prelo), Producciones cerámicas engobadas lucenses y su distribución, in Enrique Alcorta Irastorza; Milagros Esteban Delgado; Ana Martínez Salcedo (Org.), *MESA REDONDA: Cerámicas de época romana en el norte de Hispania y en Aquitania: Producción, comercio y consumo entre el Duero y el Garona* (Bilbao 22-24 octubre de 2014), Bilbao.
- ALCORTA IRASTORZA, ENRIQUE J. (2001), *Lvcvs Avgvsti. II Cerámica común romana de cocina y mesa hallada en las excavaciones de la ciudad*. A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- ALMEIDA, CARLOS ALBERTO F. DE; ALMEIDA, CARLOS A. BROCHADO DE; SOEIRO, TERESA; BAPTISTA, ANTÓNIO JOSÉ (1981), Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha, *Arquivo de Ponte de Lima* (vol. 3), Ponte de Lima, 3-91.
- ALMEIDA, CARLOS ALBERTO FERREIRA DE (1974), Cerâmica Castreja, *Revista de Guimarães* (vol. 84), Guimarães, 171-197.
- ALMEIDA, CARLOS ALBERTO FERREIRA DE (1977), *Escavações no Monte Mozinho II, 1975-1976*, Penafiel: Centro Cultural Penafidelis.
- DELGADO, M. (1993-94), Notícia sobre cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável encontradas em Braga, *Cadernos de Arqueologia* (nº 10-11), Braga, 113-149.

- DIAS, L. T. (1997), *Tongobriga*, Lisboa: IPPAR.
- GOUDINEAU, C. (1970), Note sur la céramique à engobe interne rouge-pompéien (“Pompejanisch-Roten Platten”), *MEFRA* (nº 82), Paris, 159-186.
- MARTINS, MANUELA (1990), *O povoamento ptoto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga: Universidade do Minho.
- MORAIS, R., FERNÁNDEZ, A., CRISTINA, B. (2013), Contextos cerámicos de la transición de Era y de la primera mitad del s. I provenientes de la necrópolis de la Vía XVII de *Bracara Augusta* (Braga, Portugal), in *Congrès International de D’Amiens – SFECAG* (9-12 Mai, 2013), Amiens, 313-326.
- MORAIS, R., FERNÁNDEZ, A., MAGALHÃES, F. (2012), El sondeo nº 8 de “As Cavalariças”: un contexto del primer cuarto del s. I d. C. de *Bracara Augusta* (Braga, Portugal), in *Congrès International de Potiers - SFECAG* (17-20 mai 2012), Potiers, 499-520.
- MORAIS, R., SOEIRO, T., FERNÁNDEZ, A. (no prelo), Necrópolis del cambio de Era hasta mediados del s. I en el *conventus bracaraugustano*. El caso de las necrópolis de la Vía XVII de *Bracara Augusta* (Braga) y de Monteiras (Bustelo, Penafiel), in *Congresso Internacional de Arqueología Clássica* (13 e 17 de maio de 2013), Mérida.
- MOUTINHO ALARCÃO, A. (1975), A propos des céramiques de Conimbriga. I - Céramiques a engobe rouge non grésé, *Conimbriga* (vol. XIV), Coimbra, 9-21.
- MOUTINHO ALARCÃO, A. (1976), Céramique a engobe rouge non grésé, in J. ALARCÃO e R. ETIENNE (dir.), *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*. Paris, 51-58.
- OLIVEIRA, F., SEQUEIRA BRAGA, M. A., PRUDÊNCIO, M. I., DELGADO, M., GOUVEIA, M. A. (2005), The non vitrifiable red slip ware found in Braga (northwest of Portugal): a mineralogical and chemical characterization, in Maria Isabel Prudêncio, Maria Isabel Dias, J. C. (eds.), *Understanding people through their pottery. Proceedings of the 7<sup>th</sup> European Meeting on Ancient Ceramics (EMAC’03)*, *Trabalhos de Arqueologia* (nº 42), Lisbon, 159-164.
- PAUTREAU, J. P.; QUEIROGA, F.M.V.R. (1990), Le Castro das Ermidas, village fortifié du Portugal, *Archéologia* (nº 253), Paris, 44-49.
- PEACOCK, D. P. S. (1977), Pompeian Red Ware, in *Pottery and Early Commerce. Characterization and trade in roman and later ceramics*, New York-London: Academic Press, 147-162.
- PRUDÊNCIO, M. I. (2008), Ceramic in ancient societies: a role for nuclear methods of analysis, *Nuclear Chemistry: New Research*, 51-81.
- SILVA, ARMANDO COELHO FERREIRA DA (1986), *A Cultura Castreja no noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira: Câmara Municipal.
- SOEIRO, TERESA (1984), Monte Mozinho: Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana, *Boletim Municipal de Cultura* (3ª série, vol. 1), Penafiel, 5-232.
- SOEIRO, TERESA (2009-10), Necrópole romana de Monteiras (Bustelo-Penafiel), *Cadernos do Museu. Penafiel: Museu Municipal* (vol. 12/13), Penafiel, 5-221.
- VEGAS, MERCEDES (1973), *Cerámica común romana del Mediterráneo occidental*, Barcelona: Universidad de Barcelona.

### **Bracara Augusta: distribuição da cerâmica de engobe vermelho de Lugo**

ESCAVAÇÃO	PRATOS									TIGELA		REUTILIZAÇÃO			
	EP1			EP2		EP3	EP4	EP6	EP7	ES1		F. JOGO		COSSOIRO	
	ind.±	grafito	marca	ind.±	grafito	ind.±	ind.±	ind.±	ind.±	ind.±	marca	ind.±	grafito	ind.±	grafito
Albergue	7	1								1	...NI				
Cardoso da Saudade	9			1						1					
Carvalheiras	40			2	1							1	1	2	1
Casa da Bica	15									2					
Casa da Roda	1														
Cavalariças	23							2		1					
Colégio da Sagrada Família	4									1					
Colina da Cidade	22		OQV...							2					
CTT (necrópole)	4														
Fujacal	64		OF.LATI.			2	1	1	2	3					
Hospital	2														
Lg. do Colégio												1	1		
Lg. S. João do Souto	1														
Lg. S. Paulo	2														
Maximinos	9									1					
Misericórdia	8											1			
Misericórdia (A)	6									1					
Misericórdia (B)	1														
Misericórdia (J)	2														
Nª Sª do Leite	3														
Paço	1														
Praia das Sapatas	7	2							1	2					
Rua C. Amarante (necrópole)	1								1						
Rua da Cruz de Pedra	2														
Rua das Carvalheiras	1														
Rua de Caires (necrópole)	1														
Rua de Stº Antº das Travessas	6									1					
Rua de S. Geraldo	7			1					1	1		1			
Rua de S. Sebastião	7	1													
Rua do Anjo	1														
Rua dos B. Voluntários	6	1													
Rua D. Diogo de Sousa	2														
Rua Frei Caetano Brandão	1														
Sé	10														
Seminário de Santiago	4														
Termas	49							1	1	2					
Teatro	9			2					1(?)	1				2	2
Túnel Avenida da Liberdade														2	2
<b>TOTAL</b>	<b>339</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>5</b>



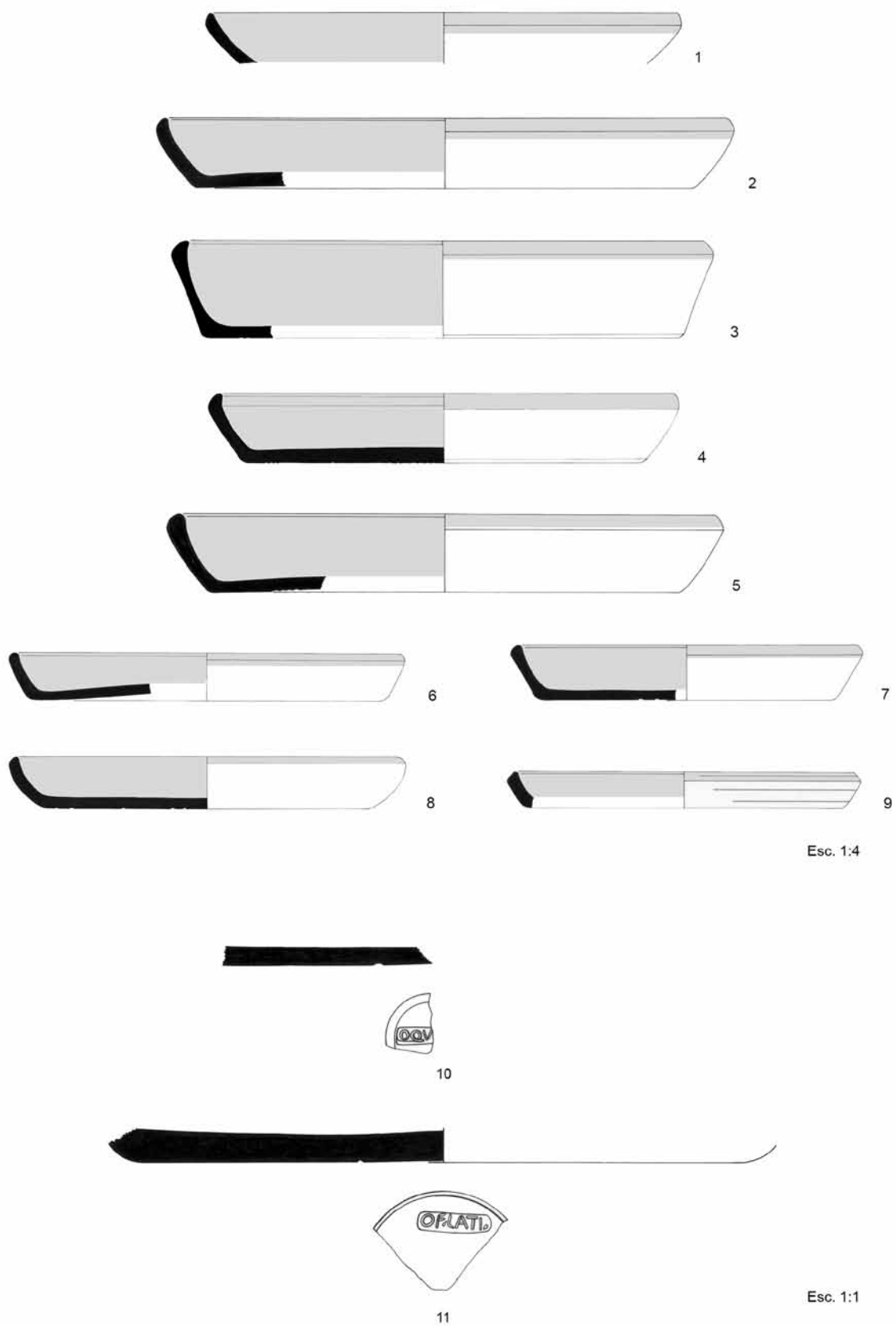
Esc. 1:4

**Fig. 1** – Pratos de engobe vermelho pompeiano: 1 a 3 Bracara Augusta; 4 Castro de Monte Mozinho (Penafiel); 5 Castro das Ermidas (Vila Nova de Famalicão).

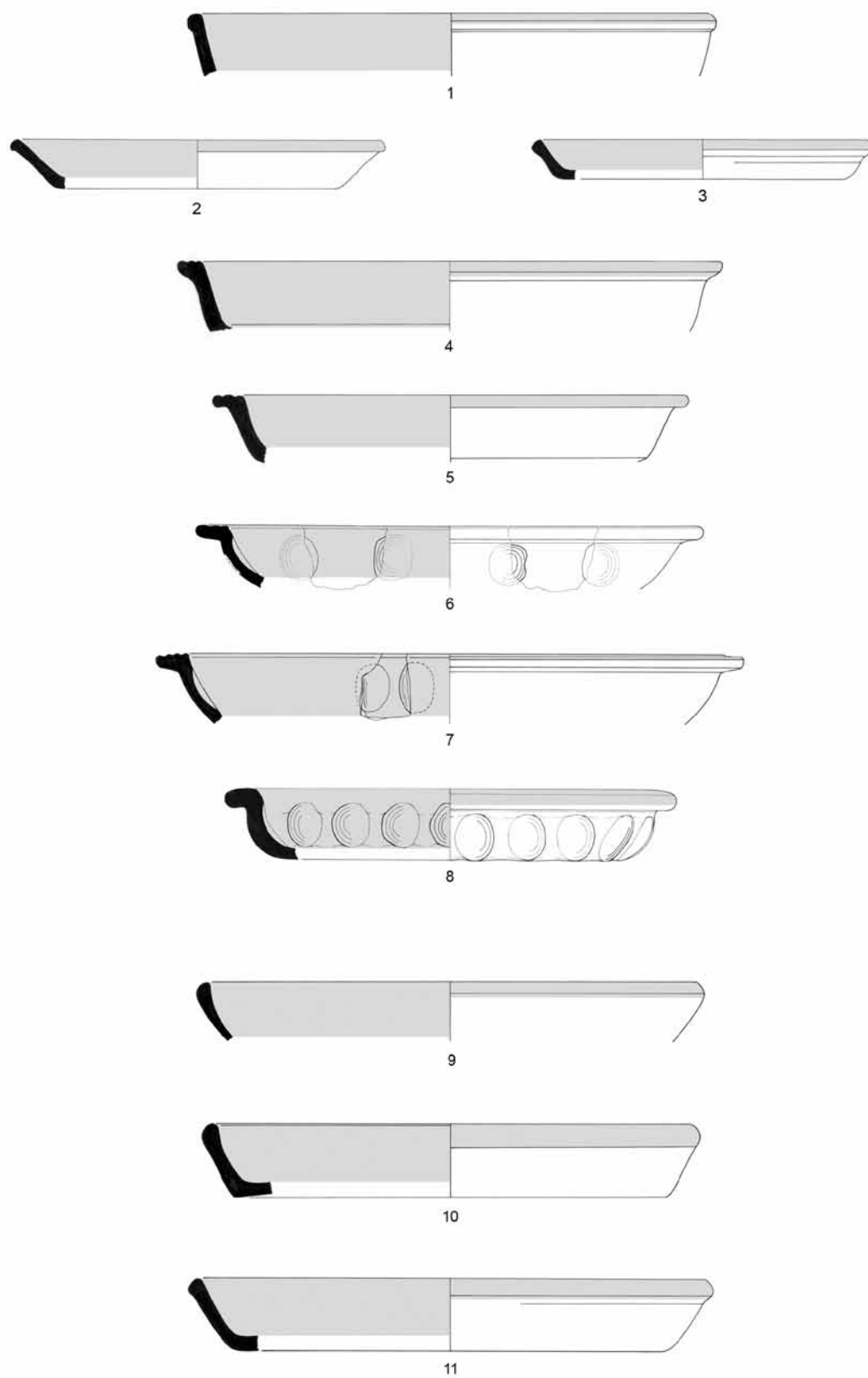
Mapa - Sítios arqueológicos com cerâmica de engobe vermelho de Lugo:

1. *Bracara Augusta*
2. Castro de Alvarelhos (Trofa)
3. Castro de Monte Mozinho (Penafiel)
4. Monte do Castêlo (Guifões, Matosinhos)
5. Casa do Infante (Porto)
6. *Tongobriga* (Marco de Canaveses)

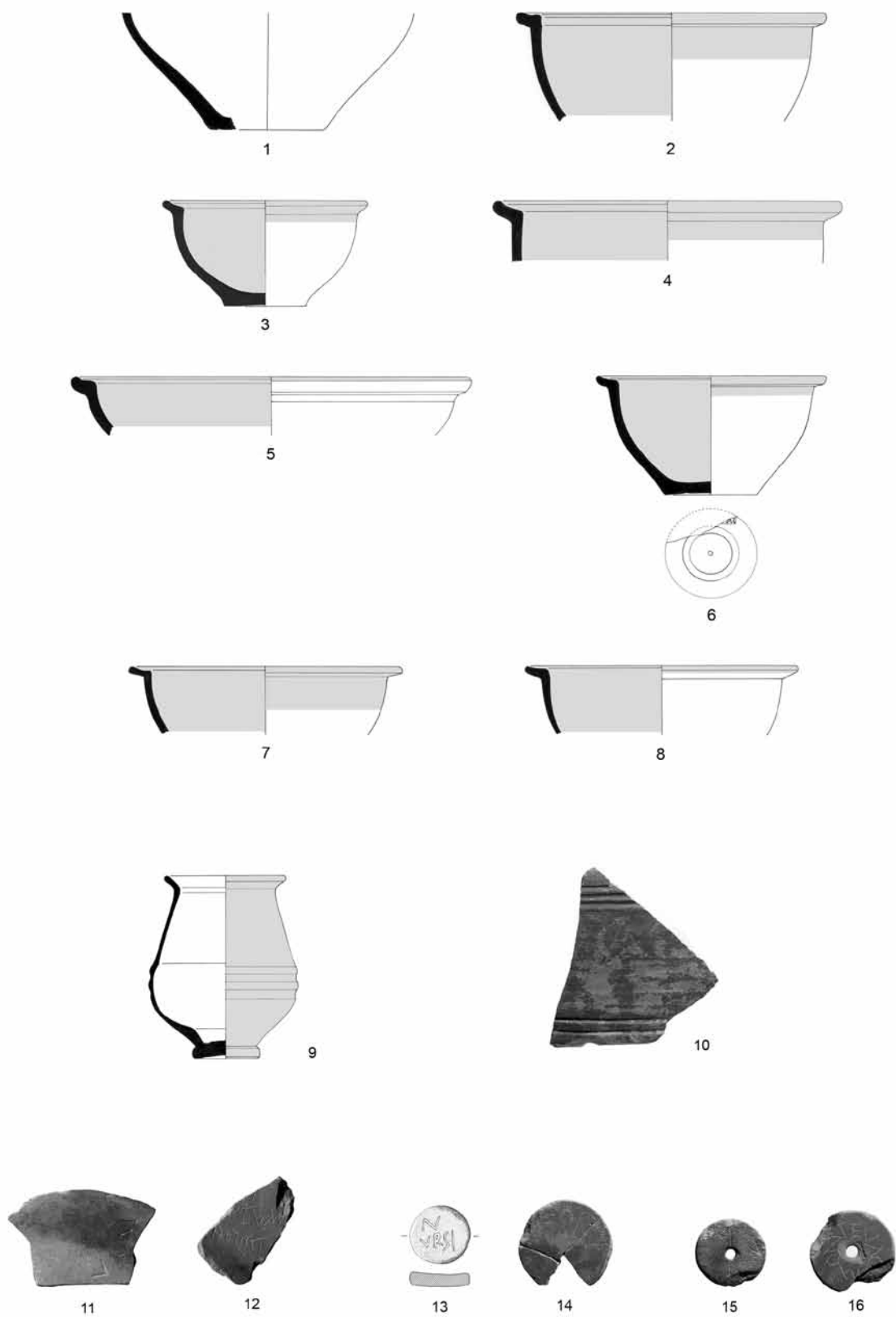




**Fig. 2** – Pratos de engobe vermelho de Lugo: 1 a 11 Bracara Augusta.



**Fig. 3** – Pratos de engobe vermelho de Lugo: 1 a 8 Bracara Augusta; 9 Castro de Monte Mozinho (Penafiel); 10 Casa do Infante (Porto); 11 Castro de Alvarelhos (Trofa).



Esc. 1:4

**Fig. 4** – Tigelas de engobe vermelho de Lugo: 1 a 6 Bracara Augusta; 7 Castro de Monte Mozinho (Penafiel); 8 Monte do Castelo (Guifões, Matosinhos). Outras formas: 9 a 16 Bracara Augusta.



# AS CABANAS DO CASTRO DE PENICES, E A EVOLUÇÃO DA ARQUITECTURA DOMÉSTICA DOS CASTROS

Francisco Queiroga<sup>1</sup>

Ao Fernando Acuña, pela amizade e partilha de momentos de um tempo em que a Arqueologia ainda era um “sacerdócio”.  
*Donec eris felix multos numerabis amicos* (Ovidio).

## RESUMO:

Breve abordagem à evolução da arquitectura doméstica da área meridional da cultura castreja. Referência às tipologias construtivas em materiais perecíveis e o seu enquadramento cronológico. Apresentação de evidências de construções em materiais perecíveis detectadas no castro de Penices.

**Palavras-chave:** Cultura castreja; Arquitectura doméstica; Cabanas em materiais perecíveis.

## ABSTRACT:

Brief approach to the evolution of the domestic architecture within the southern area of castro culture. Reference to the typologies of building with perishable materials and its chronological framework. Presentation of some evidence of huts built with perishable materials uncovered at the Penices Iron Age hillfort.

**Keywords:** Castro Culture; Domestic architecture; Huts.

## INTRODUÇÃO

A cultura castreja do noroeste foi, muito justamente, caracterizada como uma “civilização da pedra” (Almeida 1984) em virtude da omnipresença da pedra em todas as estruturas que formam a sua unidade de povoamento: o castro. As muralhas e as habitações, os balneários e a estatuária, tudo o que dela temos como característico está plasmado na pedra. De resto, já Romero Masiá (1976) o tinha salientado, na sua compilação sobre a arquitectura castreja, enquanto que Christopher Hawkes (1984) manifestava a sua perplexidade sobre a origem de um tamanho volume de pedra empregue nas estruturas de um povoado, sugerindo a obrigatoriedade da sua extracção em pedreiras.

---

<sup>1</sup> Professor Associado, Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Os materiais de importação, mormente os de origem romana, mas também os púnicos e gregos, foram determinantes para a construção das diacronias arqueológicas dos castros anteriormente à generalização das datações pelo Carbono 14, prática que se foi afirmando lentamente a partir dos inícios da década de 1980. Foi, de facto, muito comum a excessiva prudência na proposta de datas para contextos sem materiais romanos ou de importação, que raramente se recuava a períodos anteriores à campanha de D.J. Bruto.

Vencida a perplexidade face à antiguidade de algumas datações, foi-se construindo um corpo substancial de datas (Fábregas - Carballo 1991; Queiroga 1992/2003) cumulativamente ampliado com datações de novas escavações, e começou então a ganhar adeptos a ideia da ampla diacronia de ocupação de muitos castros, já anteriormente sugerida (Calo - Sierra 1983), que em vários casos abarca a quase totalidade do primeiro milénio a.C. Face a estas evidências, colocadas pelas cronologias absolutas, foi necessário repensar a articulação entre os finais da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro, pois as cronologias indicavam que seriam, afinal, os habitantes destes povoados fortificados os artífices do variado manancial de metalurgia em bronze (Coffyn 1983 e 1985) atribuída ao final desta fase tão emblemática. De resto, esta ideia foi sendo consubstanciada com apoio da evidência arqueológica, como a do caso excepcional do castro de Baiões (Silva *et al.* 1984; Silva 1986; Figueiredo *et al.* 2010), ao que se foram juntando dados pontuais, obtidos nas numerosas escavações arqueológicas em castros, e dispersos por vasta bibliografia, indicadores da generalização da auto-suficiência de cada castro face à produção metalúrgica do bronze (Queiroga 1993/2003, 67), quiçá acompanhada de melhoramentos (Rovira Lloréns 1993, 53) da tecnologia metalúrgica.

No contexto da ampla diacronia de ocupação de alguns povoados, encontramos registos das modificações culturais que neles se foram operando. A Arqueologia tem valorizado sobremaneira as produções cerâmicas, pela sua plasticidade e permeabilidade a expressões, individuais e colectivas, e portanto pelo seu potencial como elemento tipológico e cronológico. Contudo, a construção doméstica é também um importante indicador das individualidades culturais, pela sua relação simbólico/funcional, com as vivências quotidianas da unidade social primária, e pela sua íntima e permanente interacção com o ecossistema, desde o clima à economia produtiva, e à demografia. Por isso se constitui como um elemento de análise privilegiado, apesar deste potencial nem sempre ter eco no cuidado metodológico<sup>2</sup> que se vota à sua escavação, pois as estruturas em pedra são comparativamente fáceis de escavar, e a elas se circunscreveu a arqueologia castreja.

Ao longo das últimas décadas, e na esteira de um século de pesquisa profícua, intensificou-se o trabalho sobre a cultura castreja, e mormente o esforço de tipificação dos seus diversos aspectos através da elaboração de sínteses temáticas. Estes trabalhos, de abordagens diversificadas, representam tentativas sérias e empenhadas de entender a Idade do Ferro do Noroeste peninsular, e constituem o pilar sobre o qual assenta o conhecimento actual. Este esforço de sistematização de largas áreas e unidades geográficas teve o inconveniente, a nosso ver talvez o único, de obliterar uma realidade que só lentamente se foi descortinando: a da individualidade micro-regional que caracteriza a cultura material castreja, a qual se pode mesmo manifestar ao nível de cada unidade de povoamento. Com efeito, olhando atentamente para a cultura material castreja, vemos as grandes linhas tipológicas, que conferem um ar de família ao conjunto dos povoados de amplas regiões. Porém, quando mergulhamos no processo de escavação dos sítios, vamos constatando as soluções que, quer pelos recursos locais quer pela criatividade dos seus habitantes, conferem uma individualidade inquestionável a cada castro.

A presente nota tem como objectivo apresentar as evidências de cabanas em materiais perecíveis exumadas no castro de Penices, as quais tomamos como elementos de reflexão sobre este período cultural da vida dos castros, e também sobre as direcções metodológicas que será imprescindível

---

<sup>2</sup> Evocamos a veemência com que o salientava Jean-Pierre Pautreau, com quem partilhámos a direcção de duas campanhas de escavação no castro das Ermidas.

encetar para se enfrentarem os desafios colocados pela escavação deste modelo de arquitectura. Com base no acima enunciado, defendemos ainda que, nesta fase da investigação sobre o tema, importará circunscrever as tipificações à escala local e regional, em detrimento de generalizações pouco consubstanciadas. Desta forma, limitamo-nos à área meridional da cultura castreja (Almeida 1973, 1983a, 1983b), na qual se articulam sobejos traços caracterizadores de uma unidade cultural (Soeiro 1997) e, dentro desta, evocaremos a evidência recolhida no castro de Penices, comparando-a sempre que oportuno com a que foi surgindo em outros povoados coevos da faixa sul do Entre Douro e Minho.

## **A ARQUITECTURA DOMÉSTICA**

A tipificação da arquitectura doméstica da área meridional da cultura castreja foi preocupação de alguns autores (Romero Masiá 1976; Almeida 1984), ainda que na abordagem generalista acima evocada, contribuindo para uma perspectivização espacial e cronológica desta importante parte do habitat, e dando corpo aos dados esparsos que ao tempo eram conhecidos. Naturalmente que a grande maioria dos contextos em análise se reportavam às fases contemporâneas da romanização, reconhecidamente as mais dinâmicas no volume das construções e no trabalho da pedra (Almeida 1984).

Neste período, no qual o processo de datações pelo radiocarbono não estava ainda generalizado e acessível, e tampouco o seu imperativo de calibração entendido pelos arqueólogos (Cabral - Soares 1984; Soares - Cabral 1984; Fábregas 1992, 18-9) constatamos a notável consistência e actualidade dos postulados avançados por Almeida (1984) sobre a evolução da arquitectura castreja, os quais foram sendo confirmados pelos dados que, ao longo de mais de uma década, recolhemos em quatro castros de Vila Nova de Famalicão.

Reconhece-se que os povoados castrejos são definidos por um perímetro de estruturas defensivas, e o seu interior está organizado em espaços públicos, estes mais difíceis de identificar nas fases antigas de ocupação, e em espaços privados, ou casas. Estas, enquanto dependências funcionais, e constituintes de uma unidade familiar, são compostas por várias construções. Nas fases anteriores à romanização a articulação destas dependências entre si é pouco evidente ao primeiro olhar (Queiroga 1993/2003, Fig. 19), mas uma análise mais atenta permite constatar a existência da casa composta desde as primeiras fases da construção em pedra. Com o processo de romanização clarifica-se esta organização, na tentativa de individualizar os espaços familiares, com a vulgarização de muretes separadores entre os núcleos domésticos, ou a regularidade ortogonalizante na qual estes espaços familiares se afirmam nas “citânias”, que cada vez mais vemos como urbes calaico-romanas (Silva 1995), cabendo, talvez apenas nestes exemplos, a designação de “bairros”, não às unidades familiares (Romero Masiá 1986) mas sim aos verdadeiros quarteirões visíveis em Sanfins, e também em Briteiros, onde neste último povoado alguns ficaram por “urbanizar”.

A relativa desenvoltura com que podemos escrutinar estas fases mais recentes de ocupação dos castros já não é possível nas fases mais antigas, da construção em materiais perecíveis, bem como os ritmos que presidiram ao câmbio de materiais construtivos da madeira/saibro para a pedra/saibro.

A muralha do castro de Penices constitui a sua primeira construção em pedra, em época que ainda não sabemos datar, desconhecendo-se qualquer evidência que suporte a hipótese de esta muralha ter substituído uma estrutura defensiva em madeira, do tipo paliçada, ideia que foi acalentada ao longo das escavações realizadas neste sítio. Sendo a primeira estrutura pétreia deste povoado, a muralha introduz a técnica construtiva da face dupla (Figura 1), constituindo-se como um exemplo particularmente ilustrativo das vicissitudes técnicas trazidas pelas primeiras utilizações do granito nas construções. Com efeito, por se situar em zona de contacto do granito com o xisto, aquele aflora com inclusões laminares quartzíticas a permeio, e portanto segmentado em níveis, o que facilita a sua desagregação em pequenos blocos. A muralha do castro de Penices foi construída com blocos irregulares e sem qualquer aparelho (Figura 2-3), assentes a seco ou com terra a permeio, e segundo

a então nova técnica da parede dupla<sup>3</sup>, com o largo espaço entre as faces exteriores cheio com terra e pedras. Ora, o travamento deficiente das faces da muralha, apartadas entre si em cerca de três metros, fragilizado pela pressão crescente do enchimento de terra e pedras, sobretudo quando saturado de água da chuva, motivou o arqueamento e o derrube da estrutura em vários pontos, que hoje podemos documentar pela irregularidade das suas faces. Tratando-se de uma instabilidade estrutural recorrente, entenderam os habitantes do castro melhorar a solidez da muralha através do seu alargamento, o qual só poderia ser feito no lado interior do recinto. Esta obra, que cremos ter sido executada entre os séculos VII e V a.C.<sup>4</sup>, com fundamento nas datações absolutas realizadas (Queiroga 2003, fig. 2.2) iria colidir com o espaço então ocupado por habitações em madeira, que estavam encostadas à muralha, talvez buscando a sua protecção contra os ventos. Para poupar esforços de demolição, os construtores desta ampliação da muralha incendiaram as cabanas situadas no seu caminho, e logo começaram a construir a nova face interior desta estrutura e a encher o seu interior com pedras e terra, soterrando os restos das cabanas ainda não totalmente consumidos pelo fogo. Nesta fase, continuaram ainda a ser construídas cabanas em madeira, até que se começa a aplicar às habitações a técnica de construção ensaiada na muralha. No entanto, antes de tal ocorrer, fez-se um outro muro igualmente em pedra, e seguindo a mesma técnica (Figura 1-4) o qual se destinava a criar uma plataforma regularizada onde se construíram cabanas (Figura 4.1), seguindo um padrão que se vulgarizará em épocas posteriores. Temos, portanto, que neste povoado o edificado de carácter público, e estruturante, como as muralhas e os muros de suporte de plataformas, são as primeiras peças construídas em granito.

A cronologia da adopção generalizada deste material nas construções domésticas é ainda algo obscura, por falta de elementos seguros, mas afigura-se-nos diagnóstico um pequeno fragmento de cerâmica grega, de verniz negro, encontrado no nível de ocupação de uma cabana, que poderá enquadrar-se no conjunto dos achados de cerâmica grega (Queiroga 2003, fig. 51), datáveis do século IV a.C., exumados nos castros do noroeste português. Desta forma, a “petrificação” da construção doméstica no castro de Penices poderá ter ocorrido ainda nos finais do século IV a.C., ou mais seguramente ao longo do século III a.C.

À semelhança do que foi constatado nas construções mais antigas do castro de Sto. Estêvão da Facha (Almeida *et al.* 1981), as construções habitacionais em pedra mais antigas dos castros de Vermoim e de Penices apresentam aparelhos irregulares, e nenhuma pedra apresenta vestígios de ter sido afeiçoada com pico, antes sendo partida pelas zonas de clivagem natural, indiciando que a génese da utilização do granito na arquitectura doméstica se desenvolve num ambiente parco em utensilagem de ferro, metal que é indispensável para trabalhar o granito com desenvoltura.

A primeira habitação em pedra conhecida no castro de Penices está representada por um alicerce circular muito destruído (Figura 1-7), pois sobre ele foi implantada uma outra construção (Figura 1-8), e as pedras que utiliza são de pequeno calibre, e sem vestígio de afeiçoamento a pico (Figura 3.1). A construção de um novo edifício no mesmo local, se bem que ignorando o preexistente, sugere que estaria estabelecida a organização do espaço, e do perfil funcional, do que designamos por casa, ou núcleo familiar castrejo.

## AS CONSTRUÇÕES EM MATERIAIS PERECÍVEIS

A utilização de materiais orgânicos no quotidiano das culturas representadas no registo arqueológico é difícil de avaliar em virtude de estes se desvanecerem rapidamente no contexto da elevada acidez dos nossos solos, e do clima temperado e húmido que favorece sobremaneira as populações de bactérias e fungos. Apesar deste débito regional de informação, é sabido que os materiais perecíveis

<sup>3</sup> Técnica cuja caracterização já abordámos (Queiroga 1998, 244, 247)

<sup>4</sup> Revemos a cronologia anteriormente apresentada (Queiroga 2005, 159) que, por lapso, aponta o século II a.C.

constituíam a esmagadora maioria das matérias primas utilizadas na utensilagem e nas construções. A madeira ocuparia um lugar cimeiro devido ao largo ecletismo das suas aplicações (Noël - Bocquet 1987; Earwood 1993), da facilidade com que se trabalha, e da sua disponibilidade local. Além destas características, temos ainda que cada espécie arbórea e arbustiva possui qualidades próprias, como dureza, flexibilidade, resistência ou durabilidade, que não raramente as agregam a funcionalidades específicas dentro da utilização quotidiana.

As referências a vestígios de construções em madeira em castros do Noroeste aparecem, esparsas, desde as observações antigas, veiculadas por López Cuevillas (1947, 141-2) e Bouza Brey (Bouza - Cuevillas 1927, 9). Mais raros foram os conjuntos de vestígios que permitiram identificar construções em materiais perecíveis em castros, sendo que as evidências que sobrevivem no contexto arqueológico são normalmente muito ténues e inconspícuas.

A maioria dos exemplos conhecidos de cabanas em materiais perecíveis não deixam o seu registo ao nível da alterite rochosa, indícios aos quais estamos acostumados nas intervenções em sítios da pré-história recente, os designados “povoados de fossas”. As estruturas assentes em terra humosa exigem uma metodologia de escavação adequada à especificidade dos contextos, temperada pelo prévio conhecimento da sua existência, razão pela qual elas se têm mostrado tão elusivas. Estamos convictos que uma maior atenção para as pequenas evidências diagnósticas desta realidade durante o processo de escavação contribuirá grandemente para o aparecimento de novos dados em muitos dos castros onde as cabanas são, por agora, ausentes.

A título de exemplo, evocamos da primeira escavação realizada no castro de Vermoim, em 1982, durante a qual se detectaram lareiras dispersas, isto é, dissociadas de quaisquer construções pétreas, adjacentes às quais se dispersavam algumas manchas de saibro. Apesar de, tanto os contextos como as metodologias então utilizadas, não nos permitirem descodificar estes vestígios, à época insólitos, persistiu a dúvida, que idêntica experiência de colegas<sup>5</sup> permitiu consubstanciar. Os dados acumulados nas décadas seguintes permitiram clarificar esta questão, abrindo caminho para a realidade tão fascinante quanto críptica das construções em materiais perecíveis nos níveis antigos de ocupação dos castros.

Na zona meridional da cultura castreja são conhecidos numerosos vestígios de cabanas, os quais têm merecido atenção por parte da investigação castreja (cf González Ruibal 2006, 92-7, 194-), mas integrados num quadro geográfico/cultural que nos aconselha a sua exclusão desta pequena abordagem.

Reportando-nos ao entorno do Vale do Ave, ao qual por agora nos circunscrevemos, evocamos os vestígios de cabanas detectados no castro da Bóca<sup>6</sup>, também no concelho de Vila Nova de Famalicão. Este pequeno povoado encontra-se num esporão pouco pronunciado que pende sobre o vale aluvionar do rio Pelhe, o qual é apenas um pequeno córrego. A escavação do castro permitiu detectar vestígios de um conjunto de cabanas em materiais perecíveis, com o nível de piso interior aparentemente rebaixado em relação ao exterior, e ténues vestígios dos postes que as compunham, só visíveis pelo anel de pedras que os cerceavam pelo lado exterior.

No castro de Vermoim, pouco distante deste último, escavámos em 1982 vestígios de lareiras circulares em argila (Figura 2.2), sem qualquer outra evidência associada. Com os dados hoje disponíveis, vemos nelas uma marcante analogia com os vestígios de cabanas do castro de Penices. Ainda em Vermoim, foi detectada a planta de uma cabana circular com cobertura em ramagens e argila (Figura 2.1), cujas dimensões pouco se afastam da construção posterior, em pedra, que lhe está adjacente. Este facto confere algum sentido à antiguidade da datação pelo C14 obtida para estes contextos (Queiroga 1992/2003, Fig. 2-2), apesar do carácter errático do conjunto das três datas obtidas.

---

<sup>5</sup> Recordamos que, em informação verbal, Carlos Alberto Brochado de Almeida confidenciou então ter detectado idênticas ocorrências de "lareiras dispersas" nos castros por si escavados na área de Ponte de Lima.

<sup>6</sup> O castro da Bóca foi escavado por Felisbela Oliveira, que nos transmitiu informações orais sobre os seus contextos antigos. A esta colega e amiga, com quem partilhámos as várias campanhas de escavação do castro de Penices, agradecemos a amabilidade da partilha destes dados, ainda inéditos.

A citânia de S. Julião, já afiliada geograficamente ao vizinho vale do rio Cávado, forneceu também um conjunto expressivo de testemunhos de cabanas circulares, em materiais perecíveis (Bettencourt 2000), numa sequência estratigráfica que documenta a sua continuidade ao longo de um período presumivelmente longo, cuja datação é confirmada por um conjunto substancial e coerente de datações por radiocarbono. Evocamos as suspeitas anteriormente manifestadas (Queiroga 1992/2003, Fig. 28-2) sobre a existência neste povoado de uma estrutura de suporte, e quiçá de defesa, em materiais perecíveis, do tipo paliçada, que poderá ser contemporânea das cabanas referidas acima. A ser verdade esta hipótese, teríamos neste sítio exemplo de uma sincronia na utilização dos materiais, que no castro de Penices já não se verifica.

Por se encontrar na mesma latitude, e na bordadura deste contexto geográfico com o interior montanhoso, evocamos também as evidências de cabanas exumadas no castro do Crastoeiro, em Mondim de Basto, onde surgem enquadradas com vestígios de silos escavados no saibro (Dinis 2001, 51-2), os quais constituem curiosa reminiscência tecnológica e cultural de fases anteriores da pré-história recente.

## **AS CABANAS DO CASTRO DE PENICES**

A primeira abordagem ao castro de Penices, realizada em 1985, constou na limpeza e desenho de um corte estratigráfico (Queiroga 1987), resultante de exploração de pedra na zona da muralha, do lado nascente do sítio. Neste corte estratigráfico notou-se, desde logo, um denso nível de carvões, junto com alguns fragmentos de piso em argila, em diversos níveis, para o que não se aventou então hipótese coerente.

A partir desta primeira abordagem, encetou-se a escavação programada do sítio, na área contígua ao corte, projecto que decorreu de 1987 a 1992.

Para efeito de enquadramento, tipificaremos as fases de ocupação deste pequeno povoado, seguindo a ordem da escavação. Sabemos, pelos materiais recolhidos no fosso, que nele terão deambulado gentes no século XIII, e que também nos séculos IV e V aqui se terão refugiado populações, cuja presença se constata pelos numismas, cerâmicas e vestígios de habitações. Todavia, o abandono do povoado parece ter ocorrido na mudança do primeiro milénio podendo, eventualmente, ter tido alguma ocupação residual até Cláudio. Este povoado contribui para reafirmar a tese segundo a qual Augusto mandou construir cidades, as grandes urbes indígenas, como Briteiros, Eiras, Sanfins e Mozinho, para elas deslocando os habitantes (Estrabão III, 3, 5) dos pequenos *oppida*. Pouco antes do seu abandono, Penices assistiu a algumas inovações. A casa dotou-se de um vestíbulo, que não era um mero anexo mas dela fazia parte integrante, e os seus ocupantes desenvolveram o gosto pelos símbolos da cultura romana durante um curto período, adquirindo sigillatas itálicas, lucernas, e cerâmicas campanienses, mas nunca chegando a adoptar a telha como cobertura da casa. A família habitava um complexo com três construções circulares, entre as quais existia um amplo espaço de pátio. Pensamos que a maioria das casas em pedra possuíam as ombreiras e as padieiras em madeira. Contribui para esta convicção a ausência de marcas de padieira na estrutura das portas, escavadas com cuidado e atenção. No caso da construção que foi interpretada como celeiro, constatou-se durante o processo de escavação que todas as pedras correspondentes à parede da construção se encontravam derrubadas no local, e neste contexto não havia nenhum elemento de abertura em pedra.

A generosidade do espaço votado à unidade familiar sugere pouca pressão demográfica que, de resto, parece comum a todos os períodos de ocupação. Antes de dotarem a construção com uma lareira decorada, e com um vestíbulo, tinham pavimentado parte do pátio com lajes de granito, ligando a cozinha ao celeiro, e também adoptado a mó circular para moer os cereais, sendo abandonada a mó oblonga à reutilização nas construções, facto que parece estar ligado a um aumento da produção cerealífera. Quando foi construída esta casa redonda, com lareira no seu interior, foi sacrificada uma outra construção, igualmente circular e em pedra (Figura 3-1), mas de diâmetro um pouco maior, e de

parede mais larga. Esta construção circular, de que só ficou parte do alicerce, documenta o momento em que se começa a utilizar a pedra na construção das casas, e que, ainda que com reservas, situamos no século III a.C. A construção desta casa encerra, portanto, um longo ciclo no qual imperou a madeira, ramos e saibro, como elementos construtivos das habitações que, sem conotação depreciativa, designamos como cabanas.

Concluída a escavação dos níveis de ocupação da fase castreja mais recente, correspondente a um conjunto de três construções circulares em pedra, acima referidas, avançou-se na decapagem do nível inferior. De imediato, começou a notar-se, no espaço entre a muralha e a construção circular adjacente, uma densa concentração de troncos de árvores de diâmetro reduzido, dispostos paralelamente entre si, que passavam por debaixo da face interior da muralha. A primeira explicação que ocorreu foi a de se tratar de vestígios de uma paliçada anterior à muralha em pedra, facto que justificaria o desmonte de uma parte desta estrutura, para esclarecer esta questão de suma importância. Foi desmontado um pequeno tramo da face interior da muralha, e retirado o seu enchimento até ao nível dos troncos incarbonizados, e durante duas campanhas decorreu o lento e metódico processo de escavação do contexto de troncos incarbonizados, processo que beneficiou da presença e da orientação de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, cujo espírito inquisitivo e finas observações do contexto arqueológico muito contribuíram para as interpretações e adequação das metodologias.

Com o decurso da escavação constatou-se que a maioria dos troncos pertencia a sobreiros jovens, que se uniam entre si por um entrelaçado de galhos de pequeno diâmetro, que os iam abraçando, em jeito de vencelhos. Entrecortando este conjunto, notava-se uma ampla dispersão de nódulos compactos de argila calcinada, cujo interior albergava uma densa teia de finos ramos incarbonizados. Após a remoção das primeiras camadas deste conjunto compacto, constatou-se que os troncos não estavam alinhados perpendicularmente à muralha, mas enviesavam em plano semi-circular, além de que se concentravam num espaço de escassos metros, facto que lançou dúvidas sobre a interpretação inicial. A escavação de outras áreas estratigraficamente coevas desta, situadas entre as construções circulares, ia revelando vestígios de lareiras estruturadas, o que começou a cimentar a percepção de estarmos perante um amplo conjunto de vestígios de cabanas construídas com materiais perecíveis.

Expostas as circunstâncias dos achados, passamos à tipificação das evidências.

A cabana soterrada pela muralha apresentava planta circular ligeiramente distorcida, com cerca de quatro metros de diâmetro, e o solo era pavimentado com uma camada irregular de argila, em virtude de esta habitação se posicionar em parte sobre um afloramento rochoso. Ao centro havia uma lareira, sem qualquer estrutura. A ausência de vestígios de poste indica que a cobertura da cabana seria auto-sustentada na cumieira, onde convergiam os postes laterais. Nos restantes exemplos completos de cabana não foi detectado qualquer apoio central, mas em alguns casos nota-se um poste solidamente cravado, no extremo da lareira oposto ao trasfogueiro. Este poste poderia ter servido, acessória ou exclusivamente, para suspender recipientes de cozinha sobre o lume. Recordamos a grande percentagem de formas de cozinha de dependurar, como tachos de asa interior (Dinis 1993/94, 184) que se observam nos estratos coevos das cabanas.

Os restantes vestígios de cabanas encontrados no castro de Penices são bastante mais modestos, mas constituem um corpo que é tipologicamente mais coerente, até pelo formato da sua planta, que é sistematicamente circular alongado, ou sub-elíptico, com dimensões que oscilam entre os três e quatro metros. A presença destas cabanas é muito discreta no registo arqueológico, pois na sua construção raramente se recorre aos calços em pedra na compactação dos postes, pelo que não ficaram no registo os tradicionais “buracos de poste” estruturados. De resto, o alinhamento destes é raramente perceptível no contexto das terras negras e humosas que constituem o solo, tanto do interior como do exterior da cabana, e que séculos de actividade radicular da vegetação se encarregou de desagregar. Em seguida, temos a característica de este modelo de cabanas apenas possuir uma lareira estruturada, com formato ovalado alongado, cuidadosamente construída em argamassa de

saibro, bem alisada e sempre com um trasfogueiro feito de uma estreita laje de granito afeiçoada no extremo superior, por vezes por polimento. Estas peças foram sendo encontradas, descontextualizadas, nos diversos contextos, pelo que se ajuíza um grande ritmo de reconstrução destas cabanas. O solo era, como se disse, em terra batida, não se diferenciando substancialmente do piso do exterior da cabana. A sua estrutura seria muito semelhante à da cabana que encontrámos incarbonizada, mas a evidência arqueológica aqui não é tão nítida. Da sua estrutura em madeira nada sobreviveu, nem dos troncos nem das ramagens. O saibro que calafetaria a cobertura tombou, e dispersou-se em manchas que as reconstruções posteriores entrecortaram, retirando-nos a visão espacial do conjunto. Nos casos felizes em que a cabana foi consumida pelo fogo, temos manchas de argila salpicadas com carvões de ramagens, como documenta a Figura 3.2.

Presumimos que estas construções seriam efémeras, residindo aqui, talvez, o seu maior inconveniente, e um dos incentivos para a adopção da construção em pedra. Com efeito, os postes de madeira enterrados neste solo ácido e húmido seriam permeáveis ao rápido apodrecimento, supondo-se que a sua duração seria inferior a uma dezena de anos. Apesar de colocarmos esta hipótese, não encontrámos sinais da incarbonização parcial dos postes como estratégia para aumentar a sua durabilidade no solo. É de supor que estes condicionalismos tenham motivado a introdução de uma técnica construtiva, que aqui se não verifica, que é a construção de um murete baixo, em pedra ou saibro sobre o qual assenta a estrutura em madeira.

Uma das inúmeras questões a esclarecer no futuro será a da tipologia e funcionalidade das cabanas. É sabido que o conjunto de construções em granito que formam a unidade doméstica nos castros desta região apresentam diferenças tipológicas que são consentâneas com as suas diferentes funções, das quais salientamos de momento duas: armazenar colheitas, e habitar/cozinhar. Perguntamo-nos se esta divisão funcional nascerá com a petrificação das estruturas, ou se vem já destas fases mais antigas. Recordamos que o espaço entre as construções pétreas do núcleo familiar escavado em Penices foi comparativamente pouco perturbado pelas construções mais tardias, o que permitiu conservar evidências ténues de alguns fundos de cabana em terra batida. A estrutura em madeira que constituía a parede das cabanas praticamente não deixou marcas na terra húmida. Contudo, logrou-se descortinar a imagem de uma das cabanas ter uma planta sub-elíptica em virtude da grande concentração de fragmentos de cerâmica e de alguns carvões no seu lado exterior, formando uma linha separadora. De resto, foi num destes contextos que se encontrou um fragmento de cerâmica grega, bem como algumas contas de colar em pasta vítrea, e ainda pesos de rede feitos com seixos rolados, e lâminas em sílex. A inexistência de materiais cerâmicos no seu interior aparta-a de outras que os contêm. Uma outra cabana, adjacente à referida, apresentava no seu entorno uma percentagem anormalmente elevada de cereais e leguminosas incarbonizadas. As sementes incarbonizadas eram visíveis a olho nu, tal a sua densidade, e, neste quadro sobressaía a grande quantidade de favas (*vicia faba*) incarbonizadas. Tendo em mente este conjunto de vestígios, colocamos a hipótese de, já nesta fase, existir a diferenciação funcional no seio das construções que formam o núcleo familiar castrejo, ao qual a petrificação do povoado apenas dará outra configuração e visibilidade.

A cronologia destas edificações em madeira tem sido suportada por dados de diversa ordem, começando a consubstanciar-se uma imagem regional coerente para o processo de transição desta tipologia construtiva na direcção da petrificação das estruturas.

Os vestígios de cabanas detectados no castro de S. Lourenço, em Esposende, parecem datar do século IV a.C. (Almeida - Cunha 1997), e surgem debaixo dos níveis onde se implantam as edificações em pedra. As datações disponíveis para o castro do Crastoeiro (Dinis 2001, 65) corroboram esta sugestão, apontando, mais especificamente, para o período entre meados do século IV e os inícios do III a.C. Em Penices, tanto as datações por radiocarbono como o posicionamento oportuno do fragmento de cerâmica grega, corroboram as cronologias destes dois sítios.

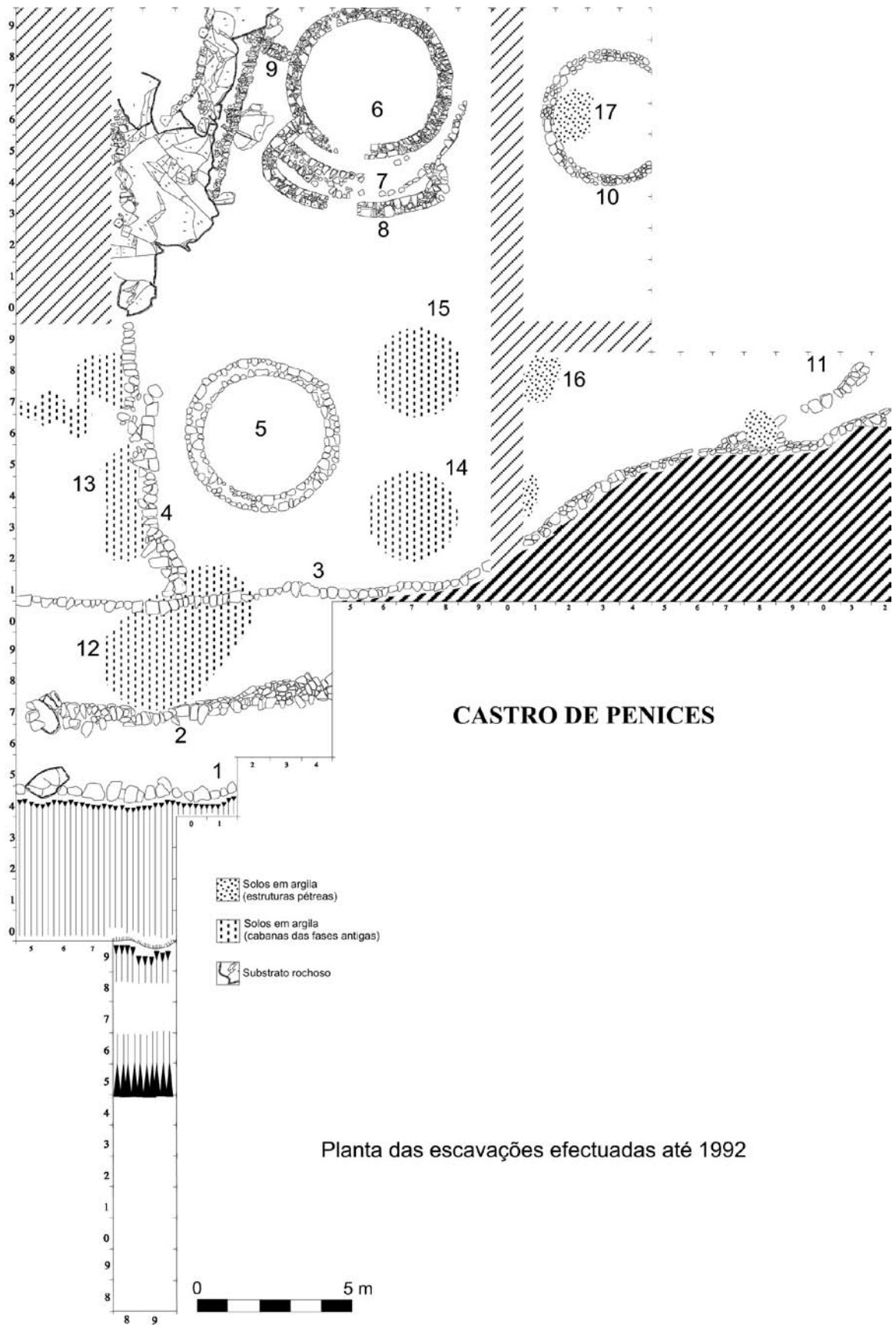


Em face dos dados disponíveis, parece aceitável a sugestão de estar ainda comparativamente generalizado o hábito de construir cabanas em madeira nos inícios/meados do século IV a.C. no interflúvio Cávado-Ave, podendo, contudo enquadrar-se entre este período e os inícios do século III a.C. as últimas manifestações desta prática, e a mudança dos padrões construtivos das habitações no sentido da utilização da pedra. Podemos ainda sugerir que o povoado configurava já a imagem que nos será familiar na época seguinte, defendido por uma potente muralha, com o seu espaço interno organizado em terraços aplanados, e com as unidades familiares distribuídas em espaços simbólico/funcionais de fruição individualizada. Um quadro que a petrificação das casas talvez pouco tenha vindo a alterar.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, C.A.B.; CUNHA, R.M.C., (1997), *O Castro de S. Lourenço, Vila Chã - Esposende*, Esposende, Câmara Municipal de Esposende
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, (1973-74), Influências meridionais na cultura castreja, *Revista da Faculdade de Letras, Série História*, vol. 4/5 (= XIII, Congreso Nacional de Arqueología 1975, 491-8), pp. 197-207
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, (1983a), Cultura Castreja. Evolução e problemática, *Arqueología* 8, Porto, pp. 70-4
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, (1983b), O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação, in Pereira Menaut, G. (ed.), *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp.187-98
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, (1984), A casa castreja, *Memorias de Historia Antigua* 6, Oviedo, 35-42
- ALMEIDA, C.A.F.; SOEIRO, T.; ALMEIDA, C.A.B.; BAPTISTA, A.J., (1981), Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha, *Arquivo de Ponte de Lima*, 3 (sep.), Ponte de Lima.
- BETTENCOURT, Ana M.S., (2000): O Povoado de S. Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro, *Cadernos de Arqueología, Monografias* 10, Braga
- BOUZA BREY, F.; LOPEZ CUEVILLAS, F., (1927), Prehistoria Galega. O Neixón, *Boletín de la Real Academia Gallega* 16, pp. 1-11, 32-8, 56-61, 76-83, 103-8
- CABRAL, J.M.P.; SOARES, A.M., (1984), Datação pelo radiocarbono. II - Sobre a estimação do verdadeiro valor das datas convencionais de radiocarbono e a comparação de duas datas, *Arqueología* 10, Porto, pp. 89-99
- CALO LOURIDO, F.; SIERRA RODRIGUEZ, X.C., (1983), As orixenes do castrejo no Bronze final, in Pereira Menaut, G. (ed.), *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 19-86
- COFFYN, A., (1983), La fin de l'âge du Bronze dans le centre - Portugal, *O Arqueólogo Português* 1 (4ª Série), pp. 169-96
- COFFYN, A., (1985), *Le Broze final atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Publ. Centre Pierre Paris 11
- DINIS, A.P., (1993/94), Artefactos em bronze do Castro de Penices (Vila Nova de Famalicão). Abordagem aos métodos de análise em Paleometalurgia, Braga, *Cadernos de Arqueología* 10-11 (S2), pp. 181-201
- DINIS, A.P., (2001), *O Povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Mondim de Basto, Norte de Portugal)*, *Cadernos de Arqueología (Monografias)* 13, Universidade do Minho
- EARWOOD, Caroline, (1993), *Domestic Wooden Artefacts in Britain and Ireland, from Neolithic to Viking Times*, Exeter, University of Exeter Press
- FÁBREGAS VALCARCE, R.; CARBALLO ARCEO, L.X., (1991), Dataciones de carbono 14 para castros del Noroeste Peninsular. *Archivo Español de Arqueología* 64, pp. 244-63
- FÁBREGAS VALCARCE, Ramón (1992) "Tercera revolución del Carbono"? Una perspectiva arqueológica del C14. *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología* 58, pp. 9-24
- FIGUEIREDO, E; SILVA, R.J.C.; SENNA.MARTINEZ, J.C.; ARAÚJO, M.F.; FERNANDES, F.M.B.; VAZ, J.L.I., (2010), Smelting and recycling evidences from the Late Bronze Age habitat site of Baiões (Viseu, Portugal), *Journal of Archaeological Science* 37, pp. 1623-34
- GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo, (2006), *Galaicos, Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C-50 d.C.)*, A Coruña, Brigantium 18.
- HAWKES, C.F.C., (1984), The castro culture of the peninsular North-West: fact and inference, in Blagg, T.F.C.; Jones, R.F.J.; Keay, S.J. (eds.), *Papers in Iberian Archaeology*, British Archaeological Reports (IS) 193 (1), Oxford, pp. 187-203
- LÓPEZ CUEVILLAS, F., (1947), Las cabanas de los castros, *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología y Prehistoria* 22 (1-4), pp. 141-6

- NOËL, M.; BOCQUET, A., (1987), *Les hommes et le bois. Histoire et technologie du bois de la préhistoire à nos jours*, Paris, Hachette
- QUEIROGA, Francisco M.V.R., (1987), Corte estratigráfico no castro de Penices, *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão* 7, pp. 3-22.
- QUEIROGA, Francisco M.V.R., (1998), Monte Mozinho: questões e opções na preservação do sítio, in Soeiro, T. (ed.), *Monte Mozinho. 25 anos de trabalhos arqueológicos*, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, Cadernos do Museu 2, pp. 243-66
- QUEIROGA, Francisco M.V.R., (2003), War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age, Oxford, BAR International Series 1198, Archaeopress, (= 1992, Oxford University, policopiado)
- QUEIROGA, Francisco M.V.R., (2005), Materiais e Técnicas Construtivas da Cultura Castreja no Entre-Douro-e-Minho, Penafiel, Câmara Municipal, *Cadernos do Museu* nº 11, pp. 155-66
- ROMERO MASIÁ, A., (1976), *El habitat castreño*, Santiago de Compostela
- ROVIRA LLORÉNS, Salvador, (1993), La Metalurgia de la Edad del Hierro en la Península Ibérica: Una Síntese Introductoria, In Arana Castillo, R.; Muñoz Amibilia, A. M<sup>º</sup>; Ramallo Asensio, S.; Ros Sala, M<sup>º</sup> (Eds.), *Metalurgia en la Península Ibérica durante el Primer Milenio a.c. Estado actual de la investigación*, Murcia, Universida de Murcia, pp. 45-70
- SILVA, A.C.F.; SILVA, C. T.; LOPES, A.B., (1984), Depósito de fundidor do final da idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lucerna* (s/n), pp. 73-95
- SILVA, A.C.F., (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira
- SILVA, A.C.F., (1995), Portuguese Castros: The Evolution of the Habitat and the Proto-Urbanization Process, in Cunliffe, B.; Keay, S. (Eds.), *Social complexity and development of towns in Iberia from the Copper Age to the second century AD*, Oxford, Oxford University Press, *Proceedings of the British Academy* 86, 263-89
- SOEIRO, Teresa, (1997), O esplendor do Sur da Callaecia, In Pereira Menaut, G. (ed.), *Galicia Fai Dous Mil Anos. O Feito Diferencial Galego na Historia*, Museo do Pobo Galego, Santiago de Compostela, pp. 213-36



**Fig. 1** – Planta da área escavada no castro de Penices, com representação das estruturas mais significativas.



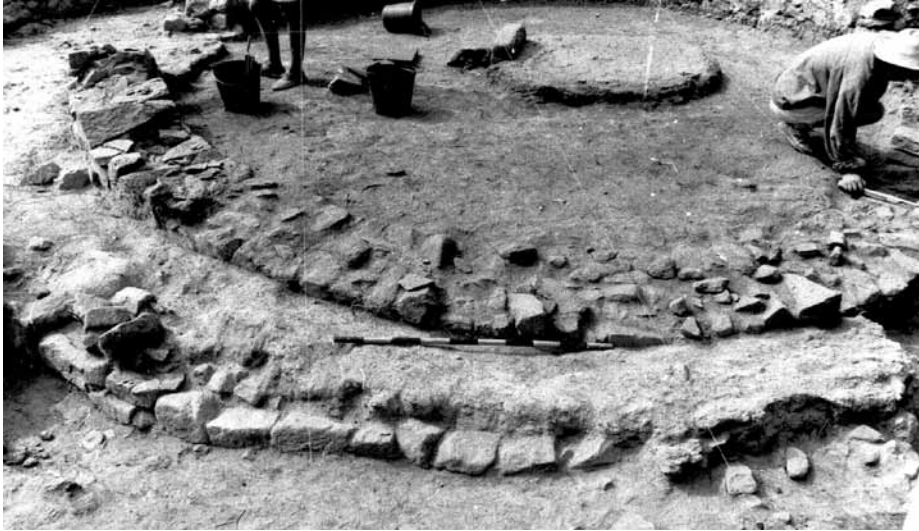
**Fig. 2.1** – Vestígio de uma cabana circular, escavada no castro de Vermoim, em V.N. Famalicão.



**Fig. 2.2** – Castro de Vermoim. Lareira em argila, sem qualquer outro contexto visível associado.



**Fig. 2.3** – Pormenor do aparelho da muralha do castro de Penices, notando-se a ausência de aparelhamento e irregularidade das pedras, bem como o travamento deficiente do aparelho.



**Fig. 3.1** – Vestígios do alicerce da construção doméstica mais antiga do castro de Penices.



**Fig. 3.2** – Vestígios da cobertura de uma cabana, com argila e ramos, entretanto incarbonizados



**Fig. 3.3** – Vestígios de cabana. Pormenor de um conjunto de ramos incarbonizados, entrecruzados em malha.



**Fig. 4.1** – Restos de lareiras e fundos de cabana com vestígios de poste, situados numa plataforma (Figura 1-13) suportada por muro em pedra.



**Fig. 4.2** – Vestígios de uma cabana (Figura 1-15) com ampla dispersão da cobertura em saibro, e restos da lareira, ao centro. O bordo rectilíneo, no lado superior, corresponde ao trasfogueiro em pedra, que já não tinha aquando da escavação.



**Fig. 4.3** – Vestígios de coberturas de cabanas assentes sobre o afloramento rochoso, em contexto que forneceu quantidades elevadas de cereais e de fava.

# A FESTA DA ISTORIA DE RIBADAVIA

## RELATO, INVENCIÓN, VIVENCIA<sup>1</sup>

Xosé Carlos Sierra<sup>2</sup>

### RESUMO:

Describe-se e analisa-se neste artigo o fenómeno das festas novas, criadas ou reinventadas nos nossos días pelas comunidades locais sob condicionamentos laicos. Festividades que, sem estarem empurradas pola crença relixiosa, mostran analogías formais con as celebracións relixiosas. De maneira semelhante áquelas, as *neo-festas* desenvolven un ritual moito pautado e imaxinan os seus propios relatos que convertem en alicerce dos seus discursos e mensaxens. Trátase, neste traballo, o caso da *Festa da Istoría* (Ribadavia, Galiza), un acontecemento destinado a reviver o medioevo, una época considerada nesta localidade como o tempo do seu esplendor.

**Palavras-Chave:** Festa; Histórea; Memória; Ritual; Signo e Símbolo.

### ABSTRACT:

This paper describes and analyzes the phenomenon of *new festivities*, those which were created or reinvented in our days by local communities under laic premises, but despite of not being driven by religious beliefs, they still display formal analogies with religious festivities. *Neo-festivities*, similarly to religious feasts, develop a ruled ritual and invent their own narration which they convert into the ground of their own discourse and their message. This article's case study is the *Festa da Istoría* (Ribadavia, Galicia), an event which intends to relive the Middle Ages, a period considered to be this town's moment of highest splendour.

**Keywords:** Festivity; History; Memory; Ritual; Sign; Symbol.

## INVENCIÓN, RE-INVENCIÓN, INSPIRACIÓN. A HISTORIA COMO ARGUMENTO PARA UN NOVO XEITO DE FESTEXAR

A Festa da Istoría nace da iniciativa da escola-obradoiro de Santo André de Camporredondo e no marco dun labor docente empeñado na recuperación de espazos, historias e documentos da tradición local de Ribadavia e O Ribeiro. Dúas publicacións de comezos do século XX motivan o achegamento á historia da comarca e inspiran a profesores e alumnos para crear, mediante a forma festiva, un novo evento que posibilite o coñecemento pasado revivido agora dende o presente. Referímonos ás obras de Leopoldo Meruéndano e do P. Samuel Eiján, o primeiro figura intelectual da burguesía local ribadaviense e o segundo frade franciscano, historiador e poeta, oriundo da localidade de San Clodio no

---

<sup>1</sup> Agradecemos aos membros da Coordinadora da Fundación Festa da Historia – particularmente a Edmundo Araujo, Francisco Alonso e Xavier Carreira -, aos seus diferentes directivos e aos integrantes do Centro de Estudos Medievales, os seus testemuños. A documentación consultada, complementar do traballo de campo realizado, pertence ao Museo Etnolóxico e ao Arquivo Histórico Provincial de Ourense. As fotografías que ilustran o artigo son do Fondo Fotográfico do MER (Museo Etnolóxico. Eibadaviua-Ourense) e da autoría de Santiago Míguez Amil.

<sup>2</sup> Museo Etnolóxico. Ribadavia-Ourense. xosecarlossierra@gmail.com.

concello veciño de Leiro. Leopoldo Meruéndano publicou en 1915 unha obra dedicada ao estudo da comunidade xudea na historia de Ribadavia, na que se destaca a súa relevancia sociodemográfica no baixo medievo e a súa plena integración na vida desta Vila:

*[...] Todas estas consideraciones deducidas de los hechos expuestos, hacen ver cuan identificada estaba en Galicia en general, y en particular en esta villa, la raza judía con el resto de la población [...]*

Alude este autor a unha cerimonia que formaba parte dos festexos patronais de Ribadavia, adicados á patrona da Vila, á Virxe do Portal, e celebrados nos días anteriores ao 8 de setembro, data de celebración da súa festa maior. A orixe da devoción, e da festa conseguinte, sitúanos a comezos do século XVII, documentándose a data de construción da capela ao redor do ano 1621<sup>3</sup>. Meruéndano fala da inclusión nas festas do Portal dunha *pantomima* ou *representación escénica*, coñecida como “*La Historia*”, que el interpreta como unha ‘*reminiscencia del pueblo judaico*’. A súa interpretación fai unha analoxía entre aquela representación e as loitas entre mouros e cristianos, concluíndo que o que representaba era unha pasaxe da historia dos hebreos nas súas loitas con idumeos, filisteos e exipcios. Sanuel Eiján (1920) reproduce a cita de Meruéndano, atribuíndo a este autor a interpretación da euxenesia hebraica da Pantomima e do significado que a representación ten con relación á vella comunidade xudea de Ribadavia: “*Este autor [Meruéndano] cree descubrir en el carácter hebraico de tales representaciones una reminiscencia de la influencia judía en nuestra Villa*”.

Eiján engade que o asunto, temática ou contido desta escenificación era variable e elexido polos representantes do Concello, na súa función de organizadores e responsables económicos da festa patronal:

*[...] Algunos días antes de las fiestas del Portal dos Capitulares dan los papeles de la Istoría[...] Celoso debió ser siempre el Concejo de no dejar la elección de asunto representable a gusto de los que habían de representarlo, sino de escogerlo por si mismo y entregarlo luego para su estudio[...]”<sup>4</sup>.*

Podemos considerar a hipótese de que estas dramatizacións que se realizaban de imaxes do pobo hebraico poideran responder tamén a escenas bíblicas e non a relatos épicos sobre a comunidade xudía. Ademais, o perfil marcadamente barroco das Festas do Portal atopámolo nas danzas, mascaradas e representacións escénicas de estrutura para-teatral (Bonet, 1990), tantas veces cheas de referencias alegóricas con especial acento relixioso. A pantomima de *La Historia* (segundo Meruéndano) ou da *Istoría* (segundo Eiján) lembra as manifestacións para-dramáticas barrocas e pode constituir un caso, en modo algún atípico, de utilización de pasaxes bíblicas como argumento.

Pero non é a intención deste traballo analizar a orixe e o contido da pantomima escénica integrada, ata mediados do s. XIX, no calendario festivo da Virxe do Portal de Ribadavia. O que nos interesa aquí é analizar a Festa da Istoría e como emerxe ou se re-inventa a finais do século XX un fenómeno festivo inspirado nunha celebración anterior. Porque, independentemente, do contido estrito daquel evento no contexto das Festas do Portal do século XIX, o certo é que os relatos de Meruéndano e Eiján sobre a pantomima histórica (ou bíblica), co seu potencial épico e literario, favoreceron a re-invención dunha nova festa promovida polos integrantes da Escola Taller de Santo André de Camporredondo (Ribadavia). O significativo da celebración denominada Festa da Istoría é a participación veciñal que os cronistas atribúen ao evento cívico-relixioso no que se inspira: “[...] *en cuya pantomima tomaban parte muchos vecinos de la villa[...]*”. Festa e participación son os dous elementos máis visuais das experiencias festivas dende a baixa medievalidade ata o barroco e un compoñente fundamental nas celebracións do *Corpus* –de singular relevancia na Ribadavia baixomedieval e renacentista (González, 1998), - e tamén

<sup>3</sup> A historia da capela da Virxe do Portal témola en Rodríguez L. (2001): “Arte” en X. C. Sierra (coord.), *O viño da cultura. A cultura do viño*. Pontevedra. Editorial Mirabel, pp. 360-363, e atópase en prensa e edición dun traballo inédito *La Virgen del Portal y su capilla*, escrito en 1966 polo medievalista M. Rubén García Álvarez, que irá precedido dunha introdución crítica a cargo d historiadora Isolina Rionegro.

<sup>4</sup> Dato reflectido no *Libro de Acuerdos* do concello de Ribadavia, que no ano 1865, di “[...] *las piezas que se han de representar elegidas por el Ayuntamiento[...]*”



nas festas patronais que emerxen na época barroca como acontece coa citada festa maior, adicada á *Virxe do Portal*. En todos os casos o espazo urbano absorbe boa parte do ritual e ordena a secuencia espazo-temporal da celebración. No Corpus e na festa patronal do Portal os poderes cívicos e relixiosos e os segmentos sociolaborais (os grupos gremiais) inciden na organización da festa, establecen a distribución de posicións e lugares no ritual procesional, debaten sobre o reparto de funcións xestoras e sobre as cargas económicas para o financiamento da festa e deciden (os que ocupan as posicións de hexemonía ou privilexio) as tramas e contidos das representacións profanas e pararelixiosas, ordenando a liturxia da celebración e concelebración propiamente sacras. Os distintos axentes concernidos pola organización da festa tradicional participan dun xogo de cooperación e competencia, no que emerxen as diferenzas sociais e o papel relevante das distintas institucións. Na festa nova, en troques, a cooperación preside as accións que levan á invención, xestación e organización da festa, pero a competencia e o conflito non están ausentes das prácticas organizadoras e das iniciativas orientadas a captar vontades, a conseguir colaboracións e a obter recursos para materializar a vivencia festiva.

O chamativo da Festa da Istoría, na súa intención e na súa configuración, é a implicación da poboación de Ribadavia como protagonista da experiencia festiva e dos veciños como cómplices para activar iniciativas e conseguir recursos. Na fase inicial diferentes testemuños apuntan que a Escola Taller procuraba a combinación da historia como cultura local, identidade e recurso turístico (Fernández de Paz, 2002), susceptible de ofrecer unha saída laboral aos seus estudantes. A vila de Ribadavia posuía un patrimonio cultural que os rectores da Escola Taller consideraban socialmente produtivo, si se manexaba doadamente:

*“[...] Los objetivos[...] la recuperación de la historia de esta comarca y la potenciación de esta villa a todos los niveles, y sobre todo el turístico [...]”*

(Faro de Vigo, 1 de setembro de 1989)

A Escola Taller non inventou, de forma programada, esta festa como resposta explícita ao marco de oportunidades que motivaban a creación das Escolas Taller, pero a Festa que se fundaba en 1989 proporcionaba certamente un laboratorio didáctico, ao tempo que un recurso potencial, para dinamizar Ribadavia e, indirectamente, absorber sociolaboralmente aos seus alumnos. A chamada inmediata aos axentes sociais da vila, así como a outras asociacións culturais, empresariais e de consumidores, buscaba a obtención das sinerxias indispensables para garantir o éxito dunha festa como esta e procuraba outros efectos sociais desexables: a cohesión do vecindario nun proxecto común e o espertar duns sentimentos identitarios. A recuperación dun evento localizado nunha festa antiga (independentemente da discutible cientificidade da súa interpretación)<sup>5</sup> e dun relato que conectaba co período considerado como o do esplendor de Ribadavia favorecían a combinación destes variados aspectos.

## **O RITUAL NUNHA FESTA NOVA: VESTIRSE DE HISTORIA É VIAXAR NA HISTORIA**

*“[...]Mais aínda fervorosos se atoparon ante a enorme creatividade que con xusta imaxinación, orixinalidade, espontaneidade, sinceridade i naturalidade se fai desta festa da historia, reconstruindo o pasado e achegando as nosas vidas un regueiro de alegría, amor i felicidade, felicidade que xa nos –escomenza no mesmo intre de nos-vestir con aquestas roupas, felicidade que coído que aínda moitas persoas desta vila non sentiron e que, o non se vestir de historia, non se atopan desta Ribadavia i acougan vacios, tristes e distantes do seu pobo [...]”*

(Pregón da III Festa da Historia, 1991)

---

<sup>5</sup> Habitual neste tipo de eventos e performances festivas son as mesturas, confusións e sincronías históricas que fan convivir no escenario do festexo a figuras do século XI con outras dos séculos XIV e XV: Don García, rei de Galicia no século XI comparte protocolo cos Sarmiento, Adelantados Maiores e Condes de Ribadavia nos momentos finais da Idade media e nos séculos iniciais da Idade moderna. A intemporalidade épica ten moita máis potencia e proporciona meirande eficacia simbólica ca o rigor histórico.

O texto redactado polos organizadores para o Pregón da III Festa da Istoría (1991) destaca os aspectos que constitúen a cerna da nova celebración: a inmersión no pasado como un xogo no que se conxuga a interpretación do tempo conmemorado co enaltecedemento dos atributos morais que adornan ese pasado. Recrear ese tempo supón asumir durante un día o seu imaxinario visual, o que conleva outorgar ao vestiario un papel central na imaxinería da festa; para os organizadores aqueles que non se “visten” fican excluídos da plena participación no festexo e o pregón establece a distinción entre os verdadeiros ribadavienses (no contexto da festa) e os que se “*acougan, vacíos, tristes e distantes do seu pobo*” por non adecuar o seu aspecto ao escenario pactado para redefinir os límites espacio-temporais da Ribadavia medieval festivamente recuperada.

Segundo o seu testemuño, os ribadavienses ese día non se disfrazan, *vístense*, e esa distinción terminolóxica dá conta da visión que teñen da festa. Organizadores e partícipes insisten na distancia existente entre o disfraz carnavalesco e o vestiario do que se apropian todos os que retornan ao medioevo para reproduciren a época que coidan máis representativa da historia de Vila. No entroido a máscara e o disface inverten a personalidade, establecendo un xeito de contrapunto entre o individuo e a súa negación. O disface entroideiro non constitúe unha viaxe no tempo, senón unha distorsión da relación entre as persoas disfrazadas e o seu medio habitual. A máscara oculta a personalidade e proporciona outra constitución ao enmascarado. Contrariamente, os que se visten na Festa da Istoría son persoas que viaxan no tempo para adoptar outro papel (sen mudar necesariamente de personalidade) no marco dunha trama compartida por todos os actores que acordan facer, a través da festa, a mesma viaxe. Os medios de comunicación, pola súa banda, emiten as mensaxes e ideas que produce o ritual festivo:

***Un desfile (en el Auditorio) de moda medieval precederá en julio a la III Festa da Historia [...] un llamamiento a todos los vecinos que tengan en su poder vestimentas de época medieval, para participar en un desfile que tendrá lugar a mediados del mes de julio [...] tiene como fin mostrar [...] ideas [...] para confeccionar su propio atuendo. Las personas que en otras ediciones hayan lucido algún traje pueden participar en este desfile exhibición [...]***

(La Voz, de Galicia 25 de junio de 1991)

Como experiencia para-teatral a Festa da Istoría precisa un escenario e acode ao espazo ‘natural’. O Castelo dos Sarmientos, as igrexas románicas de Santiago e San Xoán e os conventos e igrexas mendicantes (Santo Domingo e San Francisco), situados na tanxente do perímetro fortificado, proporcionan os fitos monumentais que marcan a trama da cidade histórica. Así pois, o escenario vén dado, permanece como lugar de memoria (histórica) para todos os veciños de Ribadavia e tamén para os visitantes. As rúas de San Martiño, Santiago ou a praza da Magdalena favorecen un rápido traslado ao pasado escolleito. Na Festa da Istoría viaxan no tempo tanto as rúas e prazas do conxunto histórico de Ribadavia como os seus veciños e convidados:

*“[...]Primeramente mandaron y ordenaron, que se declare dia festivo a todos los efectos en todo el termino del Condado y conforme es costumbre antigua salga la Comitiva por anunciar el comienzo de la Fiesta del lugar y hora que es costumbre y que también como es ya de viejo uso en la Plaza los vecinos y forasteros estén en posesión y disfrute de todas las calles y plazas dentro del límite de la muralla [...]*”

(Bando, Festa da Historia, 1991)

Consonte ao indicado, tamén os edificios, portas, fiestras e rúas son vestidos de historia e unha nova orde escenográfica adecua actores e figurantes a unha paisaxe historicamente trocada. Se o entroido configura un espazo intencionalmente caótico, a Festa da Istoría moldea un territorio ordenado conforme a unha mudanza de época, que non precisa o cambio de lugar. Pero o lugar debe mostrar, con signos visibles, que o tempo da Istoría é outro e que a paisaxe urbana regresa a períodos ben recuados. Polo tanto o pre-ritual da festa establece as súas propias ordenanzas e todos deben ‘acatalas’ para o logro dos obxectivos da celebración instaurada:

**Estandartes novos para la Festa da Historia.** *El módulo de animación sociocultural de la Escuela-Taller [...] realizará, entre el día 10 y el 28 del presente mes actividades de pintura en tela, encaminadas a crear nuevos estandartes para la ambientación de las calles durante la Festa da Istoría [...]*

(La Región, 5 de junio de 1991)

## UN GUIÓN PAUTADO PARA UN DÍA NO MEDIEVO

O ritual festivo establecido polos organizadores desta festa combina formas propias do ritual das festas cívico-relixiosas do Corpus e do Portal –descritos con bastante detalle por Eiján e Meruéndano-xunto con formas creadas ao ditado do guión que recrea e dramatiza o mundo medieval, de acordo cos estereotipos máis divulgados. Fronte á dimensión lúdica e libre da festa, que outorga protagonismo crecente a todos os que se achegan a Ribadavia neste día e transitan espontáneamente polo *limes* territorial da Istoría/historia, a Festa perfila o seu carácter mediante a institucionalización dun conxunto de actos que pautan o horario do festexo, graduando os tempos e delimitando os espazos da Vila no seu regreso ao pasado medieval. O ritual da Festa da Istoría impón unha disciplina e unhas prescricións que contrastan co movemento libre dos que se mergullan sen protagonismo definido no acoutado territorio do medievalo:

*“Perdidos no tempo, a xente poderá sumerxirse polas rúas dunha Ribadavia xudeo-cristiá, que volta ao medievalo, e disfrutar dos postos de mostra e venta dos produtos da Comarca”*

A festa inventa unha celebración e establece o seu propio ritual, pero tanto a celebración como o ritual se inspíran en tres elementos de partida, sobre os que medra e se asenta o discurso erudito e o imaxinario popular acerca da grandeza de Ribadavia e O Ribeiro:

- a relación entre mundo medieval e comunidade xudea, literaturizada pola pantomima ou representación comentada e descrita polos eruditos locais.
- as figuras históricas que a erudición e a historiografía identifican con Ribadavia e o seu tempo de esplendor: a condición de capitalidade do reino de Galicia no século XI e a consolidación dun señorío con rango condal, entre os ss. XIV e XV.
- un conxunto histórico con iconas arquitectónicas monumentais que nos remiten aos séculos centrais da idade media e á transición entre a baixa medievalidade e os comezos da idade moderna.

Nas primeiras edicións da Festa (1989-1993) o seu ritual presenta unha configuración máis sinxela e, entre 1993 e 1995, vaise incorporando ao elenco cerimonial da festividade un repertorio máis amplo de actos que adoptan unha estrutura ritual fixa dende aquel momento ata as últimas edicións da festa. O Desfile da Istoría, acto central da escenografía festiva estabiliza a súa forma e percorrido, adiantando lixeiramente o seu comezo respecto do horario dos tres primeiros anos.

Nunha descrición sumaria dos actos máis significados desta secuencia ritual salientamos:

**DESFILE da ISTORIA:** Logo de varios cambios no seu itinerario, o cortexo de autoridades e dignatarios medievais inicia o seu percorrido dende a outra marxe do río Avia, formándose a comitiva un centenar de metros antes do convento de San Francisco e da propia ponte sobre o Avia. Dende aquí, logo de cruzar o río, a comitiva vai circulando con grande ceremonial polo límite da “cidade Istórica” (rúa Progreso) ata chegar á Praza Maior. En 1994 regularízase este itinerario, comezado algun ano no Castelo (1993) e o ano de inicio na cerna do casco histórico.

**BANDO e PREGÓN:** Pola mañá pouco antes do Desfile e do Pregón anunciábase o Bando da Festa da Istoría, normalmente lido por un heraldo. Dende os primeiros anos escolléronse como pregoeiros figuras do xornalismo ou intelectuais ligados por orixe ou por outros vínculos a Ribadavia (Valentín Lorenzo Fariña, Xesús Alonso Montero, etc.). Logo da lectura do pregón, os Condes da linaxe dos Sar-

miento, personificados en D. Pedro e Dna. Ana, saudan a veciños e visitantes que agardan congregados na praza maior. O Pregón botábase nos primeiros anos dende o balcón do Concello e posteriormente dende un palco instalado ao efecto na praza maior e situado fronte ao concello e diante da Casa dos Condes. Neste palco entronizase a El-Rei e á Raiña cun posto destacado para os anfitrións, os Condes de Ribadavia.

**ENTREGA de MEDALLAS:** Este acto comeza en 1995 (7ª edición da Festa) cando cómpre fortalecer lealdades coa festa, comprometer aos colaboradores institucionais e persoais coa súa organización e deixar constancia documentada de pulos e favores recibidos. Posteriormente decidíuse adicar un día de homenaxe aos voluntarios no último trimestre do ano. Cómpre indicar que entre os integrantes da Coordinadora (ao redor de 25) e os encargados doutras actividades, voluntarios incluídos, a Festa chega a mobilizar durante o ano ata 700 persoas, o que nos mostra o grao de implicación no evento dos veciños de Ribadavia.

**VODA XUDÍA:** Esta actividade supón a gradual presenza e protagonismo na Festa da Istoría dunha entidade cultural de Ribadavia, o Centro de Estudos Medievales (CEM), integrado por un activo, aínda que reducido, grupo de persoas defensoras da presenza e da incidencia da comunidade xudía na historia de Ribadavia. O discurso sobre o que se sustenta a reinvencción da Festa favoreceu a colaboración entre o CEM e a Cordinadora, coa inclusión conseguinte na programación do evento dunha serie de actos orientados a significar e visibilizar a identidade xudaica na tradición cultural ribadaviense. A escenificación dunha voda xudea, cerimonia consolidada dende 1995, complementábase con outras actividades, caso da liturxia do *Sabat*, incorporadas polo CEM á festa<sup>6</sup>.

**BAILE MEDIEVAL:** Dende 1994 a montaxe de coreografías con danzas de época forma parte do programa festivo. O lugar escolleito para esta manifestación é a praza maior, aínda que nalgunha edición as danzas celebráronse no Castelo dos Sarmiento. A dificultade de reclutar homes para os bailes de época levou aos organizadores a utilizar o eufemismo de “donas sen cabaleiros”.

**CETRERÍA, TIRO con ARCO, TORNEO.** Estas actividades tan interiorizadas no imaxinario difundido “do medieval” aparecen xa na primeira etapa da festa, aínda que a súa regularización e distribución secuenciada establécese entre a 6ª e a 7ª edición (1994-1995). A súa vistosidade e espectacularidade provocan a curiosidade do público asistente á Festa, o que incrementa o éxito da celebración. O enaltecemento dos valores masculinos –forza e destreza física- e mais a recreación de relatos cabaleirescos potencia a dimensión épico-literaria da construción festiva.

**ACTIVIDADE MUSICAL:** A partir de 1993 regularízanse os concertos, realizados en varias igrexas románicas e góticas da Vila -Santiago, Santo Domingo,...-, participando grupos corais ou instrumentais con repertorios de música medieval ou de polifonía do renacemento. O reforzamento de signos de traza xudía, produto da colaboración co CEM, levaron a orientar, en edicións posteriores, os concertos cara a grupos e repertorios de tradición sefardí<sup>7</sup>.

**TEATRO:** A gran pantomima da Istoría, sobre a que xermola, segundo indicamos, a creación da nova Festa da Istoría redacta os argumentos e asigna os papeis a un fato de veciños para a representación de dúas representacións menores que se inscriben no ritual da pantomima xeral. A fonda tradición teatral de Ribadavia, intensamente arraigada dende os tempos heroicos do festival de Teatro Galego de Abrente (1972-1979) facilita a montaxe doada destas obras dramáticas<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Non podemos falar dunha etnicidade xudía asumida polos habitantes de Ribadavia. Si dunha crenza –proyectada pola difusión da obra de Meruéndano e potenciada pola actividade do CEM- na existencia no pasado dunha colectividade xudía influente. Hoxe a cuestión deféndese como un recurso, con aproveitamentos turísticos escasamente consolidados, e non como un factor identitario, étnicamente falando. Para este debate consúltese RODRÍGUEZ CAMPOS, X. - Del patrimonio local a las comunidades transnacionales..., 2010.

<sup>7</sup> A propia organización do festexo, coa participación directa do CEM, montou o *Grupo de Corda da Istoría* con intervención habitual dende 1995 (7ª edición).

<sup>8</sup> Representábase cada unha delas en anos alternos e combinan a dimensión identitaria coa mensaxe didáctica e moral. Unha outorga o protagonismo à coidade xudía (*O Malsín*) e a outra à cristiá (*A Endiañada*).

CEA MEDIEVAL: Constitúe un dos actos máis minoritarios da Festa, aínda que a súa celebración adopta un significado cerimonial, conxugado polo interese de captar algúns recursos adicionais para compensar o custo da Festa. Por unha banda certas figuras, pregoeiro incluído, e autoridades (do medievo e do presente) son convidadas ao ágape; pola outra, o resto dos comensais pagan o seu cuberto a un prezo de “cerimonial”, pois a cea non semella un refrixerio para mendigos. Con todo, nas sucesivas edicións, fóronse arredando da cea os manxares que non tiñan moita cabida no medievo europeo –patacas, café...-, afondándose no coñecemento dos produtos e condimentos consumidos polas xentes acomodadas –nobres e reis- daqueles tempos:

*“[...]Uno de los capítulos que destaca en la complicada coreografía que pretende convertir la zona amurallada en una villa del s. XIV es el de la cena medieval que será celebrada en la Plaza Mayor[...]en la que se exige ir vestidos de época[...] La invitación puede retirarse en el ‘bar[...]’ al precio de 1200 pts [...] Nos decía ayer que el Alcalde [...] hará acto de presencia con indumentaria de judío[...] El cargo de ‘fariseo’ le vendría bien a otro municipe cuyo nombre no facilitamos[...]”*

(La Region, 3 de agosto de 1989)

## PRE-RITUAL DA FESTA E OTRAS ACTIVIDADES COMPLEMENTARES

A complexidade organizativa e a necesidade de manter aceso o facho da festa ao longo do ano explican as cada vez máis numerosas actividades que se estenden durante os meses previos á celebración do evento. Entre todos eles destaca O Desfile de Presentación da Festa da Historia, inicialmente constituído por un ‘desfile medieval’ realizado na Praza Maior e destinado a mostrar a indumentaria que as persoas ligadas á organización do evento levarán o día da celebración. Esta exhibición-presentación, montada a finais do mes de xullo (un mes antes da conmemoración) convèrtese nun espatáculo ao que asisten veciños, forasteiros e medios de comunicación. Na segunda etapa da festa<sup>9</sup> incorporouse a esta presentación, realizada a partir deste momento no auditorio do Castelo, un “[...] ensaio xeral, para coordinar, probar e ultima-los preparativos das distintas actividades [e] Ter todo disposto[...]”.

Este pre-ritual da Festa nútrese de actividades diversas, cimo os obradoiros de corte e confección de traxes e tocados, os talleres de pintura en tea para estandartes, escudos, pendóns e bandeiras, os concursos de cartaces e fotografías, os concursos de postres e de licores artesanais, etc. Tamén, a finais de primavera ou comezos do verán, desenvólvense outras actividades formativas e complementares como cursos e ciclos de conferencias sobre historia local, historia do medievo, ou sobre biografías de reis e figuras singulares da época conmemorada.

## O ÚLTIMO SÁBADO DE AGOSTO. O MARAVEDÍA, MOEDA OFICIAL

A Festa da Istoría fixou como data anual de celebración o último sábado de agosto, aínda que nalgunha das primeiras edicións o acontecemento tivo lugar o primeiro domingo de setembro. Sempre, en todo caso, oito ou nove días previos ao día da patrona, a Virxe do Portal (8 de setembro), coincidinte coa Natividade da Virxe e data fundamental do calendario festivo mariano (González Reboredo, 1997; 2006). A escolla do día para o novo evento supón, ao tempo, unha lexitimación e un enlace entre a festa nova (laica) e a festa vella (relixiosa).

O éxito da Festa ven confirmado pola elevada participación no evento de moitos veciños, achedados e visitantes dende os seus comezos: unha festa de todos e para todos (Prado, Lira e Llana, 2010: 121ss.). A prensa, pois non constan avaliacións estatísticas precisas de asistencia, fixo un

---

<sup>9</sup> A Festa podémola dividir en tres fases fundamentais: a xestación e posta en marcha do evento (1989-1991); a fase de asentamento (1992-1998) e a fase de consolidación, coa constitución dunha Fundación (1999-actualidade).

reconto de vinte/vintecinco mil asistentes por ano entre 1996-2006, dato significativo para unha vila cunha poboación residente que non supera a quinta parte desta cifra. Este éxito pode medirse igualmente polos resultados obtidos logo da decisión en 1992 (4ª edición da Festa) de introducir o *maravedí* como unidade de cambio no territorio da Festa. Tal inicitava tiña unha dobre finalidade: por unha banda, ‘medievalizar’ a moeda e as transaccións durante o festexo e, pola outra, obter uns ingresos para equilibrar o gasto crecente do acontecemento, xa que a Coordinadora detrae un 10% de cada peseta ou euro que cambia para o pagamento do que se consume nas tendas, expositores e obradoiros da Istoría. O fluxo indicado de xente polo conxunto histórico ribadaviense explica que nos últimos anos se movera unha cantidade media, por festa, duns 180 a 240 mil euros, cifras que non inclúen o diñeiro non cambiado por maravedís nos ámbitos exteriores ao recinto festivo. Cómpre engadir que a introducción da moeda e a taxa de cambio establecida provocou protestas dos vendedores, artesáns e taberneiros ao entenderen que iso reduciría o gasto da xente. Mais a avaliación posterior demostra que a decisión foi gradualmente asumida por todos e hoxe achegarse á Ahóndiga/Alhóndiga para cambiaren o diñeiro actual pola divisa medieval supón un rito máis da comuñón festiva.

## **O TERRITORIO DO FESTEXO, MARCO DO RITUAL E ROTEIRO PARA O RETORNO AO PASADO**

Todos os actos incluídos no ritual festivo teñen a súa guía ou folleto informativo, que no seu conxunto constitúen un xeito de breviario ou libro de horas para mergullármonos de maneira máis intensa na festa. A música, a voda xudía, as actividades dos artesáns, as actividades para os nenos, o torneo, o teatro, etc. están reflectidos e explicados nos diferentes e variados documentos de man que circulan pola Istoría. Destaca entre todos eles o libriño-folleto editado regularmente dende 1993 pola Cordinadora da Festa, que, ilustrado cun plano, axuda aos visitantes a transitar polo recinto recreado como territorio da Istoría –coincidinte en boa medida coa trama urbana do conxunto histórico declarado (Ben de Interese Cultural hoxe) o ano 1947- e a identificar o servizo de cambio de moeda, o aluguer e venda do vestiario de época, a ubicación das actividades máis significativas durante a xornada da festa –voda xudía, cea medieval, xadrez vivinte, espazo para as danzas, torneo medieval, cetrería, etc. -. Este folleto localiza ademais os postos e núcleos de artesáns que fan e venden durante a festa os seus produtos e destrezas e mostra a distribución por ruas e prazas dos postos de venda de alimentos e bebidas, o pan e as obrigadas pulpeiras. Mostra igualmente o plano indicado a ubicación dos fitos monumentais da cidade medieval. Moitos veciños do conxunto histórico abren este día os baixos, as traseiras e resíos das súas vivendas (Prado, Lira e Llana, 2010:142), o que permite contemplar as vellas adegas e a configuración urbana do casarío dunha vila capital dunha relevante comarca vitivinícola. Moitos destes recantos, agochados durante o resto do ano, acollen o día da Festa a veciños e amigos, e a eles acceden xentes de dentro e de fóra, que se apropian metonímicamente dun espazo privado (García, 1976:124-125).

O folleto territorializa a festa e establece o mapa da súa representación. O conxunto histórico é vestido de época –*vestido de Istoría*– e convertido así no escenario privilexiado para interiorizar a paisaxe urbana do pasado e convertelo no ‘limes’ entre o tempo pasado e o presente. Para acudir a certas actividades e zonas cómpre ir ‘vestido’ de época e o recinto do Castelo exerce a función de alfándega espacial, materialización física da aduana simbólica na que se transforma o “tempo da Istoría” para boa parte dos veciños e organizadores da Festa. A fronteira do espazo crúzase coa fronteira do tempo e o folleto que comentamos segrega convenientemente o “foco de sacralidade laica” –escenario do sociodrama festivo- das zonas para aparcadoro de automóbiles, nas que fica ‘aparcado’ o presente en beneficio dunha paisaxe non contaminada polas iconas da contemporaneidade.

## RITUAL E CONFLITO

As esixencias impostas pola organización da Festa para evitaren que signos e imaxes ‘ex-temporáneas’ penetrasen nas lindes do medievo provocou en diversas ocasións tensións e conflitos con algúns dos axentes sociais convocados a participar no acontecemento. A escasa implicación na Festa de membros do sector hostaleiro tense denunciado, pública e privadamente, por varios responsables da Coordinadora. As queixas dos organizadores céntranse nas reducidas achegas económicas deste sector ao evento, coas contadas excepcións que os recoñecementos anuais teñen sinalado. Así mesmo, os desacordos e discusións afectan a aqueles que pretenden instalar na Festa postos de venda de produtos, alimentos e bebidas á marxe da disciplina establecida sobre os recipientes, sobre o tipo de alimentos e sobre as bebidas. Os primeiros anos a propia obriga de *ir vestido* no espazo acoutado para o festexo provocaba algunhas críticas entre os que non entendían a lóxica e o significado outorgado a esta festa polos organizadores e polos veciños máis comprometidos. Curiosamente as prescricións da Coordinadora posúen unha significativa analoxía coas ordenanzas antigas e reproducidas no Bando da Istoría, lido na primeira hora do festexo. As nocións de “fóra” e “dentro”, explicitadas nas antigas ordenanzas municipais, emerxen agora como coacción formal para todos os que queren retornar ao medievo e vivir un día na Ribadavia de antano:

*La cooperativa Brotes[...] no pudo en el día de ayer regalar todas las flores previstas ante la expulsión del Barrio Judío de los integrantes de esta cooperativa [...] los integrantes de la cooperativa guardaban las flores en envases plásticos[...] tuvieron que desplazarse fuera del recinto medieval para instalarse tras la “Puerta Nueva”, una de las salidas del Barrio Judío [...]*

(La Voz de Galicia, 1 de setembro de 1991)

Igualmente as discrepancias e discusións frolecían no momento de realizar a distribución dos postos de venda e a súa ubicación dentro de recinto festivo. O canon que deben pagar os feirantes e vendedores por alugar unha parcela no recinto da Istoría producía e produce desacordos e malestar, máia acentuados na primeira etapa da Festa:

*[...] Las normas para esta edición es la que estos tenderetes habrán de cotizar una cantidad ‘según la categoría del puesto’ [...] No fue acogida la medida con júbilo general, sino con recelo[...] los descontentos justifican su postura señalando que si se exigen trajes acordes con la época, exclusión de materiales plásticos[*

(La Región, 4 e 11 de maio de 1991)

O conflito xorde tamén polo aproveitamento particular de espazos monumentais que deben quedar ise día baixo a autoridade dos “representantes colectivos do pasado”. Neste caso a igrexa da Magdalena (desafectada de culto) era utilizada para diferentes actividades e tamén para a cea medieval que pechaba o programa festivo:

*“La “Festa da Historia” no utilizará la iglesia de la Magdalena al cederla el párroco para instalar un bar[...] Considera que la postura de los responsables eclesiásticos no ha sido la más correcta, teniendo en cuenta que si ‘tiveron en conta determinados intereses por encima do ben público como é a Festa da Istoría’ [...]*”

(La Voz de Galicia, 11 de xullo e 29 de agosto de 1991)

A propia cea foi obxecto de desavinzas entre os integrantes da Coordinadora, ao entender algúns deles que non debían ser convidadas autoridades políticas de hoxe. Prevaleceu a postura dos membros da organización que coidaba oportuno ter un xesto amable con aquelas autoridades que, polo seu significado ou por teren apoiado a Festa, merecían compartir a cea coa nobreza medieval e cos restante comensais de pago.

Noutro ámbito, as servidumes mediáticas obrigaron á Coordinadora a modificar coxunturalmente (1991) o percorrido do Desfile, para permitir á TVG (televisión galega) transmitir a Festa:

*“La emisión del programa “En pé de Festa” desde la Mayor de Ribadavia [...] podría obligar a la comitiva de la Festa da Istoría a variar su itinerario a causa del lugar que ocupará el plató desde el que se realizará el programa [...]”*

(La Voz, 28 de agosto de 1991)

Este feito provoca o enfrontamento dos grupos políticos municipais, ante o malestar dos veciños polas molestias ocasionadas pola TVG:

*“Veciños de Ribadavia acusa a TVG de ‘invadir’ la III Festa da Istoría”*

(Faro de Vigo, 4 de setembro de 1991)

*“El grupo [...] socialista [...] culpa al teniente de alcalde de la villa de la excesiva presencia de la TVG en la Festa da Istoría [...]”*

(La Voz, 4 de setembro de 1991)

Igualmente a loita política aflora na relación que o Concello e os grupos políticos locais manteñen coa Coordinadora organizadora do evento. A Festa da Istoría e a súa incidencia social é aproveitada polas forzas políticas para consolidar a súa posición en Ribadavia:

*“Después de que la moción de censura haya empezado a ‘rebulir’ los socialistas [...] y proponen al pleno [...] solicitar de la Xunta que la Festa da Istoría sea declarada ‘de interés turístico’”*

(La Región, 6 de setembro de 1989)

## **FESTA RELIXIOSA E FESTA PROFANA. ALTERNANCIA OU SUSTITUCIÓN**

Nestas celebracións, recreadas, inventadas, ou re-inventadas sobre un referente histórico máis ou menos documentado, emerxe a necesidade de trazar fitos no calendario para ordenar cíclicamente o tempo, aínda que tal necesidade teña unha función secundaria, porque este tipo de manifestacións festivas obdecen, inicialmente, a dúas razóns ben diferentes: por unha banda, á exploración de fórmulas para achegar a propios e foráneos ao espazo no que se produce e escenifica a festa e, por outra parte, ao reforzamento do vínculo dos veciños coa súa localidade territorio mediante a nova experiencia festiva. Hai, conseguintemente, a intención de atraer a visitantes potenciais nun tempo no que o turismo constitúe unha esperanza asumida e crible para as poboacións de xeografía necesitadas de mellorar os seus indicadores socioeconómicos. Pero a nacente proposta festiva esperta igualmente a necesidade de activar *identidades novas* fundamentadas en *realidades pasadas* e, normalmente, en esplendores e grandezas pretéritas, en boa medida esquecidas ou agochadas. Neste contexto enlázase a curiosidade erudita das mentes promotoras da iniciativa festiva coa nostalgia difusa dunha poboación que ten interiorizadas nocións imprecisas, pero contundentes, dun pasado ‘glorioso’ que contrasta cun presente inxusto, ou cando menos, inmerecido.

As chamadas *festas históricas* –denominación pouco afortunada, aínda que convencionalmente asumida– permiten no súa orixe, xestación e desenvolvemento comprender certos aspectos da conduta festiva e establecer interesantes analogías para achegármonos ao fenómeno da emerxencia das festas, todas elas cun comezo, unhas transformacións máis o menos complexas e, en moitos casos, un esmorecemento ou desaparición. A distancia entre as festas relixiosas e ‘tradicionais’, e os festexos leigos ou desacralizados (hoxe tan numerosos) non é tan grande como nola presentan os discursos mediáticos e as crónicas que as comparan. Hai certamente diferenzas de contido manifestas, diferenzas acusadas na motivación e unha oposición diametral na tipoloxía dos signos que se manexan e nas relacións simbólicas que se cruzan na festa relixiosa con relación ás detectadas nas prácticas exclusivamente profanas. Pero unhas e outras reproducen comportamentos análogos nos que se desenvolven dispositivos de cooperación e onde frolecen tensións e conflitos asociados á diversidade de valores e aos variados e contrapostos intereses que producen as sociedades complexas.



Como indica Baudrillard (1974), relendo aos clásicos do funcionalismo antropolóxico, as sociedades producen alimentos, obxectos, imaxes e signos que, unha vez producidos, son consumidos e distribuídos. A festa constitúe un dispositivo de coacción cultural orientado a mobilizar signos e a activar e construír relacións simbólicas entre individuos e comunidades, entre estamentos e clases, e entre valores e significados. Mobilización caracterizada pola utilización destes signos, pero fundamentalmente pola súa circulación. As festas laicas, en continua emerxencia e difusión, conviven coas festividades relixiosas, competindo con elas e, nos espazos urbanos, tendendo a súa substitución. O cristianismo predicou a subordinación da natureza a Deus, sendo o home (Baudrillard, 1983: 64-65) o instrumento de dominación sobre aquela en cumprimento do mandato divino, funcionando a festa sacra e o calendario cíclico que a sitúa e regula como proxecto fundamental na estratexia cristiá de separación/alternancia entre ocio-descanso e traballo. O postulado cristiano de trascendencia do home sobre a natureza elimina o equilibrio ou a equidistancia pagana entre os dous polos desta relación. A forma asumida polos protagonistas das hierofanías e polas imaxes da sacralidade consagra e marca a separación e a distancia entre home, salvación e natureza. A festa relixiosa tece os signos desta separación, establecendo os marcadores da subordinación indicada. O traballo constitúe o exercicio de dominación do home sobre a natureza e a festa delimita o tempo de celebración que regula os ciclos temporais para o traballo, ao tempo que identifica e significa os espazos nos que a natureza é transformada pola manifestación da sacralidade. Como acertadamente explica Baudrillard (1983:66), o cristianismo provoca a ruptura dos intercambios simbólicos entre home e natureza que presidían as expresións relixiosas pagás e precristiás. A festa relixiosa lembra que terra e traballo non son unicamente factores de produción e, polo tanto, as colleitas e os produtos obtidos non proceden da equivalencia ou da compensación polo esforzo realizado polos homes. É o intercambio simbólico establecido coa divindade, a través do ritual relixioso e festivo, o que garante ás comunidades a obtención dos froitos da natureza.

A relevancia das festas non relixiosas reside, inicialmente, no papel que desempeñan na sociedade contemporánea para unha nova ruptura do proceso de intercambios simbólicos entre home e natureza, e entre os individuos entre si. A sacralidade, como hierofanía e como límite entre o natural e o sobrenatural, desaparece ou perde protagonismo, acentuándose a humanización da experiencia festiva e sustituíndose o *foco de sacralidade* por signos e imaxes profanas que se constitúen agora nos referentes idealizados polo discurso dos seus protagonistas e nos elementos que trazan os percorridos simbólicos da nova ritualidade.

## **O TERRITORIO DA FESTA, ÁMBITO DE CELEBRACIÓN E LÍMITE DO RITO**

A institución dun ritual vai de seu en toda vivencia festiva. Marcar, delimitar, significar e lexitimar son funcións esenciais en todo proceso ritual e as neo-festas (históricas, gastronómicas ou políticas) non constitúen unha excepción. A relación metafórica que se establece entre o territorio da festa, os axentes que a convocan, dirixen e protagonizan e os chamados a compartila e disfrutala marca un espazo que se delimita e pecha –nalguns puntos físicamente– para instaurar o escenario festivo e crear o nicho da representación do ritual festivo e deseñar os itinerarios da vivencia que comparten os que se achegan á festa.

O territorio delimitado axuda ademais a neutralizar a tendencia actual a mostrar toda manifestación festiva como espectáculo e como produto de voyeur, no que a liminalidade percibida ven dada pola convivencia entre os que se integran na festa e aqueles outros que fican como observadores externos ou curiosos, alleos ao seu ritual e, polo tanto, non partícipes dos seus contidos. Os pasos propios de todo proceso ritual –*separación, límite e incorporación* (Van Gennep, 2008:24-26)<sup>10</sup>–

---

<sup>10</sup> Unha interesante revisión desta cuestión témola en SEGALEN, Martine - Ritos y rituales contemporáneos. Madrid: Alianza Editorial 2005.

reprodúcense de xeito especial nas festas ‘históricas’, xa que nelas a pasaxe cara a outro tempo constitúe a súa cerna como fenómeno festivo. O espazo físico da festa cobra un sentido análogo ao que posúe o foco de sacralidade no festexo relixioso: neste o santuario e o patrón/a teñen ben fixado o seu ámbito devocional, definido claramente pola sacralización dun ou varios lugares nos que se manifesta e venera ao santo/a, donos espirituais da circunscrición sobre a que se desenvolve cadanseu proceso ritual. Na festa histórica o santuario é substituído por unha edificación ou territorio laicos –castelos en Catoira ou Moeche, conxunto histórico e castelo en Ribadavia- e o santo por figuras históricas e/ou literarias asociadas épicamente aos acontecementos que se conmemoran e que configuran o relato da nova festa: El-Rei Don García (rei de Galicia entre 1064 e 1071) e os Sarmiento, linaxe que ostenta o dominio señorial sobre os estados de Ribadavia, despois do s. XIV. A Festa da Historia constitúe nas súas prácticas e formulacións unha ficción ou impostura dun rito de institución (Bourdieu, 1999:319-323) no que se traspasa o límite do tempo grazas á disponibilidad dun espazo “histórico” que favorece un paréntese de communitas –“un momento en e fóra do tempo” (Turner, 1988:103)- compartido polos que traspasan o limiar do recinto festivo da Istoría.

### **CONTRASTES ‘DEVOCIONAIS’ ENTRE A FESTA LEIGA E A RELIXIOSA**

*El universo económico se compone de varios mundos económicos. Dotados de “racionalidades” específicas que suponen y exigen a la vez unas disposiciones “razonables” (mejor que racionales) ajustadas a las regularidades inscritas en cada uno de ellos, a las “razones prácticas” que los caracterizan. Lo que los mundos que voy a describir comparten es la creación de las condiciones objetivas para que los agentes sociales tengan interés en el “desinterés”, lo que puede parecer paradójico.*

(Bourdieu, Razones prácticas, pp. 160-161)

Esta cita axuda a comprender a demanda de cooperación co festexo solicitada pola Coordinadora da Festa da Istoría e a apatía mostrada por unha parte dos hostaleiros e comerciantes, que non se implican, ou fano con moitas reticencias, na organización da festa, desconfiados de obter os beneficios económicos agardados.

Cómpre lembrar que no marco da economía dos bens simbólicos a Igrexa intercambia grazas, beizóns e un repertorio variado de servizos e mercés espirituais –misas, indulxencias, pregarías...- por ofrendas materiais en diñeiro ou en especie, que garanten a reprodución material das institucións eclesiásticas e o beneficio espiritual dos fieis. Isto supón unha relación de intercambio asumida e representada como unha equivalencia, na que os devotos entregan bens de uso como moeda de troco para satisfacer o pago da trascendencia e a Igrexa devólvelles bens inmateriais,: non hai culto sen ofrendas e as ofrendas materializan a reciprocidade da celebración relixiosa e da manifestación da graza divina e da protección dos santos. A festa relixiosa participa desta economía de cambio, constituindo o foco de sacralidade o espazo privilexiado para a circulación de bens materiais e inmateriais orientados a sufragaren as necesidades mundanas dos ministros dos santuarios festexados o que, consecuentemente, conleva a distribución sobre o territorio de graza das beizóns e a protección espiritual para todos os que participan no seu ritual e fan as ofrendas previstas.

A carencia dun foco de sacralidade nas festas laicas e ‘históricas’ elimina a forma de dominación simbólica inscrita nesa relación de intercambio, pero desenvolve outras formas de intercambio simbólico. O ritual establecido nas novas festas resposta a outro campo de crenzas nas que o fenómeno enaltecido combina un territorio e un ou varios acontecementos cos seus protagonistas, un territorio e un produto (xeralmente gastronómico) ou unha celebración ligada a un acontecemento, un conflito heroico, un relato singular ou un monumento significado.

## A MODO DE CONCLUSIÓN

A emerxencia, difusión e consolidación destas neo-festas é unha das moitas respostas dadas polas culturas de base territorial para subsistir habilitando novas prácticas orientadas a establecer novas formas de relación entre o propio e o foráneo, entre o próximo e o alonxado, entre o local e o global. Trátase dunha resposta que explora nas expresións identitarias, que se manifestan non só en termos de afirmación, senón tamén como unha táctica integrada na economía de intercambio dos bens simbólicos e dos intereses materiais. As festas históricas trasmiten a imaxe da relevancia e a singularidade dun territorio, mediante a recreación da grandeza e o esplendor que a historia conta da linaxe colectiva das súas xentes, herdeiras dun pasado vedraño e ilustre, adornado dos valores que ‘hoxe’ consideramos máis positivos: a tolerancia, a convivencia en paz,

*“[...] E tamén vos ordeo: que nesta vila de Ribadavia, todos xuntos como irmans, celebredes esta festa, os xudeos cos cristiáns. A tódolos ribadavienses, vos digo para rematar que fagades esta festa ou deixedes de soñar[...]”*

Este mandato aparece no Bando que D. Pedro Ruiz Sarmiento, Señor de Ribadavia (s.XIV), lanza aos veciños e moradores da Vila e aos participantes na festa –medios de comunicación incluídos- destacando os atributos característicos dos ribadavienses, “certificables” dende o baixo medievo, e que o evento lembra: a *bonomía*, a *sociabilidade* e a *hospitalidade*. A historia recupérase como experiencia festiva e organízase como unha dramatización coral, na que participan moitos veciños que, ao evocaren o pasado como historia-signo e como historia-memoria, establecen a equivalencia entre historia e memoria:

*“[...] Que ós demais lle mostredes, ao facer a Festa da Istoría, que sodes fillos dun pobo que non perde a súa memoria [...]”*

(Extracto do Bando da Istoría)

No marco actual de globalización económica e tecnolóxica, as festas e feiras de novo cuño, sexan históricas, gastronómicas, deportivas, etc., combinan con singularidade e creatividade formas de *identidade reactiva* con propostas de *identidade-proxecto* (Castells,1999:396), nunha estratexia baseada na visibilidade do propio nos circuitos do alleo e na traslación mediática do próximo a círculos máis afastados. A forma festiva destaca entre outras expresións da actividade humana pola súa vistosidade, polo seu colorismo e polos valores plásticos inherentes ás prácticas cerimoniais e lúdicas. A festa é un altafalante e unha gran pantalla na que se mostran os trazos, relatos e valores que interesa proxectar. A eficacia social da manifestación festiva reside no seu potencial simbólico, capaz de atuarensen cos dispositivos de poder hexemónicos e de producir e reproducir identidades, baixo as que se conforman os consensos sociais e se lexitiman (a si mesmas) as sociedades.

As neo-festas que voltan a mirada ao pasado enlazan as representacións obxectuais (emblemas, estandartes, vestiario, monumentos...) coas representacións mentais (Bourdieu, 1985:87) que se configuran mediante a enunciación dos atributos e propiedades daqueles signos materiais. Simbólicamente os emblemas e os vestidos traducen a lembranza de hexemonías pretéritas, que no xogo e na *performance* –na festa !- emerxen como poderes: os da identidade cultural, procurada, recobrada e asumida.

## BIBLIOGRAFIA

- ANTONIO RUBIO, Gloria de (2002), Os xudeus de Ribadavia na documentación, *Cadernos de Ribadavia*, Serie 1. Historia, nº 2 – Ano II.
- BAUDRILLARD, Jean (1983), El espejo de la producción o la ilusión crítica del materialismo histórico, Barcelona, Gedisa.
- BAUDRILLARD, Jean (1986), Crítica de la economía política del signo, México, Siglo XXI Eds.
- BERAMENDI, J. G. (1981). *Vicente Risco no nacionalismo galego. I. Das orixes á afirmación plena*. Edicións do Cerne/ minor. Santiago

- BONET CORREA, A. (1990) *Fiesta, poder y arquitectura. Aproximaciones al barroco español*. Ed. Akal /Arte y Estética. Madrid
- BOURDIEU, Pierre (1985), ¿Qué significa hablar? Economía de los intercambios lingüísticos, Madrid, Ed. Akal / Universitaria.
- BOURDIEU, Pierre (1997), Razonos prácticas. Sobre la teoría de la acción, Barcelona, Ed. Anagrama/Colección Argumentos.
- BOURDIEU, Pierre (1999), Meditaciones pascalianas, Barcelona, Editorial Anagrama
- CASTELLS, Manuel (1999), La era de la información. Economía, sociedad y cultura. Vol. 2. El poder de la identidad. Madrid, Alianza Editorial.
- EIJAN, P. Samuel (1920), Historia de Ribadavia y sus alrededores, Madrid, Establecimiento Tipográfico de San Bernardo. (Edición facsímil de Ed. Alvarellos. Lugo, 1981)
- FERNÁNDEZ de PAZ, Esther (2002), El concepto de patrimonio cultural desde la perspectiva de la antropología, in IGLESIAS GIL, José Manuel (Ed. de), Cursos sobre el Patrimonio Histórico, 6, Actas de los XII Cursos monográficos sobre el patrimonio histórico, Santander, Universidad de Cantabria-Ayuntamiento de Reinosa, pp. 39-52.
- GARCÍA, José Luis (1976), Antropología del territorio, Madrid, Taller de Ediciones JB.
- GONZÁLEZ REBOREDO, Xosé Manuel (1997). Guía de festas populares de Galicia, Vigo, Ed. Galaxia.
- GONZÁLEZ REBOREDO, Xosé Manuel (2006). A mesta fraga das festas de Galicia, in Vázquez, Benxamín (Coord. de), Tempos de Festa en Galicia. Tomo I, A Coruña, Fundación Caixagalicia, pp.19-53
- GONZÁLEZ PÉREZ, Clodio (1998), A festa do Corpus de Rivadavia: «a Becha ». I". *Raigame*, nº 6.
- GONZÁLEZ PÉREZ, Clodio (1998). "A festa do Corpus de Rivadavia: Becha ». II". *Raigame*, nº 7
- MERUENDANO ARIAS, Leopoldo (1915), Los judíos de Ribadavia. Ribadavia, Impr. El Ribadaviense (Edición facsímil de Ed. Alvarellos. Lugo, 1981)
- PRADO, Santiago, LIRA, Lolín e LLANA, César (2010), Aproximación á festa nas fotografías dos ribadavienses. A Istoría «Festa para todos», in LLANA, Césas (Coord. de), Albuns para o Reencontro. Ribadavia e os ribadavienses, VII, Festa, Ourense, Xunta de Galicia. Museo Etnolóxico. Ribadavia, pp. 121-149
- RODRÍGUEZ CAMPOS, Xaquín (2010), Del patrimonio local a las comunidades transnacionales. Turismo y etnicidad en Galicia, in DEL MARMOL, Camila, FRIGOLÉ, Joan y NAROZTZKY, Susana (Eds. de), Los lindes del patrimonio. Consumo y valores del pasado, Barcelona, Icaria-Institut Catalá d'Antropologia, pp. 85-103
- TURNER, Victor (1988). *El proceso ritual. Estructura y antiestructura*. Ed. Taurus. Madrid.
- VAN GENNEP, Arnold (2008), Los ritos de paso, Madrid, Alianza Editorial S.A.



**Fig. 1** – Lectura do Bando ao inicio da Festa da Historia. Fondo Fotográfico MER.



**Fig. 2** – Desfile polas rúas de Ribadavia na Festa da Historia. Fondo Fotográfico MER.



**Fig. 3** – Lectura do Pregón ante as autoridades: Reis, nobreza e clero. Fondo Fotográfico MER.



**Fig. 4** – Danza de “Donas sen Cabaleiros”. Fondo Fotográfico MER.



**Fig. 5** – Postos de Venda nas rúas do conxunto histórico de Ribadavia. Fondo Fotográfico MER.



**Fig. 6** – Voda Xudía. Fondo Fotográfico MER.



**Fig. 7** – Actividades de Cetraria na Festa da Historia. Fondo Fotográfico MER.



**Fig. 8** – Torneos e xustas medievais na Festa da Historia. Fondo Fotográfico MER.



# MONTE DO FACHO, CASTRO OU SANTUARIO?: A CAMPAÑA DO 2008 E A ARQUITECTURA SACRA NA CULTURA CASTREXA

José Suárez Otero

## RESUMO:

Preséntase por vez primeira un grupo de estruturas arquitectónicas e manifestacións artísticas que definen e singularizan ó castro do Monte do Facho, no que ambos elementos conxuganse para dibuxar un espazo adicado a actividades de carácter ritual e/ou cultural. Unha característica que semella marcar ó castro no seu conxunto.

**Palabras-Chave:** Arquitectura; Escultura; Sacralidade; Castro-santuario.

## ABSTRACT:

First introduction of a group of architectural structures and artistic expressions that made singular the Monte do Facho Hillfort, where both elements are combined to create a cultural and ritual space. A feature that seems applicable to the Hillfort as a whole.

**Keywords:** Architecture; Sculpture; Sacrality; Hillfort-sanctuary.

## INTRODUCCIÓN

### O Monte do Facho

O Monte do Facho ven sendo nos derradeiros anos un dos xacementos castrexos galegos máis relevantes, tanto pola súa singularidade como polos intensos e prolongados traballos que se veñen efectuando nel, e moi especialmente polo descubrimento dun excepcional conxunto de altares votivos de época galaico romana. Coñecido como xacemento dende mediados do século pasado e como santuario galaico-romano dende os anos sesenta desa mesma centuria<sup>1</sup>, serán os traballos levados a cabo a partires do 2003 polo Concello de Cangas e o Instituto Arqueolóxico Alemán, os que coloquen definitivamente o xacemento entre os máis significativos para o coñecemento arqueolóxico da relixión galaicorromana, ó tempo que permitiron avaliar a relevancia do enclave na súa etapa prerromana, a que de maneira breve e parcial dedicaremos estas páxinas<sup>2</sup>. As xa abondosas publicacións sobre eses traballos permítennos evitar aquí a localización e descrición do Monte do Facho<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> FARIÑA, F. - SUÁREZ, J. (2002): 25-52; BARCIELA, P. - SUÁREZ, J. ed. (2005).

<sup>2</sup> Agradecemos a nuestros colegas Th. Schattner y M. Koch, así como al Instituto Arqueológico Alemán de Madrid, el apoyo y sugerencias en el desarrollo de nuestro trabajo. Lo mismo a F. Fariña, J.C. Bermejo, M<sup>a</sup> Luisa Castro, R. Rodríguez, F. Calo y John Patersson en lo referente a la elaboración de este texto.

<sup>3</sup> SCHATTNER et alii (2005): 135-183; SCHATTNER et alii (2004): 23-72; SUÁREZ et alii (2005): 45-59; KOCH (2005); SCHATTNER et alii (2006): 169-191; SCHATTNER et alii (2006): 9-46; KOCH et alii (2014): 249-268.

## Breve introdución ó Monte do Facho prerromano

O poboado castrexo foi un dos obxectivos preferentes das últimas campañas de escavación, seguindo as premisas previas dunha intervención en área dirixida a rescatar unha visión o máis ampla posible da última fase de ocupación de este poboado, marco e premisas nas que se insire a campaña do 2008. Do desenvolvemento desas intervencións a imaxe obtida é a dun asentamento que tivo que salvar as dificultades dunha orografía difícil, con acusadas pendentes cubertas totalmente polo rochedo granítico, para o que se suavizan esas condicións –construción de muros de aterraplenado, eliminación parcial do rochedo-, coa adaptación das mesmas –as construcións cólganse sobre a pendente configurándose en forma e dimensións segundo disposición do terreo. Un asentamento que ocupa a parte alta do monte, así como toda a ladeira norte con proxeccións cara o Este e o Oeste, e rodeado dun importante sistema defensivo conformado por tres liñas de murallas e un pequeno foxo no extremo noroccidental do monte. A pesar das condicións específicas impostas pola orografía, a arquitectura responde ás características do mundo castrexo: uso da cachotería concertada en parede dobre, formas con predominio do curvilíneo, pero con características que falan xa dun carácter tardío da ocupación que estudamos: cachotería de conformación regular e traballada a pico, aparellos poligonais e incidencia ocasional do helicoidal. A especificidade estaría na abundante presenza de edificios trapezoidais e de morfologías atípicas, ou a preferencia polas construcións de gran tamaño, fronte ás que responderían as dimensións típicas nos fins da cultura castrexa: sec. I a.C.- séc. I d.C.<sup>4</sup>.

No ámbito da vida cotiá temos datos para as últimas fases de ocupación do castro, especialmente para o previo ó abandono do mesmo. Trátase dun horizonte que se expresa nunha abondosa presenza de ánforas e algunhas vaixelas de luxo xa de produción romana, como as que presentan decoración pintada e, malia que aínda de maneira escasa, as “paredes finas” datables na primeira metade do século I d.C., e mesmo algún fragmento de “*Terra Sigillata Hispánica*”. A estas hai que sumar outras cerámicas, tamén de tradición romana, pero elaboradas xa no ámbito rexional, como é o caso das cerámicas pintadas “bracarenses” ou doutras carentes de decoración e destinadas a usos máis comúns. A cerámica máis frecuente, como cabería esperar, é a que responde ás producións locais, realizadas na tradición da cerámica castrexa da área sudoccidental galaica. Grandes recipientes de contención, olas, xerras e cuncos son as formas máis comúns, nunha cerámica decorada fundamentalmente con motivos en relevo ou obtidos mediante incisión. Destaca a presenza de grandes fontes de asas interiores, ou o predominio das olas “tipo Vigo”, en tódalas súas variantes. No apartado dos metais, mencionar a relativa abundancia dos obxectos de uso cotián realizados en ferro, como coitelos, cravos, argolas; ou en bronce, caso das fíbelas, nas que predominan as “tipo Aucissa” e as anulares, e en menor medida broches de cinto, agullas e outros. Nun contexto aínda referido ó metal pero nun ámbito de características específicas, como é o da moeda, temos que sinalar a aparición de varios exemplares da moeda da “Caetra” e un denario de Augusto.

En definitiva, un contexto típico para o cambio de Era, cunha clara proxección temporal no século I d.C.<sup>5</sup>, que remataría cara os inicios do derradeiro terzo do mesmo e tería na última fase do castro de Montealegre, na mesma Península do Morrazo, en niveis tardíos do Castro de Vigo, o outro lado da ría de Vigo, ou no, xa algo máis ó sur, castro de Santa Trega, os seus paralelos máis próximos<sup>6</sup>. Aínda que apenas escavados, constatouse a existencia de outros dous horizontes previos, un centrado no século I a. C., con ánforas “Dressel 1” e cerámicas indíxenas propias de esa cronoloxía; outro máis antigo con cerámica, na que abunda a decoración estampillada, identificable co repertorio alfareiro das Rías Baixas na chamada Fase Media da cultura castrexa<sup>7</sup> e co que cabería relacionar algunha cerámica

<sup>4</sup> ALMEIDA, C.A.F. de (1984): 36-38; QUEIROGA, F. (2005): 160-162.

<sup>5</sup> SCHATTNER, Th. G. et alii (2006): 169-191; SCHATTNER, Th. G. et alii (2006): 9-46.

<sup>6</sup> GONZÁLEZ, A. - RODRÍGUEZ, R. (2006): 156-165; PEÑA SANTOS (1986): passim.

<sup>7</sup> REY CASTIÑEIRAS, J. (1991-92), 141-163; GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2006/2007): 466-479.

importada, como un fragmento dunha copa “campaniense” ou o do galbo dunha ánfora “grecoitalica”, que nos retrotrae alomenos ó séc. II a.C.

## ESPAZOS E ESTRUTURAS

A meirande parte das estruturas escavadas no 2008 responden ó patrón típico da cultura castrexa e polo de agora dominante, aínda que non na medida do habitual, no monte do Facho. Estámonos a referir a un conxunto de edificios circulares, nos que hai que destacar tamén a súa disposición regular formando unha liña paralela ó muro de aterraplenado e en correspondencia, senón exacta, bastante equilibrada, coa serie delas que dispuñan inmediatamente por riba de dito muro. Ó lado deste conxunto e en relación ó mesmo aparece, como xa ven sendo frecuente no Facho, outros edificios de morfoloxía diversa, aquí expresados nun de forma elíptica e outro trapezoidal de esquinas curvas, ámbolos dous tipos xa coñecidos noutras partes do poboado, ademais dun terceiro de forma semicircular. Mesmo nos edificios de forma circulares atopamos máis diferenzas que as de tamaño, nun caso pola a presenza dun posible vestíbulo, pero sobre todo pola necesidade de adaptación a un terreo de forte pendente e conformación irregular que forza a matizar esa aparente uniformidade. Tamén no tipo de fábrica: dobre parede en cachotería concertada de granito de pequeno e mediano tamaño, constatamos heteroxe-neidade, expresada pola existencia de tipos de aparellos diferenciados, as veces nun mesmo edificio, destacando o contraste entre construcións con cahotería pequena e irregular con aqueles outros de aparello poligonal, ou presenza do que combina o aparello de mediano tamaño ben traballado rexuntado con pequenas pedras nun estilo xa constatado para o norte de Portugal<sup>8</sup>, ou a pervivencia de aparellos marcados pola a irregularidade, tanto en tamaño como en composición, dunha cachotería apenas traballada. Pero será sobre todo a existencia de estruturas internas o que, segundo a súa presenza ou non e a súa conformación, singularizará ós edificios. Será nesas construcións con interiores complexos nas que imos centrar o noso interese.

### A Estrutura VII e a arquitectura compartimentada

Unha construción na que xa se interviria en campañas anteriores (2004 e 2005) aínda que dun xeito moi tanxencial<sup>9</sup>. No 2008 acometeuse a escavación total da estrutura, que se definiu como unha construción circular de boas dimensións (ca. 7 m de diámetro) conformado por un potente muro de cachotería granítica, polo xeral de pequeno tamaño, nunha fábrica a base de fiadas horizontais. As dimensións e a falla das para este asentamento típicas pedras para soste o teito, fan dubidar de sí realmente estamos diante dunha construción pechada, de un edificio, ou dunha aberta, de un recinto; unha dúbida que non é infrecuente diante das estruturas descubertas no Facho. Por outra banda, unha das características máis marcadas desta estrutura, como o será en tódolos desta área, é o ter que salvar unha forte pendente, de aí o grosor das súas paredes, especialmente cara o Norte onde a caída do terreo é máis acusada, e o reforzar nesa parte a construción cun forte muro de aterraplenado de forma recta e remates curvos só pensado para este edificio, aínda que se engarza cara o Este co que sostén ó edificio contiguo. A consecuencia será unha parte, aquela que se dispón cara a ladeira -ó Noreste, pesimamente conservada, tanto nas súas paredes como no seu interior.

O máis destacable desta construción está no seu interior, donde sobre un pavimento ó uso no xeral do castro, composto por barro cocido, aparece unha complexa serie de estruturas que por esa mesma complexidade e o mal estado de conservación resulta difícil mesmo definir, e moito máis interpretar. Esa complicación estrutural, na que aquelas posibles escadas de acceso aparecen agora como unha posible plataforma achegada ó muro, con dous niveis conformados por sendos perpiaños sobre unha

<sup>8</sup> QUEIROGA, F. (2005): 161.

<sup>9</sup> “Bau H” in SCHATTNER et alii (2006): p. 182 y Abb. 3.

basa de cachotería. As que se engaden restos de pequenos muretes que semellan claramente fragmentar o edificio internamente. A eses muretes hai que engadir algunha concentración de pedras aínda de máis difícil definición, pero que semellan ser o baseamento de estruturas desaparecidas, ou repisas achegadas ó muro, neste caso de forma semicircular e construída por cachotería concertada. E, de maneira máis destacada, unha estrutura configurada por dous muretes en ángulo que definen un espazo cuadrangular baldeiro e aberto, sen restos que o relacionen cunha función tipo fogar ou semellante, aínda que delimitan unha fosa irregular, tanto no contorno como nunha base en dous niveis; conxunto estrutural ó que se asocia unha pequena pedra fincada<sup>10</sup>. Outra fosa de características semellantes a descrita, aínda que de forma tendente a semicircular (ca. 1 m de ancho e 60 cm. de longo) e achegada ó muro, cara ó sur, con base irregular non moi fonda e na que aparecían algúns fragmentos cerámicos. Unha terceira, máis pequena e tendente a cadrada, tamén irregular, especialmente no fondo, podería interpretarse como o negativo de outras estruturas feitas en material perecedeiro que desapareceron. Un inconveniente definitivo cara a interpretación dese complexo estrutural é a perda total de a metade do edificio polo arrastre de materiais derivado da acusada pendente existente.

En conclusión, e coñecendo tan so algo máis da metade do estrutura, unha complexa conxunción de repisas achegadas ó muro, muretes e fosas, na que destaca unha estrutura central dionde esas dúas últimas formas se combinan definindo unha estrutura rectangular que acobilla unha fosa irregular, ó tempo que parece asociarse cunha pedra fincada perto do seu ángulo noroeste. Todo esa abigarrada composición aséntase sobre o un piso de barro cocido e representa a derradeira fase de ocupación dunha construción que ten alomenos un chan anterior das mesmas características. No material asociado e dentro dunha relativa escaseza pola tamén limitada potencialidade estratigráfica, destacan pola súa especificidade algunhas pedras puidas, o carón de pequenos cantos rodados, ou unha acumulación significativa de “fichas” de xogo; tamén a parte superior dun muiño circular e no apartado cerámico, abundantes fragmentos de ánfora: a metade superior dunha “Haltern 70” aparecía rota contra o exterior da estrutura central.

### **As Estructuras XVIII e XXIX: estruturas interiores vs. ergoloxía**

A estrutura XVIII é un edificio circular de boa fábrica: presenza do aparello poligonal; esa calidade dos muros e algunhas “pesas de colmo” aparecidas ó exterior, garanten que estamos diante de un edificio teitado. O seu estado de conservación varía segundo a disposición con respecto a pendente, e así atopamos ben conservada a súa metade Sur/Suroeste e moi degradada a oposta. Presenta no interior e contra o segmento Sueste do muro unha curiosa estrutura de forma irregular pero tendente a cadrada, disposta sobre unha base de terra e pedras que descansa no derradeiro nivel de pavimentación do edificio. Trátase dunha especie de plataforma ou repisa conformada por tres pedras de bo tamaño, unha delas de labra coidada e as outras máis basta, acompañadas doutra de pequenas dimensións e aspecto tosco. A esa repisa parece asociarse un murete tosco que parece separar esa plataforma e a metade Norte/Noreste da construción. Unha pequena acumulación de pedras, agora de pequeno tamaño, tamen irregular aínda que con forma tendente a semicircular, adosase ó segmento meridional da construción; estrutura dubidosa, podería servir de asento doutra plataforma ou similar. Finalmente destaca unha pequena pedra prismática de aristas romas e superficies moi ben traballadas -alisadas- que se dispuña sobre o piso de barro cocido e achegada á parede -no seu tramo occidental- da construción.

Non menos salientable é o que acontece co rexistro exhumado tamén no seu interior, pois resultou ser practicamente estéril, agás os restos dunha oliña de boa factura e decoración plástica que apareceron deitados directamente sobre o piso e nas inmediacións da pedra prismática que vimos de describir. Un piso de barro cocido que, aínda que de mellor calidade ou en mellor estado de conservación que na meirande parte dos edificios polo de agora escavados, constituía a base do derradeiro horizonte de uso

<sup>10</sup> Un elemento que xa aparecera no edificio XLIV da campaña do 2007, tamén vinculado a unha división interna do edificio.

e preséntase como límite inferior dos niveis de abandono dos mesmos: neste caso o estrato que recolle o proceso de abandono e primeiros restos da amortización da estrutura componse dunha amalgama de terras amarelas e moita pedra, na que faltan calquera tipo de evidencia arqueolóxica ata chegar o pavimento mesmo no que, ademais da mencionada oliña, aparecen outro fragmento cerámico inmediato a plataforma e pequenas concentracións de carbóns as que se asocia algúns pequenos osos.

Esa plataforma de forma rectangular e construída con pedras trabadas afástase das mencionadas para a estrutura VII, pero non é a primeira vez que aparece no Facho. Unha estrutura semellante foi detectada na construción XXXII, ubicada nunha parte máis baixa da ladeira, aínda que nese caso contextualizada nun horizonte rico en materiais e cunha asociación directa a unha significativa acumulación de carbóns e restos orgánicos, pero tamén cun depósito ritual composto por un puñal e un coitelo, ambos en ferro<sup>11</sup>. Ambas plataformas ou repisas, dado que sempre se adosan ó muro da construción, son, sen embargo, claramente diferentes dos fogares que polo de agora foron recoñecidos no castro, a meirande parte ubicados no centro da construción e sempre en forma de caixa aberta nun dos seus lados. En todo caso, a que agora tratamos, nin ela, nin a súa contorna amosan evidencia algunha de ter sufrido a acción do lume. Finalmente, o carácter arqueoloxicamente estéril do edificio, cando menos na súa derradeira fase de uso, ten tamén un probable paralelo no Facho, pois unha circunstancia semellante aconteceu na estrutura VI, tamén circular e de novo cunha especificidade construtiva: o dobre muro que o conforma<sup>12</sup>. Trátase nos dous casos de construcións que se mantiveron intencionalmente limpas durante o seu uso, limpeza que é o único rasgo que caracteriza dito uso, agás a presenza dalgunha pequena cremación e a existencia dalgún recipiente, quizais relacionado coa mesma.

En canto a estrutura XXIX, en parte xa escavada na campaña do 2005, definíuse como un edificio de cachotería granítica concertada, con forma elíptica e pequenas dimensións, que se dispuña, ademais, nun ámbito topográfico bastante complicado: asentado sobre unha afloración do rochedo granítico e nun punto de inflexión dunha ladeira polo xeral de pendentes moi acusadas. Esas condicións fixeron que o seu estado de conservación resulte bastante deficiente: so se conserva e con escaso alzado o muro situado no lado Sur-Suroeste, que se corresponde coa parte máis elevada do espazo que ocupa; mentres que no lado oposto, o Este-Noreste, desapareceu ata a base da cimentación; pola súa banda, os segmentos menores da elipse teñen un conservación diferenciada segundo se acheguen a un ou outro dos antes mencionados. No interior, a estrutura XXIX conserva un pavimento de barro cocido, aproximadamente nun terzo da superficie e cara o lado sur. Baixo dita pavimentación aparece outro conformado por un laxeadado de pedras –único polo de agora no xacemento- pero que so se puido ver nun pequeno vacío que deixou o que o cubre, pois como ese desaparece por destrución na metade norte do edificio. Outro elemento a ter en conta é a existencia cara o centro da construción dunha fosa de contorno irregular que lembra algunha das citadas para a estrutura VII.

Queda, por último, valorar esas estruturas como posible conxunto arquitectónico. O primeiro dato a ter en conta e a presumible posterioridade da XXIX con respecto a XVIII, pois a parede da primeira adosase á da segunda e, nese intervalo de coincidencia entre ambas, carece de cara exterior. A disposición relativamente equilibrada entre ambas dúas estruturas, a posición da XXIX ocupando o espazo entre a outra construción e a caída brusca da pendente cara a ladeira media e o caseiro que nela se dispuña, fai pensar nunha ligazón intencional entre as dúas estruturas e non só as constructivas: o edificio elíptico aproveita parcialmente ó anterior na súa construción, pero, ó mesmo tempo, servíralle a aquel de estribo que contrarrestase o acusada pendente sobre a que se levantou. Unha arquitectura complexa na que o edificio novo podería pasar a constituír unha dependencia dentro dun edificio estruturado en dúas partes, algo que xa é coñecido no Facho, aínda que sempre como fragmentación

<sup>11</sup> Intervencións do 2006 e 2007.

<sup>12</sup> Escavada en 2004 e 2005, esta construción está dentro de ese outro grupo de edificios circulares dispostos en liña e paralelos ós que estamos tratando, pero agora na plataforma superior (“Bau G” in SCHATTNER et alii (2006): 182, Abb. 3 y 6, A-B.).

interna dun mesmo edificio. Ou, simplemente, un recinto anexo, a modo dos chamados “vestíbulos”, neste caso nunha condición de recinto-plataforma que facilitaría a comunicación do edificio principal -o XVIII- coa parte media e baixa do castro, atenuando o acusado declive do terreo nese punto. En favor desta última posibilidade estarían as paredes achegadas ó edificio prexistente, que presentarían problemas no seu desenrolo en altura e cara un posible teito, tamén a peor calidade do muro, así como o integrar no mesmo a penedía, e non eliminala, ou, finalmente, a presenza de un pavimento a base de laxeados, propio de espazos exteriores. Unha característica que relaciona esta arquitectura coa presenza de edificios con vestibulos, dos que se coñecen outros exemplos no Facho, tanto en edificios circulares como nos trapezoidaes de esquinas curvas, e mesmo un deles, a estrutura IV, aparece a mesma altura co XVIII, pero na liña de construcións disposta na plataforma superior do castro en paralelo a que estamos tratando. Unha característica, que como anexo ou como vestíbulo, redimensionaría arquitectónica y visualmente ó edificio, dandolle unha gran presenza no conxunto do castro, a pesares de que as súas dimensións son menores cas dos edificios que o acompañan. En definitiva, con outras características, voltamos a atopar como na estrutura VII elementos que o singularizan, ó tempo que parecen afastalo do carácter doméstico que lle cabería supoñer. De novo na arquitectura, polas dimensións e complexidade; de novo nas estruturas interiores, tanto levantadas como soterradas; agora tamén nos contidos, neste caso na súa ausencia.

### **A Estrutura XX e a arquitectura como imaxe**

Estamos de novo diante dun edificio circular, agora cunhas dimensións de conxunto lixeiramente por riba da media (ca. 7 m. de diámetro total). Aparece levantado sobre unha forte cimentación que presenta unha bancada perimetral, e aínda unha segunda no lado norte, alí onde a pendente é máis acusada e, tamén, onde o substrato granítico xoga un papel máis relevante no sostén do estrutura. Estes reforzos do baseamento fan que este edificio ofrezca unha impresión de máis envergadura da que xa ten polas súas dimensións, e que aínda se reforza coa proxección dunha das bancadas máis alá do propio edificio para dotar a este na súa cara oeste dunha especie de pequeno vestíbulo semicircular. Reforza a imaxe exterior do edificio un empedrado feito con cachotería de granito concertada, un elemento pouco frecuente polo de agora no xacemento, que se dispón no lado sur, entre as paredes do edificio e o gran muro de aterraxamento da croa. Todos os rasgos descritos inciden nunha imaxe de construción destacada dentro do caseiro, o que xa viña dado pola súa propia posición na parte máis alta da ladeira e o levantarse sobre unha penedía granítica, na que se intervén para asentar a arquitectura pero sen chegar a eliminala, senón mesmo aproveitándoa para a sobreelevación do edificio.

Posición, conformación, todos aspectos que inciden na peculiaridade e probable relevancia dentro do poboado dese edificio. Sen embargo, a esa arquitectura engádenselle unha serie de elementos que expresen xa de xeito incontestable a súa especificidade e importancia. En primeiro termo, esas paredes incluían na súa parte máis destacada, alí onde acadaban maior altura e complexidade -sistema de bancadas nunha cimentación sobreelevada cara o leste- a presenza na súa parte máis alta dunha escultura propia da decoración arquitectónica castrexa e que ven sendo denominada como “amarradoiro”<sup>13</sup>. Ao mesmo tempo nun interior moi alterado pola acusada destrución á que esa posición destacada e o forte da pendente o someteron, atopámonos cunha repisa moi semellante a comentada para a estrutura XVIII: unha combinación de perpiaños ben traballados e pedras bastas de diferentes tamaños, todo unido con argamasa para conformar unha pequena plataforma tendente a rectangular, que se adosa o segmento sur do muro e descansa sobre un baseamento de terra e pedras a uns dez centímetros sobre o pavimento de barro cocido disposto no interior do edificio e que representaría o derradeiro horizonte de ocupación do mesmo.

---

<sup>13</sup> A ubicación orixinal da peza basease na súa aparición inmediata ó exterior da parede e na parte máis baixa dos derrubes da mesma.

O novidoso e sorprendente neste caso fronte os xa coñecidos, vai ser a presenza, sobre a pedra mellor traballada das que conforman a estrutura, dun gravado a base dun sulco moi fino que debuxa unha liña ondulante que semella prolongarse nun tramo recto rematado, a súa vez, nun punto. Esta descrición semella apuntar cara unha representación herpetomorfa, algo inédito no Facho, pero non infrecuente na cultura castrexa. O destacable do noso exemplo é o estar ligado a unha estrutura e dentro dun edificio, e non no rochedo natural: ofrécenos, polo tanto, un contexto arqueolóxico específico e datable. Tamén resulta salientable a execución, polo reducido tamaño co que foi concibido e, sobre todo, polo estreito e pouco profundo da incisión coa que foi obtido. O que deriva nunha representación moi simple, pero ben definida, e apenas visible, sen evidenciar ningún proceso acusado de desgaste que motivara esa condición. En definitiva, un motivo sinxelo pero evidente, e máis insinuado que amosado, condicións que apuntan para que foi realizado cunhas intencións alleas ó estético e que fai pensar noutras funcións dentro do ámbito ideolóxico, aínda que polo de agora témonos que conformar coa mera posibilidade.

Non rematan ahí as peculiaridades deste edificio. Si volvemos ó seu exterior, atopámonos que no pequeno vestíbulo que antes describíamos aparece unha pedra de moi especiais características. Trátase dun “cipo” de granito, con forma lixeiramente troncocónica e remate superior levemente alombado, disposto no remate pero separado da parede que define o vestíbulo e, polo tanto no que debería ser acceso principal ó edificio. Ademais, este cipo presenta, en cada seu lado e dispostos simetricamente entre si, dous gravados de forma amendoada e cun trazo recto e curto que sae do que sería o seu extremo posterior, vendo a peza dende o exterior do edificio; o que hai que engadir a presenza na que sería a súa parte posterior –sempre dende unha visión de fora a dentro con respecto ó edificio- unha serie de trazos horizontais e paralelos que cobren a metade superior da peza. De novo estamos diante de incisións moi finas e, como consecuencia, difíciles de ver sen a axuda dunha luz rasante, que parecen querer converter unha xeometría simple, como é a que define o soporte, nunha iconografía máis complexa a que lle adicaremos un tratamento máis detallado no seguinte apartado.

### **A Estrutura LIX e a arquitectura segmentada**

A derradeira estrutura en descubrir e escavar e un curioso edificio de forma semicircular que se adosa ó gran muro de aterraxamento da croa, o cal ó mesmo tempo reemprega para facer contra el o muro recto que define o seu lado sur. Unha estrutura da que, sen embargo, xa sabía da súa existencia, pois dela afloraba unha peza granítica ben labrada, cadrada e de bo tamaño, que se dispuña horizontal sobre unha acumulación de terra e pedras a pouca altura do pavimento, no que resultou ser un ángulo deste singular edificio, e que pasa a constituír unha nova versión desas plataformas interiores presentes nas estruturas XVIII e XX: plataformas monolíticas. Unha variante que xa fora constatada para o último nivel de uso da estrutura XXXII, ofrecendo unha clave cronolóxica, en tanto que nese caso xa constatábase a existencia dunha plataforma non monolítica para un horizonte estratigráfico anterior, o que apunta a que estamos diante dunha solución tardía para a construción dese tipo de estrutura.

Cara a unha valoración máis desenvolvida da estrutura LIX hai que ter en conta o seu deterioro, un dos máis acusados no conxunto do castro, e explicable pola ubicación do mesmo nun punto especialmente elevado e do que arrinca a inflexión da ladeira, razóns ámbalas dúas que impediron ó cobrimento post-ocupacional dun edificio que, pola contra, estaba especialmente exposto o arrasamento e os arrastres. Ó que temos que engadir que esta estrutura non foi escavada na súa totalidade, pois a metade occidental do mesmo queda fora da área da intervención, a pesares do cal coidamos preciso mencionala, dado que reforza o carácter singular do marco arquitectónico no que se insire. Marco no ademais semella xogar un papel paradóxicamente importante, pois pechao polo seu extremo occidental, remarcando o papel que en dito conxunto arquitectural tivo o espazo non construído e situado entre os edificios e o muro de peche da croa, espazo que estaba pechado polo extremo oposto por outra construción, deixando ahí un pequeno acceso, prácticamente o único, agas os estreitos pasos entre as

estructuras que rodean a que agora comentamos. Fai fincapé no papel dese estreito espazo aberto que manifestou ter recibido un intenso uso no que o lume estaba especialmente presente. Incluímos esta estrutura tamén porque insiste no peso que teñen esas repisas nas construcións nas que aparecen, pois neste caso o reducido do tamaño do edificio ou recinto non permitiría desenvolver con facilidade actividades que non estivesen directamente relacionadas coa plataforma, e particularmente aquelas que poideran ter carácter doméstico. Un tamaño que na súa forma de medio edificio, lembranos a fragmentación dalgunhas das estruturas do Facho en dúas metades, con funcións aparentemente diferenciadas, do que este edificio pode ser unha individualización do que sería unha segmentación da arquitectura en razón da especificidade das funcións que se levasen a cabo na mesma.

## **PLÁSTICA CASTREXA E ARQUITECTURA NO MONTE DO FACHO**

### **A plástica castrexa**

Entre os logros máis relevantes da presente campaña están sen dúbida dúas pezas que volven a por o Facho entre os enclaves con expresións da plástica castrexa, e mesmo no grupo nos que estas son relativamente abundantes. As dúas recollidas neste ano, súmanse as cinco xa existentes, e se sumamos algunha peza dubidosa fan que O Facho con nove exemplos sitúese nun lugar intermedio, entre os máis destacados e aqueles outros no que a presenza redúcese a unha ou dúas pezas<sup>14</sup>. Coa peculiaridade que en todas as manifestacións ímonos mover no eida da considerada como “decoración arquitectónica, e caseque exclusivamente nos apartados do que ven sendo definido como “couzóns” e os “amarradoiros”.

Trátase neste caso de dous exemplares do que na plástica castrexa e dentro do apartado da decoración arquitectónica é coñecido como “amarradoiro”<sup>15</sup>, dos que no Facho xa contábamos con dous exemplos. O primeiro deles é unha peza de pequenas dimensións (lonx. máx.: 20, 5 cm; altura máx.: 12,8 cm.) e coidada elaboración sobre unha pedra de granito local. Presenta unha base, que iría encastrada no muro, de forma prismática, algo tosca e con aristas curvas, da que sae o cóbado de factura máis coidada, morfoloxía troncocónica algo curvada e remate tamén curvo. O vástago acobadado ten a parte horizontal cilíndrica e curta, e a vertical tamén curta pero cónica. Carece de decoración, pero temos que insistir no bo tratamento xeral da peza. Apareceu no nivel 3, que corresponde ó nivel de abandono da ocupación castrexa, descansando directamente sobre un batolito granítico que se dispón ós pes do segmento sueste da estrutura XX, asociado a base do derrubo da mesma: inmediato o asento sobre o rochedo da bancada exterior de dito muro, tiña perto unha pesa de colmo partida e o seu carón unha serie de pedras que pola súa disposición semellan ter caído en bloque do muro: todos indicios de que estaría orixinalmente na parte alta do muro.

A segunda peza apareceu non moi lonxe da anterior, pero agora vinculada posicionalmente a outras estruturas, polo que a contextualización arquitectónica da peza ten que quedar en suspenso; mentras no que a estratigrafía se refire estamos diante dunha área de forte pendente e, polo tanto, bastante alterada, co que ten desaparecido boa parte do derrubo e do que está asociado a el, ambos expresión dos movementos postdeposicionais que afectaron a todo o xacemento. En definitiva, a peza semella asociada a un horizonte no que se mesturan derrubes e terra negra, aparecendo na base do mesmo e, polo tanto, puidera corresponder, coma no caso anterior, ós momentos iniciais do proceso de derrubamento da estrutura da formaba parte. Este segundo “amarradoiro” ten maiores dimensións (lox. máx: 23 cm.; anch. Máx.: 20,4 cm.) e unha factura mesmo máis coidada co anterior. Agora a parte horizontal é algo máis longa e ten claramente diferenciada a parte para introducir no muro: forma prismática e maior anchura, pero ben traballada agás no seu remate. A parte acobadada está

---

<sup>14</sup> Cf. CALO LOURIDO, F., (1994): 664.

<sup>15</sup> CALO LOURIDO, F. (1994): 753-754.



constituída polo cóbado e o saínte vertical que ten forma cilíndrica e remata en bisel. Unha particularidade apreciable a simple vista e a presenza dunha pequena nervadura na cara externa do cóbado, o que nos remitiría a un “amarradoiro” decorado. Sen embargo, esa suposta decoración vai máis alá cando observamos con detimento a peza, pois deseguida notase a presenza de dous pequenos puntos colocados simetricamente a ambos lados do cóbado e que apenas destacan no piquetado co que se labrou a peza. Uns puntos que en realidade están enmarcados por pequenos círculos, e mesmo nun dos lados pódese apreciar un trazo curvo que corre parella ó segmento superior do motivo circular. Outro pormenor a salientar e a presenza dun lixeiro resalte no que sería unha metade da circunferencia que define a superficie plana e disposta en bisel na que remata a peza.

Todos eses rasgos e, especialmente, a súa combinación transforman este “amarradoiro” nunha cabeza zoomorfa, dunha maneira que destaca pola súa sutileza, pero tamén por unha contundencia, que nos permite mesmo ir máis alá e con total seguridade na lectura iconográfica para falar dunha cabeza de porco ou mellor, pola presenza da creste, de xabarín. Unha iconografía que nos leva a preguntarnos si a primeira peza non poidera ter unha lectura iconográfica tamén de carácter zoomorfa, en concreto herpetomorfa, dada a súa morfoloxía e a súa vinculación cunha arquitectura onde temos varias representacións con esa mesma posible identificación. Esta relación entre “amarradoiros” e representacións zoomorfas xa foi insinuada, a partires dalgúns dos moitos exemplos coñecidos<sup>16</sup>. Agora o que propomos é unha reinterpretación dos mesmos como “prótomos” de animais, modificando así tamén a súa interpretación funcional e mesmo a súa conceptualización, agora dentro do escultórico e non do decorativo. Por outra banda, a contextualización dos casos rexistrados no Facho contradicen a funcionalidade xeralmente atribuída e razón do nome co que se coñecen: pezas para amarrar animais, posto que asocianse a parte alta da parede externa de edificios que, ademáis, serían de difícil acceso, pola súa posición sobreelevada e dada a estreitez dos espazos que os circundan.

### **A outra plástica castrexa**

A achega máis sorprendente da intervención do 2008 no apartado da arte foi a incorporación de elementos novidosos para o coñecemento das expresións artísticas castrexas, como xa o é o “amarradoiro” que vimos de describir, non tanto pola peza en si, relativamente abundante no repertorio castrexo, nin polo que representa, máis escaso pero igualmente existente, senón pola súa concepción e tamén execución. É esas son as mesmas premisas que definen os novos elementos. En particular o máis destacado e sorprendente: o cipo decorado da estrutura XX, do que xa fixemos unha descrición o referirnos a dito edificio. De novo unha forma xeométrica simple, de novo uns trazos tenues que definen de xeito sinxelo e esencial unha figuración que agora resulta máis problemática iconográficamente e carece de paralelos tanto no Facho como na cultura castrexa en xeral. Unha figuración que representa unha cabeza, con ollos amendoados e oblicuos dos que sae un pequeno trazo recto, ubicados simetricamente a ambos lados do cipo; e o cabelo? a base de liñas horizontais paralelas que cobren aproximadamente a metade superior da parte posterior, aquela que mira ó muro do edificio. Esa imaxe apenas insinuada no cipo dispónse mirando cara ó exterior da estrutura, en dirección norte, pero fronte a ela aparace o muro do vestíbulo.

Unha figuración que non permite ir máis alá na súa identificación iconográfica, pois resulta problemático definir si se trata dunha representación antropomorfa ou zoomorfa: os ollos teñen paralelos nas representacións de ofidios en adornos metálicos, pero as liñas nunha posición que podería respostar ó cabelo nunha figuración antropomorfa, ou a mesma disposición da figuración, plana e frontal fai pensar nesa segunda posibilidade; unha terceira posibilidade sería a fusión de rasgos nunha lectura iconolóxica máis complexa. A ubicación desta peza nunha posición estratéxica simbólica e visualmente –a entrada dun edificio tamén de localización e conformación moi destacada no conxunto do poboado, redonda

---

<sup>16</sup> CALO LOURIDO, F. (1994): 753-754.

na súa especificidade e importancia, tanto como no seu marcado carácter simbólico e funcións alleas o doméstico. Unha peza, en fin, que permite recuperar outra de características semellantes, aínda que non conserva ningún rasgo insculpido, quizais por ter aparecido descontextualizada e en superficie, definindo así un tipo de novo na plástica castrexa, como serán estes cipos levemente troncocónicos, nos que, como acontece nos “amarradoiros” poden recibir rasgos grabados nas súas superficies que poidan ter interpretación iconográfica.

O outro elemento que xustifica a apertura deste apartado dentro das manifestacións plásticas do Facho ten máis problemática definición, pois trátase de pedras apenas traballadas, aproveitadas pola súa forma natural, estreita e apicoada nos dous extremos, que permitía chantalas de pe. Así aparece a mencionada para a estrutura VII, onde como víamos asociase a unha compartimentación complexa do edificio. Así aparecía xa na estrutura (campaña de 2007), alí dentro de un gran edificio dividido interiormente en dúas metades. Lembra ós betilos, aínda que neste caso teríamos que falar de “betiloides”, pois difiren moito das pezas que con esa identificación aparecen en contextos castrexos con forte influencia mediterránea, coma os sinalados para o Castro do Muiño do Vento (Alcabre, Vigo)<sup>17</sup>. Aínda en relación a ambas manifestacións e quizais como fórmula intermedia están o que en na bibliografía portuguesa coñécese como “columnelos”, exemplos dos caes aparecen entre os derrubos do Facho con distintos tamaños e factura, aínda que sempre redundando nunha forma estreita e alongada con tendencia ó troncocónico<sup>18</sup>.

Fora da plástica, pero aínda dentro do eido das representacións en soporte pétreo, estaría o gravado serpentiforme que volve a aparecer vinculado o edificio XX. A condición de inscultura en pedra levaríanos a integralo no problema que ese tipo de manifestacións teñen no ámbito castrexo<sup>19</sup>. Sen embargo, tanto a técnica empregada neste caso, como tamén a súa contextualización, motiva a consideralo máis en relación coa plástica, aínda que no ámbito difuso da decoración arquitectónica, que cos grabados propiamente ditos. Pois, de novo enfrontarmos unha representación mediante unha incisión moi tenue, apenas perceptible, que debuxa de maneira esencial unha serpe: liña ondulante para o corpo e apenas un simple punto para a cabeza. Unha representación que non aparece nun soporte natural e ó exterior, senón nunha estrutura e dentro dun edificio. Unha situación que ten o seu mellor paralelo no castro de Troña, onde coincide non só a iconografía, senón a técnica e o contexto, tanto arquitectónico como o cronolóxico<sup>20</sup>.

Agora, aínda que no mesmo edificio co cipo, o contexto é distinto: no interior da construción e sobre unha estrutura en forma de repisa ou pedestal, que comeza a ser relativamente común no Facho, pero para a que non temos datos que nos permitan interpretala funcionalmente. Se a primeira presentase como representación autónoma, concibida para e por si mesma, aínda que non poida desligarse do seu entorno inmediato, esta segunda forma parte de xeito directo dunha realidade estrutural máis complexa, polo que a súa función será cumprir un papel en relación a esa realidade. Será o estudo en detalle dos poucos datos con que contamos para entender estas plataformas –das que máis dunha vez insistimos no seu alonxamento da idea de fogar ou semellante- o que nos permitirá achegarnos a iconoloxía deste pequeno gravado. Cabe adiantar que a inclusión dun elemento coa carga simbólica que ten a serpe, unido a falta dunha intención de destacar visualmente a representación, lévanos a pensar nunha función nin doméstica nin estética do conxunto, e como xa acontecía coa descuberta na estrutura XXIX, aí pola presenza dun pequeno depósito votivo configurado por un puñal e un coitelo, sinala para un uso probablemente ritual destas plataformas pétreas.

---

<sup>17</sup> SUÁREZ OTERO, J. (2004): 40.

<sup>18</sup> O chamado “cipo” de Toralla é un bo exemplo, cf. SUÁREZ OTERO, J. (2004): 40. Os atopados no Castro das Ermidas expresarían esa diversidade e unha ubicación no exterior dos edificios (QUEIROGA, F.M.V.R., 2005: 162).

<sup>19</sup> REY CASTIÑEIRAS, J. - SOTO BARREIRO, M<sup>a</sup>. J. (2001): passim.

<sup>20</sup> REY CASTIÑEIRAS, J. - SOTO BARREIRO, M<sup>a</sup>. J. (2001): 170, 175 e 181.

## O FACHO: CARA UNHA ARQUEOLOXÍA DA RELIXIÓN CASTREXA

Pensada nun principio como unha campaña de transición e centrada nun área que entendíamos tamén de transición na propia conformación do que viñamos considerando poboado castrexo, ademais de presentar problemas de conservación do rexistro, a intervención do 2008 resultou especialmente rica en información de diverso tipo, chegando a ser clave e mesmo sorprendente nalgún intre. No estrutural atopámonos cunha reiteración dunha disposición planificada e consecuenta coa conformación do terreo a ocupar, mesmo sacándolle o maior partido, sen faltar tampouco as intervencións necesarias para a adecuación do mesmo na optimización do seu aproveitamento: unha serie de construcións de planta circular dispostas en liña e en paralelo ás que aparecen o outro lado do muro de aterramento da croa. Unha disposición lineal que contrasta, sen embargo, co agrupamento ó redor dun espazo central que aparece na parte inmediata, aínda que a cota inferior, do poboado. Existe así unha preocupación urbanística fronte da complexidade da topografía. Máis destacable é a presenza de novo de alternativas á planta circular e edificios complexos, ben por dispor dun vestíbulo, ben, especialmente, pola compartimentación en varios espazos, moitas veces reaproveitando e reinterpretando estruturas anteriores amortizadas. Unha compartimentación que recolle tamén a existencia de estruturas interiores, unhas veces en forma de restos pétreos, outras como negativos de estruturas, quizais en materiais precedeiros desaparecidas, e finalmente aquelas que non se proxectaban en altura, como as fosas e similares.

Pero, sen dúbida, o máis novidoso dentro desa especie de plano “micro” do estrutural é a presenza de estruturas interiores na meirande parte dos edificios escavados, que seguro teñen moito que decir en canto a función dos mesmos, e a reiteración desa peculiaridade semella remitirnos a unha área do poboado cunha funcionalidade específica. Referímonos as repisas rectangulares que dispoñen realizadas con respecto ó pavimento e contra o segmento S-SE das estruturas afectadas; todas elas sen evidencias que axuden a definir o seu uso, pero permitindo descartar a súa interpretación como fogares. O coidado dalgunha das pedra que as conforman, ademais da presenza nunha delas dunha inscultura serpentiforme, sinalan a importancia deste elemento estrutural, do que xa existía un posible precedente na estrutura semellante que aparecera no edificio XXII, aínda que alí nunha arquitectura algo diferente dadas as súas maiores dimensións e presenza doutros elementos estruturais, como fosas, a presenza tamén de restos de ter sido utilizado como fogar, pero, o máis relevante, a aparición dun depósito intencional composto por un coitelo e un puñal. Esa complicación estrutural, con restos de pequenos muretes de difícil definición, e máis aínda, interpretación, aparécenos nesta campaña dentro do edificio VII, aínda que neste caso semellan claramente fragmentar o edificio internamente, ademais de presentar unha pequena pedra fincada, elemento este que xa aparecera no edificio XLIV<sup>21</sup>, tamén vinculado a unha división interna do propio edificio.

Un primeiro achegamento a interpretación funcional desas plataformas lévanos a pensar en dúas posibilidades, a plataforma como base para a realización de algún tipo de actividade que a requirise, ou como sostén doutro ou doutros elementos hoxe desaparecidos. No primeiro caso e atendendo o acontecido na estrutura XXII todo apunta a realización de sacrificios rituais, aínda que a carencia de restos de presenza do lume nas que aquí tratamos remitiríanos a actividades rituais doutro tipo. En definitiva, sería interpretalas como “altares”, dun tipo que é coñecido noutros ambitos da protohistoria peninsular. No caso de funcionar como soporte, caben aínda outras dúas posibilidades, que o sexan para un elemento fixo e permanente, ou para elemento/os moveis. A espera de atopar algunha evidencia para a primeira, optamos pola segunda, que dentro do marco ritual que semella nos movemos definiría as plataformas como posibles “mesas de ofrendas”, para as que volta a haber paralelos na protohistoria peninsular, onde tamén se manifesta esa ambigüidade entre esa identificación e a de

---

<sup>21</sup> Campaña do 2007.

“altar”<sup>22</sup>. A posible existencia de varias desas microestruturas dentro dun mesmo espazo mesmo podería falar dunha plurifuncionalidade para as mesmas, que estaría tamén implícita na diferencias formais e constructivas que presentan.

O outro elemento reiterativo son o que xenéricamente definimos como “fosas”. Nelas, coa diversidade de tamaño, forma e posición, a idea de plurifuncionalidade non ofrece dúbidas. As fosas como receptáculos para recibir depósitos de materiais orgánicos ou obxetos fronte ás fosas como posible negativo de estruturas en materiais percedeiros que se erguían dentro dos edificios. Pero, tamén, fosas como posible alter ego das “plataformas”, especialmente aquelas de escasa profundidade pero amplias en superficie, con fondos compartimentados e achegadas as paredes, como as plataformas, ou ocupando unha posición central, preeminente, no interior dos edificios. Esta derradeira posibilidade ten a súa máxima expresión na fosa central do edificio VII e lembra as fosas de funcionalidade ritual/cultural que, como xa acontecía coas plataformas, aparecen en santuarios protohistóricos da península, ou que lembran ó “autel creux” dos santuarios galos<sup>23</sup>, en ambos os dous casos interpretados como “altares” que se desenrolan en profundidade e non en altura, o que sería o caso das plataformas, e con clara presenza tanto mediterráneo oriental: o *eschara* grego, como no mundo itálico: o romano *scrobiculus*.

No referido a plástica, atópamonos primeiro coa súa estreita relación coa arquitectura, definindo contextos e mesmo ubicacións máis precisas do que ata agora era coñecido. Amplíase o espectro de posibilidades tanto técnica como formais nas expresións desa plástica, ó tempo que se redefine unha das expresións máis comúns na mesma, os chamados “amarradoiros”, cunhas solucións que semellan estar a medio camiño entre os exemplos de “amarradoiros” máis simples e as representacións de prótomos de animais, que so coninciden con aqueles no feito de ir empotrados nunha parede. Trátase, pois, dunha nova visión dunha parte da escultura castrexa, na que converxen distintos aspectos materiais, como execución, morfoloxía ou contextualización, permitindo unha revisión do conceptual en pezas que expresan unha estética aparentemente simple na execución pero non tanto no significado. No son xa elementos funcionais dentro do arquitectónico, senón que adquiren un carácter representativo, toda vez que respostan a unha iconografía apenas esbozada pero definida e identificable, e integranse, as veces mesmo de xeito destacado, na parte visible desas arquitecturas insistindo nunha identidade específica de cada un dos edificios nos que se integran. O feito de que eses edificios presenten estruturas interiores, as veces tamén con representacións, que os separan funcionalmente das construcións de carácter doméstico e o que noutras áreas peninsulares se relaciona co cultural, ademáis de outras características estranas tamén o habitual na propia cultura castrexa, redonda nunha posible interpretación desas expresións plásticas como parte activa da definición de arquitecturas sacras. Arquitecturas que, non debemos esquecer, manifestan unha clara preocupación por diferenciarse tamén exteriormente no conxunto do caseiro, aproveitando mesmo condicións do terreo moi desfavorables para a súa implantación, pero revertindo as dificultades en maior presenza no entorno: é paradigmático a ubicación da estrutura XX enriba da penedía granítica.

En consecuencia o conxunto disposto na parte máis elevada da ladeira ocupada polo castro de O Facho, expresa unha serie de condicións peculiares no contexto da arqueoloxía castrexa que afectan especialmente a definición da arquitectura que poderíamos resumir en complicación interior e preocupación pola imaxen exterior, no que a plástica xogará un papel destacado. Condicións ámbalas dúas que afastan a esa arquitectura das actividades de carácter doméstico ou ás que se lle asocian, para abrir un novo cauce interpretativo que apunta a actividades de carácter ritual e/ou cultural ata o de agora descoñecidas para a cultura castrexa. Noutros termos: un conxunto de edificios, contextos, e obxetos onde pesa máis o representativo, as veces directamente o simbólico, co funcional, como trasunto material de sistemas de accións, hábitos e mesmo xestos vinculados ó ámbito do cultural e simbólico, posibilitando

<sup>22</sup> MONEO, T. (2000): 354-356.

<sup>23</sup> Para a Península Ibérica, cf. MONEO, T. (2000): 354; para o territorio galo cf. BRUNEAUX, J.-L. (2000): 95-97; VAN ANDRINGA, W. (2002): 94-96.

un achegamento arqueolóxico a materialidade derivada do mesmo<sup>24</sup>. Actividades que, ademáis, semellan proxectarse ás outras áreas excavadas no Monte de O Facho, convertíndo a ese castro nun posible referente para o achegamento arqueolóxico a ámbito das creenzas e as prácticas relixiosas na cultura castrexa.

## BIBLIOGRAFÍA

- ALMEIDA, C.A. F. (1984), A casa Castreja, Memorias de Historia Antigua VI, 35-42.
- BARCIELA, P. - SUÁREZ OTERO, J., ed. (2005), *Para o deus Berobreo. Aras do Santuario de Donón no Museo Municipal de Vigo (Vigo)*.
- BRUNEAUX, J.-L. (2000), *Les religions gauloises. Nouvelles approches sur les rituels celtiques de la Gaule indépendante*. Editios Errance (Paris).
- CALO LOURIDO, F. (1994), *A Cultura Castrexa (Vigo)*.
- CALO LOURIDO, F. (1994), *A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa*, 2 vols. (A Coruña).
- FARIÑA BUSTO, F.; SUÁREZ OTERO, J. (2002), El santuario galaico-romano de Donón, *Boletín Auriense* XXXII, 25-52.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2006-2007): *Galaicos. Poder y Comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.-50 d.C.)*, vols. I y II. Brigantium 19 (A Coruña).
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. - RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, R. (2006), Cerámica indígena y de importación, in Aboal, R. - Castro, V., ed., *O Castro de Montealegre (Moaña, Pontevedra)*, Serie Keltia 37 (Noia), 145-188.
- KOCH, M. (2005), El santuario dedicado a Berobreo en el Monte do Facho (Cangas, Galicia), *Acta Paleohispanica* IX (Zaragoza 2005), 823-835.
- KOCH, M. - SCHATTNER, Th. G. - SUÁREZ OTERO, J. (2014), Weihaltäre im Heiligtum des deus Iar Berobreus auf dem Monte Facho (O Hio, Galicien), in A. Busch und A. Schäfer ed., *Weihaltäre in Kontext (Friedberg)*, 249-268.
- LLINARES GARCÍA, Mar (2014), *Los lenguajes del silencio. Arqueologías de la religión* (Madrid).
- MONEO, Teresa (2003), *Religio Iberica. Santuarios, Ritos y divinidades (Siglos VII-I A.C.)*, Real Academia da Historia (Madrid).
- PEÑA SANTOS, A. de la (1986), *Yacimiento galaico-romano de Santa Trega. Campaña 1983*, Arqueoloxía/Memorias 5 (Santiago).
- QUEIROGA, F. M. V. R. (2005), Materiais e Técnicas Constructivas da Cultura Castreja no Entre-Douro-e-Minho, in T. Pires de Carvalho ed., *O castro, um lugar para habitar*, Cadernos do Museu, Penafiel, Museu Municipal 11 (Penafiel), 155-166.
- REY CASTIÑEIRAS, Josefa (1991-92), Cerámica indígena de los castros costeros de la Galicia occidental: Rias Bajas. Valoración dentro del contexto general de la cultura castreña, *Castrelos* 3-4, 141-163.
- REY CASTIÑEIRAS, Josefa - SOTO BARREIRO, M<sup>a</sup>. José (2001), El arte rupestre de Crastoeiro (Mondín de Basto-Portugal) y la problemática de los petroglifos en castros, en A. Dinis, *O povoado da Idade do Ferro de Crastoeiro (Mondín de Basto, Norte de Portugal)*, Cadernos de Arqueología, Monografías 13 (Braga), 159-200.
- SCHATTNER, Th. G. - SUÁREZ OTERO, J. - KOCH, M. (2004), Excavaciones en el Monte Facho (O Hio/Galicia), campaña 2003, *Archivo Español de Arqueología* 77, 23-72.
- SCHATTNER, Th. G. - SUÁREZ OTERO, J. - KOCH, M. (2005), Bericht über die Ausgrabungen auf dem Monte Facho (O Hio/Galicien), Kampagne 2003, *Madridrer Mitteilungen* 46, 135-183.
- SCHATTNER, Th. G. - SUÁREZ OTERO, J. - KOCH, M. (2006), Bericht über die Ausgrabungen auf dem Monte Facho (O Hio/Galicien), Kampagne 2004, *Madridrer Mitteilungen* 47.
- SCHATTNER, Th. G. - SUÁREZ OTERO, J. - KOCH, M. (2006), Monte Facho (O Hio, prov. Pontevedra) 2004. Excavaciones en el santuario de Berobreo, *Paleohispánica* 6, 9-46.
- SUÁREZ OTERO, J. (2004), Cipo de Toralla e posible altar púnico de Alcabre, in F. Singul y J. Suárez ed., *Ata os confíns do Mundo. Diálogos entre Santiago e o Mar (Vigo)*, pp. 40.
- SUÁREZ OTERO, J. (2005), Os castros máis alá do "castrexo". Continuidade histórica ou recurrencia tópica?, in T. Pires de Carvalho ed. *O castro, um lugar para habitar*, Cadernos do Museu, Penafiel, Museu Municipal 11 (Penafiel), 281-293.
- VAN ANDRINGA, W. (2002), *La religion en Gaule romaine. Piété et politique (Ier-IIIe siècle apr. J.-C.)*, Éditios Errance (Paris).

---

<sup>24</sup> Llinares, M. (2012): 151-159.



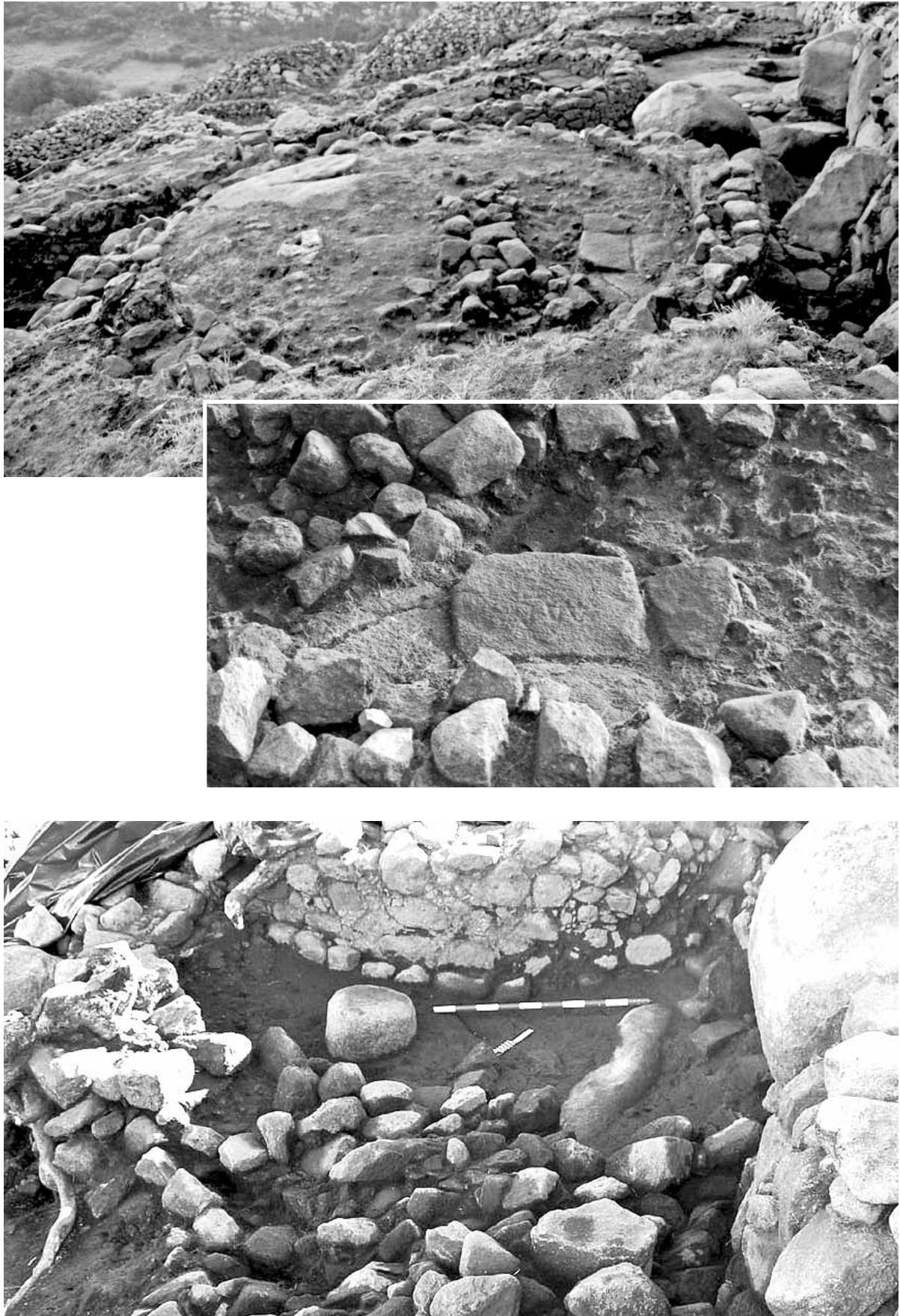


**Fig. 1** – Monte do Facho. Vista aerea xeral e área escavada no 2008.

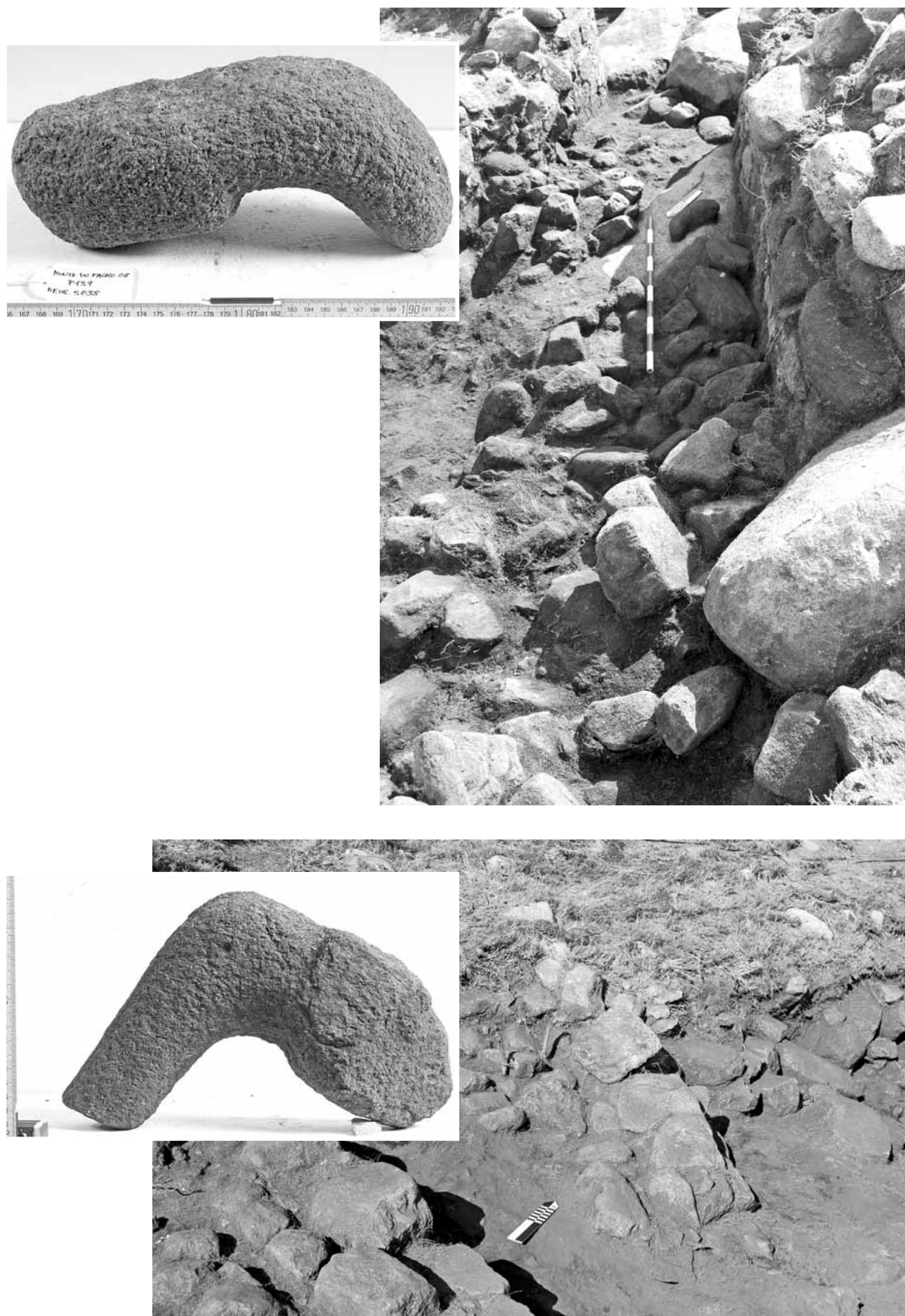


**Fig. 2** - Estructuras (VII e XVIII) alineadas co muro que pecha a croa do monte. Detalle da estrutura VII.





**Fig. 3** – Estructura XX. Vista xeral, detalle da repisa interior co grabado herpetomorfo e cipo cilíndrico decorado no “vestíbulo”.



**Fig. 4** – “Amarradoiros” no Monte do Facho. 1. Nos derrubos da estrutura XX. 2. “Amarradoiro” zoomorfo (Fot. Pezas: John Patersson/Instituto Arqueológico Alemán).

# SUMÁRIO

<b>FERNANDO ACUÑA CASTROVIEJO: MOSAICO BIOBIBLIOGRÁFICO</b>	
Teresa Soeiro.....	7
<b>PRE-HISTORIA DUN ARQUEÓLOGO</b>	
Carlos García Martínez.....	27
<b>OS LIMITES DAS DIOCESES SUEVAS DE BRACARA E DE PORTUCALE</b>	
Jorge de Alarcão.....	35
<b>ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A CIVIDADE DE BAGUNTE – VILA DO CONDE</b>	
Carlos A. Brochado de Almeida e Pedro Brochado de Almeida.....	49
<b>GUARNIÇÕES DE FREIO DE EQUÍDEOS: PERSPECTIVAS SOBRE UM CONJUNTO DE MATERIAIS DA ANTIGUIDADE TARDIA NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS</b>	
Andreia Arezes.....	63
<b>ASPECTOS ARQUEOLÓGICOS E PATRIMONIAIS DO CASTRO DE VILADONGA (LUGO): OS RETOS PARA O FUTURO</b>	
Felipe Arias Vilas.....	77
<b>S. JORGE E O DRAGÃO: UMA ESCULTURA DA OFICINA DE MESTRE JOÃO AFONSO PROCEDENTE DE MARECOS (PENAFIEL)</b>	
Mário Jorge Barroca.....	91
<b>MARCAS DE LA COHORS I CELTIBERORVM HALLADAS EN EL CAMPAMENTO ROMANO DE CIDADELA (SOBRADO DOS MONXES, A CORUÑA)</b>	
José Manuel Caamaño Gesto e Erik Carlsson-Brandt Fontán.....	107
<b>GUERREIROS E MURALLAS PARA UNHA CULTURA PACIFICADA</b>	
Francisco Calo Lourido.....	121
<b>NOTE ON AN ATTIC HYDRIA ATTRIBUTED TO THE WORKSHOP OF THE MEIDIAS PAINTER</b>	
Rui M. S. Centeno.....	135
<b>FOTOGRAFÍA AÉREA HISTÓRICA, SATELITAL MODERNA Y LIDAR AÉREO EN ALGUNOS RECINTOS MILITARES ROMANOS DE CASTILLA Y LEÓN</b>	
José Manuel Costa-García e Raquel Casal García.....	143
<b>BANQUETEAR-SE EM VIDA E NO ALÉM: OS TESTEMUNHOS EPIGRÁFICOS</b>	
José d'Encarnação.....	159

**OS RESTOS ROMANOS EXISTENTES NO SOLAR DO PAZO DO BISPO DE OURENSE ANTES DA SÚA CONSTRUCIÓN**

Francisco Fariña Busto e Manuel Xusto Rodríguez ..... 171

**LA ROMANIZACIÓN ATLÁNTICA: MODELO O MODELOS DE IMPLANTACIÓN ROMANA EN EL NOROESTE PENINSULAR**

Carmen Fernández Ochoa e Ángel Morillo Cerdán ..... 183

**ARAS ROMANAS NA FREGUESIA DE SÁ (ARCOS DE VALDEVEZ)**

**NOTÍCIA DO ACHADO E SEU CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA ROMANIZAÇÃO DO ALTO MINHO**

José da Silva Ferreira e Armando Coelho Ferreira da Silva ..... 199

**O “CAMPANO” DOS ANCARES: ADORNO OU AMULETO?**

Clodio González Pérez ..... 207

**NOTAS SOBRE AS FEIRAS DE GALIZA. O CASO DA FEIRA DE SAN MARTIÑO EN FRANCOS (CALO-TEO)**

Xosé Manuel González Reboredo ..... 217

**OS MILIÁRIOS DE ADRIANO DA VIA *BRACARA-CALE***

Vasco Gil Mantas ..... 231

**DE *LUCUS AUGUSTI* PARA O SUL DA *CALLAECIA*: CONSUMO DA CERÂMICA DE ENGOBE VERMELHO LUCENSE**

Rui Morais, Teresa Soeiro e Maria José Sousa ..... 249

**AS CABANAS DO CASTRO DE PENICES, E A EVOLUÇÃO DA ARQUITECTURA DOMÉSTICA DOS CASTROS**

Francisco M. V. Reimão Queiroga ..... 263

**A FESTA DA ISTORIA DE RIBADAVIA – RELATO, INVENCÓN, VIVENCIA**

Xosé Carlos Sierra ..... 277

**MONTE DO FACHO, CASTRO OU SANTUARIO?: A CAMPAÑA DO 2008 E A ARQUITECTURA SACRA NA CULTURA CASTREXA**

José Suárez Otero ..... 295

# NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

## Projecto Editorial

A PORTVGALIA pretende ser um espaço de debate em torno das grandes questões teóricas e metodológicas da Arqueologia e de divulgação dos mais recentes resultados da investigação arqueológica nas suas diversas áreas cronológicas (desde a Pré-História Antiga até à Arqueologia Moderna e Contemporânea).

Do ponto de vista geográfico, a PORTVGALIA assume como sua vocação primordial a publicação de resultados da investigação arqueológica do Norte de Portugal e do Noroeste da Península Ibérica, mas também é receptiva a artigos que incidam sobre outras zonas do espaço ibérico.

A revista publica estudos inéditos que sejam considerados contributos relevantes, recorrendo à arbitragem científica, sendo os artigos submetidos, em versão anónima, à peritagem de especialistas de reconhecido mérito.

A PORTVGALIA está registada no *Latindex* (Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal), no *ERIH* (*European Reference Index for Humanities*), no *DOAJ* (*Directory of Open Access Journals*) e na *DIALNET* (Universidad de Rioja, Espanha).

## Normas

A PORTVGALIA só publica artigos que obedeçam às seguintes Normas:

1. Todos os textos submetidos a publicação devem ser enviados para a Redacção da revista em duas versões: A) versão própria para impressão, com o nome do(s) autor(es) identificado(s); B) versão anónima, livre de qualquer informação que identifique o(s) seu(s) autor(es), destinada a ser submetida a arbitragem. Da primeira versão (com identificação do(s) autor(es)) deve ser remetida versão digital (em CD) e uma cópia em papel. Da segunda versão deve ser remetida apenas cópia em formato digital.
2. Os ficheiros devem apresentar designações que permitam a sua clara identificação, mencionando o título ou parte do título do trabalho. Na designação do ficheiro da segunda versão (destinada ao processo de arbitragem) deve ser mencionado apenas o título do artigo e a indicação "versão para arbitragem". As imagens serão organizadas em ficheiro independente, com a mesma designação do ficheiro de texto, acrescentando-se a indicação "imagens". Não se aceitam PDFs.
3. A PORTVGALIA publica originais em português, galego, castelhano, francês ou inglês.
4. Os autores devem ser os proprietários dos direitos autorais do texto e das imagens, cedendo-os à revista para sua publicação. A PORTVGALIA mantém edição em papel mas disponibiliza os conteúdos em sistema de *open access*.
5. O texto deve ser redigido em páginas de formato A4, a espaço e meio, com letra *Times New Roman*, de corpo 12 (para o texto) e de corpo 10 (para as notas de pé-de-página). No caso de compreender catálogo de materiais, este deve ser redigido em letra *Times New Roman*, corpo 10, com espaçamento de 1,15 linhas.
6. Os textos deverão ser apresentados indicando o título, em letras capitais e a bold (*Times New Roman*, corpo 14), e o(s) autor(es), indicando-se depois de cada nome, e em linha autónoma, a filiação institucional. O título será centrado. Os autores e sua filiação institucional serão paginados à direita.
7. A abrir o artigo deverá ser apresentado um resumo em português ("Resumo"), acompanhado de palavras-chave ("Palavras-chave"), e um resumo em inglês ou em francês ("Abstract" / "Résumé") e de palavras-chaves ("Keywords" / "Mots-Clés"). Os resumos poderão ter uma extensão máxima de dez linhas. As palavras-chave poderão ser quatro. A revista PORTVGALIA não aceita artigos que não venham acompanhados dos respectivos resumos e palavras-chave.
8. Os textos compreenderão notas de pé-de-página, que deverão ser utilizadas com parcimónia, reservando-se sobretudo para a indicação de referências bibliográficas. Deverão ser evitadas notas demasiado extensas. A indicação das notas, numérica, deve ser preferencialmente colocada depois da última palavra da frase, sem espaço, e antes do ponto final.

9. As citações bibliográficas, em nota de pé-de-página, deverão obedecer à norma anglo-saxónica (AUTOR data: p. —).

10. A Bibliografia, incluída no final do artigo, obedecerá às seguintes normas:

a) Artigo em revista:

<APELLIDO em maiúscula> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <nome da revista em itálico> <virgula> <série> <virgula> <volume> <espaço> <(fascículo ou número indicado entre parêntesis)> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: ALARCÃO, Jorge de (2008), Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – V, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11 (1), Lisboa, IGESPAR, pp. 103-121

b) Artigo em obra colectiva:

<APELLIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <In> <espaço> <APELLIDO do Coordenador> <virgula> <Nome próprio do Coordenador> <espaço> <(Coord. de) ou (Dir. de)> <virgula> <Título da obra em itálico> <virgula> <volume> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1996), Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 11-44

c) Livro:

<APELLIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do livro> <virgula> <volume> <virgula> <local de edição> <virgula> <editora>.

Nota: Nos livros, o ano indicado reporta-se à edição utilizada. No caso de haver mais do que uma edição pode indicar-se, no fim, entre parêntesis, o local e ano da 1ª edição. Se a obra pertencer a uma colecção, isso poderá ser referido igualmente no final, entre parêntesis.

Ex.: JORGE, Susana Oliveira (1999), *Domesticar a Terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva (Col. «Trajectos Portugueses», 45)

11. Qualquer texto com mais de três autores será citado, ao longo do artigo, pelo APELLIDO do primeiro autor, Nome Próprio, seguido da expressão “*et alii*”. Na Bibliografia podem aparecer todos os autores.
12. A Bibliografia compreenderá apenas as obras citadas ao longo do artigo, organizadas por ordem alfabética do apelido e nome próprio, e, dentro destes, por ordem cronológica. No caso de haver mais do que uma obra do mesmo autor e ano a distinção será feita pela justaposição de letras (a, b, c...) ao ano de edição.
13. As citações de texto deverão abrir e fechar com aspas. Citações em língua estrangeira ou textos com grafias antigas serão apresentados em itálico.
14. Ao longo do texto utilizar-se-à o negrito ou bold apenas para os títulos e subtítulos. Os primeiros serão grafados em maiúsculas, os segundos em corpo normal.
15. As imagens deverão ser organizadas em dossier, a fim de serem publicadas no final de cada artigo. A PORTVGALIA não publica imagens intercaladas no texto.
16. A PORTVGALIA não publica desdobráveis nem imagens a cores.
17. As imagens devem ser digitalizadas em alta definição (300 dpi), em ficheiros de formato JPEG (*Joint Photographic Experts Group*) ou TIF (*Tagged Image File Format*).
18. Todas as ilustrações (desenhos, fotografias) serão designadas por «Fig.». Se dentro da mesma figura coexistirem diferentes ilustrações serão distinguidas por numeração em árabe (p. ex.: Fig.3, 2).
19. O número de imagens dependerá da extensão do artigo e da sua relevância para a compreensão de seu conteúdo, devendo ser utilizadas com moderação. Em todo o caso, cada artigo não poderá nunca exceder o máximo de 16 páginas de figuras. A Comissão Redactorial poderá solicitar a redução do número de estampas sempre que o entender.

20. Na pasta correspondente aos ficheiros de imagens deverá figurar um documento em word com as legendas das figuras, a fim de serem compostas.
21. Os originais devem ser enviados por correio ao cuidado do Director da revista, para a seguinte morada:  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/nº  
4150-564 PORTO  
PORTUGAL
22. Os originais devem ter designações que permitam uma rápida e clara identificação. Juntamente com os originais deve ser fornecido o contacto do autor (ou, no caso de artigo colectivo, do primeiro autor): morada, código postal, telefone e email.
23. A revista não se responsabiliza pela devolução dos originais.
24. Não serão aceites artigos que não cumpram as presentes Normas.
25. Todos os artigos são submetidos, em versão anónima e livres de referências personalizadas, à avaliação por pares (*peer review*). Os avaliadores deverão preencher a ficha de avaliação que é disponibilizada pela revista, a qual é composta por duas partes: uma destinada à Comissão Editorial da PORTVGALIA; outra destinada ao(s) autor(es).
26. O resultado dessa avaliação é transmitido ao(s) autor(es) de forma igualmente anónima, devendo estes integrar as sugestões dos avaliadores no seu original, remetendo-o à redacção da PORTVGALIA com a maior brevidade possível.
27. A revisão das primeiras provas é feita pelos autores, aos quais é dado um prazo de cinco dias úteis (a contar a partir da data de carimbo do correio) para o fazer. Findo esse prazo, a revista poderá dar andamento ao processo tipográfico.
28. Em fase de revisão de provas não são permitidas alterações de conteúdo. Apenas se aceitam correcções de gralhas tipográficas. Estas deverão ser assinaladas na margem das provas, a vermelho e de maneira clara e inequívoca.
29. A PORTVGALIA oferece um exemplar da revista e 25 separatas por cada artigo de artigo de fundo publicado.







